

REVISTA
BRASILEIRA
DE

SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

Volume 18 Nº 2 Ago/Set 2024

www.forumseguranca.org.br



REVISTA
BRASILEIRA
DE

SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

Volume 18 Nº 2 Ago/Set 2024



www.forumseguranca.org.br

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ISSN (versão impressa): 1981-1659

ISSN (versão eletrônica): 2595-0258

Rev. bras. segur. pública vol. 18 n. 2 São Paulo ago/set 2024

COMITÊ EDITORIAL

Paula Ferreira Poncioni (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - *Editora-chefe*

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Pereira da Rocha, Secretaria de Segurança Pública do DF - Brasília / DF, Brasil

Alan Fernandes, Polícia Militar de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Polícia Militar do Pará e Universidade Federal do Pará - Belém / PA, Brasil

Christopher Stone, University of Oxford - Oxford/ Inglaterra

Desmond Arias, Baruch College - Nova Iorque/ NY, Estados Unidos

Elizabeth R. Leeds, Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA), Estados Unidos

Fiona Macaulay, University of Bradford - Bradford / West Yorkshire, Reino Unido

Lucia Dammert, University of Santiago / Santiago, Chile

Luiz Henrique Proença Soares, Fundação Seade - São Paulo / São Paulo, Brasil

Manuel Monteiro Guedes Valente, Universidade Autónoma de Lisboa/ Lisboa, Portugal

Marcelo Fabián Sain, Universidade de Quilmes e Núcleo de Estudios sobre Gobierno y Seguridad en la Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET) - Buenos Aires / Argentina

Marlene Inês Spaniol, Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Porto Alegre / RS, Brasil

Michel Misse, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro / RJ, Brasil

Renato Sérgio de Lima - Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) - São Paulo/SP, Brasil

Samira Bueno - Fórum Brasileiro de Segurança Pública - São Paulo/SP, Brasil

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

ASSISTENTES EDITORIAIS

Caio Morais Sena e Lorraine Kelly Ribeiro Moia

REVISÃO DE TEXTOS

Denise Malta de Andrade

REVISÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Espanhlish traduções

CAPA E PRODUÇÃO EDITORIAL

Oficina22

TELEFONE

+55 11 94120-2226

E-MAIL

revista@forumseguranca.org.br

APOIO

Open Society Foundations e Ford Foundation

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

CONSELHEIROS

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Denice Santiago

Eduardo Pazinato

Edson Ramos

Marlene Inês Spaniol

Roberto Uchôa

Daniel Cerqueira

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Paula Ferreira Poncioni

Juliana Lemes da Cruz

CONSELHO FISCAL

Lívio José Lima e Rocha

Patrícia de Oliveira Nogueira

Sandoval Bittencourt

DIRETOR PRESIDENTE

Renato Sérgio de Lima

DIRETORA EXECUTIVA

Samira Bueno

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

David Marques

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Juliana Martins

SUPERVISÃO DO NÚCLEO DE DADOS

Isabela Sobral

PESQUISADORES SÊNIORES

Aiala Couto

Juliana Brandão

Leonardo de Carvalho

Rodrigo Chagas

ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nívio Nascimento

EQUIPE TÉCNICA

Beatriz Schroeder (estagiária)

Cauê Martins

Dennis Pacheco

Isabella Matosinhos

Marina Bohnenberger

Nabi Oliveira

Thais Carvalho

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Débora Lopes

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Antônia de Araújo

Elaine Rosa

Sueli Bueno

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
<i>Editora e equipe técnica da RBSP</i>	

ARTIGOS

A influência histórica do racismo na política de segurança pública brasileira.....	12
<i>The historical influence of racism in brazilian public security policy</i>	
<i>Luiza Campos Rocha</i>	

Polícia que parece milícia e milícia que parece polícia: controle social e projeto moral na Favela do Batan/RJ.....	38
<i>Police that look like militia and militia that look like police: social control and moral project in the Batan Favela/RJ</i>	
<i>Jonathan Willian Bazoni da Motta</i>	

APAC como saída: articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas penais mineiras entre 1995 e 2018.....	54
<i>APAC as a way out: articulations between civil society and parliamentary actors in the structuring of penal policies in Minas Gerais between 1995 and 2018</i>	
<i>Natália Martino e Thais Lemos Duarte (in memoriam)</i>	

“The involved”: feminicídios de adolescentes em Fortaleza em 2018 à luz da necropolítica de gênero.....	80
<i>“As envolvidas”: feminicídios de adolescentes em Fortaleza em 2018 à luz da necropolítica de gênero</i>	
<i>Maria Fernanda de Miranda Mota Gurgel do Amaral e Carla Mariana Café Botelho</i>	

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais.....	98
<i>The national network of advanced studies in public security: analysis of the perspective of governance from interorganizational relations</i>	
<i>Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves</i>	

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN.....	122
<i>Workplace well-being: analysis of the perception of military police officers from the independent guard policing company of PMRN</i>	
<i>Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D’anjour</i>	

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará.....	144
<i>Characterization of crimes against the elderly in Belém, Pará</i>	
<i>Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima, Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida e Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	

Segurança privada no Brasil: um balanço da literatura nas ciências sociais.....	162
<i>Private security in Brazil: a review of the social sciences literature</i>	
<i>Gabriel Patriarca e Caio Cardoso de Moraes</i>	

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022).....	194
<i>Effects of exposure to violent media: a systematic review of the literature (2012-2022)</i>	
<i>Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia, Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino</i>	

Associations between prison recidivism and working and educational experiences during deprivation of liberty.....	214
<i>Associações entre reincidência prisional e experiências laborais e educacionais durante a privação de liberdade</i> <i>André Braz Golgher, Rafael Galvão de Souza e Bráulio Figueiredo Alves da Silva</i>	
Desmistificando um tabu: o suicídio na PMERJ.....	232
<i>Demystifying a taboo: suicide at PMERJ</i> <i>Daniel Ferreira de Souza e Hélio Arthur Reis Irigaray</i>	
Avaliação de políticas públicas de segurança pública na América Latina: estudo de caso como recurso metodológico.....	260
<i>Evaluation of public security public policies in Latin America: a case study as a methodological resource</i> <i>Miriã Ramalho Barbosa, Magnus Luiz Emmendoerfer e Evandro Camargos Teixeira</i>	
Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos <i>ethos</i> proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia	278
<i>Norbert elias and contemporary figurations of the drug phenomenon: a study on the composition of the prohibitionist and anti-prohibitionist ethos among professionals of the criminal justice system in goiânia</i> <i>Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima</i>	
Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgência	300
<i>Violence against women: characterization of crimes in cases of non-compliance with emergency protective measures</i> <i>Andreyza Jesus Dias Teixeira Chaves e Fernando Augusto Ramos Pontes</i>	
A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém.....	316
<i>The territorialized division of police activity: a profile of the performance of the military police in Belém</i> <i>Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza</i>	
Análise das mortes violentas intencionais de negros/as nordestinos/as pela violência policial.....	336
<i>Analysis of intentional violent deaths of northeastern blacks: characterizing the predominant profile of victims</i> <i>Francisco Flavio Eufrazio</i>	
Efeitos do encarceramento sobre o tráfico de drogas no Estado de Minas Gerais	356
<i>Effects of incarceration on drug trafficking in the State of Minas Gerais</i> <i>Evandro Camargos Teixeira e Guilherme Gomes Ferreira</i>	
NOTA TÉCNICA	
Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental	382
<i>Relations between the professional activity of police negotiators and work organization, professional inventiveness and the mental health-illness process</i> <i>Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho</i>	

APRESENTAÇÃO

Prezados(as) leitores(as), pareceristas, autores(as) e demais interessados(as):

A Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP), editada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta sua trigésima quinta edição, referente ao período de publicação Agosto-Setembro de 2024. Esta edição compreende um total de 18 textos, sendo 17 artigos e uma nota técnica, abordando temas de grande relevância e impacto para o campo da segurança pública no Brasil. Ressaltamos a publicação de dois textos em língua estrangeira nesta nova edição.

Inicialmente, gostaríamos de expressar nosso reconhecimento à Professora Ludmila Ribeiro. Após coordenar a Revista como editora assistente entre os anos de 2019 a 2024, ela deixa o corpo editorial da RBSP com a publicação da primeira edição deste ano. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da RBSP, especialmente em questões relacionadas à indexação, internacionalização e melhorias no sistema e no fluxo editorial do nosso periódico.

Além disso, aproveitamos para prestar uma homenagem póstuma à pesquisadora Thaís Lemos Duarte, cujo novo artigo é publicado nesta edição em parceria com Natália Martino. Thaís fez contribuições significativas para a área de pesquisa sobre o sistema prisional e o crime organizado. Seu trabalho e dedicação foram reconhecidos e admirados por todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la, e sua ausência é profundamente sentida na comunidade acadêmica. Como pesquisadora dedicada, seu trabalho e compromisso deixaram um legado importante na área de segurança pública, agora representado na Revista Brasileira de Segurança Pública. Sua colaboração no artigo “APAC como saída: Articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas penais mineiras entre 1995 e 2018”, escrito com Natália Martino, exemplifica sua capacidade de abordar

questões complexas com rigor e sensibilidade, contribuindo para debates fundamentais sobre justiça e direitos humanos no Brasil. Este estudo de especial relevância, baseado na vertente teórica do Novo Institucionalismo, discute os mitos que conformam o sistema penal e como estes foram mobilizados para configurar certas políticas penais em Minas Gerais. A análise dos temas e atas de 115 audiências públicas das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizadas entre 1995 e 2018, buscou compreender como os embates e acordos entre diferentes atores contribuíram para a formação de debates sobre pena, fortalecendo a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A RBSP oferece nesta edição uma variedade de estudos e análises que abrangem diversos aspectos da segurança pública e criminalidade no Brasil. Os temas incluem políticas públicas de segurança, violência e criminalidade, juizado da infância e juventude, impactos da exposição à violência na mídia, saúde mental entre policiais, políticas de gênero com foco em feminicídios e violência contra mulheres, o racismo nas políticas de segurança pública, as complexas relações entre grupos armados ilegais e polícia em contextos urbanos específicos, violência financeira contra idosos e a governança da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Estes estudos não apenas refletem os desafios persistentes na segurança pública brasileira, mas também ressaltam a necessidade de abordagens multifacetadas e políticas específicas para lidar com estas questões complexas e urgentes.

Assim, a trigésima quinta edição da RBSP oferece uma ampla gama de reflexões e análises que enriquecem a compreensão e o aprimoramento das políticas e práticas de segurança pública no Brasil. Agradecemos sinceramente a todos os autores, pareceristas e leitores pelo contínuo apoio e dedicação que tornam possível a continuidade do trabalho da RBSP. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Equipe da RBSP

AGRADECIMENTOS

Aproveitamos para agradecer todos os pareceristas que colaboraram conosco desde a realização da última edição regular até o fechamento deste trabalho. A contribuição de todos é de grande importância para a qualidade e a excelência da Revista Brasileira de Segurança Pública.

Ailton Vieira da Cunha;
Alexandre Pereira da Rocha;
Alexandre Souza;
Aline Virgínia Medeiros Nelson;
Álvaro Robério Souza Sá;
Andersson Pereira dos Santos;
André Luiz Batista da Costa;
André Silva de Oliveira;
André Zanetic;
Andréa Bittencourt Pires Chaves;
Andréa Maria Silveira;
Anelise Fróes da Silva;
Aparecido Batista de Almeida;
Arnaldo Vieira Sousa;
Arthur Trindade Maranhão Costa;
Benôni Cavalcanti Pereira;
Bruno Marques;
Camila de Macedo Braga;
Carolina Angelo Montolli;
Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira;
Claudia da Cruz Gomes;
Cristine Vieira do Bonfim;
Daniel Jorge Salles de Freitas;
Dayse Assuncao Miranda;
Denize Aparecida Rodrigues de Amorim;
Edson Benedito Rondon Filho;
Eduardo Henrique de Oliveira Lima;
Érica de Aquino Paes;
Fabiana Amaro de Brito;
Fábio Gomes de França;
Fernanda Almeida Gallo;

Fernanda Novaes Cruz;
Fernando Henrique Cardoso Neves;
Flávio Marcelo Busnello;
Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva;
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos;
Guilherme Borges da Silva;
Gustavo Carvalho Moreira;
Gustavo Fondevila;
Gustavo Matarazzo Rezende;
Gustavo Meneghetti;
Helton Carlos de Lima;
Henrique Geaquinto Herkenhoff;
Hilderline Câmara Oliveira;
Izabela da Silva Jatene;
Izaura Rodrigues Nascimento;
Jaqueline Carvalho Quadrado;
Jarsen Luis Castro Guimarães;
João Luiz da Matta Felisberto;
João Trajano de Lima Sento-Sé;
Jobson Maurilio;
Joice de Souza Soares;
Jonathan Willian Bazoni da Motta;
José Lenho Silva Diógenes;
Juliana Lemes;
Juliana Ribeiro Brandão;
Juliane da Silva Ciriaco;
Júnia Fátima Carmo Guerra;
Kálita Hilario Trindade de Medeiros;
Karol Oliveira de Amorim-Silva;
Leila Bijos;
Leilane Serratine Grubba;

Lívia Bastos Lages;
Luciano de Lima Gonçalves;
Luís Felipe Zilli;
Luiz Antônio Bogo Chies;
Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes;
Luiz Paulo Ribeiro;
Luiza Meira Bastos;
Luziana Ramalho Ribeiro;
Manuela Trindade Viana;
Marcelo Davi Santos;
Márcia Cristina dos Santos Rêgo;
Maria Teresa Pires Costa;
Marlene Inês Spaniol;
Martha Giudice Narvaz;
Odilza Lines de Almeida;
Otoniel Rodrigues dos Anjos Júnior;
Patrícia Rodrigues;
Paulo Ricardo Figueira Leão Mendes;
Pedro Paulo Porto de Sampaio;
Pedro Romano;
Rafael Gomes Sentone;
Rafael Miranda Oliveira;
Rafaelle Lopes Souza;
Raimundo Jovanil Pereira Oliveira;
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas;
Rodrigo Kraemer;
Rossana Ferreira da Silva Mattos;
Salette Maria da Silva;
Samira Safadi Bastos;
Sandoval Bittencourt De Oliveira Neto;
Sandro José Gomes;

Saulo Marimon;
Sonia Cristina Oliveira;
Sueli Menelau de Novais;
Tacyana Karoline Araujo Lopes;
Thiago Drumond Moraes;
Veronice Camargo da Silva;
Vivane Martins Cunha;
Walkiria Zambrzycki Dutra.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

A INFLUÊNCIA HISTÓRICA DO RACISMO NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

LUIZA CAMPOS ROCHA

Advogada, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ênfase em Direito Penal. Mestranda em Pesquisa Legal na Universidade de Utrecht. Desenvolve pesquisas na área de criminologia, com enfoque em política de drogas, segurança pública, violência de Estado e justiça restaurativa.

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: luizacamrocha@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0033-9165>

RESUMO

O artigo apresenta uma análise do Sistema Penal Brasileiro que traz o racismo como elemento basilar de sua sustentação e como fator determinante da atuação de suas agências. Para tal, é realizada a exposição crítica da história do aparato punitivo no país desde o período colonial e a relação dessa herança histórica com o contexto atual, apontando como essa origem define a ação do Sistema Penal, a serviço da manutenção da hegemonia daqueles que sempre ocuparam o poder no Brasil. O cenário contemporâneo é apresentado através da política de drogas, uma das grandes causas de encarceramento e morte de milhares de negros no país. Essa construção leva ao entendimento de que a proposição de estratégias de segurança mais democráticas e eficazes só é possível em uma sociedade munida de conhecimento, consciente de sua raiz escravocrata e do racismo como um dos pilares de sustentação da punição.

Palavras-chave: Sistema penal. Racismo. Escravidão. Seletividade penal. Política de drogas.

ABSTRACT

THE HISTORICAL INFLUENCE OF RACISM IN BRAZILIAN PUBLIC SECURITY POLICY

This article presents an analysis of the Brazilian Criminal System that shows racism as one of its basic elements and as a determinant factor of the operation of its agencies. To do so, the history of the punitive apparatus since colonial times is critically exposed, such as the relation between this inheritance and the present scenario, pointing out how that origin defines the functioning of the Criminal System, which serves the purpose of maintaining the hegemony of those who always held power. The current context is constructed through the presentation of Brazilian drug policy and its consequences, one of the main causes of death and incarceration of thousands of young black people in Brazil. Therefore, considering all the information gathered, it's defended that the proposition of more democratic and efficient strategies regarding public safety, is only possible with the participation of a society provided with knowledge, conscient of the history of a criminal system based on a slavery culture and of the racism that constitutes one of its fundamental pillars.

Keywords: Criminal system. Racism. Slavery. Selectivity. Drug policy.

Data de Recebimento: 30/11/2022 – Data de Aprovação: 18/07/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1846

INTRODUÇÃO

Segundo Rogério Greco (2021, p. 2), o Direito Penal se utiliza da pena com a finalidade de “proteger os bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade”. Em tese, esses bens são tão relevantes, do ponto de vista político, que os demais ramos do direito não seriam suficientes para protegê-los, merecendo assim, como último recurso, a tutela pelo Direito Criminal.

Nos termos da lei, as penas são aplicadas àqueles considerados culpados pela prática de condutas previamente tipificadas. A criminologia encarregou-se de buscar entender quem seriam esses criminosos e por que viriam a delinquir. Entretanto, com o tempo, deixou de compreender a criminalidade como uma qualidade intrínseca de condutas e pessoas, mas atribuída a determinados sujeitos, através de processos de interação social. O questionamento de quem seriam os delinquentes foi substituído por outros mais complexos, como: por que dados comportamentos são considerados criminosos, quem os definem como tal e por que somente alguns indivíduos são selecionados para responder por esses fatos (Baratta, 2011, p. 161).

Tais perguntas são cruciais para a compreensão da realidade contemporânea do sistema criminal. É dito que suas normas são aplicadas em prol da proteção de bens indispensáveis ao ser humano, como o direito à vida, à igualdade e à dignidade da pessoa humana. No entanto, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no Brasil são implementadas políticas de segurança pública violentas e punitivas por parte das polícias e dos órgãos judiciais, resultando não só em um alto número de mortos por agentes do Estado, como de indivíduos privados de liberdade, muitas vezes em espaços superlotados e insalubres, onde sofrem com maus-tratos e atos de tortura (CIDH, 2021, p. 10-11). Como explicar, à luz do Direito Penal, uma política que por si própria viola direitos que deveria tutelar? Uma política que, ao adotar uma lógica belicista, combativa e de encarceramento em massa, infringe garantias fundamentais com regularidade, principalmente de grupos vulneráveis, como pretos e pardos?

A CIDH também sugere que essa violência sistêmica do Estado, por meio das agências de criminalização, tem como objetivo “criminalizar e punir a população afrodescendente” (CIDH, 2021, p. 19). Como entender por que negros estão mais vulneráveis à atuação do sistema penal? Por que são mais vitimizados, mais encarcerados? Como lembra Wolf (2020, p. 8), o sistema escravocrata constitui raiz basilar da vida econômica, social e política no Brasil; logo, para que se compreenda a razão do sistema jurídico-penal se estruturar da forma como se apresenta, ele deve ser estudado seguindo a mesma lógica, considerando a construção de seu embrião pelos detentores de poder durante o período colonial, época em que a escravidão correspondia ao pilar principal da economia do país.

Este artigo pretende realçar que o cenário atual não é resultado do acaso e que no Brasil pouco se aprofunda nas raízes do viés racial da seletividade penal, vez que existe um senso comum que discorre sobretudo acerca da influência de fatores sociais em detrimento dos raciais, ignorando, muitas vezes, a origem escravocrata das nossas desigualdades e da nossa Justiça Criminal (Bueno *apud* Borges, 2020, p. 50). É importante entender que não há como se falar em um direito discriminatório assentado em fatores econômicos, sem admitir que este é precedido por um racismo basilar sobre o qual foram fundadas nossas instituições e relações sociais. Busca-se evidenciar, a partir da apresentação de sua evolução histórica,

que o sistema criminal não sofre somente interferência do racismo, ele foi construído e ressignificado historicamente, de forma a reconfigurar e manter uma opressão que tem a hierarquia racial como um de seus pilares de sustentação (Borges, 2020, p. 44).

PARA ALÉM DA PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA DA SELETIVIDADE PENAL: AS RAÍZES ESCRAVOCRATAS DA POLÍTICA CRIMINAL E DA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

Borges (2020, p. 56) afirma propagar-se pelo Brasil o “mito da democracia racial”, consistente na crença de que a sociedade brasileira é formada por um povo pacífico, sem preconceitos e plural, que convive de forma harmônica com as diferenças entre seus indivíduos. A dificuldade de se enxergar o Brasil como um país racista está na adoção do conceito individualista de racismo, concebido como “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis ou penais” (Almeida, 2021, p. 37/25). Enxerga-se o racismo como condutas isoladas de grupos específicos, limitando sua análise a questões meramente comportamentais, desconsiderando o papel de sociedades e instituições que produzem e reproduzem o racismo “sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos chamados “homens de bem”.” (Almeida, 2021, p. 37).

É sob essa perspectiva que parte da população deixa de reconhecer o racismo como parte da política de segurança atual, não compreendendo como um aparato estatal criado para proteção dos indivíduos poderia reproduzir atos moralmente e legalmente reprováveis. Para enxergar o Sistema Penal como mantenedor e reproduzidor do racismo, é importante olhar para ele pela ótica institucional, reconhecendo-o como “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (Almeida, 2021, p. 37).

[...] a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2021, p. 39).

Em criminologia, a teoria do *labeling approach* inaugurou a ideia de um processo de criminalização realizado a partir de um duplo processo seletivo, em que o Estado define em lei condutas consideradas como crimes para, imediatamente depois, selecionar as pessoas que irão responder por esses fatos. A criminalização primária seria o ato e efeito exercido pelas agências políticas de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas, enquanto a criminalização secundária corresponderia ao cumprimento da política de punição pelas agências secundárias, exercida sobre pessoas concretas.

A criminologia crítica foi mais além e passou a considerar a estrutura econômica, responsável pelo estabelecimento das estruturas políticas de poder, como parte deste processo. A criminalização seria, então, um mecanismo de controle social exercido pelas classes dominantes, que privilegiariam seus interesses ao não criminalizar suas próprias condutas, tipificando e direcionando a atuação da justiça criminal aos desvios comumente praticados pelas classes subalternas (Baratta, 2011, p. 165).

Assim, considerando o Sistema Penal como um mecanismo de criação e aplicação de regras que visam à manutenção de uma estrutura de poder e controle social dentro de uma sociedade hierarquizada com base na raça, pode-se concluir que ele nada mais é que um conjunto de instituições racistas, já que

A concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial [...] detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio (Almeida, 2021, p. 40).

Logo, analisando a história de seu surgimento, é possível compreender como, desde o início, se estabeleceu uma relação de domínio através de parâmetros discriminatórios baseados na raça, sendo a justiça criminal utilizada para manter, através de processos de criminalização, a hegemonia do grupo racial dominante.

PERÍODO COLONIAL

No Brasil colonial vigorava, em teoria, o direito português, constituído pelos principais conjuntos de lei da monarquia, as Ordenações Afonsinas e Manuelinas. Entretanto, na prática, por mais que se buscasse uma centralização da administração da colônia, o poder punitivo era exercido de forma doméstica e descentralizada, cabendo aos próprios donatários das capitanias hereditárias atuarem como legisladores e juízes.

[...] com a estreita identificação público-privado, típica dos países ibéricos, contando com a vagarosa edificação da máquina burocrática na Colônia, a persistência de resquícios feudais na gerência do aparato mercantil (aqui materializados nas capitanias hereditárias) e, principalmente, a presença do escravismo como base produtiva de todo esse empreendimento, fez com que o sistema penal característico desse período estivesse umbilicalmente relacionado a práticas no domínio do privado. Foi, portanto, no interior das relações entre senhores e cativos que a força punitiva tomou forma e materialidade. Ou seja, é da relação entre casa-grande e senzala que serão concebidas as matrizes do nosso sistema penal (Flauzina, 2006, p. 46).

Posteriormente, as Ordenações Filipinas vieram a constituir o principal conjunto normativo criminalizante do período, funcionando paralelamente à prática do direito na esfera privada, qual seja, a aplicação de imposições e sanções dos senhores aos seus escravos. Já havia, assim, uma diferenciação das penas entre escravizados e livres, sendo os primeiros submetidos a práticas de torturas físicas, por abusos e mutilações, ou de torturas psicológicas (Borges, 2020, p. 68). Durante esse período, as prisões ainda não configuravam instituições de grande importância, pois os castigos de fato ainda eram corpóreos; no entanto, existiam como locais improvisados, utilizados pelos que aguardavam julgamento ou execução da sentença (Borges, 2020, p. 38).

Além da face visível do aparato penal, caracterizada pela penalização corporal como forma de disciplinarização da mão de obra e de contenção de tentativas de fugas e insurreições, havia uma outra função de controle do modo de vida dos grupos subalternos. Segundo Flauzina (2018, p. 50), através da disseminação do medo e seu poder desarticulador, o sistema criminal foi capaz de fazer com que a própria população negra internalizasse a inferioridade como característica própria, promovendo o que a autora chamou de “naturalização da subalternidade”, em que os próprios marginalizados assumiam partes das funções de controle social.

Esses processos de desumanização e objetificação marcam os corpos e os sujeitos negros, comprometendo, inclusive, sua capacidade de enxergar-se como indivíduos que têm ou devem buscar seus lugares no mundo [...] O questionamento da identidade é outra característica importantíssima dos regimes coloniais e de poder. As características físicas e os aspectos culturais são hierarquizados nesse sistema para garantir a subalternização desses povos por um discurso que contorna todas as esferas: moral, política, social, econômica e jurídica (Borges, 2020, p. 62-63).

Portanto, o Direito Penal nasce no Brasil para resguardar os interesses de uma elite aristocrática, como um mecanismo de domínio voltado para escravizados e insurgentes que objetivava à conservação das propriedades de terras e de indivíduos (Flauzina, 2006, p. 52).

BRASIL IMPÉRIO

Em 1822, o país estava imerso em uma disputa de forças. Ao mesmo tempo que cresciam as pressões externas pela abolição da escravatura, as classes brancas buscavam adiá-la. Nessa época, o império se constituía como um espaço para a criação de regras que evitassem a ruptura com o modelo de mão de obra, possibilitassem o gerenciamento da população negra e inviabilizassem sua integração social (Flauzina, 2006, p. 53-54).

Em 1824 e em 1830, foram outorgados, respectivamente, a primeira Constituição brasileira e o primeiro Código Criminal, ambos inspirados pelos ideais iluministas e liberais da burguesia (Dal Santo, 2017, p. 5). Neles eram abordados direitos e garantias individuais, muito embora fosse mantida a instituição escravista brasileira e, portanto, as diferenças no tratamento das penas dos livres e dos escravizados. Aos primeiros era aplicada a pena privativa de liberdade, enquanto escravizados recebiam punições físicas e eram devolvidos aos seus senhores (Borges, 2020, p. 70). Apesar do negro ter perdido seu status de coisa aos olhos da norma penal, tornando-se agora imputável, continuava, para os outros ramos do Direito, como a mercadoria de maior importância na sociedade brasileira (Borges, 2020, p. 59), restando claro o papel da Lei de salvaguardar os interesses privados, o patrimônio e os bens, em detrimento dos direitos fundamentais dos indivíduos (Borges, 2020, p. 71).

Com a efervescência de movimentos antiescravagistas, “instauraram-se mecanismos específicos de controle social fundamentais para a manutenção das relações de domínio e poder” (Dal Santo, 2017, p. 6). Desde então, já se associava a figura do escravizado a de criminoso, vez que, sendo uma *commodity*, qualquer ato direcionado a sua busca por liberdade configurava um crime contra o direito de propriedade das elites (Borges, 2020, p. 72).

Ademais, a urbanização e a maior concentração de negros nas cidades fomentavam o temor de que essa massa desgovernada se articulasse sem maiores resistências. Isso representava uma ameaça não só ao sistema de exploração de mão de obra, como à hegemonia branca, aumentando assim a urgência da aristocracia por instrumentos mais opressivos de controle dos escravizados (Flauzina, 2006, p. 56). Já naquele momento, suas condutas eram as mais criminalizadas, existindo leis que proibiam a realização de cultos africanos, a livre circulação de escravizados ou libertos, que estabeleciam a necessidade de passe e proibiam o direito de adquirir imóveis e propriedades (Borges, 2020, p. 75).

[...] com o crescimento das cidades, os escravos confundiam-se com a população de cor em geral, tornando-se mais difícil distingui-los dos livres e dos libertos. Os indivíduos negros ou pardos eram antes de tudo suspeitos, e

a polícia os detinha com o objetivo de verificar se eram escravos. O controle manifestava-se de diversas formas, como as rondas noturnas, que detinham sem maiores explicações negros que circulavam na cidade após o toque de recolher, [...] [com] a proibição da prática de luta de capoeiras. A polícia utilizava *ad hoc* a criminalização da vadiagem, o que lhe permitia controlar a circulação dos indivíduos suspeitos e impor vigilância contínua sobre o comportamento dos indivíduos pobres (Koerner, 2006, p.219, *apud* Dal Santo, 2017, p.278).

A criminalização da vadiagem é demonstração empírica da gerência do modo de vida da população negra como pauta prioritária da política criminal imperial. Como escravizados já eram controlados na esfera privada, os libertos eram agora estigmatizados pela nova figura penal, vez que o poder público não promovia qualquer política de integração da mão de obra negra que não mais se encontrava sob domínio. Logo, “longe da cidadania, a sociedade imperial apreende os negros no desempenho de dois papéis: o de escravos ou criminosos” (Flauzina 2006, p. 58).

Em 1841, o novo Código de Processo Penal inaugurava um processo de publicização do poder punitivo, como forma de dar continuidade a um processo de punições já existente, mediante um novo aparato estatal de controle urbano. A atividade policial começava, então, a se articular como uma das mais importantes agências do Sistema Penal, absorvendo funções da esfera privada de gerência (Flauzina, 2006, p. 59).

Na mesma década, foi iniciada uma política de embranquecimento da população associada à diversas leis abolicionistas que visavam a emancipação dos escravizados de forma gradual. Assim, a efetiva abolição da escravatura era adiada, permitindo que um grande contingente de trabalhadores brancos chegasse ao Brasil através do incentivo à imigração europeia. Por conseguinte, enquanto negros libertos quedavam sem oportunidades para inserção efetiva no mercado de trabalho, sem grandes possibilidades de ascensão social, terras eram vendidas a estrangeiros por preços irrisórios juntamente com toda infraestrutura para sua acomodação (Flauzina, 2006, p. 61).

Assim, ao tempo em que foi assinada a Lei Áurea, o número de escravizados era pouco expressivo, representando apenas a legalização de uma liberdade já conquistada através dos movimentos abolicionistas. Todavia, embora a reintegração do negro após a libertação ainda estivesse limitada por uma crença social de inferioridade da raça, criou-se uma imagem de elite senhorial benevolente que, na prática, nada fez além de reinventar os mecanismos de controle e exclusão dos grupos já marginalizados (Flauzina, 2006, p. 63).

BRASIL REPÚBLICA E O PÓS-ABOLICIONISMO

O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO E O DILEMA FICTÍCIO ENTRE RAÇA E CLASSE

É no período republicano que o mito da democracia racial começa a ganhar força, assim como a difusão da ideia de uma problemática de classes em substituição à questão racial, explícita até então (Borges, 2020, p. 84).

No primeiro momento pós-abolição, teve início um movimento de transição da economia agroexportadora brasileira para a industrialização, mudança essa que contou com a continuidade dos investimentos em mão de obra imigrante, a fim de substituir e superexplorar o trabalho de pretos forros, bem como de embranquecer a população (Flauzina, 2006, p. 68).

Senhores de si mesmos, ex-escravizados buscavam empregos como mão de obra remunerada. No entanto, eram poucas as oportunidades que se apresentavam. Os que permaneceram no campo foram rejeitados pelos grandes fazendeiros, que se recusavam a pagar àqueles que um dia foram sua propriedade, enxergando maiores vantagens em contratar estrangeiros, considerados mais qualificados. Já nas cidades, acabavam trabalhando em atividades desvalorizadas, como pedreiros, ambulantes ou em serviços domésticos (Fernandes, 2008, p. 50).

Sem renda, negros passaram a representar a maior parte dos moradores de cortiços – habitações populares ocupadas pelas classes baixas, vistas pela elite como locais insalubres, promíscuos, violentos e com potencial para a propagação de epidemias (Queiroz Filho, 2011, p. 3). Como consequência, ao final do século XIX, foram realizadas diversas reformas urbanas que contaram com a demolição dessas moradias e que obrigaram centenas de pretos e pardos a se deslocarem para lugares carentes de iluminação, água e transporte.

Três dias antes os proprietários do cortiço haviam recebido uma intimação da Intendência Municipal para que providenciassem o despejo dos moradores seguido da demolição imediata de todas as casinhas. A intimação não fora obedecida, e o prefeito Barata Ribeiro prometia dar cabo do cortiço à força [...] O Cabeça de Porco – assim como os cortiços do centro do Rio em geral – era tido pelas autoridades da época como um “valhacouto de desordeiros”. [...] Os esforços se concentraram primeiramente na ala esquerda da estalagem, a que estaria supostamente desabitada havia cerca de um ano. Os trabalhadores começaram a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis, colchões e tudo o mais que conseguiram retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, em cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças (Chalhoub, 1996, p. 15; 17).

Agora localizadas em morros e periferias, crianças descendentes de ex-escravizados foram também afetadas, já que inexistiam escolas nessas regiões ou, quando existentes, elas tinham a matrícula impossibilitada por não possuírem a documentação necessária. Além de excluídos econômica e socialmente, negros também foram descartados intelectualmente desde o início da república brasileira, dificultando consideravelmente sua ascensão numa sociedade capitalista mercantil. Assim, embora não mais existisse a instituição da escravidão no Brasil, o racismo se renovava através de novos mecanismos de exclusão e controle social.

Segundo Almeida (2021, p. 183), alguns estudiosos acreditam que o racismo é na verdade “uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão”. Seria elemento constitutivo do sistema, uma vez que a discriminação racial

“naturaliza” o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores e trabalhadores pertencentes a grupos minoritários. Outro efeito importante do racismo para o “crescimento” é servir de instrumento de dissuasão dos trabalhadores brancos, que pensarão duas vezes antes de reivindicar aumento salarial em uma situação em que poderiam ser substituídos a qualquer tempo (Almeida, 2021, p. 184).

Esse entendimento é que torna possível perceber que a abolição não trouxe consigo a inserção do negro de forma igualitária, já que, mesmo livre, sua marginalização serve à manutenção da hegemonia de poder da forma como sempre se estruturou. Mesmo após findada a escravidão, negros continuaram excluídos e discriminados, constituindo, desde então, parcela subalterna da população.

Logo, tratar o racismo como questão desassociada da concepção de classes é abstrair todo o percurso histórico da raça negra na sociedade brasileira, bem como o papel forçadamente desempenhado por ela desde sempre.

O dilema entre raça e classe não é, então, nada além de uma ficção, porquanto “a lógica do racismo é inseparável da lógica da construção da sociedade de classes no Brasil” (Almeida, 2021, p. 185-186), sendo ambos os elementos socialmente sobredeterminados.

A LEI PENAL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Entendida a situação em que se encontrava o negro após a abolição da escravatura, torna-se mais fácil compreender como a raça desempenhava um papel importante no imaginário social. Enquanto o imigrante europeu representava a ordem e o progresso, ao negro se atribuía o oposto. O liberto, excluído, sem renda e oportunidades, configurava uma ameaça. Sem o exercício do direito doméstico pelo senhor sobre seus antigos trabalhadores, fez-se necessária, para manutenção da hegemonia, a continuidade da velha metodologia do sistema penal, entretanto, agora exercida pelo Estado, através das instituições (Flauzina, 2006, p. 68).

O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, promulgado em 1890, trouxe consigo a figura da capoeiragem como ilícito penal, todavia não trouxe outras grandes mudanças. A intensificação da criminalização da cultura afro-brasileira ficou a cargo de uma série de leis que vieram nos anos seguintes, proibitivas de suas religiões, do samba, do batuque e demais reuniões musicais (Borges, 2020, p. 81).

Com o processo de industrialização do país, alguns institutos criminalizadores também surgiram para exercer um papel de controle sobre o segmento branco do proletariado, como a vedação da apologia a anarquistas ou a conversão da greve em crime inafiançável, visando disciplinar trabalhadores e conter quaisquer demandas contrárias às condições precárias de trabalho. No entanto, é importante diferenciar que, quando direcionada aos negros, a legislação buscou acima de tudo vigiá-los e “cercear sua movimentação espacial, evitar as associações, extirpar as possibilidades de qualquer ensaio de reação coletiva” (Flauzina, 2006, p. 71).

É nesse contexto que é recepcionada a teoria do positivismo criminológico no Brasil, corrente que defende a criminalidade como consequência de fatores bioantropológicos, sendo o criminoso nato um ser primitivo, inferior na escala evolutiva. Raimundo Nina Rodrigues foi um dos principais autores positivistas brasileiros e defendia a existência de graus sucessivos de desenvolvimento mental dos povos, ou seja, dependendo de seu grau evolutivo, alguns grupos não estariam aptos a receber a civilidade de uma cultura muito diferente. Para ele, o positivismo criminológico era um estudo das raças inferiores (Mériada, 2009, p. 112).

Ante essa concepção, Nina Rodrigues criticava a “igualdade jurídica” da legislação brasileira, uma vez que as pessoas seriam biologicamente distintas e, conseqüentemente, também seriam diferentes os sistemas culturais, devendo haver um conjunto de leis específico para cada região (Mériada, 2009, p. 112). A inferioridade jurídica do escravismo foi substituída por uma concepção de inferioridade biológica, mantendo, assim, a antiga associação entre criminalidade e raça, baseada agora na crença de que algumas delas possuíam menor desenvolvimento intelectual e moral. Dentro da pluralidade racial brasileira, negros

e índios eram considerados pouco desenvolvidos frente aos brancos. O crime, então, revelava um biotipo anormal, perigoso e irresponsável, novamente personificado no corpo negro pelo imaginário social.

Segundo Flauzina (2006, p. 72), essa corrente da criminologia é a que passou a fundamentar as instituições policiais, principal aparato do sistema penal, responsável pelo exercício da vigilância cada vez mais presente sobre as minorias. Logo, “se a discriminação explícita saía do campo das leis, essa manutenção do controle, vigilância e repressão estava resguardada no sistema penal pela prática policial” (Borges, 2020, p. 84).

É perceptível que apesar da abolição da escravatura e do fim da aplicação de sanções de maneira doméstica, o negro foi mantido como principal objeto do processo de criminalização, não mais de forma aparente na letra da lei, mas a partir de fundamentos de uma criminologia racista, da marginalização social de negros, que tinham negadas suas possibilidades de ascensão como classe trabalhadora, e da tipificação de condutas normalmente associadas à raça.

O racismo basilar do antigo sistema de mão de obra e controle social não encontrou na abolição seu fim, se reinventou e se fortaleceu escondido num discurso de democracia racial, mais amplamente difundido a partir de 1930 e consolidado definitivamente como a modalidade simbólica das relações raciais no Brasil (Flauzina, 2006, p. 74). Segundo Ribeiro (2019, p. 18-19), o mito da democracia racial foi idealizado e disseminado por sociólogos oriundos da elite econômica e corresponde à ideia de que “no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzidos na miscigenação e na ausência de leis segregadoras”.

Foi sob essa ótica que nasceu o Código Criminal de 1940, corroborando com a nova e falsa concepção de igualdade entre as raças, à medida que excluiu elementos raciais do texto normativo.

Se a enunciação do racismo foi vedada e todas as duas expressões mais nítidas foram jogadas para debaixo do tapete, o discurso racista criminológico não poderia ser mais assumido de maneira aberta, seguindo, entretanto, vigoroso na orientação das práticas punitivas na direção dos corpos negros, pelo implícito do formalmente aceito, ao subterrâneo das práticas inconfessáveis (Flauzina, 2006, p. 75).

Nessa linha, foram promulgadas novas leis de proteção aos segmentos vulneráveis, como a Lei Nº 1.390/51, embrião da criminalização constitucional do racismo, que estabeleceu contravenções penais relacionadas à discriminação racial. Embora de extrema importância, é necessário que se olhe de forma crítica para esse esforço do Estado em atender essas pautas e demandas do movimento negro, ao mesmo tempo que não resultam em qualquer mudança efetiva no funcionamento do Sistema Penal, “campo por excelência de vulnerabilização e não de resguardo dos interesses da população negra” (Flauzina, 2006, p. 77).

Dentre tantos pleitos por maior igualdade em diversos âmbitos, como trabalho, educação e saúde, o reconhecimento da discriminação como ato individual, imoral e reprovável pelo campo penal pouco tem o potencial de eliminar de fato práticas discriminatórias e de trazer transformações efetivamente emancipadoras, vez que não atinge e ainda dificulta o reconhecimento das práticas realizadas de forma mais ampla, velada. Ao contrário, funciona como uma espécie de “blindagem institucional”, ao associar a discriminação racial ao campo do privado e afastá-la da figura das instituições, que não apenas reproduzem o racismo, como nele se fundamentam e estruturam seu funcionamento (Flauzina, 2006, p. 77). Foi estabelecida, assim, a ideia dos aparatos do Sistema Penal como os grandes guardiões aparentes de direitos que, na prática, costumam reprimir.

Para Djamila Ribeiro (2019, p. 20-21), essa visão prejudica a luta antirracista, porquanto ignora o racismo além de atos particulares mais explícitos. Associado a um tipo penal, ninguém se reconhece como racista, dificultando o combate às violências sofridas pela população negra, já que os detentores do poder político e econômico não se identificam como parte da questão a ser solucionada.

Em relatório publicado pela ONU em 2021 sobre racismo sistêmico, são debatidas as inúmeras e constantes violações aos direitos humanos de africanos e descendentes, principalmente aquelas ligadas ao uso excessivo da força. Um dos primeiros pontos abordados é a manutenção do racismo realizado de forma sistemática, como consequência da ideia equivocada de que a marginalização e a exclusão de afrodescendentes teriam terminado com a abolição da escravatura, bem como de que os Estados teriam criado sociedades igualitárias, ao supostamente erradicarem todas as estruturas institucionais discriminatórias surgidas no contexto colonialista (ACNUDH, 2021, p. 6).

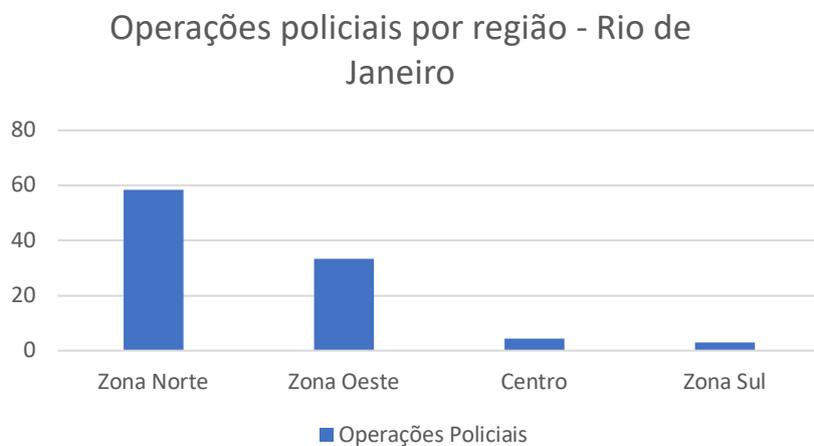
O documento explicita as diversas formas em que negros continuam sendo prejudicados em decorrência de sua raça, citando a marginalização política e socioeconômica e a dificuldade em acessar educação de qualidade e posições de trabalho mais qualificadas. O relatório expõe também a maior probabilidade de os negros habitarem as áreas mais pobres da cidade, em que têm menos acesso à água limpa e maior exposição à poluição ambiental.

A construção histórica da desumanização do negro, como justificativa para sua escravização e controle, é o que ainda sustenta a tolerância das agressões sofridas por eles até hoje. Por anos, afrodescendentes vêm sendo o principal alvo do Sistema Penal, vivendo cotidianamente em cenários de guerra, sendo encarcerados, mortos e, entretanto, de alguma forma, essas práticas permanecem. Isso só é possível porque há uma aceitação popular fundada em narrativas e associações equivocadas da figura do negro com a criminalidade. Somente no estado do Rio de Janeiro, dos 1.814 mortos por agentes do Estado, 78% eram pretos ou pardos (ISP, 2019). É um número alto, preocupante. Ainda assim, em 2021, parte da população enaltecia uma operação policial na favela do Jacarezinho, que deixou 29 mortos, quase todos pretos ou pardos, sob a justificativa de que possuíam antecedentes criminais, antes mesmo que suas fichas fossem divulgadas (Jornal Nacional, 2021).

Segundo trabalho publicado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense, ainda existe uma lacuna na divulgação de informações acerca das operações policiais realizadas. No entanto, os dados disponibilizados demonstram a grande letalidade decorrente delas. Embora ocorram por toda a capital do estado, estudos demonstram que as ações policiais acontecem majoritariamente nas zonas Norte e Oeste da cidade, onde se concentra, "coincidentalmente", a população negra, segundo pesquisa do geógrafo Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão (Costa, 2015).

GRÁFICO 1

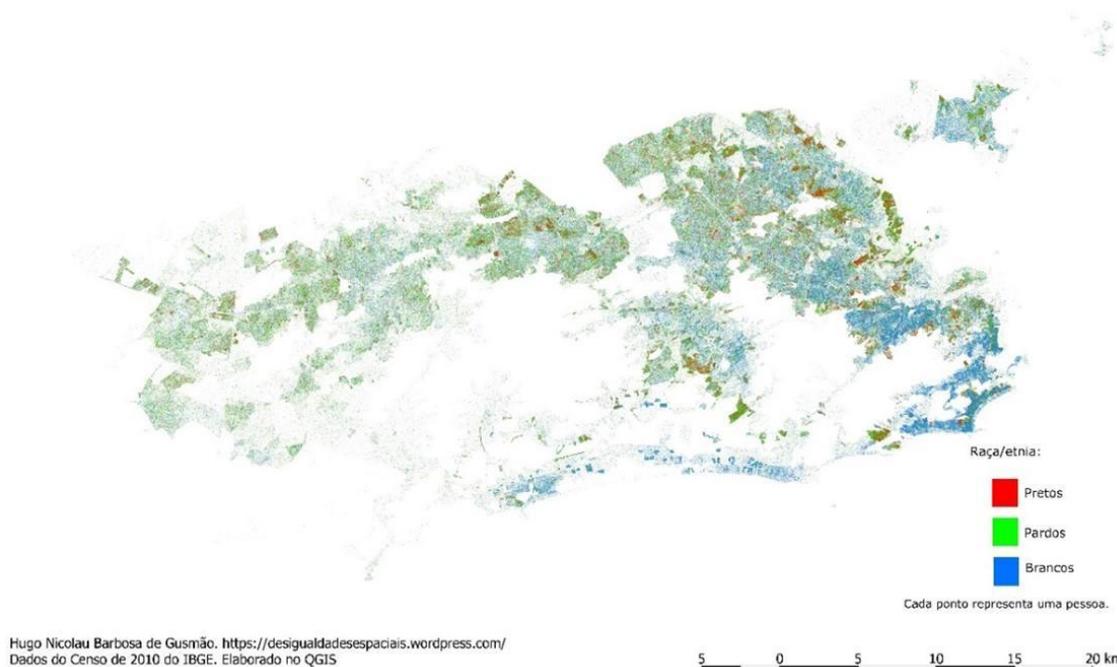
Operações policiais por região



Fonte: Elaboração própria com base em dados de Satriano (2021). Acessado em: 22 set. 2021.

MAPA 1

Mapa racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil



Fonte: Costa (2015). Acessado em: 22 set. 2021.

Com a construção histórica da política criminal brasileira observada até aqui, é possível compreender que para se entender quem é visto como “criminoso” não basta olhar de forma objetiva as condutas praticadas pelos agentes. Desde o período colonial, tanto as leis como a atuação das agências de criminalização secundária foram determinadas pela necessidade do controle do povo negro. Após a abolição, a racialização da pobreza, juntamente com a consolidação de uma concepção mais individualizada de

discriminação racial, dificultou o reconhecimento do racismo como base do sistema criminal, o que permitiu sua reinvenção de forma mascarada.

Ainda no relatório, a ONU reconheceu as intervenções policiais como um dos contextos responsáveis por 85% das fatalidades de negros por agentes policiais; constatou ainda que a maioria dessas incursões são decorrentes da política de guerra às drogas existente no Brasil e que concepções errôneas e estigmatizadas de pretos e pardos desempenham um forte papel no sofrimento provocado pelas forças legais do Estado. Analisando a proibição das drogas no país e a evolução das figuras legais ao longo da história, é possível percebê-la como a atual política de criminalização do povo negro e, conseqüentemente, como a principal forma de manutenção da hierarquia racial.

GUERRA ÀS DROGAS: A FORMA CONTEMPORÂNEA DE CRIMINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

BREVE HISTÓRICO DA CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

Ao olhar para o sistema penal brasileiro na atualidade, é imprescindível discorrer acerca do contexto de guerra às drogas em que está imerso o país, visto que grande parte da política de segurança pública é direcionada para o combate ao tráfico.

O crescimento vertiginoso da população penitenciária no Brasil, a partir de 2002 e 2003, seu perfil social e de cor tão demarcado, assim como a perversa seleção dos crimes privilegiados pelo foco repressivo, devem-se, prioritariamente, à arquitetura institucional da segurança pública [...] devem-se também às políticas de segurança adotadas e que não seriam possíveis, no modo que se transcorrem, se não houvesse a lei de drogas (Soares, 2019, p. 26).

Segundo Ferrugem (2019, p. 47), a base de sustentação da guerra às drogas é formada pela convergência entre racismo, xenofobia, moralismo e os interesses neoliberais do sistema econômico vigente. Com base nesses fatores, analisa-se brevemente a linha do tempo da proibição das substâncias psicoativas, compreendendo a proteção da saúde pública como mera justificativa para instauração de uma política de manutenção de interesses, exclusão e controle social.

A atual política criminal da chamada “guerra contra as drogas” evidentemente ofende mais à saúde pública que à própria circulação destas substâncias. Se é verdade que o direito busca, ao reprimir as condutas descritas como tráfico de drogas, proteger “o estado em que o organismo social exerce normalmente todas as suas funções” (saúde pública), como entender que a violência criada pela guerra contra o tráfico no Rio de Janeiro tenha atingido níveis de homicídio superior aos da guerra de Bush no Iraque? (Zaccone, 2011, p. 37).

Os primeiros conflitos envolvendo questões relacionadas a substâncias atualmente ilícitas foram disputas em favor de sua livre comercialização, as conhecidas Guerras do Ópio, ocorridas em 1839 e 1956. Entretanto, o proibicionismo começou a ser delineado em um contexto de Segunda Revolução Industrial, em que passou a ser necessária uma mão de obra rendosa, com disposição para trabalhar diariamente por um período de 12 horas ou mais. A partir desse momento, embora a comercialização das drogas, em especial o ópio, fosse lucrativa para países europeus, como a Inglaterra e a França, os efeitos entorpecentes das substâncias tornavam-se prejudiciais do ponto de vista produtivo (Zaccone, 2011, p. 79).

Assim, os Estados Unidos da América, protagonista do desenvolvimento do capitalismo moderno à época, liderou a convocação da Convenção de Haia, onde foram ratificadas diversas sugestões relacionadas ao ópio, seus derivados e à cocaína, que freavam o crescimento econômico de países como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Holanda (Zaccone, 2011, p. 80). A Convenção entrou em vigor no ano de 1921, com a criação da Comissão Consultiva do Ópio e demais “substâncias nocivas”. Entretanto, devido à divergência de interesses dos diversos países signatários, as proibições foram aplicadas internamente de formas distintas.

Em território norte-americano, cuja política de drogas serviu como modelo para o Brasil, as leis internas sobre o assunto ainda eram frágeis. Consequentemente, o governo utilizou-se das recomendações assinadas em Haia para enrijecê-las. Isso auxiliou na aprovação da Lei Harrison, em 1914, que, mais rigorosa que os acordos internacionais, proibiu o uso de toda substância psicoativa para qualquer utilização não medicinal, inaugurando assim a diferenciação entre os conceitos de traficante, que devia ser encarcerado, e usuário, visto como doente (Rodrigues, 2003, p.30, *apud* Zaccone, 2011, p.82).

Apesar da severidade da lei, o consumo recreativo continuou a existir, sendo inaugurado o mercado ilícito das drogas. Tornava-se cada vez mais evidente uma reprovação moral do uso dessas substâncias, atrelada, desde o início das políticas proibicionistas, à associação entre algumas drogas e alguns grupos sociais, “colocando sob suspeita toda uma faixa da população que, por seus hábitos e pobreza, já costumava ser vigiada e controlada pelos aparatos repressivos do Estado” (Zaccone, 2011, p. 83).

No Brasil, a política de drogas começou a ser desenhada a partir do Decreto Nº 2.861/14, por adesão à já mencionada Conferência Internacional do Ópio. No entanto, a internacionalização do monitoramento e da restrição ao uso de substâncias entorpecentes se deu na década de 1930, em decorrência da nítida influência gerada pelas Convenções Internacionais de Genebra, ocorridas em 1925, 1931 e 1936, ressoando na legislação interna a partir dos Decretos Nº 20.930/32, Nº 24.505/34 e o Decreto-Lei Nº 891/38.

Inicialmente, adotou-se o modelo sanitário, que utilizava saberes e técnicas higienistas para a criação da política criminal (Batista, 1997, p. 81). Acatou-se ideia semelhante à americana, em que o usuário dependente ou experimentador de drogas não era criminalizado, mas percebido como doente, estando sujeito à internação compulsória. Ao mesmo tempo, as condutas do fornecedor sofriam intervenções penais cada vez mais rígidas.

Desde então, já surgiam estereótipos bem definidos da imagem do dependente e do traficante, como bem pontua Rosa Del Olmo:

[...] tudo dependia na América Latina de quem a consumia. Se eram os habitantes de favelas, seguramente haviam cometido um delito, porque a maconha os tornava agressivos. Se eram “meninos de bem”, a droga os tornava apáticos. Daí que aos habitantes das favelas fosse aplicado o estereótipo criminoso e fossem condenados a severas penas de prisão por traficância, apesar de só levarem consigo um par de cigarros; em troca, os “meninos de bem”, que cultivavam a planta em sua própria casa, como aconteceu em inúmeras ocasiões, eram mandados para alguma clínica particular para em seguida serem enviados aos Estados Unidos porque eram “doentes” e seriam sujeitos a tratamento, de acordo com o discurso médico tão em moda (Del Olmo, 1990, p. 46).

É importante retomar que ao final do século XIX o Brasil ainda era uma república recém-criada, em que a abolição da escravatura era evento recente, não sucedido de políticas públicas que buscassem a inclusão do negro. Ao contrário, surgia um projeto político em que as teorias raciais eram utilizadas para legitimar

o poder das elites brancas e promover a manutenção da hierarquia racial, a partir da criminalização de condutas e costumes típicos da cultura afro-brasileira, como a capoeira e o Candomblé (Saad, 2019, p. 13).

Essa conjuntura, segundo Ferrugem (2019, p. 47), contribuiu para a adoção da política proibicionista quase simultaneamente aos Estados Unidos. A criminalização da maconha no Brasil em 1932, anterior à proibição da substância em solo norte-americano, tornou ainda mais evidente a herança escravagista brasileira.

A primeira restrição ao uso da erva se deu ainda no período imperial, no Rio de Janeiro, em 1830, prevendo-se expressamente pena de prisão de 3 dias aos escravizados e demais usuários. A distinção explícita na letra da lei evidenciava o caráter discriminatório da proibição ainda em seu início. À época, a maconha era conhecida como “pito do pango” e foi desde sempre associada a descendentes de escravizados, vez que, de acordo com Cinco (2013, p. 58), “as primeiras sementes de Canábis e o hábito de fumar maconha foram trazidos ao Brasil pelos africanos escravizados”.

Considerando os contornos sanitaristas inicialmente adotados pela política de drogas, a conjuntura pós-abolição e o incentivo à vinda e ao estabelecimento de imigrantes europeus para o embranquecimento da população, “no início do século XX, o uso da cannabis tornou-se preocupação de médicos higienistas e, por consequência, da elite brasileira, que ansiava pela melhoria da raça brasileira” (Ferrugem, 2019, p. 48), entre eles José Rodrigues da Costa Dória. Médico e político, ele foi um dos primeiros a realizar estudos acerca da substância, adotando desde o início um discurso racializado que denunciava a associação da planta aos hábitos de negros.

As teorias positivistas de Lombroso já impregnavam o imaginário popular e o funcionamento do sistema penal brasileiro, com concepções de que negros representavam povos inferiores e mais propensos a cometer crimes. Isso contribuiu para a demonização da maconha, representada como uma ameaça à moralidade das elites conservadoras que buscavam a contenção da cultura negra e a manutenção da hegemonia de poder.

E como ameaça, o uso deveria ser combatido, coagido. Esse discurso de alarmismo e medo, moldado por racismo e o conservadorismo, que sustenta o status-quo, se revitalizou, fortalecendo os argumentos de perigo para a sociedade. Discurso que engendra práticas resistentes a elaborar novas formas de lidar com a questão do uso de drogas, que superem a guerra insana que ceifa a vida de milhares de pessoas todos os anos (Ferrugem, 2019, p. 50).

Em meados da década de 60, uma série de fatores resultou na transição de um modelo de proibição sanitarista para o bélico, fundando uma política criminal intolerante que se opunha às drogas com táticas de guerra.

No contexto internacional, ao mesmo tempo em que a Guerra Fria transformava a iminência de guerra em um estado extremamente rentável e essencial para o desenvolvimento da economia, também eclodiam movimentos de contracultura em favor da igualdade de direitos, da liberdade de expressão, do pacifismo, além das rebeliões dos negros, dos movimentos guerrilheiros na América Latina e da Guerra do Vietnã (Batista, 1997, p. 85). Assim, ao tempo em que surgiam novos protagonistas no que concerne ao uso de drogas, na medida em que jovens das classes média e alta passaram a compor parcela considerável de usuários de maconha e LSD, as substâncias ganharam conotação política, tanto pelo Estado quanto por parte da juventude manifestante, como símbolo de insurgência (Del Olmo, 1990, p. 36).

Dentro da perspectiva dualista decorrente do iminente conflito entre os blocos capitalista e comunista, o governo ocidental difundiu a ideia da droga como arma dos comunistas para prejudicar seu desenvolvimento. Sob esse olhar, entende-se que foi essa valoração política que fez com que as substâncias entorpecentes e psicotrópicas passassem a ser encaradas como uma ameaça ainda maior. Além do tráfico internacional, que as transformou em um problema de segurança nacional, surgiu também o conceito de “inimigo interno”, que impunha a necessidade de táticas de guerra para combatê-las.

Segundo Nilo Batista:

Essa amostragem é suficiente para constatar que a produção jurídico-penal daquela conjuntura absorveu a ideia de que a generalização do contacto de jovens deveria ser compreendida, no quadro da guerra fria, como uma estratégia do bloco comunista para solapar as bases morais da civilização cristã ocidental, e que o enfrentamento da questão devia valer-se de métodos e dispositivos militares (Batista, 1997, p. 87).

No Brasil, a ditadura militar iniciada pelo golpe de Estado de 1964 criou condições para a importação dessa visão, que culminou na declaração de guerra contra às drogas, agora equivalentes ao subversivo, na figura do seu traficante. Com a redução das liberdades individuais e o aumento das repressões no período ditatorial, foi conferida, pelo Decreto-Lei Nº 385/68, nova redação ao art. 281 do Código Penal vigente, tornando equiparadas as condutas de traficantes, usuários e comunistas, que agora representavam o mesmo perigo para a ordem estabelecida ao período; a insubordinação (Zacccone, 2011, p. 98).

O Estado de Guerra é instaurado e qualquer movimento que venha a questionar sua legitimidade é enquadrado em determinado rótulo (inimigo) e considerado subversivo em potencial (criminoso). Desta forma, tanto os revolucionários quanto os criminosos comuns são encarados como inimigos a serem eliminados pelo sistema repressivo (Carvalho, 1997, p.147 *apud* Zacccone, 2011, p. 98).

O final da década de 80 ficou marcada pela vitória do bloco capitalista sobre o comunista e pela adoção da política do Estado Mínimo, caracterizada pela inexistência de intervencionismo do Estado no âmbito social para favorecimento da economia. Essa ausência de regulamentação resultou em uma maior taxa de desemprego, marginalização e um número crescente de incidentes criminais, o que acarretou um aumento na demanda por repressão policial, estabelecendo, assim, um paradoxo – um Estado Mínimo em termos de economia, mas que exerce controle penal máximo (Zacccone, 2011, p. 109).

A ausência do comunismo como inimigo externo fez surgir um quadro de recessão econômica e a necessidade de redirecionar as frustrações orçamentárias oriundas do fim daquele estado de constante iminência de guerra. A produção e o tráfico de cocaína passaram então a ocupar posição central no discurso político proibicionista, uma vez que havia se tornado um negócio extremamente rentável (Zacccone, 2011, p. 89), particularmente na América Latina, em decorrência de sua lucratividade e das condições climáticas e sociais favoráveis para o cultivo da coca. Destarte, a queda da ameaça comunista deixou um espaço aberto gradativamente ocupado por um novo perigo: o narcotráfico.

A droga tornou-se, assim, o novo eixo para a divisão ideológica do mundo em bem e mal, e o novo fundamento para o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina, mediante a intensificação da política criminal nesses países. Tal recrudescimento beneficiou as indústrias do controle do crime, tanto pelo aumento dos gastos estatais com equipamentos adequados, a reorganização dos serviços de inteligência e o confronto e a ampliação do sistema penitenciário quanto no setor da segurança privada (Batista, 1997, p. 89).

Nesse contexto, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que legitimou no Brasil a chamada “ideologia da diferenciação”, correspondente à distinção das figuras de traficantes e usuários, a partir de elementos subjetivos, base para a legislação atual referente às drogas (Zaccone, 2011, p. 100). Em seu art. 5º, inc. XLIII, a conduta prevista como tráfico de entorpecentes foi alvo de redução de garantias para aqueles que venham a praticá-la, passando a ser considerado crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia (Brasil, 1988).

Essa diferenciação foi intensificada pela difusão das ideologias do Movimento de Lei e Ordem nos países da América do Sul – política criminal proveniente dos Estados Unidos, fundamentada na propagação do medo e do terror pelos meios de comunicação e em uma maior atuação policial para diminuição da criminalidade e garantia da ordem nas grandes cidades. Com o passar do tempo, o traficante tornou-se o principal inimigo da sociedade e o usuário deixou de sofrer grandes repressões. Considerando a subjetividade dessa distinção, o “fornecedor” era identificado através de um estereótipo pautado na posição precária no mercado de trabalho, no baixo nível de escolaridade, na condição socioeconômica e, acima de tudo, na raça, que permeia e fundamenta não só essas questões, como a atuação das agências de criminalização secundárias, desde o nascimento do sistema penal (Zaccone, 2011, p. 101).

Em 2006, foi promulgada a Lei Nº 11.343, que previu a despenalização do usuário em seu art. 28, conquanto na prática já sofresse tratamento mais brando, em decorrência da criação dos Juizados Especiais Criminais (Brasil, 2006). Já o crime de tráfico foi tipificado no art. 33 desse mesmo dispositivo, com pena consideravelmente mais rigorosa. A mera observação desses artigos revela o tratamento diferenciado atribuído às duas condutas, já que, ao traficante, não só é prevista a pena privativa de liberdade, sem possibilidade de conversão em outras formas de sanção, como as proibições constitucionais à liberdade provisória, à anistia, graça e indulto.

Os critérios utilizados para discernir o traficante do usuário estão no § 2º, do art. 28 da lei: “§ 2º Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (Brasil, 2006).

Como a quantidade de substância apreendida não está legalmente prevista, o enquadramento da conduta em uso ou tráfico se queda a critério das autoridades policiais e judiciárias. Outrossim, circunstâncias sociais, pessoais e a observação da conduta do agente também são questões abstratas, ou seja, sujeitas à interpretação de quem as analisa; logo, esse dispositivo torna expresso o caráter subjetivo da diferenciação. Assim, considerando o racismo estrutural que impregna o pensamento social e fundamenta o sistema penal, a política de drogas nada mais é do que uma forma de perpetuar a criminalização e a exclusão social dos marginalizados, daqueles que sempre foram estabelecidos como alvo desse processo: os negros.

O percurso histórico da criminalização das drogas demonstra como a lei é passível de alteração ao longo dos anos, considerando interesses sociais e econômicos das classes detentoras do poder. A transformação do traficante num grande inimigo interno é o que serve de justificativa atual para a manutenção de uma política proibicionista/belicista que mata e encarcera negros. Conforme Luiz Eduardo Soares (2019, p. 30): “no Rio de Janeiro, segundo pesquisa para o Pnud, 80% dos presos por tráfico são jovens entre 16 e 28 anos, primários. A grande maioria foi capturada em flagrante, não portava arma, não agia com violência e não tinha qualquer vínculo com organizações criminosas”.

Ainda assim, incursões policiais violentas e violações aos direitos humanos despertam poucos questionamentos por parte da população em geral, baseadas em um sentimento de medo provocado e baseado em estereótipos construídos e disseminados desde o Brasil Colonial.

A CRIMINALIZAÇÃO DO NEGRO NA ATUALIDADE: ENCARCERAMENTO, MORTE E CONTROLE DO COTIDIANO

Ao analisar estatísticas dos registros de crimes nas delegacias do Rio de Janeiro, Zaccone (2011) constatou que, enquanto nos bairros da Zona Sul e Barra da Tijuca foram registradas apenas 63 ocorrências ligadas ao tráfico de entorpecentes, nos bairros de Bangu, Santa Cruz, Bonsucesso, Jacarepaguá, Imbariê e São Cristóvão, foram registradas 561 ocorrências.

QUADRO 1

Flagrantes Zona Sul e Barra da Tijuca

Delegacia (área)	Flagrantes
15ª DP (Gávea)	17
10ª DP (Botafogo)	15
12ª DP (Copacabana)	14
14ª DP (Leblon)	9
13ª DP (Ipanema)	5
16ª DP (Barra da Tijuca)	3
TOTAL	63

Fonte: Zaccone, 2011, p. 14-15.

QUADRO 2

Flagrantes Zona Norte e Oeste

Delegacia (área)	Flagrantes
34ª DP (Bangu)	186
36ª DP (Santa Cruz)	89
21ª DP (Bonsucesso)	83
32ª DP (Jacarepaguá)	73
62ª DP (Imbariê)	67
17ª DP (São Cristóvão)	63
TOTAL	561

Fonte: Zaccone, 2011, p. 14-15.

Em uma análise rasa, pode-se pensar que a movimentação de drogas é muito maior nesses bairros do que na Zona Sul e na Barra da Tijuca. Contudo, os números não revelam a realidade quanto à prática da conduta, mas com relação à atividade da polícia judiciária.

Como visto, 91,78% das operações policiais são realizadas nas Zonas Norte e Oeste do município, regiões que concentram os bairros de Bangu, Bonsucesso, Santa Cruz, Jacarepaguá e que são ocupadas majoritariamente

por negros. Enquanto isso, a Zona Sul, região predominantemente branca, concentra apenas 3% das ações policiais, sendo nítida a seletividade punitiva a que estão sujeitos os afro-brasileiros, submetidos a maior repressão e demonstração do exercício de poder à disposição do Estado, o encarceramento.

Souza (2005) esquematizou o tráfico de drogas em dois subsistemas: de importação-exportação-atacado (I-E-A) e de varejo. Apesar do primeiro ser responsável pela importação/exportação da droga e pelo abastecimento de armas e substâncias para os operadores do varejo, o segundo é o que mais sofre políticas de enfrentamento e possui maior destaque na imprensa.

O subsistema I-E-A corresponde ao nível nacional da estrutura, sendo composto pelos grandes traficantes atacadistas, agentes envolvidos com a lavagem dos ganhos obtidos com negócios ilícitos e pelos profissionais corruptos, como funcionários de portos, aeroportos e policiais (Souza, 2005). Esse subsistema realiza grandes movimentações de dinheiro, insere-se na economia regular e mantém contato com o alto escalão do poder do Estado.

Vianna e Neves (2011) citam o autor:

A razão pela qual o poder e a organização do tráfico varejista são exagerados reside no interesse em desviar a atenção da opinião pública daqueles que seriam os verdadeiros empresários da droga: os que lidam com importação, exportação, o atacado e a lavagem de dinheiro. Neste sentido, verifica-se que o alarde em torno do tráfico é bastante seletivo, incidindo especial sobre sua parcela mais pobre (Vianna; Neves, 2011, p. 36).

Observa-se que o subsistema varejo funciona em nível local, possuindo menor organização estratégica e quedando com a menor parte dos lucros em comparação aos outros agentes do tráfico. São seus operadores a “ponta mais frágil da rede do tráfico, que se estende até os grandes empresários da droga, os quais se aproveitam das condições miseráveis que se impõem a maior parte da população favelada para recrutar mão-de-obra barata e facilmente substituível” (Vianna; Neves, 2011, p. 37).

Embora os atacadistas possuam papel fundamental e até mais significativo na estrutura do comércio de drogas, conforme proposto por Souza (2005), a repressão militarizada se concentra nas áreas mais humildes, em bairros historicamente ocupados por negros, em que predomina a atuação do varejo. Como bem pontuou Zaccone:

A incapacidade da atual política de “combate” às drogas em destruir o “narcotráfico” e suprimir o consumo de drogas ilícitas é apenas aparente. A suposta impotência da “guerra” contra as drogas mostra um outro lado vitorioso, revelado na seleção criminalizante dos traficantes “escolhidos” e no reforço do negócio junto ao mercado legal (Zaccone, 2011, p. 72).

A seletividade punitiva não é arbitrária, é orientada pelo padrão de vulnerabilidade dos candidatos à criminalização. Deste modo, o modelo repressivo funciona de forma a defender os interesses da classe dominante, como já previsto pela criminologia crítica. Além de servir a um propósito histórico de hierarquia racial, exerce também uma função mercadológica de excluir os varejistas, representantes do setor debilitado do mercado de drogas, da competitividade do comércio ilegal, aumentando a corrupção na periferia e concentrando os lucros nas atividades legais, responsáveis pela lavagem do dinheiro.

Surge, então, a teoria do iceberg invertido, que classifica a criminalidade no tráfico de entorpecentes em diferentes categorias, porquanto reconhece que o comércio de drogas nas favelas é a ponta de um

iceberg invertido, onde se concentra o maior número de pessoas expostas à repressão, enquanto os “novos ricos” e os “cidadãos acima de qualquer suspeita” estariam situados na criminalidade de níveis 2 e 1, equivalentes à ponta submersa (oculta) do iceberg (Zaccone, 2011, p. 12).

A predominância da atuação policial no varejo pode ser observada a partir dos dados do Infopen (2020), em que os presos por tráfico de drogas e associação ao tráfico correspondem à 227.066 dos 759.518 encarcerados, enquanto os presos por tráfico internacional de drogas, tráfico e comércio ilegal de armas de fogo, corrupção passiva e corrupção ativa são 6.513.

GRÁFICO 2

Presos por crime cometido



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Infopen (2020). Acesso em: 14 set. 2021.

Além da seletividade no enfrentamento ao subsistema I-E-A, as ações policiais também se dão de forma diferenciada quando se trata de varejistas de bairros mais nobres, como bem pontua Thompson (1998), citado por Zaccone (2011):

As classes média e alta tendem a passar a maior parte do tempo em locais fechados; os indivíduos marginalizados vivem a céu aberto. Compreende-se, por isso mesmo, haver muito mais probabilidade de serem os delitos dos miseráveis vistos pela polícia do que perpetrados pela gente de posição social mais elevada. Como consequência, idênticos comportamentos, dependendo do estrato a que pertence o sujeito, mostrarão variações quanto a gerar o reconhecimento de serem criminosos (Thompson, 1998 *apud* Zaccone, 2011, p. 18).

Ainda que pareça uma questão de classe, é importante compreender que ela é precedida por uma problemática racial, não só porque o racismo é basilar do sistema penal brasileiro e orienta o funcionamento das agências penais, mas porque “negros são 76% entre os mais pobres no país, que três em cada quatro negros estão presentes entre os 10% com a menor renda do país ou que, em 2015, negros recebiam, em média, 59,2% do rendimento dos brancos” (Borges, 2020, p. 87).

Ademais, considerando que a polícia militar é responsável pelo policiamento ostensivo e constitui o aparato policial mais numeroso, é sobre ela que recai a pressão popular por resultados. Nos termos do art. 144 da Constituição Federal, policiais militares são proibidos de investigar, restando-lhes assim o instituto da prisão em flagrante, motivo pelo qual “a imensa maioria da população carcerária foi presa em flagrante de delito” (Soares, 2019, p. 34-35). Se antigamente a vadiagem era o tipo penal utilizado para tal, atualmente é a lei de drogas.

Considerando a maior visibilidade da infração nas favelas, em decorrência do livre acesso de agentes policiais aos becos e às vielas, os afro-brasileiros, correspondentes a 66,2% dos moradores de comunidade (Ipea, 2011, p. 31), são os mais vulneráveis ao processo de criminalização. Ao mesmo tempo que drogas são igualmente comercializadas em áreas nobres, dentro de apartamentos e condomínios, a ação policial é reduzida, fazendo com que as condutas de uma elite majoritariamente branca sejam menos apuradas.

Além da maior sujeição ao encarceramento e à violência policial, a presença constante dos agentes, principalmente em bairros de maioria negra, tem como consequência o controle social de suas vidas, seja de forma institucionalizada, a partir da polícia, das escolas e dos agentes judiciários, ou de forma difusa, a partir dos meios de comunicação em massa, religião e família, que definem padrões sem serem percebidos.

Os órgãos do sistema penal o realizam de forma disciplinar, militarizada e verticalizada (Zaccone, 2011, p. 30) e inclusive sobre comportamentos não tipificados como crime. Durante as operações realizadas pela instituição, moradores e suas casas são arbitrariamente revistados. Cabe ressaltar também os desdobramentos das Unidades de Polícia Pacificadora, ação pública de combate ao tráfico de drogas nas favelas do estado do Rio de Janeiro, realizada durante o governo de Sergio Cabral Filho:

Os jovens, mas não só eles, são privados de suas manifestações culturais, como também do direito de ir e vir. O toque de recolher, as revistas constantes sob mira dos canos dos fuzis, os maus-tratos recorrentes pelas abordagens policiais e abusos de autoridade são marcas do projeto (Franco, 2018, p. 76).

Por mais que proibições a religiões de matriz africana, a rodas de samba e à capoeiragem pareçam uma realidade próxima ao período escravagista, manifestações culturais negras e periféricas sofreram limitações recentes, como os bailes funks, em decorrência da política pacificadora instaurada no Rio de Janeiro. Embora muito popular e gerador de movimentação econômica significativa, o gênero musical ainda sofre forte repressão, sendo frequentemente associado à criminalidade (Franco, 2018, p. 74).

Parece chocante afirmar que o sistema penal não somente sofre interferência do racismo como o tem como base fundamental de sua estrutura. Entretanto, face ao exposto, é possível compreender como esse traço não está somente em ações individuais dos agentes; não se trata de uma escolha deliberada em reprimir principalmente jovens negros e periféricos; trata-se de um sistema instaurado e pensado em um contexto escravocrata, com objetivo de controlar raças subalternas e manter o *status quo* em termos de poder político e econômico. Assim, sem desconsiderar as conquistas do movimento negro ao longo da história, não há como se falar em uma política de segurança pública dissociada de uma nítida repressão a afro-descendentes, uma vez que jamais houve mudanças significativas na estrutura de um sistema que foi criado para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados publicados por institutos de pesquisa, como Ipea, ISP e Infopen, evidenciam negros e pardos como os principais afetados pela política criminal brasileira, correspondendo à maioria dos presos, mortos e violentados pelas agências de criminalização¹. Mesmo assim, a sociedade, de modo geral, assiste passivamente a essas violações, rechaçando a associação entre elas e um racismo que determina o funcionamento do sistema penal, descredibilizando a experiência daqueles que sofrem na pele suas consequências e legitimando seu funcionamento como o único possível para buscar a segurança pública no país (Borges, 2020, p. 57). Em um país democrático, em que, nos termos do art. 1º da Constituição Federal, todo o poder emana do povo, a população constitui parte fundamental para a manutenção da política criminal instaurada, possível somente se acompanhada de apoio e/ou inércia popular.

Quando se ignora a existência de um fator estrutural determinante para a maior vitimização de pretos e pardos por parte do Sistema Penal, é como se a responsabilidade da concentração dessas violações fosse do próprio grupo. Se é entendido que inexistente racismo institucional, quando se trata de política de segurança, negros constituiriam a maioria dos presos porque seriam os que mais praticam crimes. Negros constituiriam a maioria dos mortos por agentes do Estado porque seriam os que mais atentam contra eles. Segundo Bento (2003, p. 2), “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”. Logo, silenciar-se sobre a responsabilidade da branquitude nas mazelas geradas por um sistema criminal que pouco a afeta, é admitir o cenário e negar-se a modificá-lo.

Como demonstrado ao longo do artigo, não se trata de mero acaso; trata-se de um projeto político de manutenção de uma hierarquia de poder baseada na raça. Se antes era possível fazê-la explicitamente através do texto normativo, em um segundo momento, o racismo seguiu permeando o Sistema Penal de forma mais velada, através de leis discriminatórias e da atuação policial, influenciada pelo positivismo criminológico. Isso, somado à disseminação do mito da democracia racial, a partir do período imperial, permitiu uma edição da memória coletiva e o “esquecimento” das atrocidades da escravidão, o que permite a não admissão do privilégio branco e a ideia de que inexistente uma necessidade de corrigi-lo (Mills, 2018, p. 430).

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros; no final das contas, são interesses econômicos em jogo (Bento, 2003, p. 3).

Conclui-se, então, que esse “suporte popular” à política criminal vigente e ao não reconhecimento do racismo como fundamento do Sistema Penal advém de um projeto de ignorância social que abrange, além de entendimentos motivados pelo racismo individual, aqueles fundados em questões socio estruturais mais impessoais, decorrentes de um apagamento histórico que atenua os efeitos ainda existentes de séculos de escravidão.

Assim, concordando com Mills (2018, p. 431), só é possível buscar a propositura de soluções pontuais e eficientes a partir da instauração de uma política de memória, ou seja, da democratização do

¹ Pretos e pardos representaram 78% do total de vidas perdidas no Brasil decorrentes da ação de agentes estatais em 2020 (Da Silva; Grandin; Caesar; Reis, 2021).

conhecimento histórico acerca da subordinação racial negra. É demonstrando a construção da desumanização de pretos e pardos como o que ainda sustenta a tolerância popular das agressões sofridas por eles que se faz possível desconstruir essa inércia decorrente de narrativas e associações equivocadas da figura do negro com a criminalidade.

Se os detentores do poder político e econômico encontram no Sistema Penal um mecanismo para manutenção da hegemonia, só é possível vislumbrar saídas realmente eficazes a partir dos olhos daqueles que não o são. Para isso, é imprescindível que a história da política criminal, tal como é hoje, seja difundida de forma compreensível e democrática para todos aqueles que foram criados ouvindo o mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que acreditavam no estigma do jovem negro e periférico como perigoso. Não é possível que o Sistema Penal Brasileiro seja enfrentado como reprodutor e mantenedor de uma estrutura social opressiva, sem o reconhecimento do racismo nos próprios indivíduos da sociedade na qual a instituição se sustenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and of people of African descent against excessive use of force and other human rights violations by law enforcement officers.** Genebra: ONU, 2021. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/47/53>. Acesso em: 22 set. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** 7 ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.** 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 5, n. 20, p. 129-146, out./dez. 1997.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003, p. 1- 30.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** 2 ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1951. Seção 1, p. 10.217.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 11. 343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 ago. 2006. Seção 1, p. 2.

BRASIL, Decreto N° 2.861, de 8 de julho de 1914. Approva as medidas tendentes a impedir o abuso crescente do opio, da morfina e seus derivados, bem como da cocaína, constantes das resoluções aprovadas pela Conferencia Internacional de Opio, realizada em I de Dezembro de 1911 em Haya. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1914. Seção 1, p. 873.

BRASIL. Decreto N° 20.930, de 11 de janeiro de 1932. Fiscaliza o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regula a sua entrada no país de acordo com a solicitação do Comité Central Permanente do Ópio da Liga das Nações, e estabelece penas. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 16 jan. 1932. Seção 1, p. 978.

BRASIL. Decreto N° 24.505, de 29 de junho de 1934. Modifica os Artigos 1º, 3º, 5º, 14, 22, 25, 26 e 58, do Decreto N° 20.930, de 11 de janeiro de 1932. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 7 jul. 1934. Seção 1, p. 13.602.

BRASIL. Decreto-lei N° 891, de 25 de novembro de 1938. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 28 nov. 1938. Seção 1, p. 23.843.

BRASIL. Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Seção 1, p. 23.911.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. Washington/DC: OEA, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CINCO, Renato. O debate sobre a legalização das drogas: a falência da política proibicionista. **Revista Inscrita**, Brasília, v. 10, n. 14, p. 57-65, dez. 2013.

COSTA, Camilla. 5 mapas e 4 gráficos que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro. **BBC Brasil**, 10 nov. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc. Acesso em: 22 set. 2021.

DA SILVA, Camila Rodrigues; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Estados não sabem raça de mais de 1/3 dos mortos pela polícia em 2020; dados disponíveis mostram que 78% das vítimas são negras. **G1**, Monitor da Violência, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/estados-nao-sabem-raca-de-mais-de-13-dos-mortos-pela-policia-em-2020-dados-disponiveis-mostram-que-78percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2021.

DAL SANTO, Luiz Phelipe. Racismo e controle social no Brasil: história e presente do controle do negro por meio do Sistema Penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 25. v. 138, p. 269-303, dez. 2017.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatório consolidado nacional INFOPEN**. Brasil, dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2020.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o Sistema Penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. Volume 1. 23 ed. Niterói: Atlas, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ONU Mulheres; SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres; SEPIIR – Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

ISP – Instituto de Segurança Pública. **Visualização de dados**. 2019. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>. Acesso em: 22. set. 2021.

JORNAL NACIONAL. Polícia do Rio divulga antecedentes criminais dos 27 mortos na operação no Jacarezinho **G1**, Jornal Nacional, 10 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/10/policia-do-rio-divulga-antecedentes-criminais-dos-27-mortos-na-operacao-no-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MÉRIDA, Cristina Brandão Augusto. **O cérebro criminógeno na antropologia criminal do século XIX: um estudo sobre a etiologia do crime a partir da medicalização da sociedade**. Rio de Janeiro. 2009. 176 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MILLS, Charles Wade. Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. **Revista de Filosofia**, Amargosa/BA, v. 17, n. 1, p. 413-438, jun. 2018.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as origens da Favela. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A Loucura Epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os Jagunços. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo XII, p. 129-144, 1897.

SAAD, Luísa. **Fumo de negro: a criminalização da maconha no pós-abolição**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SATRIANO, Nicolás. Favela na Zona Oeste do Rio tem mais operações da polícia, e Zona Norte concentra 60% delas. **G1**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/29/favela-na-zona-oeste-do-rio-tem-mais-operacoes-da-policia-e-zona-norte-concentra-60percent-delas.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes. As drogas e a “questão urbana” no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 419-468.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Cláudia Elizabeth Abbês Baêta. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 16, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2011.

WOLF, Palma. Prisiones y Covid-19 en Brasil: de la Pandemia al Pandemonio. In: RIVERA BEIRAS, Iñaki (Coord.). **Pandemia**: Derechos Humanos, Sistema Penal y Control Social (en tiempos de coronavirus). Valência: Tirant lo Blanch, 2020.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

POLÍCIA QUE PARECE MILÍCIA E MILÍCIA QUE PARECE POLÍCIA: CONTROLE SOCIAL E PROJETO MORAL NA FAVELA DO BATAN/RJ¹

JONATHAN WILLIAN BAZONI DA MOTTA

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisador associado ao CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ) e ao Observatório Fluminense (PPGCS/UFRRJ).

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: jonathan.jntn@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5271-0106>

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de mostrar os agenciamentos morais e as técnicas de controle social de um grupo de milicianos e de duas políticas de segurança: o Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no período de 2007 a 2011, na favela do Batan/RJ. A partir de uma pesquisa etnográfica de mais de três anos no território, que produziu uma série de entrevistas e conversas informais com moradores, defendemos que no período delimitado houve uma governança miliciana no Batan que congregou forças legais e ilegais militarizadas com a finalidade de controlar a moralidade dos moradores e coibir os desviantes. Nesse contexto, milícia e polícia se complementavam na gestão da ordem local, produzindo uma zona cinzenta de atuação ancorada em um mesmo projeto moral.

Palavras-Chave: Milícia. Polícia. Projeto moral. Controle social. Favela.

ABSTRACT

POLICE THAT LOOK LIKE MILITIA AND MILITIA THAT LOOK LIKE POLICE: SOCIAL CONTROL AND MORAL PROJECT IN THE BATAN FAVELA/RJ

This research aims to show the moral arrangements and techniques of social control of a group of militia members and two security policies: the Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) and the Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) in the period from 2007 to 2011 in the Batan favela/RJ. From an ethnographic research of more than three years in the territory, which produced a series of interviews and informal conversations with residents, we argued that in the delimited period there was a militia governance in Batan that brought together legal and illegal militarized forces with the purpose of controlling the morality of residents and curb deviants. In this context, militia and police complemented each other in the management of local order, producing a gray area of action anchored in the same moral project.

Keywords: Militia. Police. Moral project. Social control. Favela.

¹ O presente artigo é fruto do desdobramento da dissertação de mestrado do autor e contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo: 140414/2021-5.

Data de Recebimento: 22/12/2022 – **Data de Aprovação:** 18/07/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1849

INTRODUÇÃO

O jardim Batan é uma favela localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, com uma população de 3.431 habitantes e 955 domicílios, segundo o Censo de 2010². Até a década de 1960, era uma enorme fazenda com vegetação nativa e criação de gado. Seu nome é uma corruptela da árvore Ubatã e preserva seu passado atrelado ao seu antigo bioma. A partir dos anos 1970, a região foi ocupada por muitas famílias vindas de outras partes do Brasil, especialmente do Sudeste e do Nordeste. Sua configuração geográfica é plana, típica de um bairro operário, sendo a grande maioria das casas feita de alvenaria, abrigando pessoas de classe média baixa e pobres.

Apesar de seu pequeno tamanho, se comparado a outras favelas do Rio de Janeiro, o Batan ficou nacional e internacionalmente conhecido pela tortura de jornalistas em sua comunidade. Em maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia* estava fazendo uma reportagem investigativa sobre o cotidiano da milícia, quando foram descobertos e torturados por mais de sete horas. No relato à revista *Piauí* em 2011³, um membro da equipe que havia sido torturado conta que os milicianos tiveram acesso a coisas extremamente íntimas da equipe, como fotos, endereços e apelidos de trabalho, o que mostra a capacidade dos milicianos de obterem informações e se articularem a vários setores sociais, dificultando o trabalho de investigação e de combate a essa organização criminosa.

Até aquele momento, a milícia gozava de grande prestígio social na capital fluminense, sendo considerada por muitas autoridades políticas uma espécie de solução comunitária ao problema da violência e da insegurança que assolava diversos bairros da cidade. A milícia é uma descendência direta de outros grupos criminais. Desde a década de 1950, grupos de extermínio formados por policiais e financiados por comerciantes são responsáveis por torturas, desaparecimentos e execuções sumárias no Rio de Janeiro e, principalmente, na Baixada Fluminense. Quando esses policiais passam a gerir a ordem em seus próprios locais de moradia, financiados pelo comércio local e pelos próprios moradores, formou-se a chamada “polícia mineira”, um coletivo de policiais que dominava territórios periféricos, atuando como oposição aos grupos de traficantes de drogas. Essa iniciativa serviu como uma espécie de “gêneses” para outros grupos (Alves, 2003; Zaluar; Conceição, 2007; Mesquita, 2008; Misse, 2011; Rocha; Da Motta, 2020; Pope, 2023).

A partir do momento em que esses grupos passam a se enveredar na política, elegendo representantes parlamentares para atuarem como braço institucional, é onde há conformação daquilo que entendemos como milícia (Alves, 2003). Essa institucionalização dos interesses milicianos produziu redes de influência e cooperação junto a policiais, políticos, líderes comunitários e funcionários do Estado, garantindo acessos a recursos, diminuindo conflitos e limitando o combate pelas autoridades (Arias, 2013; Mendonça, 2014; Arias; Barnes, 2017; Manso, 2020). É por meio desses agenciamentos que os grupos milicianos conseguem garantir a livre circulação de pessoas e mercadorias e garantir a “tranquilidade” – elemento central da aceitação das milícias (Burgos, 2008; Mesquita, 2008; Silva, 2017).

2 Disponível em: https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno_upp_batan.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

3 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Com a tortura da equipe do *O Dia*, a milícia passou a ser vista e representada de outra forma, não mais como uma auto-organização que buscava proteger a favela do tráfico de drogas, mas sim como um grupo tão perverso quanto. Esse rebaixamento moral sofrido não só pela milícia do Batan, mas pela ideia de milícia num todo, fez com que o grupo perdesse grande parte de seu prestígio político e midiático anterior. Como apontam Cano e Duarte (2012), o ano de 2008 representou uma inflexão para as milícias, que até então eram defendidas e aceitas como grupo de segurança comunitária. Após o fatídico sequestro, a imprensa passou a pressionar o Estado por uma resposta contundente e passou a associar os milicianos como parte do crime organizado. Os próprios políticos que afirmavam que a milícia era uma espécie de “mal menor”⁴, se viram obrigados a darem uma resposta política em função da repercussão do caso.

Meses depois do ocorrido, o poder legislativo instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sob a presidência do à época deputado estadual do PSOL, Marcelo Freixo, com a finalidade de averiguar e punir os grupos milicianos. Mais de 200 pessoas foram presas entre políticos, policiais e civis, inclusive o alto escalão da milícia do Batan, obrigando os milicianos a mudarem a forma de atuação. Cano e Duarte (2012) apontam que, para perpetuarem suas atividades, os grupos milicianos precisaram modificar o discurso de legitimidade que existia anteriormente, assim como a posição de chefia de agentes públicos na hierarquia da quadrilha. Dessa forma, os grupos milicianos passaram a agir “no sapatinho”, optando pela discrição e com menos ostensividade, mas igualmente letais e perigosos. Essa estratégia se deu para dificultar a criminalização das organizações, que nesse período estavam sendo fortemente reprimidas pelos agentes estatais.

Ao longo do tempo, os grupos milicianos modificaram sua forma de atuar nos territórios do Rio de Janeiro. A partir de um estudo de caso realizado na favela do Batan, a presente pesquisa busca se debruçar justamente nesse processo de modificação da atuação dessas organizações, para compreender como se deu os agenciamentos com as políticas de segurança pública entre os anos de 2007 e 2011. O trabalho de campo na presente favela foi realizado por meio de acompanhamentos periódicos de moradores e da associação de moradores local entre os anos de 2016 e 2019. Para este artigo, foi selecionada uma parte desse material: fragmentos de 2 entrevistas com moradores homens, um com idade por volta de 50 anos (branco), outro, por volta dos 30 anos (mestiço); e partes de 2 conversas informais, uma com um morador por volta dos 50 anos (branco) e outra com uma moradora por volta dos 30 anos (negra retinta).

Para este material é dado um tratamento epistemológico que entende essas conversas informais e entrevistas como parte de uma memorização de situações concretas que dão o mote da experiência vivida pelos moradores da favela do Batan. Dito de outra forma, as falas acionadas pelos moradores são entendidas como “testemunhos” (Das, 2011) dos processos sociais que ocorrem no território. Dessa forma, é possível compreender o repertório moral e as técnicas de controle social da milícia, do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em seus anos iniciais, para aludir sobre como se constituem os agenciamentos entre milícia e polícia.

A primeira parte do trabalho apresenta como a favela do Batan passou do controle do tráfico de drogas para a milícia e como isso influenciou a vida cotidiana dos moradores. A segunda seção mostra como foi a adesão de instituições policiais, notadamente o DPO e a UPP, ao projeto moral da milícia, suas aproximações e afastamentos. Por fim, defende-se que nesse período houve uma espécie de governança

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoas-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 20 dez. 2022.

milicianas (um aprofundamento da governança criminal) no Batan, a qual fez com que a milícia fosse um prolongamento da polícia e a polícia um prolongamento da milícia.

A TRANSIÇÃO ENTRE O TRÁFICO DE DROGAS E OS “ÁGUIAS”

O surgimento do tráfico de drogas a varejo na favela do Batan teve início por volta dos anos 1980 e seu auge nos anos 1990, com a territorialização dessas atividades por meio de jovens que protegiam certas áreas da favela empunhando armas de guerra. A partir desse momento, a violência passa a ser o elo mediador das relações locais entre os membros da quadrilha e a população local (Machado da Silva, 2008) e o medo, o elemento estrutural desse ordenamento territorial (Grillo, 2013). Desde o início, o grupo armado que controlou o Batan foi caracterizado como “barra pesada”, capaz de mobilizar uma alta carga violenta contra seus inimigos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento bélico dessas organizações, as coisas na favela “pioraram”, segundo seus moradores. O aumento dos armamentos, as rivalidades entre facções e as operações policiais produziram uma sensação de intensificação da violência.

Na época do tráfico, você não podia sair de um bairro... Por exemplo, pra ir ali no [favela rival] fazer alguma coisa. Você tinha que ficar aqui, limitado. Aí, se você quisesse conhecer alguém do [favela rival], você não podia ir lá e nem a pessoa vir aqui. A gente ficava tipo nessa prisão, né? Não podia sair de casa. Sempre que a gente estava na rua, era tiroteio, era confronto entre polícia, entre traficante. Era tiroteio direto, cara. Direto, direto, direto... (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos; realizada em 2019).

Ao longo dos anos, as quadrilhas armadas definiram e redefiniram suas relações de amizade e inimizade, produzindo ora intensas disputas, entre grupos criminosos rivais e policiais, ora acordos e negociações (Barbosa, 2005). Essa configuração potencialmente conflituosa causava uma constante preocupação nos moradores, fazendo-os estar sempre atentos para avaliar e evitar os riscos iminentes (Cavalcanti, 2008). O histórico de conflitos armados – seja pela busca por território ou por revide – era rotineiro até meados dos anos 2000, causando à sua população local um sentimento de impotência e sujeição.

As trocas de tiros e o autoritarismo de certas lideranças do tráfico de drogas provocavam uma interferência no fluxo rotineiro da vida dos moradores, dando um caráter imprevisível ao cotidiano, o que Machado da Silva e Marcia Leite (2008) chamaram de “vida sob cerco”. Os moradores de favelas se sentiam segregados em um cenário socioespacial definido pela constante preocupação e pelo receio com manifestações violentas, em muitos casos imprevisíveis, que impediam as circulações e o exercício das rotinas cotidianas. Muitos moradores identificavam que aquela geração de traficantes que controlava o território era considerada uma das piores da história da favela do Batan (Dias, 2016), fazendo com que a percepção do “cerco” fosse sentida de forma muito intensa. As constantes mudanças de posições de comando, associadas com a pouca idade desses criminosos e o fato de boa parte deles ser oriundos de outras favelas, contribuíram para um sentimento de repulsa ao tráfico de drogas, tornando-os um grande problema para os moradores.

Em 2006, o Batan vivia um cenário muito turbulento, devido à guerra com o Fumacê [favela rival], acarretando muitas mortes e grande violência. Um grupo de moradores do Batan que eram policiais, bombeiros, DESIPE [agentes penitenciários], entre outros, se juntaram para acabar com o que estava acontecendo e garantir a paz. Esse grupo tinha o nome de “Águia”. Eles conseguiram expulsar os traficantes da favela; alguns foram sumindo aos poucos, outros morreram pelas próprias mãos da milícia. Mais de 40 pessoas foram sumindo ou

morrendo pelas mãos dos milicianos, além de coibir as pessoas de mal que queriam a volta do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Pô, antes deles [milícia] assumirem, eles fizeram uma carnificina aqui dentro. Os caras vieram... Vieram uns vinte, subindo por aqui, pra dentro do campo. Eles [traficantes] estavam fazendo um churrasco ali em cima. Tava todo mundo reunido ali. O chefe da parada e uma porrada de bandido [diminuição da voz] tudo comendo churrasco. Tavam comemorando. Daqui a pouco, meu irmão... Foi de madrugada isso. Muito tiro, muito tiro. Aí, foi ver, tinham seis caídos lá e tinha um caído aqui em cima, aqui na subidinha, e tinha uns dois ou três lá pra dentro, na rua. Passaram o rodo, filho. Aí, assumiram de vez. Os bandidos meteram o pé (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Os relatos dos moradores, acima, mostram o momento em que a milícia passou a controlar a favela do Batan no ano de 2007. Conhecidos como “os Águias”, o grupo tinha como característica ser composto majoritariamente por moradores locais com formação militar (policiais, bombeiros e agentes penitenciários). Essa associação de agentes militarizados surge como uma auto-organização comunitária autônoma – ainda que eles tenham relações com outro grupo miliciano conhecido, como Liga da Justiça⁵. Sua finalidade era ordenar moralmente o território, acabar com as trocas de tiro e lucrar com a venda de proteção, transportes irregulares e monopólio de certos serviços, como internet e TV a cabo.

Ainda que os moradores evitassem a utilização desse termo, podemos afirmar que os Águias se configuravam como uma milícia, nos motes definido por Ignácio Cano e Thais Duarte (2012), por apresentar: a) controle armado do território e da população de forma irregular; b) algum nível de coação a essas pessoas; c) motivação pelo lucro individual; d) um discurso de legitimação pautado em uma ordem protetora; e e) participação de agentes do Estado como integrantes do grupo. Mas ao contrário de outras milícias que tinham o objetivo de vender exclusivamente proteção e serviços, os Águias tinham um perfil diferente, que ficou evidente desde o início de sua ocupação territorial. Uma das primeiras atividades empreendidas por eles foi realizar obras de infraestrutura urbana, como abertura de ruas (Mendonça, 2014; Dias, 2016). Essa estratégia fez com que eles fossem rapidamente estimados no território, como mostra a fala de um morador:

Os Águias não eram iguais às milícias de hoje em dia, que extorque morador, vende droga e por aí vai. Eles apenas cobravam taxas do comércio e com o dinheiro dessas taxas eles distribuíam cestas básicas para as pessoas mais pobres da comunidade (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Para os moradores, havia uma nítida diferença entre os Águias e as outras milícias. O grupo do Batan era dotado de um senso comunitário e assistencialista, expressado pela urbanização da favela e pela distribuição de “cestas básicas para as pessoas pobres”. Essas atitudes ganharam a admiração dos moradores, que entendiam que os Águias estavam “fazendo alguma coisa pela comunidade”. Se por um lado essa característica comunitária da milícia era muito elogiada pelos moradores, ela não mascarava seu lado perverso. Atitudes violentas – especialmente no que dizia respeito à regulação moral dos moradores com hábitos identificados como desviantes (sobretudo o uso de drogas) – começaram a ser comuns no cotidiano daquela favela. Os eventuais desvios do padrão de moralidade definido pelos milicianos eram coibidos por meio de punições físicas humilhantes e violentas.

5 Na página 236 do relatório da CPI das milícias, de 2008, há uma menção de que os líderes dos Águias tinham relações com a milícia Liga da Justiça.

Ah, a milícia... Quando eles chegaram, ainda tinham traficantes, o cara que não trafica, mas usa. O usuário. Aí, tinham a regra deles, de não usar na rua. Mas sempre tinha alguém que dava um mole. E eles usavam de exemplo pra um castigo ou uma surra, ou alguma coisa pior, e usavam de exemplo. Teve um caso que um garoto foi pego usando maconha na rua; os milicianos pegaram e foram dando uma surra nele no bairro todo, pra usar de exemplo. A surra foi com um facão, com a parte interna do facão, sem ser a lâmina. Foi dando surra nele no bairro todo e gritando que “isso aqui é pra servir de exemplo pra ninguém fazer aquilo” (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos; realizada em 2019).

A punição pública era uma forma simbólica de passar uma mensagem para os moradores, a de que certos hábitos que ferissem a moralidade instituída pela milícia – como fumar maconha na rua – não seriam tolerados durante o domínio deles. Simples usuários de drogas, conhecidos como “viciados”, foram punidos com o máximo rigor, independente de suas vinculações ao tráfico. Todos aqueles que não se enquadrassem a esse novo padrão moral estabelecido eram automaticamente identificados como “pessoas de mal”, em oposição a “pessoas do bem”, aquelas que se sentiam representadas com as novas regras de moralidade. Muitos moradores justificavam essas ações como sendo designadas apenas para as “pessoas de mal” e não algo generalizado. Nessa lógica, a milícia só punia quem tinha que ser punido ou quem “merecesse”.

O controle social dos Águias se sustentava no que Marcella Silva (2017) denomina como “obediência negativa”, ou seja, o medo de uma invasão do tráfico – e os riscos recorrentes de viver em uma área dominada por esse tipo de cerco. Isso fazia com que os moradores se submetessem ao domínio miliciano, porque o medo da força do tráfico era muito maior que da milícia. Apesar do alto grau de violência que a milícia poderia mobilizar, a maioria dos moradores do Batan entendia que ela era melhor que o tráfico, pois com a milícia: a) não havia mais a guerra entre facções; b) não havia opressão dos traficantes; c) houve melhoria na infraestrutura urbana; d) havia assistência social aos moradores mais pobres; e, por fim, e) havia regulação moral do território. Esses cinco elementos fizeram com que boa parte dos moradores apoiasse a milícia no momento de seu estabelecimento.

Contudo, essa adesão deve ser entendida como uma escolha exclusivamente comparativa e não moral. Wania Mesquita (2008), em sua pesquisa, alerta para a questão do domínio desse tipo de ordenamento territorial. Ainda que houvesse uma razoável aceitação do emprego sistemático da força para a manutenção de uma certa ordem social, o que a autora chama de “ideologia da tranquilidade”, isso só acontecia em contraste com o universo do tráfico de drogas. É como se a milícia oferecesse aquilo que o tráfico não fornece: a tranquilidade; e isso justificaria a possibilidade do emprego recorrente da força. Entretanto, no entendimento de Mesquita (2008, p. 241), isso não significava legitimidade – “que implica uma aceitação ativa da subordinação, reconhecendo a autoridade que exerce o mandato” –, mas sim, “submissão”. Nesse sentido, é possível entender que os moradores do Batan não legitimaram a milícia, eles apenas optaram pelo menos pior dentro do seu mundo de experiências de controle social. O tráfico de drogas oprimia os moradores sem nenhuma compensação e a milícia se apresentava, igualmente opressiva, mas com uma nítida compensação assistencialista.

O grupo Águia controlou a favela de 2007 a 2008; apesar de pouco tempo, foi o suficiente para instituir um projeto moral no território. Entendemos como projeto moral um tipo de mentalidade ou lógica que se estruturou materialmente por meio de regras e proibições baseadas em valores antagônicos aos do tráfico de drogas. Todos os elementos simbólicos associados ao tráfico de drogas, como: escutar funk alto, ter corte de cabelo da moda (pitando de loiro), usar gírias e linguajar de facção, trajar vestimentas associadas,

de alguma forma, ao mundo do tráfico⁶; e utilizar qualquer tipo de drogas ilícitas, eram terminantemente proibidos e combatidos. É importante salientar que esse projeto moral não é negociado com os moradores, ele é imposto verticalmente pelos milicianos. Podemos entender esse projeto moral como uma espécie de poder disciplinar que busca, coercitivamente, transformar desajustados em corpos dóceis (Foucault, 2011).

Os milicianos do Batan foram duramente enfraquecidos pela repercussão internacional do famoso e trágico caso da tortura dos jornalistas. Em maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia* foi torturada pelos milicianos na favela do Batan. Após o lamentável e fatídico caso, o Estado deu uma resposta à altura do ocorrido, mobilizando seu aparato policial por meio de várias incursões na favela, até prender os líderes dos Águias, fato que ocorreu poucos meses depois.

ADESÃO POLICIAL AO PROJETO MORAL DA MILÍCIA

Esse enfraquecimento, e quase extinção da milícia, gerou uma apreensão aos moradores que temiam a volta do tráfico de drogas e o contexto violento experimentado antes da invasão dos paramilitares. Foi em meio a essa desconfiância que um grupo de policiais moradores do Batan, liderados pelo Wolney de Paula, tenente do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) – também conhecido como “xerife da paz” –, lançou chapa à associação de moradores. Essa figura foi empossada como presidente por meio de uma manobra política chamada “eleição por aclamação”. Na prática, ele se autoproclamou presidente da associação de moradores por não haver outra chapa para disputar a eleição. O policial à época se justificou para os moradores explicando que havia tomado aquela atitude porque a milícia tinha tentado registrar uma chapa “deles”, mas ela não conseguiu ser homologada. Esse personagem, além de presidente da associação de moradores, acumulou o cargo de chefe do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO), que funcionou também na associação de moradores durante quase um ano. Tal política de segurança havia sido negociada a partir de seu envolvimento com a esfera política e suas “relações de conhecimentos”, sobretudo no governo do Estado, onde possuía forte relação com José Mariano Beltrame, chefe da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro naquele momento (Mendonça, 2014; Arias; Barnes, 2017).

Apesar da sua atitude, em teoria, visando o “bem da comunidade”, e a tentativa de evitar a volta do poderio do tráfico de drogas, muitos moradores enxergavam essa figura como um “miliciano”, por causa de suas práticas e técnicas de controle social e da moralidade dos moradores. Sua atuação à frente do DPO foi questionada por muitos moradores e lideranças comunitárias, que identificavam em seus métodos de atuação características autoritárias e violentas.

Havia um presidente da associação dos moradores que era miliciano e do BOPE. Ele esculachava e batia em morador. Meu namorado sempre era revistado, mesmo ele sendo preto, ele não fazia parte do estereótipo clássico, não tinha cabelo na régua nem nada disso (Trecho de conversa com moradora por volta dos 30 anos; realizada em 2018).

Logo após esse fato [tortura dos jornalistas], a UPP entrou na comunidade e a milícia logo tratou de colocar alguém deles na associação de moradores. Um policial do Bope ficou responsável por essa tarefa de evitar que o tráfico voltasse ou que tivesse algum movimento [associativo] a favor do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

⁶ No Rio de Janeiro, algumas marcas de roupas, como Lacoste e Ecko, e algumas camisas de futebol de times internacionais, como Chelsea e Manchester, são associadas a facções criminosas.

O Tenente do BOPE é acusado de ser miliciano pela sua forma de agir com os moradores, sobretudo aqueles que são “suspeitos”. Essa caracterização é motivada pela sua alta carga de coerção física e psicológica, além “esculachar”, “revistar” e “bater” em morador. Essa espécie de caça às bruxas orquestradas pelo DPO gerou insatisfação, especialmente dos moradores mais jovens. Além dessas atitudes desproporcionais orquestradas pelos policiais, outra denúncia pairava nesse período envolvendo o DPO.

Alguns moradores entendiam que aquela política de segurança era uma forma de os interesses da milícia, especialmente o combate a qualquer elemento simbólico do tráfico, ficarem preservados pela figura do Wolney (Xerife da Paz). Por mais que esse personagem não fosse formalmente um miliciano – já que não havia nenhuma acusação a ele na CPI das Milícias –, ele cumpria uma função fundamental para a gestão da ordem e das moralidades no Batan, mobilizando seu capital político e sua autoridade como policial para evitar que qualquer tipo de ameaça do tráfico (territorial ou simbólica) perpetrasse em sua comunidade.

O movimento associativo de favelas é uma estrutura fundamental para o poder da milícia, como indica Burgos (2008). A associação de moradores encarna uma espécie de “Leviatã local”, articulando controle social e trabalho político administrativo com a finalidade de controlar a vida na favela. Esse canal institucional também é fundamental para captar investimentos, atrair atenção de parlamentares aliados e costurar novas alianças.

A figura desse policial comunitário é controversa e balizada entre dois mundos: ser considerado miliciano pelos moradores e se sentir um herói comunitário em função dos seus feitos para ordenar o território. De uma forma geral, após a suposta ‘desarticulação’ da milícia, a favela do Batan permaneceu com o mesmo ‘*modus operandi*’ de regulação e coerção cotidiana dos moradores. Apesar da intensidade ser radicalmente distinta e a autoridade ser legal, já que o DPO é uma política estatal de segurança pública, o projeto moral iniciado pela milícia foi preservado através da figura do tenente Wolney e do DPO. Com a chegada da UPP, o DPO é dissolvido e seu líder continua apenas como presidente da associação de moradores até o fim da gestão, em 2013.

Em 2009, a favela do Batan recebeu a terceira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do município do Rio de Janeiro. Mesmo sem ser parte do circuito turístico e da franja olímpica da cidade, a favela foi palco dessa política em função da repercussão midiática da tortura dos jornalistas pelos milicianos no ano anterior, tornando-se a primeira e única favela de milícia a abrigar uma UPP (Mendonça, 2014; Dias, 2016; Da Motta, 2020). O contexto de sua instalação foi de relativa tranquilidade, pois o tráfico e a milícia estavam desarticulados e o DPO havia sido contundente na regulação das moralidades identificadas como desviantes. Por essa razão, nesse primeiro momento, não houve resistência dos moradores, não houve ocupação policial das forças de elite das polícias cariocas e a aceitação e o apoio foram majoritários.

A maioria recebeu bem, pô. Então, assim, alguns não viram com bons olhos, porque acaba aquela facilidade, né? A facilidade do arrego. Então, se você vê por outro lado, deixou muita gente na mão. Aqueles que trabalhavam [diminuição da voz] para o tráfico, se viu, vamos dizer, desempregado. Isso aí não é emprego, mas na visão deles, estão desempregados. Então, pra esses simpatizantes, a situação não foi um bom negócio. Agora, pra moradores como nós, porra, foi excelente, filhão! Como a maioria, 99% aprova (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Para alguns moradores do Batan, o início da pacificação foi desvantajoso, porque representou a suspensão de certos acordos e interesses que gravitavam em volta das atividades do tráfico de drogas. Ainda que

no período o tráfico estivesse inoperante, o início da pacificação gerou uma apreensão nos moradores, em função de indeterminação daquela política, uma vez que não era possível prever como seria aquela iniciativa (Menezes, 2015; 2018). As favelas cariocas historicamente se relacionam com as forças policiais, seja pela violência, seja pelos acordos corruptivos (Barbosa, 2005); então, os moradores não sabiam se a UPP ia aceitar arrego ou se ia dar continuidade no projeto moral exercido pela milícia e pelo DPO. Expectativas foram criadas, seja pelas pessoas que se identificavam com o tráfico de drogas ou que tinham alguma proximidade funcional na estrutura da organização, seja pelas pessoas que tinham medo do tráfico voltar e da UPP compactuar com essa volta.

O primeiro comandante da UPP Batan foi o capitão Eliezer, que ocupou o maior cargo da política de pacificação entre os anos de 2009 e 2011 e foi uma figura fundamental para o “sucesso” dessa atuação policial nos anos iniciais de sua criação. Já em seus primeiros atos na favela, deixou claro qual seria seu modo de trabalho, reforçando expectativas de alguns moradores e desiludindo outros. As representações atribuídas à sua atuação variam de excessivamente rude e enérgico com o controle das moralidades, a eficiente e atuante no controle da criminalidade. Essas duas representações ajudam a entender como essa atuação – rude e eficiente – contribuiu para a aceitação massiva da UPP junto aos moradores.

Nos primeiros anos da UPP com o comandante Eliezer, a UPP era muito linha dura, ele era rude e revistava todo mundo, agredia menor de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Na gestão deste comandante, a coerção física, como “agredir menor de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas” foi uma técnica de controle moral no território, a exemplo do que ocorria anteriormente, quando a favela era controlada pela milícia e pelo DPO. Essa continuidade de uma tática “linha dura” no combate ao tráfico de drogas e seus elementos simbólicos revelava a proximidade moral e de práticas de controle social da milícia, do DPO e da UPP. Essa afinidade moral entre esses ordenamentos territoriais fez com que a UPP, nesses anos iniciais, fosse apoiada pela esmagadora maioria dos moradores do Batan.

A similaridade na atuação desses grupos era tamanha que inclusive alguns moradores chegaram a acusar que, durante a gestão Eliezer, a UPP era aliada à milícia, criando uma espécie de cooperação entre esses dois poderes para ordenar o território e coibir os desviantes associados ao tráfico e ao “mal”.

Na gestão do Eliezer, era de um lado a UPP, atuante e linha dura no combate ao tráfico, e do outro lado a milícia, que estava tanto na associação de moradores [gestão do Wolney] quanto no controle ao tráfico na parte da noite, onde a UPP era menos atuante (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Havia uma espécie de gestão compartilhada e continuada que conectava a milícia – ou o que sobrou dela –; o tenente Wolney, agora não mais como DPO, mas como presidente da associação de moradores; e a pacificação na figura do capitão Eliezer, responsável pela segurança e pelo ordenamento territorial do Batan. Os três segmentos convergiam acerca da necessidade de combater o tráfico e seus possíveis exércitos de reservas, independente do emprego de métodos ilegais e de violações dos corpos dos moradores, sobretudo os jovens. No caso estudado, percebe-se que “os fins justificavam os meios”, mesmo que esses meios fossem extralegais, desumanizados ou tiranos; eles eram acionados para garantir uma espécie de bem maior coletivo e almejado pelos “moradores de bem”: o fim do tráfico e sua influência local.

Olha, eu me lembro do Eliezer, quando comandou aqui. O pessoal dizia que ele era ignorante pra lidar com as coisas. Eu não acho... Meu irmão, o cara que estuda, bota no sangue a farda, então aquilo ali faz parte. Eliezer, assim, o pessoal tinha mais receio dele pelo jeito dele. Sério, muito sério! [...] A relação do Eliezer com a comunidade, eu diria que, era estreita também, mas ele, eu acho que, assim, por ele vestir a farda, era um pouquinho desconfiado das coisas. Eu andei conversando muito com ele, ele até me confidenciou algumas coisas com relação a moradores. Moradores que se diziam participativos, mas, na verdade, estavam próximos dele sondando e levando pro tráfico. Aí, foi quando ele me falou que pessoas que se diziam participativas, no intuito de colaborar, de expandir o negócio ali pra melhorar. Porra nenhuma! Então, ele tinha pessoas infiltradas dentro da comunidade também, pra colher e levar pra ele. Ele falava: “tinham pessoas aqui minha, da minha confiança. Policiais que vieram morar aqui dentro, alugou o espaço e viviam no meio ali, sondando e me traziam tudo”. Aí, eu falei: Legal major! Legal! Sabe muito, sabe muito (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

A capacidade estratégica do comandante da UPP fez com que ele ganhasse admiradores e críticos. Trazer policiais de sua confiança para o Batan, com o objetivo de “sondar” quem eram as pessoas com alguma proximidade com o tráfico ou que quisessem, de alguma maneira, que o tráfico voltasse, era uma das estratégias elaboradas pelo comandante. Essa visão estratégica fazia com que ele pudesse se antecipar diante das situações e assim ser “efetivo” e “atuante”.

Menezes (2015; 2018) explica que nas favelas pacificadas a ideia de vigilância foi fundamental para entender as relações sociais e os perigos aos quais os moradores estavam submetidos. Com a UPP, moradores, policiais e traficantes passaram a conviver com um novo contexto, que Menezes nomeia de regime de “campo minado”. Esses diferentes atores que habitam as favelas pacificadas tinham a percepção de estarem sendo constantemente monitorados e compelidos a também monitorarem, criando mecanismos “lógicos e antecipatórios” para evitar “situações traumáticas”, quase sempre violentas. No caso estudado pela autora (Menezes, 2015; 2018), os moradores ficavam balizados entre o crime remanescente e os mandos da UPP, fazendo-se necessário viver o cotidiano sem se aproximar demais, nem do tráfico, nem da polícia, para não se “contaminar”.

No caso do Batan, o tráfico já não tinha mais força para arbitrar sob a vida dos moradores locais, pois já havia sido praticamente extinto pela milícia antes da entrada das forças de pacificação. Logo, o que se percebeu no local, foi menos um contexto de “campo minado” e mais um contexto de “caça às bruxas”, já que os dispositivos de vigilância se tornaram fundamentais para a UPP do Batan, mas não para evitar a contaminação (como ocorrida em outras favelas pacificadas da cidade), mas sim para perpetuar o projeto moral estabelecido pela milícia.

Apesar da proximidade entre UPP e milícia, algumas diferenças eram fundamentais para os moradores.

Olha, na época da milícia, o que imperava era o autoritarismo. Pode isso e não pode aquilo. Essa é a diferença. A palavra-chave que eu via, o que eu vejo hoje, é o autoritarismo. “Você tem que comprar meu gás. Você não vai comprar lá fora. Vai comprar aqui. Se você comprar lá fora, eu te expulso daqui”. Então, assim, na UPP, não. Na UPP, como em qualquer lugar, é o direito de ir e vir do cidadão. Mas, com milícia, isso não existe. Você não tem o direito de ir e vir. O consumo tem que ser aqui dentro, a cerveja tem que ser aqui. Tudo tem que ser aqui dentro. Então, a diferença que eu vejo é essa (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Por mais que os moradores do Batan, em sua maioria, apoiassem a milícia em detrimento do tráfico e de sua experiência traumática, esse apoio era muitas vezes circunstancial e comparativo, e não identitário. Muitos desses moradores se sentiram oprimidos, em especial pelo monopólio de serviços que a milícia tinha, quase sempre com valores mais altos do que os praticados pelo mercado local. Com a UPP, de certa maneira, a liberdade de circulação de pessoas e mercadorias foi devolvida aos moradores da comunidade junto com a coerção ao tráfico de drogas. A pacificação diminuiu o sentimento de “cerco” (Machado da Silva, 2008) que anteriormente assolava os moradores no domínio do tráfico de drogas e da milícia.

Com a saída do capitão Eliezer do comando da UPP, em 2011, e com o fim do mandato da associação de moradores do tenente Wolney, em 2013, o projeto moral estruturado pela milícia e perpetuado pelo DPO e pela UPP foi se desfazendo. Novos arranjos de poder foram se constituindo em volta do projeto de pacificação nos anos que se sucederam. As constantes mudanças de comando da UPP criariam possibilidades para o aumento da oferta de “mercadorias políticas” (Misse, 1999), reestabelecendo a comercialização das drogas ilícitas, porém de forma discreta, móvel e pouquíssimo ostensiva (Da Motta, 2020; 2023).

A GOVERNANÇA MILICIANA NO BATAN

O conceito de governança foi ganhando, ao longo do tempo, uma série de contornos, tornando-se extremamente elástico e generalista. Se, no passado, governança significava, para a Sociologia e para a Ciência Política, o processo de governar, atualmente, governança, como aponta Renate Mayntz (2017), está relacionada a formas cooperativas de direcionamento político por vários atores e não somente pelo Estado. Nesse sentido, criaram-se subáreas da governança, como governança corporativa, governança estatal, governança criminal, entre outras.

Comumente, as relações entre Estado e crime organizado são enxergadas através desse enquadramento teórico. O conceito de governança criminal é utilizado para designar um contexto social em que haja imposição de regras e normas ou regulação de comportamento por parte de alguma organização criminosa (Lessing, 2021; Lessing, 2022; Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022). Mas esse controle territorial é estabelecido conjuntamente com o Estado, formando uma espécie de “duopólio da violência”, em que ambos se relacionam de forma “simbiótica”. Essa relação é modulada de forma harmônica ou desarmonica, em certas configurações os agentes do Estado reprimem, extorquem e exterminam grupos armados, em outras configurações temos redes de proteção, vazamento de informações sigilosas e até mesmo amizade e valores compartilhados (Lessing, 2021).

Em casos em que a própria organização criminosa é formada por policiais e por funcionários do Estado com treinamento militar, como o caso das milícias, evidencia-se uma enorme complexidade, porque não se trata mais de uma confluência entre organizações diferentes. Nessas situações, a governança criminal se qualifica em “governança miliciana” (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022) e os agenciamentos entre a milícia e a polícia se configuram menos como um duopólio da violência simbiótico e mais como um monopólio difuso da violência, em que há uma zona cinzenta de atuação, práticas e valores, reconfigurando a gestão diferencial dos ilegalismos (Telles, 2009). Nessa governança, a polícia é um prolongamento da milícia e vice-versa, conformando técnicas de governo com intensidades diferentes e compartilhando do mesmo projeto moral.

Na favela do Batan foi possível constatar que a milícia, ao invadir o território, matar e expulsar os traficantes de drogas ilícitas, constituiu um tipo de projeto moral alicerçado no controle da moralidade

local. A forte coerção ao tráfico de drogas e aos moradores que se identificavam com traficantes e a coibição dos usuários de drogas eram o programa político dessa empreitada. O Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) mobilizado pelo tenente do BOPE Wolney, após a suposta desarticulação da milícia em função da tortura da equipe do jornal *O Dia*, deu continuidade a esse programa político. Não mais com execuções, desaparecimentos e humilhações públicas, como anteriormente acontecia com os paramilitares, mas com revistas periódicas e agressões físicas a possíveis suspeitos e pessoas que desejavam a volta do tráfico de drogas. Nessa mesma toada, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em seus anos iniciais com o comandante Eliezer, sofisticou aquilo que o DPO já fazia, mantendo as agressões e as revistas aos moradores e infiltrando policiais de sua confiança entre os moradores para saber quem era a favor da volta do tráfico.

Ainda que a milícia, o DPO e a UPP tivessem o mesmo projeto moral, a forma de atuação e a intensidade foram distintas. É interessante notar que com o DPO e com a UPP, aquela atuação tinha um respaldo institucional-legal que não ocorria anteriormente com a milícia; essa característica foi responsável por uma certa suavização nas práticas de controle social. Mas apesar dessa intensidade menor, no período entre 2007 e 2011, a favela do Batan passou por uma governança milicianista que congregou forças legais e ilegais militarizadas com a finalidade de controlar a moralidade e coibir os desviantes. Nesse contexto, milícia e polícia se complementavam na gestão da ordem, produzindo um direcionamento político normativo. Devido a esse imbricamento, muitos moradores entendiam que milícia e polícia compartilhavam a mesma lógica de atuação, sendo muito difícil distingui-las, a não ser pela intensidade de suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que, ao longo do tempo, a favela do Batan presenciou vários ordenamentos territoriais distintos. O tráfico de drogas a varejo foi o primeiro grupo a controlar o território (da década de 1980 até 2007). Esse tráfico tinha como característica ser gerenciado por pessoas de pouca idade, de fora da favela e sem visão assistencialista. Após esse período, a milícia invadiu e passou a controlar o território com uma profunda dimensão moral, estabelecendo um rígido controle social e dos meios simbólicos associados ao tráfico de drogas. Os paramilitares no Batan se configuraram como um poder cujo pilar fundamental era a retórica e a prática antagônica ao tráfico de drogas. Ao torturarem a equipe do jornal *O Dia*, a milícia no Batan foi desarticulada, passando a operar de outra forma, mais escondida e com outros tipos de representantes, ora identificados como milicianos, ora não, como o caso do tenente Wolney e sua política a partir do DPO. Por fim, os anos iniciais da UPP foram marcados pelas práticas contundentes de controle moral da população pelo capitão Eliezer e sua cooperação com os poucos milicianos que restaram no território.

Após a experiência inicial do tráfico, todos os ordenamentos territoriais que o sucederam estavam comprometidos com a coerção e a regulação moral dos moradores identificados simbolicamente com traços ou resquícios de um modo de vida próximo ao tráfico – moradores que escutavam funk alto, que tinham corte de cabelo da moda, que usavam gírias de facção, que se vestiam como “favelado”, que usavam algum tipo de drogas. Milícia, DPO e UPP (nos anos iniciais) se comprometeram, conjuntamente, a resguardar o território contra o tráfico e seus hábitos, formando uma certa continuidade de métodos de coerção. Essa governança milicianista do Batan revela a complexidade das relações entre milícia e polícia e nos provoca a pensar novas configurações sociais.

Atualmente, as divisas que separavam as facções do tráfico de drogas e os grupos milicianos estão cada vez mais curtas (Arias, 2013; Duarte, 2019). Em função das grandes transformações dos últimos anos no estado do Rio de Janeiro, vivenciamos um contexto social em que a milícia e o tráfico deixaram de ser inimigos opostos para se tornarem sócios e imitam as práticas um do outro (Manso, 2020; Carvalho; Rocha; Da Motta, 2023). Nesse sentido, como se conforma a relação entre tráfico de drogas, milícia e polícia, na atualidade? Que tipos de governanças estamos presenciando nos muitos regimes territoriais da cidade? Esta pesquisa provoca outros pesquisadores a se interessarem por essas questões, que ainda carecem de estudos sistemáticos e etnográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.

ARIAS, Enrique Desmond. The Impacts of differential armed dominance of politics in Rio de Janeiro, Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 48, n. 3, p. 263-284, 2013.

ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. **Current Sociology**, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e dar fuga**: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas e no Rio de Janeiro. 2005. 546 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BURGOS, Marcelo. "Cidadania, favela e milícia: as lições de Rio das Pedras". **Blog do Omar**, Brasil, 26 jun. 2008. Disponível em: <https://doomar.blogspot.com/2008/06/cidadania-favela-e-milcia-as-lices-de.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **"No sapatinho"**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008/2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARVALHO, Monique Batista, ROCHA, Lia de Mattos; DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **Milícias, facções e precariedade**: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023 [livro eletrônico].

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

CLAUDINO, Nilton. "Minha dor não sai no jornal". **Piauí**, edição 59, agosto de 2011. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>. Acesso em: 20 dez. 2022

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. Megaeventos, Estado e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro: qual legado? **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 25, 2019.

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **A experiência da favela do Jardim Batan**: regime de incerteza no pós-pacificação. 2020. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2020.

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. A atuação do tráfico de drogas no pós-pacificação: notas etnográficas de uma favela do Rio de Janeiro. **Revista Campo Minado: Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 80-104, 2023.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011.

DIAS, Ariley Pinto Rainho. **Para ver o futuro**: utopia, risco e paz no Jardim Batan. 2016. 163 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, p. 1-16, 2019.

FOCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; trad: Raquel Ramalheite. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. 291 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

IETS. **Caderno: providência**. 30 de setembro de 2010. Disponível em: https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno_upp_batan.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022

LESSING, Benjamin. Conceptualizing criminal governance. **Perspectives on Politics**, v. 19, n. 3, p. 854-873, 2021.

LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, ed. especial, n. 4, 2022.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 35-46.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 47-76.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MAYNTZ, Renate. From government to governance: political steering in modern societies. *In*: SCHEER, Dirk; RUBIK, Frieder (Eds.). **Governance of integrated product policy**: in search of sustainable production and consumption. Reino Unido: Routledge, 2017, p. 18-25.

MENDONÇA, Tássia. **Batan**: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2014. 184 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. 402 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 191-216, 2018.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Tranquilidade sob a ordem violenta: o controle da “mineira” em uma favela carioca. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 227-248.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos**: acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: Diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 19, n. 40, pp. 13-25, 2011.

O GLOBO ONLINE. Eduardo Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 set 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 20 dez. 2022.

POPE, Nicholas. Militias going rogue: social dilemmas and coercive brokerage in Rio de Janeiro’s urban frontier. **Journal of International Development**, v. 35, n. 3, p. 478-490, 2023.

RIBEIRO, Eduardo; SOARES, Luiz Eduardo; KRENZINGER, Miriam. Tipos de governança criminal: estudo comparativo a partir dos casos da Maré. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, ed. especial, n. 4, p. 559-588, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro**: Comissão Parlamentar de Inquérito (Resolução Nº 433/2008). Rio de Janeiro: ALERJ, 2008. Disponível em: https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio_milicia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCHA, Lia de Mattos; DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 225-248, set. 2020.

SILVA, Marcella de Araujo. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, 2017.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

ARTIGO

APAC COMO SAÍDA: ARTICULAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ATORES PARLAMENTARES NA ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PENAIS MINEIRAS ENTRE 1995 E 2018¹

NATÁLIA MARTINO

Natália Martino é doutoranda em Ciência Política pela UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/ UFMG).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: natymartino@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5377-2993>

THAIS LEMOS DUARTE (IN MEMORIAM)

Thais Lemos Duarte coordenou e compôs diversas pesquisas sobre segurança pública e sistema de justiça criminal, assim como fez parte de organizações da sociedade civil e de órgãos de Direitos Humanos, como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Desenvolveu consultorias sobre sistema penal e prevenção à tortura, tornando-se uma referência nacional sobre esses temas. Socióloga graduada pela UERJ, com mestrado pela UFRJ e doutorado pela UERJ. Pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade Segurança Pública (Crisp/ UFMG).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9149-7387>

Contribuições das autoras: Natália Martino contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados, a redação do manuscrito, a revisão e a aprovação final. Thais Lemos Duarte contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados e com a redação do manuscrito.

RESUMO

Com base na vertente teórica do novo institucionalismo, discutimos os mitos que conformam o sistema penal e, a partir disso, como estes foram mobilizados para configurar certas políticas penais de Minas Gerais, debatidas no âmbito do legislativo por parlamentares e pela sociedade civil. Utilizando uma abordagem original no campo prisional, analisamos as pautas e as atas de 115 audiências públicas da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa mineira, realizadas entre 1995 e 2018, cujos temas versaram sobre prisões. Desse modo, procuramos compreender as formas pelas quais os embates – e os consensos – entre distintos atores ajudaram a estruturar discussões sobre pena, consolidando uma “solução” que atualmente se espalha por todo o Brasil, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Concluímos que o modelo APAC foi fortalecido pela defesa consistente ao longo dos anos feita por diferentes atores, o que não se verificou em outras propostas, como as relacionadas às alternativas penais. Nesse período, as resistências à APAC foram arrefecidas na medida em que se convencionou apontar o modelo como eficaz quando direcionado a determinados grupos de criminosos, em especial, os considerados “não violentos”.

Palavras-chave: Legislativo. Prisões. Políticas penais. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

¹ Este artigo foi uma das últimas produções da pesquisadora Thais Lemos Duarte, que nos deixou em 2023. Sua partida foi dolorosa para todos nós, amigos e colegas do campo de estudos da segurança pública e dos direitos humanos. Em memória dela, seguiremos pesquisando.

ABSTRACT

APAC AS A WAY OUT: ARTICULATIONS BETWEEN CIVIL SOCIETY AND PARLIAMENTARY ACTORS IN THE STRUCTURING OF PENAL POLICIES IN MINAS GERAIS BETWEEN 1995 AND 2018

Based on the theoretical framework of the new institutionalism, we discuss the myths that make up the penal system and, from that, how they were mobilized to set up certain penal policies in Minas Gerais, debated in the legislative sphere by parliamentarians and civil society. Using an original approach in the prison field, we analyzed the agendas and minutes of 115 public hearings of the Public Security Commission and the Human Rights Commission of the Legislative Assembly of Minas Gerais, held between 1995 and 2018, in which themes were about prisons. In this way, we seek to understand the ways in which the clashes – and the consensus – between different actors helped to structure discussions about punishment, consolidating a “solution” that currently spreads throughout Brazil, the Associação de Defesa e Assistência aos Condenados (APAC). We conclude that the APAC model was strengthened by the consistent defense over the years by different actors, which was not seen in other proposals, such as those related to penal alternatives. During this period, resistance to APAC was cooled as it became conventional to point to the model as effective when targeted at certain groups of criminals, especially those considered “non-violent”.

Keywords: Legislative. Prisons. Penal policies. APAC.

Data de Recebimento: 17/01/2023 – **Data de Aprovação:** 18/07/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1861

APRESENTAÇÃO

Os debates do Poder Legislativo mineiro acerca das políticas penais são o ponto de partida deste trabalho. Foram analisadas as pautas e as atas de 115 audiências públicas da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizadas entre 1995 e 2018, cujas discussões versaram sobre políticas penais. A partir desses documentos, procuramos compreender as formas pelas quais os embates – e consensos – entre distintos grupos ajudaram a estruturar as discussões em torno do sistema penal mineiro nas duas últimas décadas. Em especial, buscamos identificar: a) os atores envolvidos na agenda penal; b) os assuntos mais debatidos; e c) os consensos travados.

Observamos nas análises a construção de consensos em torno da pertinência dos investimentos na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), tipo de unidade prisional conduzida por entidades civis sem fins lucrativos em parceria com o Estado, sendo que o período analisado foi marcado pela expansão do modelo em Minas Gerais. Nesse sentido, o trabalho se soma àqueles que já se debruçaram sobre a construção da política penal mineira e, em alguma medida, trataram da APAC como produto da ação conjunta de diversos atores. Em geral, esses estudos têm como foco as ações do Poder Executivo (Cruz, 2010; Macaulay, 2013; Godoi; Araújo; Mallart, 2019) ou, em menor escala na literatura, do Poder Judiciário (Valois; Macaulay, 2017).

Nossa proposta é apontar o papel também do Poder Legislativo na construção dessa política, não em antagonismo, mas em interseção com os outros poderes. Esse papel não se dá na condução das políticas, mas é essencial na medida em que participa da construção da agenda, do reconhecimento de atores

como centrais em determinadas áreas, da legitimação de políticas, da proposição e da fiscalização de ações (Figueiredo, 2016). Como observamos na análise, os consensos em torno da APAC se deram com o abafamento de outras vozes e propostas a partir do fortalecimento de alianças entre diferentes atores favoráveis ao modelo.

As reflexões acerca desses achados de pesquisa foram feitas a partir do enquadramento teórico dos mitos institucionais. Busca-se, assim, entender como os mitos do campo penal, notadamente o mito da ressocialização, ajudaram a construir os consensos que fortaleceram certas políticas, notadamente a APAC, em detrimento de outras.

Como percurso analítico deste texto, em um primeiro momento, explicitamos os passos metodológicos operados pela pesquisa, seguidos de um aprofundamento teórico dos debates sobre mitos organizacionais. Ao longo da discussão teórica, são trazidos alguns conceitos e considerações em relação à APAC e ponderamos sobre os mitos organizacionais que tal ação encerra, os quais serão úteis às análises posteriores. Seguindo, oferecemos um panorama geral das reuniões ocorridas nas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da ALMG, entre os anos de 1995 e 2018; assim, pretendemos localizar a agenda das políticas penais no histórico de atividades realizadas nesses espaços para, em seguida, situarmos a ação de representantes da sociedade civil no que tange à questão. Posteriormente, discutimos quem foram os deputados e os grupos da sociedade civil protagonistas na pauta. Percorridos esses passos, apresentamos os argumentos que consolidaram a APAC como saída no âmbito penal mineiro e, como contraponto a isso, indicamos algumas propostas dissidentes, as quais não conseguiram se impor à “saída APAC” ao longo do tempo.

PASSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado com base na análise de documentos produzidos nas audiências públicas conduzidas pelas Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da ALMG. Com o corte temporal de 1995 a 2018, buscamos analisar em especial as reuniões voltadas à discussão de políticas penais com a participação de integrantes da sociedade civil. Ao longo desta seção metodológica, esclarecemos as escolhas dessas arenas, dos atores e do corte temporal.

A começar pelas arenas, no Brasil, os sistemas penitenciários são majoritariamente geridos por estados federados (Vasconcelos *et al.*, 2018). É inevitável, então, que as especificidades regionais gerem certa diferenciação. Em Minas Gerais, alguns modelos de gestão prisional chamam a atenção, como os estabelecimentos administrados pela sociedade civil sob o nome de APAC (Cruz, 2010) e a Penitenciária em Parceria Público-Privada (Macaulay, 2013). Ambos os formatos surgiram ou se proliferaram em solo mineiro e, nos últimos anos, passaram a ser exportados a outras localidades do país, guardadas suas respectivas características.

Compreender as dinâmicas dos sistemas penais estaduais e, desta maneira, analisar como certos modelos prisionais se desenvolveram em detrimento de outros, implica mapear os embates e as alianças políticas firmadas ao longo do tempo. A partir da ideia de que os parlamentos são os locais onde diversas correntes políticas convivem, em contraste com o Poder Executivo, caracterizado pela alternância e não pela convivência de diferentes grupos (Torrens, 2013), defendemos que essa arena ajuda a pautar as ações executivas e do Poder Judiciário. Isso se dá, em especial, por meio da inclusão, na agenda institucional,

de atores, denúncias e propostas vindas dos segmentos sociais representados pelos deputados eleitos. Assim, reflexões sobre as disputas e os consensos na arena legislativa ajudam a compreender decisões e ações dos demais Poderes.

O caso mineiro tende a ser privilegiado à condução de um estudo deste tipo, já que a literatura da área tem apontado para a ALMG como um exemplo mais consistente de modelo informacional de parlamento, em contraste a outras Casas estaduais (Rocha, 2012). Esse modelo baseia-se na valorização das comissões parlamentares, as quais são responsáveis por debater projetos em pauta nas assembleias, construindo pareceres técnicos qualificados sobre as propostas para subsidiar a votação do conjunto dos deputados. Ou seja, as negociações acontecem nessas arenas para, posteriormente, serem ratificadas em Plenário (Limongi, 1994).

Esse modelo informacional tende a implicar discussões mais qualificadas dos assuntos em pauta (Limongi, 1994) e mais espaço para participação de atores não-parlamentares. Essa participação ocorre, em especial, nas audiências públicas, momento em que convidados externos ao Legislativo são chamados a interagir no debate com o objetivo de contribuir com visões técnicas ou experiências pessoais para o aprimoramento das propostas (Lopes, 2015). Essas audiências, que são o foco da análise deste trabalho, podem ser realizadas “para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação” (art. 291 do Regimento Interno da ALMG). Para sua realização, um deputado deve apresentar um requerimento a ser aprovado pelos membros de cada comissão.

Cientes, então, da importância das comissões para o processo legislativo na ALMG, selecionamos as Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública como arenas a serem estudadas, já que são os locais afeitos aos debates das políticas penais². A segunda esteve extinta entre 1997³ e 2012⁴, quando as políticas de segurança passaram a constar no rol de competências da Comissão de Direitos Humanos. Depois da recriação da Comissão de Segurança Pública, ambas passaram a tratar de políticas penais. Isso porque, apesar de as “políticas de segurança” não estarem mais sob a responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos, este ator se responsabilizava pela “defesa dos direitos individuais e coletivos”.

No que tange ao corte temporal da pesquisa, o ano inicial das análises foi decidido a partir de uma investigação prévia, por meio de listagem fornecida pela Gerência de Informação e Documentação da ALMG. Através desses dados, identificamos que a primeira audiência pública sobre políticas penais desde 1979⁵ ocorreu em 1998, dentro da legislatura iniciada em 1995⁶. Já 2018 foi escolhido como ano final do recorte analítico por marcar o fim da última legislatura quando a pesquisa foi iniciada⁷. Em específico, dentre as 1.042 audiências públicas realizadas pelas comissões em análise entre 1995 e 2018, 115 delas (11%) trataram de políticas penais.

A partir dessa listagem de audiências, traçamos um panorama geral dos debates realizados nas comissões, de forma a compreender o espaço das políticas penais. Em seguida, buscamos informações mais detalhadas

2 Os temas afeitos a cada comissão estão listados no Art. 102 do Regimento Interno da ALMG (ALMG, 1997), disponível em: www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/regimento-interno/. Acesso em: 8 abr. 2021.

3 Resolução da ALMG Nº 5.176, de 1997 (ALMG, 1997).

4 Resolução da ALMG Nº 5.204, de 2002 (ALMG, 2002).

5 Ano que pode ser apontado como início do processo de redemocratização com o retorno ao multipartidarismo.

6 Embora a primeira audiência pública nessas arenas sobre questões prisionais tenha se dado em 1998, retrocedemos as análises a 1995 para considerar toda a legislatura em que tal reunião se inseriu.

7 Período de quatro anos de atividades legislativas correspondentes aos mandatos parlamentares.

sobre as audiências que trataram dessas políticas, transformadas em nossas unidades de análise. Essas informações foram acessadas a partir de três tipos de documentos, conforme Quadro 1, abaixo.

QUADRO 1

Documentos analisados e seus respectivos conteúdos

Documento	Conteúdo
Requerimentos para realização de audiência pública	Contêm nome do deputado que solicitou a reunião, o assunto a ser discutido e, em alguns casos, a justificativa para a realização da audiência.
Atas das reuniões	Contêm horários de início e fim da reunião, nomes de deputados e convidados que fizeram o uso da palavra
Notícias produzidas pela assessoria de imprensa da ALMG	Contêm tópicos discutidos e os posicionamentos de cada pessoa que se pronunciou no encontro

Fonte: produzido pela pesquisa.

Para processar esses dados, foi criado um formulário a partir do qual foram sistematizadas as seguintes informações: datas das reuniões; âmbito das reuniões (tipo de Comissão); deputado autor do requerimento para a reunião; governador do período; foco da reunião (estrutura do sistema prisional, direitos dos custodiados, questões trabalhistas dos funcionários do sistema, manutenção da ordem/segurança interna nas unidades, outros); e convidados presentes (funcionários do sistema, representantes de classe, familiares de pessoas privadas de liberdade⁸, sociedade civil, conselhos de direitos, representantes do Poder Executivo, representantes do Poder Judiciário, outros).

Após o preenchimento do formulário, foi gerada uma planilha em *Excel* que congregou os dados das audiências, os quais foram processados com o auxílio do *software* SPSS. Para este trabalho, foram utilizadas, em especial, as reuniões que tiveram a presença de representantes da sociedade civil, de conselhos de direitos e de familiares de pessoas privadas de liberdade, configurando um universo de 66 encontros. Tais atores foram/são fundamentais aos debates e, logo, essenciais à estruturação das políticas penais mineiras nas últimas décadas.

RETRIBUIÇÃO E PREVENÇÃO: OS MITOS PENAIS

Em um artigo clássico, Meyer e Rowan (1977) afirmam que as estruturas da sociedade pós-industrial refletem mitos que ajudam a conformar os contextos institucionais. Nessa ótica, o grau de modernização

⁸ Embora o conceito de sociedade civil utilizado neste trabalho inclua os familiares de pessoas privadas de liberdade, essas foram separadas dos demais representantes do segmento, dadas as peculiaridades das suas participações, conforme esclarecimento adiante.

da sociedade é diretamente proporcional à presença das estruturas racionalizadas em dados domínios e ao número de domínios com estruturas racionalizadas. Logo, o mito da racionalidade, o qual é expresso através de regras burocráticas, presentes em diferentes atividades, influencia o formato e a expansão da organização formal, que incorpora tais regras como elementos estruturais (Peci, 2006).

Há três processos originadores dos mitos institucionais (Meyer; Rowan, 1977): a elaboração de redes relacionais complexas; o grau de organização coletiva do ambiente/contexto; e os esforços das lideranças das organizações. Pautadas por esses processos, as instituições tendem a se igualar entre si, homogeneizando-se ou, em outros termos, tornando-se isomorfias (Dimaggio; Powell, 2005). Com isso, incorporam elementos legitimados externamente, em vez de tão só integrarem questões relacionadas à eficiência organizacional; empregam critérios de avaliação externos ou cerimoniais, para definirem o valor de seus elementos estruturais; e dependem de instituições exteriores fixas, a fim de reduzirem turbulências e inconsistências internas (Peci, 2006).

Sabendo que os mitos institucionais ajudam a constituir as estruturas organizacionais, compreendemos que há aqueles que fundamentam a agenda prisional, consubstanciando os objetivos da sanção penal. Conforme Bozza (2013), as sociedades contemporâneas estabeleceram dois objetivos à pena, os quais, em nossa perspectiva, podem ser lidos como espécies de mitos: a retribuição e a prevenção. O primeiro se refere a uma compensação da culpabilidade. A pena é, pois, uma espécie de pagamento da violação de direito realizada por quem é socialmente definido como criminoso, sendo uma forma de recompensa à sociedade pela falta cometida.

Como prepondera também o entendimento de que a culpabilidade é uma condição necessária, mas não suficiente da punição (Roxin, 2008), a sanção penal possui um caráter preventivo, marcado por duas vertentes. Conforme Bozza (2013), uma delas é a preventiva especial, que objetiva reduzir a criminalidade, ora “ressocializando” o desviante, ora “dissuadindo-o” da prática de novos crimes. A outra se refere à preventiva geral, cuja função é inibir a prática de crimes pelos demais membros da sociedade.

Em resumo, tem-se, então, que os mitos organizacionais seriam ideias compartilhadas por atores e instituições em determinado contexto social e patrocinadas por lideranças políticas específicas que ajudam a legitimar as regras e as práticas de certas instituições (Meyer; Rowan, 1977). Propomos que os objetivos modernos da prisão, conforme esquematizados por Bozza (2013), sejam entendidos como mitos penais. Esses compreendem as ideias de punição e prevenção. Esta última abrange o mito ressocializador, baseado na crença de que a prisão é capaz de alterar a trajetória de vida dos indivíduos que passam por ela, retirando-os do caminho criminal (Bozza, 2013). Nas últimas décadas, a Criminologia Crítica tem chamado a atenção para um distanciamento do mito preventivo da pena, imperando a sua noção retributiva (Garland, 2008; Wacquant, 1999). Encarcera-se em quantidades vultuosas com o intuito primordial de punir a pessoa que tenha rompido com determinada regra social, tornando-se a prisão uma ferramenta de infligência da dor (Nils, 2011).

O reforço da faceta punitiva do encarceramento pode ser lido como produto de dois mecanismos. O primeiro deles, pautado pela seletividade criminal (Monteiro; Cardoso, 2013), gera a punição não do crime, mas do criminoso encarnado em determinados estereótipos penais (Misse, 2010). Em consequência, prende-se, em especial, pessoas pobres e negras, geralmente vistas como “elementos suspeitos” (Ramos; Musumeci, 2021). O segundo mecanismo se desdobra na amplificação das penas impostas aos alvos da Justiça Criminal a partir de uma estrutura prisional baseada na superlotação e na violação de direitos. A

“tortura nos tempos de encarceramento em massa” (Pastoral Carcerária, 2016) constitui, então, realidade perene no Brasil, afligindo, sobretudo, populações vulneráveis do ponto de vista social e econômico⁹.

Contudo, o cenário está em alguma medida em disputa, de modo que a narrativa sobre o mito preventivo “ressocializador” da pena não se arrefeceu, sobretudo quando dirigida a determinados públicos, entendidos como os criminosos ditos “recuperáveis”. Geralmente, eles apresentam bom comportamento prisional e cometeram crimes sem violência ou grave ameaça. Há, então, esforços que buscam abarcar, simultaneamente, as noções de punição e de prevenção que circundam a sanção penal, mantendo-se, ainda, o foco na privação de liberdade como cerne das políticas de segurança pública. Foi nessa linha que, em 1972, na cidade de São José dos Campos, em São Paulo, surgiu o modelo APAC.

“SISTEMA APAC”

A ação de grupos católicos, reunidos na Pastoral Carcerária em missões evangelizadoras em unidades prisionais do interior paulista, desenvolveu, na década de 1970, as sementes do método APAC. Originalmente, a sigla significava “Amando ao Próximo, Amarás a Cristo” e congregava ações de assistência material e espiritual a pessoas privadas de liberdade (Oliveira, 2013). Foi em 1974, quando o grupo se formalizou como entidade privada sem fins lucrativos, que seu significado foi revertido para o atualmente utilizado: “Associação de Proteção e Amparo ao Condenado”. Em 1979, a entidade criou o Centro de Reintegração Social (CRS) em São José dos Campos/SP, que desenvolvia ações com pessoas em regimes prisionais aberto e semiaberto.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa que nasceu no seio da religião católica, cujo objetivo é “humanizar” a pena de prisão a partir da “valorização humana”, baseada na evangelização (Sá, 2012). Na experiência de São José dos Campos, foi desenvolvido o “método APAC”, que segue as diretrizes de uma “recuperação social efetiva”, na qual, ao ser fornecido o “amor”, o amparo religioso e uma disciplina “rigorosamente estabelecida”, o preso – chamado de “recuperando” – conseguiria “matar o criminoso e salvar o homem” (Veyl, 2016, p. 273).

O método APAC se baseia em alguns fundamentos, como a participação da comunidade, o trabalho, a religião, a assistência jurídica, a assistência à saúde, a família, o serviço voluntário, o mérito, a jornada com Cristo e o “reeducando ajuda reeducando” (Sá, 2012). Foi pensado para ser replicado em diversas unidades prisionais, de forma que a implantação de seus princípios em cadeias e penitenciárias é hoje considerada um primeiro passo para a formação do Centro de Recuperação Social, que chamaremos aqui tão só de “APAC”.

Em São José dos Campos, a APAC contou com amplo apoio do Poder Judiciário local, responsável por designar os condenados que deveriam cumprir pena na unidade. Entretanto, como não havia parcerias com outros poderes, o estabelecimento era totalmente responsável pelo seu custeio e por sua gestão cotidiana. Só em fins da década de 1980, realizou-se o primeiro convênio com o governo estadual, que passou a pagar pela alimentação dos custodiados (Oliveira, 2013).

⁹ Em quase 30 anos, a população carcerária brasileira se multiplicou por seis (Sánchez et al., 2020). Caso continue nesse ritmo, o país logo alcançará a taxa de encarceramento mais alta do planeta, posição hoje pertencente aos Estados Unidos, com 700 pessoas presas para cada 100.000 habitantes (Rapisarda; Byrne; Marmolejo, 2020).

A entrada do Poder Executivo, porém, logo remodelou a experiência, retirando dela seu caráter religioso e fundando outro tipo de unidade, hoje chamada de “Centro de Ressocialização” (CR), ainda existente em São Paulo/SP (Oliveira, 2013). Essas mudanças resultaram no fechamento da APAC de São José dos Campos, em 1999. Entretanto, esse cenário não resultou no desaparecimento do método, tampouco das unidades com esse perfil. Não à toa, até esse estabelecimento ser desativado, foi feita intensa promoção de suas diretrizes nos meios católicos, com eventos e incentivos a visitas à chamada “APAC-mãe”, em São José dos Campos.

Em 1983, foi fundada a Confederação Brasileira das APACs (Cobrapac), com o objetivo explícito de coordenar iniciativas no sentido de expansão da experiência. A entidade foi rebatizada em 1995 como Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), constituindo-se como organização sem fins lucrativos, à qual estão conveniadas as instituições que se identificam com o método APAC. Suas principais missões são assessorar e fiscalizar a aplicação do método em todo o país, buscando garantir certa uniformidade de ação.

Em 1997, a segunda APAC do Brasil foi inaugurada em Minas Gerais, no município de Itaúna (Oliveira, 2013). Dois anos após, a CPI Carcerária realizada pela ALMG evidenciou o melhor cumprimento da Lei de Execuções Penais nesse local, em comparação a outras unidades prisionais do estado. Em 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lançou, por sua vez, o Programa Novos Rumos, que buscava encorajar o método a partir de ações como promoção de visitas de juízes recém-empossados a Itaúna e transferências de recursos de penas pecuniárias para a unidade.

Essa rede de apoios que começava a se consolidar, porém, ainda era instável. No fim da década de 1990, o governo estadual cortou o fornecimento de recursos para alimentação dos presos transferidos à APAC de Itaúna como retaliação às transferências, capitaneadas pelos juízes locais (Oliveira, 2013). A unidade sobreviveu com doações de moradores e comerciantes locais, só conseguindo fontes oficiais de verbas mais estáveis a partir de 2004, como é melhor abordado adiante.

Atualmente, a sede de Itaúna é a unidade mais antiga em funcionamento, servindo de referência às demais unidades do país. De fato, ao longo dos anos, a convergência de atores em torno da iniciativa aumentou e criou cenário propício à expansão das APACs em Minas Gerais, como demonstram os números oficiais: das 60 APACs em funcionamento hoje no Brasil, 45 estão em território mineiro. Já das 77 em processo de implantação, 45 são nesse estado, o que demonstra o recente avanço da iniciativa para outras regiões do país¹⁰.

Os convênios com o governo estadual se tornaram a principal fonte de recurso das APACs, em especial no estado mineiro (Oliveira, 2013). Tais instrumentos são acordados diretamente com as unidades, as quais possuem autonomia administrativa e existência jurídica independente. Observa-se, então, que a APAC se constituiu enquanto um método de atuação diante da privação de liberdade, evoluiu para se tornar um Centro de Recuperação Social para condenados e depois criou formas para se disseminar para outros locais. O esquema a seguir resume essa estrutura do que chamaremos de “sistema APAC”.

10 Informação do ano de 2021 retirada do site oficial da FBAC. Disponível em: www.fbac.org.br. Acesso em: 1 abr. 2021.

ESQUEMA 1

Resumo do “sistema APAC”

FABAC:	Unidade APAC/ Centro de Recuperação Social:	Método/ modelo APAC:
<ul style="list-style-type: none"> • Funciona como uma espécie de federação e a vinculação a ela é hoje mandatória para que uma instituição seja reconhecida como APAC e possa, assim, firmar convênios com o governo. Tem como missão assessorar e fiscalizar a aplicação do método em todo o país para garantir certa uniformidade de ação 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de privação de liberdade que mobiliza o método APAC, recebe recursos governamentais na forma de convênios e funciona sem a presença de agentes penitenciários ou policiais. Está conveniada à FBAC 	<ul style="list-style-type: none"> • Compõe diretrizes destinadas à "recuperação social" do custodiado, cujos cernes são o amparo religioso e uma disciplina rigorosa. Em alguns países é aplicado dentro de unidades prisionais convencionais, sem portanto chegar a se constituir como Unidade APAC.

Fonte: produzido pela pesquisa.

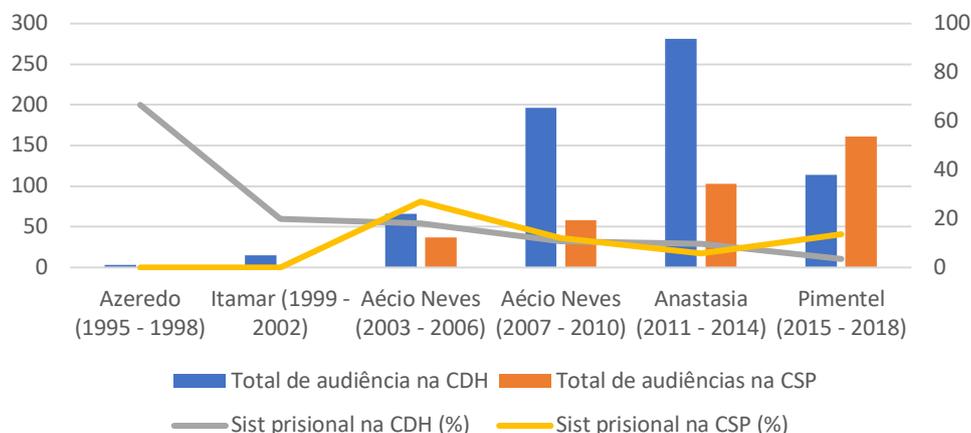
Em nosso enquadramento teórico, todo apoio estatal à estruturação desse sistema (Esquema 1) em solo mineiro se tornou possível em função da relação dos padrões propostos pelo método APAC com o que aqui chamamos de mitos penais. Assim, em boa medida, um estabelecimento APAC e as diretrizes seguidas nele encarnam, por um lado, o mito penal da punição, afinal mantém privado de liberdade o indivíduo que cometeu um crime, por outro, compõe o mito da prevenção ressocializadora, pois busca “resgatar” o considerado socialmente desviante. Todo esse processo ocorre sob um viés religioso, como se, simultaneamente, o indivíduo “purgasse” pelo ato cometido e alçasse meios de se “regenerar”, perfilando o caminho “certo” distante do “mundo do crime” (Oliveira, 2013).

Como dissemos antes, essa perspectiva sobre a pena e o modo como deve ser aplicada encontra-se em disputa. Demonstraremos que, para aqueles considerados “recuperáveis”, cabe o cumprimento da privação de liberdade em uma APAC. Entretanto, para outros perfis de presos, deve ser concedida apenas a “inflição da dor”, tal qual discutido pela Criminologia Crítica a respeito do modelo penal em vigor atualmente em países ocidentais (Garland, 2008; Nils, 2011). Aprofundamos essas discussões nas seções seguintes, em que mostramos como as audiências públicas realizadas na ALMG ajudaram a pavimentar o caminho para a estruturação política do “Sistema APAC”.

PANORAMA GERAL DAS AUDIÊNCIAS

No período em análise, as audiências públicas aumentaram substancialmente na Comissão de Segurança Pública e na Comissão de Direitos Humanos. Enquanto entre 1995 e 1998 ocorreram 3 eventos com esse perfil, entre 2011 e 2014 houve 383 audiências. De igual maneira, as políticas penais ganharam paulatinamente mais espaço na agenda ao longo dos anos, em especial na Comissão de Direitos Humanos.

GRÁFICO 1

Audiências públicas sobre questão carcerária
Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos da ALMG (1995 a 2018)

Fonte: produzido pela pesquisa a partir dos dados da ALMG.

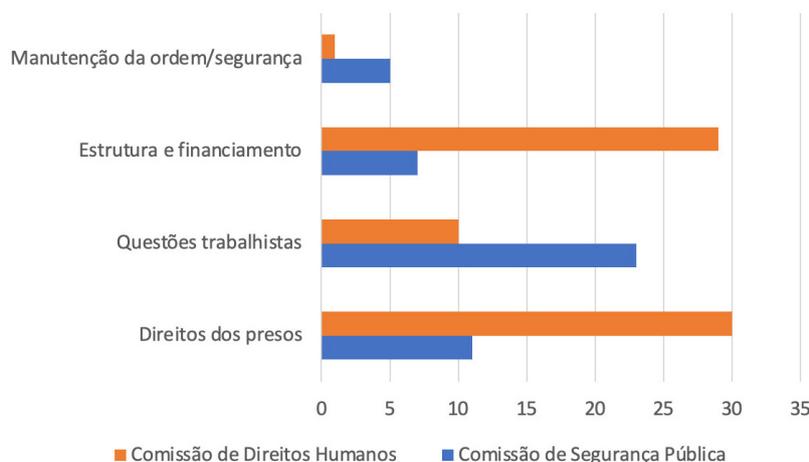
Como se observa no Gráfico 1, há tanto uma queda no número geral de audiências públicas entre 2015 e 2018, contrariando a tendência crescente dos anos anteriores, quanto uma inversão do peso das políticas penais nas pautas de ambas as Comissões em análise. As razões para tais mudanças estão ligadas às coalizões políticas do período e são mais bem trabalhadas neste estudo posteriormente.

Geralmente, o tema pautado nas audiências se voltou aos direitos dos presos (41), debatido primordialmente na Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, discutiu-se, em especial nessa mesma Comissão, aspectos sobre estrutura e financiamento do sistema prisional (36), categoria na qual incluímos discussões relativas à APAC. Por sua vez, questões trabalhistas (33) e de manutenção da ordem e segurança de unidades carcerárias (6)¹¹ também ganharam centralidade, sobretudo na Comissão de Segurança Pública. Em outros termos, somada à preocupação com o reforço dos direitos das pessoas privadas de liberdade e com a denúncia das violações ocorridas nos cárceres, havia um foco na conformação do sistema prisional como um todo. O Gráfico 2, a seguir, resume os principais pontos trabalhados nas audiências públicas coordenadas pelas comissões.

11 Essa classificação foi dada às reuniões que trataram da ordem interna das unidades prisionais, como do problema da entrada de celulares e drogas.

GRÁFICO 2

Foco das audiências públicas ocorridas nas Comissões de Direitos Humanos e Segurança Pública



Fonte: produzido pela pesquisa a partir de dados da ALMG.

Introduzimos também aqui que, dentre as 115 reuniões, 66 tiveram a presença da sociedade civil e de conselhos de direitos basicamente representados por integrantes de entes não governamentais. Desses encontros, 52 foram realizados pela Comissão de Direitos Humanos, ao passo que 14 se desenvolveram no âmbito da Segurança Pública¹². Além de encontrarem maior espaço na Comissão de Direitos Humanos, os representantes da sociedade civil tenderam também a ter maior participação nas reuniões cujos focos eram direitos dos custodiados (33) e estrutura do sistema prisional (27). Por sua vez, tiveram menor presença nos encontros sobre questões trabalhistas dos funcionários do sistema (7), bem como estiveram em apenas uma reunião relativa à “manutenção da ordem” em unidades prisionais.

A seguir, indicamos em maiores detalhes quais atores coordenaram e compuseram essas reuniões, especificando seus traços e modos de ação.

QUEM É QUEM?

Com o intuito de descrever os protagonistas das audiências públicas analisadas, apontamos aqui os parlamentares e as entidades da sociedade civil que ganharam destaque nos debates desenvolvidos. No entanto, essa divisão (parlamentares e sociedade civil) é meramente analítica e esses atores não devem ser entendidos como estanques, como se estivessem desalinhados entre si. Ao contrário, as demandas sociais ajudam a conformar os perfis dos parlamentares, os quais, por sua vez, abrem as portas do legislativo para que sejam desenhadas determinadas agendas.

PARLAMENTARES

Algumas posições podem ser consideradas chave dentro de um parlamento, na medida em que são determinantes para permitir ou não a entrada de assuntos na pauta, bem como garantir ou não a tramitação

12 Essa diferença é estatisticamente significativa: qui-quadrado = 0,000, graus de liberdade = 1, $P < 0,000$.

de certas matérias. Dessas posições, se destaca a de presidente da Casa e dos demais membros da Mesa Diretora dos trabalhos. Ademais, em uma assembleia de caráter informacional, como a ALMG tem sido descrita pela literatura (Rocha, 2012), consideram-se também como postos essenciais os dos presidentes das Comissões (Limongi, 1994). Aqui, enfatizamos esse cargo dentro das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública.

Nesse sentido, dois atores parlamentares merecem destaque nas análises aqui propostas: o deputado Durval Ângelo, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e o deputado Sargento Rodrigues, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) até 2015 e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de lá até 2018. O primeiro foi presidente da Comissão de Direitos Humanos entre 1997 e 2014, deixando depois o posto para Cristiano Silveira (PT), que reduziu consideravelmente o espaço na pauta dessa Comissão para as políticas penais. O segundo foi membro da Comissão de Direitos Humanos em seu primeiro mandato, entre 1997 e 2002, momento em que a Comissão de Segurança Pública estava extinta. Ao ser recriada, o Sargento Rodrigues se tornou seu membro efetivo e, em 2003, seu presidente, posto ocupado até 2018.

Essas razões já seriam suficientes para trazer ambos ao centro da discussão, mas não são as únicas. Para serem realizadas, as audiências públicas precisam ser oficialmente solicitadas por requerimentos apreciados e votados pelos membros da respectiva Comissão. Esses documentos podem ser assinados por apenas um ou por vários parlamentares. Consideramos aqui apenas os assinados individualmente, já que, quando se trata de pedidos conjuntos, é comum que algumas assinaturas sejam mais em apoio ao colega do que originados de algum interesse específico sobre o tema. Dentre as 115 reuniões em foco, 91 se originaram em requerimentos individuais dos deputados e, desses, Durval Ângelo foi o autor de 35 (38,46%), enquanto o Sargento Rodrigues assinou 27 (29,67%) deles. Entre os demais autores¹³ de requerimentos, ninguém ultrapassou a marca de 4%, o que evidencia o interesse dos dois deputados na pauta prisional.

Além da predominância desses parlamentares na demarcação de espaço na agenda legislativa para as políticas penais, pode-se apontar que eles direcionaram as discussões para focos distintos, como já evidenciado anteriormente pelo Gráfico 2. Esse dado aponta um maior interesse de Durval Ângelo, mais atuante na Comissão de Direitos Humanos, em discutir os direitos da população privada de liberdade e questões estruturais do sistema, enquanto o Sargento Rodrigues, presença mais marcante na Comissão de Segurança Pública, interessa-se mais pelas questões trabalhistas dos funcionários do sistema e por questões relativas à manutenção da ordem interna nas unidades.

Esses interesses estão intrinsecamente ligados às trajetórias profissionais e políticas dos dois deputados. Importa, assim, citar que Durval Ângelo, como ele mesmo destaca¹⁴, envolveu-se em diversas atividades políticas ligadas à Igreja Católica ao longo da vida. A partir de atividades pró-democracia, que marcaram o fim da Ditadura Civil-Militar, foi membro do Movimento de Boa Nova (Mobon), da assessoria de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da rede de assessores do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (Cefep). Durante seus mandatos na ALMG, teve atuação ligada em especial à defesa dos direitos das pessoas presas e dos movimentos por habitação.

13 A julgar pelos partidos, também não há uma concentração de interesses em discutir os temas nem à direita nem à esquerda do espectro político, já que parlamentares de espectros opostos, como Maria Teresa Lara (PT) e Padre João (PT) à esquerda e Gilberto Abrams (PRP) e Vanderlei Miranda (PMDB) à direita, assinaram os demais requerimentos.

14 A minibiografia de Durval Ângelo, quando este texto foi escrito, estava disponível no site da ALMG. Desde então, porém, tal página foi retirada do ar, já que ele não mais ocupa o posto de deputado estadual. As mesmas informações passaram a ser disponibilizadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado, disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111622981>. Acesso em: 29 maio 2024.

Por sua vez, o deputado Sargento Rodrigues iniciou a vida profissional na Polícia Militar de Minas Gerais, de onde foi expulso em 1997, após ter sido apontado como um dos líderes da greve dos policiais¹⁵. Esse episódio, que rendeu a sua exoneração da corporação militar, também abriu caminho à sua vida político-institucional¹⁶. Não à toa, teve atuação parlamentar pautada pela defesa dos policiais militares e civis e, mais adiante, dos agentes penitenciários¹⁷.

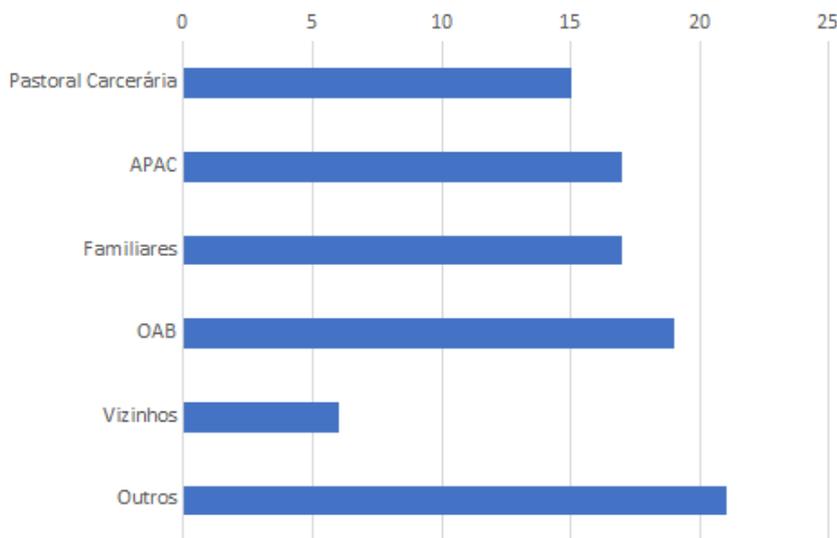
Em outros termos, ambos os deputados tiveram carreiras e lutas políticas que os levaram a protagonizar as audiências aqui analisadas e são um prenúncio dos atores da sociedade civil com os quais se aliariam ao longo da carreira parlamentar.

SOCIEDADE CIVIL

Consideradas as 66 audiências públicas com presença de instituições da sociedade civil, temos como entidades mais participativas: a Ordem dos Advogados do Brasil (19), a APAC (17), os familiares de pessoas privadas de liberdade (17), a Pastoral Carcerária (15) e, em menor instância, os vizinhos de futuras unidades prisionais (6), conforme resumido no Gráfico 3. No caso das APACs, esses atores poderiam, à primeira vista, ser compreendidos como instituições distintas, já que cada estabelecimento penal desse tipo tem autonomia legal. No entanto, a coesão das demandas e argumentações apresentadas por indivíduos de estabelecimentos diferentes permite considerá-los como representantes de uma única instituição. Essa mesma razão nos levou a incluir no conjunto de representantes da APAC os convidados pertencentes à FBAC.

GRÁFICO 3

Participações da sociedade civil em reuniões sobre políticas penais nas comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da ALMG (1995 a 2018)



Fonte: produzido pela pesquisa a partir de dados da ALMG.

15 As expulsões motivadas pela greve de 1997 ainda são objeto de disputa judicial, onde é analisado pedido de reversão desse ato administrativo.

16 Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a-assembly/deputados/deputado/?nome=Sargento-Rodrigues&id=9673>. Acesso em: 29 maio 2024.

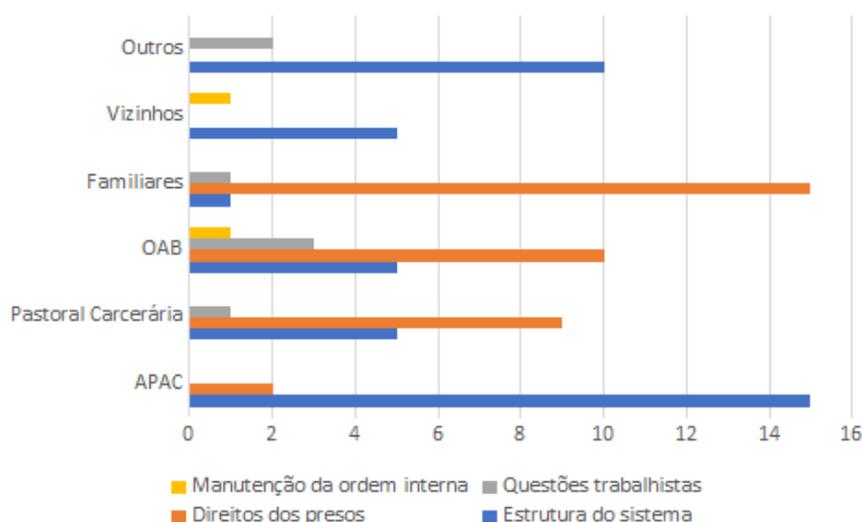
17 A carreira de agentes penitenciários foi criada em Minas Gerais em 2003 e esse termo é aqui utilizado, apesar da sua recente transformação em Polícia Penal. Isso porque tal transformação se deu depois do período em análise neste artigo.

As presenças desses quatro principais grupos – Pastoral, APAC, Familiares e OAB – não podem, porém, ser vistas como equivalentes, apesar de numericamente terem pesos similares, como demonstrado no gráfico anterior. Em primeiro lugar, retomamos o discutido anteriormente de que as APACs têm sua história intrinsecamente ligada à Pastoral Carcerária. E, em boa medida, essa interseção se repete na análise dos argumentos e das defesas dos seus representantes na ALMG. Somados, esses dois grupos tiveram maior presença do que qualquer outro nas audiências analisadas (32). De fato, aprofundamos a seguir que ambos os grupos convergiram em todo o período pela defesa de uma “humanização” dos espaços de privação de liberdade; “humanização” essa na maioria das vezes materializada nas APACs. Dessa forma, atuaram de maneira complementar e suas participações se somam para fortalecer seus argumentos.

Em segundo lugar, os demais atores que aparecem em destaque têm sua força diluída, não somada como no caso das APACs e da Pastoral. Isso se deu por diferentes razões. Os familiares de presos, presentes em dezessete audiências, levaram à arena, em especial, o debate de casos individuais, denunciando torturas e mortes no sistema prisional, sem manter vínculo com alguma entidade da sociedade civil e sem fazer demandas para além da apuração e resolução de casos concretos. Tal cenário apenas se reconfigurou em alguma medida a partir da década de 2010, quando ganhou proeminência a presença do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade – presente em três das dezessete audiências que contaram com familiares. A sua aparição recente nos leva à análise de que entidades com esse perfil talvez tenham se fortalecido enquanto grupo de pressão política no contexto penal estadual e nacional mais atual, não apresentando, pois, participação ativa na construção da política carcerária mineira nos anos anteriores. No Gráfico 4, fica evidente sua baixa participação em debates acerca da estruturação do sistema:

GRÁFICO 4

Presença de atores da sociedade civil por foco nas audiências públicas das Comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos da ALMG (1995 a 2018)



Fonte: produzido pela pesquisa a partir de dados da ALMG.

Esses familiares, então, atuaram em especial na denúncia de violações de direitos dos custodiados em unidades prisionais específicas. Ao lado da APAC e da Pastoral, um grupo que participou mais ativamente nos debates sobre a estrutura do sistema prisional foi o de “vizinhos” de futuras unidades, em geral

organizados em associações de bairros ou de alunos/ex-alunos de alguma escola local. Eles foram a seis audiências na ALMG, mas sua participação tinha um objetivo específico: buscavam discutir a localização dos estabelecimentos penais em vias de construção, em geral refutando os projetos nas proximidades das suas casas. Não participavam, portanto, de debates para além daqueles sobre a localização geográfica dos novos estabelecimentos penais.

A OAB, por sua vez, teve a presença mais pulverizada nas reuniões. Em geral, se posicionavam de forma técnica, dando avaliações jurídicas sobre as denúncias reportadas. As participações sobre os direitos dos custodiados eram as únicas marcadas por maior militância dos representantes da entidade, que nesses momentos ofereciam propostas estruturantes, mais do que pareceres sobre casos específicos. Pelo menos um representante da entidade, Willian dos Santos, aparece com funções mistas: ora como membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB e ora como advogado da Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Essa posição mista também foi encontrada em atores listados como “outros”. Notamos a participação em diferentes audiências de pessoas que apresentavam vinculação ora a uma instituição ora a outra, sendo uma delas quase sempre de natureza religiosa. É marcante nesse grupo a presença, por exemplo, de atores como Fábio Alves dos Santos, que em uma reunião se apresentou como coordenador dos Serviços de Atendimento Jurídico da PUC/Minas e em outra como presidente do Conselho de Fundadores da APAC. De igual maneira, também compõem as 21 presenças de pessoas contabilizadas como “outros” dois padres e um pastor da Igreja Batista Quadrangular.

De fato, ao analisarmos a ação de entidades da sociedade civil nas audiências públicas, é possível notar uma forte atividade de atores religiosos nesses espaços. Isso se consubstanciou por três caminhos: 1) Presença direta e frequente de Pastoral Carcerária; 2) Presença de organizações que, embora não diretamente vinculadas à Igreja, são histórica e organizacionalmente derivadas de estruturas religiosas, notadamente as APACs; e 3) Presença de atores que, embora em algumas reuniões se apresentem como representantes de organizações laicas, como a OAB e a PUC/Minas, em outras representam siglas de Igrejas, demonstrando sua ligação intrínseca à militância religiosa.

Além disso, os grupos que não apresentaram vinculação direta ou indireta com siglas religiosas tiveram, por outro lado, uma atuação menos coesa e mais voltada à resolução de problemas imediatos e localizados. São os casos de familiares, vizinhos de unidades prisionais e, em grande medida, da OAB. Esse tipo de participação acabou por diluir sua incidência na discussão dos rumos das políticas penais propriamente ditas, conforme fica mais claro a seguir. Foi esse arranjo entre os grupos da sociedade civil que levou à construção da “saída APAC” como “solução” aos problemas do sistema prisional mineiro.

A APAC COMO ROTA DE SAÍDA?

As primeiras audiências públicas realizadas sobre a agenda prisional nas Comissões analisadas não contaram com a participação dos atores da sociedade civil destacados anteriormente. Ao final da década de 1990, foram realizadas duas reuniões em que estiveram presentes “especialistas”, isto é, pesquisadores e defensores de direitos humanos de proeminência no Brasil e no exterior, como Fiona Macaulay, da Anistia Internacional; Roy King, catedrático da Universidade de Bangor, na Grã-Bretanha; James Cavallaro, da Human Rights Watch; e Heloísa Greco, do Grupo Tortura Nunca Mais.

Todos discutiram as múltiplas violações que afligiam historicamente o sistema prisional mineiro, como a superlotação e as torturas, convergindo no diagnóstico de que os cárceres locais não tinham estruturas adequadas e eram marcados pela falta de rotinas institucionais (Paixão, 1991). Defendiam, então, o fim da dualidade da gestão carcerária, a qual dividia o sistema prisional em cadeias públicas – sob a guarda da Polícia Civil e geridas pela Secretaria de Segurança Pública – e penitenciárias – geridas pela Secretaria de Interior e Justiça (Paixão, 1991). Para reverter isso, deveriam ser construídas novas vagas penais, transferindo os presos das cadeias para espaços penitenciários, considerados mais adequados ao cumprimento digno das penas.

A tônica dos representantes da sociedade civil presentes nas reuniões desenvolvidas entre 1995 e início de 2003 foi de reivindicações semelhantes às efetuadas pelos especialistas. De forma geral, entoava-se a ideia de que, uma vez nas penitenciárias, as pessoas presas teriam acesso a direitos, como assistências jurídica e médica e, ainda, a serviços que proporcionariam um posterior “retorno” à sociedade, sem oferecer mais riscos à segurança pública. Ou seja, as pessoas retribuiriam o crime cometido, mantendo-se privadas de liberdade por um período, ao mesmo tempo em que seriam “ressocializadas” ao terem certas garantias executadas. Seriam respeitadas, assim, as funções da pena (Bozza, 2013) e, logo, os mitos que as perfazem.

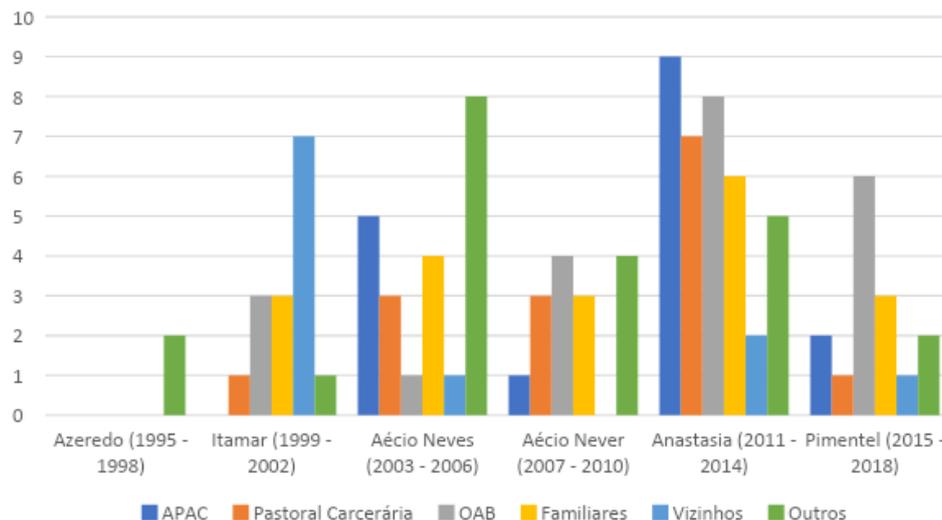
As demandas efetuadas pelos indivíduos que aqui categorizamos como “vizinhos de unidades prisionais” podem ser compreendidas como espécie de exceção a essa linha analítica. Eles demandavam a não construção do estabelecimento penal próximo à área onde se encontravam, com receio de degradá-la. Contudo, a ação de tais atores nas audiências já demonstrava um movimento claro do Poder Executivo para que fossem construídas as vagas penitenciárias solicitadas. Há que se dizer, ainda, que tal iniciativa dos “vizinhos” acabava por reforçar a pauta tradicional, posto que os atores públicos indicavam que as falhas relativas ao sistema prisional, fontes de medo, eram resultado da falta de vagas. Portanto, novas unidades não seriam um problema, mas a solução para o cenário que se tentava reverter.

O caminho conciliador entre a retribuição e a ressocialização começou a ser efetivamente pavimentado entre 2003 e 2006, momento do primeiro mandato do governador Aécio Neves (PSDB). Nesse momento, começaram a se materializar as mudanças já discutidas desde os anos anteriores, de modo que todas as unidades passaram a ser manejadas por uma mesma secretaria, pondo-se fim à dualidade. No bojo da reforma administrativa, foi criada a subsecretaria de Administração Prisional (Suape), responsável pela gestão das cadeias (que se transformaram em presídios) e das penitenciárias, as antigas e as que seriam construídas a partir de convênios com o governo federal (Sapori, 2007). Ainda, cresceu consideravelmente o número de vagas e foi criada a carreira de agentes penitenciários, que substituiriam os “guardas” ou “carcereiros” (Oliveira, 2018).

Somado a isso, os mitos penais adquiriram novos reforços ao ganhar relevo na arena parlamentar o modelo APAC. Não à toa, representantes da metodologia que não frequentaram as audiências no período anterior começaram, à época, a engrossar presença. Como demonstra o Gráfico 5, esse grupo apareceu na arena legislativa nesse período:

GRÁFICO 5

Presenças dos atores da sociedade civil por período governamental (Comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos, 1995 a 2018)



Fonte: produzido pela pesquisa a partir de dados da ALMG.

Entre 2003 e 2006, representantes das APACs expunham seu modelo como alternativa às demandas dos “vizinhos”. Como seus “recuperandos” costumam ser submetidos a processos de “ressocialização”, que incluem uma intensa conexão com a família e a comunidade local, existiria uma maior possibilidade de “matar o criminoso” para “salvar o homem”, o que explicaria as taxas baixas de reincidência (que, segundo esses atores, giram em torno de 15%)¹⁸. Ou seja, uma unidade APAC seria, nessa retórica, menos estigmatizante em comparação a um estabelecimento penal comum, o qual contagia a área de seu entorno com rótulos negativos típicos do sistema prisional (Silvestre, 2012; Godoi, 2017).

De fato, nem sempre a ideia da APAC era bem recebida por todos os atores. Em determinadas reuniões, alguns “vizinhos” não se convenciam sobre as vantagens do modelo, além de os deputados tenderem também à dubiedade. Atores como Durval Ângelo defendiam o modelo como uma opção entre outras. Por sua vez, figuras como o Sargento Rodrigues eram enfáticos em dizer que o modelo poderia ser utilizado apenas nos casos de presos com bom comportamento, condenados por crimes sem violência ou grave ameaça, os quais identificamos anteriormente como “recuperáveis”. Ou seja, para alguns tipos de presos era possível falar em “ressocialização”, somada à penalização. Para outros, todavia, caberia apenas a retribuição, cumprida sob um modelo penal “duro”, alheio ao mote humanizante calcado no ideal de reinserção social.

Se os deputados não estavam à época totalmente afeitos ao modelo APAC, um posicionamento ambíguo também era adotado por representantes do Poder Executivo nas audiências. Em reunião realizada em 2004, representantes da sociedade civil solicitaram o fim dos Centros de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp)¹⁹, apresentando a APAC como alternativa. O gestor, porém, foi vago ao indicar que a

¹⁸ Nesse sentido, ver STJ (2022): <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/23102022-Apac-a-dignidade-como-ferramenta-de-recuperacao-do-presos.aspx>. Acesso em: 29 mai 2024.

¹⁹ Em 1998, a ALMG aprovou a Lei Estadual nº 12.985 (MINAS GERAIS, 1998), que oferece prazo de dois anos para que todos os custodiados estejam sob a jurisdição da Secretaria de Interior e Justiça (responsável pelas penitenciárias). Mas, em 1999, a Secretaria de Segurança Pública foi pelo caminho contrário ao criar os CERESPs, que já nasceram com muitos dos vícios das cadeias públicas (Martino, 2019).

metodologia era boa, mas não o suficiente para acabar com estruturas penais como as dos Centros. Teve postura mais contundente ao dar ênfase ao Projeto de Penitenciária Público-Privada (PPP), modelo que começou a ser gestado à época e foi inaugurado em 2013.

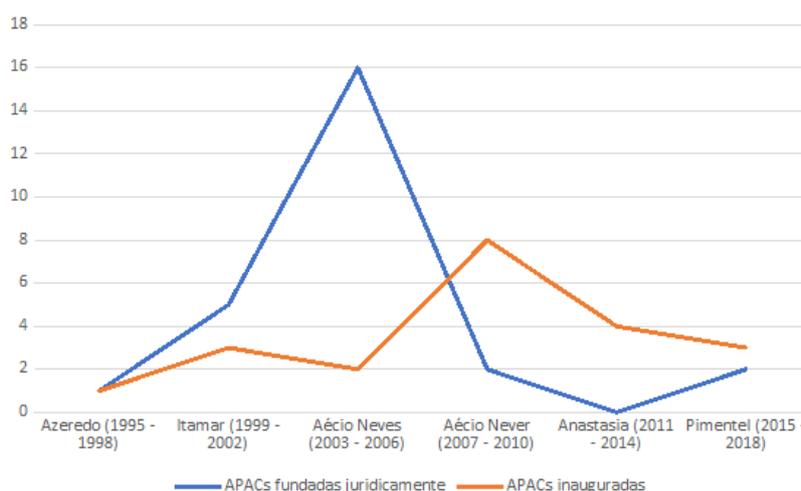
Não obstante, entre 2003 e 2006, se consolidaram as bases para a cooperação entre o governo estadual e as APACs em Minas Gerais. Em agosto de 2004, a Lei nº 15.299 (MINAS GERAIS, 2004) alterou as normas de Execução Penal no estado para possibilitar os convênios com as APACs. A partir desse período, o governo estadual ficou autorizado a fazer repasses diretos, acordados com cada unidade APAC autônoma, para custear alimentação, funcionários e veículos para os estabelecimentos penais. Como dito, tais locais tinham seu gerenciamento realizado pela entidade privada sem fins lucrativos constituída para esse fim e passaria, então, a ter seu custeio garantido pelo Estado.

Essas articulações, somadas às feitas com o Poder Judiciário, permitiram a expansão do modelo no estado. Mensurar essa expansão não é tão simples, já que esbarra na falta de informações organizadas sobre o assunto. Conseguimos, junto à FBAC, dados sobre os anos em que 41 das 47 APACs mineiras atualmente em funcionamento foram juridicamente fundadas, mas não sobre suas inaugurações efetivas. Esse tipo de dado pode gerar algumas distorções, na medida em que é comum um lapso grande entre a fundação jurídica e a inauguração das unidades. A APAC feminina de Belo Horizonte, por exemplo, foi fundada em 1982 e inaugurada apenas em 2019.

Na tentativa de começarmos a preencher tal lacuna, fizemos uma busca nas notícias sobre inaugurações de APACs disponíveis nos sites da FBAC e do TJMG. Das 41 unidades das quais dispúnhamos das datas de fundação, achamos as datas de inauguração de 29 delas. O gráfico a seguir considera apenas esses 29 casos, mas já ajuda a entender as fases de proliferação desses estabelecimentos penais.

GRÁFICO 6

Fundações e inaugurações de APACs em Minas Gerais (1995 a 2018)



Fonte: produzido pela pesquisa a partir de dados da ALMG.

O período entre 2003 e 2006 – que, conforme demonstrado, contou com ampla presença de representantes das APACs na ALMG e com a sanção de norma que possibilitou uma fonte oficial estável de recursos –

foi o pico de fundações de APACs no estado de Minas Gerais. Já o segundo mandato do Governo Aécio Neves foi marcado por uma redução da velocidade de fundação de APACs, e com um pico na sua efetiva inauguração. Há de se destacar que, para tais inaugurações, é necessário o apoio das comunidades locais, já que um dos pilares do método é exatamente o envolvimento comunitário, materializado em especial com doações materiais e com trabalhos voluntários. As reuniões da ALMG no período auge das inaugurações (2007-2010) são parte dessa busca por apoios comunitários.

Esse movimento ocorreu, especialmente, em 2010, quando o deputado Durval Ângelo aprovou um requerimento de termos genéricos para que a Comissão de Direitos Humanos promovesse um “ciclo de visitas” às APACs. Na prática, isso significava que ele poderia marcar viagens institucionais para qualquer unidade do estado sem a necessidade de aprovar novos requerimentos. Mais ainda, essas visitas poderiam ocorrer – como de fato ocorreram – em locais onde havia APAC fundada juridicamente, mas longe de qualquer inauguração efetiva. Foram feitas sete visitas desse tipo.

De forma geral, Durval Ângelo ia às cadeias, presídios ou penitenciárias dos municípios – quando havia – e depois promovia comparações entre esses estabelecimentos e as APACs, ressaltando as vantagens do segundo tipo de estabelecimento. Nas audiências públicas, costumava ser acompanhado por funcionários da APAC de outros municípios, da FBAC e, em alguns casos, de pessoas envolvidas na anterior fundação jurídica das APACs nesses locais. Mas, mesmo em reuniões em que não estavam presentes representantes diretos das APACs, outras figuras, como as vinculadas à Pastoral Carcerária, defendiam o investimento público no modelo, reforçando o imbricamento da Pastoral com o método APAC.

Nesse mesmo período, para além dos debates sobre APACs, outras discussões mais estruturais se escassearam, dando lugar a reuniões utilizadas por familiares de presos para formulação de denúncias. Eram ressaltados, assim, casos de torturas, maus tratos e assassinatos ocorridos em unidades de privação de liberdade específicas. As audiências ganhavam feições de oitivas judiciais, nas quais vítimas e/ou testemunhas faziam suas queixas e, em alguns casos, os acusados também eram ouvidos e se defendiam.

Entretanto, no momento governamental seguinte, sob o comando de Antônio Anastasia (PSDB), novos espaços se abriram na agenda parlamentar para debates sobre aspectos estruturais penais. Em uma audiência de 2012, duas soluções foram propostas para resolver os problemas constantemente denunciados na ALMG e em outras arenas. Uma era a “saída APAC”, mais uma vez ressaltada por um representante da Pastoral Carcerária; a outra era a proposta indicada por um ator recente no cenário parlamentar mineiro, o Grupo de Amigos e Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade. Conforme essa nova figura social, era preciso reduzir o número de pessoas atrás das grades, o que seria concretizado caso fossem fortalecidas alternativas diversas à prisão. Além disso, deveriam ser instituídos mecanismos de prevenção à tortura, como os estabelecidos a partir do Protocolo Facultativo das Nações Unidas à Convenção Contra a Tortura (OPCAT)²⁰. Esse segundo tipo de voz, porém, costumava se manter abafado em face dos interesses dos demais grupos, como discutiremos mais à frente.

Iniciado em 2015, o Governo Pimentel (PT) é marcado por uma alteração nas coalizões políticas dos atores parlamentares aqui em foco. Durval Ângelo saiu da oposição para a situação, bem como deixou a Comissão de Direitos Humanos para ser líder de governo na ALMG, posição da qual também se afastou em agosto de 2018 ao ser indicado para compor o Conselho do Tribunal de Contas. Essa movimentação

²⁰ Atualmente, nove estados já promulgaram leis para a criação do mecanismo, incluindo Minas Gerais: Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Rondônia. Entretanto, há Mecanismos Estaduais em funcionamento apenas no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Paraíba e em Rondônia (Duarte; Jesus, 2020).

foi determinante na queda do número de reuniões sobre a pauta penal na Comissão de Direitos Humanos, que passou a ser comandada pelo deputado Cristiano da Silveira, também filiado ao PT, mas sem histórico de envolvimento com a questão carcerária.

Em contrapartida, como já indicado, a Comissão de Segurança Pública passou a abarcar maior número de reuniões sobre a pauta penal. Importa ressaltar que, embora os atores que protagonizaram tais reuniões tenham sido os mesmos dos anos anteriores, a nova arena alterou substancialmente o teor dos debates. Em geral, os problemas levantados eram convertidos em questões de ordem trabalhista e em acusações contra o governador, embora não passassem de repetições dos mesmos entraves do sistema prisional apontados há pelo menos duas décadas. Assim, as violações de direitos dos custodiados seriam, nessa narrativa, reflexo do baixo efetivo de agentes das unidades, por exemplo.

As considerações até aqui indicam a prevalência de atores religiosos na discussão das pautas penais mais estruturantes, bem como da “solução APAC” nesses debates. Como a citada presença de outros atores, a exemplo do Grupo de Amigos e Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade, já indica, porém, outras vozes e propostas também se fizeram presentes e, a seguir, trataremos delas.

VOZES ABAFADAS

O grande número de audiências públicas realizadas no período é, em si, um resultado da abertura política iniciada na redemocratização, seguida por uma ampliação progressiva da participação de certos setores da sociedade em espaços político-institucionais. Conforme já mencionado, a literatura indica que a ALMG, graças a contingências locais, avançou relativamente em relação a outras assembleias nesse sentido (Rocha, 2010; 2012). O parlamento mineiro tem valorizado os espaços das Comissões, reconhecidos como arenas abertas à participação popular.

Visto dessa forma, há que se celebrar a brecha para que membros da sociedade civil discutam, dentro da agenda oficial do Estado, políticas para uma área que tende a ser refratária ao controle social: a penal (Salla, 2015). Conforme nossos dados, porém, a fenda é pequena. Para começar, como não poderia deixar de ser, a formação da agenda parlamentar depende em grande medida de articulações partidárias que se alteram constantemente e das relações de cada parlamentar com suas bases de apoio. As mudanças no último período governamental analisado (2015-2018) são as que mais demonstram neste estudo como esses arranjos e rearranjos podem abrir ou fechar as aberturas à participação.

Mais do que esse movimento, porém, os atores parlamentares são capazes de limitar o que e como as questões/problemas/denúncias/demandas/sugestões entram na agenda. Um exemplo interessante é o modelo de penitenciária em parceria público-privada (PPP), inteiramente gestada no Poder Executivo estadual, o que chegou a ser mencionado brevemente em uma reunião em 2004, como indicado anteriormente. No entanto, só teve espaço para ser debatido na ALMG de fato em 2012, quando as negociações para a sua implantação já estavam em fase final. A reunião se tornou um espaço de lamentação da sociedade civil, ao invés de constituir um momento de reflexão com possibilidade de incidência sobre a formulação da política.

Tal fato demonstra que estar presente e se manifestar em uma reunião parlamentar é pouco para efetivamente gerar algum tipo de influência nas políticas públicas. Há restrições quanto a “o que” e

“quando” entrará na agenda parlamentar, controlada pelos atores eleitos. Além disso, há um controle sobre quem discutirá as pautas nesses espaços e quais ideias serão mais reverberadas. É emblemático, nesse sentido, que ideias como priorização de alternativas penais ou instituição de um mecanismo autônomo de combate à tortura tenham chegado a ser vocalizadas, mas foram sufocadas por gritos mais estridentes. Faltaram a essas demandas tanto uma pressão constante na arena parlamentar por parte dos próprios deputados envolvidos quanto uma articulação que trouxesse ao coro mais vozes e mais força às propostas apresentadas.

Essas duas características não faltaram aos articuladores da APAC. A ligação entre Durval Ângelo e grupos da sociedade civil vinculados a entidades religiosas ficaram evidentes ao longo dos anos. Tampouco é desprezível, desde o final da década de 1990, que esses atores tenham sustentado enfaticamente o mito da ressocialização, somado ao da retribuição, segundo o qual certas prisões deveriam exercer a função de penalização conjugada à oferta de vagas de emprego e de estudo. Naquele momento, a demanda era a construção de novas vagas em penitenciárias para oferecer tais possibilidades. Nas décadas seguintes, porém, com as vagas construídas, a sonhada estrutura capaz de “ressocializar” os indivíduos não emergiu, seguindo perenes as denúncias de violações.

Foi exatamente nesse vácuo que o método APAC e suas respectivas unidades prisionais parecem ter se consolidado: as penitenciárias não conseguem, mas esse modelo seria capaz de consubstanciar os distintos mitos penais. Na possibilidade de conjugar tanto a ressocialização quanto a retribuição, o modelo atraiu o apoio dos ditos defensores de direitos humanos, enquanto reduziu, com a narrativa da retribuição, a oposição dos mais conservadores. De fato, esse grupo tem aceitado o método apenas quando direcionado aos presos ditos “recuperáveis”. Uma evidência dessa relativização são os Projetos de Lei Nº 4.692, de 2013 (ALMG, 2013), e Nº 1.051, de 2015 (ALMG, 2015). Ambos são de autoria do deputado Sargento Rodrigues e buscam proibir que pessoas condenadas por crimes hediondos cumpram suas penas nas APACs.

Em reforço a isso, a ausência de rebeliões e de assassinatos na história das APACs foi evidenciada ao lado do número que fortalece o modelo como ideal na retórica penal, conforme exposto pela FBAC: uma taxa de reincidência entre 10% e 15%²¹. Essas duas características foram ressaltadas em todas as reuniões nas quais representantes das APACs participaram. Em geral, essa estatística foi comparada à dita taxa nacional de reincidência, prevista acima de 70%. Contudo, nenhum dos dois valores, nem o de 10% a 15% tampouco o de 70%, têm qualquer comprovação estatística. Como aponta Oliveira (2012), nos cinco anos entre 2008 e 2011, o Ministério da Justiça divulgou taxas nacionais de reincidência que variaram de 30 a 80%, o que demonstra a inconsistência da informação.

De fato, segundo Santos (2015), são muitas as dificuldades no cálculo da taxa, o que tem impedido o conhecimento preciso dessa estatística no Brasil. A autora se debruçou sobre a questão em Minas Gerais e apontou que a reincidência no estado está a meio do caminho entre as duas taxas citadas nas audiências públicas (10% a 15%, e 70%): 51,4% (Santos, 2015). De todo modo, não é o objetivo deste trabalho discutir os impactos da APAC. Contudo, cremos ser importante apontar que essas unidades ajudaram a abafar qualquer caminho que não tenha o encarceramento como cerne central da segurança pública.

21 Ver TJMG (2023): <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/hotsites/relatorio-de-gestao-2020-2022/apacs-protecao-aos-condenados.htm>. Acesso em: 29 mai 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE CABE AOS “DESVALIDOS”?

O contexto social ajuda a produzir padrões organizacionais consubstanciando, entre outros aspectos, os mitos que formam as instituições. No âmbito penal, estão estruturados dois mitos: o da retribuição em relação à falta cometida; e o da prevenção, pautado pelo caráter ressocializador e pedagógico da pena. Embora perspectivas criminológicas críticas tenham indicado a prevalência nas últimas décadas do mito retributivo, ganhando reforço políticas pautadas pelo encarceramento massivo de sujeitos socialmente vulneráveis, o cenário ainda está em alguma medida em disputa. Ao focalizarmos o contexto mineiro, nos deparamos com o modelo APAC como caminho que se apresenta como integrador dos dois mitos penais.

Nas últimas décadas, setores da sociedade civil, representados, em especial, por grupos religiosos, ganharam espaço significativo na arena legislativa, sustentados por determinados perfis. Outros deputados chegaram a se posicionar de modo ambíguo sobre a APAC nos primeiros anos da análise para, mais recentemente, arrefecerem suas críticas e ressalvas. Agregando deputados com perfis mais adeptos aos direitos humanos com os mais ligados à segurança pública, a pauta ajudou a sufocar em boa medida qualquer proposta que tenha destoado do modelo penal cujo cerne é a privação de liberdade.

De fato, o modelo APAC é visto como eficaz quando direcionado a determinados grupos de criminosos. Há os presos considerados “irrecuperáveis”, para os quais caberia apenas o mito penal retributivo, marcado pela infligência da dor no contexto carcerário. Nesse aspecto, o posicionamento sobre esse perfil de custodiados se alinha às narrativas da Criminologia Crítica a respeito da tradição penal contemporânea, como discutido por Garland (2008) e Nils (2011). Contudo, há também os custodiados considerados “ressocializáveis”, para quem devem ser direcionadas medidas de expiação da falta cometida em concomitância com rotinas que os “ensinam” a ser cidadãos, “reeducando-os” ou, na retórica cristã da APAC, “recuperando-os”. Para esse conjunto de criminosos, o método APAC e sua respectiva unidade prisional é vista mais correntemente com certa unanimidade como saída, promovendo um contexto altamente escrutinador no âmbito prisional.

Sobretudo, a existência e o fortalecimento da ação parecem conferir significativa legitimidade às políticas baseadas no aprisionamento. Da maneira como é publicamente apresentada, a APAC acaba por entoar a ideia de que, se executada em conformidade com a Lei de Execução Penal (ou seja, sem os desvios legais relativos, por exemplo, à superpopulação ou às torturas), a política prisional pode efetivamente “funcionar” no controle criminal. Para alguns atores, porém, esse modelo só é possível quando direcionado aos “ressocializáveis”, com efeitos positivos ao enfrentamento da violência. Tratamento diferenciado, porém, deve ser conferido aos “desvalidos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Resolução Nº 5.176, de 06 de novembro de 1997**. Contém o Regimento Interno da ALMG. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1997. Disponível em <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/regimento-interno/>. Acesso em: 29 mai 2024.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Resolução Nº 5.204, de 03 de julho de 2002**. Altera a redação dos Artigos 101 e 102 da Resolução Nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da ALMG. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/RAL/5204/2002/>. Acesso em: 29 mai 2024.

APAC como saída: articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas penais mineiras entre 1995 e 2018Natália Martino e Thais Lemos Duarte (*in memoriam*)

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Projeto de Lei Nº 4.692, de 2013**. Acrescenta o art. 176-A à Lei Nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que contém normas de execução penal, para vedar que condenados pela prática de crimes hediondos cumpram pena em Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs). Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?tipo=PL&num=4692&ano=2013>. Acesso em: 29 mai de 2024.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Projeto de Lei Nº 1.051, de 2015**. Acrescenta o art. 176-C à Lei Nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que contém normas de execução penal, para vedar que condenados pela prática de crimes hediondos cumpram pena em Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs). Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?tipo=PL&num=1051&ano=2015>. Acesso em: 29 mai de 2024.

BOZZA, Fabio da Silva. **Teorias da pena: do discurso jurídico à crítica criminológica**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves. Da cadeia à penitenciária: uma análise da Política Prisional de Minas Gerais. **Anais do IV EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança Anpad**. Vitória/ES, nov. 2010.

DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DUARTE, Thais Lemos; JESUS, Maria Gorete Marques de. Prevenção à tortura: uma mera questão de oportunidade aos mecanismos latino-americanos?. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 8, n. 15, p. 134-152, 2020.

FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. **Sítio oficial**. Disponível em www.fbac.org.br. Acesso em: 1 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Júlia Moreira. Alcances das práticas participativas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): por um diálogo entre sociedade e legislativo – Entrevista com a gerente de acompanhamento e avaliação de políticas públicas, da Gerência-Geral de Consultoria Temática, da ALMG. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, p. 62-66, 2016.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GODOI, Rafael; ARAÚJO, Fábio; MALLART, Fábio. Especializando a prisão: a conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 591-611, 2019.

LIMONGI, Fernando. Novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 37, p. 3-38, 1994.

LOPES, Adalclever. Audiência Pública. *In*: CASTRO, Carmen Lúcia; GONTIJO, Cynthia; PINTO, Luciana (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. v. 2, Belo Horizonte: EdUEMG, 2015.

MACAULAY, Fiona. Modes of prison administration, control and governmentality in Latin America: adoption, adaptation and hybridity. **Conflict, Security and Development**, Londres, v. 13, n. 4, p. 361-392, 2013.

MARTINO, Natalia. **Mulheres encarceradas**: cruzamentos entre redes familiares e prisionais. São Paulo: Ibccrim, 2019.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

MEYER, John; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 12.985, de 30 de julho de 1998**. Transfere a administração das cadeias e dos presídios para a Secretaria da Justiça e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1998.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 15.299, de 09 de agosto de 2004**. Acrescenta dispositivos à Lei n 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que contém normas de execução penal, e dispõe sobre a realização de convênio entre o Estado e as Associações de Proteção e Assistências aos Condenados (APACs). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2004.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

NILS, Christie. **Uma razoável quantidade de crimes**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

OLIVEIRA, Victor Neiva. **Prisões sem guardas**: uma experiência liderada por grupos religiosos. 2013. 116 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Victor Neiva. **O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciárias**: guardiões ou policiais?. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura em tempos de encarceramento em massa**. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2016.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2006.

APAC como saída: articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas penais mineiras entre 1995 e 2018Natália Martino e Thais Lemos Duarte (*in memoriam*)

RAMOS, Silvia. MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

RAPISARDA, Sabrina; BYRNE, James; MARMOLEJO, Lina. An examination of COVID-19 outbreaks in south american prisons and jails. **Victims & Offenders**, 2020.

ROCHA, Marta Mendes. **Representação, informação e deliberação no processo legislativo estadual**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ROCHA, Marta Mendes. Comissões parlamentares nos legislativos estaduais brasileiros: estudo das Assembleias Legislativas da Bahia e de Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 21, 2012, p. 139-175.

ROXIN, Claus. **Estudos de direito penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SÁ, Frankarles Genes de Almeida e. A importância do método de associação e proteção aos condenados (APAC) para o sistema prisional brasileiro. **Revista Direito & Dialogicidade**, Crato, v. 3, dez. 2012.

SALLA, Fernando. Decifrando as dinâmicas do crime. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 174-179, 2015.

SÁNCHEZ, Alexandra.; SIMAS, Lima., DIUANA, Vilma; LAROUZE, Bernard. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020.

SANTOS, Roberta Fernandes. **Fatores determinantes da reincidência criminal em Minas Gerais**. 2015. 104 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo, Brasil: Alameda, 2012.

STJ – Superior Tribunal de Justiça. **APAC**: dignidade como método de recuperação do preso. Brasília: STJ, 2022.

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **APAC** – Proteção aos Condenados. TJMG, 2023.

TORRENS, Antonio Carlos. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, 2013.

VALOIS, Luís Carlos; MACAULAY, Fiona. O Judiciário e a crise do sistema penitenciário. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 78-87, 2017.

VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins; CARDOZO, José Eduardo Martins; PEREIRA, Marivaldo de Castro; DE VITTO, Renato Campos Pinto. Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. **Revista Culturas Jurídicas**, Ingá, v. 5, n. 10, p. 1-48, 2018.

VEYL, Raul Salvador Blasi. Entre o fato e o discurso: o método APAC e sua efetividade no cenário brasileiro. **Alethes**, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, 2016, p. 268-284.

WACQUANT, Loïc. **Les prisons de la misère**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

ARTIGO

“THE INVOLVED”: FEMINICIDES OF ADOLESCENTS IN FORTALEZA IN 2018 IN THE LIGHT OF GENDER NECROPOLITICS

MARIA FERNANDA DE MIRANDA MOTA GURGEL DO AMARAL

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

País: Brasil **Estado:** Ceará **Cidade:** Fortaleza

Email: mfernandagurgel@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4557-9699>

CARLA MARIANA CAFÉ BOTELHO

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

País: Brasil **Estado:** Ceará **Cidade:** Fortaleza

Email: carlamarianacafe@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8362-4315>

Contribuições das autoras: Maria do Amaral foi responsável pela análise dos dados quantitativos e qualitativos e interpretação e discussão dos resultados, além da participação ativa na redação do manuscrito. Carla Botelho auxiliou na escolha metodológica, bem como fora responsável pelas inúmeras revisões críticas das versões preliminares.

ABSTRACT

This work examines, from the perspective of gender necropolitics, the femicides of girls and young women that took place in 2018 amid urban violence on the outskirts of Fortaleza. For this, initially, it seeks to understand the necropolitics of gender, especially its direct expression, which is femicide, highlighting the relationship between the occurrence of this crime with socioeconomic and oppression markers, such as gender, race, class, and with the biopatriarchal State structure. Then, it is intended to examine the factors that converge to the occurrence and the characteristics of the violent deaths of female adolescents that happened in peripheral territories of Fortaleza. For this work, which has a qualitative approach and a pure result, bibliographic research was carried out using official data made available by specialized institutes.

Keywords: Necropolitics. Gender necropolitics. Femicide. Urban violence in Fortaleza.

RESUMO

“AS ENVOLVIDAS”: FEMINICÍDIOS DE ADOLESCENTES EM FORTALEZA EM 2018 À LUZ DA NECROPOLÍTICA DE GÊNERO

Este trabalho examina, sob a óptica da necropolítica de gênero, os feminicídios de meninas e jovens, ocorridos em 2018, no bojo da violência urbana na periferia de Fortaleza. Para isso, inicialmente, busca-se compreender a necropolítica de gênero, sobretudo sua expressão direta, qual seja o feminicídio, evidenciando a relação entre a ocorrência desse crime com os marcadores socioeconômicos e de opressão, como gênero, raça e classe, e

com a estrutura de Estado biopatriarcalista. Em seguida, pretende-se examinar os fatores que confluem para a ocorrência e as características das mortes violentas de adolescentes do sexo feminino acontecidas em territórios periféricos de Fortaleza. Para este trabalho, que tem abordagem qualitativa e resultado puro, realiza-se pesquisa bibliográfica sobre o assunto, utilizando-se ainda de dados oficiais disponibilizados por institutos especializados.

Palavras-chave: Necropolítica. Necropolítica de gênero. Femicídio. Violência urbana em Fortaleza.

Data de Recebimento: 13/02/2023 – **Data de Aprovação:** 16/06/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1868

INTRODUCTION

The present work analyzes, under the bias of gender necropolitics, the violent deaths of female adolescents that occurred in the context of urban violence on the outskirts of Fortaleza in 2018. Despite the Brazilian legal system, as a reaction combative in the face of the relevance and frequent repercussion of the cruel murders of women, has come to typify femicide with the advent of Law Nº 13.104/2015 (Araújo, 2021, p. 14), the alarming scenario verified in the most marginalized neighborhoods of the capital cearense.

In fact, the reorganization of the dynamics of urban violence in Ceará, based on the gangs, with the strengthening of the illicit drug and weapons market and the consequent migration of factions originating in the Southeast and North regions of the country, promoted greater victimization of women in the country. State (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 375).

From this point of view, it has been verified that, in the context of the outskirts of Ceará and the dispute between criminal organizations for illegal markets, female bodies, racialized and peripheral, become a stage of dispute, demonstration of ownership and manifestation of performative exercises hypermasculinized by members of criminal organizations. At this juncture, the monitoring of these deaths due to violent behavior and the erasure of traits considered to be typically feminine was observed (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 376-377).

Furthermore, the scenario in testilha is aggravated by the realization of criminalizing speeches by official State agents in the face of the occurrence of these murders, which reduce the commission of these crimes to the assumption of involvement of the victim with criminal acts and groups through the figure of the "involved" (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377).

This context implies the criminalization of these girls, the naturalization of their deaths and the lack of responsibility of the public power in the face of them, the lack of public commotion of society about the lives that were interrupted, and the mischaracterization of the typification of these murders as feminicides (Nielsson, 2020, p. 153; Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377).

In this way, it is motivated to study the proposed temporal and territorial cut in view that, according to the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, developed by the Cearense Committee for the Prevention of Homicides in Adolescence, among 2016 and 2018, there was a 322% increase in the murders of girls and women between 10 and 19 years old in Ceará and 417% in Fortaleza. Furthermore, in the capital of Ceará, the number of deaths among female adolescents in 2017 and 2018 increased by 90.32%, from 31 to 59 homicides (CCPHA, 2020, p. 26-27). Thus, Fortaleza's situation is even more alarming in this age group.

Therefore, the present work has the general objective of examining, from the perspective of gender necropolitics, the feminicides of girls and young women verified in 2018 amid the dynamics of urban violence in the marginalized neighborhoods of the capital of Ceará.

Among the specific objectives, in turn, we seek to understand the necropolitics of gender, especially its direct expression, namely femicide, highlighting the relationship between the occurrence of this crime with socioeconomic and oppressive markers, such as gender, race, and class, and with the structure of a biopatriarchal State. In addition, it is intended to examine the factors that, together, influence the occurrence and characteristics of violent deaths of female adolescents that occurred in peripheral territories of Fortaleza. Finally, we try to investigate the manifestation of gender necropolitics in these murders and their characterization as feminicides based on the analysis of cases in criminal proceedings.

Based on the above, the aim is to answer the following questions: 1. How does the biopatriarchal State exercise control and eliminate female, poor, and black bodies that are insubmissive to male rules for maximizing exploitation conditions? 2. What are the elements that, when analyzed together, allow concluding the contribution to the increase in homicides of adolescents, including girls, in Fortaleza? 3. How are these assassinations carried out? 4. Is it possible to verify the necropolitics of gender in the violent deaths of female adolescents amid urban violence on the outskirts of the capital of Ceará? 5. Should these be understood as feminicides?

Regarding methodology, the present research has a qualitative approach to the problem while dealing with non-measurable data that cannot be translated into quantifiable numbers since it seeks to analyze, in the light of gender necropolitics, the femicides of adolescents that occurred in Fortaleza in the year 2018.

Regarding technical procedures, a bibliographical analysis is carried out by examining already published materials (books, scientific articles, dissertations, among others) involving the topic addressed. It should be noted that this research presents as theoretical references the propositions and questions elaborated by Achille Mbembe, who coined the concept of necropolitics; the notions of gender necropolitics and femicide according to Montserrat Sagot and Rita Laura Segato; and Kimberlé Crenshaw's conception of intersectionality.

Still, during the technical procedure under discussion, official data provided by specialized institutes are used, especially by the Cearense Committee for the Prevention of Homicides in Adolescence (CCPHA, 2020) in its report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*.

Thus, the characterization of this research is verified as descriptive since it tries to discuss, in a detailed and meticulous way, the characteristics of the proposed phenomenon to be studied. Finally, regarding the use of the results obtained, this work seeks, from the immediate application of the hypotheses and conclusions reached, the deepening of knowledge regarding the object of the study, which can be classified as pure.

GENDER NECROPOLITICS

Gender necropolitics, a concept developed by Montserrat Sagot (2013, p. 1), can be understood as a manifestation of sovereignty that, while seeking to exercise control and instrumentalize human existence, generates the systematic death of women. In this sense, like the Mbembean conception, it promotes a hierarchy between lives worthy of being lived and those not.

This scenario, for Sagot (2013, p. 4), builds a regime of terror, with state complicity, which subjects the most vulnerable women in an attempt to control them and sentences some to death. In fact, according to the author, this regime of terror materializes from the constitution of a political scenario marked by discourses and practices that induce the lethality of feminized bodies, which are vulnerable to marginalization, instrumentalization, and even death (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377; Sagot, 2013, p. 4).

Sagot (2013, p. 6-7) understands that for the functioning of gender necropolitics, a confluence of certain factors is necessary. Initially, the existence of social norms that justify men's notion of domination over women is essential, manifested by the naturalization of the occurrence of gender violence and by the perception of aggressive and authoritarian male behavior as something positive.

Moreover, for the author, broad tolerance is fundamental in the face of the various forms of violence against feminized bodies, demonstrated, above all, by the high degree of impunity in the face of its most extreme manifestation, which is femicide. In this way, it understands that gender violence *"is not casual or cultural the result of a failed institutionality, rather it is a structural component of the system"* expressed by the absence of political will to punish and face it (Sagot, 2013, p. 7).

With this, Sagot (2013, p. 7) points out that the state's complicity, based on inefficient responses and impunity that cause the naturalization and permissiveness of such violence, is an essential element for the functioning of this specific institutionalized death policy (Nielsson, 2020, p. 153).

Furthermore, it is important to point out that gender necropolitics does not act homogeneously on all women. In fact, to understand the scope of this phenomenon, it is necessary to analyze this violence and deaths from the perspective of social markers and oppression operated by biopatriarchalism (Nielsson, 2020, p. 163).

In fact, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) understands that certain individuals experience greater vulnerability due to the association of multiple systems of subordination. In this context, the author establishes the concept of intersectionality, intending to understand the different forms of inequality and vulnerability based on overlapping different subordinations. Thus, Crenshaw (2002, p. 177) concludes that *"racism, patriarchy, class oppression, and other discriminatory systems create basic inequalities that structure the positions"* to be occupied by each individual.

Indeed, despite its broad relevance for the structuring of social relations, gender, analyzed and understood individually, is not capable of justifying the most diverse manifestations of violence against women. Thus, an intersectional analysis, as proposed by Crenshaw (2002), allows us to understand that, depending on the position occupied by the female body at the intersection of multiple systems of oppression, women may be exposed to greater risk conditions, suffer different types of violence of gender and generate a distinct social and state reaction to its occurrence (Sagot, 2013, p. 6).

Under this bias, for Crenshaw (2002, p. 177), racialized women are often positioned at the intersection between race, gender, and class. In this sense, the biopatriarchal State uses these socioeconomic and oppressive markers to dispose of female bodies in the delimitation of legitimate subjects and unworthy subjects and, therefore, subject to institutional helplessness and death (Nielsson, 2020, p. 164). In this way, it promotes the placing of black and poor women as the main target of the necropolitical process of annihilation (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 380).

Therefore, given the direct relationship that exists between capital and the sacrifice of women (Segato, 2005, p. 265-266), to exercise control and eliminate feminized bodies that are insubmissive to the male rules of maximizing the conditions of exploitation, the biopatriarchal State uses gender necropolitics, either directly, "or constituting a scenario in which each man feels legitimized to 'eliminate' women who represent any form of insurgency" (Nielsson, 2020, p. 165-166).

Thus, the necropolitics of gender constitutes a scenario of continuous production of disposability of women, which, in a constant reiteration of the patterns of domination typical of modern, capitalist, and racist colonial States, affects poor and black bodies in a more hostile way and which has as expression direct the systematic practice of femicide (Nielsson, 2020, p. 165-166; Sagot, 2013, p. 4-5).

1.1 FEMICIDE AS A POLITICAL CRIME

Indeed, violence against women is an endemic social problem resulting from a patriarchal structure, which establishes gender relations based on inequality (Sagot, 2013, p. 2; Segato, 2018, p. 213). Based on this premise, Jane Caputi and Diana Russel (1992, p. 15), responsible for formulating the notion of femicide, understand this as the most extreme manifestation of a *continuum* of different forms of gender violence since it materializes when these result in death.

For Rita Laura Segato (2006, p. 3), the patriarchal system is marked by an inseparability between power and masculinity, which permeate the social environment through hatred and contempt for the female body and other attributes associated with femininity. In this context, especially in the presence of the biopatriarchal State in which the necropolitics of gender is manifested, "*less value is attributed to the life of women, women and there is a greater propensity to justify the crimes they suffer*" (Segato, 2006, p. 3).

Thus, Segato (2006, p. 3-4) understands that the authors' intention in coining the term femicide was to expose this form of violence as a manifestation of the control and punitive capacity of patriarchy over feminized bodies and, therefore, to emphasize their political dimension, since they are crimes that simultaneously seek to maintain and reproduce patriarchal power.

From this perspective, Segato (2005, p. 275) recognizes a fundamental difference between feminicides and other gender crimes committed in the domestic sphere against victims who have some relationship with the aggressor. For the author, the murders of women that occur in public spaces are used by the aggressor as a manifestation directed at the society that exercises power over feminized bodies, even outside the family environment.

Under this bias, according to Montserrat Sagot (2013, p. 02), femicide, as a lethal weapon for maintaining the subordination of female bodies, is the most serious form of violence against women. Indeed, the author analyzes this crime as the most dramatic expression of gender inequality since its occurrence demonstrates and communicates notions of domination, "*terror, social vulnerability, extermination and even impunity*" (Sagot, 2013, p. 3), typical elements of the scenario in which gender necropolitics operates.

Therefore, Sagot (2013), as proposed by Segato (2005), concludes that femicide is a crime of power. In addition to retaining, maintaining, and reproducing submission to biopatriarchal power (Nielsson, 2020, p. 161), the causes involved in this type of murder cannot be justified by the "*individual or 'pathological' characteristics of the aggressors, without a social status both of them victims as perpetrators*" (Sagot, 2013, p. 3).

Therefore, the coined concept of feminicide allows for conceiving its social and generalized character, as well as ruling out the possible justifications for its occurrence due to personal and private issues. In fact, it has an evident necropolitical character as it results from the structural relationships of power, domination, and privilege of men to the detriment of women, in which "the bodies of the murdered women become converted, in unreflection and a concrete manifestation of a profoundly unequal social and gender system" (Sagot, 2013, p. 3).

1.2 FEMIGENOCIDE: FEMINICIDE IN A FACTIONALIZED WORLD

In the context of a factionalized world, in which criminal organizations occupy the absence of the State, these start, directly or indirectly, to control and manage certain territorial reserves and seek to expand their influence and power. To this end, these collectives use female bodies, given their close relationship with the notion of territory, as a stage for dispute, registration of ownership, and the manifestation of hypermasculinized performative exercises (Segato, 2006, p. 6; Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 376-377).

Thus, Segato (2006), when analyzing the murders of 300 poor and racialized women over 11 years in *Ciudad Juárez*, Chihuahua, on the northern border of Mexico, concluded that the feminicides that occurred there are characterized by an intensification of the aforementioned horizontal axis. In this scenario, rival criminal factions are configured as the main interlocutors of the violent discourse of the aggressors. At the same time, the victims are consumed as disposable parts and secondary products of the process to satisfy the collective demand to expose their capacity for death and cruelty to other men (Segato, 2005, p. 265:273; Segato, 2006, p. 7).

Furthermore, Segato (2006, p. 7) verified that the feminicides that occurred in *Ciudad Juárez* had a relevant expressive dimension since to communicate their power and group cohesion, demonstrating the strength and ratifying their territorial dominance to rival organizations, they were characterized by a *modus operandi* marked by cruelty in which "the faction ¹ registers its speech in the kidnapped body, marked by collective torture, inseminated by the gang rape and eliminated at the end of the terrible ordeal"².

Still, amid her studies on the death of women in the Mexican city, the author also concluded that this new intensification of disputes between collectives is based on the systematic practice of femicides to destroy feminized bodies, typical of a necropolitical scenario of gender, without individualization of the reason for its occurrence or relationship between perpetrator and victim (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 376). Segato (2018, p. 217) proposed the terminology femigenocide for this type of femicide violence in the public sphere, which cannot be justified as aggression based on ties.

The author also points out that these crimes are marked by the absence of a personalized subject committed against a victim that is not personalized either, since they are directed at a specific type of woman, as a rule, permeated by race and class markers, and due to their belonging to that particular group to display and reassert their ability to control. The depersonalization of women, therefore, occurs due to the predominance of the category to which they belong to the detriment of their biography or personality. For Segato (2006, p. 10-11), "el procedimiento es el de eliminación con y por despersonalización".

¹ Rita Laura Segato (2006, p. 6) uses the term "fratría" to designate urban mafias, typical of a factionalized world, which, directly or indirectly, control and administer specific territorial parcels and dispute hegemony.

² My translation: [...] "the phrase inscribes its discourse on the kidnapped body, marked by collective torture, inseminated by group rape and eliminated at the end of the terrible ordeal".

Indeed, despite the similarity of this crime to genocide, it is not to be confused with the latter. This occurs because femicides, including those that occurred in the context of *Ciudad Juárez*, are based on misogyny as disrespect for the feminine. For Segato (2005, p. 279), these deaths are systematically and impersonally verified only because of the contempt for women's lives and the understanding that their only value is related to their availability for appropriation.

Therefore, it is concluded that throughout human history until the present day, wars continue to be perpetuated in which the bodies of girls and women are understood as territories that can be conquered. In this sense, one can see the objectification and objectification of these feminized bodies during disputes for hegemony between rival factions (Moura; Holanda, 2018, p. 45).

THE DEATHS OF FEMALE ADOLESCENTS IN THE DYNAMICS OF URBAN VIOLENCE IN FORTALEZA

Faced with a dispute between criminal factions, there was a stark proportional increase in the number of girls murdered amid the dynamics of urban violence in the capital of Ceará with a typically femicide execution and meaning.

In fact, based on data from the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, it is possible to conclude that the homicide rates of girls between 10 and 19 years of age, despite having certain fluctuations, increase with each passing year to the point of putting the victimization of these teenagers in another stage. In 2017, according to the criterion established by the World Health Organization (WHO) of 10 homicides per 100 thousand inhabitants, the murder of girls in the State started to be considered an epidemic (CCPHA, 2020, p. 24-25).

However, it was in 2018 that the most brutal and cruel scenario for girls in the state was verified, in which 114 were victims of lethal violence. During this period, according to information provided by the Secretariat for Public Security and Social Defense (SSPDS-CE), there was an “11.98% reduction in the number of homicides in Ceará in the general population and a 20.42% reduction in homicides of people of the same sex male (aged 10 to 19)” (CCPHA, 2020, p. 26), while between 2017 and 2018 there was a 42.50% increase in murders of girls. This increase becomes even more significant when analyzed from the perspective of the time lapse between 2016 and 2018, which presents a variation of 322% (CCPHA, 2020, p. 26-27).

Furthermore, it is important to point out that, in Fortaleza, the growth in the number of murders that have girls between the ages of 10 and 19 as victims is alarming. In the period between 2016 and 2018, there was a 417% increase in female adolescent deaths. Examining the interval between 2017 and 2018, homicides of girls in the capital of Ceará increased by 90.32%, from 31 to 59 cases (CCPHA, 2020, p. 26-27). Therefore, this scenario demonstrates this research's motivation to study the temporal and territorial cut in testilha.

Nevertheless, it is clear that the exponential increase in the rates of violent, lethal, and intentional crimes against female adolescents “affects in a segmental way in the city: with greater intensity in certain regions and in certain bodies” (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 375). Given the above, it is necessary to understand who these victims are beyond the age group and gender they occupy, seeking an intersectional analysis.

2.1 WHO ARE THESE GIRLS?

According to the 2019 Atlas of Violence, between 2007 and 2017, there was a percentage increase of 286.8% concerning black women murdered in Ceará, while that of non-black women during the same period was 18.5% (Cerqueira et al., 2019). Therefore, inequality in the mortality of black and white people in the state is evident.

This context emphasizes race as a social marker that promotes greater vulnerability of black bodies, as it structures relationships based on their inferiority. It should be noted that, according to Mbembe (2018), in his studies on necropolitics, race is strictly related to death since the lives to be maintained are white lives, while, concomitantly, "worlds of death" for racialized bodies. Therefore, "black girls are therefore part of a human group whose bodies can be vilified, murdered and criminalized" (CCPHA, 2020, p. 42).

However, throughout the research to obtain data for the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, especially during the interviews with the families of teenage victims of homicide, it was observed "racist manifestations towards phenotypic traits of black girls" materialized in the disassociation of skin color presented by them and in the recognition of victimized girls as white or brown. In this sense, it was concluded that 62.30% of the girls were brown, 31.15% were white, and only 6.56% were identified as black. This scenario demonstrates a misrepresentation that continues to be reproduced and validated in official data and statistics research, which promotes the invisibility of the black population (CCPHA, 2020, p. 40-42).

Furthermore, it appears that the vast majority of cases of lethal violence against female adolescents occur in peripheral contexts of Fortaleza, far from the noble areas of the city. The territorialization of these deaths allows inferring the incidence not only of the race marker in these murders but also of class (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 375-376).

In fact, these are spaces marked by social precariousness and state action reduced to the ostensive and militarized behavior of the public security forces (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 375-376). In this sense, "they become places where bodies whose identity does not exist, devoid of dignity" and, therefore, subject to death and not subject to mourning (Moura; Holanda, 2022, p. 45).

Given all the above, at the present moment of the research, the aim is to understand the role of girls' bodies in the new dynamics of urban violence in Fortaleza.

2.2 THE CHARACTERIZATION OF THESE DEATHS AS FEMICIDES

In the context of the outskirts of the capital of Ceará, marked by the dispute between factions for illegal markets and territories, female bodies have been placed as fundamental in the schemes and the settling of accounts between rival collectives, with these girls being "'decreed', tortured and killed under accusation of 'cooperating' with enemies" (Paiva, 2019, p. 179). His murders, however, cannot be reduced to this scenario. Indeed, persecutions are common due to romantic and sexual involvements by adolescents with young people belonging to areas controlled by another faction (Paiva, 2019, p. 179).

In this context, such girls, according to the codes of the criminal collectives that operate in the State, are treated as "lunchboxes"³ and are targets of depersonalization and objectification by members of criminal organizations. Their deaths are ordered without there being objective evidence of any relationship. The mere "suspicion, dislike or desire for revenge for personal matters" is sufficient for its enactment (Paiva, 2019, p. 180).

Under this bias, it should be noted that these murders are characterized by the transformation of female, black, and peripheral bodies into "territory of dispute, inscription of possession and stage of hypermasculinized performative exercises by members of factions" (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 376) as will be narrated below.

Effectively, in cases where the girls were killed in the vicinity of their home, the *modus operandi* is usually the quick execution through repeated shots with a firearm followed by flight or the removal of the teenager to another location where the death will occur. However, when girls are murdered in other neighborhoods, it is possible to verify the use of ambushes. These, in turn, are characterized by a certain cruelty in their planning "since death is engineered to such an extent that entry and exit routes are established, as well as the conduct of adolescents" (CCPHA, 2020, p. 199).

Furthermore, another feature that stands out in these executions is the practice of torture. In this sense, according to Paiva (2019, p. 180), all criminal groups in the State use cruel behavior, "promoting scenes of torture and comprehensively circulating them". In fact, according to data from the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, 75% of the deaths monitored by the study had their executions published on social networks (CCPHA, 2020, p. 197). This is a common behavior of criminal groups so that these acts come to the knowledge of their enemies, "who, in patriarchal logic, would be the supposed 'owners' of the murdered young women" (Ferreira et al., 2020, p. 15).

These videos, in turn, show the cases in which the deaths of girls were not quick or exempt from vexation. In fact, they demonstrate situations in which the objective was to erase and tear apart all marks of femininity and the effective destruction of their bodies (CCPHA, 2020, p. 200; Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 378), typical of a gender necropolitical scenario.

Certainly, in the cases raised by the Ceará Forum of Women/AMB, the violent executions of adolescents are accompanied by various misogynistic behaviors such as shaving hair and eyebrows, removing breasts, and collective rape (Ferreira et al., 2020, p. 15).

Also common are "immobilization of lower and upper limbs, physical aggression with various objects, as well as the use of different shots" (CCPHA, 2020, p. 200), especially in the face and breasts (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 378). There are also cases in which victims are burned alive (CCPHA, 2020, p. 200) or dismembered "while they cry and beg for their lives" (Paiva, 2019, p. 180).

Furthermore, even though in 64.71% of the cases, the adolescent was aware of the identity of the person carrying out the crime, most of the murders were ordered by someone who, as a rule, was deprived of liberty (CCPHA, 2020, p. 201). This scenario, therefore, allows inferences due to the absence of the authorship motive and the relationship between the direct aggressor and the victim. It was configuring

³ According to Sousa, Nunes and Barros (2020, p. 378), the terms "mule" and "lunchbox" are used by criminal factions to refer to the most subordinate and disposable positions in the illicit narcotics market, which, as a rule, are occupied by female adolescents, racialized and peripheral.

itself as an impersonal crime whose aim is the destruction of feminized bodies as a way of displaying the ability to control (Segato, 2006, p. 10-11; Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 376).

In this sense, it is important to emphasize that "these deaths do not occur for the same reasons as the deaths of boys. The place of women in this context is that of an object, much more than a subject" (Ferreira *et al.*, 2020, p. 16). The murders of girls between the ages of 10 and 19 are not an end in themselves. Their bodies are used as disposable parts and secondary products to achieve the faction's demand to demonstrate their power of death and cruelty to other men (Moura; Holanda, 2022, p. 46; Segato, 2005, p. 273). Therefore, as seen by Segato (2006) in his studies on the feminicides that occurred in *Ciudad Juárez*, an intensification of the horizontal axis of dialogue in these types of violence can be seen.

Indeed, due to how they have been carried out, these murders are presented as a way of expressing power and strength in the face of rival criminal groups and reiterating their territorial domination (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377). According to Paiva (2019, p. 180), these behaviors by members of criminal factions to feminized bodies are, in fact, directed at their enemies as a way of expressing the evil they are capable of carrying out in disputes to achieve hegemony in the drug and arms market and to expand control over spaces in the periphery.

Given all the above, the deaths of these adolescents, despite occurring within a "complex web of armed violence," cannot be understood as mere homicides (Moura; Holanda, 2022, p. 46) since a sexist and patriarchal order permeates these dynamics (Ferreira *et al.*, 2020, p. 15).

For Segato (2005, p. 279), these are behaviors characterized by contempt for the feminine and the understanding that the only value in girls' lives is their willingness to appropriate "to prove their belonging to a group and attack the men who would protect them" (Ribeiro, 2019, p. 2). Characterizing, in this way, a typical femicide scenario.

Therefore, "the conflict between factions occupies a prominent position in explaining the death of girls" (CCPHA, 2020, p. 183) in the state capital. However, it is not limited to it. The reductionism of the context of war between rival criminal groups as a sufficient reason to justify the occurrence of feminicides of adolescents "leaves aside a game of relations and powers, as well as masks several elements that are central to the prevention" of such violence (CCPHA, 2020, p. 183).

CRIMINALIZING SPEECHES AND IMPUNITY

Initially, public demonstrations by agents stand out among the behaviors that aim to spread the "idea that these deaths are the exclusive product of the incidence of organized crime" (Moura; Holanda, 2022, p. 46). state security and justice systems. Often, these discourses have reduced these violent deaths to the assumption of involvement of victims in criminal acts and groups while reinforcing the thesis that "women have not died because they are women" (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377).

In this sense, in the current dynamics of urban violence in Fortaleza, the figure of the "involved" is used to frame feminized bodies of adolescents, racialized and inserted in the periphery of the city, promoting a criminalization of the lives that were interrupted (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377).

This scenario, in turn, stems from the implicit division of the population that is promoted by necropolitics between lives that are worth living and those that are not (Benício *et al.*, 2018, p. 200; Sagot, 2013, p. 1), "that is, depending on the victim, the fact that occurred can be classified as a 'tragedy' or 'reckoning'" (CCPHA, 2020, p. 204).

In this way, it is clear that "the binarism between 'citizen' and 'non-citizen/involved'" (Benício *et al.*, 2018, p. 201) is verified in the first official responses of the public power since they are commonly restricted to the statement that the girl was victimized due to her connection with drug trafficking and that an investigation of her criminal background will be carried out (Ribeiro, 2019, p. 4; Paiva, 2019, p. 173). Under this bias, there is the dissemination of a narrative that, at the same time, causes the victim to be blamed for her death and reinforces the State's lack of responsibility for this (Ribeiro, 2019, p. 4).

It should be noted that this phenomenon was also perceived by Rita Laura Segato (2005) during her studies on feminicides in *Ciudad Juárez*. According to the author, faced with the need to incriminate someone for the crimes that have occurred, as soon as a "misogynistic spiral" is created, the victim is responsible for the cruel behavior he has suffered. Thus, "the murdered women of *Ciudad Juárez* quickly become prostitutes, liars, party people, drug addicts" (Segato, 2005, p. 278).

Furthermore, these criminalizing official discourses have resulted in the mischaracterization of the typification of the murders of Ceará girls as feminicides. Indeed, by justifying the deaths that occurred with the hypothetical involvement of adolescents in illicit drug trafficking or with criminal factions, the authorities have encouraged an erroneous perception of the effective amount of crimes pervaded by misogyny that take place in the state capital (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377; Segato, 2005, p. 268).

In this regard, Segato (2005, p. 268), who also verified this conduct in *Ciudad Juárez*⁴, understands this indistinct behavior in the face of these deaths as a *smoke-screen*. This "smokescreen," for the author, would aim to prevent the visualization of the particular and similar characteristics between these crimes, contributing to a scenario of permissiveness and naturalness.

In fact, these discriminatory positions taken by the Ceará authorities give rise to a context of naturalization of the deaths of girls in the dynamics of urban violence in Fortaleza and a lack of public commotion in society regarding the victims (Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 377; Nielsson, 2020, p. 156). This scenario of broad social tolerance, in turn, results in a cycle of impunity that manifests itself in the absence and inefficiency of appropriate state attitudes to confrontation (Sagot, 2013, p. 7).

According to data from the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, even though in 64.71% of the cases, the adolescent was aware of the identity of the executor of the crime and in 59%, there was a mastermind, their deaths rarely became the object of investigation (CCPHA, 2020, p. 201).

Effectively, in line with the results obtained from previous surveys by the Cearense Committee for the Prevention of Homicide in Adolescence, the State has rates of investigation of murders of adolescents "lower than the national averages, increasing the sense of injustice and the pain of the families of the victims" (CCPHA, 2020, p. 189). Especially mothers and grandmothers, when they seek public institutions

4 In the case of the Mexican city, according to studies by Segato (2005, p. 268), there was a reduction in the violent deaths of women, accompanied by cruel behavior, the notion of "crime with a sexual motive" on the part of the authorities and opinion makers.

to continue the investigation of the victimized girls, do not find adequate reception, "once again being vilified in their right to reparation and to an impartial and independent investigation of the deaths" (CCPHA, 2020, p. 16:203).

Therefore, this feedback loop promoted by public demonstrations by official State agents - composed of state complicity through inefficient responses and impunity and the naturalization and permissiveness of violence against girls - becomes fundamental for the functioning of gender necropolitics in Ceará territory (Sagot, 2013, p. 7; Nielsson, 2020, p. 153), as it conveys the "message that this violence is tolerated, which favors its perpetuation" (Nielsson, 2020, p. 165).

Indeed, the discourse of the "involved" not only results in a broad social tolerance in the face of the deaths of adolescents but also the criminalization of these girls. It is also noteworthy that this narrative reinforces the stigmatization of the peripheries and the acceptability of other forms of violence to which they are subjected, such as the process of the precariousness of their lives as black and poor girls (Benício *et al.*, 2018, p. 202; Sousa; Nunes; Barros, 2020, p. 378).

It is important to point out that one dimension of necropolitics manifests itself through the disabling and impracticability of lives caused by institutional abandonment and helplessness concerning certain existences, naturalizing these abject and illegitimate conditions to which they are subjected (Benício *et al.*, 2018, p. 2012; Mbembe, 2018, p. 71).

Under this bias, the scenario verified on the outskirts of Fortaleza is one of intentional forgetfulness characterized by the "absence, precariousness or insufficiency of public policies for adolescents and young people" (Benício *et al.*, 2018, p. 202; Moura; Holanda, 2022, p. 45). In fact, the difficult context of access to these policies is understood as one of the "main factors for the intensification of homicides" against the youth segment in the peripheral territories of the capital, including females, since it is in these regions of state omission that collective criminal cases are present and established (Benício *et al.*, 2018, p. 202-203).

Furthermore, based on the data provided by the Special Technical Note of the Center for the Defense of Children and Adolescents of the State of Ceará (CEDECA Ceará), it is concluded that, since 2012, there has been a reduction in real spending on policies for children and adolescents in Fortaleza. However, concomitantly, there is an increase in investments in overt security policies, marked by the militarization of the peripheries (Braz; Silva; Maciel, 2017; Benício *et al.*, 2018, p. 203).

Effectively, in Ceará, the configuration of a public safety model characterized by a resurgence has been observed. In the capital, the commitment to this new policy materialized with the arming of the municipal guard and the establishment of "community protection cells" in peripheral neighborhoods (Benício *et al.*, 2018, p. 199).

However, despite the reductionism of the State's action in these spaces to the constant presence of the ostensive public security forces, the deaths of young people that occurred from conflicts between factions do not promote significant interventions by the public power (Paiva, 2019, p. 172). In reality, based on the erroneous perception that "murders and torture committed by criminals against criminals could be used for the social control of crime itself," the State allowed the peripheries to effectively become places controlled by criminal factions (Holanda *et al.*, 2018, p. 26), which contributes, as seen, to greater victimization of girls between 10 and 19 years old.

It should also be noted that the militarization of the outskirts of Fortaleza did not contribute to preventing the murders of these girls. In line with data from the report *Girls in Ceará: the life trajectory and vulnerability of adolescent victims of homicide*, 56.86% of the victims had already been threatened before dying, which demonstrates that their lives could have been spared with the adoption of the adequate public policies (CCPHA, 2020, p. 17:169).

Given this, it is inferred that the increase in the occurrence of deaths among adolescents, including females, in Fortaleza can also be attributed to the confluence of the following factors: the mistaken direction of State investments in public security policies based on ostensive policing and the militarization of peripheral spaces, added to a scenario of precariousness of public policies for adolescents and young people due to the criminalization of this social segment (Benício *et al.*, 2018, p. 192-204).

FINAL CONSIDERATIONS

The present work traced a line of reasoning that had begun with the study of the necropolitics of gender and femicide as its main manifestation, promoting the understanding of the meaning of this crime in a factionalized world, to analyze later the deaths of girls amid the dynamics of urban violence in the peripheral neighborhoods of Fortaleza.

This logic was outlined throughout the development of this research to reach the questions posed in the introduction, which were based on the specific objectives elaborated.

Indeed, the first question that was intended to be answered was about how the biopatriarchal State exercises control and eliminates female, poor, and black bodies that are insubmissive to the male rules of maximizing the conditions of exploitation.

To this end, the hypothesis initially raised considered that this State would promote a hierarchical arrangement of individuals in society between subjects that may or may not be eliminated and that femicide would be configured as one of the main techniques for this, with the incidence of race and class markers being evident in this distribution, since feminized, racialized and peripheralized bodies are the main targets of gender necropolitics.

Throughout the first chapter of this work, such information was ratified through the realization that the advent of neoliberalism brought a new way for the State to act on the population's life, intensifying the initial conception of Foucauldian biopolitics. In this way, the biopatriarchalist State, which is effective through articulations between capitalism and patriarchy, uses the control and management of bodies, especially female bodies, to achieve the ultimate goal of profit from the neoliberal social form.

In this sense, this State manifests its sovereignty through strategies to manage the death of existences that are no longer useful for production, based on socioeconomic markers and oppression. Under this bias, it is clear that the biopatriarchalist State presents, as one of its pillars of support, a policy of extermination directed at poor and racialized women, which is called gender necropolitics.

This continuous production of disposability of female bodies caused by the structure of the biopatriarchal State presents, in turn, femicide as a direct expression since this manifestation of gender violence provides the reproduction of patriarchal power and the reaffirmation of the subaltern place occupied by women.

Next, questions were examined regarding the factors that, together, influence the occurrence and characteristics of violent deaths of female adolescents that occurred in peripheral areas of Fortaleza. The answers to such questions were found in the second chapter of this research.

In fact, a causal link was observed between the intensification of conflicts between rival criminal groups for hegemony in the most marginalized neighborhoods of the capital of Ceará and the objectification and use of female bodies. Effectively, girls between the ages of 10 and 19, mostly brown and living in the periphery, have their bodies transformed into disputed territory, their deaths being marked by violent and misogynistic behavior to promote the tearing apart of all their marks of femininity and to manifest power and strength and to reiterate the territorial domain of a certain faction before other men.

In the end, however, it was conceived that the exponential increase in the murders of these teenagers could not be understood as a mere effect of the reordering of the dynamics of urban violence in Ceará promoted by the migration, strengthening, and expansion of the power of criminal factions. In fact, it was attested that the State of Ceará plays a fundamental role in maintaining the occurrence of these deaths.

This behavior is verified through public demonstrations by state security and justice system agents who reduce the violent deaths of girls to the assumption of involvement of victims with criminal acts and groups, using the figure of the "involved" to frame bodies of feminized adolescents, racialized and inserted in the context of the periphery of the capital.

This scenario leads to the criminalization of these girls and, consequently, the naturalization of their deaths and the removal of responsibility from the public power with them. In addition, there was the creation, in the face of this broad social tolerance in the face of these cruel crimes, of a cycle of impunity that materialized in the absence or lack of efficiency of adequate state responses. In fact, the practice of increasing investment in overt public security policies was observed, marked by the militarization of the peripheries, concomitantly with the precariousness and insufficiency of social policies for adolescents.

Finally, the last questions that were intended to be addressed concerned the verification of gender necropolitics in these violent deaths of female adolescents during urban violence in the marginalized neighborhoods of the capital of Ceará and the understanding of these as feminicides.

Nevertheless, these episodes still manifested undeniable misogyny, understood as an aversion to the feminine, which would allow their typifications as femicides. However, despite the femicide context, the public authorities, through the Civil Police, the Judiciary, or the Public Prosecutor's Office, promoted the classification of these behaviors as mere homicides, simple or qualified for a basic reason. This scenario contributes to an erroneous perception of the effective amount of crimes pervaded by misogyny that take place in the state capital.

In addition, not infrequently, there has been evidence of a lack of speed on the part of the State in investigating the authorship, motivation, and circumstances of these crimes, as well as an attempt to criminalize the victims by relating them to criminal acts and groups without there being any evidence of these facts in the case file. These state behaviors corroborate naturalization and a lack of social commotion in the face of these femicides for the perpetuation of a cycle of impunity for these deaths, as well as being fundamental for the functioning of gender necropolitics.

Given all the above, the specific objectives proposed for this work were achieved.

It is concluded, therefore, from the theoretical aspects dealt with in the previous chapters and the samples brought to the work, that the biopatriarchalist State uses socioeconomic markers and oppression to dispose of female bodies in the delimitation of legitimate subjects and unworthy subjects and, therefore, subject to institutional abandonment and death. In this sense, based on the perception that girls, poor and racialized, occupy a subordinate place, criminal factions use their bodies, through the systematic practice of feminicides, to assert their power and strength before other men. This scenario, in turn, is perceived on the outskirts of the capital of Ceará, which also has fundamental behaviors on the part of the State for the maintenance of gender necropolitics in the dynamics of urban violence.

REFERENCES

ARAÚJO, Geórgia Oliveira. **Entre autos e vidas**: um estudo de casos e processos criminais de feminicídio na Comarca de Fortaleza entre 2015 e 2019 e os limites do sistema protetivo à violência letal de gênero. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Available at: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60659>. Access on: 10 Oct. 2022.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 117-128, jan./jun, 2018. Available at: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32862>. Access on: 25 Oct. 2022.

BENÍCIO, Luis Fernando de Souza *et al.* Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 192-207, 2018. Available at: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKRDccYDHRmgZGWPjvPffZd/?lang=pt&format=pdf>. Access on: 10 Oct. 2022.

BRAZ, Marina Araújo; SILVA, Renam Magalhães da; MACIEL, Talita Araújo. **Prioridade absoluta e os indicadores fiscais do município de Fortaleza**: análise do quadriênio 2013-2016: (Nota Técnica Especial). Fortaleza, CE. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará. 2017. Available at: https://cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Nota_tecnica_especial_CEDECA_2013-2016.pdf. Access on: 25 Oct. 2022.

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diane. Femicide: Speaking the Unspeakable. *In*: RUSSELL, Diana EH RADFORD, Jill. **Femicide**: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro *et al.* (Coords.). **Atlas da violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Available at: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Access on: 25 Oct. 2022.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Meninas no Ceará**: a trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio. Relatório de Pesquisa. Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: Fortaleza, 2020. Available at: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/meninas-no-ceara-a-trajetoria-de-vida-e-de-vulnerabilidades-of-adolescents-victims-of-homicide/>. Access on: 11 Oct. 2022.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Monitoramento de casos de homicídio no Ceará**. 2022. Available at: <https://cadavidaimporta.com.br/monitoramento-dos-homicidios/>. Access on: 28 Oct. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Available at: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=en&format=pdf>. Access on: 10 Oct. 2022.

FERREIRA, Beth *et al.* **Feminicídio no Ceará**: a dor de contar mortes evitáveis ou sobre (ir)responsabilidade do estado na prevenção do assassinato de meninas e mulheres. Fortaleza: Fórum Cearense de Mulheres/AMB, 2020. p. 12-16. Available at: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/42340/24678/171567>. Access on: 25 Oct. 2022.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel; GALVÃO, Maria Ermantina. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLANDA, Thiago de *et al.* (Coord). **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: Fortaleza, 2018. Available at: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-de-atividades-2017-2/>. Access on: 25 Oct. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). **Estética y violencia**: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAM-MUAC, 2012, p. 130-139.

MOURA, Rosinere Marques de; HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. Crimes de gênero e violência letal contra adolescentes em Fortaleza: um debate crítico feminista. **Revista Remecs** - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde, [s. l.], p. 43-47, 2022. Available at: <http://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/930>. Access on: 25 Oct. 2022.

NIELSSON, Joice Graciele. A Necropolítica de Gênero, o femicídio e a morte sistemática de mulheres na América Latina: uma análise a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 18, p. 144-169, 2020. Available at: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45312>. Access on: 10 Oct. 2022.

NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, M. A. D. Necropolítica de gênero e o dispositivo de produção e administração de sofrimento e morte às mulheres no Brasil. **Direitos Humanos**: uma coletânea pela perspectiva dos estudos de gênero e diversidade, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 29-48, 2021. Available at: <https://www.jus.uniceub.br/RBPP/article/view/6544>. Access on: 12 Oct. 2022.

PAIVA, Luiz Fábio S. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan/abr. 2019. Available at: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZdSryHB3Y6Ph48C36pQrflw/abstract/?lang=pt>. Access on: 25 Oct. 2022.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. As meninas e a necropolítica no Ceará. **Justificando**, São Paulo, v. 16, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. *E-book*. Available at: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/saffiotti_heleieth_-_genero_patriarcado_e_violencia_1.pdf. Access on: 10 Oct. 2022.

SAGOT, Montserrat. El femicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys Estudos Feministas**, [s. l.], v. 24, p. 1-26, 2013. Available at: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>. Access on: 10 Oct. 2022.

SEGATO, Rita Laura. Manifiesto En Cuatro temas. **Critical times**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 212-225, 2018. Available at: <https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/212/139311/Manifiesto-en-cuatro-temas>. Access on: 10 Oct. 2022.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 13, p. 265-285, 2005. Available at: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QNQr4B/?lang=pt>. Access on: 10 Oct. 2022.

SEGATO, Rita Laura. **Que és um feminicídio**: notas para um debate emergente. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2006.

SOUSA, Ingrid Sampaio de; NUNES, Larissa Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: Morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, [s. l.], v. 20, n. 48, 2020. p. 370-384. Available at: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000200009. Access on: 10 Oct. 2022.

"The involved": feminicides of adolescents in Fortaleza in 2018 in the light of gender necropolitics

Maria Fernanda de Miranda Mota Gurgel do Amaral
e Carla Mariana Café Botelho

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

A REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

FABIANA MARIA SANTOS PROCÓPIO

Policial Penal do Estado de Alagoas. Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (Profiap/Ufal). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Alagoas Uneval. Graduada em Direito e pós-graduada em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: fabiana.procopio@feac.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4944-4679>

VALMARX NEGROMONTE CORREIA

Graduação em Economia pela FEJAL/CESMAC, Especialização em Gestão Pública pela Faculdade Maurício de Nassau, Mestrando em Administração Pública pela UFAL.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: caniscoles@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9529-3157>

LUCIANA PEIXOTO SANTA RITA

Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Economia e Direito. Mestre e doutora em Administração pela USP. Pós-doutora em Economia pelo ISEG/UL.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: luciana.santarita@feac.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6868-9014>

RODRIGO GAMEIRO GUIMARÃES

Graduação (2005) e Mestrado (2007) em Administração pela UFPE, doutorado (2018) em Administração (Estudos Organizacionais) pela UFRGS. Professor associado da FEAC/UFAL na área de Estudos Organizacionais e Administração Pública e integrante dos grupos de pesquisas: Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Organizacionais (GEDO) e do Núcleo de Estudos Marcelo Milano Falcão Vieira (NeMaVi).

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: rgameiro@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3694-4260>

BRUNO SETTON GONÇALVES

Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas do curso de Administração Pública e professor permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UFAL).

País: Brasil **Estado:** Sergipe **Cidade:** Aracaju

Email: bruno.setton@arapiraca.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3866-1870>

Contribuições das(os) autoras(es): Fabiana Procópio contribuiu na concepção e planejamento da pesquisa, obtenção de dados e análise e interpretação dos dados. Valmarx Correia contribuiu na concepção e planejamento da pesquisa, obtenção de dados e análise e interpretação dos dados. Luciana Rita contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito. Rodrigo Guimarães contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito. Bruno Gonçalves contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito.

RESUMO

Este artigo investiga como a estrutura de governança da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) afeta as relações interorganizacionais entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) no processo de implementação desta política pública. O estudo foi desenvolvido por meio da metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS), utilizando-se de diretrizes metodológicas para a análise de redes de capacitação no setor público federal. Os dados, de natureza secundária, foram coletados entre outubro de 2022 a janeiro de 2023. Os resultados indicam que as interações da Renaesp são baseadas no modelo de governança com uma organização líder, o MJSP, ator central da rede, que atua na coordenação da implementação da política, sendo o responsável pela distribuição dos recursos financeiros e definição das “regras do jogo”, possuindo o maior número de conexões. A partir do desenvolvimento e da aplicação das diretrizes metodológicas e da identificação do posicionamento estrutural das IES na Renaesp, os achados desta pesquisa sugerem que não houve avanços de mecanismos de governança que fomentem a interlocução constante entre os atores MJSP e IES no âmbito da Renaesp. Assim sendo, os resultados deste estudo fornecem subsídios para aprimoramento da política pública e desenvolvimento de novos instrumentos de governança do Programa Renaesp.

Palavras-chave: Redes interorganizacionais. Políticas públicas. Estrutura de governança. Programa Renaesp.

ABSTRACT

THE NATIONAL NETWORK OF ADVANCED STUDIES IN PUBLIC SECURITY: ANALYSIS OF THE PERSPECTIVE OF GOVERNANCE FROM INTERORGANIZATIONAL RELATIONS

This article investigates how the governance structure of the National Network for Higher Studies in Public Security (Renaesp) affects the interorganizational relationships between higher education institutions and the Ministry of Justice and Public Security in the process of implementing this public policy. The study was developed using the Social Network Analysis (ARS) methodology, using methodological guidelines for the analysis of training networks in the federal public sector. Data, of a secondary nature, were collected between October 2022 and January 2023. The results indicate that Renaesp's interactions are based on the governance model with a leading organization, the MJSP, central player in the network, which acts in the coordination of the implementing the policy, being responsible for distributing financial resources and defining the “rules of the game”, having the highest number of connections. Based on the development and application of methodological guidelines and the identification of the structural positioning of the HEIs in Renaesp, the research results also provide subsidies for the improvement of public policy and the development of new management and network governance mechanisms in Renaesp's training activity.

Keywords: *Interorganizational networks. Public policies. Governance structure. Renaesp Program.*

Data de Recebimento: 15/02/2023 – **Data de Aprovação:** 14/06/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1874

INTRODUÇÃO

O Programa Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) consiste numa iniciativa do governo federal e integra a Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública do Ministério da

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Justiça e Segurança Pública (MJSP). Composta por Instituições de Ensino Superior (IES), a rede surgiu da necessidade de dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública, aproximando-os do universo acadêmico brasileiro, devido à baixa produção científica aplicada à área de segurança pública (Pinto *et al.*, 2014; MJ, 2010).

O estabelecimento da agenda ocorreu pelo governo federal a partir de um projeto apresentado pelo então Diretor de Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que vislumbrou a importância de constituir uma rede de altos estudos, buscando aprimorar a prestação de serviço por instituições e profissionais e, conseqüentemente, otimizar os resultados na área da segurança pública, a partir de um novo paradigma (MJ, 2010).

A ideia materializou-se no ano de 2005, através de um projeto-piloto realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que coordenou a primeira turma de pós-graduação em segurança pública pautada na Matriz Curricular Nacional. Devido ao sucesso dessa experiência, foi possível a constituição do primeiro edital de credenciamento e seleção das IES públicas e privadas que desejassem desenvolver cursos de especialização em segurança pública, com apoio do governo federal (MJ, 2010).

No ano de 2014, o Ministério da Justiça, por meio do projeto Pensando a Segurança Pública, desenvolvido pela Senasp em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou pesquisas aplicadas para avaliação, diagnóstico e análise de ações, programas e projetos em segurança pública, dentre os quais a Renaesp, que foi avaliada por dois grupos de consultores especializados, tendo por resultados as pesquisas intituladas *Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp* (Lima *et al.*, 2014) e *Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares* (Pinto *et al.*, 2014).

Como observado, a Renaesp é uma política pública implementada em rede interorganizacional, a partir da parceria com IES, que recebem investimentos do governo federal para ofertar cursos de pós-graduação aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Entretanto, uma das lacunas identificadas na avaliação de Lima *et al.* (2014), no que se refere ao processo de implementação dessa política, foi a ausência de perspectiva de rede, pela falta de mecanismos que, de fato, fomentassem a interlocução constante entre os diferentes atores e a disseminação do conhecimento produzido pela Renaesp.

Partindo desta constatação, e visando delimitar estas reflexões iniciais, este artigo pretende aprofundar o entendimento sobre a perspectiva de rede do Programa Renaesp, a partir da seguinte questão: como a estrutura de governança da Renaesp afeta suas relações interorganizacionais no processo de implementação desta política pública? Para atingir esse propósito, a pesquisa objetiva, especificamente: identificar os elementos formais que caracterizam a formação da rede e sua implementação; analisar as interações entre as IES e o MJSP, atores da Renaesp, por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS); e identificar a estrutura de governança utilizada na rede.

A justificativa para realização desta pesquisa empírica é a ampliação do conhecimento a respeito da implementação da Renaesp, dada a sua relevância social e seu tempo de execução, passando por diversos cenários políticos, inclusive, nos anos que sucederam as avaliações de Lima *et al.* (2014) e Pinto *et al.* (2014) e o crescente interesse acadêmico pelo estudo das relações interorganizacionais no campo das políticas públicas (Euclides *et al.*, 2022; Figueiredo; Pascuci, 2021; Moura; Cavalcante; Arcanjo, 2020; Direito; Koga, 2020; Marques, 2019).

A originalidade do estudo reside no fato de utilizar as diretrizes metodológicas de abordagem de redes de capacitação, desenvolvidas por Fonseca *et al.* (2019) para análise desse programa, uma vez que abordam aspectos da Renaesp, como o tipo de conhecimento mobilizado e o *lócus* onde a atividade se realiza, e possibilitam a compreensão da estrutura das instituições envolvidas, dos processos, das relações entre atores e os desafios de governança a elas inerentes (Sousa *et al.*, 2022; Lotta *et al.*, 2018; Farah, 2016). Os dados foram coletados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023 e se referem à execução do programa no período de 2012 a 2022. Em termos práticos, os resultados da pesquisa contribuem para que gestores públicos possam aprimorar a implementação dessa política pública.

O artigo está estruturado em cinco seções que podem ser sumarizadas da seguinte forma: esta primeira trata da parte introdutória; a segunda faz um apanhado da fundamentação teórica; a terceira traz os procedimentos metodológicos adotados; a quarta refere-se à apresentação e análise dos dados; e a quinta diz respeito às conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A combinação do uso das redes com os conceitos de tecido relacional do Estado e de governança vem sendo comumente utilizada em diversos estudos organizacionais, sobretudo de implementação de políticas públicas, por permitir adicionar a essas estruturas relacionais as dinâmicas políticas que nelas ocorrem (Euclides *et al.*, 2022; Figueiredo; Pascuci, 2021; Direito; Koga, 2020; Moura; Cavalcante; Arcanjo, 2020).

Nesse sentido, Klijn e Koppenjan (2014) definem redes de governança como conjuntos de atores autônomos, mas interdependentes (indivíduos, grupos, organizações), que desenvolvem relacionamentos duradouros ao governarem problemas públicos específicos ou programas de políticas. Para os autores, nesses sistemas os múltiplos atores não são simplesmente complicados, mas complexos. No âmbito da complexidade das relações estabelecidas no processo de implementação, a “política pública pode ser percebida como uma rede política dinâmica, composta por atores semiautônomos interligados entre si, suas estratégias e ações” (Figueiredo; Pascuci, 2021, p. 7).

O estudo das redes interorganizacionais na implementação de políticas públicas parte, portanto, da identificação da complexidade desse processo, o qual envolve um grande número de atores, agências e organizações em constante interação para o desenvolvimento das ações, devendo-se entender que as decisões não são tomadas pelo Estado sozinho e, por essa razão, é necessário compreender o funcionamento do conjunto de organizações e atores envolvidos e quais são as suas responsabilidades, influências e relações formais e informais (Figueiredo; Pascuci, 2021; Lotta *et al.*, 2018), já que os resultados das políticas públicas dependem do efeito cumulativo dessas relações, dos jogos, ou seja, dos padrões de ação entre atores em função da articulação de seus interesses (Fonseca *et al.*, 2019).

Nesse sentido, a governança representa esse processo de interação entre os diversos atores, os mecanismos e as práticas administrativas, no qual o governo participa de forma ativa e busca uma gestão eficaz e eficiente para o atendimento dos objetivos propostos (Raquel; Bellen, 2012 *apud* Teixeira; Gomes, 2019); isso ocorre por meio da definição de regras, critérios para a tomada de decisão, responsabilidades e limites da autonomia e ação dos participantes (Roth *et al.*, 2012).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Assim, a governança é entendida como as formas pelas quais diferentes partes interessadas (*stakeholders*) interagem umas com as outras, a fim de influenciar os resultados das políticas públicas, por um novo processo de administração, onde as redes auto-organizáveis e interorganizacionais são caracterizadas pela sua interdependência, troca de recursos e regras de jogo e expressiva coordenação autônoma do Estado, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade (Teixeira; Gomes, 2019).

A esse respeito, Calmon e Costa (2013) apresentam três diferentes perspectivas sobre governança das políticas públicas em um contexto de múltiplas organizações: uma tradicional, fundamentada em uma visão *top-down* da gestão de políticas públicas, com um papel preponderante do governo federal; outra participativa, fundamentada em uma visão *bottom up* e que preconiza a importância da descentralização das políticas públicas, atribuindo ao poder local maior autonomia nas suas ações; e uma terceira, a perspectiva de governança de redes de políticas públicas, em que prevalecem atores heterogêneos, relações de interdependência e problemas de ação coletiva, conforme sumarizadas no Quadro 1.

QUADRO 1

Perspectivas da Formulação de Políticas Públicas

	Perspectiva Tradicional Top-Down	Perspectiva Participativa Bottom-Up	Perspectiva da Governança de Redes
Objeto de Análise	Governo central atende diferentes segmentos da sociedade	Governo central atende a atores locais que interagem com a sociedade	Redes de atores heterogêneos em diferentes níveis de governo e na sociedade
Foco Principal	Autoridade hierárquica	Atores locais	Inter-relação entre atores heterogêneos
Tipo de Relação	Autoridade e controle	Centralização vs descentralização	Interdependência
Implementação	Implementação do planejado	Representação de interesses mediante normas e controle de recursos	Interação com troca de informação, objetivos e recursos
Critério de Sucesso	Consecução das metas da política concebida centralmente	Satisfação das preferências locais e obtenção de recurso para atores locais	Realização da ação coletiva
Critério de Fracasso	Falhas de controle, políticas mal definidas ou mal monitoradas	Falhas na descentralização ou pouco engajamento local	Arranjo institucional deficiente dificulta ação coletiva
Recomendações	Centralização e coordenação	Descentralização e participação	Gestão do ambiente e da infraestrutura de interação nas políticas públicas

Fonte: Calmon e Costa (2013), adaptado de Kickert; Klijn; Koppenjan, 1999.

Importante destacar que a governança em rede pode ocorrer por diversas formas. Os três principais modelos foram descritos por Provan e Kenis em 2008 e são definidos em: governança compartilhada, onde grupos de organizações trabalham coletivamente como uma rede, tomam todas as decisões e gerenciam suas atividades, porém, não possuem uma estrutura administrativa e formal; governança com uma

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

organização líder, na qual ocorrem relacionamentos verticais, de cliente-fornecedor, com uma organização maior e mais poderosa e um conjunto de outras menores e mais fracas, ou também pode acontecer em redes horizontais multilaterais, quando uma organização possui recursos suficientes e legitimidade para exercer uma posição de liderança; e, por fim, a governança por meio de uma organização administrativa da rede, que parte da ideia de criação de uma entidade administrativa separada exclusivamente para não só gerenciar a rede e suas atividades, mas também coordená-la e sustentá-la (Roth *et al.*, 2012).

A esse respeito, Lotta *et al.* (2018) realizaram revisão sistemática da literatura sobre estudos que abordaram a implementação de políticas públicas na última década, por meio da qual constataram que, relativo às estruturas de governança, há dois enfoques analíticos distintos: uma primeira perspectiva, no campo organizacional, que analisa as estruturas de governança organizacionais, a fim de compreender que organizações interagem no contexto de implementação, tendo enquanto base lógicas como a implementação multinível, os mecanismos de coordenação, a governança, entre outros; e uma segunda perspectiva que analisa as estruturas de governança no nível dos atores, buscando compreender, por exemplo, como as redes sociais dos burocratas afetam a sua atuação.

No presente estudo, adota-se o primeiro enfoque analítico, entendendo que, para tanto, a análise da governança de redes deve focar na capacidade de gestão dos componentes-chave da rede em estudo, como atores, recursos, regras e percepções, tendo em vista os objetivos coletivos das políticas públicas (Fonseca *et al.*, 2019), considerando-se que o conjunto de regras da rede pode reduzir a complexidade ou aumentar a cooperação, ao tornar o comportamento dos atores mais previsíveis (Klijn; Koppenjan, 2014).

Com base nos fundamentos teóricos apresentados, elegeu-se a ARS para o estudo das relações interorganizacionais no âmbito da Renaesp, especificamente entre seus atores, as IES e o MJSP, na medida em que se constitui uma perspectiva teórica e metodológica que possibilita a análise dos mais variados fenômenos sociais, considerando-se os padrões de relação entre as entidades sociais envolvidas com o fenômeno (Marques, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi caracterizada como descritiva, censitária e de corte transversal, sendo o nível de análise o interorganizacional e as unidades de análise, os cursos de pós-graduação ofertados pelas IES em parceria com o MJSP pelo Programa Renaesp, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2022.

A pesquisa foi operacionalizada em duas etapas: (i) pesquisa bibliográfica sobre governança em redes sociais, seguida de análise do corpo legislativo e documentos relativos à Renaesp; e (ii) pesquisa de campo, com coleta de dados junto ao MJSP. Os dados, de natureza secundária, foram coletados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023.

Na primeira etapa, procedeu-se à análise documental dos principais normativos (lei, portarias, resolução) que regulamentam a Renaesp, bem como planos, relatórios e avaliações da política (Quadro 2). O objetivo foi identificar os elementos formais que caracterizam a formação da rede e sua implementação, bem como os mecanismos da estrutura de governança utilizados.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

QUADRO 2

Quadro normativo da Renaesp e documentos analisados

Documento	Descrição
Relato de experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), mar. 2010	Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.
Portaria Nº 1.148 de 12/06/2012, MJ – Ministério da Justiça (D.O.U. 13/06/2012)	Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.
Portaria Nº 3.035 de 20/09/2013, MJ – Ministério da Justiça (D.O.U. 23/09/2013)	Altera a Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012, que institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.
Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), 2014	Artigo desenvolvido por Lima <i>et al.</i> (2014), que compõe a publicação <i>Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública.</i>
Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares, 2014	Artigo desenvolvido por Pinto <i>et al.</i> (2014), que compõe a publicação <i>Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública.</i>
Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).
Planos Anuais de Ensino e Pesquisa (Paep) dos anos 2021 e 2022	Ferramenta diretiva que consolida as ações educacionais que serão executadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP nos respectivos anos.
Resolução CGE Nº 23, de 07 de novembro de 2022 – Comitê de Governança Estratégica do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP, uma lista exaustiva contendo informações gerais das 75 políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/carteira/carteira-de-politicas-publicas-resolucao-23-de-07_11_22-v3_compressed.pdf . Acesso em: 10 fev. 2023.
Decreto Nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.
Decreto Nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Em seguida, foram coletados dados junto ao MJSP, em janeiro de 2023, acerca da execução do Programa Renaesp (nomes dos cursos ofertados pela rede, modalidade do curso presencial/semipresencial/EAD; respetivas instituições de ensino e indicação do instrumento (convênio/contrato/credenciamento); vagas ofertadas/alunos formados; recursos financeiros aplicados), obtidos através do pedido de acesso à informação Nº 08198.038738/2022-13.

Com esses dados foi possível analisar as relações interorganizacionais da Renaesp, por meio da metodologia de ARS, amplamente aplicada no campo dos estudos organizacionais, da administração pública e da gestão de políticas (Fonseca *et al.*, 2019). A ARS foi desenvolvida com base no modelo analítico definido por Klijn, Koppenjan e Termeer em 1995, que estabelece tipos de estratégias de gestão baseadas nos diferentes componentes-chave de uma rede de políticas públicas: **atores, recursos, regras e percepções** (Fonseca *et al.*, 2019). Para identificar esses componentes, foram adotadas as diretrizes metodológicas de análise de redes de capacitação no setor público federal propostas por Fonseca *et al.* (2019), que apresentam um referencial inicial de pesquisa no campo das redes de capacitação, conforme ilustrado no Quadro 3.

QUADRO 3

Variáveis das ações educacionais e características dos campos de registro

	Nº	Variável	Justificativa	Parâmetros
A T O R E S	1	Organização	Registro do nome da organização que recebeu ou forneceu o curso.	Campo padronizado de chave única.
	2	Tipo de Organização	Análise da relação entre os tipos de organização e seu desempenho na rede.	Lista: 1) Organização Pública; 2) Organização Privada; 3) Escola de Governo.
R E C U R S O S	3	Nome do Curso	Identificação discriminante do curso.	Campo Livre.
	4	Data de Início do Curso	Critério para evitar-se o registro duplicado de cursos comuns a mais de uma organização. Viabilizar análise de períodos de maior volume de execução de cursos.	Máscara: “00/00/0000”.
	5	Modalidade	Análise das modalidades prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	1) Presencial; 2) Semipresencial; 3) EAD.
	6	Tipo de Ação	Análise dos tipos de ação prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	Lista: 1) Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ; 2) Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .
	7	Número de Alunos	Mensuração da dimensão do público-alvo dos cursos e relação com outras variáveis.	Até 3 caracteres. Máscara: “000”.
	8	Custo do Curso	Mensuração do custo dos cursos e relação com outras variáveis.	Máscara: “R\$ 000.000,00”.
R E G R A S	9	Forma de Contratação da Organização / Docente	Análise das principais formas de contratação utilizadas pelas organizações públicas e relação dessas modalidades com os custos implicados, tipos de cursos e de fornecedores.	Lista: 1) Termo de Execução Descentralizada; 2) Convênio; 3) Descentralização Interna de Crédito; 4) Inexigibilidade de Licitação.
P E R C E P Ç Õ E S	10	Área Temática	Análise das temáticas prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	Campo padronizado de chave única.

Fonte: Adaptado de Fonseca *et al.* (2019).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

A definição das variáveis “custo do curso” e “número de alunos” foi embasada em Spiegel (1993), considerando-se a amplitude da amostra e de classe, bem como do número de elementos. Sendo assim: Número de vagas; amplitude total do rol – $250 - 20 = 230N = 52$, amplitude de classe = amplitude da distribuição / 3 = $76,66 = 77$, as classes são: “20 a 77 vagas”, “78 a 155 vagas” e “156 a 250 vagas”; recursos aplicados, amplitude total do rol – $1.315.000 - 150.000 = 1.165.000$, $N = 52$, amplitude de classe = amplitude da distribuição / 3 = $388.333,33 = 388.333$, as classes são definidas em: “De R\$ 150.000,00 até R\$ 488.332,99”, “De R\$ 488.333,00 até R\$ 876.665,99” e “De R\$ 876.666,00 até R\$ 1.315.000,00”.

Além disso, adotou-se as medidas (Quadro 4) elencadas por Fonseca *et al.* (2019), para averiguar a centralidade dos atores e posterior análise da hipótese levantada por Lima *et al.* (2014) no que se refere à ausência de perspectiva de rede do Programa Renaesp.

QUADRO 4

Medidas de Centralidade para Análise de Atores

	Centralidade de grau (<i>degree</i>)	Centralidade de intermediação (<i>betweenness</i>)	Centralidade de vetor próprio (<i>eigenvector</i>) ou Centralidade de <i>bonacich</i>
Objeto de Análise	Quais atores possuem maior número de conexões ou maiores valores nas variáveis de análise; Quais conexões favorecem seu alto grau de centralidade; Quais são os principais fornecedores (<i>outdegree</i>) e demandantes (<i>indegree</i>).	Quais atores (fornecedores) são mais centrais na rede, funcionando como ponto de conexão entre os demais atores (demandantes) e, portanto, possuindo uma atuação intersetorial.	Quais atores (fornecedores) são mais influentes na rede e como se relacionam a outros atores influentes (demandantes).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fonseca *et al.* (2019).

Quanto à abordagem, a pesquisa é mista, iniciando-se de forma qualitativa, onde os autores buscaram conhecer a realidade atual da implementação do Programa Renaesp, e seguida de uma fase quantitativa, mensurando-se a estrutura das relações interorganizacionais, para então apresentar uma visão sobre a realidade do processo de governança em rede dessa política pública. As análises foram realizadas com o auxílio do software Ucinet 6 (Borgatti; Everett; Freeman, 2002).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

FORMAÇÃO DA REDE E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Os principais atores da Renaesp identificados na pesquisa foram: o Ministério da Justiça, por meio da Senasp; instituições de segurança pública; instituições públicas e privadas de ensino superior e os alunos das pós-graduações. Notadamente, as IES são os atores com maior influência na rede e atuam como peça fundamental para o funcionamento desta engrenagem, pois estão presentes ao longo do processo de criação, implementação e institucionalização da Renaesp (Pinto *et al.*, 2014; Lima *et al.*, 2014; MJ, 2010), por essa razão representam o objeto empírico deste estudo.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Conforme Lima *et al.* (2014), o maior impacto da Renaesp está nas universidades, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, que além de ter implementado o projeto-piloto da política em 2005, também aproveitou da “janela de oportunidade” para desenvolver o mestrado *stricto sensu* em segurança pública em 2013. Pioneiro no país, o mestrado foi avaliado por Souza da Silva, Freire Costa e Nunes dos Santos (2022), através da percepção dos egressos, onde ficou constatado que estes estão mais conscientes do papel social de sua profissão, bem como apresentam maior competência para pensar de forma crítica sua realidade profissional, analisar os ambientes interno e externo de suas organizações e tomar decisões com potencial de impacto, o que era esperado desde a idealização da Renaesp.

Apesar de ter sido implementada no ano de 2005, a Renaesp foi regulamentada somente em 2012, por meio da Portaria Nº 1.148 do Ministério da Justiça. Este normativo, ainda em vigor, previu as atribuições do Depaid (Diretor de Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública) e do Comitê Consultivo (componentes do MJ), das instituições de segurança pública e das IES que tivessem acordo de cooperação técnica, convênio, contrato ou qualquer ajuste com o Ministério da Justiça referente à Renaesp. Além disso, estabeleceu regras para seleção do corpo discente.

Conforme este mecanismo de governança, o Comitê Consultivo é composto apenas por membros do MJSP. Representantes das IES, assim como representantes de outros órgãos e entidades públicas, poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê com vistas a colaborar com suas atividades, o que indica centralidade e baixa relação recíproca na rede. Essa centralidade do MJSP está legitimada na referida portaria quando atribui ao Depaid o planejamento dos cursos da Renaesp, considerando os recursos orçamentários disponíveis, o número dos profissionais a serem capacitados em cada unidade federativa, as linhas temáticas a serem desenvolvidas e a adoção das providências necessárias ao chamamento público das IES.

Com a normatização do Susp, por meio da Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a Renaesp passou a ser um dos meios e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e um dos programas que constituem o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap). Apesar deste normativo não fazer nenhuma menção às atribuições dos atores que compõem esta política pública, os objetivos da rede passaram a ser reconhecidos por lei:

- I - promover cursos de graduação, extensão e pós-graduação em segurança pública e defesa social;
- II - fomentar a integração entre as ações dos profissionais, em conformidade com as políticas nacionais de segurança pública e defesa social;
- III - promover a compreensão do fenômeno da violência;
- IV - difundir a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz;
- V - articular o conhecimento prático dos profissionais de segurança pública e defesa social com os conhecimentos acadêmicos;
- VI - difundir e reforçar a construção de cultura de segurança pública e defesa social fundada nos paradigmas da contemporaneidade, da inteligência, da informação e do exercício de atribuições estratégicas, técnicas e científicas;
- VII - incentivar produção técnico-científica que contribua para as atividades desenvolvidas pelo Susp. (Brasil, 2018a).

Por sua vez, o Decreto Nº 9.662, de 2019, que tratou da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atribuiu à Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) a responsabilidade pelo desenvolvimento de capacitações e fomento do conhecimento científico, para os integrantes operacionais do Susp, também não estabeleceu

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

uma estrutura de governança para a Renaesp, tampouco fez menção a esta política. Nesse normativo, não é mais possível vislumbrar a figura do Depaid na Estrutura Regimental do MJSP. Nessa mesma linha, o recente Decreto federal Nº 11.348, de 2023, que revogou o Decreto Nº 9.662/2019, conferiu tão somente à DEP a função de assessoramento do Secretário da Senasp na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, programas e projetos de gestão, ensino e pesquisa em segurança pública.

A Renaesp é uma política pública financiada pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o qual tem por objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência que se enquadrem nas diretrizes estabelecidas. Conforme disposto na Lei Nº 13.756, de 2018, que regulamenta o FNSP, há possibilidade de destinação dos recursos deste fundo para capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica (Brasil, 2018). Por ser financiada por um fundo, os recursos destinados à execução da Renaesp devem constar na Lei Orçamentária Anual, que é o instrumento de materialização das funções econômicas do Estado, composto pelos orçamentos fiscal, de seguridade social e investimentos, já que os fundos, especificamente, estão contidos no orçamento fiscal (Giacomoni, 2012).

A partir de dados secundários coletados, em janeiro de 2023, do Portal da Transparência do Governo Federal, referente ao último quinquênio (2018 a 2022), verificou-se os montantes do FNSP, total empenhado e o Indicador de Capacitação (IC) retratados na Tabela 1. Ressalta-se que, no momento da coleta, o portal não disponibilizava dados financeiros do FNSP anteriores ao ano de 2018.

TABELA 1

Execução de recursos do FNSP (2018 a 2022)

Ano	Montante do FNSP (R\$) (A)	Total empenhado (R\$) (B)	IC (C)
2018	234.795.879,73	18.766.087,01	0,08
2019	442.552.091,14	7.218.676,27	0,016
2020	1.554.773.875,04	0	0
2021	1.084.794.813,66	0	0
2022	1.350.667.997,56	0	0
TOTAL	4.667.584.657,13	25.984.763,28	-

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

O Indicador de Capacitação (IC), elaborado pelos autores, demonstra o total de investimentos em capacitação em relação ao total do fundo, composto da seguinte forma:

$$Ic(C) = \text{Total empenhado no ano (B)} / \text{Montante do FNSP no ano (A)}.$$

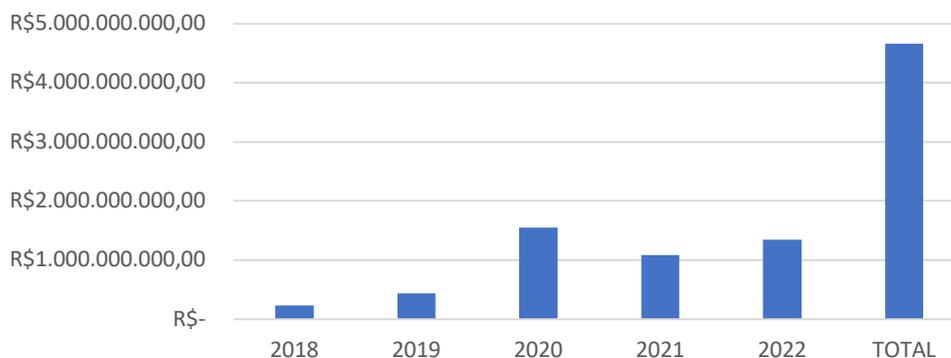
Os resultados indicam que somente houve investimentos nos dois primeiros anos: em 2018, no valor de R\$ 18.766.087,01 e, em 2019, no valor de R\$ 7.218.676,27, ou seja, redução de 61,53% nos investimentos em capacitação e formação. De 2019 para 2020, houve redução de 100% nos investimentos. Nos anos de 2020 a 2022, os investimentos foram de 0 (zero), conforme ilustrado nos Gráficos 1 e 2.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

GRÁFICO 1

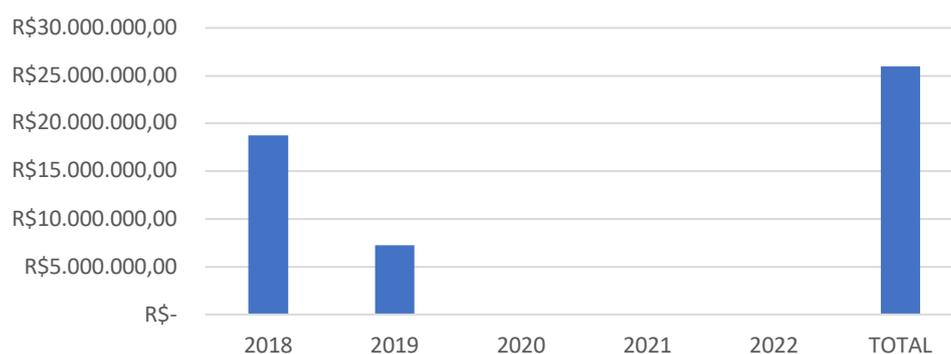
Evolução do Fundo Nacional de Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

GRÁFICO 2

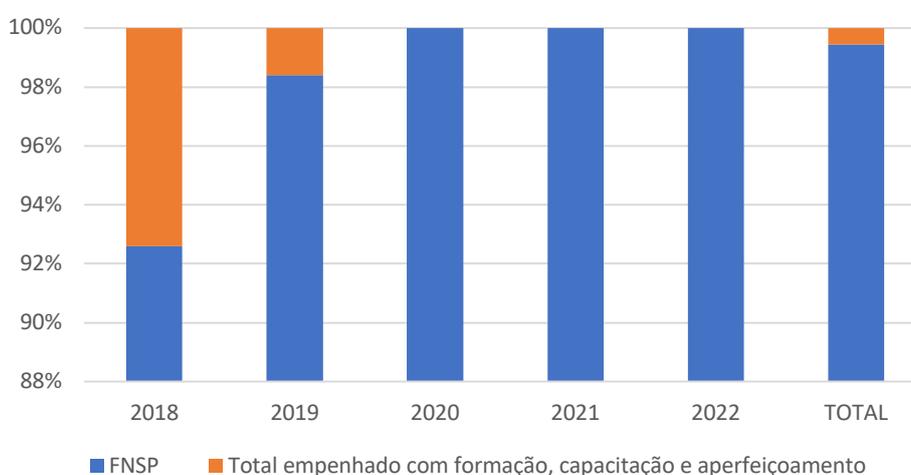
Evolução do total empenhado com formação, capacitação e aperfeiçoamento



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

GRÁFICO 3

Evolução do índice de capacitação no último quinquênio



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves

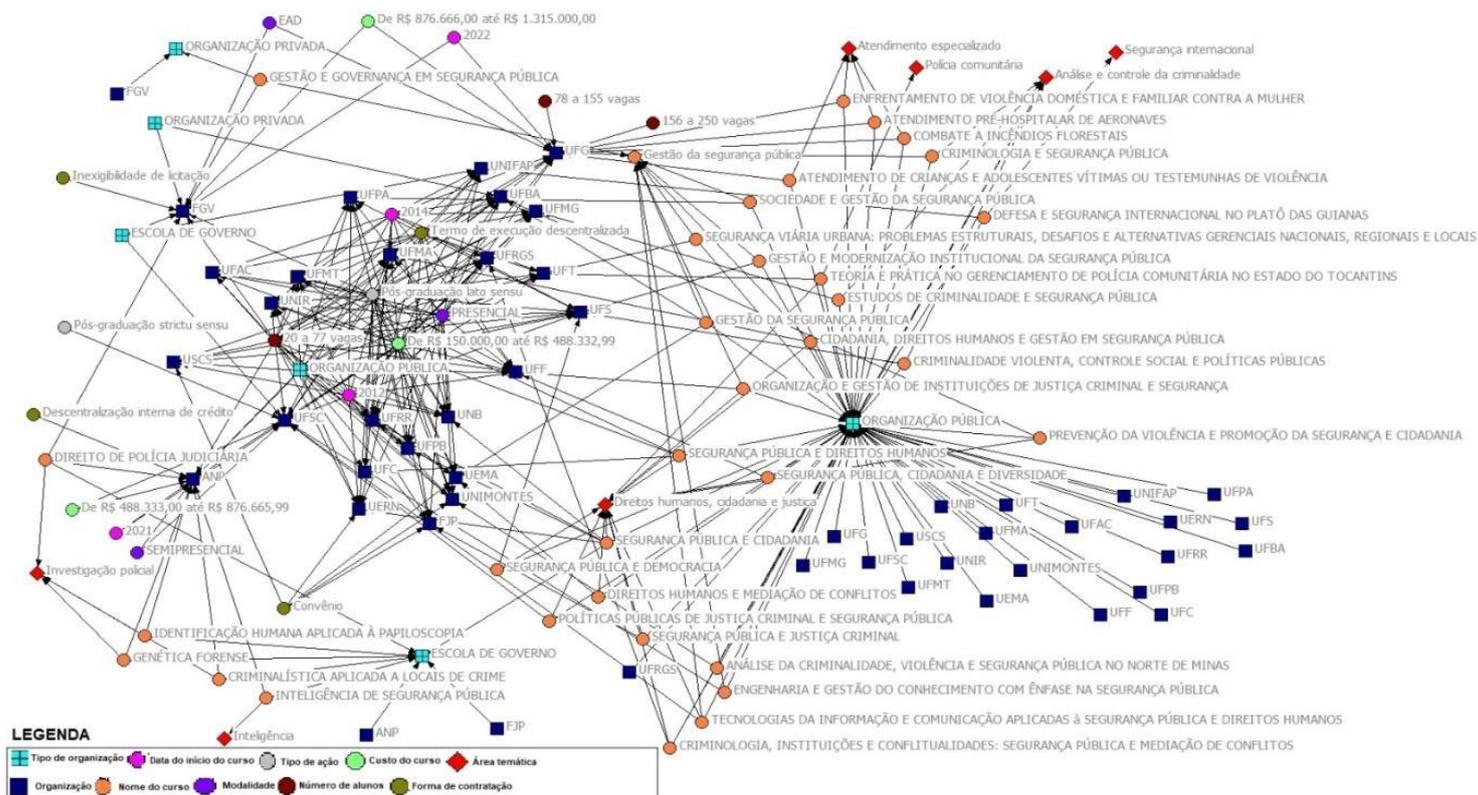
Observando-se o Gráfico 3, o indicador demonstra que a capacitação representa 8% dos recursos do FNSP utilizados em 2018, e 1,6% em 2019. Em relação ao total, o índice de capacitação equivale a 1% no quinquênio. Contudo, não há informações sobre a cota parte deste percentual que foi investida no Programa Renaesp. Por meio da análise dos Planos Anuais de Ensino e Pesquisa (Paep), denominados de “ferramenta diretiva que consolida as ações educacionais que serão executadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP”, verificou-se que em 2021 e 2022 previam-se ações para a Renaesp, porém sem menção a valores e período de execução.

INTERAÇÕES ENTRE AS IES E O MJSP

A Figura 1 representa a configuração relacional formada no âmbito da Renaesp nos últimos dez anos (2012-2022), conforme dados fornecidos pelo MJSP em resposta ao pedido de acesso à informação. Na figura, os quadrados significam os atores, os círculos representam os recursos, os diamantes são as temáticas/cursos de pós-graduação, os quadrados destacados com um círculo envolto representam a centralidade das IES públicas na rede, e as linhas são as ligações entre todos os atores.

FIGURA 1

Representação das relações entre IES e MJSP na Renaesp (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A Figura 2 mensura a densidade da rede pelas interações desses stakeholders com o MJSP (Organização Pública 1), em que a força das ligações é estabelecida com obediência aos seguintes parâmetros: o fornecimento de um a dois cursos de pós-graduação foi considerada relação fraca; entre três e quatro

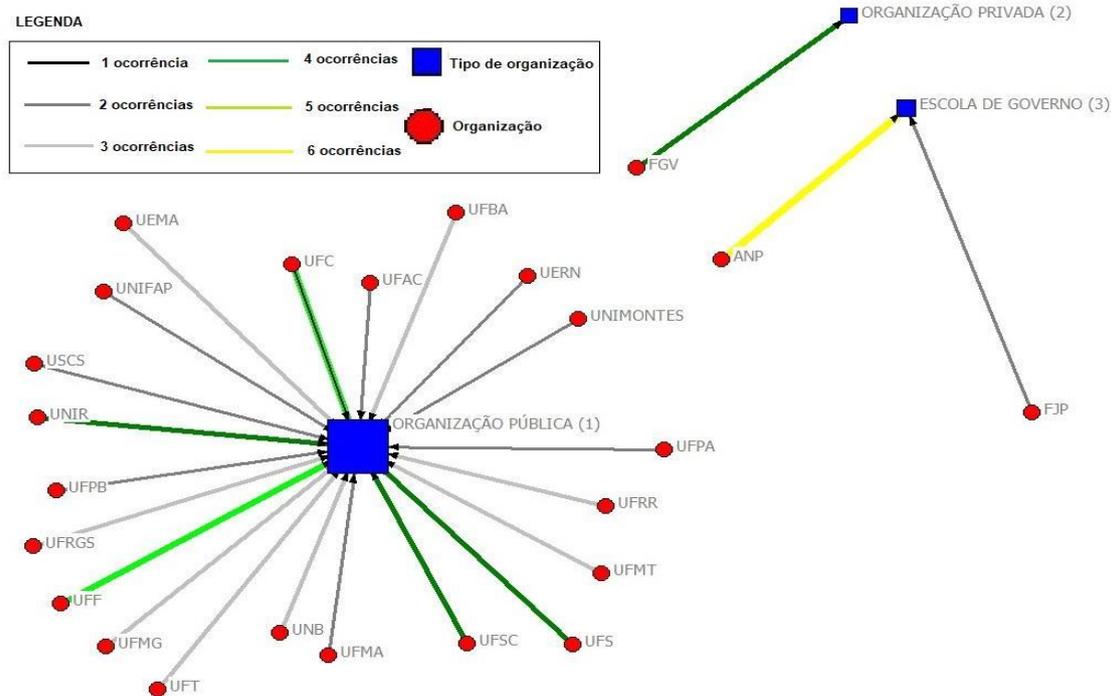
A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves

curso considerou-se como relação mediana; e mais de cinco cursos ofertados considerou-se como relação forte. Assim, pela análise da Figura 2, é possível vislumbrar que a UFF e a ANP tiveram relações fortes na Renaesp nos últimos dez anos.

FIGURA 2

Representação da densidade das relações entre IES e MJSP (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Esta pesquisa permitiu a identificação das IES, atores que correspondem aos nós da rede, que mantiveram parceria com o MJSP (demandante) na implementação da Renaesp nos últimos dez anos (2012-2022) como fornecedoras de cursos de pós-graduação. Foram 25 instituições, todas de nacionalidade brasileira, e a sua maioria corresponde a organizações públicas; apenas a Fundação Getúlio Vargas representa uma organização privada. Esses resultados revelam que as interações na Renaesp com IES privadas ainda são fracas. A Tabela 2 demonstra a distribuição desses atores por sua natureza.

TABELA 2

Natureza das IES

Tipo	Quantidade	(%)	IES fornecedoras
Organização Pública	22	84	UFPB, UNB, UFMT, UFMA, UFRR, UFS, UFF, UNIR, UFT, UFRGS, UFSC, UFPA, UFMG, UERN, UEMA, USCS, UNIMONTES, UNIFAP, UFBA, UFAC, UFGO e UFC
Organização Privada	1	4	FGV
Escola de Governo	2	8	FJP e ANP

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Segundo Fonseca *et al.* (2019), por meio da análise dos recursos é possível visualizar como se operacionalizam as conexões entre os atores, já que se referem ao fluxo de conhecimento e montante financeiro empregados na contratação de ações educacionais. Com base nesse entendimento, a pesquisa verificou que: a quantidade de alunos de “20 a 77 vagas” teve mais ocorrências nas relações interorganizacionais, principalmente nos anos de 2012 e 2014, pois a maior parte dos cursos possui 40 vagas; a modalidade de curso “presencial” possui maior incidência de relação recíproca da atividade, podendo ser explicada pelo fato de as IES adotarem outras modalidades somente a partir de 2021, provavelmente depois de prévia deliberação e autorização do demandante (MJSP); quanto aos custos, se situam próximo ao ponto médio da primeira classe de custos (“De R\$ 150.000,00 a R\$ 488.332,99”), pois representa o vulto de R\$ 319.166,50.

Observa-se que a maior incidência de relação recíproca foi na oferta do curso de “Segurança pública e cidadania”, sendo 6 ocorrências em 5 instituições distintas. A pós-graduação na modalidade *strictu-sensu* só foi ofertada uma única vez nesses dez anos, possuindo uma representação na UFSC, portanto, destaca-se a predominância de conexões na rede pela modalidade de pós-graduação *lato-sensu*. Por fim, destaca-se o predomínio de relações colaborativas nos anos de 2012 e 2014, onde se concentrou a maioria dos cursos e uma maior variedade de IES na Renaesp; também se observou a ausência de qualquer relação no período de 2015 a 2020, pois não houve oferta de cursos de pós-graduação na rede.

No que se refere ao componente “regras” de interação, Fonseca *et al.* (2019) salientam que as conexões são retratadas pelas formas de contratação dos cursos. No caso específico da Renaesp, a pesquisa constatou que, de acordo com a estrutura de governança expressa na Lei do Susp, devem ser observadas as normas de licitação e contratos para contratação das IES. Nesse sentido, averiguou-se que a principal forma de contratação utilizada na rede é o “termo de execução descentralizada”, pois a maioria das descentralizações ocorre nessa modalidade e destina-se a universidades públicas federais, a inexigibilidade de licitação teve apenas uma ocorrência, quatro convênios foram firmados e cinco descentralizações internas de crédito, estas para a Academia Nacional de Polícia.

A Renaesp possui por meta a educação permanente, democrática e qualificada de profissionais da Segurança Pública, para tanto, oferta pós-graduações em diversas áreas. No que se refere ao componente “percepções”, Fonseca *et al.* (2019) propõem a análise das temáticas prevalentes nas IES, um indicativo de que atores com maior sobreposição de áreas temáticas de cursos demandados tendem a atuar cooperativamente ou se situar em posições similares na rede. A Tabela 3 apresenta as dez áreas temáticas dos cursos de pós-graduação promovidos pela Renaesp, quantidade, IES e ano de execução.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

TABELA 3

Cursos de pós-graduação ofertados pela Renaespp (2012-2022)

Temáticas	Quantidade	IES / Ano de execução
Cidadania, Democracia e Direitos Humanos	20	UFPB (2012), UERN (2012), UFRR (2012, 2014), UNB (2012, 2014), UFMA (2012, 2014)*, UFMT (2012, 2014), UNIR (2012, 2014), UFC (2014), UFS (2012), UFF (2012), UEMA (2012)*, USCS (2012), UFBA (2014), UFSC (2014)*, UFAC (2014)*
Gestão e Governança da Segurança Pública	12	UFMA (2012, 2014)*, UFF (2012), UFPA (2012), UEMA (2012), UFT (2014), UFS (2014), UFBA (2014), UFSC (2014)*, UFAC (2014)*, UFSC (2021), FGV (2022)
Análise e controle da criminalidade	7	UFRGS (2012, 2012)*, UFMG (2012, 2014), UNIMONTES (2012), UFS (2014), UFG (2014)
Mediação de Conflitos	3	UEMA (2012)*, UFRGS (2012, 2012)*,
Justiça Criminal	4	UFSC (2012), FJP (2012), UFF (2014, 2014)
Atendimento especializado	4	UFG (2022, 2022, 2022, 2022)
Investigação policial	4	ANP (2021, 2021, 2021, 2021)
Inteligência	1	ANP (2021)
Polícia Comunitária	1	UFT (2012)
Segurança internacional	1	UNIFAP (2014)

* Curso com duas temáticas diferentes.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Assim, é possível verificar que [as] áreas temáticas “Cidadania, Democracia e Direitos Humanos” e “Gestão e Governança da Segurança Pública” são transversais às IES, podendo ser tratadas como objetivos coletivos compartilhados, com potencial para a criação de maior quantidade de laços cooperativos entre essas organizações.

CENTRALIDADE E PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA DE REDE

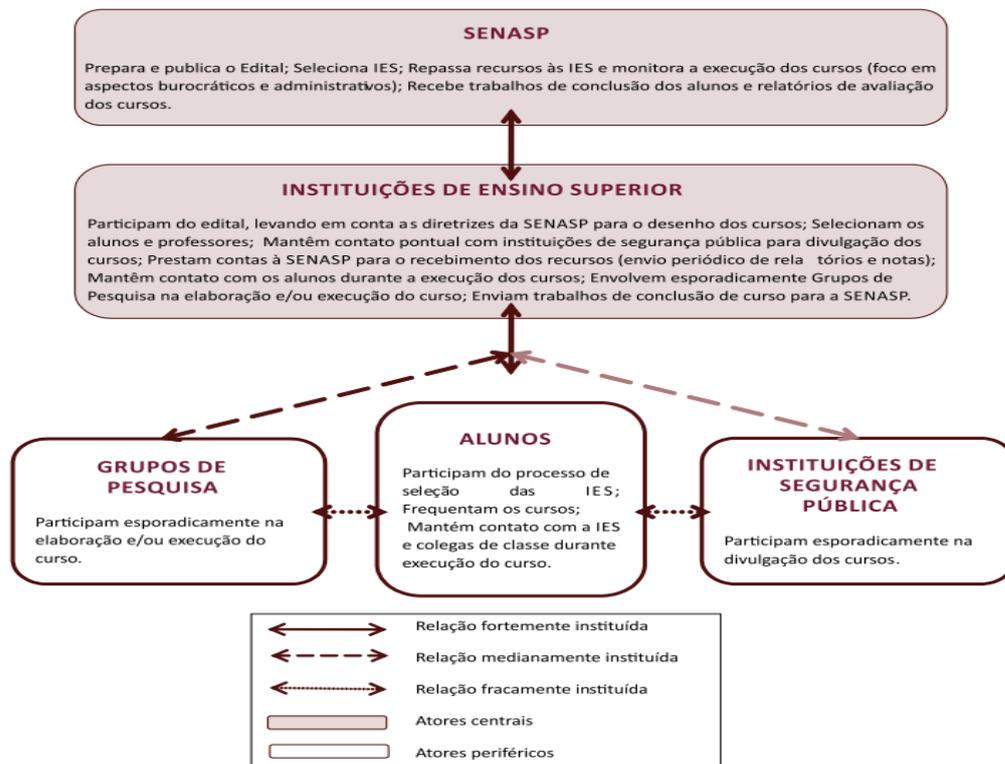
Na avaliação realizada por Lima *et al.* (2014) consta, de forma ilustrativa (Figura 3), como estavam estruturadas as relações da Renaespp entre seus diferentes atores e suas funções dentro da política. A figura indica que, apesar dessa relação entre outros atores da Renaespp (alunos, instituições de segurança pública, núcleos de pesquisa) ser desconectada e hierarquizada, no que concerne à relação entre a Senasp e as IES demonstrou-se direta e constante, embora mais baseada em temas administrativos e burocráticos.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves

FIGURA 3

Relações e funções dos principais atores que compõe a Renaesp em 2014



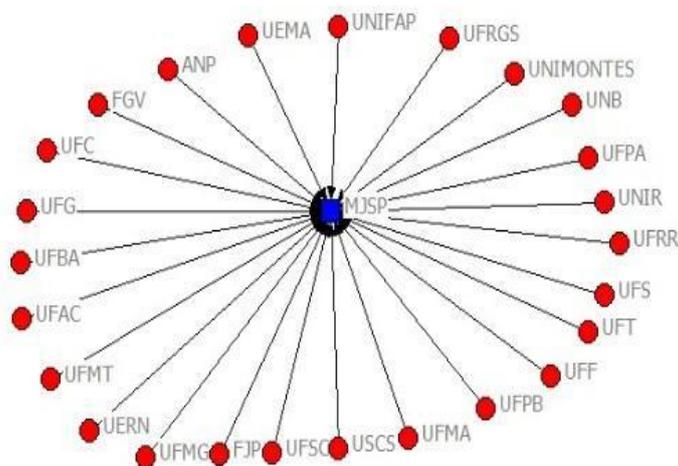
Fonte: Lima et al. (2014, p. 210).

Para Calmon e Costa (2013), existe uma ausência de paradigmas consolidados sobre relacionamento interorganizacional no setor público, visto que grande parte dos processos relacionados à gestão pública envolve múltiplas organizações. Contudo, em se tratando de uma política pública autodenominada e regulamentada como rede, a análise da sua perspectiva de governança foca nas estruturas utilizadas para coordenar e controlar a ação conjunta dentro da rede (Roth *et al.*, 2012).

Ao se considerar as estruturas de governança identificadas na seção “Formação da rede e sua implementação”, as informações obtidas permitem afirmar que o modelo de governança adotado é o da governança com uma organização líder, configurado pela presença do MJSP, instituição que possui recursos suficientes e legitimidade para exercer uma posição de liderança na rede. A centralização do MJSP na implementação da Renaesp está retratada na Figura 4.

FIGURA 4

Centralidade do MJSP na Renaesp



Fonte: Elaborado pelos autores.

No contexto apresentado, o MJSP é o ator que possui o maior número de conexões na Renaesp com os outros nós (as IES); pela sua posição, ele pode atuar na intermediação (*betweenness*) entre duas IES e também ter mais influência por estar mais próximo delas. Sua centralidade é de vetor próprio (*eigenvector*) ou centralidade de *bonacich*, através da coordenação das atividades das IES em uma dinâmica centro-periférica. Esse fator é influenciado pela própria perspectiva de formulação *top-down* (de cima para baixo) dessa política pública, que se deu a partir de uma estratégia na qual o processo de tomada de decisão ocorreu no mais alto nível de gestão, ou seja, na Senasp/MJSP.

Um dado importante da pesquisa que confirma essa centralidade e hipótese de ausência de perspectiva de rede na Renaesp é que, no ano de 2021, o MJSP passou a executar diretamente cursos de pós-graduação pela Renaesp através da Academia Nacional de Polícia, que foi o ator que teve as relações mais fortes na rede durante os dez anos pesquisados, conforme demonstrado na Figura 2. Esse fato tende a desvirtuar [a] formação da rede, na medida em que prevalece a hierarquia em detrimento das relações heterogêneas, indicando uma abordagem de gestão *top-down* (de cima para baixo) e relação baseada em autoridade e controle.

Além disso, pela análise da Resolução CGE Nº 23, de 7 de novembro de 2022, do Comitê de Governança Estratégica do MJSP, a pesquisa revela uma tendência de desfazimento da Renaesp ou, ao menos, uma tentativa de reduzi-la ao anonimato, já que esse documento, que aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP, em uma lista exaustiva contendo informações gerais das setenta e cinco políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP, não faz qualquer menção à Renaesp ou à implementação de programas de capacitação em rede com as IES quando trata da Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública.

Ainda que os diferentes atores devam ter papéis distintos dentro da Renaesp, para que esta se constitua, de fato, como uma rede e atinja seus objetivos de promover o diálogo de qualidade, permanente e autossustentável entre todos os atores, os elos entre eles devem ser fortalecidos (Lima *et al.*, 2014).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Assim sendo, não basta que haja convênios firmados entre a Senasp e as IES para que se forme a “rede de altos estudos”, é necessário uma perspectiva de governança de rede, com inter-relação entre esses atores heterogêneos e com interação, com troca de informação, objetivos e recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do presente estudo é investigar como a estrutura de governança do Programa Renaesp afetou o relacionamento institucional do MJSP com as IES parceiras da Renaesp, dois atores relevantes no processo de implementação desta política pública. Os resultados indicam que, durante os dez anos de execução investigados (2012-2022), as interações foram baseadas no modelo de governança com uma organização líder, o MJSP, ator central da rede, que atua na coordenação da implementação da política, sendo o responsável pela distribuição dos recursos financeiros e pela definição das “regras do jogo”.

Com a finalidade de observar e, assim, capturar os padrões dessas interações, analisou-se a estrutura de governança dessa política, tendo-se verificado que as poucas regras de interação desta rede são operacionalizadas primordialmente pela Portaria MJSP Nº 1.148/2012 e seus objetivos foram reconhecidos na lei do Susp.

Os resultados revelam que 25 IES se relacionaram com o MJSP no período investigado; todas são de nacionalidade brasileira e a sua maioria corresponde a organizações públicas. Quanto à densidade, a UFF e a ANP tiveram relações fortes na Renaesp, com a oferta de cinco e seis cursos de pós-graduação, respectivamente. As áreas temáticas mais presentes nos cursos ofertados pela rede são “Cidadania, Democracia e Direitos Humanos” e “Gestão e Governança da Segurança Pública”, e o curso que teve mais conexões foi “Segurança pública e cidadania”, sendo seis ocorrências em cinco IES distintas, podendo ser tratadas como objetivos coletivos compartilhados entre essas instituições. As relações colaborativas foram mais fortes nos anos de 2012 e 2014, onde se concentrou a maioria dos cursos e uma maior variedade de IES na Renaesp; já no período de 2015 a 2020, observa-se a ausência de relação, pois não houve oferta de cursos de pós-graduação na rede. A modalidade de pós-graduação *strictu-sensu* só foi ofertada uma única vez nesses dez anos, portanto, destaca-se a predominância de conexões na rede pela modalidade *lato-sensu* e também presencial. A principal forma de contratação utilizada foi o “termo de execução descentralizada” com universidades públicas federais.

Além disso, a partir do desenvolvimento e da aplicação das diretrizes metodológicas propostas por Fonseca *et al.* (2019) e a identificação do posicionamento estrutural das IES na Renaesp, bem como pelo cotejo dos documentos analisados, os achados da pesquisa sugerem que não houve avanços de mecanismos de governança que fomentem a interlocução constante entre os atores MJSP e IES no âmbito da Renaesp. Assim sendo, os resultados deste estudo fornecem subsídios para aprimoramento da política pública e desenvolvimento de novos instrumentos de governança do Programa Renaesp.

Por fim, é válido destacar que a não realização de entrevistas ou questionários com gestores das IES e do MJSP indica limitações para o presente estudo. Desse modo, estudos futuros podem aprofundar a análise da Renaesp, investigando, por exemplo, os motivos pelos quais não houve execução dessa política pública entre os anos de 2015 e 2020, bem como avaliar se a estrutura da rede, com a evidente centralidade do MJSP, afeta a qualificação dos profissionais de segurança pública e se isso reflete na produção intelectual e no desempenho funcional em suas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGATTI, Stephen; EVERETT, Martin; FREEMAN, Linton. **Ucinet for windows**: software for social network analysis. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Pedido de acesso à informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Protocolo 08198.038738/2022-13. Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Controladoria Geral da União. Atendido em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei Nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 4, 12 jun. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis Nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis Nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis Nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis Nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, 13 dez. 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13756.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, Edição Extra Nº 1-A, 2 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9662.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, Edição Especial, 1º jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11348.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012. Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 60, 13 jun. 2012. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/789/2/PRT_GAB_2012_1148.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 3.035, de 20 de setembro de 2013. Altera a Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012, que institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 668, 23 set. 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/790>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê de Governança Estratégica do Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resolução CGE Nº 23, de 07 de novembro de 2022**. Aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/8159/1/RES_SE_2022_23.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. **RP3: Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, n. 1, jul. 2013.

DIREITO, Denise do Carmo; KOGA, Natalia Massaco. Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do Cadastro Único. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1286-1306, set./out. 2020.

EUCLYDES, Fillipe Maciel; RAMOS SILVEIRA, Suely de Fátima; TEIXEIRA DE CAMPOS, Ana Paula; TAVARES, Bruno. Dinâmicas relacionais na implementação de políticas públicas: análise do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 14, n. 1, 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016.

FIGUEIREDO, Sabrina Oliveira de; PASCUCI, Lucilaine Maria. Interações e suas implicações no desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 776-805, set./dez. 2021.

FONSECA, Diogo Ribeiro da; MENESES, Pedro Paulo Murce; SOUZA, Igor Guevara Loyola; HOLLANDA, Pedro Paulo Teófilo Magalhães de. Escolas de governo e redes de capacitação no setor público: perspectivas metodológicas para governança. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 70, p. 34-70, dez. 2019.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas. 2012.

KICKERT, Walter Julius Michael; KLIJN, Erik Hans; KOPPENJAN, Johannes Franciscus Maria. Introduction: a management perspective on policy networks. In: W. J. Kickert; E.-H. Klijn; J. F. Koppenjan. **Managing Complex Networks**. London: Sage Publications, 1999, p. 1-13.

KLIJN, Erik Hans; KOPPENJAN, Johannes Franciscus Maria. Complexity in governance network theory. **Complexity, Governance & Networks**, v. 1, n. 1, p. 61-70, 2014. DOI: 10.7564/14-CGN8.

KLIJN, Erik-Hans; KOPPENJAN, Joop; TERMEER, Katrien. Managing Networks in the Public Sector: A Theoretical Study of Management Strategies in Policy Networks. **Public Administration**, v. 73, p. 437-454, set. 1995.

LIMA, Renato Sérgio de; CARBONARI, Flávia; FIGUEIREDO, Laís; PRÖGLHÖF, Patricia. Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014, p. 187-223.

LOTTA, Gabriela Spanghero; NUNES, Ana Carolina; CAVALCANTI, Sergio; FERREIRA, Daniela Damiani; BONAT, Juliana. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 779-816, out./dez. 2018.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 35, supl. 2, 2019.

MJ – Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. **Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)**. mar. 2010. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/260/1/128_09_Renaesp.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

MOURA, Paula Renata Castro Fonseca de; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; ARCANJO, Cecília Braz. Rede de combate à escravidão contemporânea: De Jure ou De Facto?. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 12, n. 4, 2020.

PINTO, Nalayne Mendonça; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane; ALBERNAZ, Elisabeth Ribeiro; CORTES, Vanessa de Amorim. Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014, p. 225-259.

PROVAN, Keith; KENIS, Patrick. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, UK, v.18, n.2, p.229-252, apr. 2008.

ROTH, Ana Lúcia; WEGNER, Douglas; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle; PADULA, Antonio Domingos. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 1, p.112-123, jan./fev./mar. 2012.

SPIEGEL, Murray. **Estatística**. 3 ed. Tradução e revisão técnica: Pedro Consentino. São Paulo: Pearson Makron Books, 1993.

ARTIGO

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

SOUSA, Jéssica Rani Ferreira de; BATISTA, Leonardo Ferreira; HELAL, Diogo Henrique. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 2, maio/ago. 2022.

SOUZA DA SILVA, Anderson; FREIRE COSTA, Ivone; NUNES DOS SANTOS, Taiala Águilan. Competências e impactos do mestrado profissional: o caso do Programa de Pós-Graduação Profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 272-291, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n1.1503. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1503>. Acesso em: 11 fev. 2023.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, out./dez. 2019.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

BEM-ESTAR NO TRABALHO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO DE GUARDAS DA PMRN

ANTÔNIO EGNEFRAN ALMEIDA DIAS

Major da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, Especialista em Gestão de Segurança Pública e Cidadania.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Natal

Email: egnefran@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2281-6145>

MILER FRANCO D'ANJOUR

Professor Doutor com experiência no eixo tecnológico de Gestão e Negócios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), além de atuação na área de Ciências Policiais em colaboração com a Academia dos Policiais Militares do Rio Grande do Norte (APMRN).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Natal

Email: miler.danjour@ifrn.edu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4752-2220>

Contribuições dos autores: Ambos contribuirão com a conceitualização, a metodologia, o software, a validação, a análise formal, a pesquisa/levantamento, a curadoria dos dados e visualização dos dados. Antônio contribuiu com os recursos, a escrita do rascunho original, a revisão e a edição. Miler Franco D'anjour contribuiu com a supervisão/orientação.

RESUMO

O bem-estar no trabalho compreende um estado mental positivo no trabalho. Nesse sentido, este estudo apresenta como objetivo geral avaliar o nível de bem-estar no trabalho dos policiais militares empregados no serviço de guarda pela Companhia Independente de Policiamento de Guardas (CIPGD), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN). A pesquisa foi conduzida por uma análise descritiva operacionalizada através de *survey*, de abordagem quantitativa, tendo como população-alvo os policiais militares (praças) lotados na CIPGD/PMRN, que totalizou 67 respondentes. Como instrumento para coleta de dados foi utilizado o Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13). Os resultados da análise fatorial exploratória permitiram identificar três fatores que, de forma geral, apresentam níveis de concordância elevados entre os participantes, sendo que as dimensões da satisfação no trabalho e do comprometimento organizacional, respectivamente, apresentaram médias consideradas altas de bem-estar no trabalho, enquanto o envolvimento com o trabalho apresentou uma média avaliada como moderada. Foi possível perceber ainda que o serviço de guarda atualmente desenvolvido pelos policiais da unidade, embora seja considerado como desvio de finalidade por eles, não tem interferido de forma significativa no nível de bem-estar no trabalho. Assim, a presente pesquisa pode ser utilizada pelos gestores, tanto da unidade quanto da corporação como um todo, como um indicador que viabilize a adoção de políticas, ações e programas de manutenção e fortalecimento desse fenômeno no efetivo, com possibilidades de estudos mais abrangentes que permitam conhecer e avaliar esse construto em toda a PMRN.

Palavras-chave: Bem-estar. Trabalho. Policiais militares. IBET-13.

ABSTRACT

WORKPLACE WELL-BEING: ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF MILITARY POLICE OFFICERS FROM THE INDEPENDENT GUARD POLICING COMPANY OF PMRN

The well-being at work comprises a positive mental state at work. In this sense, this study presents as general objective to evaluate the level of well-being at work of the military police officers that work guard service by the Independent Company of Guards Policing (CIPGD), of the Military Police of the Rio Grande do Norte state (PMRN). The research was conducted by a descriptive analysis operationalized by a survey, with a quantitative approach, it had as target population the police officers (enlisted rank) serving in the CIPGD, which totaled 67 respondents. As an instrument for data collection, the Inventory of Well-being at Work (IBET-13) was used. The results of the exploratory factor analysis allowed the identification of three factors, which, in general, present high levels of agreement among the participants, being that dimensions of work satisfaction and organizational commitment, respectively, presented high averages of well-being at work while involvement with work presented an average evaluated as moderate. It was also possible to perceive that the guard service currently developed by the police officers of the unit, although considered as a deviation of purpose by them, it has not significantly interfered in the level of well-being at work. Thus, the present research can be used by managers, both of the unit and of the corporation, as a diagnosis that enables the adoption of policies, actions and programs to maintain and strengthen this phenomenon at the military police officers, with possibilities for more comprehensive studies that allows knowing and evaluating this construct at whole PMRN.

Keywords: Workplace. Well-being. Military police officers. IBET-13.

Data de Recebimento: 16/02/2023 – **Data de Aprovação:** 21/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1875

INTRODUÇÃO

A ideia do trabalhador feliz/trabalhador produtivo de Wright e Cropanzano (2000) remete que funcionários com alto índice de bem-estar apresentam um bom desempenho, assim como aqueles que apresentam um bom desempenho tem um alto índice de bem-estar. Nesse viés, os estudos no campo das ciências sociais e comportamentais buscam demonstrar quais ações podem conduzir ao bem-estar, não só em relação aos indivíduos, mas também às comunidades e organizações prósperas, ou seja, diferentes aspectos podem estar associados ao bem-estar (Seligman; Csikszentmihalyi, 2014).

Para Nielsen *et al.* (2017), o bem-estar do trabalhador sofre influência do prazer ou desprazer pelo próprio trabalho. As autoras, através de um estudo de revisão sistemática e meta-análise, constataram que os diferentes recursos – individuais, de grupo, de liderança ou organizacionais – têm relação com o bem-estar, argumentando que as organizações precisam buscar conhecimento de como proporcionar bem-estar entre seus trabalhadores.

No que diz respeito ao conceito de bem-estar no trabalho (BET), embora não haja consenso quanto à importância desse construto e o grande interesse dos pesquisadores em avaliá-lo, ainda predomina, conforme asseguram Demo e Paschoal (2016), a ausência de consenso sobre o que define esse fenômeno, por isso Carneiro e Bastos (2020), ao fazerem uma análise dos conceitos e das medidas do bem-estar relacionado ao trabalho, encontraram uma grande variedade tanto de definições quanto de medidas do bem-estar relacionado ao trabalho.

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN

Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D'anjour

Siqueira e Padovam (2008, p. 206), inspiradas no modelo de Diener, Suh e Oishi (2003), o qual considera duas dimensões psicológicas do fenômeno: emoções (afetos positivos e negativos) e cognições (avaliações gerais específicas sobre a vida), sugerem que o bem-estar no trabalho seja compreendido “como um construto psicológico multidimensional, integrado por vínculos afetivos positivos com o trabalho (satisfação e envolvimento) e com a organização (comprometimento organizacional afetivo)”.

Na construção do modelo teórico para BET, Siqueira e Padovam (2008) se basearam nas proposições de Seligman e Csikszentmihalyi (2014) relacionadas à Psicologia Positiva, com a sugestão de que os fatores de promoção de uma existência mais saudável passam pelo estabelecimento de vínculos com o trabalho e a organização.

Partindo do modelo validado por Siqueira e Padovam (2008), Siqueira, Orengo e Peiró (2014), ao considerarem que a satisfação no trabalho envolve a análise majoritariamente positiva de cinco dimensões: chefia, colegas, salário, promoções e tarefas, propuseram um conceito sobre BET que leva em conta o estado mental positivo decorrente da satisfação no trabalho, do envolvimento com o trabalho e do comprometimento organizacional afetivo.

Foi nesse contexto que as autoras construíram e validaram no Brasil um modelo de dois componentes para medir o bem-estar no trabalho, o qual é adotado neste trabalho para analisar a percepção dos policiais militares da Companhia Independente de Policiamento de Guardas (CIPGD) sobre o serviço de guarda: i) compromisso e satisfação; e ii) envolvimento com o trabalho.

A CIPGD foi criada na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado por meio do Decreto Nº 21.609, de 7 de abril de 2010. Entre o rol de competências da unidade está a realização do policiamento de guardas na área externa dos estabelecimentos prisionais localizados na Região Metropolitana de Natal, bem como a prestação de auxílio à polícia penal (denominação recente) na condução e escolta de presos para audiências e nas atividades de revistas nos referidos estabelecimentos penais (Rio Grande do Norte, 2010).

Contudo, a unidade por muitos anos foi demandada na vigilância de guaritas e/ou muralhas em diferentes estabelecimentos penais no estado, em flagrante desvio de finalidade, tendo sido, inclusive, objeto de inquérito civil (IC Nº 095.2018.000653) do Ministério Público Estadual, através da 19ª Promotoria de Justiça de Natal, que culminou com a assinatura de um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) com representantes do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para a retirada dos policiais militares da guarda das unidades do sistema prisional potiguar, a qual foi concluída recentemente (Ministério Público do Rio Grande do Norte, 2019).

Acontece, que nos últimos anos, como resultado de um termo de acordo judicial nos autos da Ação Civil Pública Nº 0108149-70.2014.8.20.0001 – 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Natal, os policiais militares da CIPGD passaram a ser empregados na guarda de vários Centros de Atendimento Socioeducativos (Cases), que fazem parte da estrutura da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (Fundase), órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação dos adolescentes acusados de ato infracional (Rio Grande do Norte, 2018b).

Nota-se que os policiais militares lotados na CIPGD têm sido constantemente empregados em serviço de guarda diverso da sua finalidade legal. Assim, considerando que o mal-estar pode ter também como fonte o próprio trabalho, dadas as condições profissionais adversas às quais é submetido o profissional, o

serviço desenvolvido pelos referidos militares estaduais pode ter efeitos no bem-estar no trabalho e pode afetar de alguma forma seus desempenhos profissionais (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo avaliar o nível de bem-estar no trabalho dos policiais militares empregados no serviço de guarda pela CIPGD, considerando que os referidos militares estaduais estão atuando em um possível desvio de finalidade de sua missão constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública – art. 144, V, § 5º, Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Ao se analisar o estudo de revisão sobre bem-estar no trabalho de Santos e Ceballos (2013), que além de apresentar uma revisão de literatura científica sobre o tema nos mostra uma síntese da produção científica nacional e internacional na área de BET do ano 2000 até 2012 (o que nos remete à atualidade do tema), em que pese identificarmos produções em diferentes países como Finlândia, Brasil, Croácia, Polônia, Ucrânia, EUA, África do Sul, China e Austrália, não foram encontradas pesquisas de BET relacionadas aos profissionais de segurança pública.

Por conseguinte, vários estudos sobre o tema foram realizados no Brasil, mas ainda são raros os trabalhos voltados à análise desse construto no trabalho dos profissionais de segurança pública, e de forma específica às polícias militares não foi evidenciado.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se justifica pela possibilidade de compreender também a respeito do bem-estar no trabalho dos policiais militares a partir da análise e da mensuração desse fenômeno em uma de suas unidades operacionais, já que os recursos do local de trabalho estão relacionados ao bem-estar e ao desempenho dos trabalhadores (Nielsen *et al.*, 2017).

Assim, visando atender à proposta desta pesquisa, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, esta sucinta introdução; logo após, o referencial teórico que fundamentou o estudo; em seguida, a metodologia empregada no trabalho; depois, a análise e a discussão dos resultados obtidos através da aplicação de um questionário; e, por fim, a conclusão a respeito da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os principais estudos sobre bem-estar avaliam o fenômeno sobre duas perspectivas: bem-estar subjetivo (Diener; Suh; Oishi, 1997) e bem-estar psicológico (Ryff, 1989; Ryff; Keyes, 1995). A primeira, formada por princípios hedônicos, aborda o estado subjetivo da felicidade; e a segunda, por princípios eudemônicos, cuida do potencial humano, consoante ressaltam Ryan e Deci, 2001.

Nesse contexto, na concepção subjetiva, o bem-estar é resultado de experiências hegemonicamente positivas (Diener *et al.*, 1999), enquanto na psicológica o bem-estar está relacionado à capacidade das pessoas em enfrentar os desafios da vida fazendo uso pleno de suas potencialidades (Keyes; Shmotkin; Ryff, 2002).

Assim, tanto o bem-estar hedônico quanto o eudemônico, embora de formas distintas, refletem concepções filosóficas sobre felicidade, dado que o bem-estar subjetivo (hedônico) adota uma concepção de bem-estar como prazer ou felicidade e o bem-estar psicológico (eudemônico) sustenta-se na visão do bem-estar como a capacidade do indivíduo em pensar, usar o raciocínio e o bom senso, isto é, no pleno funcionamento das potencialidades de uma pessoa (Ryan; Deci, 2001).

BEM-ESTAR NO TRABALHO

Nas últimas décadas, os pesquisadores conseguiram situar o conceito de bem-estar no campo científico da psicologia, tornando o tema um dos destaques nos estudos sobre os fatores psicológicos que compõem uma vida saudável, conforme destaca Siqueira e Padovam (2008). Nessa perspectiva, dada a relevância do tema, as referidas autoras pesquisaram sobre o bem-estar no trabalho e, embora reconheçam que não há na literatura consenso sobre o conceito desse fenômeno, assim como nos informa Demo e Paschoal (2013) e Carneiro e Bastos (2020), elas adotaram a concepção do bem-estar no trabalho (BET) como um conceito integrado pela satisfação no trabalho, pelo envolvimento com o trabalho e pelo comprometimento organizacional afetivo (Siqueira; Padovam, 2008).

Já Paschoal e Tamayo (2008) compreendem o bem-estar no trabalho como a primazia de emoções positivas no trabalho e a forma como o indivíduo, na busca de seus objetivos de vida, desenvolve suas potencialidades, competências e habilidades na execução de suas tarefas.

O conceito integrado de Siqueira e Padovam (2008) foi reforçado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014), ao considerarem o bem-estar no trabalho como um estado mental positivo formado pelos três referidos componentes. O componente da satisfação no trabalho está relacionado aos sentimentos positivos gerados pelo próprio trabalho ou advindos de experiências do trabalho, enquanto o envolvimento com o trabalho diz respeito à simetria entre o desempenho profissional do trabalhador e as competências exigidas pelo trabalho e, finalmente, o comprometimento organizacional se refere ao sentimento de identidade da pessoa com a organização onde trabalha.

Dito isso, percebe-se que Siqueira e Padovam (2008) desenvolveram e validaram um modelo teórico de BET composto por três dimensões (satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo) para medir o bem-estar no trabalho, de modo que representam não só os vínculos positivos do indivíduo com o trabalho, mas também com a própria organização, através da dimensão do comprometimento organizacional afetivo, como já defendia Siqueira e Gomide (2004).

O foco das três dimensões propostas para o conceito de bem-estar no trabalho está em ligações positivas do trabalhador com o contexto de trabalho ou com a organização: relações com colegas e chefia, salários e promoções oferecidos pela organização e as tarefas realizadas são considerados fatores de satisfação no trabalho; estabelecimento de metas a serem atingidas por meio do trabalho, situações surgidas no contexto do trabalho que exigem o esforço e as habilidades do trabalhador e a existência de retorno pela organização (*feedback*) são fluxos relacionados à dimensão do envolvimento com o trabalho; já os sentimentos positivos que o indivíduo desenvolve em relação à própria organização, tais como orgulho, confiança, dedicação, entusiasmo, felicidade, satisfação e outros, referem-se ao componente do comprometimento organizacional afetivo (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Nesse contexto, Siqueira, Orengo e Peiró (2014), partindo do modelo validado por Siqueira e Padovam (2008), construíram e validaram no Brasil um modelo de dois componentes para medir o bem-estar no trabalho: i) compromisso e satisfação; ii) envolvimento com o trabalho, o qual as autoras denominaram Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13), utilizado na presente pesquisa e tratado no próximo subtópico.

No entanto, antes de tratar especificamente do IBET-13, é importante destacar que, no Brasil e no mundo, conforme evidencia Agapito, Polizzi Filho e Siqueira (2015), antes do modelo de Siqueira, Orengo e Peiró

(2014), diferentes escalas foram propostas para medir o bem-estar no trabalho, entre as quais os autores citam os estudos de Watson, Clark e Tellegen (1988), Daniels (2000), Van Horn *et al.* (2004), Albuquerque e Tróccoli (2004), Paschoal e Tamayo (2008), e Dessen e Paz (2010), assim como os estudos de Siqueira e Padovam (2008), que serviram de base para o inventário.

INVENTÁRIO DE BEM-ESTAR NO TRABALHO (IBET-13)

O Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13) foi formulado e validado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014) tomando por base o modelo teórico do construto do BET e os três componentes que fazem o conceito de bem-estar no trabalho, ambos propostos por Siqueira e Padovam (2008). O IBET-13 apresenta dois componentes para mensurar o nível de bem-estar no trabalho: compromisso e satisfação e o envolvimento com o trabalho, pois as autoras os consideram como fatores que possibilitam o trabalhador experimentar sentimentos e sensações positivas.

O modelo foi desenvolvido inicialmente como uma medida para o bem-estar no trabalho em que fosse possível mensurar as três dimensões integradas do conceito formulado por Siqueira e Padovam (2008) por meio de um único instrumento de aferição, embora autores como Carneiro e Bastos (2020) apresentem a visão de que o IBET-13 é uma medida que não está diretamente embasada no bem-estar, por envolver fenômenos correlatos como a própria satisfação no trabalho.

Siqueira, Orengo e Peiró (2014), em uma primeira versão do IBET, selecionaram 15 (quinze) itens dos três instrumentos de medida construídos e validados por Siqueira (2008): 5 (cinco) da Escala de Satisfação no Trabalho (EST), 5 (cinco) da Escala de Envolvimento com o Trabalho (EET), e mais 5 (cinco) da Escala de Comprometimento Organizacional Afetivo (EOA). Após análises, pesquisas e estudos, as autoras chegaram à versão do IBET-13, depois de reconhecerem a estrutura fatorial de duas dimensões: compromisso e satisfação (fator 1) e envolvimento com o trabalho (fator 2), sendo que o fator 1 engloba tanto a satisfação no trabalho quanto o comprometimento organizacional afetivo.

A dimensão do compromisso e da satisfação engloba as ligações positivas com a organização (comprometimento afetivo), assim como a satisfação com as tarefas, as pessoas (colegas e chefia), o salário e as promoções advindos do ambiente organizacional. Já a dimensão do envolvimento com o trabalho se refere aos sentimentos do indivíduo de que o seu trabalho é importante, agradável e relevante para a vida (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

O modelo original do IBET-13 é composto por 13 (treze) itens distribuídos entre os dois componentes citados: 9 (nove) itens para aferir o compromisso e a satisfação (cinco destinados ao comprometimento organizacional afetivo e quatro para a satisfação no trabalho – fator 1), com índice de precisão de 0,92, e 4 (quatro) itens para medir o envolvimento com o trabalho (fator 2), cujo índice de precisão é 0,87, segundo asseguram Siqueira, Orengo e Peiró (2014).

As pesquisadoras garantem que o IBET-13 apresenta indicadores psicométricos aptos a ser utilizados em uma pesquisa científica, visto que os índices de precisão da medida foram todos considerados satisfatórios, inclusive avaliam que o inventário completo apresentou um índice de precisão de 0,93, logo acima de 0,70 (Nunnally Júnior, 1970; Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

ESTUDOS CORRELATOS SOBRE BEM-ESTAR NO TRABALHO

Nos últimos anos, diferentes estudos sobre bem-estar no trabalho foram realizados no Brasil em diferentes áreas, assim, este subtópico busca sintetizar as recentes pesquisas sobre o tema, por meio da busca ativa em repositórios de produção científica das bases de dados Spell, Scielo e Google Acadêmico, através do descritor “bem-estar no trabalho”, tendo sido selecionados aqueles que tratam especificamente sobre bem-estar com ênfase ao ambiente laboral e publicados em revistas científicas.

Inicialmente, é importante destacar o estudo de Veiga e Cortez (2020) que, em uma revisão de literatura brasileira e utilizando o método de metanálise, identificaram os preditores de bem-estar no trabalho em diferentes estudos no país, dentre os quais: Souza, Aguiar e Carneiro (2018) e Hirschle *et al.* (2019), os dois mais recentes identificados no trabalho dos autores. Os resultados revelam que as variáveis intraindividuais, as variáveis de nível macro e os vínculos com organizações e trabalho (O&T) têm impactos positivos ou negativos na predição de bem-estar nos trabalhadores.

Pacheco e Ferreira (2020), utilizando o Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho de Ferreira, Paschoal e Ferreira (2013), procuraram mapear em uma empresa pública do executivo federal as principais fontes de bem-estar e mal-estar no trabalho, cujos achados demonstraram que a gestão da organização é a principal fonte de mal-estar no trabalho.

Sousa e Zerbini (2021) pesquisaram o fenômeno junto aos profissionais de saúde pública no estado de Minas Gerais e fizeram uso do instrumento da escala de bem-estar no trabalho formulado por Paschoal e Tamayo (2008), tendo identificado evidências de validade e confiabilidade da referida escala nesse tipo de diagnóstico organizacional.

Em outro caminho, Amorim-Ribeiro *et al.* (2022) avaliaram o bem-estar no trabalho dos trabalhadores de transportes rodoviários a partir da análise de redes sociais informais em organizações que passam por processo de mudança. Para tanto, lançaram mão da Escala de Bem-Estar no Trabalho validada por Demo e Paschoal (2016) e Paschoal e Tamayo (2008), vindo a demonstrar que essas organizações devem considerar as redes sociais informais na promoção do bem-estar no trabalho, assim como constataram que a posição que o trabalhador ocupa na rede tem relação com o aumento ou a diminuição no nível de bem-estar no trabalho, evidenciando a importância do grupo nesse processo.

Mais um estudo sobre bem-estar no trabalho foi publicado por Zawadzki *et al.* (2021), em que os autores relacionaram o bem-estar no trabalho dos filhos de proprietários rurais associados em cooperativa e os valores organizacionais antecedentes, estendendo o leque de pesquisa sobre o constructo para o ambiente organizacional rural, ainda mais na perspectiva dos sucessores rurais, mostrando os fatores que levam ao bem-estar nesses indivíduos, tomando como base os valores organizacionais antecedentes ao fenômeno em questão.

No mesmo viés de análise de antecedentes de bem-estar no trabalho, mas com público-alvo diverso (trabalhadores formalmente empregados em diferentes organizações), tem-se a pesquisa de Oliveira, Gomide Júnior e Poli (2020), que investigou o efeito das políticas de gestão de pessoas e da confiança na organização sobre o bem-estar no trabalho.

Chama atenção o fato de, entre as produções brasileiras sobre bem-estar no trabalho, ser possível encontrar publicações cujo objeto de estudo trata da percepção desse constructo por trabalhadores

imigrantes, como é o caso do artigo de Lague, Gallon e Cerutti (2020), que investiga os aspectos que influenciam o bem-estar no trabalho de trabalhadores imigrantes senegaleses em uma empresa brasileira localizada no estado do Rio Grande do Sul. As pesquisadoras recorreram ao modelo de BET de três dimensões na realização de sua pesquisa, validado e construído por Siqueira e Padovam (2008), e entre seus achados se destaca a necessidade da organização trabalhar com a gestão da diversidade.

Fogaça *et al.* (2021) realizaram um estudo multinível no qual analisam as relações preditivas de diferentes variáveis organizacionais, entre as quais o bem-estar no trabalho e o desempenho individual no trabalho, apontando não só a relação do fator do bem-estar no trabalho com o desempenho do indivíduo no trabalho, mas também as relações preditivas deste com as percepções coletivas (de equipe).

Outra pesquisa sobre bem-estar no trabalho, que se destaca pela atualidade do tema, é a de Vilarinho, Paschoal e Demo (2021), posto que foram avaliados os impactos desse construto no cenário do teletrabalho, alternativa adotada por várias organizações diante da situação de pandemia pelo novo coronavírus (SARS-Cov2). Os autores escolheram como público-alvo os trabalhadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e usaram na sua pesquisa medidas já validadas: escala de bem-estar no trabalho (Demo; Paschoal, 2016; Paschoal; Tamayo, 2008), de desempenho no trabalho (Coelho Júnior *et al.*, 2010) e do contexto de trabalho (Ferreira, 2013), para avaliarem o bem-estar no trabalho e o contexto de trabalho dos teletrabalhadores.

Entre os profissionais da área de segurança, identifica-se o estudo de Corrêa *et al.* (2019), que avalia a correlação dos componentes do bem-estar no trabalho e os componentes da síndrome de *burnout* dos policiais penais do estado do Rio Grande do Sul. Para mensurar o nível de BET, os autores fizeram uso da Escala de Bem-Estar no Trabalho (EBET), construída e validada por Paschoal e Tamayo (2008).

Vários outros trabalhos científicos nos últimos anos, tais como os de Erler e D'Angelo (2019), Freitas *et al.* (2019), Polizzi Filho e Claro (2019), Pauli, Cerutti e Andréis (2018), e outros, estudaram temas correlatos ao bem-estar no trabalho, sendo inviável citar todos nesta pesquisa, visto não ser este o objetivo do presente artigo, mas os já citados evidenciam a importância e a atualidade da temática e demonstram a validade da presente pesquisa.

No entanto, antes de concluir este referencial teórico, é importante destacar alguns estudos correlatos recentes sobre bem-estar no trabalho que utilizaram como instrumento de coleta de dados o Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13), construído e validado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014), que foi o instrumento usado nesta pesquisa.

Dias-Abreu (2017) utilizou o IBET-13 para estudar a relação das variáveis sociodemográficas e os construtos do bem-estar no trabalho e da resiliência junto aos profissionais de enfermagem de um hospital (técnicos de enfermagem).

Daehn (2020) analisou os impactos da flexibilização da jornada de trabalho na qualidade de vida dos servidores de uma universidade pública federal, a partir da percepção dos técnicos administrativos que trabalham em unidades flexibilizadas, tendo revelado que a qualidade de vida dos servidores pesquisados sofre influência da flexibilização da jornada de trabalho em relação às duas dimensões aferidas pelo IBET-13.

Por fim, Araújo (2021) também utilizou, entre as escalas de coleta de dados para sua pesquisa, o IBET-13, ao investigar a relação dos conflitos interpessoais e intragrupoais com o bem-estar no trabalho de servidores e colaboradores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

METODOLOGIA

Com o escopo de avaliar o nível de bem-estar no trabalho dos policiais militares empregados no serviço de guarda pela CIPGD, o presente estudo, quanto aos objetivos metodológicos, classifica-se como descritivo, pois a investigação busca descrever propriedades, características, peculiaridades e situação da população pesquisada (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Em relação aos procedimentos adotados na pesquisa, é utilizado o *survey*, pois envolveu a aplicação de um questionário predefinido como instrumento de coleta de dados junto aos policiais militares lotados na CIPGD, na tentativa de conhecer as características e obter informações e opiniões da população pesquisada, conforme define Prodanov e Freitas (2013) e Sampieri, Collado e Lucio (2013), ao discorrerem em seus respectivos trabalhos sobre esse tipo de procedimento.

Quanto à abordagem, o estudo é classificado como quantitativo, pois os resultados são mensurados em números, cujo levantamento, análise e classificação foram feitos pelo uso de técnicas estatísticas (Favaro; Belfiore, 2017).

No que diz respeito à população, que na concepção de Crespo (2017) é caracterizada como um conjunto de indivíduos que apresentam pelo menos um traço em comum, a investigação ocorre entre os policiais militares do ciclo de praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) lotados na CIPGD, conforme o Mapa Força da Unidade, disponibilizado com autorização do Comando Geral da PMRN, através de processo protocolado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Nº 01510252.001043/2021-03. A população do estudo é constituída por 99 (noventa e nove) policiais militares. Assim, a população apresenta três características em comum: policiais militares, praças, lotados na mesma unidade.

Definida a população, coletou-se uma amostra do tipo probabilístico aleatória simples composta por 67 (sessenta e sete) policiais militares. Segundo Marconi e Lakatos (2021), amostra é um subconjunto de indivíduos selecionados da população geral da pesquisa; no presente caso, ela foi composta de forma aleatória por sorteio, em que cada componente teve a mesma chance de ser sorteado, por isso é caracterizada como probabilística aleatória simples (Prodanov; Freitas 2013). Dessa forma, a amostra selecionada corresponde a quase 68% (sessenta e oito por cento) da população, o que representa um nível de confiabilidade de 95% (noventa e cinco por cento) e um erro amostral de 5% (cinco por cento).

A técnica de coleta de dados, que corresponde à parte prática de reunião de informações, se deu através da aplicação de um questionário, instrumento de pesquisa composto por perguntas cujas respostas são dadas pelo respondente sem a presença do pesquisador (Marconi; Lakatos, 2021).

O questionário foi composto por 23 (vinte e três) questões distribuídas em duas seções: 10 (dez) questões para coleta de dados sociodemográficos dos respondentes (1ª seção) e o IBET-13 (2ª seção), composto por 13 (treze) itens baseados no modelo teórico de Siqueira, Orengo e Peiró (2014), em que se tem 9 (nove) itens relacionados ao compromisso e à satisfação (fator 1) e 4 (quatro) itens relacionados ao envolvimento com o trabalho (fator 2).

Siqueira, Orengo e Peiró (2014) defendem que a aplicação do IBET-13 pode se dar tanto de forma presencial como por meio eletrônico, desde que o respondente se sinta à vontade para responder, sem qualquer receio de efeito negativo em relação ao seu ambiente de trabalho. No presente caso, sua aplicação ocorreu por meio eletrônico, através da plataforma Google Formulários, entre 27/12/2021 e 31/01/2022, sendo os respondentes informados dos objetivos da pesquisa, tendo concordado em participar voluntariamente do estudo, assinando um termo de consentimento livre e esclarecido. Para o processo de preenchimento do questionário, foi disposto tempo livre do trabalho para o preenchimento, bem como garantidas condições seguras e tranquilas, visto que a pesquisa preservou o anonimato e os resultados foram apresentados de forma consolidada, sem possibilidade de identificação dos respondentes.

O inventário proposto pelas autoras possui uma escala de respostas de 1 a 5 (tipo *Likert*), que varia entre: discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5). No entanto, nesta pesquisa, buscando aumentar a variabilidade entre os níveis de concordância do construto IBET-13, resolveu-se ampliar a escala para 11 pontos, variando de 0 a 10, em que o número 0 corresponde ao concordo totalmente e o 10 ao concordo totalmente, mantendo-se os dois extremos do modelo base (Costa, 2021).

Seguindo a mesma lógica, na avaliação de concordância, foram estabelecidos quatro níveis: crítico, baixo, moderado e alto. A análise dos resultados foi realizada considerando que: um valor entre 0 e 2,5 indica um nível crítico de concordância; entre 2,6 e 5 revela um nível baixo; entre 5,1 e 7,5, um nível moderado; e, por fim, entre 7,6 e 10, um nível alto, conforme Quadro 1.

QUADRO 1

Avaliação por grau de concordância

Nível de Concordância			
Crítico	Baixo	Moderado	Alto
0 – 2,5	2,6 – 5,0	5,1 – 7,5	7,6 – 10

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa.

Como técnica de análise e tratamento dos dados, utilizou-se estatística descritiva e análise multivariada dos dados. As estatísticas descritivas foram: análise da média, mediana, desvio-padrão e distribuição de frequência relativa. A análise multivariada foi a técnica de análise fatorial exploratória que, segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2011), busca descrever um conjunto de variáveis originais por meio da formação de um novo agrupamento de variáveis ou dimensões. Nesta pesquisa, a análise foi realizada para identificar as variáveis e dimensões do modelo de bem-estar no trabalho construído e validado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014), a partir de uma adaptação da escala do IBET-13, formulada pelas autoras. O modelo foi mensurado através da realização dos testes de *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* (KMO) para verificar sua adequabilidade e significância, bem como por meio do teste de esfericidade de *Bartlett*. Para o KMO, considerou-se nesta pesquisa que valores acima de 0,7 significam que a análise fatorial é adequada e para o teste de *Bartlett* foi considerado o nível de significância de 0,000 (Favaro; Belfiore, 2017).

Com relação ao método de rotação empregado na análise fatorial, foi utilizada a rotação *Quartimax*, que consiste em uma rotação ortogonal que tem por finalidade simplificar as variâncias, maximizando-as em um número reduzido de fatores, isto é, permite uma redistribuição e ajuste das variáveis conforme as respectivas cargas fatoriais (valores altos e baixos), consoante explica Favaro e Belfiore (2017).

Essa técnica de rotação teve como resultado o agrupamento das variáveis do IBET-13 em três fatores: comprometimento organizacional, envolvimento com o trabalho e satisfação no trabalho, nominados de acordo com o conceito integrado de bem-estar de Siqueira e Padovam (2008) e reforçado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014).

A consistência e confiabilidade foi verificada pela utilização do coeficiente *Alpha de Cronbach*, que permite avaliar se os itens da escala, no caso desta pesquisa o IBET-13, estão de fato aferindo o construto a que se propõem mensurar (Favaro; Belfiore, 2017). Com isso, foi adotado neste estudo o valor do limite inferior geralmente aceito para o *Alpha de Cronbach*, qual seja, 0,70 (70%) para cada fator identificado no inventário.

É importante registrar que os dados foram analisados com auxílio do *Stata 16.0*®, software que permitiu, por meio de diferentes recursos de modelagem e cálculo, realizar as análises estatísticas descritivas e multivariadas dos dados coletados nesta pesquisa.

Por fim, destaca-se que o estudo foi conduzido observando questões de ética na pesquisa científica, tendo esta a autorização do Comandante Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, através de processo protocolado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Nº 01510252.001043/2021-03. Além da autorização do Comandante Geral da PM, os objetivos da pesquisa foram informados aos policiais lotados na unidade estudada, os quais concordaram de forma voluntária em participar do estudo, assinando eletronicamente um termo de consentimento livre e esclarecido. O artigo não foi submetido à apreciação de protocolos de pesquisa científica envolvendo seres humanos, no Sistema CEP/Conep, uma vez que se enquadra nos critérios que dispensam de apreciação estabelecidos pelo comitê, conforme art. 26, VII, da Resolução Nº 624/2022 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira seção do questionário teve como objetivo caracterizar o perfil da população pesquisada, sendo feitos alguns questionamentos voltados à obtenção de informações sobre o perfil sociodemográfico e profissional dos respondentes. Desse modo, foi possível constatar que 100% dos policiais militares participantes são do sexo masculino com média de 47 anos de idade, o que revela profissionais com idade avançada, considerando a natureza da atividade policial militar; tal característica se deve, principalmente, porque a corporação passou 12 anos sem concurso para ingresso no quadro de praças (2006 – 2018), tendo sido admitidos apenas recentemente novos soldados na PMRN (2020).

Quanto aos policiais estudados serem 100% do sexo biológico masculino, pode-se perceber, ao analisar o Mapa Força da Unidade, disponibilizado com autorização do Comando Geral da PMRN, através de processo protocolado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Nº 01510252.001043/2021-03, que o efetivo lotado na Companhia Independente de Policiamento de Guardas (CIPGD) é constituído apenas por policiais do sexo biológico masculino, o que pode ser justificado por serem policiais com, em média, 9 anos de serviço e nos concursos públicos anteriores ao ano de 2018 realizados pela PM/RN não existia ampla concorrência ou paridade de vagas entre homens e mulheres, sendo as vagas predominantemente destinadas para indivíduos do sexo biológico masculino. Essa realidade também é comprovada quando se observa que o tempo de serviço na PMRN dos respondentes é de 23 anos, bem como quando não se verifica nenhum policial na graduação de soldado, estando a maioria nas graduações de sargentos, em que 2º e 3º sargentos concentram o maior número: 34,33% e 32,83% respectivamente. Essa concentração

também é explicada pela entrada em vigor da Lei Complementar Nº 515, de 9 de junho de 2014, que garante às praças ascensão profissional (Rio Grande do Norte, 2014).

Quando se observa o nível de escolaridade, os resultados demonstram que 71,64% tinham o nível médio, uma vez que somente no último concurso (Edital Nº 003/2018 – SEARH/PMRN – 5 de julho de 2018), por força da Lei Complementar Nº 613, de 3 de janeiro de 2018, passou-se a exigir graduação em nível superior como requisito para o ingresso no quadro de praças policiais militares, até então era exigido somente o nível médio (Rio Grande do Norte, 2018a).

Concernente ao perfil profissional, destaca-se, além da média do tempo de serviço na PMRN, a média do tempo de serviço na CIPGD (9 anos), o que demonstra que grande parte dos policiais militares trabalham na unidade desde a sua criação em 2010, apresentando uma média de 7 anos em serviço de guarda em estabelecimentos outros desde que foram lotados na Companhia.

Embora o serviço de guarda nos Centros de Atendimento Socioeducativos da Fundase fosse recente (média de um ano) e apenas 38,8% dos participantes estivessem atuando à época nesses centros, 62,69% dos respondentes consideraram o atual emprego dos policiais militares da CIPGD nesse tipo de serviço como um desvio de finalidade. Esse quadro revela que os militares estaduais acreditam que esse emprego foge à sua atribuição constitucional de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública (BRASIL, 1988), bem como não está de acordo com o rol de competências da CIPGD, disposto no Decreto Nº 21.609, de 7 de abril de 2010 (Rio Grande do Norte, 2010).

Finalizada a caracterização do perfil sociodemográfico e profissional dos participantes, passou-se à análise fatorial exploratória do IBET-13 (2ª seção do questionário), que resultou em três fatores relacionados ao bem-estar no trabalho: comprometimento organizacional, envolvimento com o trabalho e satisfação no trabalho; dimensões que integram o conceito de bem-estar no trabalho, conforme defendem Siqueira e Padovam (2008) e cujo inventário se propõe a mensurar, segundo asseguram Siqueira, Orengo e Peiró (2014).

Conforme se verifica na Tabela 1, o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* (KMO), em conjunto com o teste de esfericidade de *Bartlett*, mostra que a análise fatorial é estatisticamente significativa e adequada, pois o KMO resultou em um coeficiente igual a 0,725, sendo superior ao índice de 0,7 que é o mínimo aceito pela literatura, com o indicador de significância estatística p-valor = 0,000 (Favaro; Belfiore, 2017).

Em relação aos fatores que aparecem na análise, a dimensão “comprometimento organizacional” foi formada por seis variáveis do IBET-13, enquanto o “envolvimento com o trabalho” aparece com três variáveis, e a “satisfação no trabalho” também com três variáveis observáveis. Assim, a rotação aplicada (*Quartimax*) manteve em cada fator as variáveis cuja carga fatorial foi igual ou maior que 0,4, conforme sugere Siqueira, Orengo e Peiró (2014), tendo sido excluída a variável observável do item 3 do IBET-13, por apresentar na Medida de Adequabilidade da Amostra (MAS) padrão inferior ao estabelecido na literatura (Favaro; Belfiore, 2017; Corrar; Paulo; Dias Filho, 2011).

A rotação utilizada demonstra que os três fatores identificados conseguem explicar 93,85% das variações entre as variáveis de bem-estar no trabalho do IBET-13, o que supera o percentual mínimo de 60% de variância e respeita a designação de fatores com autovalores superiores a 1, definidos na literatura (Malhotra, 2006). Somente o fator do “comprometimento organizacional” apresenta uma porcentagem

da variância de 51,83% do bem-estar no trabalho dos policiais militares da CIPGD, superando os outros dois fatores, mesmo quando vistos de forma conjunta.

TABELA 1

Modelo Final da Análise Fatorial Exploratória para Bem-Estar no Trabalho (n = 67)

Variáveis	Comprometimento Organizacional	Envolvimento com o trabalho	Satisfação no trabalho
Ibet01	0,8712		
Ibet02	0,9030		
Ibet04	0,8297		
Ibet05			0,5247
Ibet06	0,8760		
Ibet07		0,6480	
Ibet08	0,6595		
Ibet09		0,7591	
Ibet10			0,4941
Ibet11	0,6410		
Ibet12		0,7425	
Ibet13			0,8077
Autovalor	4,18848	1,91910	1,47663
Porcentagem de Variância (%)	51,83%	23,75%	18,27%
Porcentagem Acumulada (%)	51,83%	75,58%	93,85%
Alfa de Cronbach	0,9116	0,7653	0,7036

Fator de carga: Rotação *Quartimax Blanks*

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy (KMO) = 0,725 | *Bartlett test* (p-valor) = 0,000

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa.

Diferente do modelo de Siqueira, Orengo e Peiró (2014), que identifica cinco componentes para a dimensão do comprometimento organizacional, na presente pesquisa os resultados da análise fatorial por meio da rotação *Quartimax* situaram seis variáveis observáveis formando esse fator (Tabela 1), visto que deslocou o IBET-8, situado no modelo original como variável mensurável do fator satisfação no trabalho, para a dimensão do comprometimento organizacional, conforme cargas fatoriais apresentadas nos resultados.

Feita a identificação dos fatores do bem-estar no trabalho, foi realizada a avaliação de consistência desses fatores, através do teste *Alpha de Cronbach*, o qual certifica que o conjunto de variáveis distribuído nos três fatores tem coeficientes de consistência interna superiores a 0,7, padrão definido como satisfatório, segundo Siqueira, Orengo e Peiró (2014), assim como outros pesquisadores, tais quais Nunnally Júnior (1970), Malhotra (2006), Corrar, Paulo e Dias Filho (2011) e Favaro e Belfiore (2017), sendo que o comprometimento organizacional apresentou um grau elevado de consistência interna por agrupar o maior número de variáveis.

Com isso, os indicadores de consistência dos fatores obtidos na presente pesquisa, quando confrontados com o modelo proposto e validado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014), se assemelham aos índices de precisão apresentados pelas autoras, embora elas tenham feito definições para duas dimensões do IBET-13; isso porque a dimensão do compromisso e da satisfação já engloba o comprometimento organizacional e a satisfação no trabalho, o que reafirma a consistência teórica dos achados empíricos deste estudo (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Verifica-se na Tabela 2, tomando como referência o Quadro 1 da seção da metodologia (avaliação por grau de concordância), que no fator do comprometimento organizacional os participantes apresentam um nível de concordância alto, já que a média de avaliação dessa dimensão no bem-estar no trabalho é de 7,87. Com isso, os respondentes, de forma geral, demonstram sentimentos positivos em relação à CIPGD, ou seja, se identificam e estão felizes com a organização (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Quanto ao fator do envolvimento com o trabalho, a média é de 6,99, o que representa um nível de concordância moderado (Quadro 1), ou seja, essa dimensão aponta que os policiais pesquisados, de um modo geral, avaliam que têm uma boa simetria entre as competências exigidas pelo trabalho e o seu desempenho profissional, isto é, eles têm conseguido ter um retorno positivo entre os desafios surgidos no contexto do trabalho e os esforços e as habilidades que esses desafios demandam, atendendo às condições do estado de fluxo proposto por Siqueira e Padovam (2008).

Sobre o fator da satisfação no trabalho como indicador de bem-estar no trabalho, esse apresenta a maior média: 8,19, revelando um grau de concordância também alto dos participantes (Quadro 1). Essa dimensão se mostra como o principal fator de bem-estar, sinalizando que os policiais militares da CIPGD estão altamente satisfeitos com as relações interpessoais no ambiente de trabalho (colegas e chefia), com as tarefas realizadas, com o salário e com as promoções oferecidas, que são fontes da satisfação no trabalho, conforme assegura Siqueira, Orengo e Peiró (2014). Isso significa, defende as autoras, que o trabalho e as experiências advindas do trabalho têm gerado sentimentos positivos na grande maioria dos respondentes.

TABELA 2

Fatores de Avaliação do Bem-Estar no Trabalho (n = 67)

Fatores	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Comprometimento Organizacional	7,87	8,17	1,72
Envolvimento com o trabalho	6,99	7,33	1,96
Satisfação no trabalho	8,19	8,33	1,48

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa.

Também foram realizados cruzamentos dos fatores identificados no IBET-13 com dados obtidos na primeira seção do questionário (sociodemográficos).

No cruzamento dos construtos que compõem o bem-estar no trabalho em relação às graduações dos respondentes (Tabela 3), o fator comprometimento organizacional apresenta uma maior média entre os 3os sargentos e uma menor média entre os subtenentes. Essa média baixa no último grupo se explica pelo fato dos militares nesse grupo já estarem em final de carreira, próximos de serem transferidos para reserva remunerada (inatividade), logo não estão mais comprometidos com a organização, enquanto os demais grupos apresentam uma média satisfatória.

No fator do envolvimento com o trabalho, os grupos de 3os sargentos despontam com a maior média (7,57), sendo considerada uma média alta, enquanto os demais grupos apresentam médias consideradas moderadas neste trabalho, com destaque para os cabos, que revelam uma média mais baixa que os demais (Quadro 1). Esse cenário significa que os 3os sargentos consideram o trabalho mais agradável que as demais praças e que este trabalho tem gerado desafios compatíveis com suas habilidades (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN

Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D'anjour

No que diz respeito à satisfação no trabalho, este fator recebeu médias consideradas altas (>8) por quase todos os grupos avaliados, com exceção dos cabos, que demonstram uma média vista como moderada: 7,33 (Quadro 1). Como esse é um construto que avalia a satisfação principalmente em relação a fatores como chefia, salário, promoções e tarefas, de acordo com Siqueira, Orengo e Peiró (2014), sugere-se que as praças mais recruta, no caso os cabos, apresentam um nível de satisfação mais baixo em relação aos mais antigos, provavelmente porque os cabos têm menos tempo de serviço na corporação e só foram beneficiados com uma promoção na sua carreira até aquele momento, fato que também reflete em seus salários.

TABELA 3

Avaliação de cruzamento dos dados formados pelos construtos de bem-estar no trabalho em função da graduação

Fatores	Grupos	Média
Comprometimento Organizacional	Cabo	7,55
	3º Sargento	8,69
	2º Sargento	7,98
	1º Sargento	7,63
	Subtenente	4,86
Envolvimento com o trabalho	Cabo	5,67
	3º Sargento	7,57
	2º Sargento	7,42
	1º Sargento	5,77
	Subtenente	6,33
Satisfação no trabalho	Cabo	7,33
	3º Sargento	8,14
	2º Sargento	8,29
	1º Sargento	8,63
	Subtenente	8,11

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa.

Nos cruzamentos realizados na Tabela 4, os resultados revelam que tantos os policiais militares que estão atuando no serviço de guarda dos Case/Fundase quanto os que não estão atuando apresentam altos níveis de satisfação no trabalho (Quadro 1), realidade que se repete entre aqueles que consideram ou não esse tipo de emprego como desvio de finalidade. Com isso, infere-se que o referido serviço não tem interferido significativamente nesse fator enquanto medida que integra o bem-estar no trabalho (Siqueira; Padovam, 2008; Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

TABELA 4

Avaliação de cruzamento dos dados formados pelos construtos de bem-estar no trabalho em função da atuação do policial em serviço de guarda na Fundase e da sua percepção sobre a existência de desvio de finalidade nessa atuação

Fatores	Policiais atuando no serviço de guarda dos Centros de Atendimento Socioeducativo da Fundase		O emprego de policiais militares da CIPGD no serviço de guarda dos Centros de Atendimento Socioeducativos da Fundase como um desvio de finalidade	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Comprometimento Organizacional	SIM	7,69	SIM	7,66
	NÃO	7,79	NÃO	8,23
Envolvimento com o trabalho	SIM	7,59	SIM	9,69
	NÃO	6,60	NÃO	7,03
Satisfação no trabalho	SIM	8,12	SIM	8,16
	NÃO	8,24	NÃO	8,24

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa.

O construto do envolvimento com o trabalho nesse cruzamento mostra um nível de concordância moderado (Quadro 1) entre policiais que estão sendo empregados ou não no serviço de guarda dos referidos centros, mas apresenta uma média mais baixa entre aqueles que não estão atuando, provavelmente porque os policiais que estão efetivamente desenvolvendo essa atividade têm um retorno mais positivo entre o fluxo do trabalho realizado e as habilidades que lhe são exigidas (Siqueira; Padovam, 2008). De igual modo, mas com média mais elevada (9,69), os que consideram o serviço como desvio de finalidade revelam um nível de concordância maior do que os que responderam não (7,03), ou seja, o fator do envolvimento com o trabalho apresenta uma mudança de nível de concordância entre os dois grupos: os que responderam sim é alto e os que disseram não é moderado (Quadro 1).

No fator do comprometimento organizacional, as médias em relação aos policiais que atuam ou não nos Case/Fundase se mostram altas (Quadro 1), com pouca variabilidade entre as médias, mas quando os respondentes não consideram a atividade como desvio de finalidade, embora as médias ainda estejam em graus altos de concordância nos dois grupos (Quadro 1), a diferença entre as médias: 8,23 (não) e 7,66 (sim), demonstra a predominância de ligações mais positivas com a organização (CIPGD) dos participantes que avaliam esse serviço como atribuição dos policiais militares lotados na unidade (Siqueira; Orengo; Peiró, 2014).

Portanto, percebe-se que as médias dos três fatores avaliados pelo IBET-13, tendo por base os níveis de concordância estabelecidos no Quadro 1, indicam níveis satisfatórios de bem-estar no trabalho entre os participantes da pesquisa, quando avaliados de forma geral.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de bem-estar no trabalho dos policiais militares empregados no serviço de guarda pela CIPGD/PMRN. Para tal, utilizou-se como metodologia uma pesquisa do tipo descritiva, conduzida por meio de *survey* com dados quantitativos coletados através de um questionário elaborado a partir do modelo de Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13) de Siqueira, Orengo e Peiró (2014), cujos resultados foram analisados por análise fatorial exploratória e estatísticas descritivas.

Sobre a caracterização da população, o questionário foi aplicado a 67 policiais militares do ciclo de praças da referida organização. Os resultados demonstram que todos os respondentes são do sexo masculino, com média de idade de 47 anos, distribuídos nas graduações de cabos, sargentos e subtenentes, com tempo médio de serviço de 23 anos na PMRN e 9 anos na CIPGD.

Da análise fatorial exploratória, foram identificados três fatores: comprometimento organizacional, envolvimento com o trabalho e satisfação no trabalho, resultado que se mostra alinhado ao modelo de Bem-Estar no Trabalho (BET) construído e validado por Siqueira e Padovam (2008), bem como ao modelo de IBET-13 formulado e validado por Siqueira, Orengo e Peiró (2014). Observa-se que, de forma geral, as dimensões da satisfação no trabalho e do comprometimento organizacional apresentam níveis de concordância considerados altos, conforme distribuição do Quadro 1, enquanto o envolvimento com o trabalho demonstra nível moderado.

A satisfação no trabalho desponta como o principal fator de bem-estar, ou seja, os policiais militares da CIPGD se mostram mais satisfeitos com a chefia, o salário, as promoções e tarefas, que são indicadores dessa dimensão, seguido do sentimento de identidade com a organização (comprometimento organizacional) e

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN

Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D'anjour

de retorno positivo entre as tarefas e as habilidades que elas demandam (envolvimento com o trabalho). Com isso, em uma análise generalista, percebe-se que os referidos policiais têm sentimentos positivos tanto em relação ao trabalho quanto à organização, revelando níveis elevados de bem-estar no trabalho, mesmo considerando o trabalho de guarda como um desvio de finalidade.

Assim, o presente estudo apresenta como implicações gerenciais um diagnóstico que contribui para que o comandante da CIPGD e a PMRN como um todo possam conhecer os níveis de bem-estar de seu efetivo em relação ao contexto do trabalho e desenvolver programas e ações que visem fortalecer e melhorar ainda mais os três fatores identificados como fontes de bem-estar no trabalho na unidade. Além dessas implicações, é possível verificar que o efetivo tem a percepção de que desenvolve atribuições para além de suas competências constitucionais e infraconstitucionais e, mesmo assim, mantém níveis elevados de bem-estar no trabalho de forma geral. Todavia é importante se trabalhar para que as tarefas estejam mais alinhadas com a missão precípua da corporação e da companhia de forma individual, melhorando ainda mais o comprometimento organizacional, a satisfação e o envolvimento com o trabalho.

Por fim, o presente trabalho apresenta algumas limitações. Primeiro, restringe-se em avaliar uma única unidade da estrutura organizacional da PMRN, qual seja, a CIPGD, não podendo os resultados serem generalizados para toda a corporação, embora tenham poder de generalização para a própria unidade policial militar. Sugere-se, como possibilidade futura para vencer essa limitação, o desenvolvimento de pesquisas com escopo maior (mais abrangente), que possam ser expandidas para toda PMRN (Unidades operacionais e administrativas). Uma segunda limitação está no fato de se ter trabalhado com um instrumento fechado: o IBET-13, com uma escala de respostas do tipo *Likert*, fazendo com que a pesquisa ficasse centrada em uma análise apenas quantitativa, perdendo o efeito qualitativo em relação à percepção dos respondentes sobre o bem-estar no trabalho.

Uma última limitação está na ausência da aplicação de outros instrumentos em conjunto com IBET-13, objetivando confirmar ou não os resultados obtidos neste estudo. Com isso, para estudos futuros, considerando essa limitação, recomenda-se a realização de pesquisas que adotem métodos mistos, ou seja, que utilizem o instrumento do IBET-13 associado a outros métodos, como entrevistas com a chefia e com o próprio policial militar, para identificar elementos mais qualitativos, que deem maior aprofundamento à análise dos dados, e aplicação de outros instrumentos de coleta para dar maior robustez aos resultados por hora encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Paula Rodrigues; POLIZZI FILHO, Angelo; SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Bem-estar no trabalho e percepção de sucesso na carreira como antecedentes de intenção de rotatividade. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 71-93, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n6p71-93>.

ALBUQUERQUE, Anelise Salazar; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tôrres. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 153-164, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200008>.

AMORIM-RIBEIRO, Elisa; NEIVA, Elaine; MACAMBIRA, Magno; MARTINS, Leonardo. Bem-estar no trabalho em processos de mudança organizacional: o papel das redes sociais informais. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG220125>.

ARAÚJO, Helena Machado Cabral Coimbra. Preditores de conflitos intragrupais no ICMBio. **Revista Debates em Administração Pública – Redap**, Brasília, v. 2, n. 7, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap/article/view/5923>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez 2021.

CARNEIRO, Laila Leite; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Bem-estar relacionado ao trabalho: análise de conceitos e medidas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 2, p. 121-140, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000200009. Acesso em: 26 maio 2024.

COELHO JUNIOR, Francisco Antonio; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; SEIDL, Juliana; PEREIRA, André de Carvalho. Validação psicométrica de medida de auto-avaliação de desempenho no trabalho. **Anais do XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ, set. 2010. Disponível em: http://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTE4OTQ=. Acesso em: 10 jan. 2023.

CORRAR, Luiz; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Coords.). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2011.

CORRÊA, Jonathan; LOPES, Luis; ALMEIDA, Damiana; CAMARGO, Maria. Bem-estar no trabalho e síndrome de burnout: faces opostas no labor penitenciário. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2019.

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2021.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

DAEHN, Cheryl Maureen. Qualidade de vida na jornada de trabalho flexibilizada de uma Universidade Pública Federal. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, n. 2, p. 38-54, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i2.53486>.

DANIELS, Kevin. Measures of five aspects of affective well-being at work. **Human Relations**, v. 53, n. 2, p. 275-294, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/a010564>.

DEMO, Gisela; PASCHOAL, Tatiane. Escala de bem-estar no trabalho: validações exploratória e confirmatória nos EUA. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 63, p. 35-43, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201605>.

DESSEN, Marina Campos; PAZ, Maria das Graças Torres da. Bem-estar pessoal nas organizações: o impacto de configurações de poder e características de personalidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 549-556, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000300018>.

DIAS-ABREU, Heide. Influência das variáveis sociodemográficas no bem-estar no trabalho e na resiliência: um estudo com profissionais de enfermagem. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, Asunción, v. 13, n. 2, p. 167-186, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18004/riics.2017.diciembre.167-186>.

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN

Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D'anjour

DIENER, Ed; SUH, Eunkook; LUCAS, Richard; SMITH, Heidi. Subjective well-being: three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, n. 2, p. 276-302, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.125.2.276>.

DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro; LUCAS, Richard E. Personality, culture, and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. **Annual review of psychology**, v. 54, n. 1, p. 403-425, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145056>.

DIENER, Ed; SUH, Eunkook; OISHI, Shigehiro. Recent findings on subjective well-being. **Indian Journal of Clinical Psychology**, v. 24, n. 1, p. 25-41, 1997. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1997-43193-002>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ERLER, Katiana; D'ANGELO, Marcia Juliana. Percepção de bem-estar entre funcionários ativos e demissionários de uma organização da saúde na Região Metropolitana da Grande Vitória. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 35, n. 104, p. 144-163, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol35n104.4592>.

FAVARO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, Mario César; PASCHOAL, Tatiane; FERREIRA, Rodrigo Rezende. **Qualidade de vida no trabalho: política e programa para uma empresa de tecnologia da informação**. Relatório Técnico. Brasília/DF, 2013.

FREITAS, Silvaney Bastos; PAIVA, Luis Eduardo Brandão; LIMA, Tereza Cristina Batista de; PINTO, Francisco Wedney Sousa Vieira. Qualidade de vida e bem-estar no trabalho: o olhar dos funcionários de uma secretaria sobre as condições de trabalho. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 92-118, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2237-4418.2019v34i2p92-118>.

FOGAÇA, Natasha; COELHO JUNIOR, Francisco; PASCHOAL, Tatiane; FERREIRA, Mario; TORRES, Camila. Relações entre desempenho, bem-estar no trabalho, justiça e suporte organizacional: uma perspectiva multinível. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210108>.

HIRSCHLE, Ana Lucia Teixeira; GONDIM, Sonia Maria Guedes; ALBERTON, Gisele Debiasi; FERREIRA, Aleciane da Silva Moreira. Estresse e bem-estar no trabalho: o papel moderador da regulação emocional. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 532-540, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.1.14774>.

KEYES, Corey; SHMOTKIN, Dov; RYFF, Carol. Optimizing well-being: the empirical encounter of two traditions. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 82, n. 6, p. 1007-1022, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.6.1007>.

LAGUE, Jaqueline Dill; GALLON, Shalimar; CERUTTI, Priscila. A percepção de bem-estar no trabalho para imigrantes senegaleses. **Revista de Administração da Unimep**, Piracicaba, v. 18, n. 1, p. 269-292, 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57943/a-percepcao-de-bem-estar-no-trabalho-para-imigrantes-senegaleses>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisas**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 674, de 6 de maio de 2022. Dispõe sobre a tipificação e da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 203, 25 out. 2022. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao_674_2022.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Referência: IC 095.2018.000653. Natal/RN: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, n. 14.462, 25 jul. 2019. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20190725&id_doc=653194. Acesso em: 21 dez. 2021.

NIELSEN, Karina; NIELSEN, Morten; OGBONNAYA, Chidiebere; KÄNSÄLÄ, Marja; SAARI, Eveliina; ISAKSSON, Kerstin. Workplace resources to improve both employee well-being and performance: a systematic review and meta-analysis. **Work & Stress**, v. 31, n. 2, p. 101-120, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/02678373.2017.1304463>.

NUNNALLY JUNIOR, Jum. **Introduction to psychological measurement**. New York: McGraw-Hill, 1970.

OLIVEIRA, Áurea; GOMIDE JÚNIOR, Sinésio; POLI, Bânia. Antecedentes de bem-estar no trabalho: confiança e políticas de gestão de pessoas. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD200105>.

PACHECO, Veruska Albuquerque; FERREIRA, Mario César. Mal-estar e bem-estar no trabalho: representações de trabalhadores de empresa pública brasileira. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3651>.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Alvaro. Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. **Avaliação psicológica**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335027183004.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PAULI, Jandir; CERUTTI, Priscila Sardi; ANDRÊIS, Sinara Armiliato. Cidadania organizacional, suporte e bem-estar no trabalho em organizações públicas. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 11, ed. esp. 1, p. 50-73, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19177/reen.v11e0201850-73>.

POLIZZI FILHO, Angelo; CLARO, José. O impacto de bem-estar no trabalho e capital psicológico sobre intenção de rotatividade: Um estudo com professores. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190064>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). Coordenadoria de Controle dos Atos Governamentais. Decreto Nº 21.609, de 7 de abril de 2010. Dispõe sobre a criação da Companhia Independente de Policiamento de Guardas – CIPGD, na estrutura organizacional básica da Polícia Militar, e dá outras providências. Natal/RN: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, n. 12.186, p. 3, 8 abr. 2010. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000063880.PDF>. Acesso em: 21 dez. 2021.

Bem-estar no trabalho: análise da percepção dos policiais militares da companhia independente de policiamento de guardas da PMRN

Antônio Egnéfran Almeida Dias e Miler Franco D'anjour

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). **Lei Complementar Nº 515, de 9 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Regime de Promoção das Praças da Polícia Militar Estadual do Rio Grande do Norte (PMRN) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) e dá outras providências. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000067847.PDF>. Acesso em: 8 fev. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). Lei Complementar Nº 613, de 3 de janeiro de 2018. Altera os Artigos 10 e 11 da Lei Estadual Nº 4.630, de 16 de dezembro de 1976 (Estatuto dos Policiais Militares), revoga a Lei Complementar Estadual Nº 192, de 15 de janeiro de 2001, e a Lei Complementar Estadual Nº 360, de 21 de julho de 2008, e dá outras providências. Natal/RN: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, n. 14.083, p. 1, 4 jan. 2018. Republicada por incorreção em: DOE, n. 14.085, p. 1-2, 6 jan. 2018a. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000169220.PDF>. Acesso em: 8 fev. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). Lei Complementar Nº 614, de 5 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a Lei Orgânica e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (FUNDASE/RN) e dá outras providências. Natal/RN: **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, n. 14.085, p. 2-8, 6 jan. 2018b. Republicada por incorreção em: DOE, n. 14.086, p. 1-6, 9 jan. 2018. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000169266.PDF>. Acesso em: 21 dez. 2021.

RYAN, Richard; DECI, Edward. On happiness and human potentials: a review of research on hedonic and eudaimonic well-being. **Annual Review of Psychology**, v. 52, p. 141-166, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.141>.

RYFF, Carol. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 57, n. 6, p. 1069-1081, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.57.6.1069>.

RYFF, Carol; KEYES, Corey Lee. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.4.719>.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Gustavo Barreto; CEBALLOS, Albanita Gomes da Costa de. Bem-estar no trabalho: estudo de revisão. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 247-255, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yxSpyr53Njj8Z8HxmsTp7CJ/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SELIGMAN, Martin; CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Positive psychology: an introduction. *In*: CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow and the foundations of positive psychology**. Dordrecht: Springer, 2014, p. 279-298.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org.). **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; GOMIDE JÚNIOR, Sinésio. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. *In*: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 316-348.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200010>.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; ORENGO, Virginia; PEIRÓ, José. Bem-estar no trabalho. In: SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org.). **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, v. 1, 2014, p. 39-51.

SOUSA, Alline Alves; ZERBINI, Thaís. Escala de bem-estar no trabalho: evidências de validade em contexto de saúde pública. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 28, n. 2, p. 212-224, 2021. DOI: [https://doi.org/10.14210/alcance.v28n2\(mai/ago\).p212-224](https://doi.org/10.14210/alcance.v28n2(mai/ago).p212-224).

SOUZA, Graceane Coelho de; AGUIAR, Carolina Villa Nova; CARNEIRO, Laila Leite. A influência dos vínculos com a organização sobre o bem-estar subjetivo do trabalhador. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 460-467, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.4.13727>.

VAN HORN, Joan; TARIS, Toon; SCHAUFELI, Wilmar; SCHREURS, Paul. The structure of occupational well-being: a study among Dutch teachers. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 77, n. 3, p. 365-375, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1348/0963179041752718>.

VEIGA, Heila; CORTEZ, Pedro A. Preditores de bem-estar em trabalhadores identificados na literatura de psicologia no Brasil. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 21, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/ERAMG200094>.

VILARINHO, Karina Pereira Bastos; PASCHOAL, Tatiane; DEMO, Gisela. Teletrabalho na atualidade: quais são os impactos no desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho?. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 72, n. 1, p. 133-162, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.i1.4938>.

WATSON, David; CLARK, Lee Anna; TELLEGEN, Auke. Development and validation of brief measures of positive and negative affect: the PANAS scales. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 54, n. 6, p. 1063-1070, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.6.1063>.

WRIGHT, Thomas; CROPANZANO, Russell. Psychological well-being and job satisfaction as predictors of job performance. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 5, n. 1, p. 84-94, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1037/1076-8998.5.1.84>.

ZAWADZKI, Patrick; TESTON, Sayonara; LIZOTE, Suzete; ORO, Ieda. Valores organizacionais: antecedentes de bem-estar no trabalho para sucessores rurais. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG220118>.

ARTIGO

CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS EM BELÉM, PARÁ

PAOLA LAMEIRA VIEIRA BORGES

Advogada, especialista em Prevenção, Controle e Intervenção na Violência pelo Instituto de Ciências da Saúde - ICS/UFPA e mestre em Segurança Pública pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UFPA.

País: Brasil **Estado:** Belém **Cidade:** Pará

Email: lameirapaola@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2907-5976>

VERA LÚCIA DE AZEVEDO LIMA

Pós-doutorado e doutorado em enfermagem (UFSC), docente Associada IV do Curso de graduação em Enfermagem e docente do PPGENF e PPGSP da UFPA.

País: Brasil **Estado:** Belém **Cidade:** Pará

Email: veraazevedolima@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0094-4530>

RODOLFO GOMES DO NASCIMENTO

Possui Graduação em Fisioterapia pela Universidade da Amazônia (UNAMA), é doutor e pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA), mestre em Doenças Tropicais (UFPA) e pós-graduado em Terapia intensiva e Gerontologia. Atualmente coordena e faz parte de grupos de pesquisa sobre envelhecimento, saúde de pessoas idosas e de agentes da Segurança Pública (Policiais Militares e Bombeiros Militares).

País: Brasil **Estado:** Belém **Cidade:** Pará

Email: rodolfo.gomes@uepa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4619-5646>

SILVIA DOS SANTOS DE ALMEIDA

Possui graduação e mestrado em Estatística e doutorado em Engenharia de Produção. Atualmente é profa. do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e da Faculdade de Estatística da UFPA. Atuando na área Interdisciplinar. É associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Associação Brasileira de Estatística.

País: Brasil **Estado:** Belém **Cidade:** Pará

Email: salmeidaufpa@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

EDSON MARCOS LEAL SOARES RAMOS

Bacharel em Estatística (UFPA), mestre em Estatística (UFPE) e Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

País: Brasil **Estado:** Belém **Cidade:** Pará

Email: ramosedson@ufpa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5425-8531>

Contribuições dos autores: Paola Lameira contribuiu substancialmente na concepção e planejamento do projeto, obtenção, análise e interpretação dos dados, elaboração de rascunho e revisão do manuscrito, bem como na aprovação da versão final do texto. Vera Lúcia Lima contribuiu substancialmente na concepção e planejamento do projeto, obtenção e análise dos dados, elaboração de rascunho e revisão do manuscrito, bem como na aprovação da versão final do texto. Rodolfo Gomes contribuiu na concepção e planejamento do projeto, elaboração de rascunho e revisão crítica do manuscrito. Silvia Almeida contribuiu significativamente na concepção e planejamento do projeto, análise e interpretação dos dados, revisão crítica do manuscrito, bem como na aprovação da versão final do texto. Edson Marcos Leal contribuiu substancialmente na concepção, planejamento do projeto, obtenção, análise e interpretação dos dados, elaboração de rascunho e revisão do manuscrito, bem como na aprovação da versão final do texto.

RESUMO

Este estudo busca caracterizar a violência contra idosos na Região Metropolitana de Belém, Pará. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória, descritiva e documental, realizada a partir de dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal do estado do Pará, no período de 2016 a 2020, com a análise de oito variáveis, considerando pessoas com ≤ 60 anos. A violência financeira foi a mais praticada, representando 40,01% dos casos; 2019 foi o ano em que mais se teve notificações, com 1.196 denúncias; segunda-feira (17,70%), terça-feira (15,18%) e quarta-feira (15,36%), foram os dias da semana de mais registros de violência; a parte da manhã foi o turno de maior ocorrência (40,64%); a via pública foi o principal local onde a violência foi cometida (44,58%), seguida pela residência (31,99%). O estudo indica que existe a necessidade de investigar mais sobre o problema na capital, pois é onde há maior ocorrência de denúncias e casos de violência.

Palavras-chave: Denúncia. Pessoa idosa. Ocorrência.

ABSTRACT

CHARACTERIZATION OF CRIMES AGAINST THE ELDERLY IN BELÉM, PARÁ

This study sought to characterize violence against the elderly in the metropolitan region of Belém, state of Pará. This is a quantitative, exploratory, descriptive, and documentary research, carried out from data from the Department of Intelligence and Criminal Analysis of the state of Pará, from 2016 to 2020, with analysis of eight variables, considering people with age ≤ 60 years old. Financial violence was more common, representing 40.01% of cases; 2019 was the year with the most notifications, with 1,196 complaints; Tuesday (17.70%), Monday (15.18%) and Wednesday (15.36%) were the days with the most records of violence; the morning shift was the most frequent (40.64%); the public road was the main place where violence was committed (44.58%), followed by residence (31.99%). See the need to investigate the problem in the highest occurrence of complaints, as it is to formulate means of combating violence to protect the elderly population.

Keywords: Complaint. Elderly person. Occurrence.

Data de Recebimento: 16/02/2023 – **Data de Aprovação:** 18/07/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1876

INTRODUÇÃO

O aumento do número de pessoas idosas em todo o mundo configura uma das grandes conquistas da época atual (Veras, 2016), tendo estreita relação com a redução da taxa de fecundidade na população feminina, ou seja, menos crianças nascendo, e a queda da mortalidade em pessoas mais velhas (Camarano, 2016).

Nesse sentido, o Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento divulgado pela OMS (2015) explica que, no ano de 2015, a população mundial já continha aproximadamente 900 milhões de idosos, atingindo 12,3% da população total, sendo que a estimativa é de que, em 2050, serão 21,5% da população mundial.

De acordo com os estudos do Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora (Alves, 2020), aponta-se que tanto o Brasil como o resto do mundo seguem numa

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

tendência global de envelhecimento, porém no Brasil esse processo tem sido mais rápido, visto que em 1950 o número de idosos com 65 anos ou mais era de 14 milhões, já em 2020 passou para 72 milhões, e em 2100 será de 881 milhões de pessoas, ou seja, nesse período os idosos representarão 22,6% da população brasileira.

Reforçando a ideia desse rápido envelhecimento populacional, em 2016 o Brasil já possuía a quinta maior população idosa do mundo, e em 2030 a previsão é de que o número de idosos irá ultrapassar o total de crianças entre 0 e 14 anos (Rádio USP, 2018).

No Brasil, uma pessoa que nasceu no ano de 2019 tem uma expectativa de viver, em média, até os 76,6 anos de vida, representando um aumento de três meses em relação ao ano de 2018, que tem uma média de 76,3 anos; para os homens, a expectativa de vida passou de 72,8 para 73,1 anos, enquanto para as mulheres foi de 79,9 para 80,1 anos, ou seja, as mulheres têm vivido mais do que os homens (IBGE, 2020). Essas informações mostram que o Brasil é um país que tem envelhecido rapidamente e que os idosos têm ocupado uma parte expressiva da população.

A partir desses dados, muitas podem ser as reflexões sobre o processo do envelhecimento e o que ele significa na vida das pessoas, sendo percebido como um fenômeno natural, universal e que não acontece simultaneamente e igualmente nos indivíduos (Dantas *et al.*, 2017). Considerando tais mudanças, e como elas são inevitáveis, é possível observar no idoso o surgimento de crises de identidade, transformações nos papéis, a perda progressiva do convívio social, da mobilidade, e o impacto da aposentadoria (Colussi *et al.*, 2019).

Com isso, pode-se perceber que a pessoa idosa passa a ter uma condição maior de fragilidade que envolve os aspectos emocional, social e físico, ou seja, um corpo mais indefeso e propenso a enfermidades, deixando esse indivíduo predisposto a situações de violência, de maneira que quanto maior o grau de dependência, maior a vulnerabilidade (Irigaray *et al.*, 2016). Ressalta-se também que muitos idosos vivem com suas famílias, as quais são as principais provedoras e cuidadoras, dando remédios, levando ao médico, cuidando da alimentação, do vestuário, da higiene e da rotina desse idoso (Gratão *et al.*, 2012).

Após os 60 anos, o ser humano passa a enfrentar um contexto de fragilidade, o que é propício para que a violência possa se instalar aos poucos naquele local, visto que o idoso passa a sofrer com as debilidades que a idade, em contínuo avanço, traz, o que gera também a dependência do outro (Alarcon *et al.*, 2020).

O convívio familiar, que muitas vezes se torna estressante por conta dos cuidados contínuos ao idoso, e a falta de preparo dos cuidadores, em muitos casos, geram situações de violência e maus tratos (Oliveira *et al.*, 2018). Essa é uma questão importante de se abordar porque, ao contrário do que se pode pensar, não é um problema individual de cada família, mas sim da sociedade como um todo, inclusive do Estado.

Além disso, considera-se, ainda, que o envelhecimento traz consigo aspectos difíceis de lidar, tanto para o idoso como para os cuidadores, como o adoecimento físico e psicológico, que por vezes acaba por resultar no falecimento desse idoso (Barcelos; Madureira, 2013).

A falta de conhecimento do que vem a ser a violência que perpassa o aspecto físico, além da lacuna existente em relação ao reconhecimento dos direitos dos idosos, são um terreno fértil para a normalização dos maus tratos, levando em conta que muitas vezes estão ou são indefesos perante as agressões.

Nessa perspectiva, a violência contra o idoso é definida como uma ação ou omissão que produz dano, seja físico ou emocional, produzindo sofrimento, angústia, lesões físicas, gerando a redução da qualidade de vida (Guimarães *et al.*, 2016). A Organização Mundial da Saúde entende que esses maus tratos são classificados em: abusos psicológicos, físicos, sexuais, financeiros, negligência e autonegligência (WHO, 2002).

Segundo o Relatório Disque Direitos Humanos – Disque 100, as denúncias de violações aos direitos humanos dos idosos ocuparam a segunda maior demanda, contabilizando 48.446 denúncias, representando 30% de todas as denúncias que foram registradas, sendo que os estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram os locais com maiores concentrações de violências contra idosos, representando 52% de todos os maus tratos contra o idoso registrados na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, contando com 25.190 denúncias (Brasil, [2020]).

O Relatório informa, ainda, que a maioria das agressões ocorre na residência da vítima, contabilizando 81% das ocorrências, sendo que 4% acontecem na casa do agressor ou suspeito e 15% de episódios de maus tratos se passa em locais diversos, como na rua e em hospitais. Ademais, em 65% dos casos, a violência é cometida pelo(a) filho(a) da vítima, percebendo-se que, ao longo do tempo, pode estar ocorrendo uma disfunção familiar somado com a falta de empatia no núcleo em que esse idoso reside (Brasil, [2020]).

O estado do Pará já no ano de 2020, tinha uma população de cerca de 7.822.205 pessoas, e dessas, aproximadamente, 755.611 possuíam mais de 60 anos, representando 10% do total. Só em Belém já se somavam 132.611 idosos, o que correspondia a 9,3% da população, demonstrando uma quantidade significativa da população idosa no referido estado (Mozart, 2020).

Apesar de ser algo positivo perceber que a população está se tornando mais longeva, não se pode ignorar que existe um despreparo governamental e da própria população para lidar com essa situação (Alarcon *et al.*, 2020).

É necessário considerar que a demanda de serviços de proteção aos idosos aumenta com o passar do tempo, levando-se em consideração o aumento da população de idosos no Estado. O Poder Público e suas entidades precisam estar atentos a essas mudanças, de forma que proporcionem a essa parte da população a proteção contra maus tratos, o acesso à saúde e à justiça, e que façam ser conhecidos aos idosos, às famílias e aos órgãos públicos os direitos pertencentes aos mais velhos.

A fim de conhecer a realidade das notificações de violência contra idosos e como o Estado tem tratado essas questões, o presente artigo tem como objetivo investigar as características dos crimes cometidos contra idosos na Região Metropolitana de Belém do Pará. Sendo assim, com o intuito de guiar esta pesquisa, foram organizadas as seguintes hipóteses:

- a) O principal local da violência contra a pessoa idosa é a sua residência;
- b) A cidade de maior ocorrência da violência é a capital Belém
- c) O tipo de violência mais praticada é a física.

MÉTODO

NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa trata-se de um estudo com abordagem quantitativa-retrospectiva, pois se baseia em dados numéricos organizados em gráficos e tabelas para melhor compreensão sobre a temática abordada, bem como colheu-se informações e dados pregressos para serem analisados por um período (Marconi; Lakatos, 2017). Em relação aos objetivos propostos, a pesquisa tem enfoque exploratório, descritivo e documental, a qual utiliza materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico e tem por objetivo proporcionar uma visão mais geral sobre um determinado fato, desenvolver conceitos e ideias para formular problemas mais precisos, descrever características de uma população estabelecida, ou seja, da população idosa e, por fim, analisar documentos que ainda não receberam tratamento analítico (Gil, 2017).

LÓCUS DA PESQUISA

O contexto desta pesquisa é o espaço geográfico da Região Metropolitana de Belém- PA, que abarca os sete municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Isabel do Pará e Santa Bárbara do Pará, os quais possuem uma estimativa populacional correspondente a 2.491.052 habitantes, possuindo uma área territorial de 3.356.783 km², com densidade demográfica de 698,6 hab./km², renda per capita de R\$ 17.577,96 e PIB de R\$ 42.229,94 (IBGE, [s.d.]).

FONTE E COLETA DE DADOS

A fonte dos dados utilizou os Boletins de Ocorrência que estão dispostos no banco de dados da SIAC (Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal), a qual é responsável por centralizar, consolidar e disponibilizar dados estatísticos referentes à segurança pública no estado do Pará (SIAC, 2022).

A coleta de dados se deu no mês de janeiro de 2022, mediante a solicitação via e-mail, por meio de um ofício à SIAC em nome do aluno pesquisador, solicitando o recorte de dados referentes aos registros de crimes de violência contra a pessoa idosa; em três dias, o banco de informações foi autorizado e enviado juntamente com uma ficha cadastral de acesso aos dados estatísticos arquivados, que foi preenchida e enviada ao órgão público em questão.

A amostra é a partir da população de idoso, com a utilização de 44.671 ocorrências, no período de 2016 a 2020, a fim de se obter dados atualizados dos últimos anos sobre a temática em questão, pois não há estudo na Região Metropolitana de Belém que aborde esse período e trate do mesmo tema, tendo sido incluídos todos os casos notificados a partir do critério de idade ≥ 60 anos e que estivessem dentro das variáveis escolhidas. Não foi excluído nenhum caso e houve a necessidade de organizar cada elemento para utilizar apenas as informações referentes à violência interpessoal contra o idoso.

Em relação às 13 variáveis que o banco de dados apresentou, foram utilizadas apenas 8 (oito), pois o banco de dados não foi preenchido totalmente e as outras 5 (cinco) variáveis são objeto de estudo atrelado a outro viés da violência contra a pessoa idosa. Das 8 variáveis, 6 correspondem à totalidade de 44.671

denúncias, as quais são: (a) ano do fato; (b) dia da semana do fato; (c) turno do fato; (d) tipo de delito; (e) causa presumível e (f) cidade de ocorrência do fato; já (g) meio empregado e (h) local de ocorrência do fato totalizam 44.671 e 44.668 denúncias, respectivamente.

Em relação à variável “d”, que trata dos tipos de violência, cada variável foi associada a um ou mais crimes, para que se tenha uma melhor compreensão. Dessa forma, a violência física abrange os crimes de lesão corporal, maus tratos e a contravenção penal de vias de fato, ou seja, uma conduta de violência física que tem como característica a não produção do resultado lesivo corporal, ela antecede ao crime de lesão corporal; a negligência retrata os crimes de deixar de prestar assistência à saúde do idoso e expor ao perigo a integridade e a saúde física ou psíquica do idoso; a financeira abrange os crimes de apropriar-se de bens ou rendimentos do idoso, roubo, furto e estelionato; e a violência psicológica representa os crimes de injúria, ameaça, perturbação da tranquilidade e discriminar, desdenhar, menosprezar e humilhar a pessoa idosa.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E QUESTÕES ÉTICAS

As informações obtidas foram codificadas em planilha eletrônica no Programa Microsoft Excel®, e posteriormente transformadas em gráficos e tabelas. As variáveis foram submetidas a análises descritivas, em que as discretas e as categóricas foram tratadas por análise de frequência simples.

Esta pesquisa está de acordo com a Resolução Nº 466/2011 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. Nesta pesquisa não há o envolvimento de seres humanos para a coleta das informações, pois estas são advindas de banco de dados sem possibilidade de identificação de indivíduos, são tão somente informações de caráter não pessoal, não sendo necessária autorização por parte do Sistema CEP-CONEP.

RESULTADOS

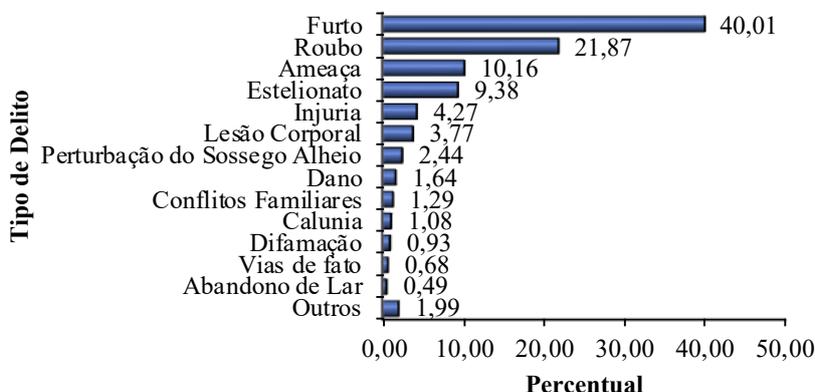
A Figura 1 demonstra o percentual de ocorrências de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém no período de 2016 a 2020, por tipo de delito. Os tipos de violência mais praticados foram o furto (40,01%) e o roubo (21,87%), podendo ser encaixados no problema da violência financeira (Figura 1). Em seguida, ameaça, injúria e perturbação do sossego alheio, com 10,16%, 4,27% e 2,44%, respectivamente, consideradas como violência psicológica, representando juntas 16,87% dos casos (Figura 1). Lesão corporal e vias de fato se apresentam com 3,77% e 0,68%, respectivamente, tidas como violência física, surgem em um número com menor expressividade (Figura 1).

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

FIGURA 1

Percentual de ocorrência de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém no período de 2016 a 2020, por tipo de delito



Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados da SIAC (2022).

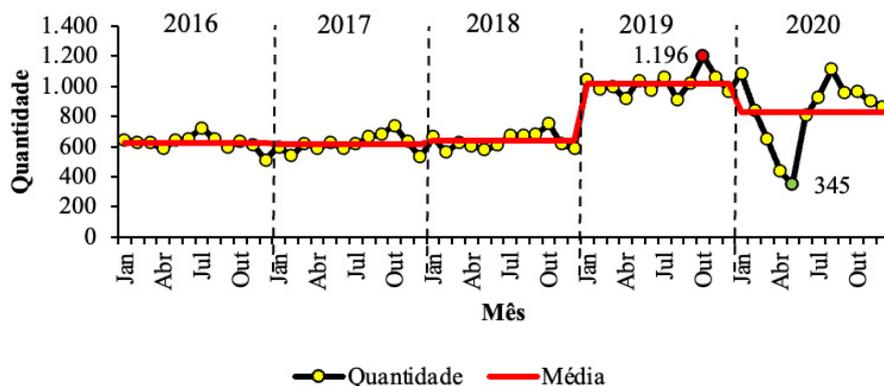
Em um estudo realizado pela Central Judicial do Idoso no Distrito Federal, analisou-se o perfil da violência ao idoso no período de 2008 até 2018, e verificou-se que a violência física e a psicológica foram duas dentre quatro tipos de violências mais praticadas, com 30,84% para a psicológica e 15,72% para a física (Brasil: MPDFT, 2019); de forma que se entende que essa disposição não é incomum nas demais localidades, todavia, na Região Metropolitana de Belém os maus tratos físicos estão com uma incidência baixa.

Nesse sentido, esse mesmo estudo fez um comparativo das naturezas criminais mais registradas em 2018, e foi observado que os crimes com mais incidências nas notificações foram furto, estelionato e ameaça, com 2.654, 2.813 e 1.377 ocorrências, respectivamente. Assim, a título de comparação, ao analisar o Distrito Federal e a Região Metropolitana de Belém percebe-se essas similaridades.

Em relação à quantidade de violência praticada por ano, como demonstra a Figura 2, percebe-se que o ano de 2019 é o período em que mais ocorrências foram feitas, mais precisamente 1.196 denúncias (Figura 2). Por outro lado, no ano de 2020 houve uma queda drástica de ocorrências comparadas aos outros anos, com apenas 345 denúncias (Figura 2). Nos outros anos, observa-se uma constância de denúncias, marcando a casa de 600 ocorrências, de 2017 a 2018.

FIGURA 2

Quantidade de ocorrência de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém, no período de 2016 a 2020, por ano e mês do fato

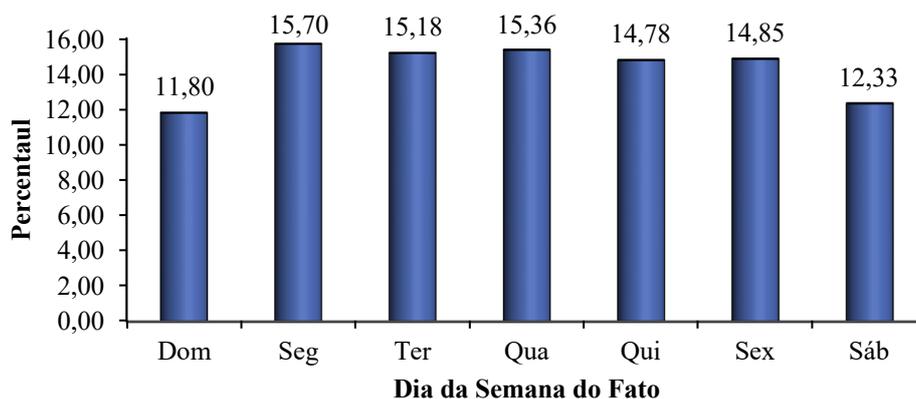


Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados da SIAC (2022).

No que se refere à quantidade de crimes contra os idosos tendo como base os meses do ano, 2019 e 2020 marcam um aumento significativo de ocorrências, sendo o mês de setembro de 2019 o momento de pico das denúncias, seguido por uma baixa no mês de maio de 2020 (Figura 2). Ressalta-se que foi o início do período de pandemia no Brasil, e é possível que as notificações tenham sofrido influência por conta do momento pandêmico.

FIGURA 3

Percentual de ocorrências de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém no período de 2016 a 2020, por dia de semana da ocorrência do fato



Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados da SIAC (2022).

Com relação às ocorrências por dia de semana, verifica-se que não há muita variação da quantidade de denúncias entre os dias, sendo que segunda-feira, com 15,70%, quarta-feira, com 15,36%, e terça-feira, com 15,18%, foram os que mais tiveram notificações de violência contra o idoso; domingo foi o dia com menos registros de denúncias (Figura 3). Percebe-se que nos dias que antecedem o final de semana, há uma queda na ocorrência de denúncias e, ao chegar no sábado e no domingo, a quantidade de notificação cai ainda mais (Figura 3).

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Silvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

TABELA 1

Quantidade e percentual de ocorrências de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém no período de 2016 a 2020, por local de ocorrência, turno do fato, município do fato e meio empregado

Características	Quantidade	%
Local de Ocorrência		
Via Pública	19.911	44,58
Residência Particular	14.290	31,99
Transporte	1.981	4,43
Estabelecimento Bancário	1.950	4,37
Casa Comercial	1.382	3,09
Edifício Público	385	0,86
Internet	344	0,77
Café, Bar, Restaurante	300	0,67
Caixa Eletrônico	231	0,52
Outros	3.894	8,72
Turno		
Madrugada	4.321	9,67
Manhã	18.153	40,64
Tarde	13.184	29,51
Noite	9.013	20,18
Municípios		
Belém	31.888	71,38
Ananindeua	7.505	16,80
Castanhal	2.175	4,87
Marituba	1.350	3,02
Benevides	823	1,84
Santa Isabel do Pará	615	1,38
Santa Bárbara do Pará	315	0,71
Meio Empregado		
Sem Instrumento	17.703	39,64
Arma de Fogo	4.515	10,11
Arma Cortante ou Perfurante	1.644	3,68
Arma Contundente	714	1,60
Outros	20.085	44,97

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados da SIAC (2022).

Na Tabela 1, observa-se que, em relação ao local do fato, as vias públicas e a residências dos idosos são os principais ambientes em que ocorrem as agressões, representando 44,58% e 31,99% do total, respectivamente. Além disso, quando se trata do período do dia em que a violência mais ocorre, constata-se que o período da manhã e o da tarde são os mais recorrentes, com 40,64% e 29,51%, respectivamente (Tabela 1).

Já em relação aos sete municípios analisados, a capital Belém é o local que teve mais incidência de crimes contra a pessoa idosa, retratando 71,38% da somatória, ou seja, mais da metade dos abusos ocorreu na capital, ficando atrás Ananindeua, com 16,80% e Castanhal com 4,87% (Tabela 1).

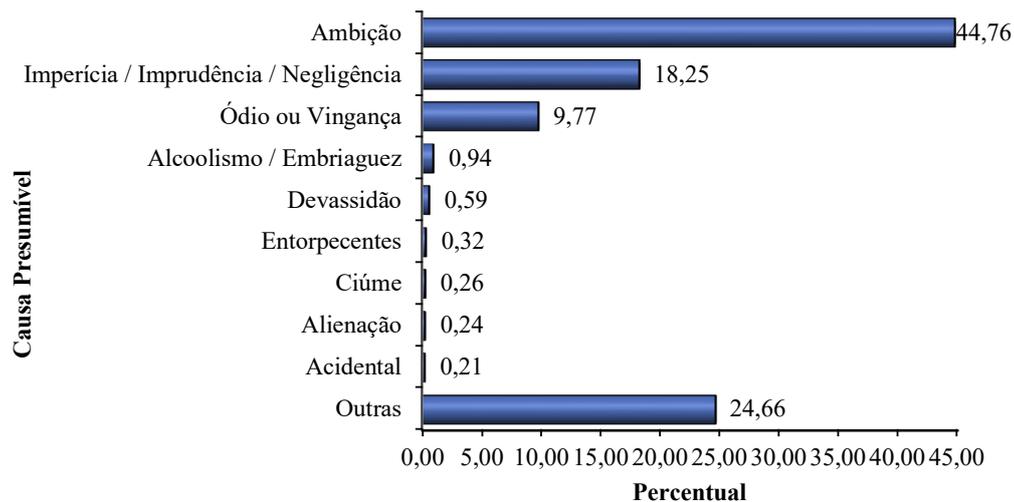
É interessante apontar que o relatório do Disque 100 (Brasil: ONDH, 2019) salienta que nos anos de 2019 e 2018, a casa da vítima foi o principal local de violência contra idosos, representando 32% em comparação aos outros locais. A partir disso, percebe-se que os idosos têm sido vítimas na sua própria casa e que os agressores, provavelmente, são familiares ou pessoas contratadas para cuidar desses idosos.

Ademais, como demonstra-se na Tabela 1, quando se trata do meio que o autor utilizou para cometer o crime ou o ato violento, observa-se que em 39,64% dos casos, a violência acontece sem o uso de nenhum

objeto, mas em 10,11% das situações, armas de fogo foram empregadas. Nesse sentido, uma outra característica relevante na temática dos casos de violência contra a pessoa idosa é em relação à motivação que o indivíduo possui para agir contra o idoso. A Figura 4 apresenta as causas presumíveis dos crimes.

FIGURA 4

Percentual de ocorrências de crimes registrados contra a pessoa idosa, na Região Metropolitana de Belém, no período de 2016 a 2020, por tipo de causa presumível



Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados da SIAC (2022).

Como demonstra a Figura 4, em 44,76% dos casos, a ação violenta contra a pessoa idosa se deu por ambição, de acordo com o registro das notificações, de forma que essa causa pode estar atrelada aos principais tipos de crimes cometidos contra idosos, conforme percebido na Figura 1, em que o roubo e o furto estão em maior porcentagem. Ademais, negligência e imperícia, representando 18,25% dos casos, seguem em segundo lugar, acompanhadas de ódio ou vingança, com 9,77% das ocorrências, e alcoolismo/embriaguez com 0,94%.

DISCUSSÃO

A temática da violência contra idosos aos poucos vem ganhando espaço nas discussões e como objeto de pesquisa. São muitos os desafios que pesquisadores e profissionais da segurança pública possuem ao lidar com essa problemática, visto que ainda há muitas barreiras para serem ultrapassadas quando se lida com as especificidades dos maus tratos contra idosos, pois eles possuem características que necessitam de atenção, e a forma de lidar com elas também precisam ser colocadas em prática de maneira que não cause mais prejuízo à vítima.

Como explicam Meireles Junior *et al.* (2019), a violência contra o idoso é multifatorial e complexa, assim, buscar o conhecimento da sua incidência e os fatores que são associados a ela tem muita utilidade no processo tanto de promover a saúde e o bem-estar quanto no trabalho de prevenção de maus tratos.

De acordo com os dados do relatório do Disque Direitos Humanos (Disque 100), do ano de 2019, o Pará é o 25º colocado na posição dos estados que registram denúncias por cada ente federativo, com uma taxa de

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

apenas 9,9% de notificações pelo Disque 100, ficando na frente apenas do Amapá. O relatório demonstra que o Pará obteve um registro de 848 denúncias no ano de 2019 e de 590 em 2018 (Brasil: ONDH, 2019).

A partir dos dados citados acima, percebe-se que pode existir uma subnotificação das denúncias, considerando que se trata de uma população mais vulnerável. Nesse sentido, no estudo de Freitas e Benito (2020), verifica-se que entre 2011 e 2018 a região Norte representa 6,12% do número de denúncias feitas, e o estado do Pará abrange 2,2% do total, em relação aos outros estados brasileiros; já a região Sudeste corresponde a 42,89% das denúncias registradas, sendo esta diferença justificada em razão de que nessa localidade geográfica a população com mais de 60 anos é maior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) formulada pelo IBGE (IBGE-PNAD, 2019).

Além disso, na pesquisa de Figueiredo *et al.* (2021), ao analisarem o município de Porto Alegre/RS, percebe-se que, no período de 2017 a 2019, há um aumento do número de notificações de violência contra a pessoa idosa, sendo que a maior quantidade foi no ano de 2019, com 231 notificações, representando 12,87% do total.

Em relação aos tipos de violência, a título comparativo, a pesquisa de Freitas e Benito (2020) aponta que negligência, violência psicológica e violência financeira correspondem a 37%, 27% e 20,3% do total de denúncias, respectivamente, sendo os três tipos de violência que mais ocorreram no Brasil de 2011 a 2018. Já na pesquisa de Soares *et al.* (2019), os tipos de violência que tiveram maior prevalência foram: violência psicológica, com 7,7% do total, e violência física, representando 2,1%.

É interessante ressaltar, ainda, o estudo de Silva e Benito (2021), que foca na violência financeira, ou patrimonial, a qual no período de 2011 a 2018 teve um crescimento considerável; a partir da análise de 119.440 registros de violência financeira no recorte temporal mencionado, o ano de 2013 teve um pico com 20.207 casos seguido de uma queda de denúncias, e em seguida crescimento contínuo desse tipo de violência, sendo o ano de 2018 o que mais teve ocorrências, com 20.462 denúncias no Brasil.

Paiva e Tavares (2015) ressaltam que a forma mais comum de violência contra a pessoa idosa é a violência financeira, visto que os familiares passam a tentar formas de tomarem para si as fontes de renda e os bens desse idoso. Os resultados da pesquisa de Meirelles Junior *et al.* (2019), feita no estado de Minas Gerais, demonstram que, em relação ao tipo de violência sofrida, a violência física tem destaque, representando 69,5% do total; quanto ao local de ocorrência, a casa da vítima foi o principal local onde as violências sucederam, com 73,1%.

No presente estudo, verifica-se a violência financeira, que engloba furto (40,01%), roubo (21,87%) e o estelionato (9,38%), posteriormente a ameaça (10,16%), como a violência psicológica, e a lesão corporal (3,77%) como as mais comuns no contexto da Região Metropolitana de Belém.

Por conseguinte, a residência particular desse idoso é o segundo local em que mais ocorrem violências e crimes, com 31,99% das ocorrências, do que se pode inferir a própria família como causadora. Tal situação não é uma característica apenas da Região Metropolitana de Belém, visto que em estudo realizado por Silva *et al.* (2018) também se percebeu que a violência é causada pela família, mais especificamente pelos filhos (43,59%).

Em relação a essa questão, o estudo desenvolvido por Andrade *et al.* (2020) constatou que a maioria dos maus tratos aconteceram na casa da vítima, representando 92,1% do total. Ademais, na pesquisa

de Figueiredo *et al.* (2021), 421 casos de violência contra a pessoa idosa ocorreram em suas residências. Soares *et al.* (2019) destacam que um contexto em que há desarmonia familiar e relações cheias de conflito são fatores que proporcionam um ambiente de violência contra a pessoa idosa.

Nos resultados de um estudo feito em Ribeirão Preto/SP também foi verificado que, dos 1.141 eventos de violência contra idosos no município, mais de 80% dos casos aconteceram nas casas dos idosos; outro dado interessante dessa pesquisa é que somente em 4% dos casos os idosos sofreram violência a uma distância maior que 5.000 metros de suas residências (Rodrigues *et al.*, 2021). Verifica-se, então, que as pesquisas relatadas obtiveram resultados similares aos constados no presente estudo.

Nesse sentido, a partir de uma análise de 112 inquéritos policiais no município de Aracajú/SE, a maioria dos casos de violência contra idosos ocorreu em ambiente residencial, representando 96,40% dos casos, de forma que 35,75% das violências aconteciam normalmente no período da manhã e no turno da tarde, com 30,40% (Aguar *et al.*, 2015), que em comparação com o presente estudo converge com os resultados apresentados, visto que a maior parte das agressões ocorreram na parte da manhã (38,66%), seguida pela parte da tarde (31,29%), conforme a Tabela 2.

Percebe-se, ainda, que o município de Belém é o que mais registrou casos de violência contra idosos, com 71,38% do total. Dessa forma, é preciso levar em consideração que Belém é a cidade mais populosa em comparação aos outros seis municípios, ficando atrás somente de Ananindeua e Castanhal com 540.410 e 205.667 habitantes, respectivamente (O Liberal, 2021), por isso, é plausível que o maior número de ocorrências de violência se encontrasse na capital.

É importante que se faça uma análise mais aprofundada apenas em Belém para que se compreenda o porquê da quantidade de maus tratos aos idosos nessa região, quais fatores fomentam esse problema e quais medidas o Estado tem tomado para prevenção, intervenção e combate da questão.

Vale a pena considerar fatores externos, como a pobreza e o nível de escolaridade, que podem ser aspectos que contribuem para o contexto da violência, principalmente quando se trata do cenário familiar. Alencar Jr. e Moraes (2018) entendem que uma escolaridade baixa do idoso está relacionada a uma maior ocorrência de violência contra ele, sendo que essa relação é justificada, por exemplo, por maior dependência financeira e pouco acesso à informação.

Nesse mesmo estudo de Alencar Jr. e Moraes (2018), feito a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), no Centro-Oeste do Brasil, foi constatado que grande parte da violência contra idosos, que são cometidas por pessoas desconhecidas, pode ser explicada pelas desigualdades econômicas e sociais e pelo crescimento populacional acelerado nessa região.

Na pesquisa de Soares *et al.* (2019), percebe-se que as aglomerações de violência presentes no Sudeste do país podem sugerir que condições relacionadas ao espaço estão gerando interferência nessa variável, de forma que as áreas destacadas no estudo concentram populações de baixa renda e um alto índice de analfabetos. Nessa perspectiva, Faustino, Moura e Gandolfi (2016) entendem que mesmo que a violência contra a pessoa idosa possa acontecer nos mais diferentes níveis sociais, seja educacional ou de renda, os seus resultados podem ser reconhecidos mais facilmente entre aquelas famílias com índices baixos de apoio familiar ou cuidadores.

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

Rodrigues *et al.* (2021) igualmente constataram nos resultados de sua pesquisa que o fator da falta de estrutura social e econômica está associado à violência, sendo, portanto, um gerador de conflitos entre os membros e o idoso; este, como o mais vulnerável, acaba por ser quem mais sofre as consequências dessa realidade. Além disso, nos resultados de Belisário *et al.* (2018) foi identificado que as áreas que são mais afetadas pela baixa concentração de renda e baixa escolaridade são as mais atingidas pela violência.

Aguiar *et al.* (2015) também observaram em seu estudo, no município de Aracaju/SE, a maior ocorrência de violência contra idosos em bairros onde a maioria das pessoas são de baixa renda; isso, porque a pobreza traz consigo fatores de risco que podem gerar distanciamento entre os familiares, e questões financeiras difíceis podem ameaçar o núcleo da família e gerar conflitos. Todavia, os autores ressaltam que a violência não é limitada pela pobreza, mas é um fenômeno que vai além de classes sociais e demarcações geográficas, sendo elas assistidas pelo Estado ou não.

Com relação ao meio que foi empregado para a prática do crime ou da violência, 39,46% dos autores não utilizaram nenhum tipo objeto ou arma para praticar a ação violenta, porém, 10,11% dos indivíduos empregaram arma de fogo, 3,68% usaram arma cortante ou perfurante e 1,60% com ação contundente. Ao fazer uma análise comparativa, no estudo de Hohendorff *et al.* (2018), 3,7% dos casos foram com uso de arma de fogo; 6,7% utilizaram objeto perfurocortante; 5,1% utilizaram objetivo contundente; e em 38,3% dos casos, a força corporal ou o espancamento foi como se deu a violência.

Nesse mesmo estudo, o uso de bebida alcoólica pelo autor do fato representou 22,6% dos casos em que a violência ou o crime ocorreram (Hohendorff *et al.*, 2018). Nesta pesquisa, apenas 0,94% dos casos envolveram o uso de bebida alcoólica no momento dos maus tratos, de forma que as outras motivações podem ser objeto de estudo mais específico ao abordar o autor do crime, visto haver uma escassez de estudos que se aprofundem nessas características.

Com relação às hipóteses levantadas inicialmente: sobre o item “a” foi constatado que, ao contrário da suposição levantada de que a residência do idoso seria o local onde a maioria dos casos de violência ocorre, os dados desta pesquisa demonstram que, na verdade, a via pública é o principal ambiente em que os maus tratos ocorrem; a hipótese do item “b” foi confirmada neste estudo, ao demonstrar que a capital é o local em que predomina a quantidade de ocorrências de violência contra o idoso; por fim, o item “c” também foi refutado, pois inicialmente afirmou-se que o tipo preponderante de violência seria a física, quando, na verdade, prevalece a violência financeira, englobando furto, roubo e estelionato.

Este estudo tem como limitações o fato de que muitas variáveis no banco de dados disponibilizado estavam incompletas e outras nem mesmo foram preenchidas, o que dificulta uma análise e estudos mais detalhados sobre a problemática em questão. Além disso, poucos são os artigos que se debruçam em investigar as características da violência contra idosos na região Norte do país, e mais especialmente na cidade de Belém de maneira que também impossibilita a comparação de informações que podem dar fundamentação a outras pesquisas e coletas de novos dados que possam ser úteis na investigação dessa temática.

CONCLUSÃO

A violência contra a pessoa idosa constitui um problema de saúde e de segurança pública, mas não é apenas de responsabilidade do Estado, e sim da sociedade e da família. O possível descaso com essa questão constitui uma ofensa à dignidade da pessoa humana, ao não considerar que os idosos possuem direitos que lhe garantem proteção, assistência, saúde, respeito e qualidade de vida.

Nesta pesquisa, verifica-se que a concentração dos casos de violência está na cidade de Belém sendo que a maior parte das agressões ocorre, primeiramente, nas vias públicas e, em segundo lugar, nas residências das vítimas, normalmente no horário da manhã e da tarde, e nos finais de semana. Além disso, as violências financeira e psicológica foram as que tiveram maior incidência nos boletins de ocorrência.

Este é um problema que necessita de atenção, não somente por parte da sociedade e do governo, mas também da comunidade acadêmica, pois a pesquisa é uma das formas que se tem de compreender o cenário da violência, a partir de dados estatísticos e estudos qualitativos, para que se possa construir uma base teórica cada vez mais sólida, além de contribuir para que as políticas públicas atuem de maneira orgânica e tenham estratégias de combate e prevenção compatíveis com a realidade de cada local.

Para as pesquisas futuras nessa temática, recomenda-se o estudo, se possível, sobre os bairros destacados, os horários e os meses em que os fatos têm mais ocorrência na cidade de Belém além da coleta de conhecimento acerca de características mais específicas das vítimas, como idade, sexo, estado civil, se vive ou não com o causador da violência, bem como dos próprios agressores, considerando suas motivações e a proximidade que possuem com os idosos.

Dessa forma, com o foco em estudar esses pontos tão importantes no contexto da violência contra o idoso, informações relevantes para a comunidade acadêmica e para a população são evidenciadas, o que contribui para que o Estado e a sociedade conheçam essa realidade, para se garantir que os idosos tenham o mínimo de suas necessidades supridas e que recebam apoio enquanto vítimas de violência.

Por fim, sabe-se que ainda há muito a ser feito referente ao estudo da pessoa idosa, principalmente quanto às questões de maus tratos e abusos, todavia, pesquisas como esta em questão, que está relacionada a cenários específicos de regiões, podem ser úteis e contribuir no combate e na prevenção de contextos que envolvem a ausência de cuidados necessários e básicos para o idoso e contra a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria Pontes Campos de; LEITE, Heloiza Andrade; DIAS, Iris Melo; MATTOS, Maria Claudia Tavares de; LIMA, Wilma Resende. Violência contra idosos: descrição de casos no município de Aracajú, Sergipe, Brasil. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 343-349, 2015.

ALARCON, Maria Fernanda Sanches; DAMACENO, Daniela Garcia; CARDOSO, Bruna Carvalho; SPONCHIADO, Viviane Boacnin Yoneda; BRACCIALLI, Luzmarina Aparecida Doretto; MARIN, Maria José Sanches. Percepção do idoso acerca da violência vivida. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 34, 2020.

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Silvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

ALENCAR JÚNIOR, Fernando de Oliveira; MORAES, José Rodrigo. Prevalência e fatores associados à violência contra idosos cometida por pessoas desconhecidas, Brasil, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional continua e não há perigo de um geronticídio. **EcoDebate**, Notícia, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/06/19/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-geronticidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 31 maio 2024.

ANDRADE, Fabiana Martins Dias de; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; BERNAL, Regina Tomie Ivata; MACHADO, Ísis Eloah; MALTA, Deborah Carvalho. Perfil dos atendimentos por violência contra idosos em serviços de urgência e emergência: análise do VIVA Inquérito 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, supl. 1, 2020.

BARCELOS, Eulita Maria; MADUREIRA, Maria Dolores Soares. Violência contra o idoso. In: CHAIMOWICZ, Flávio (Ed.); BARCELOS, Eulita Maria; MADUREIRA, Maria Dolores Soares; RIBEIRO, Marco Túlio de Freitas (Colabs.). **Saúde do idoso**. 2 ed. Belo Horizonte: Nescon UFMG, 2013, p. 132-143.

BELISÁRIO, Mariane Santos; DIAS, Flavia Aparecida; PEGORARI, Maycon Sousa; PAIVA, Mariana Mapelli de; FERREIRA, Pollyana Cristina dos Santos; CORRADINI, Fabrício Anibal; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Cross-sectional study on the association between frailty and violence against community-dwelling elderly people in Brazil. **São Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 136, n. 1, p. 10-19, 2018.

BRASIL. MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Mapa da violência contra a pessoa idosa no Distrito Federal**: análise das denúncias recebidas entre 2008 e 2018 realizada pela Central Judicial do Idoso. 4 ed. Brasília/DF: MPDFT, Defensoria Pública do Distrito Federal, Central Judicial do Idoso, 2019.

BRASIL. ONDH. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos**. Relatório 2019. [s.l.]: [s.n.], [2020]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/10XlcvV1SpEUtlnnWwfpMEY_Dxb6D_qvK/view. Acesso em: 20 dez. 2021.

CAMARANO, Ana Amélia. Introdução. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 15-47.

COLUSSI, Eliane Lucia; KUYAWA, Amanda; DE MARCHI, Ana Carolina Bertoletti; PICHLER, Nadir Antonio. Percepções de idosos sobre envelhecimento e violência nas relações intrafamiliares. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 2019.

DANTAS, Estélio Henrique Martin; SANTOS, César Augusto de Souza (Orgs.). **Aspectos biopsicossociais do envelhecimento e a prevenção de quedas na terceira idade**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2017.

FAUSTINO, Andréa Mathes; MOURA, Leides Barroso Azevedo; GANDOLFI, Lenora. Relationship between violence and cognitive function in the elderly. **Revista de Enfermagem**, UFPE online, Recife, v.10, n. 5, p. 1717-1723, 2016.

FIGUEIREDO, Marcia Cançado; BASSÔA, Mathias Pinto Gomes; POTRICH, Ana Rita Vianna; GOUVÊA, Daiana Back. Prevalência da violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no município de Porto Alegre de 2017 a 2019. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 45, n. 1, p. 166-183, 2021.

FREITAS, Lucas Guimarães; BENITO, Lincoln Agudo Oliveira. Denúncias de violência contra idosos no Brasil: 2011-2018. **Revista (Online)**, Valparaíso de Goiás, v. 9, n. 3, p. 483-499, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRATÃO, Aline Cristina Martins; VENDRÚSCULO, Thaís Ramos Pereira; TALMELLI, Luana Flávia da Silva; FIGUEIREDO, Leandro Correa; SANTOS, Jair Lício Ferreira; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani. Sobrecarga e desconforto emocional em cuidadores de idosos. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 304-312, 2012.

GUIMARÃES, David Bernar Oliveira; MENDES, Polyana Norberta; RODRIGUES, Ivalda Silva; FEITOSA, Carla Danielle Araújo; SALES, Jaqueline Carvalho Silva e; FIGUEIREDO, Maria do Livramento Fortes. Caracterização da pessoa idosa vítima de violência. **Revista de Enfermagem**, UFPE online, Recife, v. 10, n. 3, p. 1343-1350, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; PAZ, Aline Pereira; FREITAS, Clarissa Pinto Pizarro de; LAWRENZ, Priscila; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Caracterização da violência contra idosos a partir de casos notificados por profissionais da saúde. **Revista da Spagesp**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 64-80, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em 03 de jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. **IBGE**, Editora: Estatísticas Sociais, Releases, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População. O que é. **IBGE**, População, Estimativas da População, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-depopulacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: abr. 2022.

IRIGARAY, Tatiana Quarti; ESTEVES, Cristiane Silva; PACHECO, Janaína Thaís Barbosa; GRASSI-OLIVEIRA, Rodrigo; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Maus-tratos contra idosos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um estudo documental. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 3, p. 543-551, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES JUNIOR, Rubens Correa; CASTRO, Julia de Oliveira; FARIA, Lina Rodrigues de; DA SILVA, Clarice Lima Alvares; ALVES, Waneska Alexandra. Notificações de óbitos por causas externas e violência contra idosos: uma realidade velada. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, 2019.

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

MOZART, Lira. Sespa orienta sobre serviços e atenção à saúde de idosos. **Agência Pará**, Notícia, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/21038/#:~:text=Par%C3%A1%20tem%20755.611%20pessoas%20acima,com%20a%20sa%C3%BAde%20desse%20segmento>. Acesso em: 30 out. 2021.

O LIBERAL. Com população de 8,7 milhões de pessoas, Pará ganha um milhão de habitantes em dez anos. **O Liberal**, Economia, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/com-populacao-de-8-7-milhoes-de-pessoas-para-ganha-um-milhao-de-habitantes-em-dez-anos-1.427434>. Acesso em: 30 out. 2021.

OLIVEIRA, Kênnia Stephanie Morais; CARVALHO, Francisca Patrícia Barreto de; OLIVEIRA, Lucídio Clebeson de; SIMPSON, Clélia Albino; SILVA, Fernanda Thâmara Lima da; MARTINS, Ana Gêssica Costa. Violência contra idosos: concepções dos profissionais de enfermagem acerca da detecção e prevenção. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 39, 2018.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Resumo. Genebra/Suíça: OMS, 2015.

PAIVA, Mariana Mapelli de; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Violência física e psicológica contra idosos: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 6, 2015.

RÁDIO USP. Em 2030, Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo. **Jornal da USP**, Atualidades, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; CHIAVALLOTI-NETO, Francisco; FHON, Jack Roberto Silva; BOLINA, Alisson Fernandes. Análise espacial da violência contra idosos em um município brasileiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 74, supl. 2, 2021.

SIAC. Secretaria Ajunta de Inteligência e Análise Criminal. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Base de dados de crimes contra o idoso de 2016 a 2020**, 2022. Disponível em: <https://codec.segup.pa.gov.br/>. Acesso em: 31 de jan. 2022.

SILVA, Gabriela Cruz Noronha; ALMEIDA, Vanessa Lourenço; BRITO, Tábatta Renata Pereira de; GODINHO, Mônica La-Salette da Costa; NOGUEIRA, Denismar Alves; CHINI, Lucélia Terra. Violência contra idosos: uma análise documental. **Aquichan**, Bogotá, v. 18, n. 4, p. 449-460, 2018.

SILVA, Gisely Azevedo da; BENITO, Linconl Agudo Oliveira. Denúncias de violência financeira contra idosos no Brasil: 2011-2018. **Revista (Online)**, Valparaíso de Goiás, v. 10, n. 2, p. 432-445, 2021.

SOARES, Lara Arruda Lacerda; MARMO, Flávia Aparecida Dias; MARCHIORI, Gianna Fiori; GOMES, Nayara Cândida; CORRADINI, Fabrício; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Violência contra idosos: preditores e distribuição espacial. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 18, n. 1, 2019.

VERAS, Renato. É possível, no Brasil, envelhecer com saúde e qualidade de vida?. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 381-382, 2016.

WHO – World Health Organization. **Missing voices: views of older persons on elder abuse**. Geneva: WHO; Inpea, 2002.w

Caracterização da violência contra idosos em Belém, Pará

Paola Lameira Vieira Borges, Vera Lúcia de Azevedo Lima,
Rodolfo Gomes do Nascimento, Sílvia Dos Santos De Almeida
e Edson Marcos Leal Soares Ramos

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL: UM BALANÇO DA LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL PATRIARCA

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com período na University of York (UOY), Reino Unido. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) e colaborador do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS/UEL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2021/02709-3).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

Email: gabriel-patriarca@usp.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9344-7041>

CAIO CARDOSO DE MORAES

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFMG) e colaborador do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS/UEL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: caiocardosodemoraes@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4515-8720>

Contribuições dos autores: Gabriel Patriarca contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados, a redação do manuscrito e a revisão crítica, a revisão e aprovação final. Caio Moraes contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados, a redação do manuscrito e a revisão crítica, a revisão e a aprovação final.

RESUMO

Este artigo apresenta um balanço da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por artigos, dissertações e teses das ciências sociais publicadas até o ano de 2020. Nossos objetivos são identificar as vinculações disciplinares e institucionais, os temas estudados e os procedimentos metodológicos dessa literatura. Por pesquisadores(as) de quais das ciências sociais e de quais instituições os estudos sobre esse setor foram desenvolvidos? Quais são os temas abordados nesses estudos e suas delimitações de escopo? Quais suas características metodológicas? Para responder a essas perguntas, realizamos buscas com 11 *strings* em seis repositórios on-line. 68 estudos foram coletados e analisados por meio de estatística descritiva a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Os resultados apontam para um crescimento dos estudos a partir dos anos 2000, uma diversidade temática e a predominância de análises qualitativas.

Palavras-chave: Segurança privada. Ciências sociais. Policiamento. Revisão.

ABSTRACT

PRIVATE SECURITY IN BRAZIL: A REVIEW OF THE SOCIAL SCIENCES LITERATURE

This paper presents a review of the literature on the private security sector in Brazil, composed of articles, dissertations and theses in the social sciences published up to 2020. Our objectives are to identify the

disciplinary and institutional affiliations, the themes studied and the methodological procedures of this literature. By researchers from which of the social sciences and from which institutions were the studies about this sector developed? What are the themes addressed in these studies and their scope delimitations? What are their methodological characteristics? To answer these questions, we conducted searches with 11 strings in six online repositories. 68 works were collected and analyzed using descriptive statistics based on variables in three dimensions: formal, substantive, and methodological. The results point to a growth of studies from the 2000s, a thematic diversity and predominance of qualitative analyses.

Keywords: Private security. Social sciences. Policing. Review.

Data de Recebimento: 21/02/2023 – **Data de Aprovação:** 08/08/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1878

INTRODUÇÃO

Há quase três décadas, David Bayley e Clifford Shearing (1996) afirmaram que países norte-americanos e europeus haviam atingido um divisor de águas em seus sistemas de policiamento. O modo tradicional de controle do crime, baseado na polícia, havia se encerrado e sido substituído por um sistema de policiamento plural, formado por atores públicos e privados. A maior evidência dessa mudança foi a expansão do setor de segurança privada: em muitos países, o número de vigilantes no setor privado superou o de policiais no setor público. De fato, a expansão desse setor foi registrada em diferentes continentes, regiões e países, despertando forte interesse acadêmico (Florquin, 2011).

Os estudos sobre a segurança privada vêm sendo desenvolvidos pelo menos desde a década de 1980, sobretudo a partir da criminologia anglo-saxã (Shearing; Stenning, 1981; 1983; Cunningham; Strauchs; Van Meter, 1990; De Waard, 1999). A maior parte desses estudos se concentra em países desenvolvidos do Norte Global, como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, apesar do avanço recente dessa agenda de pesquisa em diferentes contextos, como países do Leste Europeu (Nalla; Gurinskaya, 2017), da África (Minnaar, 2005; Berg; Howell, 2017) e da América Latina (Arias, 2009; Caonero *et al.* 2011).

A expansão da segurança privada também é uma realidade no Brasil, onde o setor surgiu oficialmente ao final dos anos 1960, em plena ditadura militar: diante dos assaltos às agências bancárias cometidos como parte da resistência ao regime, o governo, por meio do Decreto-Lei Nº 1.034 (Brasil, 1969), responsabilizou as instituições financeiras pela segurança das agências. Desde então, novas regulações foram estabelecidas; o setor se expandiu e ampliou seu escopo de atuação para além dos bancos, especialmente a partir da década de 1990 (Lopes, 2011). Entre 1985 e 1995, de acordo com as categorias da PNAD analisadas por Musumeci (1998), o número de pessoas ocupadas em atividades de vigilância e guarda cresceu 112%, passando de 199.137 para 422.057. Apesar dos registros da época prejudicarem as comparações entre a segurança pública e a segurança privada, uma vez que superestimavam a primeira e subestimavam a última, o contingente da segurança privada já superava em 1.7 o total de pessoas ocupadas na segurança pública no ano de 1985 – proporção que subiu para 1.8 em 1995. Por sua vez, dados atualizados da PNAD Contínua analisados por Lopes (2022) indicam que, no primeiro trimestre de 2022, o contingente da segurança privada era de 1.096.398, proporção 1.4 maior do que os 772.202 da segurança pública. Esses dados incluem guardas irregulares que se estima serem mais numerosos que os vigilantes regulares – apesar das dificuldades inerentes em captar números precisos de trabalhadores na informalidade.

Embora essa expansão venha ocorrendo há tempos, os esforços para compreender, explicar e avaliar a segurança privada são recentes no debate público e acadêmico nacional. Há menos de uma década, dados sobre esse setor foram incluídos nos relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – contabilizados na análise dos custos sociais da violência no país, pela primeira vez, na edição de 2014 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, seguidos em edições posteriores por levantamentos sobre o número de vigilantes, de empresas e de armas de fogo (FBSP, 2014; 2016). Desde 2020, tais dados foram incluídos sistematicamente nos relatórios e, na edição de 2021, uma parte do Anuário foi inteiramente dedicada à segurança privada (FBSP, 2021).

Igualmente, a produção acadêmica sobre a segurança privada no Brasil parece recente e ainda escassa, uma vez que o campo de estudos sobre policiamento no país está concentrado na segurança pública e, especificamente, nas polícias (Muniz; Caruso; Freitas, 2017; Durão; Coelho, 2020). Os únicos balanços da literatura sobre a segurança privada no Brasil tiveram recortes bem delimitados, como os estudos sobre o controle do setor (Lopes, 2009) e suas características no estado de São Paulo (Cubas, 2017), de modo que ainda nos falta um panorama mais amplo e abrangente desses estudos em seu conjunto.

Neste artigo, apresentamos um balanço sistemático da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por artigos, dissertações e teses das ciências sociais publicadas até o ano de 2020. Nossos objetivos são identificar suas vinculações disciplinares e institucionais, os temas e os escopos estudados, bem como seus procedimentos metodológicos. Por pesquisadores(as) de quais das ciências sociais e de quais instituições os estudos sobre a segurança privada no Brasil foram desenvolvidos? Quais são os temas abordados nesses estudos, suas delimitações de escopo territorial e de espaços de atuação? Quais suas características metodológicas? Para responder a essas perguntas, realizamos buscas com 11 *strings* em seis repositórios on-line, a partir das quais coletamos e analisamos 68 estudos por meio de estatística descritiva.

O artigo está organizado em quatro seções e considerações finais. Na primeira, descrevemos os procedimentos metodológicos usados para coletar e analisar os estudos, cujos resultados são apresentados de acordo com as dimensões formal, substantiva e metodológica nas seções seguintes. A segunda apresenta a dimensão formal, que diz respeito às vinculações disciplinares e institucionais. A terceira apresenta a dimensão substantiva, abrangendo os temas estudados, os escopos territoriais e os espaços de atuação. A quarta apresenta a dimensão metodológica, como técnicas de coleta, análise e fontes de dados dos estudos. Nas considerações finais, retomamos os principais resultados e ressaltamos a importância de mais estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar os estudos sobre a segurança privada no Brasil, realizamos buscas em seis repositórios on-line por meio de 11 *strings* – uma combinação de termos, símbolos e operadores booleanos. Os repositórios em questão foram escolhidos de modo a abranger o maior acervo possível de artigos, dissertações e teses, a saber: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; e Google Scholar¹. Nestes dois últimos, as buscas foram realizadas no programa *Harzing's Publish or Perish*, enquanto nos restantes foram realizadas diretamente nos websites dos repositórios.

¹ Em princípio, os acervos de alguns desses repositórios estariam sobrepostos, o que tornaria a busca redundante. Contudo, realizamos testes preliminares e identificamos discrepâncias nos resultados. Por isso, realizamos as buscas nos seis repositórios.

As *strings* foram elaboradas a partir de termos identificados na Lei nº 7.102 (Brasil, 1983), marco regulatório do setor de segurança privada brasileiro, e nos estudos que conhecíamos previamente. Elas combinaram “segurança” e “vigilância” com “privada”, “patrimonial”, “orgânica”, “empresas”, “indústria”, “setor privado”, “serviços”, “privatização” e “vigilantes”. Conforme sumarizado no Quadro 1, nove *strings* foram elaboradas em português e utilizadas nos seis repositórios, enquanto outras duas foram elaboradas em inglês e utilizadas diferentemente, de acordo com a abrangência dos acervos, limitando as buscas nos repositórios que incluem produções tanto nacionais quanto internacionais. As buscas foram realizadas de modo a captar a presença dos termos em qualquer campo dos textos, não apenas no título ou nas palavras-chave.

QUADRO 1

Strings e repositórios usados para a identificação dos estudos

<i>Strings</i>	Repositórios
“segurança privada” OR “vigilância privada” “segurança patrimonial” OR “vigilância patrimonial” “segurança orgânica” OR “vigilância orgânica” “empresas de segurança” OR “empresas de vigilância” “indústria de segurança” OR “indústria de vigilância” “setor privado de segurança” OR “setor privado de vigilância” “serviços de segurança” OR “serviços de vigilância” “privatização da segurança” OR “privatização da vigilância” (“vigilante” OR “vigilantes”) AND (“segurança” OR “vigilância”)	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; Google Scholar
“private security” OR “private surveillance”	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
(“private security” OR “private surveillance”) AND “Brazil”	Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; Google Scholar

Fonte: Elaborado pelos autores.

O processo de identificação foi realizado em duas fases. Inicialmente, entre 22/01/2020 e 28/01/2020, fizemos as buscas sem definir um recorte temporal a fim de identificar os estudos publicados até aquele momento. Posteriormente, entre 04/01/2021 e 05/01/2021, refizemos as buscas, definindo o ano de 2020 como recorte temporal, atualizando nossa coleta inicial. Os resultados de ambas as buscas foram convertidos em listas: a primeira com 10.592 resultados e a segunda com 3.431, totalizando 14.023 estudos identificados, publicados até o ano de 2020².

A partir das listas, aplicamos cinco critérios de seleção para incluir ou excluir da revisão os estudos identificados. Primeiro, selecionamos apenas os estudos com *foco* na segurança privada brasileira, nos quais vigilantes, serviços ou empresas desse setor constituem objetos ou casos de estudo³. Por “segurança privada” nos referimos aos profissionais e às empresas que prestam serviços formais e regulares de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança particular e

² O Google Scholar representou 77% dos estudos inseridos nas listas. O Harzing’s Publish or Perish esclarece que as buscas no Google Scholar abrem mão da precisão em prol de uma cobertura mais ampla. Optamos por essa amplitude a fim de complementar os resultados mais precisos dos outros repositórios.

³ Excluímos estudos que apenas mencionam a segurança privada ou a consideram em breves comentários no âmbito de discussões mais amplas sobre outro objeto ou caso. Muitos estudos sobre terceirização, vigilância e segregação urbana, por exemplo, foram excluídos por esse critério.

cursos de formação, assim como a segurança eletrônica⁴ – excluindo, portanto, as diferentes formas de proteção informal e irregular que eventualmente são denominadas como segurança privada. Segundo, selecionamos os estudos pelo *tipo de produção acadêmica*: incluímos artigos publicados em periódicos com revisão por pares, dissertações de mestrado acadêmico e teses de doutorado. Terceiro, selecionamos os estudos de acordo com a *disciplina*, considerando apenas os que continham pelo menos um(a) autor(a) da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política ou de cursos propriamente denominados Ciências Sociais. Quarto, selecionamos os estudos pela *língua*, incluindo apenas textos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Quinto, por questões de *acessibilidade*, selecionamos apenas os estudos completos disponíveis para download.

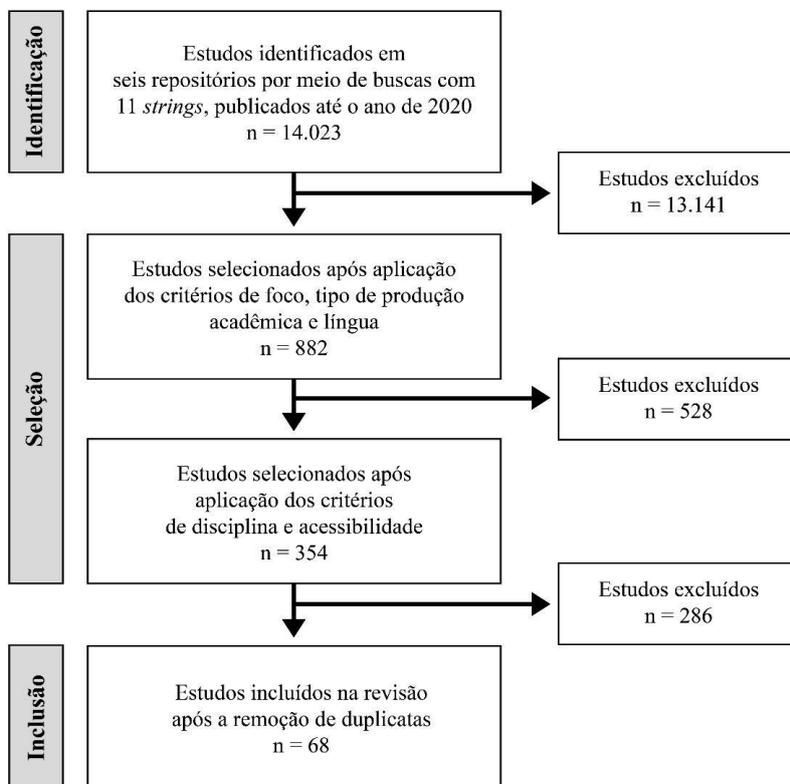
A aplicação desses critérios para a seleção dos estudos também foi realizada em diferentes fases. Na primeira, selecionamos 882 dos 14.023 estudos identificados a partir dos critérios de *foco, tipo de produção acadêmica e língua*. Na segunda, entre os 882 inicialmente selecionados, incluímos 354 estudos após a aplicação dos critérios de *disciplina e acessibilidade*, bem como pela checagem de falsos positivos referentes aos critérios aplicados anteriormente. Por fim, após a remoção de duplicatas, construímos nosso banco de dados com 68 estudos, os quais foram analisados quantitativamente por meio de estatística descritiva a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Todo o processo de seleção foi duplicado, realizado pelos dois autores, a fim de aumentar a confiabilidade da coleta. Para garantir a intersubjetividade inicial do processo e alinhar a aplicação dos critérios, realizamos três pilotos na primeira fase com um total de 1.592 (11%) resultados, cujas divergências foram resolvidas conjuntamente. Por sua vez, a tabulação das variáveis para a análise dos 68 estudos incluídos foi integralmente conjunta, com checagens recíprocas entre os dois autores.

A Figura 1 ilustra simplificada o processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos em nosso balanço da literatura. As próximas seções descrevem as variáveis de cada dimensão analisada e apresentam os resultados.

⁴ Em linhas gerais, portanto, selecionamos estudos sobre o setor legal da segurança privada, embora a segurança eletrônica, mesmo que formal e regular, não esteja submetida ao marco regulatório desse setor.

FIGURA 1

Processo de identificação, seleção e inclusão de estudos



Fonte: Elaborado pelos autores.

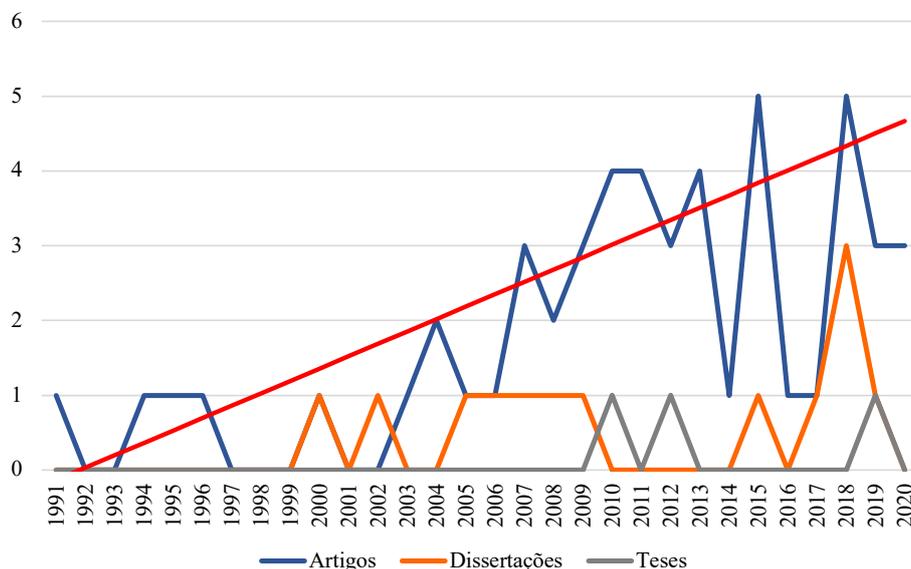
DIMENSÃO FORMAL

A primeira parte de nossa análise se concentra na dimensão formal, que diz respeito à formação e vinculação institucional dos(as) autores(as), ao tipo de produção, aos periódicos de publicação dos artigos, às universidades de defesa das dissertações e teses, dentre outras variáveis.

Conforme mencionado na seção anterior, nosso levantamento identificou 68 estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil até o ano de 2020. Considerando seu tipo de produção acadêmica, são 52 artigos (77%), 13 dissertações (19%) e 3 teses (4%). O primeiro estudo foi um artigo publicado no ano de 1991, em pleno contexto de crescimento do segmento no país. Porém, poucos estudos foram publicados durante a década de 1990. O número de estudos sobre a segurança privada no Brasil começou a crescer a partir dos anos 2000. Entre 1991 e 2000, foram publicados 6 estudos, em comparação a 24 entre 2001 e 2010, e 38 entre 2011 e 2020 – uma média de 0,6 estudos por ano na década de 1990, 2,4 na década de 2000 e 3,8 na década de 2010. A primeira dissertação foi publicada no ano 2000 e a primeira tese no ano de 2010. Os dados indicam que a expansão da segurança privada no Brasil a partir dos anos 1990 foi acompanhada pela evolução dos estudos sobre esse setor, sobretudo a partir de meados dos anos 2000, conforme mostra o Gráfico 1 sobre a evolução dos estudos sobre a segurança privada no Brasil. A linha vermelha mostra a tendência linear de crescimento entre 1991 e 2020.

GRÁFICO 1

Evolução dos estudos sobre a segurança privada no Brasil (1991-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os 52 artigos foram publicados em 45 periódicos, 37 (71%) nacionais e 15 (29%) internacionais, apresentados na Tabela 1. Apenas quatro periódicos publicaram mais de um artigo sobre a segurança privada no Brasil: *Caderno CRH*, *Dilemas* e *Sociedade e Estado*, que publicaram três artigos cada, e *O Público e o Privado*, que publicou dois artigos.

TABELA 1

Periódicos de publicação dos artigos

Periódicos	n	%
Caderno CRH	3	5,8
Dilemas	3	5,8
Sociedade e Estado	3	5,8
O Público e o Privado	2	3,8
Archivos de Criminología, Criminalística y Seguridad Privada	1	1,9
Campos – Revista de Antropologia	1	1,9
Conflict and Society: Advances in Research	1	1,9
Crime, Law and Social Change	1	1,9
Educação & Tecnologia	1	1,9
Emancipação	1	1,9
Estudos de Sociologia	1	1,9
Habitat International	1	1,9
International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice	1	1,9
Journal of Contemporary African Studies	1	1,9

Continua

Journal of Urban Technology	1	1,9
Lecturas: Educación Física y Deportes	1	1,9
Mediações	1	1,9
Novos Estudos Cebrap	1	1,9
O Alferes	1	1,9
Organização & Sociedade	1	1,9
Policing and Society	1	1,9
Psico	1	1,9
Psicologia em Revista	1	1,9
Public Culture	1	1,9
Religião e Sociedade	1	1,9
Revista Alceu	1	1,9
Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade	1	1,9
Revista Brasileira de Ciências Policiais	1	1,9
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	1,9
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	1	1,9
Revista Brasileira de Segurança Pública	1	1,9
Revista de Administração Mackenzie	1	1,9
Revista de Antropologia Experimental	1	1,9
Revista de Sociologia e Política	1	1,9
Revista Gestão Organizacional	1	1,9
Revista LEVS	1	1,9
Revista Sociais e Humanas	1	1,9
São Paulo em Perspectiva	1	1,9
Security Journal	1	1,9
Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia	1	1,9
Social Justice	1	1,9
Sociologias Plurais	1	1,9
Surveillance & Society	1	1,9
Teoria & Pesquisa	1	1,9
Urban Studies	1	1,9
Total	52	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por sua vez, as 16 dissertações e teses foram defendidas em 12 universidades, todas nacionais. Apenas duas universidades se repetiram: a Universidade de São Paulo (USP), com quatro defesas no total, sendo duas de dissertações e duas de teses, e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com duas defesas de dissertações.

TABELA 2

Universidades de defesa das dissertações e teses

Universidades	n	%
Universidade de São Paulo (USP)	4	25,0
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	2	12,5
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	6,3
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1	6,3
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	6,3
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1	6,3
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)	1	6,3
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	6,3
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	1	6,3
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1	6,3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	6,3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	6,3
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando tanto as universidades onde as dissertações e teses foram defendidas quanto as universidades de vinculação dos(as) autores(as) dos artigos, nota-se uma predominância de autores(as) da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL)⁵.

TABELA 3

Instituições de vinculação dos(as) autores(as)

Instituições	Primeiros(as) autores(as)		Autores(as) e coautores(as)	
	n	%	n	%
Universidade de São Paulo (USP)	12	16,4	12	11,8
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	11	15,1	13	12,7
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	6	8,2	9	8,8
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	5	6,8	9	8,8
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	3	4,1	3	2,9
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2	2,7	8	7,8
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	2,7	2	2,0
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)	1	1,4	2	2,0

Continua

5 A vinculação institucional dos(as) autores(as) foi classificada por estudo. Um(a) mesmo(a) autor(a) pode ter mais de uma vinculação institucional no banco de dados, por exemplo, se defendeu a dissertação e a tese em duas instituições diferentes e atualmente esteja vinculado(a) a uma terceira instituição.

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal-Americana)	1	1,4	2	2,0
King's College London	1	1,4	1	1,0
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	1	1,4	1	1,0
San Diego State University	1	1,4	1	1,0
State University of New York at Binghamton	1	1,4	1	1,0
Tulane University	1	1,4	1	1,0
Union College	1	1,4	1	1,0
Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac/SC)	1	1,4	1	1,0
Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	1,4	3	2,9
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	1,4	2	2,0
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	1,4	3	2,9
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	1,4	1	1,0
University of California	1	1,4	1	1,0
Utrecht University	1	1,4	2	2,0
Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)	0	0,0	1	1,0
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	0	0,0	1	1,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	0	0,0	2	2,0
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	0	0,0	1	1,0
Sem vinculação / Não identificado	4	5,5	5	4,9
Total	73*	100	102*	100

*Cinco autores(as) vinculados(as) a duas instituições.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as 16 dissertações e teses, 7 (44%) foram defendidas em programas de pós-graduação em Sociologia, 5 (31%) em Ciência Política, 3 (19%) em Ciências Sociais e 1 (6%) em Antropologia. Mas, em conjunto com os artigos, a área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as) que mais predomina é a Ciência Política. Isso porque as duas autorias com maior número de publicações em nosso banco de dados são cientistas políticos(as).

TABELA 4

Área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as)

Área de formação dos(as) autores(as)	Primeiros(as) autores(as)		Autores(as) e coautores(as)	
	n	%	n	%
Ciência Política	24	35,3	26	26,8
Sociologia	20	29,4	24	24,7
Ciências Sociais	8	11,8	14	14,4
Antropologia (Social e/ou Cultural)	6	8,8	7	7,2
Psicologia	5	7,4	5	5,2
Comunicação (Social / Comunicação e Cultura)	0	0,0	3	3,1
Ergonomia	0	0,0	3	3,1
Administração	1	1,5	2	2,1
Agronegócios	0	0,0	2	2,1
Direito	1	1,5	2	2,1
Ciências Econômicas	0	0,0	1	1,0
Geografia	1	1,5	1	1,0
Gestão Urbana	1	1,5	1	1,0
História	1	1,5	1	1,0
Jornalismo	0	0,0	1	1,0
Saúde Coletiva	0	0,0	1	1,0
Sociologia do Trabalho	0	0,0	1	1,0
Não identificado	0	0,0	2	2,1
Total	68	100	97	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dissertações e teses são estudos individuais e, portanto, são assinados apenas por um(a) único(a) autor(a). Por sua vez, quando olhamos para o número de autorias dos artigos, 36 (69,2%) têm um(a) único(a) autor(a) e 16 (30,8%) foram escritos em coautoria. A Tabela 5, a seguir, identifica os(as) autores(as) que mais publicaram estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil. O cientista político Cleber da Silva Lopes é responsável pela autoria ou coautoria de 13 (19,1%) estudos analisados, seguido pelo cientista político André Zanetic, responsável por 7 (10,3%) estudos e, depois, pela socióloga Marta Mourão Kanashiro, responsável por 4 (5,9%) estudos.

TABELA 5

Autores(as) e coautores(as)

Autores(as) e Coautores(as)	n	%*	% por estudo**	% por autores(as)***
LOPES, Cleber da Silva	13	13	19,1	21
ZANETIC, André	7	7,2	10,3	11,3
KANASHIRO, Marta Mourão	4	4,1	5,9	6,5
LIMA, Francisco de Paula Antunes	3	3,1	4,4	4,8
VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca	3	3,1	4,4	4,8
OLIVEIRA, Antonio Santos	3	3,1	4,4	4,8
BARROS, Vanessa Andrade	2	2,1	2,9	3,2
COUTINHO, Maria Chalfin	2	2,1	2,9	3,2
DIOGO, Maria Fernanda	2	2,1	2,9	3,2
GALDEANO, Ana Paula	2	2,1	2,9	3,2
GONÇALVES, Gabriela Lages	2	2,1	2,9	3,2
HUGGINS, Martha Knisely	2	2,1	2,9	3,2
KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro	2	2,1	2,9	3,2
MORAES, Caio Cardoso	2	2,1	2,9	3,2
ANJOS, José Luiz dos	1	1	1,5	1,6
ARGENTIN, Paola Daniela	1	1	1,5	1,6
BACHETT, Herbert	1	1	1,5	1,6
BALEEIRO, Gabriela	1	1	1,5	1,6
BINOTTO, Erlaine	1	1	1,5	1,6
BRUNO, Fernanda	1	1	1,5	1,6
CALDEIRA, Teresa	1	1	1,5	1,6
CARMO, Erinaldo Ferreira	1	1	1,5	1,6
CASAROTTO, Eduardo Luis	1	1	1,5	1,6
CHAVES, Maria Carmen Araújo de Castro	1	1	1,5	1,6
CUBAS, Viviane de Oliveira	1	1	1,5	1,6
DEL CARPIO, Maya Alejandra Benavides	1	1	1,5	1,6
DURÃO, Susana	1	1	1,5	1,6
EVANGELISTA, Rafael	1	1	1,5	1,6
FAGUNDES, Frederico	1	1	1,5	1,6
FEIGUIN, Dora	1	1	1,5	1,6
FERMÍN, Alejandro R. Maldonado	1	1	1,5	1,6
FIRMINO, Rodrigo José	1	1	1,5	1,6
GARMANY, Jeff	1	1	1,5	1,6
GLEBBEEK, Marie-Louise	1	1	1,5	1,6
KOONINGS, Kees	1	1	1,5	1,6
KUSTHER, Eribelto Alves	1	1	1,5	1,6
LARKINS, Erika Robb	1	1	1,5	1,6

Continua

LEMOS, André	1	1	1,5	1,6
LIMA, Maria Elizabeth Antunes	1	1	1,5	1,6
LIMA, Renato Sérgio de	1	1	1,5	1,6
MENDES, Roberto Lavieri	1	1	1,5	1,6
MONTAGNER, Miguel	1	1	1,5	1,6
MURRAY, Martin J.	1	1	1,5	1,6
NASCIMENTO, Liliane da Costa	1	1	1,5	1,6
NOGUEIRA, Maria Aparecida Farias de Souza	1	1	1,5	1,6
OLIVA, Diego Coletti	1	1	1,5	1,6
OLIVEIRA, Pedro	1	1	1,5	1,6
OSTRONOFF, Leonardo José	1	1	1,5	1,6
PAIXÃO, Antônio Luiz	1	1	1,5	1,6
QUEIROZ, Camila	1	1	1,5	1,6
ROSELINO, José Eduardo	1	1	1,5	1,6
SANTANA, Carlos Luiz de	1	1	1,5	1,6
SANTANA, Egideílson	1	1	1,5	1,6
SANTOS, Bruno Marco Cuer dos	1	1	1,5	1,6
SCHMIDT, Naiara Conservani	1	1	1,5	1,6
SILVA, Antonio Marcos de Sousa	1	1	1,5	1,6
SILVA, Jorge da	1	1	1,5	1,6
SILVA JR., Oswaldo Rolim da	1	1	1,5	1,6
SILVA, Lucas Frazão	1	1	1,5	1,6
SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto	1	1	1,5	1,6
VILAR, Flávio Sérgio de Oliveira	1	1	1,5	1,6
WAWRZYNIAK, Sônia Izabel	1	1	1,5	1,6
Total	97	100	142,6	157

* % referente ao total da tabela (97).

** % referente ao total de estudos (68).

*** % referente ao total de número de autores(as) e coautores(as) (62).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em suma, a análise da dimensão formal dos estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil mostra o crescimento de artigos, dissertações e teses sobre o tema a partir de meados dos anos 2000. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foram as duas instituições com mais defesas de teses e dissertações sobre esse setor. Os principais programas de pós-graduação das dissertações e teses são, em ordem decrescente, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais e Antropologia Social, o que revela o interesse das ciências sociais *lato sensu* no fenômeno da segurança privada. Os dados mostram a predominância de autores(as) vinculados(as) à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Estadual de Londrina (UEL). A área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as) dos estudos sobre segurança privada que mais predomina é a Ciência Política. Isso porque os dois autores com maior número de publicações em nosso banco de dados, Cleber da Silva Lopes e André Zanetic, responsáveis conjuntamente por 29,4% dos estudos analisados, são cientistas políticos.

DIMENSÃO SUBSTANTIVA

A segunda dimensão de nossa revisão se concentra nos aspectos substantivos dos estudos. Especificamente, analisamos seus temas e as delimitações do escopo territorial e do espaço de atuação da segurança privada no Brasil.

TEMAS

A partir da leitura dos resumos e das introduções, identificamos os temas centrais de cada estudo, os comparamos e agrupamos em um conjunto de 20 categorias. A Tabela 6 apresenta a quantidade de estudos por tema. Muitos dos temas identificados são próximos e quase sobrepostos uns aos outros, de modo que compõem linhas temáticas mais amplas⁶.

TABELA 6

Temas

Temas	n	%
Controle	6	8,8
Espaço urbano	6	8,8
Violações de direitos	6	8,8
Medo e insegurança	5	7,4
Perfil do setor	5	7,4
Poderes legais	4	5,9
Regulação	4	5,9
Relações intersetoriais	4	5,9
Saúde dos vigilantes	4	5,9
Discursos da vigilância	3	4,4
Opinião pública	3	4,4
Práticas de vigilância	3	4,4
Relações com o espaço de trabalho	3	4,4
Atuação política do setor	2	2,9
Conceito de policiamento	2	2,9
Gênero	2	2,9
Monopólio da violência	2	2,9
Vigilância em espaços de trabalho	2	2,9
Gestão empresarial	1	1,5
Treinamento	1	1,5
Total	68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁶ Por essa razão, a apresentação dos temas foi organizada de acordo com suas proximidades e sobreposições, em vez de seguir a ordem decrescente da frequência apresentada na Tabela 6 – embora os temas mais frequentes sejam enfatizados.

Um dos temas mais frequentes nos estudos sobre a segurança privada no Brasil é o *controle* (n = 6 | 8,8%). Entre eles, Lopes (2007; 2011) analisa o controle externo exercido pela Polícia Federal e, posteriormente, as condições sob as quais as próprias empresas de segurança organizam controles internos (Lopes; 2012; 2014). Por sua vez, Oliveira (2005; 2010) discute mais amplamente a importância do controle da segurança privada para a governança democrática.

Em conjunto, as discussões sobre controle se aproximam de outros estudos que são classificados no tema *regulação* (n = 4 | 5,9%). Nesta categoria, Silva (1994) problematiza a regulação do setor de segurança privada a nível municipal, enquanto Zanetic (2005; 2009b; 2010b) analisa o marco regulatório do setor e suas implicações para questões específicas, como treinamento, uso de armas de fogo e bico policial.

Outros dois estudos (2,9%) são classificados no tema *atuação política do setor*, correlato ao tema regulação, na medida em que analisam as estratégias e os esforços do setor de segurança privada para influenciar um novo marco regulatório, conhecido como Estatuto da Segurança Privada (Moraes, 2018; Lopes; Moraes, 2019).

Os estudos sobre controle e regulação remetem a outro tema frequente, que é *violações de direitos* por parte da segurança privada (n = 6 | 8,8%). Paixão (1991) foi o primeiro a discutir esse problema, seguido por Huggins (2000; 2010), que argumenta que há uma mistura invisível entre a expansão da segurança privada e a violência urbana no Brasil, e Oliveira (2003), que reflete sobre os efeitos da segurança privada, num contexto de violência e medo do crime, para a democratização brasileira. Mais recentemente, Santana e Carmo (2015) analisaram as consequências da prioridade atribuída ao setor privado pela política de segurança pública no estado de Pernambuco para os índices de violência, enquanto Lopes (2015b) investigou as violações de direitos civis cometidas por vigilantes na cidade de São Paulo.

Em grande medida, os estudos sobre controle, regulação e violações de direitos também remetem ao tema de outros quatro estudos (5,9%), que é *poderes legais*. Esses estudos analisam os fundamentos e os limites definidos pelo Judiciário aos poderes da segurança privada para questionar, usar a força física e realizar prisões (Lopes, 2018a), revistar funcionários em espaços de trabalho (Lopes, 2018c), obstruir a entrada, expulsar e revistar usuários de “propriedades privadas de massa”, como shoppings centers (Lopes, 2020), e revistar consumidores (Bachett; Lopes, 2020).

Também entre os temas mais frequentes, outros seis estudos (8,8%) abordam o *espaço urbano*, tendo em vista a articulação da segurança privada com os condomínios fechados e, em geral, com a segregação socioespacial. O estudo seminal desse tema é o de Caldeira (1996), que compara a disseminação dos “enclaves fortificados” em São Paulo e em Los Angeles. Posteriormente, vieram outras comparações dessa articulação entre segurança privada e espaço urbano entre São Paulo e Johannesburgo (Murray, 2004) e discussões mais amplas sobre as cidades brasileiras (Schmidt, 2012) e a América Latina (Glebbeck; Koonings, 2016). Estudos mais recentes deram novas contribuições à compreensão da articulação entre segurança privada e espaço urbano em São Paulo (Garmany; Galdeano, 2018) e realizaram análises mais detidas sobre as narrativas que orientam as práticas cotidianas dos vigilantes em condomínios fechados (Argentin, 2020).

Entre os fatores mais enfatizados pelos estudos que articulam a expansão da segurança privada à segregação socioespacial estão *medo e insegurança*, tema específico abordado por cinco estudos (7,4%). Ainda nos anos 1990, Feiguin e Lima (1995) analisam as reações e os comportamentos da população diante do medo do crime na cidade de São Paulo. Depois, Koury (2004; 2011) reflete sobre a “indústria do medo” no Brasil, com foco nas relações entre juventude e violência. Oliva (2015) discute a “cultura do medo” e a busca pela

sensação de segurança; e Fermín (2018) analisa as implicações dos “imaginários da insegurança” no cotidiano e no espaço urbano das cidades de Pelotas e de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

De fato, o medo e a insegurança fazem parte dos vários discursos que justificam a segurança privada. Três estudos (4,4%) abordam justamente o tema *discursos da vigilância*: Kanashiro (2006; 2008) analisa os discursos e as representações associadas às câmeras de vigilância em espaços públicos, a partir do caso do Parque da Luz, em São Paulo, enquanto Galdeano (2014) examina os discursos religiosos usados nessas justificações em uma periferia da cidade de São Paulo.

Tematicamente, os estudos sobre os discursos da vigilância se aproximam de outros cujo foco é a *opinião pública* sobre a segurança privada (n = 3 | 4,4%). Lemos *et al.* (2011) apresentam os resultados de um levantamento sobre a implantação de câmeras de vigilância em um campus da UFBA, enquanto Lopes (2015a; 2018b) analisa dados de *surveys* aplicados no estado de São Paulo sobre as preferências, os índices de confiança e as percepções da população sobre a segurança pública e privada.

Outros estudos buscam descrever a evolução e as características dos profissionais e das empresas de segurança privada, cuja temática é categorizada como *perfil do setor* (n = 5 | 7,4%). Enquanto Wawrzyniak (2000) traça a trajetória da categoria profissional dos vigilantes no estado do Paraná, Cubas (2002) analisa a expansão da segurança privada em São Paulo e caracteriza o funcionamento das empresas – uma década depois, essa expansão e essas características, bem como as fontes de dados sobre o setor, foram reavaliadas por Lopes (2013). Vilar (2009) interpreta a expansão e as características da segurança privada a partir de teorias da sociologia econômica e Firmino *et al.* (2013) descrevem o perfil do setor de segurança eletrônica, mapeando a legislação, o debate acadêmico e as tecnologias disponíveis.

Alguns temas que aparecem com menor frequência se aproximam desses estudos sobre o perfil. Dois estudos (9%) são classificados no tema *gênero*: Diogo e Coutinho (2011; 2013) analisam as trajetórias profissionais e as táticas de inserção de mulheres no setor de segurança privada na Região Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina. Outros dois estudos são classificados em temas únicos: por um lado, *gestão empresarial* (n = 1 | 1,5%): Kusther *et al.* (2010) analisam as mudanças no processo de gestão interna das empresas de segurança privada decorrentes de iniciativas de inovação tecnológica; por outro, *treinamento* (n = 1 | 1,5%): Larkins (2017) analisa a importância atribuída ao corpo no treinamento dos vigilantes.

Alguns estudos seguem o mesmo intuito descritivo do perfil do setor, mas buscam caracterizar a atuação da segurança privada, classificados no tema *práticas de vigilância* (n = 3 | 4,4%). Kanashiro (2009) discute as maneiras pelas quais o foco das tecnologias de vigilância é direcionado à mobilidade e à circulação. Del Carpio (2017) analisa as práticas dos vigilantes a fim de compreender o que, como e por que protegem o que protegem, considerando desde o cuidado doméstico até as relações com a polícia. Durão (2019) também caracteriza as práticas a partir das “pluralidades do sensível”, que remetem às decisões tomadas no cotidiano, em momentos e contextos locais.

Ainda considerando as características dessa atuação dos vigilantes, três estudos (4,4%) definem um foco mais específico em suas *relações com o espaço de trabalho*: Gonçalves (2019a; 2019b) aborda as experiências dos vigilantes que atuam nos casarões do Centro Histórico de São Luís, no Maranhão, cujo sentimento de vulnerabilidade envolve a convivência com espectros de “seres intangíveis”; enquanto Santos (2015) problematiza a relação que os vigilantes, prestadores de serviços em museus e para transportadoras de pinturas e outras obras artísticas, estabelecem com o próprio “mundo da arte”.

Esse recorte delimitado ao espaço de trabalho é comum a outros estudos que redirecionam suas análises para a atuação da segurança privada no controle de trabalhadores, classificados no tema *vigilância em espaços de trabalho* (n = 2 | 2,9%). Silva, Montagner e Roselino (2006) argumentam que as tecnologias de vigilância em espaços de trabalho, mais do que proteger os bens patrimoniais, são utilizadas em prol da produtividade ao monitorar o tempo e os comportamentos dos trabalhadores. Ostronoff também (2018) discute as tecnologias de vigilância como forma de controle do trabalho, com foco em supermercados.

Via de regra, a análise da atuação da segurança privada ainda levou à consideração suas relações com outros atores, sobretudo do setor público. Quatro estudos (5,9%) são classificados no tema *relações intersetoriais*: Chaves (2008) discute as relações entre o setor de segurança privada e o Governo do Estado de Pernambuco entre 1999 e 2006; enquanto Zanetic (2009a; 2010a) analisa os impactos da expansão da segurança privada nas atividades da polícia e os arranjos estabelecidos entre esses dois atores; por sua vez, Oliveira (2019) mapeia as redes formais e informais entre a segurança privada, a polícia e outros atores que policiam o Carnaval de Salvador.

Outros estudos consideraram as implicações do trabalho na segurança privada para os próprios profissionais que compõem esse setor, classificados no tema *saúde dos vigilantes* (n = 4 | 5,9%). Vieira, Barros e Lima (2007a; 2007b) analisam as consequências do trabalho na saúde mental dos vigilantes bancários e revisam as premissas dos estudos sobre a psicologia do trabalho para compreender tais processos de adoecimento; enquanto Vieira, Lima e Lima (2012) discutem propostas para o enfrentamento do assédio moral sofrido pelos vigilantes no ambiente de trabalho. Anjos e Mendes (2007) contribuíram a esse tema ao avaliar a saúde dos vigilantes de uma empresa multinacional de transporte de valores em Vitória, Espírito Santo.

Por fim, as implicações da expansão da segurança privada também são consideradas por autores que discutem conceitos e teorias. O tema de dois estudos (2,9%) é *conceito de policiamento*: Zanetic (2012; 2013) discute as reformulações do conceito e compara a segurança privada à polícia, no que diz respeito ao uso da força. Outros dois estudos (2 | 9%) têm como tema a teoria weberiana do *monopólio da violência*: primeiro, Silva (2008) reflete sobre diferentes formas de policiamento privado e problematiza a expansão da segurança privada juntamente ao “bico” policial; posteriormente, Silva Jr. (2018) analisa as disputas em torno do monopólio da violência a partir de notícias jornalísticas sobre homicídios contra indígenas no Mato Grosso do Sul.

ESCOPOS

Os estudos coletados variam em seus níveis de análise e, conseqüentemente, no escopo territorial de suas inferências. Entre os 68 estudos, o escopo mais frequente é o nacional (n = 23 | 33,8%), com análises sobre o setor de segurança privada no Brasil como um todo. Mas há tanto um escopo mais amplo, regional, que situa o setor brasileiro na América Latina, quanto escopos mais restritos, de níveis estadual, municipal ou local – além de estudos de cunho teórico que refletem conceitualmente sobre a segurança privada sem um escopo territorial definido. A Tabela 7 apresenta a frequência de estudos por escopo:

TABELA 7

Escopo das análises e das inferências

Escopo	n	%
Local	9	13,2
Local agregado/comparado	9	13,2
Municipal	7	10,3
Municipal agregado/comparado	6	8,8
Estadual	6	8,8
Estadual agregado/comparado	4	5,9
Nacional	23	33,8
Regional	1	1,5
Teórico	3	4,4
Total	68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mostrado na Tabela 7, 41 (60,3%) estudos coletados têm escopos territoriais delimitados aos níveis estadual, municipal ou local, incluindo agregados/comparados. A despeito dos níveis de análise de cada estudo⁷, a região brasileira que concentra a maioria das pesquisas é o Sudeste, com 22 (32%) dos 68 estudos e, especificamente, o estado de São Paulo, com 17 estudos (25%) – cuja predominância é reforçada por outros 4 estudos (6%) que abrangem o Sudeste e o Sul, comparando os estados de São Paulo e do Paraná. De fato, como demonstra o Quadro 2, entre os estudos que descem do nível estadual para municípios ou localidades em sua jurisdição, a cidade de São Paulo é a mais pesquisada no estado, na região e, em geral, no país, com 13 estudos – comparativamente, apenas 2 estudos foram realizados em outro município paulista, em Campinas. Os estados de Minas Gerais (n = 3), do Espírito Santo (n = 1) e do Rio de Janeiro (n = 1) somam os outros 5 estudos situados no Sudeste, com pesquisas nas cidades de Belo Horizonte, de Vitória e do Rio de Janeiro, respectivamente.

⁷ Ou seja, essa descrição se refere às regiões, aos estados e aos municípios do Brasil onde as pesquisas foram realizadas: inferimos o estado e o município de análise mesmo que o escopo de uma dada pesquisa tenha se limitado ao nível local (um único condomínio residencial, por exemplo).

QUADRO 2

Regiões, estados e municípios estudados

Região	Estado	Cidade	n	%
Sudeste	São Paulo	Campinas	2	2,9
		São Paulo	13	19,1
		-	2	2,9
	Minas Gerais	Belo Horizonte	3	4,4
	Espírito Santo	Vitória	1	1,5
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1	1,5
Nordeste	Bahia	Salvador	3	4,4
		Ondina	1	1,5
	Maranhão	São Luís	2	2,9
	Pernambuco	-	2	2,9
Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas e Rio Grande	1	1,5
		Porto Alegre e Viamão	1	1,5
	Santa Catarina	Florianópolis	2	2,9
		Lages	1	1,5
	Paraná	-	1	1,5
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	1	1,5
Sul e Sudeste	São Paulo e Paraná	-	4	5,9
Estudos de escopo nacional, regional ou teóricos			27	39,7
Total			68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto às outras regiões do país, 8 (12%) estudos estão situados no Nordeste: no estado da Bahia (n = 4), com 3 estudos na cidade de Salvador e 1 em Ondina; no estado do Maranhão (n = 2), na cidade de São Luís; e 2 estudos com escopo estadual em Pernambuco. Já na região Sul, são identificados 6 (9%) estudos: no estado de Santa Catarina (n = 3), com 2 estudos em Florianópolis e 1 em Lages; no estado do Rio Grande do Sul (n = 2), com 2 estudos comparativos entre Porto Alegre e Viamão e entre Pelotas e Rio Grande; e 1 estudo no estado do Paraná – estado que, como mencionado anteriormente, foi comparado a São Paulo em outros 4 estudos. Na região Centro-Oeste, há apenas 1 (1%) estudo, com foco no estado do Mato Grosso do Sul. Não identificamos nenhum estudo na região Norte do Brasil.

Via de regra, os estudos com escopos mais amplos, como o nacional e o regional, realizam discussões gerais e não delimitam suas análises e inferências sobre determinados espaços de atuação da segurança privada. Conforme se passa do escopo estadual até o local, porém, muitos estudos delimitam esse enfoque – obviamente, a maioria dos estudos de escopo local, incluindo os agregados/comparados, atentam-se às particularidades e nuances da atuação da segurança privada em espaços bem delimitados. Dos 68 estudos coletados, 20 (29%) produzem

inferências sobre a segurança privada de maneira delimitada em espaços de atuação específicos, sendo 16 (24%) de escopo local único ou locais agregados/comparados. Esses espaços de atuação incluem agências bancárias (Vieira; Barros; Lima, 2007a; 2007b; Vieira; Lima; Lima, 2012); condomínios residenciais (Caldeira, 1996; Argentin, 2020); parques públicos (Kanashiro, 2006; 2008); eventos públicos, como o carnaval (Oliveira, 2019); estabelecimentos comerciais, como supermercados (Ostronoff, 2018); *campi* universitários (Lemos *et al.* 2011; Durão, 2019); museus (Santos, 2015); bairros (Galdeano, 2014); zona rural (Silva Jr., 2018); transporte de valores (Anjos; Mendes, 2007). Além desses, outros estudos abrangem espaços diferentes, como casarões históricos onde funcionam faculdades, museus e arquivos (Gonçalves, 2019a; 2019b); shopping centers, condomínios residenciais e *campi* universitários (Zanetic, 2010a); bairros e estabelecimentos comerciais (Del Carpio, 2017); e “propriedades privadas de massa”, conceito que reúne vários desses espaços de uso coletivo, embora de acesso e circulação controlada pela segurança privada (Lopes, 2020).

DIMENSÃO METODOLÓGICA

A terceira parte da análise se concentra na dimensão metodológica dos estudos sobre a segurança privada no Brasil. Inicialmente, baseados em King, Keohane e Verba (1994, p. 6), distinguimos os estudos entre empíricos, ensaísticos e teóricos: empíricos, os que fazem inferências a partir do uso de procedimentos para coleta e análise de dados; ensaísticos, aqueles com inferências feitas a partir de revisão bibliográfica não sistemática; e teóricos, os com discussões conceituais. Dos 68 estudos coletados, 44 (65%) são empíricos, incluindo todas as dissertações e as teses, enquanto 21 (31%) são ensaísticos e 3 (4%) são teóricos. Para o total de 52 artigos, por conseguinte, 21 (40%) ensaísticos e 3 (6%) teóricos correspondem a 46% desse tipo de produção acadêmica, em comparação aos 28 (54%) artigos empíricos. Assim, os estudos sobre a segurança privada no Brasil são predominantemente empíricos, embora haja um número considerável de artigos ensaísticos.

Identificados os estudos empíricos, nos concentramos em algumas características de seus procedimentos metodológicos – excluindo dessa análise, portanto, os estudos ensaísticos e teóricos. Primeiro, nota-se que os estudos empíricos são predominantemente descritivos ($n = 41$ | 93%) em vez de explicativos ($n = 3$ | 7%), o que significa que o propósito da maior parte desses estudos é descrever o setor de segurança privada ou temas relativos, sem a intenção de explicar suas causas ou efeitos por meio de variáveis ou mecanismos.

Entre métodos qualitativos, quantitativos e mistos, identificamos uma predominância de estudos empíricos que integram algum tipo de dado e técnica de coleta e/ou análise qualitativa e quantitativa, classificados como mistos, seguidos dos estudos empíricos que são inteiramente qualitativos:

TABELA 8

Método qualitativo, quantitativo ou misto dos estudos empíricos

Método	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Geral	%
Qualitativo	12	42,9	6	46,2	0	0	18	40,9
Quantitativo	6	21,4	0	0	0	0	6	13,6
Misto	10	35,7	7	53,8	3	100	20	45,5
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

O maior número de métodos mistos decorre de dois aspectos de nossa classificação. Por um lado, adotamos uma definição ampla de método misto, baseada na tipologia de Small (2011), que distingue “coleta mista” (estudos que integram técnicas para coletar dados qualitativos e quantitativos, bem como para analisá-los) e “análise mista” (estudos que, embora coletem um único tipo de dado, cruzam ou integram técnicas qualitativas e quantitativas para analisá-lo). Dos 20 estudos de método misto, 11 são de coleta mista e 9 são de análise mista. Por outro lado, nossa classificação considera as técnicas de coleta e análise referentes aos dados que são efetivamente utilizados para responder às perguntas dos estudos – e não somente para contextualização, por exemplo. Ainda assim, muitos estudos usam fontes documentais ou estatísticas oficiais, em maior ou menor medida. Entre os estudos de “coleta mista”, predomina o uso de estatísticas oficiais (presentes em oito estudos, em comparação a três que usam *surveys*), enquanto nos estudos de “análise mista” predomina o uso de fontes documentais (em todos os nove desse tipo, em comparação a três que usam entrevistas). Portanto, os estudos empíricos de métodos mistos não necessariamente realizam integrações sistemáticas de procedimentos para coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos – ao contrário, podem integrar fontes secundárias aos seus procedimentos predominantemente qualitativos ou quantitativos.

Pensando nesse *continuum*, como sugerem Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), diferenciamos os estudos de métodos mistos por sua prioridade qualitativa, quantitativa ou igualmente atribuída a ambos os métodos. Se considerarmos como métodos mistos apenas os estudos empíricos que atribuem prioridades iguais a ambos os métodos – e, em outras palavras, se somarmos os estudos empíricos qualitativos aos métodos mistos com prioridade qualitativa, fazendo o mesmo com os quantitativos – podemos concluir que predominam os estudos empíricos mais próximos do polo qualitativo do *continuum*: 18 inteiramente qualitativos e 7 mistos com prioridade qualitativa representam 57% dos estudos empíricos; 6 inteiramente quantitativos e 2 mistos com prioridade quantitativa representam 18% dos estudos empíricos; e, por fim, restam os 11 estudos de métodos mistos com prioridade igual, representando 25% dos estudos empíricos. A Tabela 9 distingue esses métodos e frequências por artigos, dissertações e teses.

TABELA 9

Métodos e prioridades qualitativas, quantitativas e mistas

Métodos e prioridades	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Geral	%
Inteiramente qualitativos ou mistos com prioridade qualitativa	14	50	8	62	3	100	25	57
Inteiramente quantitativos ou mistos com prioridade quantitativa	8	29	0	0	0	0	8	18
Mistos com prioridade igual	6	21	5	38	0	0	11	25
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez que nossa classificação dos procedimentos metodológicos leva em consideração apenas as técnicas de coleta e análise efetivamente usadas para responder às perguntas dos estudos, buscamos identificar cada uma dessas técnicas usadas. No entanto, também cabe ressaltar a dificuldade dessa identificação. A grande maioria dos estudos empíricos especifica as técnicas usadas na coleta dos dados ($n = 42 \mid 96\%$) – de fato, apenas dois artigos não especificam essas técnicas. Mas o inverso ocorre com as técnicas usadas na análise: apenas 9 (21%) especificam, em comparação a 35 (80%) que não o fazem.

A respeito das técnicas usadas na coleta dos dados, sete tipos foram identificados: entrevistas, *surveys*, observações diretas, observações participantes/etnografias, fontes documentais, estatísticas oficiais e vídeos. A Tabela 10 demonstra quantas vezes cada técnica de coleta foi usada nos estudos empíricos, enquanto a Tabela 11 sistematiza os estudos de acordo com as técnicas usadas, incluindo suas combinações – entre os 44 estudos empíricos, 23 (52%) combinam duas ou mais técnicas de coleta, enquanto 21 (48%) usam uma única técnica.

TABELA 10

Frequência de cada técnica de coleta ou fonte de dados

Técnicas e fontes	n	%
Fontes documentais	25	30,1
Entrevistas	22	26,5
Estatísticas oficiais	11	13,3
Observações diretas	9	10,8
Observações participantes/etnografias	9	10,8
<i>Surveys</i>	6	7,2
Vídeos	1	1,2
Total	83*	100

* Um estudo pode conter mais do que uma técnica ou fonte.

Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 11

Técnicas de coleta e fontes de dados dos estudos empíricos

Técnicas e fontes	n	%
Entrevistas + Fontes documentais	7	15,9
Fontes documentais	6	13,6
Observações participantes/etnografias	6	13,6
<i>Surveys</i>	4	9,1
Entrevistas + Observações diretas + Fontes documentais	3	6,8
Entrevistas + Observações diretas + Fontes documentais + Estatísticas oficiais	3	6,8
Estatísticas oficiais	3	6,8
Fontes documentais + Estatísticas oficiais	3	6,8
Entrevistas	2	4,5
Entrevistas + Observações participantes/etnografias	2	4,5
Entrevistas + Fontes documentais + Estatísticas oficiais	1	2,3
Entrevistas + Fontes documentais + <i>Surveys</i>	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas + Observações participantes/etnografias + Fontes documentais + Estatísticas oficiais + Vídeos	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas + <i>Surveys</i>	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

As mesmas análises são feitas para as técnicas de análise dos dados, sobre as quais são identificados 6 tipos: análise qualitativa não sistemática, análise de conteúdo, análise interpretativa, método sistemático-dialético, estatística básica e estatística avançada. Conforme ressaltado anteriormente, a ausência de esclarecimentos a respeito da análise dos dados se reflete na classificação das técnicas analíticas, com a predominância do que chamamos de análises qualitativas não sistemáticas (n = 29 | 45%) – estudos que não especificam as técnicas usadas na análise dos dados. A Tabela 12 demonstra quantas vezes cada técnica de análise é usada, enquanto a Tabela 13 sistematiza os estudos de acordo com as técnicas usadas e suas combinações – nesse caso, entre os 44 estudos empíricos, 20 (45%) combinam duas técnicas de análise, enquanto 24 (55%) usam uma única técnica.

TABELA 12

Frequência de cada técnica de análise dos dados

Técnicas de análise	n	%
Análise qualitativa não sistemática	29	45,3
Estatística básica	23	35,9
Análise de conteúdo	7	10,9
Estatística avançada	3	4,7
Análise interpretativa	1	1,6
Método sistemático-dialético	1	1,6
Total	64	100

* Um estudo pode conter mais do que uma técnica de coleta.

Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 13

Técnicas de análise dos dados dos estudos empíricos

Técnicas	n	%
Análise qualitativa não sistemática	15	34,1
Análise qualitativa não sistemática + Estatística básica	14	31,8
Análise de conteúdo + Estatística básica	4	9,1
Estatística básica	4	9,1
Análise de conteúdo	2	4,5
Estatística avançada	2	4,5
Análise de conteúdo + Estatística avançada	1	2,3
Análise interpretativa + Estatística básica	1	2,3
Método sistemático-dialético	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se notar que as combinações na fase de análise são feitas entre técnicas de diferentes tipos, uma qualitativa e outra quantitativa, enquadrando-se na tipologia de métodos mistos, discutida anteriormente. As combinações na fase de coleta, porém, também são feitas entre técnicas de coleta e fontes de dados

de um mesmo tipo – que, para os 44 estudos empíricos analisados, dizem respeito aos dados qualitativos. Essas combinações podem ser diferenciadas como multimétodo. Dos 44 estudos empíricos, 20 (46%) combinam diferentes técnicas de coleta e fontes de dados qualitativos, enquanto 24 (55%) não o fazem. A Tabela 14 distingue os estudos empíricos multimétodo por artigos, dissertações e teses.

TABELA 14

Estudos empíricos multimétodo

Multimétodo	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Total	%
Não	20	71	4	31	0	0	24	55
Sim	8	29	9	69	3	100	20	45
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se depreende da Tabela 11, apresentada anteriormente, as principais combinações de técnicas e fontes qualitativas são entrevistas e fontes documentais. Dos 20 estudos multimétodo, que fazem essas combinações qualitativas, 16 (80%) usam entrevistas e fontes documentais – entre eles, 9 (45%) estudos combinam apenas essas duas técnicas, 6 (30%) combinam ambas com observações diretas e 1 (5%) combina essas três técnicas com observações participantes/etnografias e vídeos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do setor de segurança privada representa uma das mais profundas mudanças no policiamento do século XX, despertando interesse acadêmico em diferentes contextos, inclusive no brasileiro. Porém, ainda carecíamos de um panorama dos estudos sobre o fenômeno. Neste artigo, apresentamos um balanço sistemático da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por 68 artigos, dissertações e teses publicadas até o ano de 2020. Os resultados demonstram que a produção acadêmica das ciências sociais vem acompanhando a expansão desse setor, especialmente a partir dos anos 2000, quando observamos um crescimento das produções sobre o fenômeno.

Os estudos são analisados a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Na dimensão formal, apontamos que os estudos sobre a segurança privada no Brasil são desenvolvidos por quase uma centena de autores(as), com diferentes formações e vinculações, mas estão concentrados tanto institucionalmente, na USP e na UEL, quanto disciplinarmente, na Ciência Política. Em grande medida, essa concentração também é autoral, já que apenas dois autores são responsáveis conjuntamente por quase 1/3 das publicações.

Na dimensão substantiva, identificamos 20 temas centrais nos estudos, o que revela a diversidade e a riqueza dos objetos de pesquisa em torno do fenômeno. Esses temas compõem linhas temáticas mais amplas, por exemplo, sobre regulação, controle, fundamentos e limites dos poderes da segurança privada, que são questões prementes perante as violações de direitos cometidas por vigilantes; sobre as articulações da segurança privada com as dinâmicas do espaço urbano, o medo, a insegurança e outros discursos e opiniões que a justificam; ou, em geral, sobre o perfil do setor, como as características das empresas, dos profissionais e de suas práticas. Alguns desses estudos têm escopos amplos, como nacional

ou regional, enquanto outros delimitam análises e inferências aos níveis estadual, municipal ou local – em sua maioria no Sudeste, principalmente em São Paulo.

Por fim, do ponto de vista metodológico, observa-se o predomínio de estudos empíricos, embora haja um número considerável de artigos ensaísticos. Entrevistas e fontes documentais estão entre as técnicas de coleta e fontes de dados mais usadas, seguidas pelas estatísticas oficiais. Apesar de muitos desses estudos combinarem dados ou técnicas de coleta e/ou análise qualitativa e quantitativa, eles são predominantemente descritivos e de natureza qualitativa (inteiramente ou mistos com tal prioridade) – embora, em sua maioria, não especifiquem as técnicas usadas na análise dos dados. Apenas 8 estudos empíricos (18,2%) são inteiramente quantitativos ou mistos com prioridade quantitativa.

Com este balanço, esperamos auxiliar cientistas sociais interessados na segurança privada a se situarem na produção acadêmica sobre o fenômeno e a identificarem temas, escopos, métodos e, em geral, novas direções para pesquisas futuras. Mais estudos empíricos de cunho explicativo, quantitativo e para além do Sudeste, por exemplo, seriam bem-vindos. Um dos desafios à frente, ao qual buscamos contribuir, é ampliar a agenda de pesquisa sobre policiamento, entendido de maneira plural e não restrito às polícias (Lopes; Paes-Machado, 2021; Patriarca, 2023). É preciso levar a sério as diversas formas de policiamento privado na sociedade brasileira, cuja face mais visível é o setor de segurança privada, tanto quanto refletimos e debatemos sobre o policiamento público no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Luiz dos; MENDES, Roberto Lavieri. Nível de atividade física dos vigilantes que transportam numerários. **Lecturas**: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, ano 11, n. 105, 2007.

ARGENTIN, Paola Daniela. Rumores e fofocas da (in)segurança. **Sociabilidades Urbanas**: Revista de Antropologia e Sociologia, Salvador, v. 4, n. 12, p. 59-75, 2020.

ARIAS, Patricia. **Seguridad privada en América Latina**: el lucro y los dilemas de una regulación deficitaria. Santiago: FLACSO, 2009.

BACHETT, Herbert; LOPES, Cleber da Silva. O poder de revista da segurança privada: os fundamentos e limites das revistas realizadas em consumidores. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 203-226, 2020.

BAYLEY, David; SHEARING, Clifford. The future of policing. **Law and Society Review**, Cambridge, v. 30, n. 3, p. 585-606, 1996.

BERG, Julie; HOWELL, Simon. The private security complex and its regulation in Africa: select examples from the continent. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, Michigan, v. 41, n. 4, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.034, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre medidas de segurança para Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Créditos, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 8952, 21 out. 1969.

BRASIL. **Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983**. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 10737, 21 jun. 1983.

CALDEIRA, Teresa. Fortified enclaves: the new urban segregation. **Public Culture**, Chicago, v. 8, n. 2, p. 303-328, 1996.

CAONERO, Francesca; GODNIK, William; FERNÁNDEZ, Sonia; BUSTAMANTE, Julián; NATENZON, Samanta. Control y regulación de las empresas de seguridad privada en América Latina y el Caribe: un análisis comparativo. **Policia y Seguridad Pública**, El Salvador, v. 1, n. 1, p. 175-241, 2011.

CHAVES, Maria Carmen Araújo de Castro. **As relações entre as empresas de segurança privada e o governo do estado de Pernambuco entre 1999 e 2006**: um estudo de caso. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CUBAS, Viviane. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUBAS, Viviane de Oliveira. A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-180, 2017.

CUNNINGHAM, William; STRAUCHS, John; VAN METER, Clifford. **Private security trends, 1970-2000**: the Hallcrest report II. Oxford: Butterworths-Heinemann, 1990.

DE WAARD, Jaap. The private security industry in international perspective. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 7, n. 2, p. 143-174, 1999.

DEL CARPIO, Maya Alejandra Benavides. **“Tou te cuidando”**: práticas de policiamento e cuidado dos guardas de segurança privada em Porto Alegre e Viamão. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. O desafio de tornar-se sujeito da própria história: análise de uma trajetória socioprofissional. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 178-191, 2011.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A inserção de mulheres no segmento de vigilância patrimonial privada: entre conquistas e manutenções. **Psico**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-431, 2013.

DURÃO, Susana. Ação policial: nos limites plurais do sensível. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 87-109, 2019.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Do que fala quem fala sobre polícia no Brasil? Uma revisão da literatura. **Análise Social**, Lisboa, v. 55, n. 234, p. 72-99, 2020.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo: FBSP, ano 8, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/67>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, ano 10, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/65>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, ano 15, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/60>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FEIGUIN, Dora; LIMA, Renato Sérgio de. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73-80, 1995.

FERMÍN, Alejandro Maldonado. **Imaginários da insegurança**: segurança privada e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

FIRMINO, Rodrigo José; KANASHIRO, Marta; BRUNO, Fernanda; EVANGELISTA, Rafael; NASCIMENTO, Liliane da Costa. Fear, security, and the spread of CCTV in Brazilian cities: legislation, debate, and the market. **Journal of Urban Technology**, v. 20, n. 3, p. 65-84, 2013.

FLORQUIN, Nicolas. A booming business private security and small arms. In: BERMAN, Eric; KRAUSE, Keith; LEBRUN, Emile; MCDONALD, Gleen (Eds.). **Small arms survey 2011**: states of security. USA: Cambridge University Press, 2011, p. 101-133.

GALDEANO, Ana Paula. Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 38-60, 2014.

GARMANY, Jeff; GALDEANO, Ana Paula. Crime, insecurity and corruption: considering the growth of urban private security. **Urban Studies**, Glasgow, v. 55, n. 3, p. 1111-1120, 2018.

GLEBBEEK, Marie-Louise; KOONINGS, Kees. Between morro and asfalto: violence, insecurity and socio-spatial segregation in Latin American cities. **Habitat International**, v. 54, n. 1, p. 3-9, 2016.

GONÇALVES, Gabriela Lages. Entre visagens e casarões: considerações sobre formas de vulnerabilidade a partir dos vigilantes do Centro Histórico de São Luís. **Campos** – Revista de Antropologia, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 122-133, 2019a.

GONÇALVES, Gabriela Lages. **Quem vigia o casarão?** Uma análise sobre a convivência entre vigilantes e seres intangíveis no Centro Histórico de São Luís. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019b.

HUGGINS, Martha Knisely. Urban violence and police privatization in Brazil: blended invisibility. **Social Justice**, v. 27, n 2, p. 113-134, 2000.

HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, 2010.

JOHNSON, Robert Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony; TURNER, Lisa. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KANASHIRO, Marta Mourão. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security. **Surveillance & Society**, Chapel Hill, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008.

KANASHIRO, Marta Mourão. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 41-54, 2009.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Antropologia Experimental**, Jaén, n. 4, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-486, 2011.

KUSTHER, Eribelto Alves; BINOTTO, Erlaine; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; NOGUEIRA, Maria Aparecida Farias de Souza; CASAROTTO, Eduardo Luis. Inovação tecnológica e suas influências no processo de gestão: uma análise no setor de segurança privada patrimonial. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 3, n. 1, p. 7-26, 2010.

LARKINS, Erika Robb. Guarding the body: private security work in Rio de Janeiro. **Conflict and Society**, v. 3, p. 60-72, 2017.

LEMONS, André; QUEIROZ, Camila; SANTANA, Egideilson; FAGUNDES, Frederico; BALEEIRO, Gabriela. Câmeras de vigilância e cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. **Alceu** – Revista de Comunicação, Cultura e Política, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 143-153, 2011.

LOPES, Cleber da Silva. **Como se vigia os vigilantes**: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LOPES, Cleber da Silva. O controle da segurança privada: balanço da literatura internacional e situação das pesquisas no Brasil. **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 68, p. 99-115, 2009.

LOPES, Cleber da Silva. Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 99-121, 2011.

LOPES, Cleber da Silva. **O controle da segurança privada no Brasil**: um estudo das condições que geram controle de acordo com o interesse público. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOPES, Cleber da Silva. O setor de segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, 2013.

LOPES, Cleber da Silva. Assessing private security accountability: a study of Brazil. **Policing and Society**, v. 25, n. 6, p. 641-662, 2014.

LOPES, Cleber da Silva. Como os paulistanos veem os setores de segurança pública e segurança privada: estudo exploratório com dados de uma pesquisa de *survey*. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 13, n. 26 p. 207-231, 2015a.

LOPES, Cleber da Silva. Segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 651-671, 2015b.

LOPES, Cleber da Silva. As ferramentas legais universais da segurança privada: um estudo sobre os direitos de questionar, usar força física e prender dos seguranças particulares brasileiros. **Dilemas** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 97-126, 2018a.

LOPES, Cleber da Silva. Plural policing and public opinion in Brazil. **Security Journal**, v. 31, n. 2, p. 451-469, 2018b.

LOPES, Cleber da Silva. Policing labor: the power of private security guards to search workers in Brazil. **Crime, Law and Social Change**, v. 70, p. 583-602, 2018c.

LOPES, Cleber da Silva. Os poderes dos seguranças particulares no policiamento das propriedades privadas de massa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 381-410, 2020.

LOPES, Cleber da Silva. A segurança privada não controlada. *In*: FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022, p. 350-358.

LOPES, Cleber da Silva; MORAES, Caio Cardoso de. Statutory regulation of the security industry under pressure: the Brazilian case. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, v. 45, n. 2, p. 189-205, 2019.

LOPES, Cleber da Silva; PAES-MACHADO, Eduardo. A segurança em mutação: concepções, práticas e experiências no século XXI. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 114, p. 13-28, 2021.

MINNAAR, Anthony. Private-public partnerships: private security, crime prevention and policing in South Africa. **Acta Criminologica**: African Journal of Criminology & Victimology, v. 18, n. 1, p. 85-114, 2005.

MORAES, Caio Cardoso de. **A atuação política do setor de segurança privada no Brasil**: um estudo sobre o Estatuto da Segurança Privada. 127 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 84, p. 148-187, 2017.

MURRAY, Martin. The spatial dynamics of postmodern urbanism: social polarisation and fragmentation in São Paulo and Johannesburg. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 22, n. 2, p. 139-164, 2004.

MUSUMECI, Leonarda. **Texto para Discussão (TD) 560**: Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

NALLA, Mahesh; GURINSKAYA, Anna. Common past – different paths: exploring state regulation of private security industry in Eastern Europe and post-Soviet republics. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, Michigan, v. 41, n. 4, p. 305-321, 2017.

OLIVA, Diego Coletti. Em busca da segurança: tecnologias contra o medo. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 122-141, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 38, p. 239-265, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Santos. O policiamento e a democracia. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 33, p. 129-148, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Santos. Crime, controle do crime e governança democrática. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 49-78, 2010.

OLIVEIRA, Pedro. **O espetáculo da segurança no reino da folia**: as redes de segurança, os padrões de expressividade corporal e as práticas de policiamento de multidão no Carnaval de Salvador. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

OSTRONOFF, Leonardo José. Vigilância, controle e tecnologia: um estudo sobre o setor supermercadista em São Paulo. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 1, p. 127-140, 2018.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Segurança privada, direitos humanos e democracia: notas preliminares sobre novos dilemas políticos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 31, p. 131-141, 1991.

PATRIARCA, Gabriel. Policiamento plural: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1-28, 2023.

SANTANA, Carlos Luiz de; CARMO, Erinaldo Ferreira do. Menos Estado, menos polícia, mais segurança privada: uma análise da estrutura da política de segurança no governo FHC e seus impactos em Pernambuco (1995-2000). **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 37-48, 2015.

SANTOS, Bruno Marco Cuer dos. **Visitando o museu pela porta dos fundos: vigilantes e transportadores de obras de arte e a resignificação do habitus**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, 2015.

SCHMIDT, Naiara Conservani. Subcidadania e estigma: elementos organizadores do urbano. **Revista LEVS**, Marília, n. 9, p. 69-81, 2012.

SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. Modern private security: its growth and implications. **Crime and Justice**, Chicago, v. 3, p. 193-245, 1981.

SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. Private security: implications for social control. **Social Problems**, Oxford, v. 30, n. 5, p. 493-506, 1983.

SILVA, Antonio Marcos de Sousa. Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea?. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 9-19, 2008.

SILVA, Jorge da. Segurança pública e privada no Brasil. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 12, n. 42, p. 29-48, 1994.

SILVA, Lucas Frazão; MONTAGNER, Miguel; ROSELINO, José Eduardo. O Taylorismo sob controle: o lugar das novas e velhas tecnologias na ordem industrial. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 136-156, 2006.

SILVA JÚNIOR, Oswaldo Rolim da. **As notícias sobre os homicídios de indígenas em Mato Grosso do Sul: a cobertura nos jornais sul-mato-grossenses**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SMALL, Mario Luis. How to conduct a mixed methods study: recent trends in a rapidly growing literature. **Annual Review of Sociology**, v. 37, p. 57-86, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Atividade amputada, paradoxo e conflito: o caso do vigilante Ricardo. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 23-25, 2007a.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Uma abordagem da psicologia do trabalho, na presença do trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 155-167, 2007b.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 256-268, 2012.

VILAR, Flávio Sérgio de Oliveira. **O mercado da segurança privada: a construção de uma abordagem a partir da Sociologia Econômica**. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

WAWRZYNIAK, Sônia Izabel. **Admite-se homem-máquina**: a categoria dos vigilantes no Paraná. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

ZANETIC, André. **A questão da segurança privada**: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZANETIC, André. Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 134-151, 2009a.

ZANETIC, André. The private security in Brazil: some aspects related to the motivations, regulation and social implications of the sector. **Archivos de Criminología, Seguridad Privada y Criminalística**, México, n. 2, 2009b.

ZANETIC, André. **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime**: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

ZANETIC, André. A segurança privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 3, p. 51-70, 2010b.

ZANETIC, André. Policiamento e segurança privada: duas notas conceituais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 471-490, 2012.

ZANETIC, André. Policiamento, segurança privada e uso da força: conceito e características descritivas. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 411-433, 2013.

ARTIGO

EFEITOS DA EXPOSIÇÃO À MÍDIA VIOLENTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (2012-2022)

TULIO KAHN

Sociólogo formado pela PUC de São Paulo, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela USP, Tulio Kahn é consultor da Fundação Espaço Democrático e do IPEA e foi consultor da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, atuando na Coordenadoria de Análise e Planejamento de 2003 a 2011.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

Email: tulio.kahn@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9800-0492>

ROGER FERREIRA

Jornalista (ECA-USP) e mestre em Ciência Política (FFLCH-USP), atuou em redações (Folha de S.Paulo e Veja) e campanhas eleitorais, foi secretário de Comunicação do Governo de São Paulo (2004-2006), fundador da agência Fator F Inteligência em Comunicação e em 2013 lançou a iniciativa Paz na Mídia.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

Email: rogerferreira.comunica@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0000-5455-5990>

FERNANDA POLI GARCIA

Jornalista, especialista em jornalismo político.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

Email: fernanda.poli7@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0003-4166-7506>

TWANNY EMMANUELLY GOMES DE OLIVEIRA

Doutoranda em Economia Aplicada (ESALQ/USP), com mestrado em Economia e Desenvolvimento (UFMS) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Piracicaba

Email: twanny.oliveira@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3000-5828>

GUSTAVO FACUNDO NINO

Orgulhosamente venezuelano. Cientista político. Mestre em Demografia (UFMG). Mais de 10 anos de experiência profissional. Áreas de Atuação: Pesquisa aplicada, Gestão e análise de dados, Construção de indicadores, Desenho, Monitoramento e avaliação de Políticas Públicas.

País: Brasil **Estado:** Costa Rica **Cidade:** San José

Email: gustavopolitologo@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0000-7948-2089>

Contribuições dos autores: Tulio Kahn e Roger Ferreira contribuíram para a concepção e delineamento do estudo, incluindo planejamento, escolha de metodologias e coleta de dados. Além de Kahn e Ferreira, os demais autores participaram da análise dos dados, quantitativos ou qualitativos, interpretação dos resultados e discussão dos achados. Todos participaram ativamente na redação do manuscrito e na revisão crítica do conteúdo.

RESUMO

O artigo analisa de forma sistemática a literatura empírica sobre mídia e violência nos últimos dez anos. Como parte de um relatório maior, o texto concentra-se em 35 artigos que analisaram os efeitos da exposição a

conteúdos violentos. Apesar de apresentar diferentes níveis de robustez, esta literatura demonstra que a exposição ao conteúdo violento tem diversos efeitos deletérios e duradouros, especialmente entre os jovens. Esses incluem comportamento agressivo, transtornos mentais, alterações cerebrais, piora no sono e na alimentação e alterações nas percepções. O texto também procura documentar quais políticas e fatores protetivos podem ser utilizados para amenizar essas externalidades negativas. Os resultados encontrados sugerem que a exposição infantil à violência midiática tem diversos efeitos prejudiciais, incluindo comportamento violento e agressivo, estresse pós-traumático, ansiedade e depressão, dentre outros.

Palavras-Chave: Violência. Mídia. Exposição.

ABSTRACT

EFFECTS OF EXPOSURE TO VIOLENT MEDIA: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE (2012-2022)

The article systematically analyzes the empirical literature on media and violence over the last ten years. As part of a larger report, the text focuses on 35 articles that have analyzed the effects of exposure to violent content. Despite varying levels of robustness, this literature demonstrates that exposure to violent content has a number of deleterious and long-lasting effects, especially among young people. These include aggressive behavior, mental disorders, brain changes, worsened sleep and eating habits and altered perceptions. The text also seeks to document which policies and protective factors can be used to mitigate these negative externalities. The findings suggest that children's exposure to media violence has several detrimental effects, including violent and aggressive behavior, post-traumatic stress, anxiety and depression, among others.

Keywords: Violence. Media. Exposure.

Data de Recebimento: 23/02/2023 – **Data de Aprovação:** 26/03/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1879

INTRODUÇÃO

Há uma farta documentação sobre o tema mídia e violência, dependendo de como definimos os termos de interesse, a começar pelos termos “mídia” e “violência”. Mídia é uma categoria que abrange diversos meios de comunicação, como o rádio, a televisão, o *streaming*, os videogames, os jornais impressos, os *podcasts*, a internet e as redes sociais. Em cada um desses meios, há uma variedade de subcategorias, como filmes de ficção, programas de notícias, músicas, esportes, desenhos animados, dentro das quais há também conteúdo violento. Para fins deste levantamento, o foco será na televisão, nos jornais e na internet, em particular no conteúdo não ficcional, de natureza jornalística.

As mídias podem ser interpretadas de diversas maneiras, por exemplo, por temas como agressões, assassinatos, armas, crimes, brigas interpessoais, suicídios, cenas de sexo e vulgaridade, abortos, casos de terrorismo e massacres em escolas, guerras e conflitos internos e internacionais, para citar apenas alguns.

Além dos temas gerais, associam-se aqueles também relacionados a grupos específicos, como policiais, criminosos, pessoas com deficiência mental, imigrantes, operadores do sistema de justiça criminal e vítimas da violência. É de suma importância compreender a narrativa e como a mídia retrata esses personagens envolvidos no mundo da violência cotidiana. À exceção de tópicos como vulgaridades, pornografia e abortos, tratados em uma parte específica da literatura, os demais temas estão contemplados no conceito de violência, adotado por este trabalho.

Existem diversos mecanismos sociais que controlam a forma como a mídia veicula determinados conteúdos – como sistemas de classificação de conteúdo, autocontrole da imprensa, supervisão parental, projetos de instrução das mídias (*media literacy*), etc. – que visam minimizar os efeitos mais danosos ou sobre aqueles que estão mais vulneráveis. A literatura também apresenta diversos fatores protetores – como religião, família, a comunidade imediata, os pares, valores morais – que parecem ser capazes de filtrar e mediar como esse conteúdo é recebido, minimizando possíveis danos. Esse tópico é relevante por permitir a identificação de políticas públicas e privadas que podem ser aplicadas para minimizar os danos causados à sociedade e às pessoas.

Este trabalho defende que há uma lacuna na literatura brasileira e latino-americana a respeito do tema, apesar de esta ser uma das regiões mais afetadas pelo problema da violência. A revisão tem como objetivo complementar essa lacuna, despertando a atenção para esse relevante problema e para eventuais formas de atenuá-lo. A opção aqui é limitar a revisão a materiais que apresentem evidências, minimamente, robustas sobre os achados acadêmicos dos últimos dez anos e que tenham relação direta aos efeitos da exposição a conteúdos violentos, conforme detalhado nos tópicos seguintes.

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA REVISÃO

O texto procura realizar uma revisão sistemática narrativa¹ da literatura existente a respeito de mídia e violência, para resumir os resultados mais consistentes em relação aos efeitos da exposição à violência exibida na mídia, especialmente na televisão, sobre indivíduos ou grupos específicos da população. A revisão sistemática se justifica quando estamos diante de um grande campo documental, como é o caso. Ela segue protocolos estabelecidos, sendo considerada como uma pesquisa científica rigorosa (Galvão; Ricarte, 2019).

Em uma revisão sistemática, os autores apresentam os critérios de busca, bem como as palavras-chave usadas, os critérios de inclusão e exclusão, os repositórios buscados e todas as informações relevantes para que outros pesquisadores possam replicá-la ou atualizá-la futuramente. Além disso, há uma tentativa de organizar e avaliar os resultados, incluindo as deficiências metodológicas e as lacunas existentes na teoria e nas evidências.

A seleção inicial considerou apenas os termos violência e mídia, em línguas portuguesa, inglesa e espanhola, e se concentrou nos repositórios Scielo, BVS, Science Direct e Web of Science (nos últimos dois repositórios, a seleção limitou-se aos 1.000 artigos mais relevantes). Além disso, o período de interesse foi limitado aos artigos produzidos entre 2012 e 2022, a fim de evitar material desatualizado. No total, foram encontrados 7.011 artigos que atenderam a esses critérios. A Tabela 1, abaixo, mostra a distribuição inicial dos artigos.

¹ Uma revisão narrativa é apropriada quando os estudos quantitativos a serem considerados empregam diversas metodologias ou partem de diferentes conceituações teóricas, construtos e/ou relacionamentos. As revisões narrativas sintetizam os resultados de estudos quantitativos individuais sem referência à significância estatística dos resultados. Elas são um meio particularmente útil de unir estudos sobre diferentes tópicos para reinterpretar ou interconexão, a fim de desenvolver ou avaliar uma nova teoria. As revisões narrativas também podem ser usadas para fornecer uma descrição histórica do desenvolvimento da teoria e da pesquisa sobre um tópico (Galvão; Ricarte, 2019).

TABELA 1

Distribuição quantitativa dos artigos por banco de dados e termos de busca*

Repositório	Palavras-chave	Filtro	Artigos Encontrados
Scielo	violência + medios	2012-2022	267
	violência +mídia	2012-2022	72
	violence + media	2012-2022	538
BVS	violência + medios	2012-2022	612
	violência +mídia	2012-2022	281
	violence + media	2012-2022	3.241
Science Direct*	violence + media	2012-2022	1.000
Web of Science*	violence + media	2012-2022	1.000
Total			7.011

* Data da busca: 10/10/2022 a 14/10/2022.

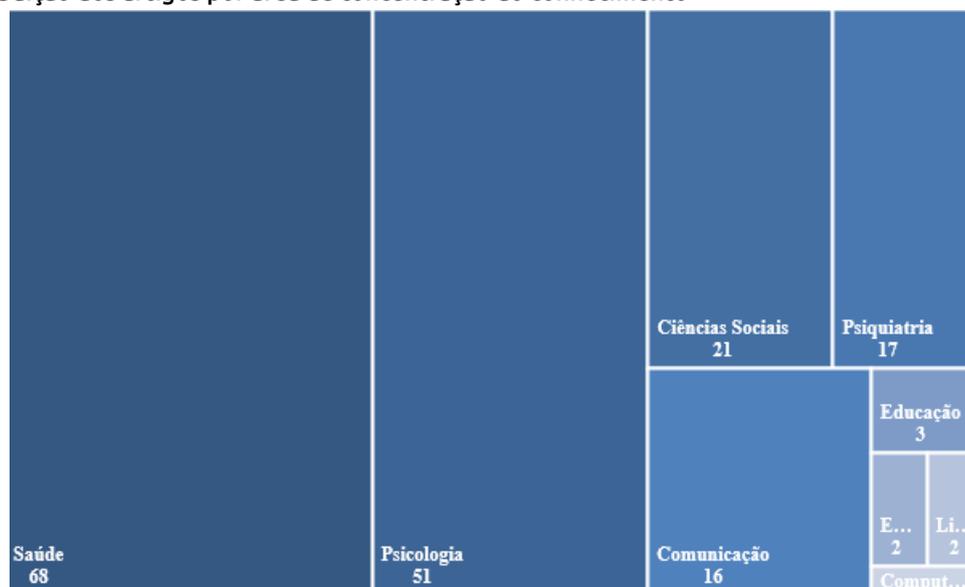
Fonte: Elaboração própria dos autores.

A etapa seguinte foi selecionar, dentro deste universo temático, os artigos que empregam metodologias mais robustas, do tipo experimental ou quase experimental, com base em dados quantitativos obtidos de amostras representativas, com grupos de controle, variáveis de controle, etc. Algumas exclusões foram consideradas de acordo com o tema do artigo: 1) Em relação às mídias: videogames, redes sociais, etc.; 2) Em relação a: pornografia, vulgaridades, aborto, violência obstétrica; 3) Quanto à modalidade: cartoons, filmes de ficção; e 4) Em relação à robustez metodológica: artigos qualitativos, não empíricos e não classificáveis na Escala de Maryland.

Quatro pesquisadores se dividiram para a realização das avaliações independentes dos artigos que deveriam ser revisados e considerados para fichamento completo, com base na leitura dos títulos e dos resumos dos artigos e em uma revisão superficial dos artigos (.pdf), para caso o leitor considere necessário consultar outros dados. Uma lista consolidada de 181 artigos foi elaborada com a dupla revisão de dois pesquisadores e o relatório completo dessa pesquisa foi avaliado por todos os autores.

GRÁFICO 1

Distribuição dos artigos por área de concentração do conhecimento



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Como é perceptível, são áreas do conhecimento nas quais a pesquisa com indivíduos é mais tradicional, que se utilizam de métodos quantitativos para coleta e análise, e que adotam metodologias mais robustas de pesquisa, o que reflete os critérios de busca dessa revisão sistemática. Cinco áreas concentram 95% da literatura – Saúde, Psicologia, Ciências Sociais, Psiquiatria e Comunicação – e as duas primeiras são responsáveis por 65% da produção sobre o tema. Tais áreas são seguidas por Educação (3), Economia (2), Linguística (2) e Computação (1). Desses, 63 artigos tratam, especificamente, da questão dos efeitos da exposição à mídia violenta sobre o público, sobretudo os jovens, e destacaremos aqui 35 artigos que serão o foco desta versão reduzida da pesquisa.

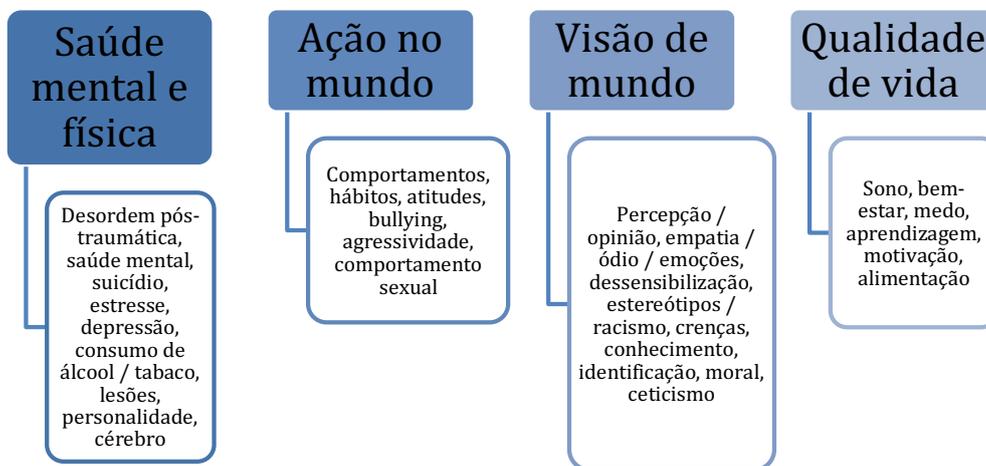
EFEITOS DA EXPOSIÇÃO AO CONTEÚDO VIOLENTO

A questão que estudiosos têm se perguntado desde o surgimento dos meios de comunicação é: Como a exposição desses conteúdos violentos afeta as pessoas? A revisão da literatura revelou uma série de efeitos possíveis, quer sejam relacionados à saúde física e mental dos receptores, quer à qualidade de vida, às visões de mundo ou às ações individuais.

A Figura 1, a seguir, foi elaborada a partir de uma nuvem de palavras extraídas da base de artigos de interesse, localizados pela revisão sistemática sobre “mídia” e “violência” na última década. Ele não é exaustivo e aborda apenas os efeitos mais citados.

FIGURA 1

Efeitos mais encontrados na literatura pesquisada e em áreas de afetação



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Como é possível notar, há uma grande variedade de consequências, algumas bastante graves, tanto no âmbito individual quanto no social. A maneira como a violência é mostrada na mídia tem consequências ainda mais relevantes, afetando a cultura das sociedades e suas normas sociais e jurídicas.

A pesquisa concentra-se nos efeitos sobre os indivíduos, demonstrando certa predileção da literatura pelo estudo por certos grupos. A partir da quantificação dos termos mais usados, foram encontradas diversas referências nos artigos a: crianças, adolescentes e jovens; mulheres e meninas; estudantes

e/ou universitários; parceiro(a); imigrantes e minorias; autistas, pessoas com deficiência intelectual; jornalistas; criminosos, policiais e justiça.

Tal predileção, aparentemente, guarda uma relação tanto com alguma percepção dos estudiosos sobre quais seriam os grupos mais vulneráveis (crianças, adolescentes, criminosos, minorias raciais e religiosas, jornalistas excessivamente expostos ao tema), quanto às próprias disciplinas a que se dedicaram esses estudos: quer seja na Economia, a Ciência Política ou a Sociologia tendem a tratar de efeitos mais gerais sobre a sociedade, quer sejam os estudos da Psicologia ou da área da Saúde que, em contraste, tendem a abordar as consequências sobre os indivíduos. Apesar de os efeitos afetarem a todos, eles parecem ter um impacto particularmente severo sobre aqueles grupos e indivíduos que: 1) estão mais expostos ao conteúdo violento; 2) são objetos retratados nas matérias; e/ou 3) contam com menos fatores protetivos para mediar a recepção desse conteúdo violento.

Estudos realizados pelas áreas da Psicologia e da Saúde mostram que os efeitos da exposição a conteúdos violentos nas mídias podem ser particularmente nocivos para as crianças, que são mais vulneráveis do que os adultos. É importante notar que, apesar de a maioria dos estudos ter encontrado efeitos significativos, a literatura não é unânime, uma vez que algumas pesquisas não estabelecem essa conexão; como nos casos das pesquisas de Janssen, Boyce e Pickett (2012) e de Contreras e Cano (2016), a primeira delas com uma amostra longitudinal.

É importante ter em mente que muitos estudos negligenciam o significado da relação entre exposição à mídia violenta e agressividade, que tende a ser bidirecional: a exposição à mídia violenta pode contribuir para o aumento da agressividade e da violência, mas é possível também que jovens com maior predisposição à agressividade e à violência tenham maior interesse nesse tipo de conteúdo. Apenas estudos específicos, ou longitudinais, que controlem os níveis anteriores de agressividade, podem estabelecer o sentido dessa relação.

AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Como exemplo de ausência de associação, Janssen, Boyce e Pickett (2012) estudaram a relação entre violência física e tempo gasto na tela entre crianças canadenses de 10 a 16 anos. O objetivo foi analisar as associações independentes entre cada tipo de tela – televisão, computador e videogame – com o uso de violência física na juventude. Para tal, os autores utilizaram uma amostra representativa de 9.672 jovens canadenses e uma amostra de 1.861 jovens em uma avaliação longitudinal, coletada um ano depois. Janssen, Boyce e Pickett encontraram, por meio de regressões logísticas, efeitos do uso do computador e videogames sobre violência física, mas o uso de televisão não foi associado à violência, depois de ser controlado por outras variáveis. Na amostra longitudinal, o uso de videogames foi um preditor significativo de violência, mesmo após a inserção de controles pelo uso de outras telas. Em relação à violência física, o uso de computador e games estiveram mais fortemente relacionados, porém não o uso de televisão.

Segundo Contreras e Cano (2016), a exposição à violência tem um papel relevante nos casos de violência praticada por jovens contra os pais. O objetivo de seu estudo foi analisar a exposição à violência em diferentes ambientes – escola, comunidade, casa e TV – e sua relação com algumas variáveis do processamento sociocognitivo, como a percepção social hostil, a impulsividade, e a capacidade de prever as consequências de comportamentos e selecionar os meios adequados para atingir os objetivos sociais. A amostra foi composta por 90 adolescentes espanhóis. Trinta deles eram jovens que foram denunciados pelos pais por serem violentos e 30 eram jovens que cometeram outros tipos de infrações. O terceiro

grupo foi formado por 30 adolescentes sem nenhuma acusação criminal. Os resultados revelam que os jovens que abusaram de seus parentes relataram níveis elevados de exposição à violência em casa, quando comparados aos outros grupos. Essa exposição à violência, por sua vez, está significativamente associada à percepção social hostil dos adolescentes nesses casos. No entanto, a exposição indireta, por meio de violência na TV, não se mostrou estatisticamente significativa no modelo que utilizou regressões logísticas. Dado que os autores reconhecem as limitações da pesquisa, uma vez que se trata de dados *cross sectional*, as conclusões sobre relações causais não são confiáveis.

Embora as evidências apresentadas sejam inconclusivas – extraídas de estudos não experimentais – e de baixa robustez, de acordo com os critérios da Escala de Maryland, a maioria dos estudos analisados estabelece uma associação significativa entre exposição à mídia violenta e diversos sintomas e comportamentos indesejados.

COMPORTAMENTO AGRESSIVO

Com um objetivo semelhante ao de Janssen, Boyce e Pickett (2012), Kelishadi *et al.* (2015) analisaram a relação entre o tempo de lazer gasto assistindo televisão ou no computador e o comportamento agressivo e violento de crianças e adolescentes. O estudo usou uma amostra de 14.880 estudantes entre 6 e 18 anos, escolhidos por meio de uma amostra estratificada multiestágios oriunda de 30 províncias iranianas. Um questionário da Organização Mundial da Saúde foi aplicado para levantar as variáveis e a pesquisa concluiu que o uso prolongado de tempo de lazer nas telas – seja da televisão ou do computador – está relacionado ao comportamento violento e agressivo em crianças e adolescentes. A associação, conjecturam os autores, é explicada não apenas pela duração da exposição, mas também pelo conteúdo apresentado.

A pesquisa de Orue e Calvete (2012) com crianças espanholas foi realizada no mesmo ano em que o trabalho de Janssen, supracitado. O objetivo desse estudo foi analisar o papel mediador do esquema de justificação da violência na relação entre a exposição à violência e o comportamento agressivo reativo e proativo. Os autores diferenciaram exposição direta e indireta em quatro ambientes: casa, bairro, escola e TV. Um total de 675 crianças, com idades entre 8 e 12 anos, participaram do estudo. Elas responderam a questionários sobre exposição à violência, justificativa da violência e comportamento agressivo proativo e reativo em duas ondas, com seis meses de intervalo. Os resultados indicam que presenciar a violência em casa e na TV prenuncia o comportamento agressivo, e essa relação é guiada pela justificativa da violência. A vitimização em todos os contextos permitiu antecipar o comportamento agressivo e essa relação foi geralmente mediada pela justificativa da violência.

Outro estudo turco, realizado por Kaya, Bilgin e Singer (2012), levantou quais são os fatores que contribuem para o comportamento agressivo em alunos do Ensino Médio em Istambul. A amostra foi composta por 805 estudantes de 14 a 18 anos, que frequentavam cinco escolas de Ensino Médio em Istambul. O comportamento agressivo mais recorrente entre os alunos foi “bater nos outros” (34,5%). Os pesquisadores constataram que experiências anteriores de violência dos estudantes – seja por exposição direta à violência, ou pelo fato de terem testemunhado alguma violência, ou outro tipo de exposição – foram determinadas como o fator que mais contribuiu para o comportamento agressivo.

Os resultados de Swing e Anderson (2014), por outro lado, sugerem que problemas de atenção e impulsividade podem desempenhar um papel importante nos efeitos da mídia violenta sobre a agressão. Várias hipóteses

foram testadas a fim de avaliar problemas de atenção, impulsividade, violência da mídia, agressão impulsiva e premeditada, e outras variáveis contidas em sua amostra transversal. Os dados apontam que os problemas de atenção e a impulsividade revelam ser uma construção distinta de outros processos que se acredita mediar a agressão (crenças agressivas, esquemas relacionados à agressão, traços de raiva e de hostilidade). Déficits de atenção e impulsividade foram relacionados especificamente à exposição excessiva à mídia (total de horas semanais e conteúdo violento) e à agressão. Problemas de atenção e impulsividade foram particularmente relacionados à agressão impulsiva (em oposição à premeditada).

Outra pesquisa, realizada com estudantes por Coker *et al.* (2015), questionou a relação entre exposição à violência na mídia e agressão física em alunos da quinta série em três tipos de mídia distintos. Os dados foram analisados em uma pesquisa de corte transversal com 5.147 alunos da quinta série e seus pais, moradores dos Estados Unidos da América. Foi aplicado o método regressão linear multivariada, por meio do qual detectou-se que os efeitos para a associação de exposição à violência na mídia e agressão física foram mais graves do que para a maioria das outras variáveis investigadas. Essa associação foi considerada robusta e persistente. Segundo o estudo, a relação entre exposição à violência na mídia e agressividade na vida real é pelo menos tão importante quanto a de outros fatores como: agressão física em crianças, violência na vizinhança, violência doméstica, saúde mental infantil e ser do sexo masculino.

Rydell (2016) investigou a relação entre exposição à mídia violenta, agressão e traços de insensibilidade (*Callous Unemotional* – C.U.) na adolescência. Os traços de C.U. consistem na falta de empatia e de remorso vinculados a emoções de curta duração. Tais traços incluem irresponsabilidade, propensão ao tédio, busca de novidades e comportamento antissocial. O objetivo desse estudo foi analisar o papel da exposição à ação violenta para agressão posterior e traços insensíveis e não emocionais posteriores, a partir de uma amostra de adolescentes suecos (N = 77 e 85). Inicialmente, 85 jovens foram avaliados com 15 e 16 anos e, 77 deles foram reavaliados aos 18 anos. As hipóteses de seleção e socialização foram testadas utilizando-se um design comparativo de antes-depois. Os adolescentes relataram: delinquência violenta e traços de insensibilidade aos 15 anos; hábitos de mídia aos 16 anos; e agressão reativa e proativa e traços de insensibilidade aos 18 anos. A hipótese de seleção foi corroborada pelos traços de insensibilidade, ou seja, altos níveis de traços predizem o consumo frequente de ações violentas, mas o consumo de ações violentas não afetou os níveis posteriores de traços de insensibilidade. O consumo frequente de mídia violenta foi associado a agressões posteriores.

Ao considerarem que crianças expostas a múltiplas formas de violências tendem a quadros de dessensibilização e, conseqüentemente, à repetição de atitudes violentas pela normalização desses comportamentos na vida diária, Tarabah *et al.* (2016) avaliaram a associação das diversas exposições violentas à dessensibilização em crianças libanesas. Para isso, os autores realizaram um estudo transversal com 207 crianças de 8 a 12 anos. A metodologia aplicada se baseou em três pesquisas: a) *Media Preference*, no que se refere à violência na mídia; b) *KID-SAVE*, em relação à exposição à violência mais ampla; e c) *Attitude Toward Violence-Child*, ligada à dessensibilização de crianças. Vale salientar que a maior parte da amostra foi composta por crianças de estrato socioeconômico médio (SES), cerca de 76% do total, e que 56% delas eram do sexo masculino. Os resultados mostram que 66% das crianças relataram estar expostas a algum tipo de violência, com maior incidência de exposição entre os meninos de perfil socioeconômico inferior. O impacto negativo, entretanto, foi maior e mais significativo entre as meninas. As evidências revelam que o alto índice de exposição violenta em crianças no Líbano está diretamente associado à dessensibilização delas, e isso também fomenta a reprodução do comportamento violento que elas observam.

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)

Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia,
Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

Khurana *et al.* (2019) partiram da premissa de que a exposição à violência na mídia está associada a comportamentos agressivos em adolescentes, e também levaram em conta a hipótese de que algumas pessoas são mais sensíveis a determinados estímulos devido a características biológicas e comportamentais. Para analisarem essa relação, foi aplicado um método de modelagem de impacto. Analisaram o efeito da exposição à violência na mídia em relação ao risco (conflito familiar, impulsividade e busca por sensações) e fatores de proteção (como monitoramento, envolvimento e mediação dos pais). De acordo com os resultados, a exposição à mídia violenta é um dos fatores mais ligados ao risco de agressão, logo após a impulsividade e os conflitos familiares. A interação entre exposição à violência na mídia e conflitos familiares é comum na predição da agressão. Porém, mesmo quando todos os fatores de risco foram contabilizados, o monitoramento dos pais permaneceu sendo um fator significativo de prevenção à agressão.

Rostad, Basile e Clayton (2021) discutiram os efeitos da crescente popularidade dos dispositivos móveis com acesso à internet e o aumento da exposição dos adolescentes à mídia. O objetivo do estudo foi investigar a associação entre bullying e vitimização, violência no namoro adolescente e risco de suicídio, com diferentes tipos de uso de mídia (ou seja, uso de televisão e computador/videogame), e número total de horas de uso de mídia por dia escolar. Dados da Pesquisa de Comportamento de Risco Juvenil de 2015, representativa nacionalmente (n = 15.624), foram usados para analisar a associação entre uso da mídia, vitimização por violência e risco de suicídio. O uso da mídia esteve associado à vitimização no namoro adolescente apenas entre aqueles do sexo masculino, enquanto o uso das mídias foi relacionado a experiências de bullying e risco de suicídio entre estudantes de ambos os sexos. Além disso, o uso de mídia limitado (duas ou menos horas) e excessivo (cinco ou mais horas) mostraram correlações significativas entre o risco de suicídio e de vitimização por bullying – de modo que, com o uso limitado das mídias, a associação ao risco foi reduzida e, com o uso excessivo, o risco foi aumentado.

Um estudo controlado e aleatório realizado com 613 crianças com idades entre 3 e 5 anos, de Martin-Herz *et al.* (2022), utilizou dados sobre exposição a eventos estressantes e a meios de comunicação, variáveis demográficas e familiares. Sua finalidade foi a de compreender os impactos presentes na trajetória de externalização de comportamento da amostra. Ao longo de 18 meses, os dados evidenciaram que uma maior exposição a eventos estressantes sugere aparente queda na externalização de comportamentos nas crianças em idade escolar. Contrariamente, a dura exposição dos pais e dos meios de comunicação tem efeitos associados ao aumento de comportamentos externalizantes. Isso evidencia a necessidade de vigilância e atenção familiar no controle dos possíveis riscos aos quais crianças estão susceptíveis nessa fase.

Como pode-se notar, até então, os artigos focaram principalmente em análises com crianças e adolescentes. Mas quais seriam os riscos de um adulto que foi exposto a um consumo excessivo de mídia violenta na infância apresentar comportamentos violentos? Essa foi a pergunta do estudo realizado por Ybarra, Mitchell e Oppenheim (2022). Os autores utilizaram uma base de dados, com informações coletadas online, composta por 1.586 jovens com idades entre 10 e 15 anos, em 2006. Houve um acompanhamento longitudinal e, novamente, os dados foram coletados nos anos 2010, 2011 e 2016. Entre as informações coletadas, estavam as quantidades consumidas de diferentes mídias, como: músicas, videogames, sites com pessoas reais, televisão e desenhos animados com conteúdo violento (lutas físicas, ferimentos, tiros e morte). Os resultados foram compostos por dados de 887 jovens que concluíram a pesquisa ao longo dos anos examinados. O estudo concluiu que o aumento e/ou permanência no consumo de mídias violentas teve um impacto significativo na probabilidade de demonstração de comportamento violento na vida adulta. Dependendo do tipo de conteúdo e do tempo de exposição, as chances relativas a esse aumento

variaram em média 2,45 vezes – sendo que a maior frequência da exposição pode aumentar essa chance em 3,28 vezes para aqueles que forem expostos a músicas, 3,27 vezes para os expostos aos videogames e 3,51 vezes aos expostos à mídia televisiva. Isso demonstra que há efeitos a longo prazo nessa exposição.

Uma revisão sistemática da literatura organizada por Hong *et al.* (2012) sobre abuso parental praticado por adolescentes levou à conclusão de que a exposição à violência na mídia pode aumentar o risco de abuso dos pais. A influência de familiares, a tentativa de impor comportamentos de gênero (“forçar” para que a criança se identifique com um determinado gênero) e alterações na estrutura familiar podem ser fatores de risco. A violência doméstica e os maus-tratos aos filhos são outros fatores de risco, enquanto os resultados sobre o comportamento dos pais e as estratégias disciplinares são incertos. Além disso, os resultados da revisão indicam que crianças com mais idade e brancas têm uma tendência significativamente maior a abusar de seus pais. Tal qual as mães são significativamente mais propensas a serem abusadas do que os pais. Os estudos analisados levaram em conta a identificação de traços sociodemográficos de agressores e vítimas.

SAÚDE MENTAL: ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO, ANSIEDADE, DEPRESSÃO E OUTROS SINTOMAS

O uso de televisão e a exposição às mídias violentas na primeira infância foi objeto de pesquisa de Fitzpatrick, Barnett e Pagani (2012). Os autores investigaram como o consumo de programas televisivos violentos interferem na saúde mental de crianças na primeira infância. Para isso, uma amostra com 1.786 crianças, participantes do Quebec Longitudinal Study of Child Development, com idades entre 41 e 53 meses de vida e que, segundo os pais, foram expostas a algum tipo de conteúdo violento na TV, foi analisada. Os resultados sugerem que a exposição violenta televisiva pode representar uma ameaça ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças a médio e longo prazos. Segundo a percepção dos professores, as crianças que assistiram, em média, 1,8 horas de mídia televisiva com programação mista apresentaram sintomas antissociais, com maior aflição emocional, desatenção e menor rendimento acadêmico global, na segunda série do ensino básico. Além disso, as crianças demonstraram menor conhecimento acadêmico por e menor motivação intrínseca, de acordo com seus próprios relatos. Em suma, apesar de ajustes realizados nas condições pré-existentes de cada criança, houve manutenção de fatores negativos, tais como a presença de agressão infantil de base.

A literatura ainda demonstra que a exposição dos jovens a cenas de violência ou medo na televisão pode ser extremamente traumática para eles, conforme exposto nos resultados do estudo transversal iraniano realizado por Kousha e Tehrani (2013). Os autores analisaram quais episódios da vida podem prever o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). A amostra foi de crianças e adolescentes de 1 a 18 anos, diagnosticados com o problema. Os eventos mais recorrentes foram assistir a cenas violentas ou assustadoras na televisão, seguidas de assistir à morte de alguém ou à cerimônia fúnebre. As principais patologias apresentadas por essas pessoas foram transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, depressão e ansiedade. O estudo sugere que os pais sejam notificados sobre isso, pois essa simples medida pode diminuir a incidência do distúrbio.

Gvirsman *et al.* (2014) investigaram os efeitos da exposição à violência étnica e política sobre jovens telespectadores do Oriente Médio; dentre esses efeitos, estão sintomas como comportamentos agressivos e estresse pós-traumático. No contexto de Israel *versus* Palestina, trata-se de uma exposição

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia,
Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

crônica, ou seja, repetida e acumulada. O estudo, de natureza longitudinal, analisou 1.207 jovens que vivenciaram o conflito de perto. Como era esperado, os elevados níveis de exposição crônica pela mídia estavam longitudinalmente correlacionados a também elevados níveis de estresse pós-traumático e agressão aos pares, independentemente da exposição à violência em outros contextos. Os efeitos longitudinais sobre agressão e sintomas trauma foram, particularmente, intensos entre jovens que, inicialmente, apresentavam elevados níveis dos mesmos tipos de desajustes. Dessa forma, os resultados corroboram para conceptualizar uma relação entre violência na mídia e comportamentos considerados “reciprocamente determinados”.

Por outro lado, Madan, Mrug e Wright (2014) conduziram um estudo sobre os possíveis efeitos da exposição à mídia violenta e fatores associados à ansiedade, à pressão arterial e ao ritmo cardíaco em adolescentes tardios. Os participantes foram submetidos a filmes e clipes violentos ou não violentos de alta ação e relataram seus níveis de ansiedade antes e depois da exposição, bem como foram aferidas as pressões arteriais e os batimentos cardíacos de cada um deles. O grupo foi composto por 209 estudantes universitários, com idade média de 19 anos, de maioria feminina (75%) e com diferentes origens étnicas (asiáticos, caucasianos, afro-americanos, hispânicos e minorias raciais diversas). Os resultados demonstram aumento significativo dos níveis de ansiedade entre aqueles que assistiram a filmes violentos se comparados àqueles que não assistiram. Os dois grupos (expostos e não expostos) apresentaram aumento de pressão arterial e redução dos batimentos cardíacos. Enquanto isso, os indivíduos que relataram exposição a conteúdos violentos, anteriormente ao experimento, demonstraram menor reatividade fisiológica, o que pode indicar certo grau de dessensibilização – corroborando, portanto, os estudos apresentados anteriormente.

Considerando os efeitos causados pela exposição da violência em indivíduos no longo prazo, Schmidt, Zimmerman e Stoddard (2018) realizaram um estudo com 316 jovens afro-americanos com vistas a compreender esses desdobramentos. O objetivo foi compreender o impacto da exposição à violência na adolescência no que diz respeito à orientação futura dos jovens, especialmente em relação aos níveis de estresse. Os adolescentes recrutados tinham idade média de 15 anos, sendo 57,9% mulheres e 42,1% homens, e baixa condição socioeconômica; todos eram oriundos de um distrito escolar no Meio-Oeste dos Estados Unidos da América. Além disso, foram analisados longitudinalmente, por meio de equações estruturais de multigrupo. Encontraram-se associações entre uma maior exposição à violência e níveis mais elevados de estresse na percepção desses jovens, o que, conseqüentemente, causa um impacto negativo nas perspectivas de vida dos jovens adultos. Além disso, verifica-se que os piores resultados estavam associados aos jovens que tinham uma menor participação familiar em suas vidas.

O estudo de Jung *et al.* (2019) estabelece que a relação entre assistir TV e o transtorno de estresse pós-traumático é controversa. Contudo, propõe-se a avaliar uma possível relação bidirecional entre TEPT e assistir TV entre mulheres de uma comunidade. Como resultado, o estudo aponta que altos níveis de visualização de TV podem estar relacionados a estratégias de enfrentamento ineficazes ou isolamento social, o que aumenta o risco de se desenvolver TEPT.

Um estudo realizado também em 2019 por Hennefield *et al.* teve como objetivo analisar a compreensão sobre a morte entre crianças de 3 a 6 anos em relação a comportamentos depressivos e ideação suicida, relacionando-os ao consumo dos meios de comunicação social. Dessa forma, 79 crianças diagnosticadas com quadros depressivos, após uma avaliação psiquiátrica de grande complexidade, foram comparadas com um grupo de 60 crianças saudáveis com idades entre 4 e 7 anos. As evidências demonstram que crianças com

depressão e ideação suicida apresentam maior compreensão global sobre a morte em comparação àquelas que apresentam quadros de depressão sem ideação suicida e às saudáveis. As crianças com idades mais avançadas apresentaram maior probabilidade de diminuir a morte como algo violento, enquanto um maior consumo de televisão esteve associado tanto à menor compreensão da morte quanto à sua irreversibilidade.

ALTERAÇÕES CEREBRAIS

Alia-Klein *et al.* (2014) apresentaram algumas premissas interessantes, por exemplo, a de que a mídia que retrata a violência faz parte das exposições diárias e o quanto que a exposição à mídia violenta afeta o cérebro e o comportamento. Todavia, reconhecem que não há dados experimentais suficientes para fundamentar esse debate. O artigo sugere que a reação à mídia violenta depende, criticamente, das diferenças de personalidade/traços entre os espectadores, onde aqueles com tendência à agressão física reagirão de forma diferente dos controles. A variação está relacionada à resposta autonômica e ao funcionamento do cérebro que diferencia aqueles com tendências de agressão dos outros. Os autores selecionaram um grupo de indivíduos agressivos e um grupo de indivíduos não agressivos da população saudável. Em seguida, registraram o cérebro, a pressão sanguínea e as respostas comportamentais durante a linha de base em repouso, enquanto os grupos assistiam à violência na mídia e na mídia emocional, que não retratava a violência. O resultado da pesquisa revela que as diferenças individuais no traço de agressão estão fortemente relacionadas às reatividades cerebral, comportamental e autonômica à violência na mídia.

A exposição à violência na televisão, medida por relatos diários de consumo de mídia, foi associada a uma diminuição do nível de substância branca de uma área do cérebro, de acordo com pesquisa de Hummer *et al.* (2014). O estudo utilizou uma amostra de 65 indivíduos adultos saudáveis, com idades entre 18 a 29 anos. Os participantes concluíram uma série de testes laboratoriais neuropsicológicos que permitiram determinar as funções executivas e submeteram-se a uma ressonância magnética. Contudo, o estudo sugere que é necessária uma pesquisa futura para compreender se os indivíduos com função executiva deficiente e crescimento mais lento da substância branca são mais atraídos pela programação violenta ou se a exposição prolongada à violência na mídia altera essa estrutura.

No mesmo sentido, o trabalho de Stockdale *et al.* (2015) utilizou técnicas de eletroencefalografia do couro cabeludo para investigar a relação entre a exposição à violência e as alterações neurais associadas ao processamento emocional da face. Os resultados do estudo indicam que a exposição excessiva à violência na mídia pode causar dessensibilização das pessoas a estímulos emocionais, o que, conseqüentemente, requer menos recursos cognitivos para inibir o comportamento.

O artigo de Lull, Çetin e Bushman (2015) teve como objetivo investigar se a exposição à mídia que contém violência e sexo pode prejudicar a atenção e a memória. Conforme o texto, é possível inferir que os efeitos observados em ambos os experimentos podem ser decorrentes de deficiências cognitivas. Enquanto os participantes em todas as condições entraram nos experimentos com a capacidade de atenção ostensivamente igual, o conteúdo violento e sexual atraiu a atenção e os recursos cognitivos, criando um déficit de capacidade cognitiva entre as condições experimentais em ambos os experimentos. Dessa forma, aqueles que não assistiram à violência ou às cenas de sexo tiveram um desempenho melhor em tarefas de cunho verbal na segunda língua do que aqueles que assistiram à violência e/ou às cenas de sexo. O trabalho também trouxe algumas boas reflexões, como a sugestão de que a mídia violenta e sexual pode prejudicar a memória de aprendizagem, sem importar como se sinta a presença de conteúdo

violento e sexual nas mídias populares. Portanto, pode-se argumentar que domínios como esse são particularmente apropriados para análise; os efeitos cognitivos, como deficiências de memória, têm um valor neutro mais imune a possíveis torções de mão do que os efeitos sociais estabelecidos em bases morais contenciosas. Pesquisas futuras continuarão confirmando quais efeitos cognitivos existem e em que bases eles têm um impacto social mensurável e indiscutível.

QUALIDADE DO SONO E DA ALIMENTAÇÃO

A exposição a conteúdos violentos na televisão e em outros meios de comunicação afeta os hábitos de sono em crianças. Garrison, Liekweg e Christakis (2011) buscaram aprofundar essa perspectiva a fim de compreender como a escolha dos conteúdos e a utilização dos adultos poderiam influenciar essa relação. O objetivo foi a obtenção de dados de um estudo controlado e aleatório, contendo informações sobre hábitos de sono, títulos assistidos, conteúdo, uso da televisão, jogos de videogames e computador, além da codificação das classificações indicativas de conteúdo, violência e ritmo. A amostra foi composta por um grupo de crianças com idades entre 3 e 5 anos. Os resultados mostram que o uso de meios de comunicação social e o consumo de conteúdos violentos à noite estão associados a problemas no sono. O uso de conteúdos violentos durante o dia era estimulado pela presença de televisores no quarto e em crianças com baixo rendimento escolar.

Em outro estudo, Garrison e Christakis (2012) investigaram se uma intervenção adequada do uso dos meios de comunicação social e da televisão poderia exercer um efeito benéfico sobre os efeitos já identificados no sono das crianças. Para isso, os autores realizaram uma pesquisa aleatória e controlada, com uma intervenção saudável para 565 crianças da mesma faixa etária (de 3 a 5 anos). A intervenção consistiu no encorajamento dos pais e familiares em substituir os conteúdos violentos ou impróprios para as crianças por conteúdos educativos de qualidade pró-social, durante um período de 6 meses. Os resultados sugerem uma relação causal entre a exposição a mídias violentas e os efeitos negativos no sono das crianças, pois apesar de não haver alterações significativas, as crianças que receberam a intervenção mostraram uma tendência de diminuir as chances de apresentarem problemas de sono em comparação àquelas que tiveram maior exposição. No entanto, os efeitos de longo prazo da exposição sofrida anteriormente continuaram, embora em menor escala, sendo o impacto mais comum o atraso na latência do sono, que foi relatado em 38% da amostra; o que corrobora a relação entre a exposição de crianças a conteúdos violentos e problemas no sono.

Em relação a esse tema, Gentile *et al.* (2014) analisaram dados de 1.323 jovens em idade escolar (terceira, quarta e quinta séries do ensino básico), bem como dados fornecidos por um responsável direto e por professores desses estudantes. Os alunos foram selecionados para participar de um programa de prevenção à obesidade, sendo as principais medidas avaliadas: o IMC, a média de sono por semana, o desempenho escolar, o comportamento agressivo e o pró-social. O estudo conclui que o acompanhamento dos pais em relação à mídia que as crianças consomem tem um efeito protetor em diversos aspectos, tais como: melhora do sono, do rendimento acadêmico, do desempenho pró-social e da saúde física dos alunos – proporcionando benefícios e uma vida mais saudável a eles.

Ainda em questões relativas ao sono, o estudo de Mazurek *et al.* (2016) mostra o efeito do uso de mídias eletrônicas na hora de dormir em crianças do espectro autista. Os autores analisaram os efeitos da presença de equipamentos de mídia no quarto, do uso desses equipamentos na rotina da hora de dormir e a exposição

à mídia com conteúdo violento pouco antes de dormir sobre as dificuldades no sono. A pesquisa entrevistou 101 parentes de crianças com autismo, concluindo que televisão e videogames na rotina de sono estão associados com dificuldades para essas crianças. Da mesma forma, a exposição à mídia violenta antes de deitar é associada a um sono menos profundo: assistir a esse tipo de conteúdo meia hora antes do sono pode aumentar significativamente a demora para adormecer e, conseqüentemente, a duração do sono.

Gentile *et al.* (2017) realizou uma investigação semelhante: o autor trabalhou a hipótese de que os efeitos adversos da exposição à violência televisiva, como a diminuição do rendimento escolar ou o aumento da agressividade, podem ser ainda piores para os jovens com televisão no quarto e que assistem a ela antes de dormir. O estudo analisou três ensaios longitudinais de diferentes países, concluindo que assistir à televisão antes de dormir é um fator de risco significativos para diversos aspectos do desenvolvimento infantil, tanto pelo que as crianças e jovens assistem quanto por outras atividades que elas deixam de fazer, como ler ou dormir. TV no quarto implica em mais tempo exposto à tela e a maior exposição à mídia violenta. O conteúdo violento, por sua vez, aumenta crenças normativas a respeito da agressão, resultando em um aumento das agressões físicas. O estudo demonstra que a mídia pode ter efeitos não apenas pelo que ela mostra, mas também pelo que a criança deixa de ser exposta.

A exposição à violência também pode estar associada a outros fatores da saúde adolescente, conforme analisaram Piontak *et al.* (2017) por meio de uma pesquisa diária, realizada, primeiramente, com adolescente em situação de risco, entre 12 e 15 anos, e residentes em bairros de baixa renda. Os adolescentes e seus pais passaram por uma triagem telefônica e logo após por avaliações presenciais. A Avaliação Ecológica Momentary Assessment (EMA) foi entregue a cada um deles e durante 30 dias, três vezes ao dia (por telefone), eles foram expostos a algum tipo de situação, quer seja em relação aos hábitos alimentares, de sono, à falta de atividade física ou à exposição à violência. O Índice de Massa Corporal (IMC) também foi mensurado antes e após 18 meses do término da pesquisa. Na sequência, os autores replicaram o mesmo experimento em uma amostra representativa, com 395 adolescentes. A comparação com os não expostos evidenciou que os adolescentes expostos à violência demonstraram maior disposição ao consumo de alimentos e bebidas não saudáveis, bem como maior cansaço matinal, posteriormente à exposição, e maior atividade. Ademais, foi identificada uma associação direta ao aumento do consumo de cafeína, refrigerantes e uma maior probabilidade de aumentar o IMC a posteriori.

OUTROS EFEITOS E ASSOCIAÇÕES: PERCEPÇÕES

Em uma meta-análise robusta, realizada por Bushman (2016), 37 estudos que investigam a relação entre violência na mídia e percepções hostis do mundo foram verificados. A análise incluiu todos os trabalhos que tratam dessa relação e que não apresentam viés de publicação. Os resultados revelam correlação “pequena” a “moderada” para a exposição à mídia violenta e avaliações hostis ($r+ = 0,20$, IC 95% = 0,14, 0,26). Além disso, correlações significativas foram encontradas em estudos experimentais, transversais e longitudinais, indicando uma triangulação de evidências. Os efeitos não apresentaram correlação com o gênero do participante e foram estáveis ao longo do tempo. Entretanto, a associação entre a exposição à mídia violenta e avaliações hostis esteve positivamente relacionada à idade, sugerindo que a mídia violenta pode ter efeitos cumulativos no longo prazo.

Com o objetivo de compreender a relação entre a exposição de uma pessoa à violência e a criação de fantasias violentas, um estudo longitudinal realizado por Eisner *et al.* (2021) investigou 1.465 pessoas. Os

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)

Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia,
Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

dados foram obtidos por meio do “Projeto de Zurique sobre o Desenvolvimento Social da Infância à Idade Adulta”. A pesquisa utilizou modelos Tobit, ajustados para relacionar fantasias violentas vividas entre 17 e 20 anos, com episódios de exposição à violência, nos 12 meses anteriores, enquanto controlavam fatores de risco de desenvolvimento antecedentes e fantasias violentas anteriores. Os resultados mostram que pensamentos violentos são influenciados por pensamentos violentos, comportamentos agressivos, consumo de mídia violenta, neutralização moral da violência e sintomas de introspecção medidos dois anos antes. Os resultados foram consistentes para evidenciar que as fantasias violentas são desencadeadas por um mecanismo psicológico ligado à retaliação, e surgem em resposta à violência praticada contra o indivíduo por outra pessoa. A simplificação seria a afirmação que violência gera violência. Além da relação entre causa e efeito da mídia violenta, que resulta em mais comportamentos violentos, o estudo destaca os diversos efeitos psicológicos, que vão muito além das manifestações físicas.

CONCLUSÃO

O tema mídia e violência é bastante abrangente, como esta revisão pretende mostrar. A proposta é apresentar uma visão panorâmica de alguns dos subtemas mais recorrentes que essa literatura trabalhou entre 2012 e 2022, focando em artigos empíricos com algum grau de rigor metodológico; mas nem de longe a variedade de temas e abordagens foram esgotadas.

Os estudos revistos parecem corroborar a existência de diversos efeitos nocivos da exposição infantil à violência midiática, tais como: a) comportamento violento e agressivo; b) estresse pós-traumático, ansiedade e depressão; c) agressão aos pares; d) agressão relacional; e) violência entre parceiros íntimos; f) sono e alimentação de má qualidade; g) dessensibilização emocional; h) riscos de suicídios e vitimização por bullying. Além disso, verifica-se que essas associações são, provavelmente, bidirecionais – pessoas agressivas também preferem conteúdo agressivo –, muitas vezes influenciadas por outros fatores, como crenças normativas e justificativas morais. Os efeitos podem ser persistentes e, anos depois, se manifestar na vida adulta. Muitos dos resultados apresentados não são oriundos de pesquisas experimentais nem permitem conclusões causais. Mas há uma grande evidência de que a exposição à mídia violenta é um fator de risco para diversos problemas e que sua exibição e seu consumo precisam ser regulados.

Muitos dos artigos avaliados estão nos níveis mais baixos de robustez da Escala de Maryland. No entanto, no conjunto, esses artigos demonstram, consistentemente, que, em determinadas circunstâncias, a exposição ao conteúdo violento pela mídia aumenta os riscos de uma ampla gama de efeitos deletérios, em pelo menos uma parcela significativa da população. O conjunto da obra, portanto, parece merecer ser reportado, é uma “pista” que deve ser considerada.

Esta revisão procura não apenas documentar os efeitos, mas também elencar o que a literatura tem recomendado como políticas e práticas para minimizar essas externalidades; elas incluem: regulamentação governamental; autocontrole das empresas jornalísticas; uso de tecnologias para detectar violência em vídeo; programas nas escolas; gerenciamento de crises durante episódios de massacres; dar voz às minorias retratadas nas matérias; aperfeiçoar os estudos sobre consumo de mídia violenta; reforçar a orientação parental; ofertar serviços de acompanhamento de saúde mental; criar material de orientação; workshops sobre melhores práticas; qualificar a cobertura jornalística dos eventos violentos; entre outras recomendações.

Tais políticas e práticas podem atuar como fatores protetivos, contrabalançando os fatores de risco, e serão tanto mais eficazes quanto mais focadas nos grupos de riscos apontados na literatura. O tema é vasto e está longe de ser esgotado. Espera-se que este texto seja útil para dar uma ideia inicial dos principais tópicos que envolvem mídia e violência, tal qual para compreender como a literatura dos últimos dez anos tem tratado o problema empiricamente, preenchendo uma lacuna na literatura brasileira sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIA-KLEIN, Nelly; WANG, Gene-Jack; PRESTON-CAMPBELL, Rebecca; MOELLER, Scott; PARVAZ, Muhammad; ZHU, Wei; JAYNE, Millard; WONG, Chris; TOMASI, Dardo; GOLDSTEIN, Rita; FOWLER, Joanna; VOLKOW, Nora. Reactions to media violence: It's in the brain of the beholder. **PLoS ONE**, v. 9, n. 9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0107260>.

BUSHMAN, Brad. Violent media and hostile appraisals: a meta-analytic review. **Aggressive Behavior**, vol. 42, n. 6, p. 605-613, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1002/ab.21655>.

CHRISTAKIS, Dimitri; GARRISON, Michelle; HERRENKOHL, Todd; HAGGERTY, Kevin; RIVARA, Frederick; ZHOU, Chuan; LIEKWEG, Kimberly. Modifying media content for preschool children: a randomized controlled trial. **Pediatrics**, v. 131, n. 3, p. 431-438, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2012-1493>.

COKER, Tumaini; ELLIOTT, Marc; SCHWEBEL, David; WINDLE, Michael; TOOMEY, Sara; TORTOLERO, Susan; HERTZ, Marci; PESKIN, Melissa; SCHUSTER, Mark. Media violence exposure and physical aggression in fifth-grade children. **Academic Pediatrics**, v. 15, n. 1, p. 82-88, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acap.2014.09.008>.

CONTRERAS, Lourdes; CANO, María del Carmen. Violencia filio-parental: el papel de la exposición a la violencia y su relación con el procesamiento sociocognitivo. **The European Journal of Psychology Applied to Legal Context**, v. 8, n. 2, p. 43-50, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.1016/j.ejpal.2016.03.003>.

EISNER, Manuel; AVERDIJK, Margit; KAISER, Daniela; MURRAY, Aja; NIVETTE, Amy; SHANAHAN, Lilly; VAN GELDER, Jean-Louis; RIBEAUD, Denis. The association of polyvictimization with violent ideations in late adolescence and early adulthood: a longitudinal study. **Aggressive Behavior**, v. 47, n. 4, p. 472-482, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/ab.21965>.

FITZPATRICK, Caroline; BARNETT, Tracie; PAGANI, Linda. Early exposure to media violence and later child adjustment. **Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics**, v. 33, n. 4, p. 291-297, maio 2012. DOI: <https://doi.org/10.1097/DBP.0b013e31824eaab3>.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 12 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>.

GARRISON, Michelle M.; LIEKWEG, Kimberly; CHRISTAKIS, Dimitri A.. Media use and child sleep: the impact of content, timing, and environment. **Pediatrics**, v. 128, n. 1, pág. 29-35, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2010-3304>.

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)

Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia,
Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

GARRISON, Michelle; CHRISTAKIS, Dimitri. The impact of a healthy media use intervention on sleep in preschool children. **Pediatrics**, v. 130, n. 3, p. 492-499, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2011-3153>.

GENTILE, Douglas; BERCH, Olivia; CHOO, Hyekyung; KHOO, Angeline; WALSH, David. Bedroom media: one risk factor for development. **Developmental Psychology**, v. 53, n. 12, p. 2340-2355, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1037/dev0000399>.

GENTILE, Douglas; REIMER, Rachel; NATHANSON, Amy; WALSH, David; EISENMANN, Joey. Protective effects of parental monitoring of children's media use a prospective study. **JAMA Pediatrics**, v. 168, n. 5, p. 479-484, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2014.146>.

GVIRSMAN, Shira Dvir; HUESMANN, L. Rowell; DUBOW, Eric; LANDAU, Simha; SHIKAKI, Khalil; BOXER, Paul. The effects of mediated exposure to ethnic-political violence on middle east youth's subsequent post-traumatic stress symptoms and aggressive behavior. **Communication Research**, v. 41, n. 7, p. 961-990, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0093650213510941>.

HENNEFIELD, Laura; WHALEN, Diana; WOOD, Grace; CHAVARRIA, Mary; LUBY, Joan. Changing conceptions of death as a function of depression status, suicidal ideation, and media exposure in early childhood. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 58, n. 3, p. 339-349, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2018.07.909>.

HONG, Jun Sung; KRAL, Michael; ESPELAGE, Dorothy; ALLEN-MEARES, Paula. The social ecology of adolescent-initiated parent abuse: a review of the literature. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 43, n. 3, p. 431-454, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10578-011-0273-y>.

HUMMER, Tom; KRONENBERGER, William; WANG, Yang; ANDERSON, Caitlin; MATHEWS, Vincent. Association of television violence exposure with executive functioning and white matter volume in young adult males. **Brain and Cognition**, v. 88, p. 26-34, 2014. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.bandc.2014.04.010>.

JANSSEN, Ian; BOYCE, William; PICKETT, William. Screen time and physical violence in 10 to 16-year-old Canadian youth. **International Journal of Public Health**, v. 57, p. 325-331, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00038-010-0221-9>.

JUNG, Sun Jae; WINNING, Ashley; ROBERTS, Andrea; NISHIMI, Kristen; CHEN, Qixuan; GILSANZ, Paola; SUMNER, Jennifer; FERNANDEZ, Cristina; RIMM, Eric; KUBZANSKY, Laura; KOENEN, Karestan. Posttraumatic stress disorder symptoms and television viewing patterns in the Nurses' Health Study II: a longitudinal analysis. **PloS One**, v. 14, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0213441>.

KAYA, Fadime; BILGIN, Hulya; SINGER, Mark. Contributing factors to aggressive behaviors in high school students in Turkey. **The Journal of School Nursing**, v. 28, n. 1, p. 56-69, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1059840511418669>.

KELISHADI, Roya; QORBANI, Mostafa; MOTLAGH, Mohammad Esmail; HESHMAT, Ramin; ARDALAN, Gelayol; JARI, Mohsen. Relationship between leisure time screen activity and aggressive and violent behaviour in Iranian children and adolescents: the CASPIAN-IV Study. **Paediatrics and International Child Health**, v. 35, n. 4, p. 305-311, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/20469047.2015.1109221>.

KHURANA, Atika; BLEAKLEY, Amy; ELLITHORPE, Morgan; HENNESSY, Michael; JAMIESON, Patrick; WEITZ, Ilana. Sensation seeking and impulsivity can increase exposure to risky media and moderate its effects on adolescent risk behaviors. **Prevention Science**, v. 20, n. 5, p. 776-787, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11121-019-0984-z>.

KOUSHA, Maryam; TEHRANI, Shervin Mehdizadeh. Normative life events and PTSD in children: how easy stress can affect children's brain. **Acta Medica Iranica**, v. 51, n. 1, p. 47-51, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23456584/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

LULL, Robert; ÇETIN, Yakup; BUSHMAN, Brad. Violent and sexual media impair second-language memory during encoding and retrieval. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 56, p. 172-178, 2015. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.jesp.2014.10.001>.

MADAN, Anjana; MRUG, Sylvie; WRIGHT, Rex. The effects of media violence on anxiety in late adolescence. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 43, p. 116-126, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10964-013-0017-3>.

MARTIN-HERZ, Susanne; HAGGERTY, Kevin; NEILANDS, Torsten; STERLING, Mona; CHRISTAKIS, Dimitri. Factors associated with trajectories of externalizing behavior in preschoolers. **Academic Pediatrics**, v. 22, n. 7, p. 1212-1220, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acap.2021.12.027>.

MAZUREK, Micah; ENGELHARDT, Christopher; HILGARD, Joseph; SOHL, Kristin. Bedtime electronic media use and sleep in children with autism spectrum disorder. **Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics**, v. 37, n. 7, p. 525-531, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1097/DBP.0000000000000314>.

ORUE, Izaskun; CALVETE, Esther. La justificación de la violencia como mediador de la relación entre la exposición a la violencia y la conducta agresiva en infancia. **Psicothema**, Oviedo, v. 24, n. 1, p. 42-47, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/727/72723431007.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

PIONTAK, Joy Rayanne; RUSSELL, Michael; DANESE, Andrea; COPELAND, William; HOYLE, Rick; ODGERS, Candice. Violence exposure and adolescents' same-day obesogenic behaviors: new findings and a replication. **Social Science & Medicine**, v. 189, p. 145-151, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.07.004>.

ROSTAD, Whitney; BASILE, Kathleen; CLAYTON, Heather. Association among television and computer/video game use, victimization, and suicide risk among U.S. High School students. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 36, n. 5-6, p. 2282-2305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260518760020>.

RYDELL, Ann-Margret. Violent media exposure, aggression and CU traits in adolescence: testing the selection and socialization hypotheses. **Journal of Adolescence**, v. 52, n. 1, p. 95-102, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.07.009>.

SCHMIDT, Carissa; ZIMMERMAN, Marc; STODDARD, Sarah. A longitudinal analysis of the indirect effect of violence exposure on future orientation through perceived stress and the buffering effect of family participation. **American Journal of Community Psychology**, v. 62, n. 1-2, p. 62-74, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajcp.12254>.

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)

Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia,
Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

STOCKDALE, Laura; MORRISON, Robert; KMIĘCIK, Matthew; GARBARINO, James; SILTON, Rebecca. Emotionally anesthetized: media violence induces neural changes during emotional face processing. **Social Cognitive and Affective Neuroscience**, v. 10, n. 10, p. 1373-1382, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1093/scan/nsv025>.

SWING, Edward; ANDERSON, Craig. The role of attention problems and impulsiveness in media violence effects on aggression. **Aggressive Behavior**, v. 40, n. 3, p. 197-203, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1002/ab.21519>.

TARABAH, Asma; BADR, Lina Kurdahi; USTA, Jinan; DOYLE, John. Exposure to violence and children's desensitization attitudes in Lebanon. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 18, p. 3017-3038, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260515584337>.

YBARRA, Michele; MITCHELL, Kimberly; OPPENHEIM, Jay Koby. Violent media in childhood and seriously violent behavior in adolescence and young adulthood. **Journal of Adolescent Health**, v. 71, n. 3, p. 285-292, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2022.03.003>.

Efeitos da exposição à mídia violenta: uma revisão sistemática da literatura (2012-2022)

Tulio Kahn, Roger Ferreira, Fernanda Poli Garcia, Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira e Gustavo Facundo Nino

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

ASSOCIATIONS BETWEEN PRISON RECIDIVISM AND WORKING AND EDUCATIONAL EXPERIENCES DURING DEPRIVATION OF LIBERTY

ANDRÉ BRAZ GOLGHER

Doutor em Demografia pela UFMG. Professor Associado do Departamento de Economia e do Cedeplar da UFMG.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: agolgher@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5884-225X>

RAFAEL GALVÃO DE SOUZA

Doutor em Economia. Auditor Fiscal de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Florianópolis

Email: rafagalvao04@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0013-1241>

BRÁULIO FIGUEIREDO ALVES DA SILVA

Bráulio Figueiredo Alves da Silva é doutor em Sociologia. Professor Associado do Departamento de Sociologia da UFMG.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: braulio.fas@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1791-9075>

Contribuições dos autores: Rafael Souza coletou os dados; participou da escolha da metodologia; fez as análises iniciais dos dados; e escreveu as primeiras versões dos textos. André Golgher produziu parte da discussão teórica; participou da escolha da metodologia; supervisionou a análise de dados; fez revisões críticas de diversas versões do artigo, inclusive a final; produziu a versão final do artigo; fez as revisões demandadas no artigo. Bráulio Silva: produziu grande parte da discussão teórica; participou da escolha da metodologia; supervisionou a análise de dados; e fez revisões críticas de diversas versões do artigo.

ABSTRACT

This essay investigates the impact of inmates' work and educational programs on recidivism rates over nearly five years for prisoners released from Santa Catarina prisons. Three methods were used to analyze recidivism and to control for self-selection bias and non-observable heterogeneity: propensity score matching, Cox, and frailty models. The frailty model showed that participation in work and educational programs reduced the odds of recidivism by 14% and 32%, respectively. This study suggests that programs are being carried out in Santa Catarina that may effectively impact prisoners' rehabilitation.

Keywords: Recidivism. Rehabilitation. Santa Catarina. Propensity Score Matching. Frailty Model.

RESUMO

ASSOCIAÇÕES ENTRE REINCIDÊNCIA PRISIONAL E EXPERIÊNCIAS LABORAIS E EDUCACIONAIS DURANTE A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Este ensaio investiga o impacto de programas laborais e educativos nas taxas de reincidência de detentos ao longo de um período de quase cinco anos para os presos libertados de prisões de Santa Catarina. Três

métodos foram usados para analisar a reincidência e para controlar o viés de auto seleção e a heterogeneidade não observável: propensity score matching, modelos Cox e modelos de fragilidade. O modelo de fragilidade mostrou que a participação em programas de laborais e educacionais reduziu as chances de reincidência em 14% e 32%, respectivamente. Este estudo sugere que existem programas em andamento em Santa Catarina que podem impactar efetivamente na reabilitação de presos.

Palavras-chave: Reincidência. Reabilitação. Santa Catarina. Propensity Score Matching. Modelos de Fragilidade.

Data de Recebimento: 23/02/2023 – **Data de Aprovação:** 09/10/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1880

1. INTRODUCTION

The population deprived of liberty in Brazil reached more than 750 thousand individuals in 2019, with an imprisonment rate of over 350 prisoners per 100,000 inhabitants, and these numbers have increased in recent decades¹. On the one hand, the policy of mass incarceration reassures society that criminals are being incapacitated and/or crime is being deterred, though evidence suggests that the actual results do not meet this common-sense expectation (Chalfin; McCrary, 2017; Pratt, 2019). On the other hand, the social cost of this policy affects various spheres of society, with negative impacts on public health, the economy, and public safety (Massoglia; Pridemore, 2015; Schnittker; John, 2007; Wildeman; Wang, 2017).

The prisoner's rehabilitation or resocialization is believed to increase if he/she works and/or studies while in prison (Davis *et al.*, 2013; Hui Kim; Clark, 2013; Sedgley *et al.*, 2010). However, only a small minority of Brazilian prisoners work or study in prison (Brasil, 2018). Moreover, there are very few evaluations of the effectiveness of these programs.

This paper addresses this topic by evaluating the effectiveness of programs promoting the participation of prisoners in work and study activities. Following Cullen (2013), there are gaps in the literature that evaluate the effects of public policies in the process of prisoners' resocialization, especially as a contraposition of the Nothing Works doctrine. This is particularly true in developing-country settings, and we hope to contribute to understanding how criminal recidivism is impacted by prison work and study activities. We used an extremely rich database from Santa Catarina (SC), a Brazilian state, and robust statistical analysis based on propensity score matching (PSM) and a frailty model. The results and inferences of this paper may contribute to more effective planning in the public sphere about how to promote enhanced rehabilitation and resocialization through these types of activities.

In addition to this introduction, the paper is divided into four sections. The next section discusses the theoretical background of the paper. Section 3 describes the methodology. Section 4 presents the empirical results. The last section concludes the paper.

¹ <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>.

2. ASSOCIATIONS BETWEEN WORK AND EDUCATIONAL ACTIVITIES IN PRISONS AND RECIDIVISM

This paper evaluates the effectiveness of work and study activities in prisons in decreasing the probability of recidivism of former prisoners. The idea is founded on the belief that deprivation of liberty associated with specific programs can potentially promote the individual's resocialization. Thus, depriving individuals of liberty would have the potential to deter the individuals from becoming criminals from an *ex-ante* perspective, and there would also be a positive *a posteriori* effect due to the resocialization process (Liszt, 2006).

This theory posits that individuals who work and/or study while in prison may have an opportunity to qualify themselves and acquire abilities and competencies, increasing their human capital levels or slowing the process of human capital loss (Carvalho, 2002). Besides, there may be psychological and social effects of these types of activity, such as the increase of critical reasoning and a greater connection to life in society, that may also positively affect the reintegration of prisoners after their release (Julião, 2009; Cullen; Jonson, 2011).

However, this assertion that work and study activities by individuals deprived of liberty are effective in rehabilitation has been subjected to strong criticism and skepticism (Baqueiro, 2017; Bitencourt, 2017; Brant, 1994). These authors argue that prisons are not able to promote any form of resocialization; on the contrary, they assert that prisons are more likely to be schools of crime, places where careers in crime may be forged, increasing the prisoner's propensity to continue to act in the illicit labor market after being released. Besides, stigmatization may deter the prisoner's process of reintegration into society (Becker, 2008).

While we acknowledge that most prisons in Brazil have limited ability to implement resocialization policies, this paper's hypotheses are based on the idea that penitentiary policies may effectively reduce recidivism if well implemented. Moreover, although the paper focuses on work and study activities, a large set of policies is designed to promote the resocialization of the individual either in prison or after release (Aos *et al.*, 2009; Cullen, 2013).

Many authors empirically analyzed the association between the prisoner's participation in work and educational activities while in prison and the prisoner's recidivism after release. Examining different studies, Wilson *et al.* (2000) concluded that prisoners who participated in work programs had a lower rate of recidivism. Nonetheless, the authors observed that self-selection bias was poorly controlled for in the studies and the results may have been overestimated. Similarly, Aos *et al.* (2009) found slight positive impacts from this program. Duwe and McNeeley (2017) concluded that prisoners who had worked while in prison were much more employable after their release and had a lower recidivism rate. In conclusion, most studies determined that prison work programs showed a positive, although sometimes small, impact on recidivism.

Concerning study programs, Wilson *et al.* (2000) concluded that participation in educational activities had a positive effect, reducing recidivism, and MacKenzie (2006) and Davis *et al.* (2013) observed similar results. More recently, Fogarty and Giles (2018) reanalyzed the Davis *et al.* (2013) study and verified that educational programs reduced recidivism rates by 30%. Similarly, Pompoco *et al.* (2017) and Ellison *et al.* (2017) observed positive impacts of educational activities. In general, educational programs had a positive

effect on reducing recidivism, especially in the U.S. However, there are different educational programs, and many showed little or no impact.

Two studies applied survival analysis to U.S. data and addressed self-selection bias while discussing the above associations. Hui Kim and Clark (2013) analyzed the effects on recidivism of tertiary education programs lasting at least one year. The authors observed that those who graduated from such programs had a 50% lower recidivism rate. Sedgley et al. (2010) investigated the effects of work and educational programs. 88.8% of the individuals in this study had jobs while in prison, and 45.2% participated in educational programs. Both programs had remarkable impacts, reducing recidivism. In the context of Latin America, Baeza and Grau (2017) studied whether work programs in Chilean prisons had any effect on recidivism. They observed that the programs had no significant effect after addressing bias due to self-selection.

Very few empirical quantitative studies analyzed the Brazilian reality and the association of work and/or educational programs with recidivism in Brazil. Among the first, Adorno and Bordini (1989, 1991) analyzed individuals released from the State Penitentiary of São Paulo in 1974, 1975, and 1976. They concluded that those who recidivated had a similar profile to those who did not recidivate. Brant (1994) examined prisoners in the Carandiru Complex in São Paulo. He verified that prisoners' main motivation for participating in any program while in prison was to avoid idleness and to receive a small stipend to help their families. The author emphasized that the programs might not positively affect recidivism. Similarly, Coelho (2005) and Salla (2006) showed that the conditions in prisons in Rio de Janeiro State were extremely harsh, and the availability of work or educational programs was highly limited. Shikida and Brogliatto (2008) studied prisoners from the State Penitentiary of Foz do Iguaçu. They observed that convicts' main motivation for participating in programs was to reduce their penalties, avoid idleness, and increase their qualifications in technical skills. On the other hand, convicts complained that the number of jobs and the learning possibilities were too limited. Ipea (2015) emphasized that policies associated with the resocialization of prisoners were poorly implemented in Brazilian establishments in part due to the prison's environment and the implicit culture, rules, and roles of daily penitentiary management. These cited studies concluded that the possibilities of rehabilitation through work and/or educational programs are small, partly due to the limited availability of such programs.

However, two of the few studies addressing realities in Brazil showed a greater resemblance to this study. Julião (2009) analyzed data from the state of Rio de Janeiro for the period between 1996 and 2006 and concluded that educational activities decreased the probability of recidivism by 39%, while work programs decreased the probability of recidivism by 48%. However, these studies did not quantitatively account for the self-selection bias and the non-observable heterogeneity that plague such analysis, although the author was aware of these problems and discussed them qualitatively. The author points out that the positive effects observed by his analysis were probably mostly caused by the greater propensity of particular prisoners to participate in educational or work programs.

This brief theoretical section has presented some studies that addressed questions similar to those considered in this paper. Most analyses investigated the reality in developed countries, rather different settings than the one examined here. Moreover, the only paper that addressed an analysis similar to the one described in this paper did not tackle the problems related to self-selection bias and non-observable heterogeneity. Thus, this study focuses on the possibility that work and/or educational activities while in prison may have positive influences promoting lower levels of recidivism in a developing country and taking into account that individuals show different propensities to engage in such activities. We used a

rich database from Santa Catarina state in Brazil. We based our methodology on the explicit treatment of non-observable heterogeneities described in Vaupel et al. (1979) and Sedgley et al. (2010) and the methodology of propensity score matching portrayed in Hui Kim and Clark (2013) while dealing with the Brazilian reality. By doing so, we believe we are filling a gap in the literature.

3. METHODOLOGICAL SECTION

3.1 DATABASE

All individuals who become prisoners have their information collected by the prison's administration; a database for all jails in the state of SC has been built using this information. The State Secretary of Penitentiary and Socioeducative Administration of SC kindly provided part of this database for research purposes.

We used the data of individuals released from the prison system between January 1st, 2013, and December 31st, 2014. They were followed until November 11th, 2018. Many returned to the prison system during this period, while others continued at liberty. This paper analyzes the first such occurrence of individuals released and imprisoned more than once. Thus, the database shows the release date and the recidivism date, if any, for each individual released over two years.

Besides the dates of release and recidivism, the database contains the following information, among others: the establishment of the prison system in which the prisoner was incarcerated; skin color/race (self-declared); sex; civil status (self-declared); date of birth; level of formal education (self-declared); type of crime committed; and time spent working and/or studying while in prison. Table 3 details the variables used in the empirical analysis.

Two establishments with particular characteristics (Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico and Casas do Albergado) were dropped from the sample as they do not represent the prison system. Finally, those imprisoned for less than one complete day were also dropped from the sample. The final number of observations is 21,274.

3.2 VARIABLES OF INTEREST

Besides whether or not the individual returned to the prison system, the variables of main interest to the paper are the amount of time spent working or studying while in prison. The mean time spent on work activities was 12 days, with a standard deviation of 65. For educational activities, these numbers were 1.2 and 12 days, respectively. These numbers corroborate the findings of other authors concerning the limited opportunities for work or study in Brazilian prisons.

Given that few prisoners work and/or study, we created a dummy indicating who had done each activity, using the same procedure described in Julião (2009) and Baeza and Grau (2017). Table 1 presents some of the details for these dummy variables. Only 8% of those released had worked one day or more while in prison, and only 2% had studied one day or more, numbers much lower than those verified in most studies with U.S. or European data.

TABLE 1

Recidivism rates associated with participation in work and/or educational activities

	Number of individuals	Individuals who recidivated	Recidivism rate
Working activities			
Did not work	19,479 (92%)	6,034	31%
Worked	1,795 (8%)	830	46%
Educational activities			
Did not study	20,891 (98%)	6,690	32%
Studied	383 (2%)	174	45%

Source: Own elaboration.

Given that the effect of work and educational programs might depend on the time the prisoner spent in them (Duwe & Mcneeley, 2017; Steiner & Wooldredge, 2014), another analysis is performed for those who spent at least 90 days in the activity, as done by Sedgley *et al.* (2010). However, the number of released individuals who spent 90 days or more in work and/or educational activities is small. Only 4% worked for 90 days or more, and only 0.5% studied for 90 days or more, as shown in Table 2.

Tables 1 and 2 also show that the rates of recidivism are higher for prisoners who worked and/or studied, a result different from what was initially expected. Work and educational programs may have no effect, or they may have a negative effect, or problems related to self-selection bias and non-observable heterogeneity might be plaguing the analysis.

TABLE 2

Recidivism rates associated with participation in work and/or educational activities for 90 days or more

	Number of individuals	Individuals who recidivated	Recidivism rate
Working activities			
Did not work 90 days or more	20,401 (96%)	6,482	32%
Worked 90 days or more	873 (4%)	382	44%
Educational activities			
Did not study for 90 days or more	21,157 (99.5%)	6,817	32%
Studied 90 days or more	117 (0.5%)	47	40%

Source: Own elaboration.

3.3 OTHER EXPLANATORY VARIABLES USED AS CONTROLS

Table 3 details the explanatory variables used as controls, including how they were categorized and the recidivism rate for each category. Note at the bottom of the table that the global recidivism rate in the state of Santa Catarina was 32.3%, much smaller than the national figure, which was between 70 and 85% (DEPEN, 2001, 2009).

The recidivism rates for the different categories of the explanatory variables used as a control corroborate most known facts already described in the literature. Higher rates were observed for males (Stolzenberg;

D'Alessio, 2004; Zanon; Barros, 2018); Pardos and Blacks (Jung *et al.*, 2010; Souza *et al.*, 2016); bachelors (Andersen *et al.*, 2015); atheists (Deuchar *et al.*, 2016); younger individuals (Sapori *et al.*, 2017; Souza *et al.*, 2016; Zanon; Barros, 2018); individuals with lower levels of formal education (Hui Kim; Clark, 2013; Souza *et al.*, 2016); less visited individuals (Duwe; Clark, 2011); for those who had a conviction compared to those who were awaiting trial or who tried to escape, successfully or not (Sullivan; Piquero, 2016); and for those who had committed property crimes instead of against individuals (Sapori *et al.*, 2017; Shikida *et al.*, 2014). Finally, those who stayed in prison longer had higher rates of recidivism. On the one hand, this may indicate a longer career in crime and a more serious criminal charge. On the other hand, this might suggest that most prisons function as schools of crime (Bitencourt, 2017) instead of places of resocialization.

TABLE 3

Explanatory variables used as controls

Covariate	Total of released individuals	Total who recidivated	Recidivism rate
1 – Sex			
0 – Female	1,677	305	18.2%
1 – Male	19,597	1,940	33.5%
2 – Skin color/race			
1 – Black	1,537	584	38.0%
2 – Pardo	5,834	6,167	33.3%
3 – White	13,418	4,227	31.5%
4 – Asian	485	113	23.3%
3 – Civil status			
1 – Bachelor	8,491	3,134	36.9%
2 – Married	2,417	600	24.8%
3 – Others	7,877	2,817	35.8%
4 – Did not inform	2,489	313	12.6%
4 – Religion			
1 – Atheist	234	101	43.2%
2 – Other	15,533	5,397	34.7%
3 – Did not inform	5,507	1,366	24.8%
5 – Age at incarceration			
1 – 18 to 29	10,435	3,985	38.2%
2 – 30 to 40	6,503	1,996	30.7%
3 – 41 or more	4,336	883	20.4%
6 – Age when released			
1 – 18 to 29	9,625	3,611	37.5%
2 – 30 to 40	7,007	2,258	32.2%
3 – 41 or more	4,642	995	21.4%
7 – Level of formal education			
1 – Less than High School	14,608	4,995	34.2%
2 – High School	5,767	1,696	29.4%
3 – Tertiary Education	899	173	19.2%
8 – Time in prison			
1 – 10 days or less	7,207	1,135	15.7%
2 – 11 to 100 days	5,048	1,613	32.0%
3 – 101 days or more	9,019	4,116	45.6%

Continua

9 – Number of visits per day in prison			
1 – Zero visits and time in prison of less than 10 days	6,509	1,029	15.8%
2 - Zero visits and time in prison of 10 days or more	9,407	3,970	42.0%
3 – Zero to 0.04 visits per day	2,321	1,000	43.1%
4 – 0.04 to 0.37 visits per day	2,617	781	29.8%
5 – More than 0.37 visits per day	420	84	20.0%
10 – Tried to escape or escaped			
0 – No	20,247	6,224	30.7%
1 - Yes	1,027	640	62.3%
11 – With conviction			
0 - No	14,968	4,044	27.0%
1 - Yes	6,306	2,820	44.7%
12 – Type of crime			
1 – Against property	1,399	683	48.8%
2 – Others	2,698	863	32.0%
3 – Did not inform	17,177	5,318	31.0%
Total	21,274	6,864	32.3%

Source: Own elaboration.

3.4 SELF-SELECTION BIAS AND NON-OBSERVABLE HETEROGENEITY

Self-selection bias while analyzing treatments occurs when the treated and non-treated samples are not similar. In particular, for this study, individuals who work or study while in prison may not be a random sample of all prisoners. They might tend to be different in many aspects, which may be correlated with treatment outcomes (Colosimo; Giolo, 2006).

Another problem plaguing this paper's data type is the presence of non-observable heterogeneities. In particular, for this study, individuals with the same set of observable variables might show a very different profile regarding recidivism. Moreover, important factors associated with recidivism may not be present in the database, potentially causing estimation biases (Sharmin; Khan, 2017).

We used two methodologies in order to overcome these estimation difficulties. Initially, Propensity Score Matching (PSM) was used, as in Hui Kim and Clark (2013) and Sedgley et al. (2010). After this, a frailty model was used, adapted by Sedgley *et al.* (2010) for a similar empirical study.

3.5 PROPENSITY SCORE MATCHING

PSM was used to decrease the potential bias caused by self-selection (Guo; Fraser, 2014). In this paper, the propensity scores were estimated using individuals' attributes prior to becoming a prisoner. Thus, the variables "age when released," "time in prison," and "number of visits," all described in Table 3, were not used in the matching process. Similarly to Hui Kim and Clark (2013) and Sedgley et al. (2010), in order to build the counterfactual group, we matched the treated individuals with their nearest individual among the non-treated (Olmos; Govindasamy, 2015). By doing so, we obtained counterfactual groups with the same number of observations as the treated groups: individuals who had worked in prison and individuals

who had studied in prison. After the matching, the treatment groups and the counterfactual groups were analyzed, and they were similar in the explanatory variables, indicating that the matching was successful.

3.6 THE KAPLAN-MEIER ESTIMATOR AND THE COX SEMIPARAMETRIC MODEL

The dependent variable in this paper is the recidivism time. However, released individuals might not recidivate either because they may not commit another crime or because the analysis period was too short for them to become prisoners again. Thus, the data is censored, and survival analyses are recommended (Colosimo; Giolo, 2006).

Among the non-parametric techniques related to survival functions, the Kaplan-Meier estimator (KM) is extremely popular and can be used to compare different categories of explanatory variables while verifying whether the differences are statistically significant (Kaplan; Meier, 1958). Thus, the KM estimator can be used as a first step to analyze differences in the survival rates of different population groups, and we used this technique as a first step of the analysis.

Another widely used technique in survival analysis is the semiparametric model of Cox. In this model, it is analyzed the associations of a set of covariates with survival time (Cox, 1972). Initially, we verified whether the hypotheses of proportional failures of the model were satisfied using the residuals test of Schoenfeld (Schoenfeld, 1982). If the hypothesis is rejected, an alternative analysis technique is to employ a stratified Cox model (Colosimo; Giolo, 2006). Another possibility, as in Hui Kim and Clark (2013), is to use a reduced sample using the PSM to estimate the Cox model with a dummy variable indicating whether the individual belonged to the control or treatment groups for the non-stratified or stratified model. This was the procedure employed here.

3.7 THE FRAILTY MODEL

Given the small set of explanatory variables, there is a large probability that relevant variables may be omitted in studies similar to the one presented in this paper. Moreover, these variables might be related to self-selection bias, and the assumption of independence of survival times may not be valid. In order to overcome these limitations, the frailty model with non-observable heterogeneity between observations can be employed (Colosimo; Giolo, 2006; Wienke, 2011). This technique can also be used to minimize the effect of self-selection bias, as described in Sedgley et al. (2010). This model has been applied at least since Vaupel et al. (1979), and different authors have demonstrated that it is effective in dealing with estimation bias (Wienke, 2011).

Sedgley et al. (2008) analyzed the impact of work and educational programs on recidivism using the frailty model. Here, we used this model, having as its initial specification a Cox model (Colosimo; Giolo, 2006; Munda *et al.*, 2017). Like the Cox model, the frailty model can be stratified, and we used this last model, as Bowles and Florackis (2007) did. These authors studied the determinants of recidivism in Great Britain and grouped the individuals according to the types of crimes they committed. Here, we grouped the individuals who had been incarcerated in particular prisons, as there are remarkable differences between establishments.

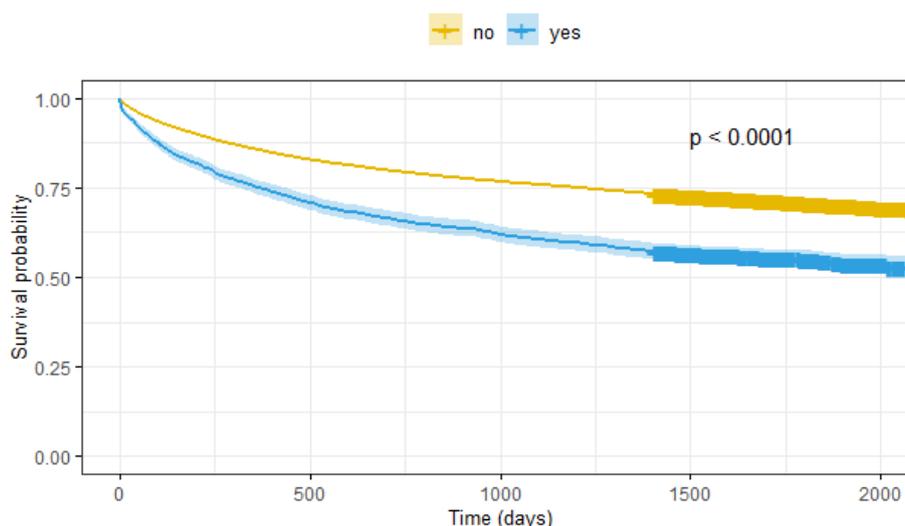
4. RESULTS

4.1 DESCRIPTIVE ANALYSIS WITH THE KAPLAN-MEIER ESTIMATOR

We used the KM estimator to compare the categories of our variables of interest: whether or not the prisoner had worked while in prison and whether or not he/she had studied. Graph 1 shows the results for the survival curves comparing those who had participated in work activities with those who had not. The survival curve of those who had worked before release is below that of those who did not. That is, the survival times of the first were smaller than those of the latter, indicating a higher recidivism rate for those who had worked. Differences are statistically significant, and the results corroborate the findings of Tables 1 and 2 and go against the initial expectations proposed in the hypothesis of this paper.

GRAPH 1

Kaplan-Meier estimator for the dummy variable whether the prisoner had worked or not before his/her release

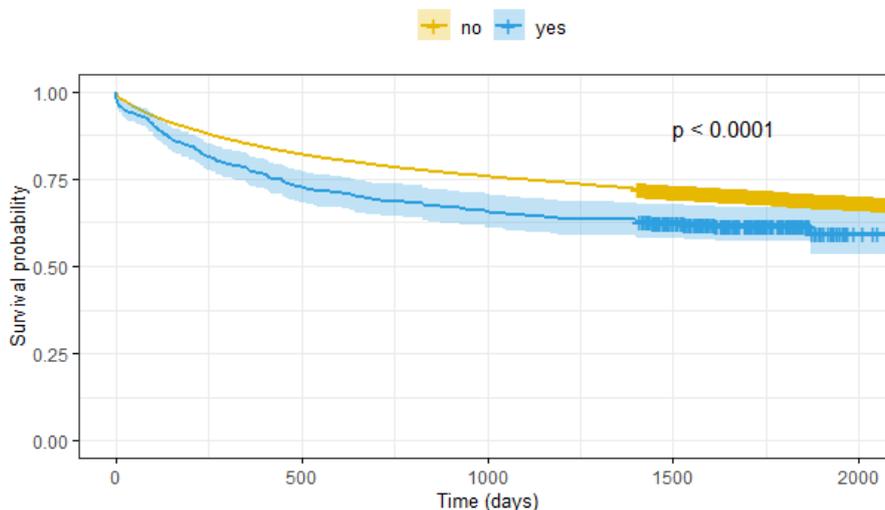


Source: Own elaboration.

A similar analysis was done with the dummy whether the prisoner had studied before his/her release, and the results are shown in Graph 2. Again, contrary to the initial expectations but in line with the findings of Tables 1 and 2, those who had studied showed higher recidivism rates. The differences between groups were also statistically significant.

GRAPH 2

Kaplan-Meier estimator for the dummy variable whether the prisoner had studied or not before his/her release



Source: Own elaboration.

Thus, the KM estimator did not corroborate our working hypothesis but contradicted it. However, this analysis did not control for covariates, self-selection bias, or non-observable heterogeneity problems.

4.2 COX MODELS WITH REDUCED SAMPLES OBTAINED BY PROPENSITY SCORE MATCHING

This section presents the results of the Cox models that used the reduced sample after matching. The models for work and educational activities were estimated separately. In each model, a dummy indicated whether the prisoner had participated in the specific activity. The Shoenfeld test for residuals showed a significant result for the work program model but did not for the educational activity model, indicating that the stratified model by the establishments of the prison system should be used only for the first type of program. However, the results did not differ from those produced by the non-stratified model, and therefore, table 4 shows the results for the non-stratified models for both types of activities.

As defined in Table 1, both variables of interest showed non-significant results. Hence, work and educational activities did not seem effective in reducing recidivism.

Concerning the other variables, we noticed that some factors were associated with an increase in the recidivism rates, such as: being male, being Black, being atheist, being younger, having spent a longer time in prison, having attempted successfully or unsuccessfully to escape from prison, and having committed crimes against property. Most of these results corroborate the stigmatized profile previously described. Other factors were associated with lower recidivism rates, such as not providing information about marital status and being convicted. This last result was contrary to what was observed in Table 3. Other variables showed non-significant results, such as the variables for marital status, educational level, and number of visits. In a more controlled analysis, these variables were not significantly associated with recidivism rates.

TABLE 4

Results for the Cox model applied to a reduced sample obtained with PSM

Type of activity Covariate	Work				Study			
	Coef.	OD	SD	Sign.	Coef.	OR	SD	Sign.
Work (Reference: No)	0.01	1.01	0.06		-	-	-	-
Study (Reference: No)	-	-	-	-	-0.14	0.87	0.14	
Male (Reference: Female)	0.62	1.87	0.10	***	0.51	1.67	0.20	**
White	-0.29	0.75	0.10	***	-0.17	0.84	0.27	
Pardo	-0.21	0.81	0.09	**	0.02	1.02	0.25	
Asian	-0.96	0.38	0.39	**	-0.33	0.72	0.48	
Reference: Black								
Married	-0.11	0.90	0.11		0.31	1.36	0,5	
Other	0.01	1.01	0.06		0.11	1.12	0.14	
Did not inform	-0.51	0.60	0.14	***	-0.10	0.90	0.29	
Reference: Bachelor								
Had a religion	-0.34	0.71	0.23		-1.25	0.29	0.60	**
Did not inform	-0.59	0.56	0.24	**	-1.52	0.22	0.62	**
Reference: Atheist								
Age between 30 and 40	-0.22	0.80	0.06	***	-0.24	0.79	0.14	*
Age above 40	-0.48	0.62	0.09	***	-0.46	0.63	0.24	**
Reference: 18 to 29								
Secondary level of education	0.02	1.02	0.06		-0.09	0.91	0.15	
Tertiary level of education	-0.33	0.72	0.21		-0.70	0.50	0.51	
Reference: Elementary level								
Time in prison: 11 to 100 days	0.82	2.26	0.39	**	1.39	4.00	1.09	
Time in prison: more than 100 days	0.86	2.36	0.39	**	1.83	6.26	1.10	*
Reference: 0 to 10								
0 visits and time in prison more than 10 days	0.06	1.06	0.41		-0.50	0.60	1.12	
More than 0 to 0.04 visits per day	0.03	1.03	0.41		-0.57	0.57	1.13	
More than 0.04 to 0.37	-0.10	0.90	0.40		-0.55	0.58	1.12	
More than 0.37 visits per day	0.10	1.10	0.37		-0.70	0.49	1.10	
Ref.: 0 visits/time in prison less than 10 days								
Prison escape (Reference: No)	0.47	1.59	0,7	***	0.38	1.47	0.18	**
Conviction (Reference: No)	-0.14	0.87	0.06	**	-0.16	0.85	0.14	
Other types of crime	-0.39	0.68	0.11	***	-0.71	0,49	0.30	**
No information about the type of crime given	-0.62	0.54	0.09	***	-0.82	0.44	0.23	***
Reference: Crimes against property								

Source: Own elaboration.

*** p-value < 0.01, ** p-value < 0.05, * p-value < 0.10

OD: Odds ratio. Sd: Standard deviation. Sign: significance

Coefficient of determination (Working activity): 0.641

Coefficient of determination (Educational activity): 0.657

Similar analyses were done with the variables of interest defined in Table 2 to verify the robustness of the results. The results obtained were very similar to the ones presented in Table 4 and are not shown, including the non-significance of the variables of interest.

4.3 SURVIVAL ANALYSIS WITH FRAILTY MODELS

Table 5 shows the results for the Cox models with frailty. The results for the controls were very similar to those presented in Table 4 and are not shown. Six models show the results for each variable of interest. The models were estimated for non-stratified data and stratified data. For both these models, three models with different data and variables were estimated: with all observations and reduced samples obtained with PSM and the dummies of interest defined as in Table 1 or Table 2.

The preliminary results indicated that frailty models should be used instead of previous ones. Moreover, the variance was decreased in the stratified models, indicating that the heterogeneity of the prison system's establishments should be included in the model.

The results for the work activity dummy for the non-stratified model with all variables were positive and significant, contrary to the initial expectations, but corroborating the descriptive findings. The results differed for the stratified model with all observations and the non-stratified and stratified models with the reduced sample with a dummy for work defined as those who had worked at least one day. That is, partial correction for self-selection changed the results, indicating the importance of a more careful estimation of the effects of work programs on recidivism. Besides, as prisons differ in their capacity to promote meaningful working experiences for the prisoner, controlling the natural idiosyncrasies of the establishments in the prison system also appeared relevant in determining the results.

However, to define those who worked as those who engaged at least one day in the activity might undermine one's capacity to observe any influence of the activity on recidivism. Thus, the last models incorporate the more restricted definition of working for at least 90 days. Using this definition, the non-stratified models showed a non-significant result and the stratified one showed a negative and significant coefficient. This last result corroborates our hypothesis that those who worked were 14% less likely to recidivate, indicating the possibility of positive impacts of this type of program on the propensity to return to prison.

A similar analysis was done for those who studied while in prison. Most coefficients were non-significant. The only exception was the non-stratified frailty model with the reduced sample with a more restricted definition for those who had studied. The coefficient was negative and significant at 10%. These results corroborate our hypothesis; however, notice that the results depended on the applied model, and careful estimations should be employed.

TABLE 5

Cox models with frailty

Covariate	Individual				Stratified			
	Coef.	OR	Sd	Sign.	Coef.	OR	Sd	Sign.
All observations								
Work (Reference: No)	0.12	1.12	0.05	**	0.01	1.01	0.04	
Study (Reference: No)	-0.07	0.93	0.11		-0.04	0.96	0.09	
Reduced sample using PSM with dummies defined as in Table 1								
Work (Reference: No)	0.01	1.01	0.06		0.02	1.02	0.07	
Study (Reference: No)	-0.14	0.87	0.14		-0.00	0.99	0.16	
Reduced sample using PSM with dummies defined as in Table 2								
Work (Reference: No)	-0.02	0.98	0.07		-0.15	0.86	0.06	**
Study (Reference: No)	-0.39	0.68	0.21	*	-0.26	0.77	0.17	

Source: Own elaboration.

*** p-value < 0.01, ** p-value < 0.05, * p-value < 0.10

OD: Odds ratio. Sd: Standard deviation. Sign: significance

5. FINAL DISCUSSION AND CONCLUSION

This paper evaluated the effectiveness of work or study activities on the resocialization of jail/prison inmates. The initial hypothesis of this study was that while engaging in these types of activities, the prisoner could gain knowledge, competencies, and experiences that might contribute to his/her reintegration into society, increasing the chance that the individual might take part in licit pursuits after being released.

We employed two sets of observations, two estimation techniques, and two criteria to define who had participated in an activity, as suggested by the literature, to overcome the limitations imposed by our data. Concerning the different sets of observations, initially, we used propensity score matching to overcome some of the limitations of self-selection bias while applying a Cox model. After this, a Cox model with frailty was employed, as it showed greater flexibility to address the limitations imposed by the data. Regarding the criteria for participating in an activity, first, we used a less restricted definition: whether or not the prisoner had participated. However, some individuals had participated in work or educational activities briefly. Thus, we also used other criteria and established that individuals had to participate in an activity for at least 90 days to be considered as having participated.

The results of the estimations showed non-significant results for the first criterion. However, as emphasized by Duwe and Mcneeley (2017) and by Steiner and Wooldredge (2014), the effectiveness of resocialization programs in prison may be linked to the amount of time prisoners spend in them. We observed significant associations with recidivism when we estimated the effects of work and educational programs using the more restricted definition of who had engaged in the activity. Those who had studied or worked for at least 90 days while in prison had lower recidivism rates. These results suggest that longer-term activities might effectively decrease the ex-prisoners propensity to engage again in illicit activities.

Given this perspective, it is fundamental to evaluate public policies *ex-ante*, *ex-dure*, and *ex-post*, even though the results might not be what was initially expected, to design cost-effective procedures rationally (IPEA, 2018). Tilley (2000) emphasized the necessity not only of verifying the effectiveness of a program, but also of apprehending the actual context and mechanisms of the program. Similarly to other analyses cited here, this study indicates that work and educational programs may be effective if well-designed and implemented. Moreover, rehabilitation programs based on work and study have been shown to have good cost-benefit relations, as observed by Aos *et al.* (2009), Sedgley *et al.* (2010), and Davis *et al.* (2013). These studies verified that well-implemented programs generate intertemporal surpluses, as costs are lower than benefits in the long run.

Brazil's number of individuals deprived of liberty is already extremely large and increasing; it may reach 1.5 million in 2025 (Brasil, 2018). In this scenario, policies that will reduce recidivism and help convicts break free of the habit of criminal activities are needed, and the findings of this paper may provide information on which to base specific policies with this purpose.

Besides, other programs that could also be implemented in prisons may effectively reduce recidivism, as discussed by Aos *et al.* (2009) and Duwe and Clark (2017). For instance, policies that support and assist the ex-prisoner might complement the positive effects of work and educational activities in prison (Aos *et al.*, 2009; Skardhamar; Telle, 2012; Travis; Petersil, 2001). In addition to their statistical effectiveness, the programs in this paper have another fundamental value: the respect for prisoners' rights and the warranty of support and assistance for ex-prisoners envisaged in the Criminal Enforcement Law (LEP) (Brasil, 1984).

REFERENCES

ADORNO, Sergio; BORDINI, Eliana. Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo (1974 – 1985). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 3, 9, 1989, 70-94.

ADORNO, Sergio; BORDINI, Eliana. A Prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma pesquisa. **Revista de Sociologia da USP: Tempo Social – São Paulo**, 1991, 7 - 40.

ANDERSEN, Signe; ANDERSEN, Lars; SKOV, Pier. Effect of Marriage and Spousal Criminality on Recidivism. **Journal of Marriage and Family**, 77, 2, 2015, 496-509.

AOS, Steve; MILLER, Marna; DRAKE, Elisabeth. Evidence-Based Public Policy Options to Reduce Future Prison Construction, Criminal Justice Costs, and Crime Rates. **Victims and Offenders**, 4, 2009, 170-196.

BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAEZA, Francisca; GRAU, Nicolás. **The Impact of Prison Labor Programs on Recidivism: The Case of Chile**. Working Paper, 440, University of Chile, Chile, 2017.

BAQUEIRO, Fernanda. **Execução Penal e o Mito da Ressocialização: Disfunções da Pena Privativa de Liberdade**. Curitiba: Juruá, 2017.

BITENCOURT, Cezar. **A falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BOWLES, Roger; FLORACKIS, Chrisostomos. Duration of the time to reconviction: Evidence from UK prisoner discharge data. **Journal of Criminal Justice**, 35, 4, 2007, 365-378.

BRANT Vinicius. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210compilado.htm. Accessed on: 31 Oct. 2018.

BRASIL. **Diagnóstico do sistema prisional brasileiro**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018. Available at: <http://www.seguranca.gov.br/news/collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-mpsp.pdf>. Accessed on: 31 Oct. 2018.

CARVALHO, José. **Essays on the Microeconometrics of Labor Markets and Criminal Behavior**. Ph.D. Thesis - Pennsylvania State University, USA, 2002.

COELHO, Edmundo. **Oficina do Diabo e outros escritos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COLOSIMO, Enrico and GIOLO, Sueli. **Análise de sobrevivência aplicada**. São Paulo: Blucher, 2006.

COX, David. Regression models and life tables. **Journal of the Royal Statistical Society**, 34, 2, 1972, 187-220.

CULLEN, Francis. Rehabilitation: Beyond Nothing Works. **Crime and Justice**, 42, 1, 2013, 299-376.

CULLEN, Francis; JONSON, Cheryl. Rehabilitation and Treatment Programs. In: WILSON, James, PETERSILIA, Joan (eds) **Crime and Public Policy**. New York: Oxford University Press, 2011.

DAVIS, Louis; BOZICK, Robert; STEELE, Jennifer; SAUNDERS, Jessica; MILES, Jeremy. **Evaluating the Effectiveness of Correctional Education: A Meta-Analysis of Programs That Provide Education to Incarcerated Adults**, 2013. Available at: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR266.html. Accessed on: march 21, 2019.

DEUCHAR, Ross; MORCK, Line; MATEMBA, Yonah; MCLEAN, Robert; RIAZ, Nighet. It's as If You're Not in the Jail, as If You're Not a Prisoner': Young Male Offenders' Experiences of Incarceration, Prison Chaplaincy, Religion and Spirituality in Scotland and Denmark. **The Howard Journal of Crime and Justice**, 55, 1-2, 2016, 131-150.

DUWE, Grant; CLARK, Valerie. Blessed Be the Social Tie That Binds: The Effects of Prison Visitation on Offender Recidivism. **Criminal Justice Policy Review**, 24, 3, 2011, 271-296.

DUWE, Grant; CLARK, Valerie. Nothing Will Work Unless You Did: The Predictors of Postprison Employment. **Criminal Justice and Behavior**, 44, 5, 2017, 657-677.

DUWE, Grant; MCNEELEY, Susan. The effects of prison labor on institutional misconduct, postprison employment, and recidivism. **Corrections**, 5, 2, 2017, 1-20.

FOGARTY, James; GILES, Margaret. **Recidivism and education revisited: evidence for the USA**. Working Paper, 1806, The University of Western Australia, Crawley, Australia, 2018.

GUO, Shenyang; FRASER, Mark. **Propensity Score Analysis: Statistical Methods and Applications**. Los Angeles, CA: Sage Publications, 2014.

HUI, Ryang; CLARK, David. The effect of prison-based college education programs on recidivism: Propensity Score Matching approach. **Journal of Criminal Justice**, 41, 2013, 196-204.

IPEA. **O desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais**, 2015. Available at: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td_2095.pdf. Accessed on: 09 Apr. 2019.

IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: Ipea, 2018.

JULIÃO, Elionaldo. **Ressocialização através da educação e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. PhD Thesis - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brazil, 2009.

JUNG, Hyunzee, SPJELDNE, Solveig and YAMATANI, Hide. Recidivism and Survival Time: Racial Disparity Among Jail Ex-Inmates. **Social Work Research**, 34, 3, 2010, 181-189.

KAPLAN, Edward; MEIER, Paul. Nonparametric estimation from incomplete observations. **Journal of the American Statistical Association**, 53, 1958, 457-481.

LISZT, Franz. **Tratado de direito penal alemão**. Brasília: Senado Federal, 2006.

Associations between prison recidivism and working and educational experiences during deprivation of liberty

André Braz Golgher, Rafael Galvão de Souza
e Bráulio Figueiredo Alves da Silva

MASSOGLIA, Michael; PRIDEMORE, Willian. Incarceration and health **Annual Review of Sociology**, 41, 2015, 291-310.

MACKENZIE, Doris. **What Works in Corrections: Reducing the Criminal Activities of Offenders and Delinquents**. New York: Cambridge University Press, 2006.

MUNDA, Marco, ROTOLO, Federico and LEGRAND, Catharine. parfm: Parametric Frailty Models in R. **Package vignette**, 1.4, 2017.

OLMOS, Antonio; GOVINDASAMY, Priyalatha. Propensity Scores: A Practical Introduction Using R. **Journal of Multidisciplinary Evaluation**, 11, 25, 2015.

POMPOCO, Amanda, WOLDREDGE, John, LUGO, Mellisa, SULLIVAN, Carie; LATESSA, Edward. Reducing Inmate Misconduct and Prison Returns with Facility Education Programs. **Criminology & Public Policy**, 16, 2017, 515-547.

PRATT, Travis. **Addicted to Incarceration: Corrections Policy and the Politics of Misinformation in the United States**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2019.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, 16, 2006, 274-307.

SAPORI, Luis; SANTOS, Roberto; MAAS, Lucas. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32, 94, 2017.

SEDGLEY, Norman; SCOTT, Charles, WILLIAMS, Nancy; DERRICK, Frederic. Prison's Dilemma: Do Education and Jobs Programmes Affect Recidivism? **Economica**, 77, 2010, 497-517.

SKARDHAMAR, Torbjorn; TELLE, Kjetil. Post-Release Employment and Recidivism in Norway. **Journal of Quantitative Criminology**, 28, 4, 2012, 629-49.

SHARMIN, Shaila; KHAN, Md Hasinur. **Analysis of Unobserved Heterogeneity via Accelerated Failure Time Models Under Bayesian and Classical Approaches, 2017**. Available at: <https://arxiv.org/abs/1709.02831> (Accessed: July 03, 2019).

SHIKIDA, Pery; BROGLIATTO, Sandra. O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 4, 1, 2008, 128-154.

SHIKIDA, Pery; GONÇALVES JÚNIOR, Carlos, CARDOSO, Bárbara; BIRCK, Luis. Reincidência penal: uma análise a partir da "Economia de Crime" para subsidiar decisões judiciais. **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.**, 22, 1, 2014, 41-51.

SCHNITTKER, Jason; JOHN, Andrea. Enduring Stigma: The Long-Term Effects of Incarceration on Health. **Journal of Health and Social Behavior**, 48, 2, 2007, 115-130.

SCHOENFELD, David. Partial residuals for the proportional hazards regression model. **Biometrika**, 69, 1982, 239-241.

SOUZA, Rafaelle, SILVEIRA, Andréia; SILVA, Bráulio. A influência de programas de apoio a egressos do sistema prisional na redução da reentrada prisional. **Interseções**, 18, 2, 2016, 408-430.

STEINER, Benjamin; WOOLDREDGE, John. Sex Differences in the Predictors of Prisoner Misconduct. **Criminal Justice and Behavior**, 41, 4, 2014, 433-452.

STOLZENBERG, Lisa; D'ALESSIO, Stewart. Sex differences in the likelihood of arrest. **Journal of Criminal Justice**, 32, 2004, 443-545.

SULLIVAN, Christopher; PIQUERO, Alex. The Criminal Career Concept: Past, Present, and Future. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 53, 3, 2016, 420-442.

TILLEY, Nick. Doing Realistic Evaluation of Criminal Justice. In: V. JUPP, P. DAVIES and P. FRANCIS (eds.) **Criminology in the Field: the Practice of Criminological Research**. London: Sage, 2000.

VAUPEL, James, MANTON, Kenneth; STALLARD, Eric. The impact of heterogeneity in individual frailty on the dynamics of mortality. **Demography**, 16, 3, 1979, 439-454.

WIENKE, Andreas. **Frailty models in survival analysis**. New York, NY: Chapman & Hall/CRC, 2011.

WILDEMAN, Christopher; WANG, Emily. Mass incarceration, public health, and widening inequality in the USA. **The Lancet**, 389, 2017, 1464-1474.

WILSON, David, GALLAGHER, Catharine; MACKENZIE, Doris. A meta-analysis of corrections-based education, vocation, and work programs for adult offenders. **Journal of Research in Crime & Delinquency**, 37, 4, 2000, 347-368.

ZANON, Matheus; BARROS, Emílio. Análise de sobrevivência aplicada a dados de reincidência ao crime. **Revista Brasileira de Biometria**, 36, 3, 2018, 527-542.

ARTIGO

DESMISTIFICANDO UM TABU: O SUICÍDIO NA PMERJ

DANIEL FERREIRA DE SOUZA

Mestre em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas (2021). Possui graduação em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (2017). É oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde 2010, com experiência na área de Segurança Pública e ênfase em Atividade de Inteligência de Segurança Pública.

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: daniel10472010@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4655-6536>

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY

Professor-pesquisador da FGV-EBAPE, instituição na qual também exerce a função de coordenador do Mestrado Profissional em Gestão Empresarial. Editor-chefe da Cadernos EBAPE. Coordenador da Divisão de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho na ANPAD.

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: helio.irigaray@fgv.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Contribuições dos autores: O autor e o coautor participaram de maneira ativa, tanto na concepção, elaboração, delineamento e revisão do texto, quanto na análise dos dados expostos.

RESUMO

O suicídio é um fenômeno cada vez mais comum entre os policiais militares do estado do Rio de Janeiro. Para tentar mitigar a sua ação e os seus efeitos, é imperioso entender os principais fatores e peculiaridades relacionados ao suicídio consumado e tentado de policiais militares da ativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Buscando esse objetivo, esta pesquisa empírica, com inspiração etnográfica, dado que o pesquisador faz parte da corporação, é um estudo aprofundado e pouco explorado a respeito do tema. Para alcançar o objetivo central da pesquisa, foram analisados dados estatísticos a respeito do fenômeno do suicídio na PMERJ, bem como foram realizadas entrevistas com policiais militares envolvidos em casos de suicídio de maneira direta ou indireta. Os resultados obtidos apontam para uma multiplicidade de questões, nomeadamente, o cotidiano do ofício em si, problemas psicológicos, familiares, bem como disciplinares dentro da corporação. O campo revela que o suicídio é um tabu negligenciado na polícia militar fluminense e que os policiais militares do estado não estão capacitados a detectar os sinais de um potencial suicida. A partir dos resultados desta pesquisa, observa-se a necessidade de que sejam realizados investimentos e uma maior atenção à saúde mental dos policiais militares, assim como maiores investimentos e atenção à capacitação dos policiais PMERJ, quanto à identificação de sinais a respeito do suicídio e das doenças de cunho psicoemocional.

Palavras-chave: Suicídio. Policial militar. Saúde mental.

ABSTRACT

DEMYSTIFYING A TABOO: SUICIDE AT PMERJ

The suicide is an increasingly common phenomenon between military police officers on Rio de Janeiro. To reduce the effects of suicide phenomenon is important understand the main factors and peculiarities linked to the

suicides and attempted suicides of the military police officers in activity in the Military Police of Rio de Janeiro (PMERJ). We realized the empirical research with an ethnographic view, because the researcher is military police officer. To reach the research central objective, we analyzed statistics about the suicide phenomenon in PMERJ, and we made interviews with military police officers involved directly or indirectly in suicide cases. The results show a great number of specific factors, like the police officer professional daily, psychological and family problems, as well as disciplinary questions. The research field showed that the suicide is a taboo, that is neglected in fluminense military police, and the military police officers aren't trained to detect the suicidal signals. The results of this research show too the necessity of investments in the mental health, training of the military police officers, and the special attention with the identification, and tact, with the suicide and psycho-emotional diseases. Is important understand the suicide phenomenon in PMERJ, to demonstrate that psycho-emotional conditions of the military police officers are neglected in the corporation and, above that, in the society.

Keywords: Suicide. Military police officers. Mental health.

Data de Recebimento: 08/03/2023 – **Data de Aprovação:** 11/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1884

INTRODUÇÃO

O suicídio e as suas variáveis são fenômenos que, ainda hoje, são objetos de discussão e fontes de pesquisas na academia, assim como no mundo profissional, sobretudo, entre os profissionais da saúde. Eles são apontados como fenômenos biopsicossociais e multifatoriais, que possuem especificidades variáveis, de acordo com o grupo analisado (Durkheim, 2000; MS, 2017; OMS, 2023).

Evidências apontam para uma forte correlação entre os casos de suicídios tentados e consumados dos empregados, com suas condições físicas e psicológicas no ambiente de trabalho (Dejours, 1992). Tais condições incluem o reconhecimento dos resultados alcançados como mérito da gestão, e não como mérito do esforço do trabalhador, o que resulta na sua desvalorização, na perda do sentido do trabalho e na busca, a qualquer custo, dos objetivos e metas estabelecidas pela organização (Dejours; Bègue, 2010).

Por outro lado, o trabalho não se limita a uma atividade remunerada ou a um escambo econômico, dado que ele desempenha um papel fundamental na construção de nossa identidade pessoal, social e profissional, sendo fonte de reconhecimento e autoestima e, principalmente, de constituição da arena social onde interagimos com outras pessoas e criamos vínculos afetivos (Irigaray *et al.*, 2019). Assim, o enfraquecimento do sentimento de pertencimento e coletividade dos trabalhadores, agregado à precarização das relações de trabalho, também configuram como causas dos suicídios e das tentativas de suicídio no ambiente organizacional (Torres; Meneghetti, 2019).

Tal dinâmica, dessa maneira, segundo estudos a respeito do tema, pode ser observada nas instituições policiais e, sobretudo, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), haja vista as constantes e corriqueiras pressões internas e externas, oriundas dos gestores da Corporação e, principalmente, da sociedade e da mídia que, somadas às péssimas condições de trabalho, bem como aos baixos salários, tornam o sistema ainda mais problemático (Miranda *et al.*, 2020); por isso, os policiais militares são um grupo de risco, no que tange à questão do suicídio. De fato, esses homens e mulheres estão expostos a situações de grande violência, direta e indiretamente, não só física, mas também verbal, que impactam nas suas estruturas psicológicas, além de sofrerem com a falta de reconhecimento e estigmatização por

grande parte da população do estado (Miranda, 2016). A PMERJ, objeto deste artigo, tem observado, historicamente, uma alta nas taxas de suicídio e tentativas de suicídio, além de uma elevada taxa de subnotificações (Miranda; Guimarães, 2016).

Nesse sentido, objetivando descortinar tal estrutura, buscamos, ao longo deste artigo, responder às seguintes perguntas: Quais são as características mais marcantes dos policiais militares pertencentes à PMERJ envolvidos nesses casos? Quais são os principais fatores que contribuem com a ocorrência desse fenômeno?

ENTENDENDO O SUICÍDIO E AS SUAS PECULIARIDADES

Toda a morte resultante, de maneira direta ou indireta, de um ato realizado pela vítima, a qual visualizava que seu ato produziria tal resultado, é classificada como um suicídio (Durkheim, 2000). O suicídio acaba sendo um dos resultados ligados a momentos de crises, principalmente nos prismas econômicos e sociais, sendo um fenômeno precipuamente ligado a problemas sociais, especialmente quanto às suas estruturas (Marx, 2006).

Diversos estudos apontam para o fato de que a consumação do ato do suicídio depende de múltiplos fatores contributivos que, somados, acabam gerando o fatídico acontecimento (Kutcher; Chehil, 2007; Miranda, 2016). Determinadas características emocionais, comportamentais e mentais intrínsecas, além de fatos e situações passadas pelo indivíduo que cometeu o suicídio, ajudam a examinar o contexto e o fenômeno envolvido em tal ato (Durkheim, 2000). Com isso, a análise do grupo no qual o suicida fazia parte é de fundamental importância para uma correta compreensão do suicídio (CFP, 2013; Corrêa; Barrero, 2006).

Angústia, dor, sofrimento, abandono, desespero, impotência e esquizofrenia são as principais associações feitas quando falamos em causas desse ato extremo (Prieto; Tavares, 2005); todavia, cerca de um terço dos casos de suicídio estão ligados ao consumo de álcool e drogas (OMS, 2000). De fato, o uso exagerado dessas substâncias químicas potencializa a propensão ao suicídio (Vidal *et al.*, 2013).

Ainda a respeito dos problemas psicológicos, grande parte dos indivíduos que tentaram o suicídio apresentam problemas psicológicos não tratados, predominantemente depressão, que é, geralmente, tratada de forma equivocada e/ou negligenciada por parte dos profissionais do sistema primário de saúde brasileiro, havendo, em grande parte dos casos, apenas encaminhamentos frios e burocráticos para sistemas ineficazes de tratamento de saúde mental, sem um tratamento multidisciplinar e nem uma continuidade de tratamento (Dahlberg; Krug, 2006; Prieto; Tavares, 2005; Vidal *et al.*, 2013).

Depressão, por definição, é um tipo de distúrbio psicológico, no qual perdurariam, por um longo tempo, a sensação de tristeza e a angústia, as quais dominam a vida do indivíduo e monopolizam questões nas quais essas emoções não teriam necessidade de estarem inseridas, sendo sentidas de forma incontrolável e intensa (Ekman, 2011).

De fato, mais de 90% das pessoas que dão fim às suas próprias vidas possuíam transtornos mentais (Botega, 2015). Esse fator, contudo, como destacam os acadêmicos que estudam o tema, não pode ser analisado isoladamente (Dahlberg; Krug, 2006; Kutcher; Chehil, 2007; Miranda, 2020, OMS, 2019; Vidal, 2013). Ainda que não possa ser analisada isoladamente, a depressão possuiria uma forte ligação com suicídios e tentativas de suicídio (Botega, 2015; Dahlberg; Krug, 2006; Vidal *et al.*, 2013).

Segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), a respeito da ligação entre o suicídio, suas variáveis e os indivíduos com depressão, bem como algumas das principais motivações, é destacado que:

Pensamentos sobre morte, ideação suicida ou tentativas de suicídio (Critério A9) são comuns. Esses pensamentos variam desde um desejo passivo de não acordar pela manhã, ou uma crença de que os outros estariam melhor se o indivíduo estivesse morto, até pensamentos transitórios, porém recorrentes, sobre cometer suicídio ou planos específicos para se matar. [...] As motivações para o suicídio podem incluir desejo de desistir diante de obstáculos percebidos como insuperáveis, intenso desejo de pôr fim a um estado emocional extremamente doloroso, incapacidade de antever algum prazer na vida ou o desejo de não ser uma carga para os outros (American Psychiatric Association, 2014, p. 164).

Dessa maneira, é importante entendermos as ferramentas relacionadas à depressão e quais são os principais conceitos que podem ter ligação com o suicídio em si, pois o entendimento desta intrincada relação consegue trazer respostas mais claras para o pesquisador, que pode conseguir uma análise mais substancial da pesquisa a respeito do suicídio (Marback; Pelisoli, 2014).

Outro fator relevante para entender o suicídio é a questão de gênero. A grande maioria dos indivíduos ligados a casos de suicídio consumado é composta por homens (Botega, 2014), independente de fatores culturais, profissionais, religiosos, sociais, entre outros (Baére; Zanello, 2020).

REFLEXÕES ACERCA DO SUICÍDIO EM FORÇAS POLICIAIS E NA PMERJ

A insatisfação quanto ao ambiente e às condições de trabalho, bem como ao sofrimento que tais fatores exercem no indivíduo, conforme sugerem determinados estudos, contribuem decisivamente para o autoextermínio (Freitas, 2011; Miranda *et al.*, 2020). Dentro dessa estrutura, podemos salientar que policiais militares acabam sendo considerados pertencentes a um grupo profissional de risco quanto à questão do suicídio (Miranda, 2016). Entre os fatores mais importantes, observa-se a alta exposição dos militares a situações de violência, tanto física quanto verbal, além de longas e extenuantes jornadas de trabalho durante toda a carreira. Tais condições acabam trazendo diversos danos a esses profissionais, não só físicos, como psicológicos e sociais (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Conforme apontam determinados estudos a esse respeito, o estresse policial se originaria, basicamente, de duas fontes principais. A primeira seria ligada a problemas naturalmente inerentes à profissão policial, como a exposição permanente a violências e traumas ligados a experiências operacionais negativas. Para Violanti (1996), a exposição a ambientes hostis, os casos de agressão contra o policial, bem como as ocorrências violentas em que o policial acaba tendo que atuar contribuem para o suicídio destes profissionais. Outra fonte contribuinte para o agravamento dos fatores de alto estresse da profissão seria ligada a problemas organizacionais (Choi; Kruis; Yun, 2020; Shane, 2010).

O acesso e a utilização de armas de fogo pelas profissões policiais contribuem decisivamente para os casos de suicídio, tendo em vista a sua alta letalidade (Choi; Kruis; Yun, 2020; Santos, 2007; Violanti, 1996). Para Porto e Silva (2018), peculiaridades do serviço policial militar; stress; escalas de serviço desgastantes, que limitam o convívio social; medos de punições disciplinares; assim como um

sentimento de inutilidade, por parte do policial militar, acabam contribuindo para o comportamento suicida. Tal panorama “é agravado pela acessibilidade à arma de fogo, que se constitui no principal meio de execução do ato suicida” (Porto; Silva, 2018, p. 210).

Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, segundo Miranda (2016), alguns fatores particulares teriam um impacto determinante nos casos de suicídio de seus membros, estando entre os principais: a) atritos e perseguições de superiores hierárquicos; b) transferências inesperadas sem um aviso prévio, impedindo que o policial militar possa ter tempo para estruturação e organização de sua vida pessoal; e c) escaladas de serviço desgastantes.

Para reforçar tais arcabouços, há uma forte dificuldade entre as instituições policiais quanto à aceitação do fenômeno do suicídio entre os seus membros, em especial na PMERJ, alimentando um tabu de complexa permeabilidade (Miranda *et al.*, 2020; Miranda; Guimarães, 2016). Como consequência disso, há uma resistência na disponibilização e no tratamento de dados a respeito de casos de suicídio e tentativa de suicídio, não só para o público externo, como também para o público interno da corporação, incluindo as unidades de saúde e apoio. Assim, a produção científica dessa importante área do conhecimento, o entendimento do suicídio no órgão, além do acompanhamento do fenômeno ficam extremamente comprometidos.

No intuito de descortinar o tema, buscamos, inicialmente, realizar análises estatísticas do fenômeno do suicídio entre policiais militares, com ênfase nos policiais em atividade, tendo em vista que são eles os que estão diariamente sob as diversas condições profissionais, ambientais e pessoais consideradas nocivas e que, de certa maneira, podem ter influência nas ações de autoextermínio. Como passo inicial, expomos o índice de suicídio de policiais militares entre os anos de 2016 e 2020, com ênfase posterior nos militares da ativa.

TABELA 1**Suicídio de Policiais Militares Ativos e Inativos (2016-2020)**

Ano	Total Anual	Ativo	Inativo
2016	06	06	00
2017	08	05	03
2018	02	02	00
2019	10	05	05
2020	11	06	05
TOTAL GERAL	37	24	13

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

TABELA 2

Suicídio de Oficiais e Praças da Ativa (2016-2020)

Ano	Total Anual	Praças da Ativa	Oficiais da Ativa
2016	06	06	00
2017	08	05	00
2018	02	02	00
2019	10	05	00
2020	11	05	01
TOTAL GERAL	37	23	01

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

Baseados nos dados estatísticos fornecidos pela Subsecretaria de Inteligência da SEPM (SSI), que versam a respeito do suicídio de policiais militares ativos e inativos entre 2016 e 2020 (Tabela 1), constata-se que a maioria dos suicídios ocorreu entre policiais militares da ativa, somando 24 (vinte e quatro) casos, contra 13 (treze) casos de inativos, ou seja, aposentados. Tal índice se mostra superior em mais de 80%. Esses dados confirmam as análises e os estudos acerca do predomínio de policiais militares da ativa que consomem o suicídio antes de chegar à metade da carreira (Miranda 2016; 2020; Violanti, 1996).

Outro dado que chama atenção, evidenciado na Tabela 2, é que a maioria dos indivíduos que cometeram suicídio é composta por praças da PMERJ, que abarca a mão de obra executora da instituição. Tais dados reforçam evidências descritas por Miranda (2016), que salienta:

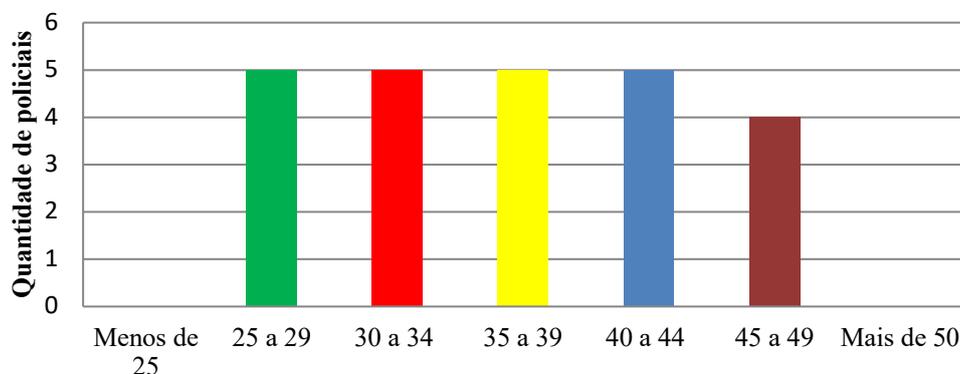
Os policiais militares praças compõem a maior parte da amostra pesquisada nos três grupos de entrevistados. Apenas 11 dos 224 respondentes ao questionário fazem parte do quadro de oficiais da PMERJ. Desse total, apenas 1 policial militar Major confessou ter tido pensamentos suicidas em algum momento de sua vida (Miranda, 2016, p. 46).

Ao nos debruçarmos no índice de suicídio consumado de praças da ativa, comparativamente com o índice de oficiais da ativa, 23 (vinte e três) casos contra 01 (um), vemos que a taxa de suicídio de oficiais da ativa corresponde a menos de 5% do total (aproximadamente 4,3%). Se levarmos em conta que o efetivo de oficiais é de aproximadamente 10% do efetivo total da PMERJ, segundo dados da seção responsável pelo controle de pessoal da corporação (PM-1), a chance da praça da polícia militar cometer o autoextermínio acaba sendo proporcionalmente muito maior do que a de um oficial.

No intuito de buscar estabelecer um perfil básico entre os policiais militares que cometeram suicídio e, além disso, para buscar entender o fenômeno dentro da PMERJ, detalhamos, no Gráfico 1, a seguir, a idade dos policiais militares que consumaram o autoextermínio, assim como o tempo de corporação que eles possuíam, entre os anos de 2016 e 2020.

GRÁFICO 1

Idade dos Policiais Militares da Ativa – Suicídio PMERJ (2016-2020)

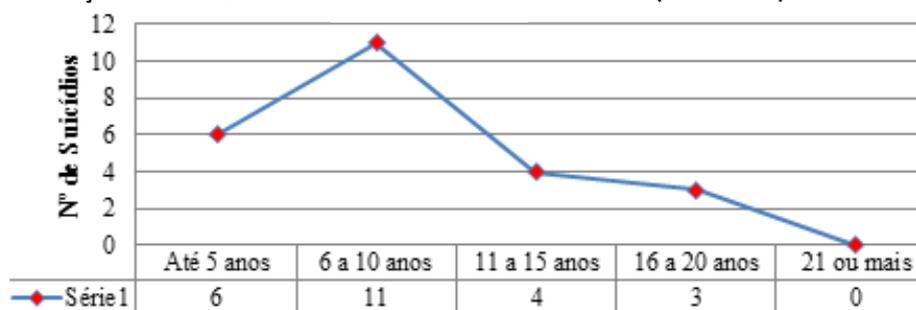


Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

Ao analisarmos o Gráfico 1, acima exposto, constatamos que as faixas de idade compreendidas entre 25 e 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; e 40 a 44 anos possuem a mesma quantidade de policiais militares envolvidos em casos de autoextermínio. A média de idade entre todos os militares da ativa que cometeram suicídio, entre os anos de 2016 e 2020, é de 36 anos. O estudo realizado por Miranda (2016) aponta que 59% dos policiais militares da PMERJ que participaram de sua pesquisa, e que tentaram cometer suicídio, tinham entre 30 e 39 anos de idade. Quanto às ideias suicidas, 64% dos que declararam ter tido tais ideias pertenciam a tal faixa etária, evidência essa que acompanha a mesma lógica das estatísticas acima exploradas.

GRÁFICO 2

Tempo de Serviço dos Policiais Militares da Ativa – Suicídio PMERJ (2016-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

O Gráfico 2, a respeito do tempo de serviço policial militar na PMERJ, expõe que o intervalo entre 6 e 10 anos de experiência na instituição é a faixa etária na qual há o maior risco de o policial militar cometer suicídio. Tal faixa concentra onze dos vinte e quatro casos. A faixa “Até 5 anos” de experiência na PMERJ é a segunda faixa com mais suicídios, com seis ocorrências de autoextermínio.

Se analisarmos que o tempo de carreira até 2020 era de 30 anos, é possível observar que o número de policiais militares da ativa que cometeram suicídio até a metade da carreira é dominante, contando com 21 dos 24 casos registrados, totalizando, assim, mais de 87% do total de ocorrências dessa natureza.

Para Violanti (1993), o predomínio do suicídio em policiais com pouco tempo de corporação se daria pelo fato de muitos deles não se adequarem ao choque de realidade, assim como à quebra de certos valores pessoais e culturais causada pela profissão.

O fenômeno do suicídio entre policiais no início de carreira ocorre principalmente pelo fato de os policiais vivenciarem uma realidade totalmente diferente da realidade na qual estavam acostumados antes de ingressarem na carreira policial. Policiais em início de carreira vivenciam uma espécie de choque cultural, que acontece nos primeiros cinco anos de serviço ativo, havendo, desse modo, predomínio desse tempo de corporação entre os policiais envolvidos em casos de suicídio consumado (Costa, 2016; Violanti, 1993).

Analisando os gráficos e as tabelas expostos, é possível delinear um perfil comum entre os policiais militares que tiram a própria vida no estado do Rio de Janeiro, entre os anos analisados (2016-2020). Tal análise aponta que a maioria desses profissionais: a) é praça (cargo de execução da instituição), principalmente soldados e cabos (as duas primeiras patentes da PMERJ); b) tem entre 30 e 40 anos de idade, idade inicial bastante comum entre os profissionais que, atualmente, estão no início da carreira; e c) tem menos de 15 anos de instituição, ou seja, não chegou à metade da carreira na PMERJ. Tal panorama é destacado por Miranda (2016), que adiciona outras constatações pertinentes de seu estudo, dissertando que:

Ao analisar as duas fontes de informações de mortes violentas na PMERJ, concluímos que o perfil dos policiais militares mortos por suicídios, entre os anos 2005 e 2009, são comuns nos seguintes aspectos: são homens, casados ou vivem em união consensual e com filhos; evangélicos e praças em sua grande maioria (sargentos, cabos e soldados) (Miranda, 2016, p. 57).

No intuito de estabelecermos bases mais sólidas a respeito do fenômeno do suicídio entre policiais militares, elaboramos análises comparativas entre o número de suicídios de policiais militares do estado do Rio de Janeiro, disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Polícia Militar, e o número de suicídios, de maneira genérica, em todo o estado, disponíveis no DATASUS Tabnet.

TABELA 3

Suicídio PM X População Geral no estado do Rio de Janeiro (2016-2019)

Ano	Efetivo da PM-Ativo	PM da Ativa – RJ			População Geral - RJ		PM/População
		Total-Suicídios	Taxa/100.000	População (média adotada*)	Total-Suicídios	Taxa/100.000	Risco Relativo
2016	45.789	06	13	17.000.000	576	3,3	3,93
2017	44.487	05	11	17.000.000	607	3,5	3,14
2018	44.020	02	4,5	17.000.000	700	4,1	1,09
2019	43.881	05	11,7	17.000.000	571	3,3	3,54
2020	44.336	06	14,2	17.000.000	789	4,6	3,06

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 3, utilizando como base a taxa relativa por 100 mil habitantes, calculamos o risco relativo de policiais militares em atividade cometerem suicídio, dividindo as taxas de suicídio de policiais militares pelas taxas relativas de suicídio da população fluminense, em geral, entre os anos de 2016 e 2020.

Para entendimento estatístico e base de cálculo, levamos em conta o levantamento populacional do IBGE (2020), que constata que a população do Rio de Janeiro, em 2020, estaria gravitando em cerca de 17,2 milhões de pessoas. Como não há um acompanhamento populacional oficial anual, estimamos uma média de 17 milhões de habitantes em todos os anos analisados, valor abaixo da população estimada em 2020.

Com isso, ao realizarmos as comparações estatísticas dos dados disponíveis no DATASUS, assim como dos disponibilizados pela PMERJ, conseguimos delinear que a chance de o policial militar da ativa se suicidar, no Rio de Janeiro, é cerca de três vezes maior do que a de uma pessoa comum do estado. No ano de 2016, por exemplo, a taxa relativa estabelecida foi quase quatro vezes maior. Enquanto a taxa de suicídio por 100 mil policiais da ativa foi de 13 (treze) suicídios, a taxa de suicídio da população do Rio de Janeiro por 100 mil habitantes foi de 3,3 suicídios.

Há diversos debates no mundo acadêmico que discutem se há ou não maiores índices de suicídio entre policiais. Estudos como os de Kates (2008); Miranda (2012; 2016; 2020); Muniz e Musumeci (1998); Porto e Silva (2018); e Santos (2007) apontam para maiores índices de suicídio entre indivíduos que pertencem a profissões policiais, quando comparados com índices da população geral. Outros estudos sugerem que é difícil afirmar que as taxas de suicídio entre forças policiais são maiores do que as taxas da população geral, tendo em vista: variações regionais dos casos de suicídio; dificuldade de mensuração de variáveis do autoextermínio na população geral; dificuldade de acesso a estatísticas a respeito do suicídio, principalmente entre forças policiais; além de números limitados de dados assertivos a respeito de tal fenômeno (Barron, 2010; Chopko; Palmieri; Facemire 2014).

Assim, além de buscarmos estabelecer um padrão e/ou perfil do policial suicida, tentamos reforçar as evidências dos estudos acima citados, que apontam para o fato de o sujeito pertencente à profissão policial, estatisticamente, ter uma maior tendência ao cometimento do suicídio. Com o objetivo de nos debruçarmos ainda mais sobre o fenômeno, realizamos entrevistas com policiais envolvidos em casos de suicídio diretamente, seja por terem passado por um suicídio não consumado ou por terem tido contato pessoal com algum policial militar que tentou ou consumou o suicídio.

ENTREVISTAS COM POLICIAIS MILITARES QUE TENTARAM COMETER SUICÍDIO

Seguindo as propostas metodológicas da chamada Psicologia Concreta, de Politzer (1998), focamos a nossa linha de pesquisa nos relatos reais de indivíduos envolvidos. Neste caso, buscamos narrativas de policiais militares da ativa da PMERJ que tentaram tirar a própria vida, mas que não obtiveram êxito, além de policiais militares que trabalharam diretamente com policiais que tentaram ou consumaram o suicídio, preferencialmente seus chefes e superiores hierárquicos.

Destaca-se que nem todos os casos foram registrados de maneira oficial, tendo em vista a corrente subnotificação dos casos de suicídio e, sobretudo, das tentativas de suicídio, na PMERJ. Para que contemplássemos os casos subnotificados, buscamos o contato pessoal com o policial, após tomarmos ciência por meio de outros de sua unidade (técnica bola de neve de coleta de dados) pelas redes sociais.

Apesar de termos um considerável repertório de informações, obtidas por meio das estatísticas e do acesso ao Sumário de Informações (Suminfo), fornecidas pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ (SSI), precisávamos de maiores detalhes a respeito desse fenômeno, o qual é tão pouco explorado na

Polícia Militar Fluminense. Escolhemos, dessa forma, obter relatos diretos de policiais militares da ativa envolvidos em casos de tentativa de suicídio.

Em um primeiro momento, procuramos oficiais do setor de psicologia da corporação que possuem experiência com policiais que tentaram o suicídio, no intuito de saber qual é a melhor maneira de colher esses relatos. Fomos informados que, além de não haver problemas em entrevistar policiais envolvidos em casos de suicídio, as entrevistas os ajudariam a expor sentimentos e pensamentos, auxiliando-os na superação do fatídico acontecimento.

Realizar uma entrevista com um desconhecido que se encontra em uma situação psicológica extremamente delicada e que, acima disso, está vivendo em um momento de isolamento social, por conta das entrevistas terem sido realizadas durante o período da pandemia da covid-19, não foi uma tarefa fácil. Desse modo, o caminho mais prático e seguro foi a realização de entrevistas não roteirizadas, mas que seguiram uma lógica montada pelos entrevistadores, beirando, contudo, a informalidade, no intuito de diminuir a carga emocional vivenciada, além de estabelecer uma ligação empática, o chamado *rapport* (Fisher; Geilseman, 1992; Paulo; Albuquerque; Bull, 2013; 2014).

Em determinados momentos, foram utilizadas gírias e palavras informais, levando a entrevista na forma de um bate-papo, para entendimento e resolução de um problema. Contudo, durante a conversa, buscou-se explorar determinados pontos baseados nas categorias e subcategorias já expostas, delineadas antecipadamente pelos entrevistadores, consideradas como os pontos mais importantes durante o levantamento do referencial teórico.

Dessa maneira, podemos citar duas categorias principais buscadas durante tais entrevistas: i) Fatores Causadores do Problema e ii) Fatores Contributivos e de Superação. Estas duas categorias principais não foram explicitadas durante a entrevista, sendo introduzidas, naturalmente, ao longo dos diálogos.

TABELA 4

Categorias e Subcategorias buscadas nas entrevistas

Categorias			
1	Fatores Causadores do Problema	2	Fatores Contributivos e de Superação
Subcategorias			
1.a	Fatores que mais influenciaram na tentativa de suicídio	2.a	Fatores ligados à recuperação e superação do problema
1.b	Possíveis vícios e se os mesmos começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ?	2.b	Frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação similar
1.c	Problemas psicológicos e se os mesmos começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ?		
1.d	Problemas familiares antes da tentativa de autoextermínio?		
1.e	Problemas financeiros antes de tentar dar fim à sua vida?		
1.f	Chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio?		
1.g	Teve apoio do setor de psicologia da PMERJ?		
1.h	Problemas com transferências?		
1.i	Premeditou a tentativa de suicídio?		

Fonte: Elaborada pelos autores.

As categorias acima expostas e, principalmente, as subcategorias, foram definidas após análises da literatura a respeito do suicídio, principalmente a partir dos estudos de Miranda (2012; 2016; 2020); Miranda e Guimarães (2016); Santos (1997); e Violanti (1993; 1996), explorados neste artigo.

Dentro das duas categorias apontadas, há subcategorias basilares, introduzidas, necessariamente, em todas as entrevistas, de forma natural e fluida, sem que os entrevistadores se prendessem, entretanto, a nenhuma ordem e/ou desencadeamento de perguntas. Na Categoria 1, denominada Fatores Causadores do Problema, estão as subcategorias apontadas na literatura: a) Fatores que mais influenciaram na tentativa de suicídio, de acordo com o ponto de vista do entrevistado; b) Possíveis vícios e se tais vícios começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ; c) Problemas psicológicos e se tais problemas começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ; d) Problemas familiares antes da tentativa de autoextermínio; e) Problemas financeiros antes de tentar dar fim à sua vida; f) Se a chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio; g) Se o entrevistado, em algum momento, teve apoio do setor de psicologia da PMERJ; h) Problemas com transferências; e i) Se o policial premeditou a tentativa de suicídio.

Já na Categoria 2, denominada Fatores Contributivos e de Superação, temos as subcategorias: a) Fatores ligados à recuperação e superação do problema; e b) Frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação similar. Aplicada ao final das entrevistas, a Categoria 2, representada por essas duas subcategorias básicas, teve o intuito de auxiliar na compreensão de quais foram os principais fatores que contribuíram para o policial militar não tentar cometer novamente o suicídio, reforçando, indiretamente, o entendimento a respeito dos fatores ligados ao suicídio, assim como os pontos mais importantes em sua prevenção e posvenção.

Durante as entrevistas, buscou-se utilizar uma estrutura básica, mas não necessária, da seguinte maneira: i) perguntas de controle: graduação, tempo de PMERJ, idade, residência, etc.; ii) descrição dos fatores pessoais que, na visão do entrevistado, mais influenciaram na tentativa de suicídio; iii) se possuía vícios (antes ou depois de entrar na PMERJ), com descrição, caso houvesse; iv) se possuía problemas psicológicos (antes ou depois de entrar na PMERJ), com descrição, caso houvesse; v) se tinha problemas familiares; vi) se tinha problemas financeiros; vii) se a chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio; viii) se teve apoio do setor de psicologia da PMERJ; ix) se premeditou o suicídio; x) quais foram os fatores que mais motivaram o policial a sair da situação na qual ele se encontrava; xi) expor uma frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação parecida.

De acordo com o andamento da entrevista, determinadas questões foram inseridas, por exemplo: o meio utilizado na tentativa do suicídio; como foi o atendimento na unidade hospitalar; pessoas relevantes para a recuperação; fatores profissionais e institucionais mais relevantes para os problemas vivenciados; entre outras.

Com as categorias e as subcategorias delineadas, foi realizada a escolha do perfil dos policiais militares que seriam entrevistados, no intuito de delimitar melhor o grupo. Desse modo, foram escolhidos policiais enquadrados no perfil de risco padrão já destacado neste artigo (praça, com menos de 15 anos de PMERJ, entre 30 e 40 anos de idade, de preferência soldado ou cabo), que coincide com o perfil geral apontado nos trabalhos de Miranda (2016), Pereira (2015) e Violanti (1993).

Assim, a preferência foi analisar os casos de policiais que possuíam, no momento da tentativa de suicídio, esse perfil de risco padrão, independente do sexo. Essas análises e o perfil padrão são explorados com maior riqueza de detalhes na próxima seção deste estudo.

O roteiro aberto permitiu que os entrevistados conduzissem o andamento da entrevista, expondo seus maiores anseios, suas percepções e seus problemas. A aplicação desse instrumento de obtenção de dados durou, em média, vinte e cinco minutos por entrevistado. O número de entrevistados não foi pré-definido, pois dependia da vontade dos entrevistados em participar, principalmente por parte dos policiais que atentaram contra suas próprias vidas, bem como do êxito no contato com possíveis participantes. Os dados de quem são os policiais e onde trabalhavam foram obtidos através da Planilha de Suicídios e Tentativas de Suicídio fornecida pelo Setor de Vitimização Policial da Subsecretaria de Inteligência.

Ao constatar o policial que tentou cometer suicídio, o telefone para contato inicial foi obtido através de ligações telefônicas e/ou conversas pessoais com policiais das unidades nas quais o policial que tentou o autoextermínio estava lotado na data da ocorrência. Foi priorizado o contato com os chefes ou policiais que trabalhavam com ele, diretamente, na época do fato.

Como critérios de escolha, a preferência de contato foi com chefes e/ou colegas de policiais que tentaram cometer suicídio nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020), haja vista maior facilidade de localizá-los, assim como de resgatar memórias do período, principalmente por parte dos envolvidos indiretamente (chefes e/ou policiais que trabalhavam junto com o policial que tentou suicídio).

As entrevistas foram realizadas no ano de 2020, prioritariamente por telefone (principalmente, por conta do período da pandemia da covid-19). Em muitos casos, os policiais afirmaram que, de qualquer modo, sentiam-se mais à vontade em conceder a entrevista através de ligação telefônica, pois não se sentiam confortáveis em realizar uma entrevista pessoal e/ou uma chamada de vídeo. Essa situação de fragilidade e vulnerabilidade é reforçada pelo tabu que envolve os casos de suicídio, destacada por diversos estudos, já citados anteriormente, como Miranda (2012; 2016), Miranda e Guimarães (2016), além dos periódicos da Opas (2018) e da OMS (2023). É uma questão muito presente nas instituições policiais.

Como mencionado, o método mais utilizado nas entrevistas foi a chamada telefônica, gravada através do aplicativo *Cube ACR*, tendo em vista a grande resistência dos participantes do estudo em utilizar outros meios de contato, principalmente vídeo. Houve um caso em que o aplicativo *Cube ACR* apresentou uma falha, não gravando a conversa. Contudo, como medida de contingência, foram realizadas anotações durante cada entrevista, bem como o preenchimento de uma planilha com informações-chave obtidas no relato, não sendo perdido, conseqüentemente, o conteúdo central passado pelo entrevistado.

Nos casos de chamadas de vídeo, utilizamos o aplicativo WhatsApp, gravando o áudio através do aplicativo *Smart Recorder*, utilizado, também, nas poucas entrevistas realizadas pessoalmente. Vale mencionar que, antes da entrevista, solicitamos a autorização de gravação, bem como destacamos o sigilo da identidade do participante.

Após as chefias apontarem para a aparente normalização dos policiais, que já tinham voltado ao trabalho, foi realizado um contato prévio com cada entrevistado, no intuito de explicar a origem do pesquisador, as intenções e os objetivos do trabalho acadêmico, além da solicitação de participação na pesquisa, através de uma entrevista aberta, focada no relato de sua experiência, nas suas condições físicas, psicológicas e sociais, bem como nas situações vividas no momento da tentativa de suicídio.

Conforme orientado pelos profissionais do setor de psicologia da PMERJ, a rememoração dos episódios de suicídio não seria prejudicial para o policial, podendo ser, inclusive, extremamente positiva e salutar. A

atenção dada ao indivíduo envolvido em uma ocorrência de tentativa de suicídio, além da chance dele ser ouvido, pode fazer com que ele não atente mais contra a sua vida (Beck *et al.*, 1997; Botega, 2014).

Fukumitsu e Kovács (2016, p.10), entre as conclusões de seu estudo, apontam para a importância de se ouvir pessoas envolvidas em casos de suicídio, em especial, filhos, familiares e amigos, destacando que: “Os benefícios desta pesquisa se mostram no acolhimento e na escuta recebidos pelos enlutados ao compartilhar suas vivências”.

Reforçando tais hipóteses, uma entrevistada, que atentou contra a sua vida no ano de 2019, entrou em contato conosco, de forma espontânea, uma semana depois da entrevista, agradecendo a oportunidade de ter contribuído para a pesquisa, afirmando ter se sentido muito melhor após partilhar o seu relato e a sua vivência, principalmente pelo fato de ter exposto alguns sentimentos negativos que ainda nutria, mesmo após mais de um ano da sua fatídica ocorrência.

Diante das estruturas e condições descritas, foi realizada essa série de entrevistas com policiais que tentaram cometer suicídio, no intuito de entender os principais fatores ligados ao fenômeno e as estruturas comuns, na PMERJ e na sociedade, que podem ter sido determinantes para essas fatídicas ocorrências entre esses agentes do Estado, assim como os fatores protetivos ligados à “virada de chave” na vida dos que superaram os problemas de ideação suicida e as consequências de uma ação de autoextermínio mal sucedida.

TABELA 5

Policiais entrevistados que tentaram cometer suicídio

	Subcategoria/Fator	Total	Sexo
I	Policiais que atentaram contra a própria vida	10	07 masc. 03 fem.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Uma das categorias buscadas ao longo das entrevistas foi a possível influência da profissão policial militar, bem como a influência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, nos casos de autoextermínio. Ao longo das entrevistas e análises de caso realizadas com os entrevistados, procuramos questionar e entender se a profissão policial militar seria determinante para a ocorrência do suicídio. Do mesmo modo, tentamos questionar quais fatores ligados às peculiaridades da corporação poderiam ser apontados como fatores que contribuíram para o suicídio.

Todos os dez entrevistados que tentaram cometer o autoextermínio disseram que a profissão policial militar foi uma das causas contributivas, que ajudou, direta ou indiretamente, para que atentassem contra suas vidas, não sendo, porém, um fator único e/ou isolado. Inclusive, alguns entrevistados fizeram questão de salientar que a corporação não tinha sido um ponto de determinante contribuição da sua ação. Dentro dessa dinâmica, vale expor o posicionamento de uma policial a esse respeito, que ressaltou: “Não houve uma questão, assim: ‘ah, foi diretamente esse problema’, ‘foi por conta da polícia’... Não! [...] A Polícia ou o meu trabalho não tiveram uma influência direta, foi mais uma contribuição indireta, de desgaste, né, por conta de escala mesmo. (Praça feminina da PMERJ).

Entre os principais pontos relacionados à instituição, assim como à profissão policial militar, apontados pelos entrevistados como causas para as ocorrências de autoextermínio, estão: i) desgaste

da atividade policial militar (seis de dez entrevistados) e ii) escalas de serviço desgastantes e/ou “apertadas” (cinco de dez entrevistados).

A respeito do desgaste da atividade policial militar, foi relatado pelos participantes que, ao longo do tempo, tal desgaste vai se acumulando e trazendo prejuízos físicos, psicológicos e sociais, por conta das noites sem dormir, além dos serviços cansativos que exigem muitas horas sob tensão e estresse, muitas vezes em pé, carregando equipamentos pesados. Tais evidências colhidas reforçam as conclusões do estudo de Santos (2007), que destaca que essas escalas de serviço, além de desgastantes, afastam os policiais de suas famílias e da sociedade em geral, o que aumenta o risco do cometimento do suicídio entre esse grupo profissional. A respeito dos fatores corporativos contributivos do suicídio na PMERJ, Miranda (2016) salienta que os principais seriam:

A insatisfação com a PMERJ, no que concerne à escala de trabalho, à infraestrutura; aos materiais de uso profissional; ao treinamento oferecido pela Instituição nos últimos cinco anos (em relação ao momento da entrevista); à falta de reconhecimento profissional (por parte dos seus superiores); à ausência de oportunidades de ascensão na carreira e à desvalorização da sociedade (Miranda, 2016, p. 86).

Outro fator que contribui para tal desgaste são as ocorrências que o policial vivencia, que afetam o indivíduo de forma direta ou indireta, ao longo do tempo. A esse respeito, um dos entrevistados frisou que: “Ocorrências assim [violentas], que a gente acha que é tranquilo, mexem com a nossa psique. Sem contar com esse trabalho estressante. A gente vai pra casa e a gente não é igual a um robô, que liga e desliga. Você acha que vai desligar, mas não desliga” (Oficial masculino da PMERJ).

TABELA 6

Categoria PMERJ e a profissão militar. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Profissão PM (genericamente)	10
II	Desgaste da atividade policial militar	06
III	Escalas de serviço apertadas	05
IV	Corporação como fator de Recuperação	04
V	Desvalorização Profissional	02

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Porém, ficou constatado, durante as entrevistas, que a corporação não é apenas uma motivadora negativa. Quatro dos dez participantes afirmaram que a PMERJ, não através de ações institucionais, mas por meio dos policiais militares e colegas de trabalho, foi decisiva para a sua recuperação e desistência do cometimento de autoextermínio. O auxílio dos companheiros de farda, não só durante a recuperação dos ferimentos causados pela ocorrência de autolesão, como também após a sua reintrodução profissional, demonstrando preocupação, empatia e colaboração, ajudaram a minimizar os efeitos traumáticos da ocorrência de suicídio. Além disso, essa ajuda serviu, segundo os entrevistados, como força impulsionadora para enfrentar os problemas da vida. Pereira (2015, p. 139) destaca esta contribuição dupla em seu trabalho, salientando que a PMERJ, pelo fato de ser um fator contribuinte

tanto com os casos de suicídio como nos casos de recuperação e prevenção de novas tentativas de suicídio, acaba sendo uma “Faca de Dois Gumes”.

Com isso, é possível reforçar a importância de valorizar o policial militar, tendo em vista que a natureza do serviço prestado, a forma como esse policial é tratado, não só na corporação, como na própria sociedade, além da própria carreira por si só, acabam sendo fatores contributivos e influenciadores de uma série de questões entre os policiais, salvando-os ou afundando-os.

Desse modo, as condições de trabalho ofertadas aos policiais militares da PMERJ precisam ser revistas e melhoradas, visando uma melhor qualidade de vida, aprimorando aspectos sociais, físicos e psicológicos. Como proposta, Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 125) apontam que: “A atenção às necessidades físicas, sociais e emocionais desses servidores públicos é, com certeza, primordial para garantir melhor qualidade de vida para a categoria e para suas famílias”.

Quanto ao desgaste desses profissionais, podemos destacar a necessidade de melhoria e reformulação das escalas da PMERJ. Escalas como a de 12h de trabalho por 24h de descanso, seguida de 12h de trabalho por 48h de descanso, bem como a escala de 12h noturnas por 36h de descanso, geram grandes desgastes na estrutura física, emocional e psicológica dos policiais militares (Minayo *et al.*, 2011; Rotenberg *et al.*, 2001); somados aos serviços extras, esses desgastes geram problemas ainda maiores (Minayo *et al.*, 2008), contribuindo para o aumento do risco do suicídio, em especial de policiais militares que exercem a atividade fim, lidando com os problemas e as questões das ruas (Souza; Minayo, 2005).

Entre os principais pontos relacionados à Categoria Problemas Psicológicos, foram elencadas as principais subcategorias detectadas durante as entrevistas, sendo elas: i) Depressão; ii) Depressão somada a outro problema neurológico e/ou psicológico; iii) Vício (álcool e/ou drogas); iv) Depressão constatada antes de entrar na PMERJ; e v) Depressão Crônica.

TABELA 7

Categoria Problemas Psicológicos e Vícios. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Depressão	10
II	Depressão + outro problema neurológico e/ou psicológico	02
III	Vício (álcool e/ou drogas)	03
IV	Depressão constatada antes de entrar na PMERJ	02
V	Depressão Crônica	03

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Durante as entrevistas com os policiais que tentaram tirar suas próprias vidas, todos os dez participantes declararam que possuíam depressão constatada por profissionais de saúde, o que corrobora com as análises de Botega (2015), em que cerca de 90% dos indivíduos que atentaram contra suas próprias vidas possuíam depressão. Dos dez entrevistados, três deles declararam que possuíam algum tipo de

vício, sendo dois alcólatras e um viciado em drogas e álcool. Estudos apontam que há uma relação entre suicídio e o uso de substâncias alucinógenas, de maneira geral (Porto; Silva, 2018).

Quando uma pessoa com depressão possui algum vício, seja em álcool, drogas, remédios, etc., a chance dela atentar contra a própria vida aumenta exponencialmente. (Prieto; Tavares, 2005; Vidal; Gontijo; Lima, 2013). A cada dez casos de suicídio, em todo o mundo, em um deles o suicida estava sob efeito de álcool (OMS, 2000). Corrêa e Barrero (2006) também apontam para essa relação, estimando que: “cerca de 15% dos alcoolistas vão se suicidar, enquanto 40% vão fazer pelo menos uma tentativa de suicídio” (Corrêa; Barrero, 2006, p. 136).

Todos os entrevistados nesta pesquisa afirmaram que contraíram os seus vícios após ingressarem na PMERJ. Um deles declarou que começou a utilizar cocaína para conseguir ficar acordado à noite, pois, segundo ele, ele servia em uma unidade extremamente violenta, sendo necessário ficar acordado sob total atividade e a pronto-emprego.

Entre todos os entrevistados, apenas dois afirmaram que possuíam depressão antes de ingressar na PMERJ. Os outros oito afirmaram que possuíam uma saúde mental normal antes do ingresso na Instituição. Segundo um dos entrevistados, a violência e, principalmente, determinadas ocorrências que acabam ficando gravadas em sua mente contribuíram decisivamente para os seus problemas psicológicos, sobretudo, para sua tentativa de suicídio.

Um dos entrevistados afirmou possuir transtorno de bipolaridade como um dos problemas psicológicos. Outros policiais declararam apresentar sintomas relacionados ao transtorno de bipolaridade, como as mudanças de humor repentinas, tanto para a excitação quanto para a raiva e a tristeza, que podem durar semanas. Segundo o DSM-5 (2014), a ligação direta entre o transtorno bipolar, o suicídio e a tentativa de suicídio pode corresponder a um quarto de todos os suicídios.

Entre os principais quesitos relacionados à Categoria Problemas Familiares e à Categoria Problemas Financeiros, foram detectadas as seguintes subcategorias: i) Problemas Familiares – Genérico; ii) Problema com Cônjuge/Separação; iii) Filho(s) com Doença(s); iv) Problema com mãe; v) Dificuldade de Contato com os Filhos; e vi) Problemas Financeiros.

TABELA 8

Categorias Problemas Familiares e Problemas financeiros. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Problemas Familiares - Genérico	08
II	Problema com Cônjuge/Separação	07
III	Filho(s) com Doença(s)	02
IV	Problema com a Mãe	03
V	Dificuldade de Contato com os Filhos	03
VI	Problemas Financeiros	07

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Corroborando a multifatorialidade do fenômeno do suicídio, após todos os entrevistados apontarem para especificidades da carreira policial militar, bem como para problemas de depressão, foi possível detectar que problemas familiares, de maneira genérica, contribuíram para a tentativa de suicídio na maioria dos casos (oito de dez entrevistados). Em sete casos, os entrevistados viviam, no momento da tentativa de suicídio, um processo de fim de relacionamento, ou seja, uma separação. Alguns relatos abordaram mais de um problema familiar. Dois dos dez entrevistados possuíam filhos com doenças genéticas sem cura, dois tinham dificuldades para ter contato com os seus filhos e outros três possuíam sérios problemas relacionais com suas mães.

Segundo Durkheim (2000), uma família constituída é um fator protetivo ao suicídio. Em contrapartida, uma família desestruturada é um fator de risco para o cometimento do suicídio. Os relatos dos policiais corroboraram essa assertiva de Durkheim. Os entrevistados que demonstraram ter famílias mais desestruturadas, apresentaram uma maior tendência a apontar a família como fator-chave colaborativo em sua tentativa de suicídio.

Em relação a problemas financeiros, estudos corroboram que tal panorama possui uma ligação estreita e direta com o suicídio (Corrêa; Barrero, 2006), sendo detectados em boa parte dos casos de suicídio consumado, ao redor do mundo (Durkheim, 2000; Lovisi *et al.*, 2009). Dos entrevistados, sete apresentavam problemas financeiros no período de sua tentativa de suicídio. Fatores como: i) baixa remuneração, principalmente entre os policiais militares fluminenses em início de carreira; ii) falta de planejamento financeiro, principalmente devido ao uso excessivo de cartões de crédito; iii) aquisições de empréstimos com altos juros; e iv) uma vida repleta de excessos, acima do padrão de vida dos entrevistados, com frequentes idas a boates, bares, eventos, entre outros, seriam os principais pontos ligados à questão dos problemas financeiros.

Em determinados casos, os problemas financeiros acabam gerando problemas familiares e, no caso dos policiais militares, essa questão é potencializada por problemas relacionados ao excesso de trabalho e ao estresse gerado pelo serviço policial militar, pois acabam abrindo mão de suas folgas, no intuito de tirar serviços extras remunerados pela PMERJ, o chamado RAS (Regime Adicional de Serviço). Além disso, alguns policiais se voluntariam para praticar coberturas de escalas de colegas de sua unidade, através de trocas de serviço remuneradas, onde o policial que não quer ser escalado em um determinado serviço faz um pagamento para o outro que, voluntariamente, assume o seu lugar. Outros militares, para complementação da renda, acabam realizando serviços de segurança particular em comércios, casas de show, escoltas, etc.

Dessa forma, podemos constatar que uma melhor remuneração dada aos policiais militares e reduções nas horas ofertadas de trabalho extra, aliadas a programas de conscientização financeira e familiar da tropa, em especial das praças mais modernas (soldados e cabos), contribuem para uma redução nos fatores de risco não só do suicídio, como também dos fatores contributivos para problemas de ordem psicoemocional (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Outras duas categorias perseguidas por nós durante as entrevistas foram a Categoria Problemas na Unidade, que, de maneira geral, estaria relacionada com perseguições de superiores hierárquicos, bem como com problemas com pares e/ou subordinados, e a Categoria Problemas com Transferência para Outra Unidade, ambas aparecendo como fatores que influenciaram os casos de tentativa de suicídio.

Entre os casos analisados, três entrevistados apontaram como fator contributivo do suicídio uma transferência recente para outra unidade da PMERJ. A dificuldade de adaptação à nova unidade apareceu em todas as três ocorrências. Longos deslocamentos de suas residências até a nova unidade, dificuldades de adaptação e novas rotinas desestruturaram ainda mais a vida desses policiais militares. A esse respeito, Miranda (2016, p. 86) destaca que “a transferência de unidades sem a concordância ou aviso prévio ao policial foi um dos problemas mais citados por policiais que tentaram suicídio”.

Até agora, foram explorados os fatores que contribuíram, de alguma forma, na ocorrência do suicídio. Entretanto, uma das categorias exploradas nas entrevistas foi relacionada aos pontos que ajudaram o policial a “dar a volta por cima” dos seus problemas, para que ele não continuasse tentando tirar a própria vida.

TABELA 9

Categorias Volta Por Cima e Superação. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Problemas Familiares - Genérico	08
II	Problema com Cônjuge/Separação	07
III	Filho(s) com Doença(s)	02
IV	Problema com a Mãe	03
V	Dificuldade de Contato com os Filhos	03
VI	Problemas Financeiros	07

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Durante as entrevistas, ficou constatado que a família foi um fator dominante no assunto “Fatores de Desmotivação do Suicídio”, principalmente o apego aos filhos. Grande parte dos casos analisados (oito de dez entrevistados) teve a família como fator preponderante, sendo a maioria ligada ao apego ao(s) filho(s) (sete de dez entrevistados). Um dos policiais entrevistados, que já havia tentado cometer suicídio por quatro vezes, declarou que o principal fator que o fez desistir de tirar a própria vida foi o nascimento dos filhos.

Desse modo, é possível mencionar que entre as ferramentas de prevenção ao suicídio na PMERJ está o estímulo ao convívio familiar, sendo importante a difusão de campanhas nesse sentido, assim como as ações institucionais para estimular o apoio psicológico na corporação. Outro ponto importante é o estabelecimento de convênios para ampliar a quantidade de atendimentos psicológicos a policiais militares. O combate, a exposição e a transposição dos tabus relacionados ao suicídio e aos problemas psicológicos são outros meios de possibilitar a redução dos índices de suicídio, assim como proporcionar atendimentos efetivos e de qualidade aos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente em ocorrências de autoextermínio policial militar.

O apoio dos colegas de farda foi outra subcategoria citada pelos participantes como fundamental para a desistência do cometimento de um futuro suicídio. Vale destacar que, dos três entrevistados que alegaram que os colegas de trabalho ajudaram na superação do evento, dois deles eram policiais do sexo feminino. Na PMERJ, o tabu e a rotulação relacionados aos problemas psicológicos e suas consequências

são mais amenos com as policiais do sexo feminino, havendo uma aceitação maior desse problema por parte dos integrantes do sexo masculino que estão a sua volta, ocorrendo um apoio mais efetivo às policiais femininas nessas questões.

Outro fator de desmotivação do suicídio é a religião. Dos dez entrevistados, quatro deles citaram a religião como uma fonte de superação e recuperação quanto aos problemas motivadores do suicídio. Dos quatro casos, três deles frequentavam igrejas evangélicas e um deles, a Igreja Católica. O indivíduo possuir ou não uma religião também seria um fator determinante para ele tirar a própria vida. O sujeito sem religião ou ateu tem uma propensão muito maior de cometer um autoextermínio, sendo a crença em uma força superior um fator protetivo ao suicídio (Bertolote; Fleischmann, 2002; Durkheim, 2000).

Um dos entrevistados ilustrou muito bem a importância de pedir ajuda a familiares, profissionais e à própria religião, estando em consonância com os fatores contributivos e de superação das questões emocionais relacionadas ao suicídio. De acordo com o militar que colaborou com a sua experiência e vivência de superação nesta pesquisa:

Se você acha que não tem família, é mentira; você tem família. Se não é um pai ou uma mãe, você vai ter um avô, uma tia, um irmão, ou algo parecido, que vai estar orando e pedindo pela sua vida. Procurar um aconselhamento. Além do aconselhamento profissional, acho que o aconselhamento espiritual tem grande valia. Independente da religião, ela acrescenta muito na nossa vida. Independente da religião que professe. Se não professar nenhuma religião, que seja um grupo de autoajuda. Sempre tem pessoas que lutam pela vida daqueles que querem se suicidar (Praça masculina da PMERJ).

Assim, é importante os policiais militares terem em mente que o convívio social e, acima de tudo, o convívio familiar contribuem para a sua saúde física e mental. Muitos policiais militares, no intuito de buscar uma maior renda, acabam se voluntariando para diversos tipos de serviço durante a sua folga. Grande parte deles acaba vivenciando escalas e serviços desgastantes, que se somam à ausência de folgas e de convívios social e familiar. Dessa maneira, muitos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro acabam por viver turbulências de relacionamentos durante toda a sua carreira. Os resultados são sempre os mais drásticos: doenças de natureza física e/ou psicológica, problemas familiares e, no extremo desse panorama, os casos de suicídio.

CONCLUSÃO

Durante as pesquisas, foram observados diversos sintomas relacionados a Transtornos de Estresse Pós-Traumático (TEPT) nos policiais entrevistados. Entre os principais sintomas relatados pelos policiais participantes, apontados pela academia especializada, está a sensação de uma ameaça presente e constante, sem que aquele que a sente saiba de onde a mesma vem, deixando o indivíduo em estado de alerta permanente (Ehlers; Clarck, 2000).

Os variados levantamentos e as exposições de dados feitas a respeito dos policiais inativos da PMERJ podem contribuir para pesquisadores que queiram se aprofundar no fenômeno do suicídio entre indivíduos pertencentes a esse grupo, assim como pesquisadores que estejam buscando fenômenos relacionados a esse tema. Quais seriam os fatores mais comuns relacionados aos suicídios desse grupo? Quais seriam as questões, os traumas e comportamentos ligados à profissão que ainda afetariam a vida

desses policiais? Qual é o perfil dessas vítimas? Haveria algum fenômeno por trás da natureza dessas percepções? Seria um fenômeno cultural da PMERJ e/ou de outras instituições militares? Quais seriam os fatores contributivos? Há formas de mitigar essas visões? Como a PMERJ pode se posicionar frente a essa estrutura? Futuras pesquisas podem investigar e responder algumas dessas perguntas, sugerindo ações preventivas e/ou remediativas.

Outras linhas de estudo pertinentes seriam aquelas realizadas com familiares de policiais militares que consumaram o suicídio, com vistas a entender os efeitos desse tipo de caso na família do policial, bem como perceber estruturas psicossociais, emocionais e familiares desses militares e das pessoas mais próximas a eles que poderiam ter contribuído para o fatídico acontecimento.

Miranda (2016), por sua vez, propõe que sejam elaboradas políticas de prevenção do suicídio focadas nas causas e nos métodos de autoextermínio policial militar mais comuns, destacando que: “Todos os policiais vitimizados por suicídio, identificados pela pesquisa, cuja amostra é de 54 indivíduos, recorreram às suas respectivas armas de fogo como meio. Esse dado é muito importante para a formulação das políticas de prevenção do suicídio na PMERJ” (Miranda, 2016, p. 87); pois a prevenção ao suicídio na Polícia Militar Fluminense, para ser efetiva, deve abordar mudanças organizacionais significativas, que interfiram de maneira eficaz na rotina do PM, bem como em seu cotidiano profissional e funcional, além da devida exposição desse problema (Miranda *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é necessário que a corporação repense como o seu profissional é tratado, desde as relações entre pares e superiores hierárquicos até melhorias no ambiente de trabalho (Miranda, 2016). É importante que os superiores hierárquicos de todas as camadas de comando da corporação tenham uma maior empatia com os seus subordinados, levando em consideração que a hierarquia e a disciplina são estruturas para facilitar a organização da instituição e não para tolher pensamentos, ações e visões de mundos distintos.

As bibliografias exploradas, assim como as entrevistas realizadas, evidenciam que as atividades inerentes à profissão policial militar por si só já têm um peso enorme na estrutura psicológica do profissional, contribuindo decisivamente no suicídio desses profissionais, confirmando evidências demonstradas em estudos como os de Minayo (2005), Minayo, Assis e Oliveira (2011), Miranda (2012), Miranda e Guimarães (2016), bem como Souza e Minayo (2005). Ademais, vale salientar que, se as condições de trabalho e tratamento não forem dignas e satisfatórias, os casos de suicídio tentado e consumado tenderão a aumentar (Botega, 2015; Dejours, 1992; Violanti, 1996). Nesse prospecto, a autora Miranda destaca o seguinte ponto, em sua obra:

Do total de policiais militares que disseram “não pensou e não tentou” (152), 47% confessaram se sentir satisfeitos em trabalhar na PMERJ. Por outro lado, os policiais militares que comunicaram ideação suicida (50) e tentativa de suicídio (22) informaram não estar satisfeitos em trabalhar na PMERJ, ou seja, 45% e 36% respectivamente (Miranda, p. 49, 2016).

Em consonância com as melhorias do ambiente de trabalho, além de suas condições, vêm ações relacionadas ao reconhecimento do profissional policial, em especial as praças, ressaltando sua importância para a sociedade e, sobretudo, para o funcionamento da instituição, haja vista que a falta de reconhecimento traz a perda de perspectivas e potencializa fatores motivadores relacionados ao suicídio (Dejours; Bègue, 2010). Esses fatores, somados às escalas de serviço menos extenuantes, são importantes para mitigar os efeitos das questões psicológicas e, desse modo, mitigar os casos de suicídio.

A junção entre peculiaridades da profissão policial militar no estado do Rio de Janeiro, em conjunto com problemas psicológicos, acaba sendo uma espécie de bomba-relógio para esses profissionais. Quando somamos o vício a esse intrincado fenômeno, o problema fica ainda mais grave. Entre os dez participantes entrevistados neste estudo, três deles possuíam depressão crônica e, conforme já destacado, dois deles apresentavam tal questão antes mesmo de ingressarem na corporação. Essas questões demandam ainda mais cuidados e atenção, por parte da PMERJ, não só no tratamento profissional e psicológico de seus membros, como também nos quesitos, nos critérios de seleção e nas formas de avaliação dos aprovados para os seus cargos.

Dessa forma, o reforço de programas de assistência psicológica para os policiais militares, as campanhas para reduzir o preconceito e a tabulação dos policiais militares com problemas psicológicos, bem como um maior rigor na seleção desses profissionais, tendo em vista que a carreira policial militar acaba se tornando um fator que pode aumentar os problemas de natureza mental e emocional de seus membros, podem contribuir para reduções dos casos de suicídio tentado e consumado.

Ações como palestras, instruções e seminários dirigidos a todos os policiais também são fundamentais, tanto sobre o suicídio na PMERJ quanto sobre a exposição e o combate de certos tabus e rótulos presentes na cultura organizacional da corporação, em especial aos lotados em unidades nas quais enfrentam situações de maior vulnerabilidade física e psicológica (Miranda, 2016; 2020; Pereira, 2015), como é o caso dos batalhões operacionais convencionais, responsáveis pelo policiamento ostensivo ordinário, atividade constitucional basilar da Polícia Militar.

O objetivo-base deste trabalho acadêmico foi tentar evidenciar os principais fatores que teriam ligação com o suicídio entre policiais militares em atividade na PMERJ, em especial os fatores peculiares ligados não só à corporação, como também à profissão policial militar. Para conseguir analisar essas questões, conversamos com policiais militares da ativa que tentaram cometer suicídio. Dessa maneira, a procura é por entender quais são os principais fatores apontados nesses casos, pautados em determinadas categorias estudadas por trabalhos acadêmicos a respeito do suicídio.

Dentro desse esforço para entender determinados fatores peculiares do fenômeno na Polícia Militar Fluminense, bem como através de análises de estatísticas fornecidas pela SSI, além de dados estatísticos disponibilizados em fontes abertas pelo Ministério da Saúde, através da plataforma de dados DATASUS, vem à luz a possibilidade de que policiais militares do estado do Rio de Janeiro, proporcionalmente, cometem mais suicídios do que a população geral do estado.

Além disso, através de reflexões e análises estatísticas, este estudo propõe a existência de um perfil ou padrão comum entre policiais militares que tiraram a própria vida no estado do Rio de Janeiro, nos últimos cinco anos (2016-2020), sendo: i) ser praça, em especial soldado ou cabo; ii) ter entre 30 e 40 anos de idade; e iii) não ter chegado à metade da carreira na instituição, ou seja, com menos de 15 anos de experiência profissional.

A PMERJ precisa se adequar ao perfil do profissional de maior faixa-etária, pois a idade dos aprovados nos últimos concursos, tanto para o quadro de oficiais quanto para o quadro das praças, tem aumentado consideravelmente. Se entre concursados para oficial a exigência de Bacharelado em Direito fez a idade dos aprovados aumentar, entre as praças a convocação de aprovados em concursos realizados há mais de cinco anos faz com que a idade do novo recruta se dilate ainda mais.

Se há vinte anos os aprovados em concursos da PMERJ tinham cerca de 20 (vinte) anos de idade, atualmente, os novos policiais militares têm quase 30 (trinta) anos de idade, se não mais. Um indivíduo na casa dos trinta anos, geralmente, possui uma vida pretérita com muito mais percalços do que um indivíduo de dezoito/vinte anos de idade, possuindo, em muitos casos, filho(s), casamento(s), divórcio(s), dívidas, etc. Esses pontos dificultam a adaptação do novo policial militar, que vai ter que amoldar a sua vida, e as suas questões pessoais: ao militarismo e às suas inerentes hierarquia e disciplina; à privação de sono, tendo em vista os seguidos serviços noturnos; à pressão social, principalmente da família e da mídia; à violência; entre outras questões (Costa, 2016). Alguns desses indivíduos acabam não se adaptando a essas questões, aumentando o número de policiais com problemas psicológicos e, como último recurso, conforme explorado neste artigo, levados ao suicídio.

Uma das soluções para esse problema da idade elevada dos novos membros, principalmente entre as praças, é a aplicação de um número maior de concursos durante os anos, convocando apenas os aprovados dentro das vagas. A limitação de 23 (vinte e três) ou 25 (vinte e cinco) anos de idade, em especial no concurso para soldado, que é de nível médio, com convocação em no máximo dois anos, poderia ser outra saída para reduzir esse panorama exposto.

Ainda dentro desse panorama, observa-se que as estatísticas de suicídio, assim como os casos de problemas psicológicos entre oficiais da corporação, acabam sendo subnotificadas, por motivos como tabu, protecionismo de classe e tentativa de ocultar o fenômeno entre os gestores da corporação. Os dois casos de tentativa de suicídio analisados neste trabalho foram subnotificados, não sendo, dessa forma, informados aos setores que fazem esse controle estatístico. Costa (2016, p. 160) salienta a estrutura exposta nesses dois últimos parágrafos, ao sugerir que: “tudo indica que os soldados, no grupo das praças, e os tenentes, no grupo dos oficiais, são aqueles que sentem mais diretamente o impacto da atividade policial na sua saúde mental”.

A depressão foi mencionada como fator que contribuiu para a tentativa de suicídio por todos os entrevistados deste trabalho acadêmico, assim como menções à profissão policial militar. A grande maioria dos policiais que tiveram os seus casos estudados apresentou problemas familiares no período da tentativa de suicídio (08 de 10 entrevistados), sendo sete deles relacionados a episódios de separação. Separação e desagregação familiar acaba trazendo uma forte carga emocional, tendo em vista a separação de filhos, a desconstrução da figura da família e as brigas com ex-companheiro(a). Os problemas financeiros também foram observados em grande parte das entrevistas, estando presentes em sete de dez casos.

Outro fator de grande importância é a negligência da corporação quanto ao fenômeno do suicídio. Não há um controle estatístico rígido, por parte da PMERJ. Não há, do mesmo modo, um sistema eficaz de troca de informações a respeito de suicídios e tentativas de suicídio, principalmente entre os setores da área de saúde da instituição. Essa negligência se deve a fatores que vão desde um tabu institucional a respeito do suicídio e dos problemas psicológicos, potencializado por uma cultura organizacional que rotula os policiais militares que tenham se envolvido nesse tipo de problema, até uma falha coordenação de todo o sistema de saúde da PMERJ, que não possui um canal de comunicação eficaz entre os seus hospitais e as unidades de saúde subordinadas. Consequentemente, muitas ocorrências acabam sendo subnotificadas e os seus envolvidos negligenciados.

Contudo, a PMERJ demonstra que apresenta ações isoladas que ajudam a atenuar o fenômeno do suicídio. Apesar da Seção de Psicologia da PMERJ não possuir nenhum controle e/ou trabalho de assistência a

policiais que tentaram suicídio, os oficiais psicólogos que atuam no HCPM e nos batalhões de área acabam, de forma isolada, prestando apoio profissional aos policiais militares envolvidos em ocorrências de tentativa de suicídio. Além disso, em certos casos, esses profissionais auxiliam familiares de policiais que consumaram o autoextermínio.

Outro fator positivo, observado durante os estudos de casos e as entrevistas, foi que o apoio dos colegas de farda acaba sendo um fator de proteção aos policiais que se encontram em situação psicológica delicada. Esse apoio se apresentou mais caloroso e eficaz quando o policial que se envolveu em um caso de tentativa de suicídio é do sexo feminino. Porém, vale destacar, que foi constatado esse apoio também dado aos policiais do sexo masculino que passaram pela mesma situação.

Conforme pontuado neste trabalho, é de suma importância a integração dos órgãos de saúde da PMERJ com o setor de inteligência, no intuito de não apenas realizar um controle estatístico mais eficaz, como também para identificar policiais que estejam em situações de suicídio iminente. Atualmente, muitos desses policiais acabam utilizando as redes sociais para expor suas ideias e pretensões suicidas.

Além disso, campanhas contra o suicídio, assim como instruções nos centros de formação de praças e oficiais, podem contribuir para o entendimento do fenômeno em questão, ajudando a identificar sinais de pares, superiores e subordinados. A prevenção é uma ferramenta eficaz para mitigar os fenômenos do suicídio e da tentativa de suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A empatia e a valorização do policial militar, por parte da corporação, no intuito de abrir os olhos e os corações de todos os seus membros, reforçariam a mensagem escrita na parede da Academia de Formação de Oficiais, que diz: “O maior patrimônio da PMERJ é o policial militar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. 5 ed. Dados eletrônicos – Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>.

BARRON, Stephen. Police officer suicide within the New South Wales police force from 1999 to 2008. **Police Practice & Research: An International Journal**, v. 11, n. 4, p. 371-382, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/15614263.2010.496568>.

BECK, Aaron; RUSH, John; SHAW, Brian; EMERY, Gary. **Terapia cognitiva da depressão**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BERTOLETE, José Manoel; FLEISCHMANN, Alexandra. A global perspective in the epidemiology of suicide. **Suicidologi**, v. 7, n. 2, p. 6-8, 2002.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, set./dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>.

BOTEGA, Neury José. **Crise Suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CHOI, Jaeyong; KRUIS, Nathan; YUN, Ilhong. When Do Police Stressors Particularly Predict Organizational Commitment? The Moderating Role of Social Resources. **Police Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 527-546, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098611120923153>.

CHOPKO, Brian; PALMIERI, Patrick; FACEMIRE, Vanessa. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11896-013-9116-z>.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

CORRÊA, Humberto; BARRERO, Sérgio Perez. **Suicídio**: uma morte evitável. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.

COSTA, Maria Cristina Garcia. **Atenção, Sentido**: entre a posição que paralisa e a atividade que transforma. Um estudo em saúde mental entre policiais militares. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. **Violência**: um problema global de saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 1, p. 1163-1178, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez e Oboré, 1992.

DEJOURS Christophe; BÈGUE Florence. **Suicídio e trabalho**: o que fazer?. Brasília: Paralelo 15, 2010.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução: Monica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EHLERS, Anke; CLARK, David. A cognitive model of posttraumatic stress disorder. **Behaviour Research and Therapy**, 38, 319-345, 2000.

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**: revolucione sua comunicação e seus relacionamentos reconhecendo todas as expressões das pessoas ao seu redor. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FISHER, Ronald; GEISELMAN, Edward. **Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview**. Springfield, IL: Charles C. Thomas Publisher, 1992.

FREITAS, Maria Ester. Suicídio, um problema organizacional. **Revista GVexecutivo**, 2011.

FUKUMITSU, Karina Okajima; KOVÁCS, Maria Júlia. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. **PePsic**, 2016.

IRIGARAY, Hélio Arthur; OLIVEIRA, Lucia; BARBOSA, Elaine; MORIN, Estelle. Employment relationships and meaning of work: a research with higher education professors. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190070>.

KATES, Allen. **CopShock**: Surviving Posttraumatic Stress Disorder (PTSD). 2 ed. Holbrook Street Press, 2008.

KUTCHER, Stan; CHEHIL, Sonia. **Manejo do risco de suicídio**: um manual para profissionais de saúde. Massachusetts/EUA: Lundbeck Institute, 2007.

LOVISI, Giovanni Marcos; SANTOS, Simone Agadir; LEGAY, Letícia; ABELHA, Lúcia; VALÊNCIA, Elie. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2009.

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. Tradução: Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARBACK, Roberta Ferrari; PELISOLI, Cátula. Terapia cognitivo-comportamental no manejo da desesperança e pensamentos suicidas. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.122-129, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 2199-2209, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coords.). Jornada de trabalho. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coords.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 117-126.

MS – Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 48, n. 30, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/03/2017025PerfilepidemiologicodastentativaseobitosporsuicidionoBrasilearededeatenaosade.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024 .

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos?. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016.

MIRANDA, Dayse; CRUZ, Fernanda Novaes; FONTE, Mariana da; NAPOLIÃO, Paula; PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha; CERATTI, Nathalia Fallavena. **Boletim IPPES 2020**: Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), 2020.

MUNIZ, Jacqueline; MUSUMECI, Bárbara (Coords.). **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Iser; Unesco; Ministério da Justiça, 1998.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. “Suicídio é grave problema de saúde pública e sua prevenção deve ser prioridade”, afirma OPAS/OMS. **Folha informativa sobre suicídio**, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-5-2018-suicidio-e-grave-problema-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade>. Acesso em: 18 jun. 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: OMS, 2000. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Suicide**: Key facts. Portal da OMS, Central de Notícias, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PAULO, Rui; ALBUQUERQUE, Pedro; BULL, Ray. The enhanced cognitive interview: towards a better use and understanding of this procedure. **International Journal of Police Science & Management**, v. 15, n. 3, 190-199, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1350/ijps.2013.15.3.311>.

PAULO, Rui; ALBUQUERQUE, Pedro; BULL, Ray. A entrevista cognitiva melhorada: pressupostos teóricos, investigação e aplicação. **Psicologia**: Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 21-30, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i2.639>.

PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha. **Tiro de Misericórdia**: uma análise dos fatores institucionais do suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

POLITZER, Georges. **Crítica aos fundamentos da psicologia**: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba: Unimep, 1998.

PORTO, Diego; SILVA, Daniel Nunes da. Prevenção do suicídio na polícia militar: a percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 197-219, jan./jul. 2018.

PRIETO, Daniela; TAVARES, Marcelo. Fatores de risco para suicídio e tentativa de suicídio: incidência, eventos estressores e transtornos mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 146-154, 2005.

ROTENBERG, Lúcia; PORTELA, Luciana Fernandes; MARCONDES, Willer Baumgartem; MORENO, Cláudia; NASCIMENTO, Cristiano de Paula. Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 639-649, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000300018>.

SANTOS, Susana Maria da Silva Ferreira Matias dos. **Suicídio nas forças policiais**: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2007.

SHANE, Jon. Organizational stressors and police performance. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, n. 4, p. 807-818, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.05.008>.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

TORRES, Kamille; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O suicídio nas organizações econômicas. **Anais** do XLIII Encontro da Anpad. São Paulo, EnAnpad, 2019.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal; GONTIJO, Eliane Costa Dias Macedo; LIMA, Lúcia Abelha. Tentativas de suicídio: fatores prognósticos e estimativa do excesso de mortalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 175-187, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000100020>.

VIOLANTI, John. Padrões de estresse no trabalho policial: um estudo longitudinal. **Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1993.

VIOLANTI, John. **Police suicide: epidemic in blue**. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1996, p. 10-86.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO COMO RECURSO METODOLÓGICO

MIRIÃ RAMALHO BARBOSA

Doutoranda em economia aplicada no programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

Email: miria.rbarbosa@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5464-5299>

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Brasil, com pós-doutorado no exterior. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Coordenador Geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

Email: magnus@ufv.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>

EVANDRO CAMARGOS TEIXEIRA

Professor Associado do Departamento de Economia da UFMG. Possui doutorado em Economia Aplicada pela Esalq/USP, mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

Email: evandro.teixeira@ufv.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6470-2103>

Contribuições dos autores: Todos contribuíram com a concepção e o delineamento; a análise e a interpretação dos dados; a redação do manuscrito ou revisão crítica.

RESUMO

À luz da dificuldade que pesquisadores interessados em avaliar políticas públicas de segurança e combate à criminalidade esbarram, em virtude da escassez de dados, o presente trabalho se propõe a fornecer subsídios metodológicos para a utilização do método qualitativo de estudo de caso como alternativa viável, confiável e rigorosa para tal avaliação. Assim, a literatura especializada concernente ao tema foi analisada com base no método hermenêutico, a fim de interpretar e explicar a utilização do estudo de caso. Como resultados, verifica-se que o método sugerido possui grande potencial para fomentar a literatura de segurança pública, sobretudo no contexto da América Latina, que apresenta as maiores taxas de criminalidade do mundo e escassas publicações de avaliações das políticas de segurança que foram implementadas. O estudo de caso, ao promover uma construção horizontal do conhecimento, tem potencial para esclarecer o motivo pelos quais algumas políticas fracassam e outras logram êxito.

Palavras-chave: Metodologia. Estudo de Caso. América Latina. Avaliação de Políticas. Políticas Públicas de Segurança Pública.

ABSTRACT

EVALUATION OF PUBLIC SECURITY PUBLIC POLICIES IN LATIN AMERICA: A CASE STUDY AS A METHODOLOGICAL RESOURCE

In light of the difficulty faced by researchers interested in evaluating public security policies and combating crime due to the scarcity of data, the present work proposed to provide methodological subsidies for using the qualitative case study method as a viable, reliable, and rigorous alternative for such an assessment. Thus, the literature concerning the subject was analyzed based on the hermeneutic method to interpret and explain the use of the case study. As a result, it appears that the suggested method has great potential to promote public security literature, especially in the Latin America context, which has the highest crime rates in the world and scarce publications of evaluations of security policies that have been implemented. The case study, by promoting a horizontal construction of knowledge, has the potential to clarify why some policies fail and others succeed.

Keywords: Methodology. Case study. Latin America. Policy evaluation. Public safety policies.

Data de Recebimento: 09/03/2023 – **Data de Aprovação:** 11/12/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1885

INTRODUÇÃO

Considerada a mais grave das violações aos direitos humanos, o homicídio intencional é, também, considerado pelos estudiosos da criminalidade, o crime com menor subnotificação relativa e, assim, um importante indicador de violência de um país. Se quantificam usualmente por meio de taxas brutas por países, estados ou municípios ou pela contagem do número de vítimas, e geralmente essas quantificações são acompanhadas de relatórios de especialistas, diagnósticos, monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública em vigor (Borges; Ribeiro; Cano, 2021).

Em nações com sistemas policiais e judiciais de baixa qualidade e população pouco educada, a subnotificação de crimes é comum. Além disso, em países com desenvolvimento institucional insuficiente, as fontes oficiais podem não refletir com precisão a verdadeira extensão da criminalidade, especialmente em casos de crimes de menor gravidade ou associados a estigmas para as vítimas. A relação entre a subnotificação e o déficit de desenvolvimento institucional é estreita: a falta de capacidade das instituições em lidar com esses dados compromete a confiabilidade das informações. Isso ocorre porque as instituições não estão aptas a coletar, registrar e analisar de forma precisa os dados sobre criminalidade, resultando em relatórios incompletos e, conseqüentemente, em números pouco confiáveis (Soares, 2004; Blake, 2017).

Nesse contexto, destaca-se a região da América Latina, com taxas de violência expressivas. Uma pesquisa que classificou 579 cidades com população superior a 1 milhão de habitantes identificou a América Latina como a região mais violenta do mundo, apresentando 62 das 100 cidades mais arriscadas do mundo. Inclusive, 8 das 12¹ cidades que receberam as maiores pontuações de risco para homicídios, roubos e danos materiais estão na região (Parkes; Blanco, 2022; Daniels, 2022).

¹ O Índice de Segurança Cities@Risk usa dados geoespaciais para medir o risco em quatro pilares principais de segurança: Crime, Agitação Civil, Conflito e Terrorismo. O Índice Cities@Risk – Crime, que mede homicídios, roubos e danos materiais, mostra que as Américas representam 14 dos 20 locais mais arriscados, ao mesmo tempo em que abrigam 8 das 12 cidades que recebem a pontuação de risco mais alta possível. Essas incluem: Barquisimeto, Caracas, Maracaibo, Maracay e Valencia na Venezuela; Chihuahua do México; Medellín na Colômbia; e San Salvador, a capital de El Salvador (Parkes; Blanco, 2022, s.p., grifo nosso).

Misse (2019) afirma que já existe uma sólida literatura versando a criminalidade na América Latina e no Caribe, no entanto, ressalta a desigualdade do trabalho empírico, a abrangência, a transparência dos dados oficiais fornecidos pelos governos locais e a capacidade analítica do pesquisador. Considerando a transparência dos dados, o autor aponta que a debilidade desses se deve à baixa qualidade dos dados produzida pela polícia e pelo judiciário dos países latinos.

Quanto às políticas de segurança pública na região, as iniciativas de prevenção e redução da violência são pouco avaliadas. De acordo com um levantamento realizado por Cano; Rojido; Sento-Sé (2016), apenas um em cada seis programas/políticas foi submetido à avaliação de impacto e os motivos variam de falta de dados confiáveis até ausência de cultura de avaliação por parte dos governantes. Os autores chamam a atenção para o fato de que a maior parte da literatura científica que versa a avaliação de políticas de prevenção e controle da criminalidade é oriunda de países que apresentam baixas taxas relativa de crimes, notadamente Estados Unidos e países da Europa (Cano; Rojido; Sento-Sé, 2016). Nesse sentido, é urgente que mais avaliações ocorram onde as taxas são proeminentes.

Para que isso aconteça é necessário estabelecer uma cultura de monitoramento e avaliação na América Latina, com provimento de informações de qualidade que permita que os resultados sejam sistematizados e as políticas avaliadas. Nesse ínterim, parcerias entre países e organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são importantes, uma vez que podem incluir em suas agendas as avaliações, que por vezes são muito custosas para os governos de países em desenvolvimento (Carbonari *et al.*, 2016).

Assim, o objetivo deste trabalho é dissertar acerca de um método de análise qualitativa com foco em estudos de caso, como uma alternativa viável para a avaliação de políticas públicas de controle da criminalidade na América Latina, haja vista que existe indisponibilidade de dados ou frequentemente esses não são confiáveis e, dessa forma, os métodos quantitativos tradicionais para modelagem econométrica de avaliação de políticas públicas tornam-se inviáveis ou podem levar a avaliações equivocadas. Especificamente, pretende-se elaborar recomendações para a condução do estudo de caso para fins de avaliação, amparadas pela literatura especializada, visando fornecer aos pesquisadores recursos para a utilização do método, de forma a garantir confiabilidade, transferibilidade, credibilidade e conformabilidade.

O estudo de caso traz possibilidades à avaliação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência ao permitir que determinada intervenção seja analisada em seu contexto, considerando aspectos históricos, culturais, bem como a percepção dos agentes. A coleta de dados e sua posterior interpretação deve ir além da comparação com outras sociedades distintas, devendo ser uma reflexão acerca dos conceitos subjacentes ao estudo da política naquela sociedade e, ainda, da formação daquela própria sociedade (Bartlett; Vavrus, 2016).

Ao realizar a avaliação de uma política de segurança pública por meio do estudo de caso se torna possível a coleta de dados de fontes diversas, tais como documentos, observações, pesquisas e entrevistas, o que garante ao pesquisador uma visão aprofundada de seu funcionamento e suas interações. No que tange aos resultados, permite compreensão ampla da política e possibilita ao tomador de decisão utilizar as lições aprendidas com aquela política em outra situação, na chamada transferibilidade. No entanto, importa destacar que não se trata de uma generalização, que é possível com estudos quantitativos (Schoch, 2020).

Justifica-se o tema e o recorte geográfico pela necessidade de se avaliar políticas públicas de forma geral; mas, considerando as consequências socioeconômicas da violência para essa região, as políticas de

segurança pública são necessárias. Logo, desde a formação da agenda até a avaliação de seus impactos na localidade onde foram implementadas, as políticas de segurança pública são de suma importância para a tentativa de controle da violência na região.

Por se tratar de um campo com vários desdobramentos, este estudo se propõe a analisar a etapa do processo de estruturação de política pública do ciclo político conhecida como Avaliação. De acordo com Oliveira e Passador (2019), a utilização de processos avaliativos no âmbito das políticas públicas pode contribuir com a transparência dos atos públicos, além de mostrar à população que uma situação está sendo controlada ou que algo está sendo feito para melhorar algo que se necessita, o que faz com que a ação ganhe apoio do governo. Assim, tendo um caráter político, essas avaliações possuem poder de contribuir com a manutenção ou a suspensão de uma determinada política.

Nesse contexto, cabem duas ressalvas, conforme supramencionado: a avaliação pode ser feita sobre dados que não foram tratados com essa finalidade, como é o caso de dados de criminalidade; e as avaliações podem fazer com que uma política seja descontinuada, se houver comprovação estatística de que não houve efeito sobre a variável de interesse, isto é, a *proxy* de criminalidade (Yin; Davis, 2007).

Este trabalho busca contribuir com a literatura ao sugerir a pesquisadores que se propõem a avaliar políticas de segurança pública a utilização de uma metodologia consolidada na literatura, mas que por vezes é utilizada de forma incorreta, por falta de bons referenciais metodológicos. Ao trazer literatura especializada que versa sobre o tema, espera-se fornecer subsídios para que pesquisadores, sobretudo aqueles com menor experiência na utilização do método, tenham um material para se basear e nortear suas pesquisas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo presente trabalho, utiliza-se o método científico hermenêutico como estratégia para direcionar os estudos e as discussões aqui expostas. De acordo com Koskinen e Lindström (2013), a hermenêutica é um enquadramento essencial quando se pretende traçar alternativas ao pensamento científico positivista, quando se objetiva compreender profundamente o fenômeno estudado e, também, quando se necessita credibilidade para a interpretação de textos.

As visões metodológicas e filosóficas da hermenêutica permitem uma nova direção para o estudo, não somente da Filosofia, mas também de outras disciplinas, tais como a Economia e as Políticas Públicas. Através desse método, é possível obter explicações e percepções que apoiam as crenças dos autores e a justificativa do significado. Assim, o método busca no texto a dinâmica que direciona a estrutura da obra, e vai além, explorando o poder que a obra possui de se projetar para fora e de trazer para o leitor o que seria verdadeiramente o sentido do texto (Charalambous; Papadopoulos; Beadsmoore, 2008).

A hermenêutica, como método interpretativo, valoriza o diálogo entre o intérprete e o texto, considerando que o significado é construído por meio dessa interação dialógica. Isso permite ao intérprete não apenas extrair significado do texto, mas também contribuir para a construção de significados múltiplos e complexos, incorporando sua própria perspectiva, sua bagagem cultural e suas experiências pessoais. Gadamer (1999) enfatiza a importância do horizonte de compreensão do intérprete, que é moldado por suas próprias vivências, crenças e preconceitos. Nesse sentido, a interpretação hermenêutica não busca uma objetividade absoluta, mas sim uma compreensão situada e contextualizada. Assim,

[...] Quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar. Tão logo apareça um primeiro sentido no texto, o intérprete prelineia um sentido do todo. Naturalmente que o sentido somente se manifesta porque quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado. A compreensão do que está posto consiste precisamente na elaboração desse projeto prévio, que, obviamente, tem que ir sendo constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido (Gadamer, 1999, p. 402).

Em adição, Ricoeur (1981) expande essa abordagem hermenêutica através da noção de “distanciamento crítico”. Para o autor, a interpretação hermenêutica deve ser complementada pela análise crítica que considera as estruturas sociais, políticas e culturais que moldam o texto e a interpretação. Isso adiciona uma dimensão de responsabilidade ética e social ao processo hermenêutico. Assim, considerando que a aplicação da hermenêutica pode ser desafiadora e sujeita a críticas, tais como a acusação de subjetividade excessiva e a falta de rigor metodológico, torna-se importante a combinação da hermenêutica com outros métodos e abordagens, como a análise crítica, sugerida por Ricoeur (1981).

Logo, a abordagem hermenêutica oferece um olhar profundo e contextualizado para a interpretação de textos e obras, permitindo uma compreensão rica e complexa que vai além do significado superficial. Sua aplicação em disciplinas variadas, como a Economia e as Políticas Públicas, enriquece a análise dessas áreas, promovendo um entendimento mais abrangente e contextualmente informado.

Nas Ciências Econômicas, os métodos de avaliação comumente utilizados para a avaliação de políticas públicas são os econométricos, que são baseados em dados secundários, muitas vezes oriundos de uma base pública. Cria-se grupos contrafactuais para a simulação dos efeitos da política pública e, assim, se faz possível avaliar os impactos que essa política trouxe a um determinado grupo de pessoas (Abadie; Cattaneo, 2018). No entanto, como apresentado anteriormente, as políticas de segurança pública possuem dificuldades metodológicas associadas à obtenção dos dados, que são passíveis de subnotificação. Assim, por meio do método hermenêutico, pretende-se discutir, baseando-se em literatura especializada relacionada ao tema, uma alternativa metodológica para a construção de avaliações críveis que ultrapassem a ideia pré-concebida de que existe uma forma in(corr)eta de se avaliar políticas públicas de segurança.

Conforme abordado por Warnke (2016), a compreensão inicial de um texto ou fenômeno deriva de uma imersão anterior em projetos e propósitos pessoais em andamento. A ideia é que exista uma continuidade geracional nos estilos de vida, nas suposições e nos preconceitos relacionados ao mundo. Por exemplo, uma pessoa tem conhecimento sobre como usar um martelo, porque essa habilidade está inserida na cultura na qual ela está imersa. Da mesma forma, economistas tendem a priorizar métodos quantitativos para a avaliação de políticas públicas, pois essa abordagem foi assimilada através do ensino e do aprendizado ao longo do tempo.

Assim, o resultado pretendido vai além de esclarecer as limitações do método quantitativo para a avaliação das políticas de segurança na América Latina e também desafia as suposições anteriores, uma vez que, quando uma pessoa se propõe a ler um texto, ela está preparada para que ele lhe diga algo (Gadamer, 2013). Isso implica que, por meio de contínuas investigações, é possível descobrir novas formas de compreensão que desafiam e aprimoram os conhecimentos do pesquisador (Warnke, 2016).

Portanto, os textos analisados desse ponto em diante o serão à luz da compreensão hermenêutica. Logo, busca-se compreendê-los para que seja possível explicá-los, em uma dinâmica que gira em torno da interpretação da realidade, da compreensão e da explicação.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção pretende trazer conceitos importantes acerca do processo de políticas públicas. Inicialmente, é importante apresentar o termo 'política', inerentemente polissêmico, que abrange dimensões complexas e interrelacionadas. Dentre essas dimensões, cita-se os termos *polity*, *policy* e *politics*, que representam diferentes aspectos da atividade política e são discutidas na literatura que versa sobre o tema. Essas dimensões não são isoladas, mas interagem e influenciam-se mutuamente. O termo política é, portanto, uma construção complexa e multifacetada que abrange a estrutura política, as decisões de políticas públicas e as dinâmicas do processo político.

De acordo com Couto e Arantes (2006), mesmo que cada uma dessas dimensões seja uma parte essencial do processo poliárquico, elas não possuem igual relevância nem desempenham funções idênticas no funcionamento do regime democrático. Para uma compreensão precisa da dinâmica política real nas democracias constitucionais, é imperativo investigar como esses regimes conseguem discernir e coordenar eficazmente as três dimensões no contexto de seu arcabouço institucional e sua dinâmica política.

Em relação à dimensão *polity*, Couto e Arantes (2006) afirmam que essa é responsável por estabelecer os alicerces da convivência poliárquica, engendrando uma estrutura constitucional que repousa sobre um consenso essencial, mas imperativo, entre variados agentes políticos quanto aos seus elementos primordiais. Esses alicerces, que determinam as diretrizes do jogo democrático, são delineados por Dahl (1997) e englobam: a liberdade de formar e participar de organizações, o direito à liberdade de expressão, a assegurar o direito de voto e da elegibilidade para cargos públicos, além da permissão para líderes políticos disputarem apoio e votos. Adicionalmente, é vital a presença de fontes alternativas de informação, a realização de eleições livres e justas e o estabelecimento de instituições que conectem as políticas governamentais a eleições e outras manifestações de preferência.

Já o termo *politics* diz respeito ao processo de tomada de decisões políticas em uma sociedade, envolvendo a competição, a negociação e a interação entre atores políticos. Inclui a busca por poder, a formulação de políticas e a influência nas ações governamentais (Mitchell, 1958). Para Couto e Arantes (2006), esse jogo político diz respeito à ação e é nesse contexto que são definidos, a partir das regras preexistentes, quem são os ganhadores e os perdedores; ademais, definem os ocupantes dos cargos públicos, os aliados e os adversários.

A terceira dimensão, *policy*, se refere às ações, aos planos, programas e cursos de ação específicos que são adotados pelo governo ou por outras instituições para lidar com questões sociais, econômicas e políticas. É o resultado tangível das decisões políticas. Para Anderson, Moyer e Chichirau (2022, p. 8, tradução nossa): "a política é definida como um curso intencional de ação ou inação, seguido por um ator ou conjunto de atores, ao lidar com um problema ou questão de interesse, [...] se concentra no que realmente é feito e não no que é proposto ou pretendido".

Assim, se avança na definição do que seriam as políticas públicas, apoiando-se no que aponta Souza (2006), que afirma não existir uma definição única do que são as políticas públicas. No entanto, a maioria dessas, mesmo as mais minimalistas, nos direcionam para o *locus*, onde o conflito de interesses, as preferências e as ideias se desenrolam, a saber, os governos. Ainda, segundo a autora:

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que

indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (Souza, 2006, p. 25).

Logo, do ponto de vista teórico-conceitual, tanto as políticas públicas em geral como as políticas sociais em específico constituem áreas interdisciplinares, cujo enfoque está na análise das características das políticas governamentais e dos procedimentos que as envolvem. As políticas públicas podem ser definidas como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31). Em contraste, as políticas sociais representam um subconjunto das políticas públicas, concentrando-se precisamente em temas sociais, como educação, saúde, habitação e assistência social, com o propósito de melhorar o bem-estar e as condições sociais dos cidadãos (Höfling, 2001).

Por fim, o último conceito que será apresentado acerca da definição teórico-metodológica das políticas públicas é o *policy cycles* ou ciclo de políticas públicas, que também pode ser denominado *policy-making process*, processo de elaboração de políticas públicas (Secchi, 2012). Cabe destacar que há outras versões do ciclo de políticas públicas, entretanto, será apresentada aquela enunciada por Secchi (2012), que define seu modelo em sete fases principais: a) reconhecimento do problema; b) inclusão na agenda; c) formulação de alternativas; d) tomada de decisão; e) execução; f) avaliação de desempenho; e g) encerramento. Cabe ressaltar que este ciclo dificilmente reflete a dinâmica real do *policy-making process*, haja vista que as fases geralmente apresentam-se com as sequências alternadas ou mesmo misturadas.

Inclusive, no que se refere a essa alternância das fases de formação da política, cita-se o “modelo da lata de lixo”, desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), que afirmam que muitas soluções se apresentam antes mesmo do reconhecimento do problema. Assim, é importante que se conheça o ciclo de políticas públicas, mas que esteja claro que, apesar de sua utilidade heurística, o processo de política pública é incerto e as fronteiras entre as fases não são facilmente diferenciáveis (Secchi, 2012). Por esse motivo, torna-se crucial que as avaliações de políticas levem em consideração o contexto em que essas políticas foram desenvolvidas e implementadas, uma vez que esse contexto influencia a dinâmica e os resultados das políticas ao longo do tempo. Isso possibilita uma compreensão mais abrangente dos impactos e da eficácia das políticas.

BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA LATINA

Trevisan e Van Bellen (2008) apontam que o uso da avaliação de políticas públicas é orientado para a ação governamental e, assim, seu principal objetivo é fornecer informações. No entanto, algumas definições de valor podem ser falhas ou incompletas, haja vista que se concentram apenas no fato de a política ter cumprido um plano de trabalho e atingido seus objetivos, desconsiderando os demais efeitos da política. Assim, essas avaliações podem ser um problema para os governantes quando recebem um apoio negativo muito expressivo, como exemplo, pode ser citado o programa Mais Médicos², ou servem como uma forma de legitimar as próprias políticas, no caso de apoio positivo relevante.

² Este programa serve de exemplo porque gerou repercussões negativas, sobretudo da comunidade médica, com os seguintes argumentos principais: não era exigido dos médicos estrangeiros a revalidação do diploma de medicina para atuarem no Brasil; a formação recebida por eles é distinta daquela ofertada no Brasil; haveria desvalorização da classe médica brasileira; não haveria supervisores para estes profissionais em regiões mais afastadas dos centros urbanos (Silva, 2018).

Na América Latina, os estudos em avaliação de políticas se intensificaram a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, influenciados, em muito, pelas organizações multilaterais que exigem essas avaliações como condição para continuar com os repasses financeiros (Crompton *et al.*, 2016). As diversas crises financeiras que ocorreram após os anos 1970, bem como as operações no estado de bem-estar social, pressionaram os governos a responderem questões relativas à eficácia de suas ações no que tange à mudança social por meio de políticas públicas (Trevisan; Van Bellen, 2008). Logo, a pesquisa em avaliação passou a se configurar como a melhor alternativa na busca para melhorar a eficiência dos gastos públicos e o controle das ações que estavam sendo realizadas pelo governo.

Crompton *et al.* (2016) realizaram um estudo comparando o estado das pesquisas em avaliação de políticas no Brasil, comparando com os Estados Unidos, e encontraram que, nos EUA, essa área de pesquisa é mais consolidada, muito devido à longevidade desse campo no país, que data de pelo menos 30 anos antes do que no Brasil. Apesar de não estar totalmente estabelecida como área de pesquisa no Brasil, tal como ocorre nos Estados Unidos, os autores encontraram avanços muito significativos. No entanto, uma questão que os autores colocam é que as pesquisas brasileiras convergem com os temas estudados nos EUA, a saber saúde, educação, análise de políticas e bem-estar social, e isso é interessante no sentido de se questionar se os interesses de pesquisa deveriam ser, de fato, comuns entre os dois países.

No que tange a avaliação de políticas de segurança na América Latina, Chinchilla e Vorndran (2018) apontam que muitos são os métodos de avaliação disponíveis: de processos, de resultados, de impacto, de custo-benefício; bem como as etapas para realizá-los: antes, durante ou depois da implementação. Para as autoras, a avaliação é a etapa mais frágil e de menor amplitude na América Latina; as poucas avaliações são realizadas por condição de acordos de cooperação internacional ou provenientes da academia. Assim, para aumentar a efetividade dos projetos que são levados a cabo no país, é preciso criar uma base de conhecimento empírico de gestão das políticas, para gerar evidências robustas ao longo do ciclo do projeto utilizando metodologias de análises bem definidas e rigorosas. O certo é que o monitoramento e a avaliação das políticas de segurança pública são tarefas urgentes, que permitiriam avançar na produção de conhecimento, mas também na tomada de decisões baseadas em evidências científicas, porque habilitariam ferramentas para analisar relações de custo-benefício e custo-efetividade das políticas e dos programas, para maximizar o impacto dos escassos recursos públicos.

Uma das recomendações desse trabalho de Chinchilla e Vorndran (2018, p. 35), para a melhoria da qualidade das políticas públicas de segurança na América Latina afirma que: “a gestão eficiente de políticas públicas no setor depende da qualidade da informação e acesso ao conhecimento aplicado”. Identifica-se como um dos principais empecilhos para a criação de políticas de segurança a falta de qualidade, disponibilidade e oportunidade de informação e conhecimento empírico. Na região, a maioria dos dados são operados utilizando metodologias distintas, o que cria estatísticas pouco confiáveis; inclusive, em muitos países, esses dados não são públicos ou faltam detalhes e periodicidade. É necessário, dessa forma, criar sistemas unificados de estatísticas criminais (Chinchilla; Vorndran, 2018).

Com relação ao Brasil, Ramos e Schabbach (2012) fizeram um levantamento que verifica as tendências dos estudos avaliativos, os tipos de avaliação e seus usos. As autoras concluem que são consideradas dificuldades para a execução da avaliação de políticas: o fato de muitos programas não serem desenhados para serem avaliados, o que faz com que não existam disponíveis documentos, estatísticas e resultados de monitoramento de forma pública, para se proceder com a avaliação; os delineamentos de pesquisa que não controlam as variáveis antecedentes, processuais e de resultados, produzindo inferências espúrias, que atribuem ao

programa responsabilidades, sejam elas positivas ou negativas, que não foram geradas por ele; a ausência ou escassez de dados, que, quando existem, têm periodicidade irregular; e a resistência da administração pública.

Além das problemáticas supramencionadas, Soares (2007) aponta que são difíceis de serem realizadas as avaliações de políticas de segurança pública, bem como da performance policial, e ressalta que não se trata de uma dificuldade exclusivamente brasileira. Para o autor, é possível que uma política seja boa, mas os indicadores selecionados para avaliá-la podem levar a identificação de outros problemas; de forma análoga, é possível que uma política ineficiente apresente bons resultados pela escolha dos indicadores. Para o autor:

[...] não só resultados são pertinentes para a avaliação. Processos e metas intermediárias, identificadas por diagnósticos institucionais como especialmente relevantes, devem ser objetos de acompanhamento crítico sistemático. Por exemplo: a qualidade da formação e da capacitação dos policiais e demais profissionais que atuam no campo da segurança pública; a consistência dos dados produzidos; os métodos de gestão; a confiabilidade e efetividade dos controles interno e externo etc. Para o caso das políticas preventivas, os programas aplicados podem ter valor segundo distintos critérios, independentemente de resultados perceptíveis a curto prazo. Nesse sentido, acrescente-se que a perspectiva temporal é necessária para uma avaliação rigorosa, mas nem sempre factível, dada a natureza prática da própria avaliação, útil, afinal de contas, para o monitoramento corretivo do sistema examinado, cujo aprimoramento não pode aguardar uma década de estudos comparativos (Soares, 2007, p. 82-83).

Reforçando o que já foi mencionado, Mesquita Neto (2006) aponta que uma das principais dificuldades para se avaliar as políticas de forma quantitativa reside no fato de que não há definição clara dos objetivos e/ou da apresentação desses. Assim sendo, não é possível construir indicadores para medir e avaliar tais políticas. Trata-se de um problema para a sociedade, que carece de transparência quanto à destinação do dinheiro público e do cumprimento dos objetivos anunciados pelos governantes. No entanto, pode ser um benefício para os governantes, que não terão seus programas avaliados pelos políticos concorrentes.

Um indicador é uma unidade de medida que permite analisar se e quanto avanço está sendo feito rumo a um objetivo traçado; logo, sem que o objetivo seja claramente anunciado, não é possível que se construa indicadores. Entretanto, para se construir indicadores é essencial que exista disponibilidade de dados acerca daquela política em questão (Mesquita Neto, 2006). Assim, esbarra-se novamente com a questão da disponibilidade de dados, que é uma questão importante a ser considerada na América Latina e, assim sendo, reforça-se a utilização de um método alternativo, que fomente a literatura pertinente.

ETAPAS PARA A UTILIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O objetivo deste trabalho é mostrar como o Estudo de Caso pode ser uma alternativa viável, válida e confiável para a acumulação de conhecimento acerca de políticas de segurança pública em locais onde há fragilidade nos dados estatísticos. Zucker (2016) define o Estudo de Caso como um método que enfatiza as causas proximais do comportamento e o pesquisador, como um biógrafo que se debruça sobre uma fase da vida de um indivíduo, nesse caso de uma política. No que tange ao escopo, um estudo de caso se configura como uma análise profunda de uma política dentro do seu contexto de vida real, inclusive, o estudo de caso é especialmente relevante quando o contexto desempenha um papel relevante para a ocorrência do fenômeno, como é o caso da violência (Schoch, 2020).

Yin (2015), sobre a avaliação de políticas governamentais, aponta que se o pesquisador quer saber “quais” os resultados da política ou “quantos” foram os beneficiários, poderia se valer de outra metodologia, no entanto, se deseja entender “como” ou “por que” o programa funcionou ou não em determinada localidade, o ideal seria utilizar um estudo de caso.

Sobre a utilização de estudo de caso como um complemento ou contraponto de uma pesquisa quantitativa, neste caso específico de uma avaliação quantitativa, utilizando metodologias de impacto ou de resultado, Freitas e Jabbour (2011) ressaltam que nada impede o pesquisador de realizar essa triangulação metodológica, também chamada de *mixed-methodology*, baseada no uso combinado de uma fase quantitativa seguida de uma fase qualitativa. Inclusive, a combinação metodológica é uma forma de conferir robustez ao conhecimento produzido, porque é possível superar as limitações de cada um dos métodos utilizados, caso fossem utilizados de forma isolada. Ainda de acordo com os autores:

A principal vantagem da abordagem qualitativa, em relação à quantitativa, refere-se à profundidade e à abrangência, ou seja, o “valor” das evidências que podem ser obtidas e trianguladas por meio de múltiplas fontes, como entrevistas, observações, análise de documentos, permitindo ao pesquisador detalhes informais e relevantes dificilmente alcançados com o enfoque quantitativo, admitindo também uma relação bem mais próxima e sistêmica do objeto de estudo, diferentemente da abordagem quantitativa que procura interpretar determinado objeto de estudo a partir da definição de variáveis que, às vezes, não podem ser totalmente identificadas e analisadas com a aplicação de ferramentas estatísticas (Freitas; Jabbour, 2011, p. 10).

Mediante o exposto, a metodologia qualitativa Estudo de Caso pode ser aplicada em qualquer etapa do ciclo de políticas públicas direcionadas para a segurança pública, inclusive na avaliação, que encontra inúmeras dificuldades, não apenas de operacionalização dos dados, mas de subnotificação (Blake, 2017). Assim, as estimativas de criminalidade, sobretudo de crimes que não resultam em homicídio intencional, podem ser muito subestimadas, o que torna a avaliação de políticas voltadas ao combate da criminalidade ainda mais complexa. Nesse sentido, o estudo de caso, aliado ou não a uma análise quantitativa, ganha espaço.

Uma política realizada em uma determinada localidade pode trazer resultados que somente a ida até o local e a pergunta ao beneficiário poderiam informar, resultados que não são visíveis em dados estatísticos. Ou ainda, ao analisar resultados gerais de um município ou de uma região metropolitana, perde-se informações interessantes de resultados que foram mais visíveis em uma região ou que não tiveram nenhuma efetividade em uma localidade; e se assim o for, por que isso ocorreu? Com esses delineamentos, as políticas de segurança podem ser melhor desenhadas, para melhorar sua efetividade e, assim, alocar melhor os recursos do Estado.

Assim, pensando na ampla possibilidade de utilização desse método para avaliar políticas de segurança pública e combate à criminalidade na América Latina, é necessário destacar que se trata de um método que possui rigor metodológico e para que seja empregado corretamente precisa seguir criteriosamente as etapas já consolidadas pela literatura concernente ao tema. A seguir serão elencadas as etapas sugeridas pela literatura que se inspira nas três principais influências da área: Robert Yin (2015), Sharan Merriam (1988) e Robert Stake (1994), metodologistas cujas recomendações impactam nas decisões acerca do *design* do estudo de caso.

Inicialmente, é relevante considerar os fundamentos filosóficos subjacentes à avaliação por meio do estudo de caso. É importante compreender que diferentes paradigmas podem ser adotados, o que resulta

em perspectivas distintas sobre a abordagem do problema. A abordagem interpretativa, em particular, busca responder às questões de credibilidade, conformabilidade, transferibilidade e confiabilidade, contrastando com os critérios positivistas de confiabilidade e generalização (Rashid *et al.*, 2019).

Na fase de formulação do problema, exige-se que o pesquisador analise rigorosamente se a política a ser analisada é passível de delineamento através de estudo de caso, além disso, é necessário que se busque fontes bibliográficas e que estude o tema que será analisado. Posteriormente, é crucial definir a unidade-caso que será objeto da análise. No contexto das políticas, a abordagem pode ser intrínseca, onde o caso em si é o foco central.

A determinação do número de casos a serem analisados depende do que se está buscando e de como se está buscando, não há na literatura a especificação de um número ideal de casos. No entanto, Gammelgaard (2017) aponta que os casos devem ser escolhidos pelas informações relevantes que serão esperadas e não pela sua possibilidade de generalização, ou seja, não se trata do número de casos, mas da quantidade de informação capturada por eles.

Quanto à elaboração do protocolo, trata-se de uma etapa muito importante para garantir o rigor metodológico, sobretudo quando se estuda múltiplos casos, distintas fontes e técnicas de coleta de dados. Yin (2015) propõe um protocolo que compreende a visão geral do projeto, os procedimentos de campo, as considerações durante a coleta de dados e um guia para a elaboração do relatório.

Na fase de coleta de dados, Merriam (1988), Stake (1994) e Yin (2015) enfatizam a complexidade e abrangência da metodologia de estudo de caso, que se baseia em pessoas, documentos e dados. Para a aplicação em políticas de segurança é possível utilizar entrevista com moradores, análise de documentos, estatísticas disponibilizadas pelas instituições oficiais, formação de grupos com agentes que aplicam a lei, com familiares de vítimas, pessoas que foram atendidas pela política ou que não foram atendidas. As possibilidades são diversas e devem ser pensadas e exploradas de acordo com a disponibilidade de tempo e de acesso ao local e às pessoas.

A análise de dados deve ser adaptada às técnicas de coletas empregadas: se foram utilizadas entrevistas, pode-se empregar a análise de conteúdo; se for uma pesquisa através de redes sociais, pode usar análise do discurso, entre outras. Cabe mencionar que é importante nessa etapa preservar totalmente a unidade social.

Por fim, a elaboração do relatório, que pode assumir a forma narrativa ou de artigo, sendo importante que contenha todas as etapas do estudo, o que inclui a descrição do cenário, dos sujeitos envolvidos e, especialmente, dos métodos e das técnicas empregadas, proporcionando uma visão completa e informada do processo de investigação.

Seguindo uma perspectiva yiniana, há ênfase considerável na etapa inicial do processo, quando se elabora o projeto de pesquisa. Para o autor, é necessário que se prepare um projeto robusto e rigoroso, rico em detalhes e pouco flexível. Espera-se que a preparação do projeto seja criteriosa, para que as alterações após o início da coleta de dados sejam minimizadas. Já do ponto de vista stakiano, o projeto deve ser flexível e permitir ao pesquisador mudanças profundas ao longo da pesquisa. Para esse autor, o único desenho inicial com o qual o pesquisador deve se preocupar é o problema de pesquisa que conduzirá a investigação. A abordagem de Merriam utiliza um pouco de cada um dos dois autores: inicialmente,

o projeto deve partir de uma revisão de literatura, construindo um quadro teórico que direcionará a pesquisa, e quanto à rigidez do projeto, é mais flexível que Yin, mas não tanto quanto Stake (Yazan, 2015).

Também a coleta de dados guarda singularidades, a depender da inspiração metodológica que se pretende seguir. Enquanto Yin sugere a utilização de múltiplas fontes de dados e um planejamento criterioso prévio à coleta, Stake defende a não necessidade de rigor na coleta, uma vez que o processo pode levar a alterações nas questões que se buscam responder. Cabe destacar que, enquanto Yin apoia a combinação de diversas fontes de dados, incluindo dados quantitativos, Merriam e Stake sugerem a utilização exclusiva de dados qualitativos (Yazan, 2015).

Acerca da confiabilidade do estudo, Gibbert, Ruigrok e Wicki (2008) afirmam que se trata da ausência ou minimização do erro aleatório, o que permite a outros pesquisadores chegarem a um resultado igual ou muito próximo, quando refazem todos os passos descritos. Para os autores, é importante que se tenha máxima transparência, expressa por meio de exposição dos procedimentos da pesquisa e de toda a documentação, organizando as notas do estudo de caso, as narrativas, as observações e tudo o que foi utilizado, para que seja possível a replicação do estudo por outro pesquisador. Os autores sugerem ainda que os estudos de caso publicados nos periódicos melhores classificados são mais propensos a fornecerem relatórios acerca da validade interna e da validade do constructo, ou seja, o rigor geral do estudo é fundamental para que o trabalho seja bem aceito.

Assim, considerando a construção do conhecimento dos profissionais economistas, que possuem tradição quantitativa e positivista, a influência teórica que mais se aproxima dos estudos já realizados é a baseada em Yin, embora seja possível se inspirar nos demais autores no que tange à flexibilidade quando o estudo assim solicitar.

USOS DO MÉTODO ESTUDO DE CASO APLICADO ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA

O objetivo deste tópico é trazer trabalhos que tenham utilizado a metodologia de estudo de caso para analisar alguma política de segurança pública, não necessariamente a fase de avaliação do ciclo de políticas públicas.

O Estudo de Caso foi utilizado por Teixeira (2018) para analisar como a criação da Polícia Científica ajudou, enquanto instrumento de política de segurança pública, no combate à violência no estado do Paraná, desde sua desvinculação da Polícia Civil até sua efetiva implementação. O autor utilizou fontes documentais, dados públicos e entrevistas com profissionais atuantes na área. Os resultados são muito abrangentes: ele conseguiu verificar de forma micro como a falta de investimento estava afetando o setor, ao observar que cadáveres no Instituto Médico Legal estavam sendo preservados de forma incorreta, porque não tinham um sistema de refrigeração que atendesse à demanda do Instituto. Esse é apenas um exemplo de informações que são possíveis de serem coletadas apenas com uma verificação *in loco* da implementação da política.

Os resultados do estudo de Teixeira (2018) apontam que, se devidamente administrada e emparelhada, a Polícia Científica do estado do Paraná tem potencial para ser um importante instrumento de combate ao crime e aplicação da justiça. É possível observar nesse estudo, forte influência yiniana, quando o autor se vale de distintas fontes de dados para a execução da pesquisa e quando apresenta dados quantitativos acerca da violência no estado. Considerando as vantagens do método em relação a uma abordagem metodológica, destacam-se: detalhes específicos dos problemas causados pela falta de recursos que o autor pôde captar,

o que ele pôde verificar quanto ao desempenho da política em conjunto com outras, ou seja, externalidades positivas provocadas, e o que pôde identificar sobre o efeito nas pessoas (Teixeira, 2018).

Souza e Cortez (2014) estudaram o funcionamento de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no município de Vitória, no Espírito Santo, com vistas a verificar se a política estava atendendo aos objetivos propostos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com os funcionários e por observações. Os resultados sugerem precariedade nas instalações, carência de funcionários e falta de apoio de outros setores.

Ao avaliar os resultados do Plano de Segurança Cidadã em um distrito de Lima, Peru, Bardales Cárdenas (2020) utilizou entrevistas com um especialista, uma vítima, um agente de segurança e um representante dos Comitês de Segurança Cidadã, e analisou as atas de reuniões e outros documentos disponíveis. Os resultados encontrados sugerem que, para aquele distrito, os objetivos do Plano não estavam sendo alcançados, uma vez que foram relatadas: falta de compromisso e responsabilidade dos Comitês; falta de segurança no local; roubos e assaltos; poucos policiais e alta rotatividade; falta de resposta das denúncias; e imigração descontrolada. Esse estudo reforça os resultados encontrados no trabalho de Vizcarra, Bonilla e Prado (2020), que fizeram um levantamento das políticas de segurança pública no Peru ao longo dos anos e encontraram que as políticas acabam por não se adaptarem às realidades locais do fenômeno; e salientam que uma das dificuldades encontradas para a avaliação das políticas empregadas é a escassez e a fragilidade dos dados sobre criminalidade.

Outro exemplo de um estudo de caso aplicado à realidade latino-americana trata-se do comandado por Ungar (2016), que analisou as políticas de segurança aplicadas em Honduras e os motivos pelos quais elas fracassaram. Para o autor, a corrupção e o envolvimento da criminalidade nas redes de provedores de segurança: poder executivo, sistema de justiça criminal e setor de entidades armadas não estatais, são o principal motivo pelos quais as políticas não funcionam. Os mecanismos para burlar a política proposta são muito triviais para as gangues e os membros do narcotráfico, no entanto, após apoio dos Estados Unidos e mudanças nas relações dentro das redes, finalmente as taxas começaram a decrescer.

Para além da América Latina, um exemplo de aplicação de estudo de caso em política de segurança foi realizado na Austrália. Durante 18 meses, o autor observou uma pequena área geográfica, com o intuito de verificar as políticas que estavam operando para a prevenção da criminalidade. Após entrevistar moradores locais, consultar documentos disponíveis e passar um tempo se familiarizando com as características da área, percebeu que havia uma ausência geral de avaliações das políticas e uma compreensão muito limitada do impacto coletivo dos programas de prevenção à criminalidade (Clancey, 2015).

Os trabalhos apresentados são bons exemplos de como o Estudo de Caso consegue captar fenômenos específicos que um trabalho puramente quantitativo não permite, porque possibilita distinguir, entre outras coisas, os motivos pelos quais uma política implementada em um país foi efetiva em um distrito e não em outro.

Um traço comum entre os estudos mencionados é que eles afirmam que estão realizando um estudo de caso, mas não há no texto indicações metodológicas que sugerem que se trata de um estudo de caso. Sendo assim, algumas características do Estudo de Caso, como a transferibilidade e a conformabilidade, ficam comprometidas, porque não há descrição da estrutura metodológica que permita a replicação do estudo de caso e nem a aplicação daquele caso em outra política.

POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um roteiro sobre como realizar o Estudo de Caso, desde os caminhos filosóficos que serão traçados até a construção do relato do caso, deve ser explícito na metodologia, para garantir ao pesquisador confiabilidade e credibilidade em sua avaliação de política. É preciso, ainda, que sejam indicados autores que são referências no método e que suportem teoricamente as escolhas metodológicas que foram realizadas.

Mediante o que foi discutido neste trabalho, é possível sugerir a utilização dessas recomendações acerca de como aplicar o método de Estudo de Caso para avaliar políticas públicas de segurança e combate à criminalidade, sobretudo na América Latina, onde os dados são escassos, pouco confiáveis e há expressiva subnotificação de crimes, que se deve a inúmeros motivos, desde o medo de retaliação à falta de confiança na polícia, até possíveis constrangimentos, devido ao estigma ou por considerar o delito não importante o bastante para se denunciar.

Por se tratar de uma região com índice de criminalidade elevado, em que se há perdas humanas consideráveis, são necessários desenhos de política que sejam, de fato, eficazes no combate à violência, uma vez que a violência traz impactos econômicos e sociais, tais como o medo de frequentar certas regiões, a insegurança de sair em determinados horários, além de prejudicar o turismo, o comércio e desvalorizar imóveis, entre outros transtornos.

Assim, uma metodologia que consiga esmiuçar os motivos pelos quais uma política está ou não sendo efetiva em um contexto específico tem muito a agregar na pesquisa em política pública, porque permite a observação de nuances que não seriam possíveis através de uma análise quantitativa, logo, pode ser utilizada sozinha para a avaliação ou como um complemento a uma análise quantitativa. No entanto, em situações em que não é possível a análise quantitativa, essa metodologia surge como uma alternativa viável, confiável e de ampla utilização.

Importa ressaltar que a limitação deste estudo é a não possibilidade de generalizações através do estudo de um caso específico ou de múltiplos casos em um contexto definido. No entanto, a construção do conhecimento não precisa ser, necessariamente, vertical; a construção horizontal do conhecimento também é muito válida e proveitosa, sobretudo em um contexto social onde pesquisadores, tomadores de decisão e avaliadores de políticas têm acesso a pesquisas publicadas de forma facilitada. Logo, embora seja uma limitação, não é um impeditivo, a avaliação continua sendo relevante, se respeitado o rigor metodológico previsto na literatura e as inferências poderão ocorrer pelo acúmulo de conhecimento. Além disso, observando o protocolo de elaboração, o estudo de caso permite transferibilidade, o que permite aos tomadores de decisão aplicarem os resultados da avaliação de uma política a um outro caso.

O objetivo do trabalho foi trazer uma sugestão aos pesquisadores avaliadores de políticas públicas de segurança pública e combate à criminalidade, uma alternativa para o trabalho de avaliação de políticas e programas quando há ausência de dados estatísticos, falta de periodicidade ou quando os dados são tão frágeis que podem inviabilizar a pesquisa, que é o caso dos dados de violência e criminalidade latino-americanos, bem como uma recomendação de conduzir essa avaliação. Assim, considerando o quão urgentes são as medidas de combate à criminalidade, é preciso encontrar formas alternativas de avaliar as políticas vigentes para que sejam redesenhadas, com a finalidade de alcançarem os resultados esperados, uma vez que a existência de dados confiáveis, robustos, acessíveis e periódicos sobre a criminalidade ainda estão distantes da realidade latino-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Alberto; CATTANEO, Matias. Econometric methods for program evaluation. **Annual Review of Economics**, v. 10, p. 465-503, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080217-053402>.

ANDERSON, James; MOYER, Jeffrey; CHICHIRAU, George. **Public Policymaking: an introduction**. Cengage Learning, 2022.

BARDALES CÁRDENAS, Miguel. **La seguridad ciudadana en un municipio limeño**: análisis de los resultados del Plan Local, periodo 2017-2018. Tese (Doutorado em Gestão Pública e Governabilidade) – Escuela de Posgrado, Universidad César, Vallejo, Lima, 2020.

BARTLETT, Lesley; VAVRUS, Frances. **Rethinking case study research: a comparative approach**. Routledge, 2016.

BLAKE, Garfield. Using changes in US immigration laws to estimate the effect of deportations on crime in Latin America and the Caribbean. **Social Science Quarterly**, v. 98, n. 5, p. 1554-1570, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12385>.

BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. Qualidade dos dados de homicídio na América Latina. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 639-658, 2021. DOI: [10.5433/2176-6665.2021v26n3p639](https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n3p639).

CANO, Ignacio; ROJIDO, Emiliano; SENTO-SÉ, João Trajano. **Mapeo de programas de prevención de homicidios en América Latina y el Caribe**: informe final. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

CARBONARI, Flávia; WOLF, Gregor; HOFFMAN, Joan Serra; CAPRIROLO, Dino. Uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 58-70, 2016. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2016.v10.n2.694>.

CHARALAMBOUS, Andreas; PAPADOPOULOS, Rena; BEADSMOORE, Ricoeur's hermeneutic phenomenology: an implication for nursing research. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 22, n. 4, p. 637-642, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2007.00566.x>.

CHINCHILLA, Laura; VORNDRAN, Doreen. **Seguridad ciudadana en América Latina y el Caribe**: desafíos e innovación en gestión y políticas públicas en los últimos 10 años. Documento para Discusión IDB-DP-640. BID – Banco Interamericano de Desarrollo, 2018.

CLANCEY, Garner. Some findings from an Australian local crime prevention case study. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 17, p. 71-87, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1057/cpcs.2015.1>.

COHEN, Michael; MARCH, James; OLSEN, Johan. Agarbage can model of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972. DOI: <https://doi.org/10.2307/2392088>.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 41-62, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200003>.

CRUMPTON, Charles David; MEDEIROS, Janann Joslin; FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; SOUSA, Marcos de Moraes; NAJBERG, Estela. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 981-1001, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612156363>.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1997.

DANIELS, Joe Parkin. World's most violent cities: Medellín crime surge helps Latin America top list. **The Guardian**, Global Development, Bogotá, 26 maio 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2022/may/26/worlds-most-violent-cities-medellin-surge-helps-latin-america-top-list>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FREITAS, Wesley Ricardo de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **Truth and Method**. A&C Black, 2013.

GAMMELGAARD, Britta. Editorial: the qualitative case study. **The International Journal of Logistics Management**, v. 28, n. 4, p. 910-913, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJLM-09-2017-0231>.

GIBBERT, Michael; RUIGROK, Winfried; WICKI, Barbara. What passes as a rigorous case study?. **Strategic Management Journal**, v. 29, n. 13, p. 1465-1474, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/smj.722>.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

KOSKINEN, Camilla Ann-Louise; LINDSTRÖM, Unni Åkesdotter. Hermeneutic reading of classic texts. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 27, n. 3, p. 757-764, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2012.01080.x>.

MERRIAM, Sharan. **Case study research in education**: a qualitative approach. Jossey-Bass, 1988.

MESQUITA NETO, Paulo. Fazendo e medindo progresso em segurança pública. **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 14-15, p. 184-195, 2006.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019.

MITCHELL, William. The polity and society: a structural-functional analysis. **Midwest Journal of Political Science**, v. 2, n. 4, p. 403-420, 1958. DOI: <https://doi.org/10.2307/2108723>.

OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 324-337, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395169657>.

Avaliação de políticas públicas de segurança pública na América Latina: estudo de caso como recurso metodológico

Miriã Ramalho Barbosa, Magnus Luiz Emmendoerfer e Evandro Camargos Teixeira

PARKES, Joseph; BLANCO, Jimena. Latin America hosts over 60% of world's most crime-stricken cities – Global ranking. **Verisk Maplecroft**, Insights, Analysis, 25 maio 2022. Disponível em: <https://www.maplecroft.com/insights/analysis/latin-america-hosts-over-60-of-worlds-most-crime-stricken-cities--global-ranking/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.

RASHID, Yasir, RASHID, Ammar; WARRAICH, Muhammad Akib; SABIR, Sana Sameen; WASEEM, Ansar . Case study method: a step-by-step guide for business researchers. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1609406919862424>.

RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the human sciences: essays on language, action and interpretation**. Cambridge University Press, 1981.

SCHOCH, Kurt. Case study research. In: BURKHOLDER, Gary; COX, Kimberley; CRAWFORD, Linda; HITCHCOCK, John. **Research design and methods: an applied guide for the scholar-practitioner**. Sage Publications, p. 245-258, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Vinício Oliveira da et al. O Programa Mais Médicos: controvérsias na mídia. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 489-502, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811712>.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300006>.

SOARES, Rodrigo. Development, crime and punishment: accounting for the international differences in crime rates. **Journal of Development Economics**, v. 73, n. 1, p. 155-184, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2002.12.001>.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 20-45, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 621-639, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121141>.

STAKE, Robert. Case study: Composition and performance. **Bulletin of the Council for Research in Music Education**, n. 122, p. 31-44, 1994.

TEIXEIRA, Marcos Aurélio Nascimento et al. **Políticas públicas para segurança pública do Paraná: estudo de caso da polícia científica**. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>.

UNGAR, Mark. Networks of criminality: the state and crime policy in contemporary democracy. **Desafios**, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 297-329, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.12804/desafios28.2.2016.08>.

VIZCARRA, Sofia; BONILLA, Diana; PRADO, Bertha. Respuestas del Estado peruano frente al crimen organizado en el siglo XXI. **CS [online]**, n. 31, p. 109-138, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i31.3710>.

WARNKE, Georgia. Hermeneutics. In: **Oxford Research Encyclopedias of Literature**. 22 nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190201098.013.114>.

YAZAN, Bedrettin. Three approaches to case study methods in education: Yin, Merriam, and Stake. **The qualitative report**, v. 20, n. 2, p. 134-152, 2015. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2015.2102>.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert; DAVIS, Darnella. Adding new dimensions to case study evaluations: The case of evaluating comprehensive reforms. **New Directions for Evaluation**, v. 2007, n. 113, p. 75-93, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.216>.

ZUCKER, Donna. How to do case study research. In: GARNER, Mark; WAGNER, Claire; KAWULICH, Barbara. **Teaching research methods in the social sciences**. Routledge, 2016, p. 191-202.

ARTIGO

NORBERT ELIAS E AS FIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO FENÔMENO DAS DROGAS: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS *ETHOS* PROIBICIONISTA E ANTIPROIBICIONISTA ENTRE PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE GOIÂNIA

GUILHERME BORGES DA SILVA

Cientista Social (UFG), com Mestrado (UFG) e Doutorado (UFG) em Sociologia e Pós-Doutor em Direitos Humanos (UFG). Atualmente estou vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI/UFG) e ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP).

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

Email: guidhu@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5992-3251>

RICARDO BARBOSA DE LIMA

Professor de Sociologia (Ênfase em Métodos) da FCS/UFG e do PPG Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH/NDH/UFG). Áreas de Interesse: 1) Educação em Direitos Humanos, Violência e Interdisciplinaridade; e 2) Técnicas e Métodos de Pesquisa.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

Email: ricardo.ufg@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0819-620X>

Contribuições dos autores: Guilherme Silva é o autor principal, artigo resultado da tese de doutorado. Ricardo Lima é o coautor e orientador, contribuiu com a concepção e o delineamento e com a análise e a interpretação dos dados.

RESUMO

Este estudo explora o fenômeno das drogas sob a ótica elisiana, dando ênfase à influência das pressões competitivas na formação de identidades coletivas (*ethos*) associadas às substâncias psicoativas na sociedade atual. Essas identidades, por sua vez, moldam as práticas e os comportamentos dos indivíduos, conceituados como *habitus*. A partir da análise de entrevistas com profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia/GO, emergem dois *ethos* predominantes: o *proibicionista* e o *antiproibicionista*. As nuances em seus discursos revelam predisposições sociais que influenciam diretamente suas funções, configurando seus *habitus profissionais*. Conclui-se que a interação entre esses *ethos* e sua influência no *habitus* tem um impacto significativo na interpretação do fenômeno das drogas e na aplicação da lei no contexto do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Norbert Elias. Drogas. Proibicionismo. Antiproibicionismo. Justiça criminal.

ABSTRACT

NORBERT ELIAS AND CONTEMPORARY FIGURATIONS OF THE DRUG PHENOMENON: A STUDY ON THE COMPOSITION OF THE PROHIBITIONIST AND ANTI-PROHIBITIONIST ETHOS AMONG PROFESSIONALS OF THE CRIMINAL JUSTICE SYSTEM IN GOIÂNIA

In this study, we explore the drug phenomenon from an Eliasian perspective, emphasizing the influence of competitive pressures on the formation of collective identities (ethos) associated with psychoactive substances in today's society. These identities, in turn, shape the practices and behaviors of individuals, conceptualized as habitus. From the analysis of interviews with professionals from the criminal justice system in Goiânia/GO, two predominant ethos emerge: the prohibitionist and the anti-prohibitionist. The nuances in their discourses reveal social predispositions that directly influence their roles, shaping their professional habitus. It is concluded that the interaction between these ethos and their influence on habitus has a significant impact on the interpretation of the drug phenomenon and the application of the law within the context of the criminal justice system.

Keywords: Norbert Elias. Drugs. Prohibitionism. Antiprohibitionism. Criminal justice.

Data de Recebimento: 09/03/2023 – **Data de Aprovação:** 20/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1887

INTRODUÇÃO

As diferentes sociedades que se constituíram ao longo do planeta têm como característica em comum o fato de que os indivíduos que as compõem buscam, desde sempre, explorar a abundância de elementos presentes na natureza e as potencialidades das substâncias, naturais ou não, que têm o poder de produzir estados alterados de consciência. Em razão do uso desse tipo de substância estar associado a uma diversidade de interferências na vida coletiva e no funcionamento natural do corpo, desenvolveu-se, ao longo do tempo, uma multiplicidade de teias de significados, funções e controles sobre cada uma delas, nas mais distintas formações sociais.

Cada figuração humana elege suas substâncias que têm o poder de produzir estados alterados de consciência. Além disso, em cada época do desenvolvimento social dessas mesmas figurações, as relações que os indivíduos estabelecem com essas substâncias passam por transformações sociais e simbólicas. Também é possível compreender que essas substâncias, por estarem entranhadas nas malhas da interação humana, desdobram-se socialmente a partir da composição de uma cultura específica de uso, a qual será diversa entre diferentes figurações e em distintas épocas, mesmo que a substância seja a mesma e as formas de utilização similares. Na vida contemporânea, por exemplo, em virtude do crescimento da diferenciação social e dos processos de individuação, a cultura que permeia o consumo de determinada substância pode oscilar, inclusive, entre indivíduos que se encontram inseridos na mesma sociedade, em decorrência das diferenças socioeconômicas e socioculturais presentes naquela realidade social.

A abordagem sociológica adotada neste estudo enfatiza a importância de compreender os fenômenos por meio das interações humanas e de seus processos. Isso significa que é preciso olhar para os fenômenos considerando suas dinâmicas espaciais e temporais, entendendo que as estruturas – sociais e psíquicas – não são estáticas nem inacabadas, mas estão em constante relação e transformação. Apoiando-se na teoria social desenvolvida por Norbert Elias (1994a, 1994b, 2002), compreende-se que essas substâncias, às quais

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

se convencionaram chamar de drogas, não podem ser entendidas isoladamente das relações humanas, pois as teias de significados, funções e controles que foram criadas em torno de cada uma delas – tanto de forma individual quanto coletiva – não foram constituídas a priori. Essas teias se desenvolvem e se modificam de forma processual à medida que são agenciadas pelos indivíduos pertencentes a uma figuração social específica.

Compreende-se, portanto, que todos os construtos sociais elaborados, tanto diretamente quanto indiretamente, em torno dessas substâncias, são extremamente complexos e nada evidentes, uma vez que emergem de tensões e conflitos inerentes aos jogos relacionais de poder que se tecem numa determinada sociedade. É por meio desses processos competitivos que os símbolos e as cargas simbólicas são construídos em torno dessas substâncias, cada qual com suas particularidades, e, gradualmente, por meio da aprendizagem social (Elias, 1994a), cristalizam-se no imaginário coletivo, adquirindo status de verdade (Foucault, 1984; 2009).

Quando Norbert Elias concebeu sua teoria sociológica figuracional, salientou que a existência da sociedade e do indivíduo estão intrinsecamente entrelaçadas. Ele postulou que o ser humano, inicialmente, vem à existência e, somente por meio de relações de interdependência, sua identidade, tanto social quanto individual, começa a se moldar. Assim, os indivíduos são formados pelo contexto espacial e temporal em que se encontram, bem como pelas experiências relacionais acumuladas ao longo de suas trajetórias. Através dessas complexas interações, o indivíduo forja uma identidade *eu*, vinculada à sua diferenciação em relação aos outros, e uma identidade *nós*, associada ao que é compartilhado com a coletividade. O equilíbrio dessas identidades, *nós-eu*, fundamenta aquilo que o sociólogo alemão chamou de *estrutura social da personalidade* dos indivíduos (Elias, 1994a).

Os conceitos de *habitus* e *ethos* elucidam essa perspectiva. O *habitus* expressa a autoimagem e a composição social dos indivíduos, traduzindo o social que foi internalizado e incorporado por pessoas em uma certa figuração. Já o *ethos* pode ser interpretado como o padrão moral que guia um indivíduo alinhado aos valores de um grupo ou sociedade. Ambos, frequentemente, emergem de forma irreflexiva. Portanto, esse par conceitual alude ao fato de que os indivíduos são receptáculos (*habitus*) e atores de uma identidade coletiva (*ethos*). Um versa sobre o corpo, o outro sobre a alma. O *habitus* modela o *ethos* e o *ethos* amálgama o *habitus*, e ambos estão intrinsecamente ligados à maneira de ser dos indivíduos, tanto individual quanto coletivamente, na esfera social. Ambos os conceitos estão vinculados à estrutura social, às malhas de interdependência e aos níveis de integração e diferenciação entre os indivíduos de uma determinada figuração.

Ao reconhecer que os indivíduos são moldados e influenciados por suas interações e vivências, torna-se evidente a influência direta desses componentes na constituição de suas identidades, percepções e comportamentos. Além disso, no processo formativo dos indivíduos, não se pode ignorar os múltiplos fenômenos e objetos simbólicos presentes em suas realidades sociais e os significados associados a eles.

Atualmente, devido a transformações nas estruturas sociais e psicológicas – tais como a globalização, o incremento da informalidade nas práticas comportamentais e o alargamento da emancipação das emoções – o *habitus* tem se manifestado de forma cada vez mais idiossincrática, levando a uma crescente diferenciação social. No entanto, isso não sugere um isolamento dos indivíduos de suas redes de interdependência. Ao contrário, ampliaram-se as conexões humanas, tornando-se mais multifacetadas. Consequentemente, no que diz respeito ao fenômeno das drogas, as identidades, percepções e comportamentos dos indivíduos em relação a essas substâncias têm se mostrado progressivamente heterogêneas e diversificadas.

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

O fenômeno das drogas, particularmente no que concerne ao controle de substâncias dessa natureza, vem apresentando uma crescente polarização relacional entre duas correntes paradigmáticas: a *proibicionista* e a *antiproibicionista*. Estas perspectivas, de forma paradoxal, são esboçadas tanto por suas contraposições como pela intrincada ligação que as une, profundamente permeada por nuances de poder e interdependência (Elias; Scotson, 2000).

Assim, as percepções individuais, quer se alinhem a favor ou contra o proibicionismo, não surgem de forma autônoma. Essas inclinações pessoais, ou *habitus*, na terminologia de Elias, são esculpidas por figurações sociais mais amplas. Desse modo, apoiar ou se opor à proibição de substâncias psicoativas vai além da mera escolha individual, refletindo tradições, normas e processos históricos da sociedade à qual o indivíduo pertence.

Todavia, é crucial destacar que as percepções individuais não são uniformes nem estáticas. Mesmo dentro dessas correntes, as percepções demonstram variabilidade, sujeitas a mutações ao longo do tempo. No espectro que vai do proibicionismo ao antiproibicionismo, cada indivíduo detém uma vastidão de perspectivas e sentimentos, moldados e refinados por suas experiências e pela incessante reflexão sobre o fenômeno em análise, bem como sobre seus contextos sociais circundantes. Tal dinâmica salienta a complexidade e a polifacetada natureza das percepções e posturas sobre o fenômeno das drogas, sublinhando a imperatividade de uma análise mais abrangente e flexível.

E é esse ponto de partida que permitirá pensar as disputas atuais que envolvem o fenômeno das drogas do ponto de vista da composição social dos valores que as amalgamam e, mais ainda, deslindando os *habitus* e os *ethos* que as sustentam. Partindo dessa perspectiva sociológica, o presente estudo, em seu contexto empírico, objetiva identificar, através de entrevistas em profundidade, as construções simbólicas dos operadores do sistema de justiça criminal de Goiânia/GO acerca do fenômeno das drogas¹. Ainda que esses sujeitos estejam integrados à estrutura estatal, desempenhando variados papéis e executando distintas funções, é imperativo reconhecer que são influenciados também por suas relações e vivências pessoais. Considerando que o Estado brasileiro assume uma postura proibicionista quanto a certas substâncias psicoativas, busca-se compreender como os indivíduos envolvidos no processo de criminalização de condutas ligadas a tais substâncias percebem e se posicionam diante de questões vinculadas a esse fenômeno. Assim, pretende-se destacar as tensões e as dinâmicas competitivas entre esses profissionais, evidenciando suas convergências e divergências sociais.

O artigo que se apresenta estrutura-se em quatro seções. Inicialmente, à luz da teoria do processo civilizador e em diálogo com os escritos foucaultianos, delinea-se sobre o arcabouço social que moldou o cenário contemporâneo do proibicionismo das drogas, elucidando os fundamentos filosóficos, políticos e morais que o embasam. A segunda seção, por sua vez, tem por objetivo desvendar o contraponto na dinâmica de poder, trazendo à tona as tensões competitivas contemporâneas em torno dessa temática e delineando diversas formas de resistência antiproibicionista, bem como sua inserção em uma trajetória social que parece rumar à normalização do fenômeno das drogas. No terceiro segmento, mediante entrevistas realizadas com profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia, abordam-se suas concepções a respeito do fenômeno das drogas e suas perspectivas sobre a política proibicionista consagrada na legislação brasileira. Finalizando a exposição, a quarta e última seção consolida um panorama dos principais achados da pesquisa, interpretados sob o prisma da teoria elisiana.

¹ As entrevistas utilizadas neste artigo foram obtidas através da pesquisa "Drogas, homicídios e outros crimes: interfaces entre as políticas de Segurança Pública e as Políticas sobre Drogas no Estado de Goiás", realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRVI), vinculado à Universidade Federal de Goiás (Borges, 2019).

A CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO PROIBICIONISMO DAS DROGAS

As figurações sociais do saber concederam às ciências médicas uma posição privilegiada e dominante na criação simbólica e na produção de conhecimento nas sociedades contemporâneas. Esse fenômeno gerou uma orientação social com uma inclinação notoriamente biologizante em relação ao fenômeno das drogas. A penetrância desse saber nas interações estatais, marcadas por disputas e tensões em busca do monopólio do poder (Elias, 1994b), resultou em novas artes de governar, fundamentadas nos princípios biológicos e no anseio pelo prolongamento da vida (Foucault, 1984; 2008). Consequentemente, essa dinâmica culminou na formação, em várias nações, incluindo o Brasil, de uma *governamentalidade médico-criminal das drogas*.

O fenômeno das drogas, especialmente a partir do século XIX, instigou o interesse político devido à dualidade representada pelas substâncias: a possibilidade de proteção e prolongamento da vida através da medicalização e, simultaneamente, uma ameaça à vida e à ordem pública. Como reflexo da constituição de um *Estado terapêutico*, assim como nomeou Thomas Szasz (1993), desenvolveram-se dispositivos e estratégias de poder que passaram a definir quais substâncias seriam classificadas como perniciosas ou não. A influência ascendente do saber médico na vida social, combinada com sua integração com as forças administrativas estatais, estabeleceu as condições de possibilidade para que aquelas substâncias classificadas como perigosas fossem proibidas, abrindo, com isso, um caminho para a criminalização dos comportamentos a elas relacionados (MacRae, 2001; Carneiro, 2002; Vargas, 2008).

Os eventos em questão não são apenas manifestações isoladas, mas refletem intrincadas interações de poder inerentes a uma sociedade. O proibicionismo e a subsequente criminalização emergiram de dinâmicas sociais acusatórias, bem como de iniciativas com base moral (Becker, 2008). Em prol da saúde e da manutenção da ordem, diversas nações, respeitando suas singularidades culturais e sociais, deram início a cruzadas orientadas por segmentos sociais específicos, constituídos pelas elites. Esses segmentos, por meio de campanhas e iniciativas públicas, almejavam implementar medidas restritivas relativas a certas substâncias. Fundamentadas nas ciências médicas, tais cruzadas frequentemente ocultavam os objetivos dos estratos sociais dominantes, entre os quais se destacam os movimentos puritanos e higienistas, o emergente empresariado farmacêutico e a esfera corporativa médica e hospitalar. Esses grupos percebiam nesse embate a oportunidade de disseminar seus valores – e produtos – à sociedade (Usó, 2006; Rodrigues, 2017).

O poder estatal, sob a justificativa de proteger a saúde pública e a ordem social e prevenir a difusão de uma população de “viciados” e “degenerados”, introduziu em diferentes países, com suas respectivas estruturas, tecnologias para vigiar, controlar e regular os hábitos cotidianos da população (Carneiro, 2002). No Brasil, por exemplo, os movimentos religiosos não tiveram uma influência tão significativa na formulação inicial da legislação e das políticas antidrogas como nos Estados Unidos. No entanto, em ambos os países, prevaleceu uma tendência comum de perseguição pelas elites contra o uso de substâncias associadas a grupos étnico-culturais marginalizados ou consumidas pelas classes mais desfavorecidas, como é o caso da maconha no Brasil (Torcato, 2016).

Como consequência da força política e simbólica desses grupos, tanto em nível global quanto nacional, no início do século XX surgiram tratados internacionais, legislações específicas, controle policial e

penalização das práticas sociais vinculadas àquelas substâncias não autorizadas pelas instituições médicas e/ou estatais. Afinal, era preciso enfrentar esse emergente “problema social”² (Carneiro, 2002).

No contexto brasileiro, as ciências médicas exerceram uma forte influência sobre a constituição do proibicionismo. Assim, o tema ganhou destaque na política nacional sob um viés higienista, centrado na saúde pública. Apenas após a ratificação de tratados internacionais, substâncias ilícitas passaram a ser vistas também como uma ameaça à segurança nacional, ligadas à criminalidade e à desordem social. Após o golpe militar de 1964, consolidou-se um modelo médico-criminal com táticas bélicas, dirigindo-se, sobremaneira, para as regiões urbanas mais carentes e aos corpos que ali vivem e/ou transitam. Ao invés de apenas proibir, o Estado optou por criminalizar e estabelecer políticas repressivas contra práticas sociais relacionadas a tais substâncias, importando – e remodelando – para o país uma política de “Guerra às drogas” (Boiteux, 2014; Fiore, 2005; Rodrigues, 2017).

O proibicionismo opera na produção simbólica da coletividade mediante a generalização dos piores cenários, que são retratados por discursos midiáticos e políticos como se fossem a norma. Em essência, é um processo no qual a minoria de casos problemáticos é destacada e, assim, são criadas as condições necessárias para justificar e reproduzir os discursos proibitivos. É esse processo que promove a estigmatização de todos os indivíduos que fazem uso de quaisquer substâncias ilícitas, ainda que esse uso não seja e jamais venha a ser problemático.

Os resultados do relatório do III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, que teve sua divulgação proibida pela gestão Bolsonaro, puseram em suspeição o discurso de que existe no país uma epidemia de dependência química de drogas, especialmente em relação ao crack. Os dados revelam, na verdade, que a parcela de pessoas usuárias que desenvolve uma relação problemática dessa natureza com substâncias psicoativas é ínfima diante do quadro geral de consumidores (Bastos, 2017). Todavia, dessa dinâmica sensacionalista emergem subjetividades e sentimentos carregados de generalizações, seja pelo temor instigado em relação às substâncias e seus usuários, seja pelo anseio e convicção de que o proibicionismo se apresente como a única solução viável. Tal perspectiva conduz os apoiadores das iniciativas proibitivas a interpretarem a postura social frente ao fenômeno das drogas sob um prisma simplista e estritamente utilitarista, desconsiderando valores cruciais como direito, igualdade e liberdade.

O OUTRO LADO NA BALANÇA DO PODER: AS RESISTÊNCIAS ANTIPROIBICIONISTAS

A proibição de determinadas drogas originou não apenas uma governamentalidade médico-criminal, mas também provocou desequilíbrios e tensões nas dinâmicas de poder associadas a esse fenômeno. Esses desequilíbrios evidenciam uma rede intrincada de conflitos e negociações entre diferentes atores sociais e grupos posicionados em relação às políticas proibitivas. Essas tensões revelam que o modelo não é monolítico; ele é permeado por contradições que exigem uma análise crítica.

De acordo com Norbert Elias e Scotson (2000), e em concordância com Michel Foucault (1984), poder e resistência não são conceitos antagônicos, mas sim processos que ocorrem simultaneamente e estão

² A formação das drogas como um problema social está intrinsecamente ligada à criação de determinadas imagens culturais. Comumente, a percepção de um problema como sendo social implica uma intensificação da sua importância, uma sobrecarga simbólica e, em última análise, soluções nas quais a criminalização desempenha um papel central (Igia, 1989; Lenoir, 1998).

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

intrinsecamente conectados. Foucault, especificamente, concebe as resistências como estratégias para contrapor os efeitos do poder.

Designamos essa contraparte na dinâmica do poder que envolve o fenômeno das drogas como *resistências antiproibicionistas*. Elas podem ser entendidas como o conjunto de estratégias e práticas sociais – que abarcam comportamentos, pensamentos e ações, sejam eles individuais ou coletivos – que desafiam a proibição de substâncias psicoativas e defendem modelos de controle de drogas que não se baseiam no abstencionismo.

Inicialmente, para demonstrar a esfera mais atômica dessa resistência antiproibicionista, é essencial enfatizar os usuários de substâncias ilícitas, cujo mero ato de consumo já representa uma forma de resistência à normatização imposta pelo Estado. O poder incide diretamente sobre o corpo, em esferas tanto individuais quanto coletivas. Conforme Foucault (1984) destaca, o corpo encontra-se profundamente entrelaçado ao político, sendo constantemente influenciado e configurado por dinâmicas de poder. Assim, no cenário dos consumidores de drogas proibidas, o corpo emerge como um território simultaneamente de expressão do poder e de oposição a ele. A proibição funciona como um dispositivo que delimita os contornos do consumo humano, definindo o que pode ou não ser ingerido. Dessa forma, ao consumir uma substância ilícita, mesmo sem plena consciência desse gesto, o indivíduo posiciona seu corpo e sua prática como veículos de resistência ao proibicionismo.

Nos anos 1960, a resistência antiproibicionista desenvolveu contornos mais amplos, influenciada por mudanças nas estruturas de personalidade das sociedades ocidentais e ocidentalizadas. Nesse contexto, a Convenção Única de 1961 catalisou uma mundialização das políticas proibicionistas, sob forte influência dos Estados Unidos. Em paralelo, emergiu movimentos contraculturais, como foi o caso do Tropicalismo no Brasil, que desafiava os valores estabelecidos e apresentava alternativas sociais, familiares, estéticas e identitárias em oposição ao poder hegemônico (Roszak, 1971). No seio da contracultura, substâncias psicodélicas e a maconha ganharam relevância, sendo percebidas pelos indivíduos como instrumentos para contestar e sugerir novas perspectivas de vida. Em conjunção com a liberdade sexual, essas substâncias alcançaram significativa importância política e cultural, simbolizando a ampliação da consciência humana e a afirmação da liberdade individual (Delmanto, 2018).

A era em questão foi caracterizada por uma crescente conscientização acerca de sentimentos e desejos que haviam sido historicamente reprimidos. Essa autocontenção manifesta nos indivíduos não foi um fenômeno isolado, mas sim um componente integral do extenso processo de civilização que permeou as sociedades ocidentais e ocidentalizadas. Tal processo tornou-se intrinsecamente ligado ao comportamento humano, adquirindo características que transcendiam o mero aprendizado social. Conforme delineado por Elias (1994b), esse fenômeno evoluiu para um estágio em que se solidificou como uma *segunda natureza*, evidenciando uma complexa interação entre cultura, autorregulação e identidade individual e coletiva.

Em contrapartida, Cas Wouters (2012), ao examinar manuais de etiqueta dos séculos XIX e XX, identificou que nas décadas de 1960 e 1970 houve um movimento pendular, manifestado por um surto de informalização e uma rebelião contra as restrições emocionais e comportamentais que a sociedade havia imposto. Esse “despertar” emocional, onde as pessoas começaram a reconhecer que muitas de suas autoinibições eram, de fato, imposições externas, levou a uma nova fase do desenvolvimento social. Dessa forma, em contraste com a autocontenção anterior, essa etapa de informalização e liberação emocional simbolizou uma espécie de *terceira natureza*. Tal mudança possibilitou a expressão de sentimentos e desejos mais genuínos, pautados pela busca de espontaneidade e novas maneiras de vivenciar a vida e de “se perder”.

Nessa reconfiguração da vida contemporânea e das relações humanas com as drogas, a maconha se sobressaiu entre todas aquelas substâncias proibidas pelo Estado, em virtude de sua crescente popularização e relevância social. Como parte desse processo, constituíram-se diversos movimentos de cunho antiproibicionista que passaram a advogar tanto pela liberdade de seu uso quanto pela concepção de que os efeitos da planta são moderados, e que sua proibição acarreta mais perigos do que seu consumo. Assim, formou-se uma defesa de que a ilegalidade da maconha, assim como de outras substâncias, submete os usuários a contextos ainda mais vulnerabilizados, sendo expostos a produtos sem nenhum tipo de controle e diante dos riscos ligados ao mercado ilícito de substâncias proscritas.

No Brasil, o debate acerca da legalização da maconha emergiu no final dos anos 1970, durante o período de abertura política subsequente ao regime militar. Embora tenham ocorrido discussões nas décadas de 1980 e 1990, a defesa de uma nova política de drogas ganhou proeminência nos anos 2000, com o surgimento da Marcha da Maconha (Delmanto, 2013). A partir desse momento, os argumentos favoráveis à legalização se robusteceram, sendo respaldados por pesquisas científicas que evidenciam os benefícios medicinais e terapêuticos da planta, além de seu risco reduzido quando comparado a substâncias legalizadas, como o álcool e o tabaco (Atance, Bouso, 2017).

Ativistas e especialistas que se pautam por um viés antiproibicionista apontam para a necessidade de uma reavaliação criteriosa das bases científicas que fundamentaram a proibição de certas drogas em comparação com outras. Para eles, é imprescindível enfatizar que muitos dos argumentos proibicionistas foram consolidados no início do século XX, fundamentando-se, portanto, em metodologias obsoletas e sob a influência dos interesses dos grupos dominantes da época (Iversen, 2002; Scheerer, 2003; Nutt; King; Phillips, 2010; Arana, 2012; Wenk, 2015).

No contexto brasileiro, conjuntamente aos movimentos contraculturais e a Marcha da Maconha, várias associações, grupos e organizações, ancoradas em princípios democráticos e baseadas nos direitos humanos, surgiram nas últimas décadas. A crescente rede antiproibicionista passou a criticar mais veemente o modelo proibitivo vigente, argumentando que ele se encontra em desacordo com práticas democráticas, alheio às realidades de consumo e é gerador de graves danos individuais e sociais. Entre os principais questionamentos, destacam-se: a disseminação de mercados ilícitos de drogas por todo país; o incremento no encarceramento de indivíduos associados ao uso ou à venda no varejo dessas substâncias; o fortalecimento e a expansão de facções criminosas; a prevalência de corrupção estatal; o aumento das taxas de homicídios; e uma sensação exacerbada de insegurança urbana. Adicionalmente, apontam que a proibição obstaculiza a implementação de políticas de saúde mais humanizadas, em sintonia com as realidades dos usuários (Boiteux, 2009).

O movimento antiproibicionista pleiteia a formulação de políticas e legislações embasadas em estudos científicos atualizados, que espelhem a realidade do consumo e estejam em consonância com uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos. Algumas nações já contemplam alternativas ao modelo proibitivo ou adotam uma abordagem não estritamente abstencionista, aplicando políticas de drogas focadas na redução de danos e/ou incorporando em suas legislações medidas como a despenalização, descriminalização e, até mesmo, a legalização de drogas antes proibidas (Shecaira, 2014).

A aspiração à *normalização social do consumo de drogas* almeja reconfigurar as concepções acerca das substâncias e de seus usuários, transcendendo as políticas e legislações vigentes. Tal movimento não se circunscreve exclusivamente ao domínio jurídico, abarcando também dimensões relacionadas à saúde, à educação, aos direitos e à segurança (Arana, 2012). O cerne dessa perspectiva de normalização é o

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

reconhecimento de que é necessário “aceitar a convivência com as drogas como mais um elemento da realidade sociocultural e, por isso, deve-se realizar uma reflexão serena e sensata para evitar ao máximo os danos” (Oró; Arana, 2015, p. 38).

A atual contestação ao proibicionismo evidencia uma intensificação da polarização entre as posturas proibicionista e antiproibicionista. Embora essas visões se apresentem em oposição direta, elas estabelecem uma intrincada relação de interdependência e poder (Elias; Scotson, 2000). Essa dinâmica relacional é discernível tanto na vivência individual do usuário quanto nas interações entre distintos indivíduos, movimentos e entidades sociais, espelhando as metamorfoses na compreensão desse fenômeno.

PERCEPÇÕES E POSICIONAMENTOS DOS OPERADORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Após discorrermos acerca das duas principais tendências no tratamento social das substâncias psicoativas na atualidade, este artigo direciona sua atenção às percepções dos operadores do sistema de justiça criminal de Goiânia em relação às drogas e aos seus posicionamentos acerca da política proibicionista consagrada na legislação brasileira.

O sistema de justiça criminal é composto por diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário em âmbito nacional. No entanto, sua atuação é mais proeminente no contexto estadual. Segundo Ferreira e Fontoura (2008), o sistema se divide em três principais esferas: segurança pública, justiça criminal e execução penal. Neste estudo, priorizamos as narrativas dos profissionais de Goiânia que atuam, primordialmente, nas esferas de segurança pública e justiça criminal, pois estão intrinsecamente envolvidos nos processos de criminalização.

No âmbito da segurança pública, foram entrevistados profissionais da Polícia Militar (28), encarregados do policiamento ostensivo e da manutenção da ordem pública; da Polícia Civil (15), que se dedicam às investigações criminais; e da Guarda Municipal (2), voltados à segurança coletiva em eventos públicos, instituições educacionais municipais, defesa civil, entre outras atribuições. Já no setor de justiça criminal, a pesquisa abrange Juizes de Direito (7), Promotores Públicos (6) e Defensores Públicos (3), responsáveis, respectivamente, pela condução da ação penal pública, elaboração de denúncias e oferta de assistência jurídica gratuita.

A análise do fenômeno das drogas sob a ótica desses operadores necessita de uma observação meticulosa, para reconhecer as várias facetas e nuances que eles estabelecem discursivamente em suas manifestações sobre o assunto. Nesse contexto, os eixos temáticos deste artigo, “Drogas” e “Proibicionismo”, são fundamentais, sublinhando as convergências e divergências entre esses indivíduos em relação a esses temas. Os mencionados eixos temáticos transcendem a simples discussão, atuando como instrumentos metodológicos pelos quais esses profissionais articulam suas percepções e posturas, bem como delineiam sua atuação no domínio das drogas.

Ao analisarmos as narrativas que os operadores do sistema de justiça criminal de Goiânia tecem acerca das substâncias psicoativas e das políticas proibitivas dirigidas a elas, adentramos em uma janela que nos conduz às amplas estruturas sociais e culturais que moldam suas identidades, percepções e comportamentos. Ademais, as convergências e divergências presentes em suas falas reafirmam que o fenômeno das drogas na contemporaneidade tem se configurado por meio de jogos relacionais de poder, mediante disputas simbólicas e políticas. E essa dinâmica competitiva em torno do fenômeno das drogas, pelo que tudo indica, parece permeiar todo tecido social.

SOBRE AS DROGAS

Então, a droga é muita coisa, né? Acho que não é uma coisa só (Juiz Criminal, homem, 44 anos).

Dentro do universo dos operadores do sistema de justiça criminal em Goiânia, as narrativas sobre as drogas apresentam-se multifacetadas e ricas em nuances interpretativas. Ao longo das entrevistas, tornou-se evidente a dificuldade enfrentada por muitos dos entrevistados ao tentarem delimitar o que entendem por “drogas”, dada a extensa diversidade de substâncias e de possibilidades que tal termo pode abranger. Contudo, em meio a essa pluralidade de entendimentos, destaca-se a *orientação médico-criminal* do fenômeno das drogas que, de forma preponderante, permeou as respostas e delineou-se como um eixo interpretativo dominante no cenário analisado.

Em uma das facetas da compreensão sobre drogas a partir de tal orientação, identifica-se, primeiramente, o *prisma legal-operacional*, esculpido nas tramas das regulamentações jurídicas e diretrizes políticas. Numerosos profissionais, ao se depararem com o tema, filtram sua interpretação através da lente das legislações e normativas que delimitam acerca da produção, circulação e uso dessas substâncias. Tal posicionamento ocorre mesmo quando, em suas convicções íntimas, possam existir dissonâncias em relação a tais diretrizes. Essa orientação operacional é fortemente balizada por dois pilares normativos de destaque: a) a Portaria Nº 344 da Anvisa (Brasil, 1998), que categoriza substâncias levando em consideração seu potencial terapêutico e as repercussões na saúde coletiva e; b) a Lei Nº 11.343 (Brasil, 2006), amplamente reconhecida como Lei de Drogas. Enquanto a Anvisa estabelece um espectro de substâncias admitidas e vedadas, a Lei de Drogas articula as implicações penais associadas à produção, ao consumo e à circulação das substâncias interditas. A confluência entre esse arcabouço penal e a regulamentação médico-sanitária culminou na dicotomização das substâncias, segregando-as em lícitas e ilícitas.

[...] Está lá nas portarias da Anvisa o que se define como droga. É a própria Anvisa que disciplina: o que é droga ou não. Deveria ser pelo princípio psicoativo que ela tem, para causar dependência ou não em uma pessoa. Para mim, eu sei o que está na portaria. Está lá que é droga? Então, é droga. (Delegada da Polícia Civil, mulher, 34 anos).

Mas nós sabemos que existem drogas lícitas e ilícitas, né? Aqui, nós tratamos das drogas ilícitas que são enquadradas na Lei Antidrogas, ou seja, na Lei 11.343 (Agente da Polícia Civil, homem, 30 anos).

Em paralelo ao *prisma legal-operacional*, emergiu uma compreensão sobre as drogas intrinsecamente ligada ao *habitus* dos profissionais envolvidos, apresentando-se a partir do *prisma legal-axiológico*. Tal perspectiva vai além de uma mera resposta reflexa à legislação em vigor. Ela representa uma profunda assimilação e internalização dos valores morais e políticos que dão sustentação à lei. Assim, a legislação torna-se não apenas um instrumento de trabalho, mas também um espelho das convicções e crenças que esses profissionais carregam consigo, influenciando e sendo influenciada por suas práticas e decisões diárias.

A legislação sobre drogas emerge de um intrincado processo social, permeado por dinâmicas de poder e conflitos. A *orientação médico-criminal*, que molda a atual legislação, não é um conceito isolado, mas sim fruto dessas interações sociais. A influência dessa orientação no cenário de poder social é evidente, consolidando-se no imaginário coletivo e influenciando diretrizes jurídicas sobre drogas, não só no Brasil, mas globalmente.

A *orientação médico-criminal*, seja sob os *prismas legal-operacional* ou *legal-axiológico*, se ancora em uma vertente de pensamento que enxerga o fenômeno das drogas a partir de uma *premissa biopsíquica*. Esta

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

premissa caracteriza tais substâncias pela sua essência bioquímica, evidenciada pela capacidade de induzir transformações fisiológicas e psíquicas nos usuários. Esse entendimento não se detém na legalidade da substância e, em alguns casos, até a precede, mas sim na sua potência de transpor o indivíduo de um estado tido como “normal” para uma condição alterada.

[...] Droga é toda e qualquer substância, se podemos chamar assim, que causa mudança no nosso comportamento. Então, eu posso usar o açúcar até ter uma crise de hiperglicemia (risos). Eu posso usar o açúcar, como posso usar o álcool ou o Rivotril. Assim, toda e qualquer substância que altera o psicológico, o neurológico e o biológico pode ser considerada uma droga (Guarda Civil Metropolitana, mulher, 55 anos).

A interpretação das drogas transcende sua mera capacidade de provocar alterações biopsíquicas. Uma parcela significativa dos entrevistados identifica essas substâncias, com destaque para as ilícitas, a partir da *premissa da adição*. Nessa ótica, que se relaciona diretamente com a premissa biopsíquica, as substâncias são concebidas como intrinsecamente nocivas, arrastando seus usuários para um turbilhão de compulsividade e dependência, tanto em dimensões físicas quanto psicológicas. Tal premissa, compartilhada mais veementemente por aqueles que tendem a ler o fenômeno das drogas a partir de um *prisma legal-axiológico*, patologiza o consumo desse tipo de substância, constituindo-se como um dos alicerces fundamentais da *orientação médico-criminal*.

Assim, na prática, toda substância que causa dependência, e que chega ao ponto de tolher do ser humano sua livre consciência e disponibilidade, é uma droga. Nós nos deparamos diariamente com pessoas que são escravizadas por essas substâncias, abandonando família e rotina cotidiana em função da droga. (Delegado da Polícia Civil, homem, 31 anos).

Para além da concepção de que as drogas representam entidades nocivas, induzindo à dependência física e/ou psíquica seus usuários, uma parcela dos entrevistados as caracterizou em suas falas como um flagelo social. Em suas declarações, especialmente entre aqueles que partem de um *prisma legal-axiológico*, emergiu a perspectiva de que tais substâncias catalisam severos estragos sociais, como a erosão dos laços familiares, a incitação à criminalidade, a escalada da violência interpessoal e, inclusive, a diminuição da eficácia produtiva da sociedade. Assim, infere-se que a abordagem *médico-criminal* não apenas se fundamenta nas premissas *biopsíquica* e da *adição*, mas também se ancora em uma *premissa moral*. Nesta premissa, certas substâncias, além de serem concebidas como vetores de adversidades tanto no âmbito social quanto individual, são atribuídas como a própria encarnação do mal.

Acho que a droga é um mal presente na sociedade atual (Agente da Polícia Civil, mulher, 39 anos).

A droga é a principal propulsora do aumento de crimes (Delegado da Polícia Civil, homem, 45 anos).

No meu ponto de vista, a droga é um mal, algo que está destruindo a família de muitas pessoas (Policial Militar, homem, 39 anos).

Além disso, [a droga] diminui a produtividade tanto de servidores públicos quanto de trabalhadores do setor privado. Há um índice muito alto de profissionais, em ambos os setores envolvidos com drogas. Vejo a resolução desse problema como algo que deveria ser prioritário, mas não é (Policial Militar, homem, 50 anos).

Até o presente momento, foram delineadas as concepções manifestadas pelos profissionais do sistema de justiça criminal em Goiânia, os quais se orientam predominantemente por uma abordagem *médico-criminal* diante desse fenômeno social. Essas concepções, conforme as análises realizadas, estruturam-se em dois eixos interconectados. No primeiro, emergem os indivíduos que, mesmo podendo divergir em suas convicções pessoais, alinham-se a essa percepção sobre drogas devido à aderência às normativas oficiais. Essa é, portanto, uma visão operacional das drogas, que não necessariamente reflete uma convicção íntima e profunda sobre o assunto. Em contrapartida, no segundo eixo, encontram-se os profissionais cujo *habitus* os conduz a uma sintonia com os princípios morais e interpretativos sobre drogas tal como delineados nas diretrizes oficiais.

Em uma perspectiva alternativa de compreensão desse fenômeno, e frequentemente em contraponto à abordagem estritamente *médico-criminal*, alguns operadores do sistema de justiça criminal enfatizaram que as drogas transcendem a simplificação apresentada pelas diretrizes oficiais. Contrapondo-se à representação que se solidificou nas legislações e no imaginário coletivo – percebida por esses profissionais como tendenciosa e unilateral – emerge uma visão crítica. Esta se fundamenta na ideia de que o fenômeno das drogas, em sua essência, deve ser entendido fundamentalmente a partir de uma *orientação socio-humanista*.

A *orientação socio-humanista* é moldada pela profunda percepção de que as substâncias psicoativas e seus respectivos padrões de consumo estão inextricavelmente vinculados à tessitura das interações humanas ao longo dos séculos. Essas substâncias, ao se manifestarem em distintas e complexas configurações sociais, não apenas refletem os contextos em que são inseridas, mas também ressaltam a necessidade de abordá-las como uma questão fundamentalmente humana, na qual a garantia de direitos deve ser primordial e intransigente.

Sob essa ótica, diversos profissionais desafiam abordagens que se circunscrevem fundamentalmente em premissas *biopsíquica* e *moral*. Nesse sentido, argumentam que uma abordagem restrita a esses enfoques pode levar a uma simplificação exagerada do fenômeno, atribuindo a determinadas substâncias um estigma e rotulando-as, frequentemente, como causadoras de adversidades, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Em contraste, para alguns profissionais do sistema de justiça criminal que se pautam pela *orientação socio-humanista*, as drogas são percebidas sob a égide da *premissa hedônica* e da *premissa socializadora*, reconhecendo seu potencial intrínseco de gerar prazer e fomentar a união entre indivíduos.

Droga é um tabu. Sempre existiram drogas, e a droga é cultural. Para mim, droga é cultural (Juiz Criminal, homem, 44 anos).

[...] Precisamos encarar a droga como um fenômeno social. Para começar, temos que eliminar o estigma de que droga é ruim. Droga é boa, é muito boa! Se fosse ruim, ninguém a usaria. Portanto, primeiramente, temos que considerar que a droga é um fator social, um fator de agregação, certo? [...] Para quebrar o ciclo vicioso, temos que ter em mente que droga é muito bom e que os adolescentes e jovens que se iniciam ou vivem no mundo das drogas se sentem bem naquele ambiente (Delegado da Polícia Civil, homem, 40 anos).

Nessa orientação, emerge a concepção de que as drogas, dadas suas propriedades e potencialidades e por ganharem sentido apenas quando postas em relação social, podem ser instrumentalizadas tanto em contextos positivos quanto negativos. Assim, são percebidas por alguns como entidades ambíguas, cujas conotações, sejam elas benéficas ou maléficas, são definidas pela natureza das interações e dos vínculos que os humanos estabelecem com elas. Essa relação, conforme apontado por alguns participantes da

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

pesquisa, é influenciada pela intencionalidade do uso e pela habilidade do indivíduo em gerir seu consumo. Portanto, para alguns profissionais que adotam essa perspectiva, as drogas são compreendidas também através da *premissa da ambiguidade instrumental*, reconhecendo que sua valoração é intrinsecamente ligada ao contexto e à maneira como são agenciadas e autorreguladas pelos usuários.

[...] a diferença entre droga e medicamento, na verdade, é a dose. Portanto, toda droga tem um aspecto medicinal, um lado que serve para melhorar a vida das pessoas. Dependendo da dose e da forma como é usada, pode ser apenas uma substância entorpecente (Juiz Criminal, homem, 51 anos).

A droga, para mim, pode ser um momento de prazer ou de loucura. Droga pode ser tanto um meio de ganhar muito dinheiro quanto de desviar grandes quantias (Juiz Criminal, homem, 44 anos).

De uma maneira geral, acredito que quem faz uso de qualquer substância precisa saber controlá-la, seja álcool ou cigarro. Porque, se a pessoa consumir qualquer tipo de droga, seja ela lícita ou não, em excesso, isso a prejudicará (Agente da Polícia Civil, homem, 37 anos).

Dado que as drogas são caracterizadas como substâncias de natureza ambígua, os profissionais alinhados à *orientação socio-humanista* enfatizam que as definições, categorizações e decisões estabelecidas acerca delas não devem ser aceitas de forma acrítica, considerando, assim, que esse fenômeno também parte de uma *premissa política*. Como previamente exposto, tais determinações emergem de um cenário permeado por tensões e contendas, refletindo as dinâmicas intrincadas de uma determinada sociedade. Assim, argumentam ser imperativo desvendar os simbolismos erigidos, dismantlar os moralismos arraigados e reavaliar as representações que atualmente saturam o imaginário coletivo e que estão profundamente incrustadas nas diretrizes legais e nas estruturas institucionais que regem o tema.

A droga é utilizada como um discurso. Ela move o interesse de terceiros. Estamos falando de moralismos, certo? Becker menciona “empresários morais”. A droga é utilizada para destilar o moralismo de alguns, impondo-se sobre a maioria (Juiz Criminal, homem, 44 anos).

[...] é óbvio que nem toda substância que provoca efeitos psicotrópicos está na lista das substâncias proibidas. O álcool e o cigarro produzem tais efeitos e são os exemplos mais corriqueiros e frequentemente citados. No entanto, por alguma razão, decide-se que estas são permitidas. Existem diversos fatores que influenciam essas escolhas, certo? Política criminal, por exemplo. Mas a que está associada essa política criminal? Quais são os critérios? Esse é um tema que deve ser amplamente debatido e esclarecido. Por que determinada droga é proibida e outra não? Até onde vai esse limite? (Juiz Criminal, homem, 48 anos).

Assim, para os entrevistados que se pautam por tal orientação, as drogas, em sua essência, não são meramente substâncias químicas isoladas, mas entidades socioculturais que adquirem significados variados dependendo dos contextos em que são inseridas. As vozes dos profissionais aqui citados ressaltam a necessidade de uma abordagem mais matizada e crítica, que vá além das categorizações simplistas e estigmatizantes. Eles enfatizam a importância de reconhecer a ambiguidade inerente às drogas e a necessidade de uma compreensão mais profunda de suas interações com a sociedade. A dicotomia entre drogas lícitas e ilícitas, bem como as decisões políticas e morais que sustentam tais classificações, merecem ser continuamente questionadas e reavaliadas. Em última análise, a abordagem socio-humanista propõe uma reflexão mais profunda sobre o fenômeno das drogas, reconhecendo sua intrínseca relação com a condição humana e a necessidade de políticas mais humanizadas e menos punitivas.

Enfim, as respostas elicitadas nesse primeiro eixo revelam um mosaico de entendimentos que os profissionais detêm sobre a natureza e o significado das drogas. Contudo, observa-se que tais entendimentos, manifestados pelos entrevistados, gravitam em torno de duas orientações interpretativas, que, embora distintas, estão intrinsecamente conectadas e não devem ser vistas como isoladas.

SOBRE O PROIBICIONISMO

No universo dos operadores do sistema de justiça criminal em Goiânia, as narrativas sobre o proibicionismo, enquanto estratégia política para lidar com as drogas, desdobram-se em interpretações multifacetadas. Durante as entrevistas, ficou evidente que muitos participantes defendiam suas visões com uma convicção além da simples concordância ou não com essa política de controle. Contudo, em meio a esse espectro de opiniões, a *orientação proibitiva* destacou-se de maneira marcante, estabelecendo-se como uma linha interpretativa preponderante. Essa abordagem, conforme veremos, é percebida sob algumas premissas fundamentais. A primeira delas, denominada *premissa da estabilidade social*, concebe o proibicionismo como um instrumento jurídico-político essencial na manutenção da ordem e coesão societal. Tal premissa constitui o alicerce da percepção de inúmeros profissionais acerca da pertinência e efetividade do proibicionismo no contexto atual.

O ponto positivo, igual eu te falei, é aquele que protege. O ser humano ele nasceu para viver em coletividade, e as legislações, não vamos dizer as legislações, as regras, as legislações vieram para regular esse convívio em sociedade, então o ponto positivo é esse. Visa proteger aquelas pessoas que não buscam mudar de estado com o uso das drogas, né? Então, essa é a parte dessa política proibicionista, ela tem esse foco positivo nesse sentido (Agente da Polícia Civil, homem, 33 anos).

Enquanto alguns entrevistados veem a proibição como um pilar fundamental para a manutenção da ordem social, outros profissionais enfatizam sua relevância sob duas premissas específicas: a *premissa da restrição de acesso*, que entende o proibicionismo como um meio de limitar a disponibilidade das substâncias aos usuários, e a *premissa preventiva*, que o vê como uma ferramenta para prevenir a iniciação de usuários e o envolvimento de indivíduos com essas substâncias, sobretudo nas redes criminosas associadas ao tráfico. Esses profissionais argumentam que, ao restringir a acessibilidade a essas substâncias, é possível mitigar a atração e consequente imersão de indivíduos nas teias perigosas e complexas do comércio ilegal de drogas.

Acredito no proibicionismo sim. Eu acredito que a gente não liberando de pleno o uso de entorpecentes, a gente evita aí uma geração de drogados (Delegado da Polícia Civil, homem, 40 anos).

O proibicionismo ajuda essa coisa da porta de entrada, não digo da maconha, mas porta de entrada como a criança entrando, o jovem, o adolescente apto de novas emoções entrar. Já vai ser mais difícil de ele encontrar, ele não vai encontrar com tanta facilidade igual ele encontra uma bebida alcoólica num bar, um cigarro numa padaria. Então, a dificuldade dessa porta de entrada, assim, é a questão também da empresa tráfico fica com dificuldade de fazer, por isso o traficante ganha tanto dinheiro por mexer com algo que é tão difícil. Sem essa política proibicionista, a gente teria muito mais traficantes aí! (Agente da Polícia Civil, homem, 30 anos).

Dentre os entrevistados, uma parcela, mesmo alinhada à lógica proibicionista, expressou em suas falas críticas contundentes à sua execução no cenário brasileiro, apontando-a como deficitária e pouco efetiva. Essa percepção é sustentada por diversas premissas, como: a *premissa da insuficiência normativa*, que destaca a inadequação da legislação atual, especialmente no que tange ao tratamento dispensado ao usuário de

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

drogas, que muitos consideram ambíguo ou pouco punitivo; a *premissa da ausência de campanhas antidrogas*, que ressalta a carência de ações publicitárias e iniciativas governamentais que informem e conscientizem a população sobre a política proibicionista e os riscos associados ao consumo de substâncias ilícitas e; a *premissa da vulnerabilidade fronteiriça*, que sublinha a fragilidade do sistema de controle e fiscalização nas fronteiras nacionais, permitindo a entrada e a circulação de drogas no território brasileiro.

Eu acho que a proibição, principalmente da maconha, ela é meio velada. A partir do momento que você não pune o usuário, você não está proibindo ele de usar. Precisa construir mais presídios pra abrigar esse pessoal. Eu, assim, como eu falei, eu continuo na máxima: enquanto não proibir de verdade o uso de drogas, o tráfico, e vários outros crimes, não vai acabar, não vai diminuir por causa das drogas, por causa dos usuários (Policial Militar, homem, 34 anos).

Então, eu acho que não existe nenhuma política que proíba drogas. Nenhuma. Muito pelo contrário, pra mim, não existe nenhuma. Você não vê proibindo; você vê uma campanha falando quantos males que ela vai causar? (Policial Militar, mulher, 52 anos).

Eu acho que ela não é eficiente, mas é a necessária. Tem que ter a política, tem que ter a proibição, e eu acho que o que está faltando é mais empenho para realmente proibir. Porque não adianta a polícia ficar aqui dentro dessa cidade correndo atrás de traficante, sendo que as fronteiras estão abertas e entram e saem armas e drogas do jeito que estão. Então, eu acho que deveríamos fazer mais, dedicar mais, gastar mais com as fronteiras, cercar, não deixar entrar. Pelo menos a produção interna, aparentemente, não é grande, então está vindo muito de fora. Eu acho que se investíssemos mais nessa política de proibição, estaríamos no caminho certo (Policial Militar, homem, 44 anos).

Contra-pondo-se à visão proibicionista acerca das drogas, parte dos entrevistados manifestou discordância em relação a esse paradigma político. Suas argumentações fundamentam-se em diversas motivações, todas convergindo para uma *orientação antiproibitiva*. Tal perspectiva oscila conforme o *prisma de intensidade dos indivíduos entrevistados*, sendo influenciada tanto pela postura política dos operadores quanto pelas convicções e pelos valores que esses detêm acerca da política de proibição de substâncias psicoativas.

Os principais argumentos levantados criticamente ao modelo proibicionista podem ser reunidos a partir de três premissas relacionais: *da legitimidade questionável*, *da ineficácia política* e *do equívoco persistente*. A *premissa da legitimidade questionável* é evidenciada quando se critica o proibicionismo por sua fundamentação em critérios predominantemente morais, muitas vezes desprovidos de respaldo científico e influenciados por interesses políticos e econômicos. A *premissa da ineficácia política* é destacada por muitos entrevistados que percebem o proibicionismo como uma estratégia mal concebida, que, em vez de atenuar o problema das drogas, na realidade, intensifica-o. Eles argumentam que, ao invés de ser uma solução, o proibicionismo atua como um catalisador para problemas sociais de magnitude superior àqueles originados pelo consumo dessas substâncias. Finalmente, a *premissa do equívoco persistente* é simbolizada pela metáfora de “enxugar gelo”. Esta expressão, citada por diversos entrevistados, representa a visão de que a abordagem proibicionista é um esforço incessante e ineficaz, que não apenas carece de resultados tangíveis, mas também potencializa adversidades sociais relacionadas ao fenômeno das drogas.

Por aí se percebe que é essa discussão, ela tem muito mais, muito além de qualquer fator, qualquer aspecto puramente jurídico, ou até de cunho na área de ciências médicas, é muito mais aspecto moral [...]. Então, é apenas uma escolha, é uma escolha de muito mais interesse político-econômico do que qualquer outro fator (Juiz Criminal, homem, 48 anos).

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

É a própria ineficácia do modelo, né? De combate. Essa ideia de enfrentar, por exemplo, o uso de drogas. É essa resposta penal, essa política de guerra às drogas, né? Que basicamente é gerada nos Estados Unidos e a gente acaba assumindo, há muito tempo que a gente tem clareza de que ela é falida, que não funciona, e a gente continua usando um instrumento que não funciona, a gente sabe que não funciona e vai usando, né? Não tem muita perspectiva (Promotor Público, homem, 50 anos).

Um dos pontos negativos da política proibitiva é justamente esse da gente enxugar gelo, a gente reprime, finge que reprime, a polícia finge que prende, o judiciário finge que condena (Delegado da Polícia Civil, homem, 40 anos).

A partir das premissas anteriormente discutidas, alguns entrevistados elencaram de forma relacional argumentos adicionais para fundamentar sua oposição à política proibicionista das drogas. A *premissa da violência regulatória* foi evidenciada em discursos que atribuem a violência não à natureza intrínseca das drogas, mas sim às tensões geradas pelo mercado ilícito. Sem a presença de mecanismos formais de controle, a violência surge como um instrumento de regulação, levando a extremos, como casos de homicídios.

Outra premissa identificada foi a *premissa da guerra seletiva*. Muitos entrevistados interpretam o proibicionismo como uma “guerra às drogas” que, ao invés de se concentrar nas substâncias propriamente ditas, revela-se discriminatória, voltando-se majoritariamente contra indivíduos em situação de vulnerabilidade, como usuários e pequenos comerciantes em regiões carentes. Essa abordagem é frequentemente percebida como uma criminalização da pobreza, atingindo com maior severidade populações negras e residentes em áreas periféricas.

Adicionalmente, emergiu das entrevistas a *premissa da seletividade institucional*. Esta perspectiva critica a tendência seletiva do controle proibicionista, que não se limita aos estigmas associados a determinados perfis étnicos e socioeconômicos, mas também se manifesta no desequilíbrio do encarceramento no Brasil. Enquanto populações negras e periféricas são desproporcionalmente penalizadas, indivíduos de estratos sociais mais elevados ou envolvidos em escalões superiores do tráfico raramente são submetidos a sanções. Tal premissa sugere que o encarceramento é moldado mais por preconceitos de classe e raciais do que pela gravidade dos atos delituosos, refletindo, assim, distorções arraigadas nas instituições estatais brasileiras.

A questão é o seguinte, a questão é simples. O problema da violência ligado a droga, o que gera a violência não é a droga, o que gera a violência é a proibição da droga (Defensor Público, homem, 37 anos).

A lei de drogas é uma lei bastante severa. Isso a gente vê pela pena que ela dá para o tráfico. Só que ela não pega o traficante que em tese quer pegar. Ela pega a camada mais vulnerável da população. A “guerra às drogas” é contra essa gente mais vulnerável (Defensor Público, homem, 26 anos).

A pergunta certamente levaria a diversos enfrentamentos, diversas possibilidades de resposta, mas ela passa por uma leitura da seletividade do sistema penal brasileiro, o sistema penal no mundo todo, mas particularmente no Brasil. Há uma seletividade e o que acaba determinando se o sujeito vai ser encaminhado para algum tipo de tratamento ou se vai ser encaminhado para a prisão é exatamente essa seleção, que é uma seleção fundada no preconceito. E na prática, o que se tem são pessoas pobres que são levadas às prisões (Promotor Público, homem, 47 anos).

A partir da *premissa da seletividade institucional*, simbolizada primordialmente pela política de encarceramento, emergem entre os entrevistados outras premissas inter-relacionadas. A *premissa da*

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

adversidade amplificada torna-se evidente quando alguns entrevistados constatarem que o encarceramento massivo, ao invés de mitigar a questão do tráfico de drogas, potencializa as adversidades sociais. Tal amplificação decorre, substancialmente, das falhas intrínsecas e das condições insalubres do sistema carcerário brasileiro. A *premissa do epicentro criminoso* salienta que as condições desumanas nas penitenciárias não somente transgridem direitos básicos, mas também catalisam o robustecimento de redes delituosas. Assim, os presídios se configuram como núcleos de articulação e solidificação de organizações e facções criminosas.

Soma-se ainda a *premissa da falha estatal dupla*, que postula que o Estado, ao confinar indivíduos em ambientes degradantes, não apenas infringe direitos humanos, mas também alimenta a expansão da criminalidade organizada. Essa premissa ressalta ainda a omissão estatal em zonas periféricas, facilitando a florescência do mercado ilícito de drogas. Em territórios onde a presença estatal é tênue, facções criminosas usurpam funções tradicionalmente estatais. Por fim, ainda derivada da *premissa da seletividade institucional*, a *premissa da interligação ilícita* reconhece que a estratégia proibicionista, e sua subsequente criminalização das drogas, resultando em encarceramento massivo, fomenta a interconexão do tráfico de drogas com outros mercados clandestinos, como o comércio bélico e atividades corruptas. A proibição inflaciona os valores das substâncias e obstrui políticas de controle qualitativo, expondo usuários a riscos e privando o Estado de potenciais arrecadações fiscais.

A verdade é que a gente perdeu controle há muito tempo, né? E existem pessoas que têm muito poder, existem estados paralelos, por “n” motivos, como o estado achou que era bom colocar as pessoas que não têm condições em áreas faveladas, e deixou isso acontecer por vários anos. Só que as pessoas precisam ter condição de vida. Isso foi fornecido pra elas? Se o estado não fornece, alguém vai fornecer (Defensor Público, homem, 36 anos).

E hoje mais ainda, até por conta da política de criminalização e de proibição as drogas, elas foram tomando um rumo, porque a política de proibição ela gera corrupção, encarece a droga, ela gera compra de armas, encarece a droga, ela gera, enfim, uma série de coisa que tem que ser compradas, bancadas, que vai encarecendo o produto (Promotor Público, homem, 52 anos).

Ao analisar falas críticas ao proibicionismo, emergem duas premissas igualmente importantes, porém em menor proporção. A *premissa da autodeterminação individual* ressalta o direito inerente de cada indivíduo à autodeterminação. Sob essa ótica, o Estado deveria honrar e respeitar as escolhas individuais de consumo, intervindo somente quando tais escolhas repercutissem de forma adversa na coletividade. Essa perspectiva defende que cada pessoa tem o direito de tomar decisões sobre seu próprio corpo e vida, contanto que essas decisões não causem danos a terceiros. Por outro lado, a *premissa da inversão prioritária* lança luz sobre uma preocupante tendência no sistema jurídico brasileiro: em vez de se concentrar na garantia e no acesso a direitos sociais, tem-se observado uma ênfase crescente em abordagens penais para questões sociais. Essa premissa critica a cultura, amplificada pelo proibicionismo, que vê questões sociais, como o consumo de drogas, majoritariamente através da ótica do direito penal, ao invés de tratá-las como questões de saúde pública ou desafios sociais.

Aqui na vara de tóxicos, eu nunca vi uma condenação pelo artigo 28, porque os dois juízes acham que ele é inconstitucional. Então, quando a pessoa está nessa discussão, se era traficante, se não era, no que determinou que não era, eles já pegam e extinguem o processo. Eles acham que não é crime, porque todo mundo tem o direito de se autodestruir, desde que não afete a sociedade, entre outros argumentos (Defensor Público, homem, 36 anos).

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

A gente se desgasta demais pra isso, mas é a única barreira que tem. Deveria ser a última barreira. O sistema criminal pra funcionar, a pena tem que ser a última solução. E para gente é a primeira solução. Parece ser uma solução, a única que existe (Delegado da Polícia Civil, homem, 41 anos).

Nessa seção, identificamos duas correntes predominantes em relação à proibição das drogas: uma que a apoia e outra que a contesta.

Os defensores do proibicionismo sustentam que tais substâncias são intrinsecamente perigosas, atribuindo-lhes a responsabilidade por inúmeros danos individuais e coletivos. Assim, para eles, a proibição se justifica pela necessidade de medidas rigorosas e incisivas. A convicção subjacente é que as políticas proibicionistas protegem a saúde pública e a ordem social. No entanto, mesmo entre esses defensores, há críticos que argumentam que a política proibicionista nunca foi efetivamente implementada no Brasil, citando a falta de punição adequada aos usuários, a permeabilidade das fronteiras e a ausência de campanhas antidrogas eficazes. Adicionalmente, defendem uma abordagem mais rígida, seja através de encarceramento ou internação compulsória dos usuários.

Por outro lado, os opositores da proibição argumentam que tal abordagem carece de fundamentação. Afirmam que não há evidências científicas robustas que respaldem sua adoção, sugerindo que a proibição é mais um reflexo de imperativos morais e políticos do que de uma análise objetiva. Esses entrevistados destacam que o proibicionismo, ao invés de mitigar os problemas associados às drogas, exacerbá-los. Eles apontam para consequências adversas como a proliferação do mercado ilegal, o aumento da violência – tanto urbana quanto por parte das forças policiais –, o crescimento das taxas de homicídios, o encarceramento em massa, o fortalecimento de organizações criminosas, a estigmatização dos usuários e a erosão dos direitos civis e das liberdades individuais.

CONCLUSÃO

A análise das narrativas oriundas das entrevistas com os operadores do sistema de justiça criminal de Goiânia/GO revela uma complexa rede de percepções que configura o fenômeno das drogas. Essas falas, ao serem examinadas, evidenciam a diversidade de entendimentos nesse contexto específico e destacam a coexistência de dois *ethos* contrastantes: o proibicionista e o antiproibicionista. Esses *ethos*, essencialmente, não apenas simbolizam posturas distintas, mas também refletem as tensões e os debates no cenário jurídico e social acerca das substâncias psicoativas na atualidade.

O *ethos* proibicionista, tal como se manifesta nas entrevistas analisadas, encontra-se profundamente enraizado em uma orientação social que entrelaça os campos médico e criminal. Os indivíduos inclinados a seguir essa orientação, ao conferir primazia ao saber biomédico, não apenas categorizam as substâncias psicoativas sob uma lente biologizante, mas, também, em alguns casos mais extremos, por meio de uma lente moral, distinguem-nas como “boas” ou “más”, perpetuando uma narrativa que vilaniza as substâncias proibidas. Estas, sob tal perspectiva, são frequentemente retratadas como agentes de malefícios, tanto em uma dimensão individual quanto coletiva.

A consequência direta dessa visão é a legitimação da intervenção do aparato jurídico-penal na regulação das drogas. Em outras palavras, ao se construir uma imagem das drogas como entidades intrinsecamente nocivas, cria-se, paralelamente, um argumento robusto para a implementação e defesa de políticas que sejam rigorosas em sua proibição e repressão. É pertinente observar que tal *ethos* proibicionista se mostra

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

particularmente saliente entre determinados grupos profissionais, como os policiais militares, policiais civis e guardas municipais, os quais, em virtude de suas funções, frequentemente se encontram na linha de frente do combate ao tráfico e uso de substâncias ilícitas.

Em contraponto, o *ethos* antiproibicionista desponta como uma reflexão crítica à predominância da perspectiva biomédica e moralista que permeia o debate sobre drogas. Essa corrente interpretativa enxerga as substâncias psicoativas não meramente como entidades químicas, mas como fenômenos intrinsecamente entrelaçados às complexidades socioculturais, cujos usos e significados são profundamente influenciados por sua contextualização no seio social.

Profissionais que se alinham ao *ethos* antiproibicionista postulam que a criminalização de determinadas drogas não é um reflexo objetivo de seus riscos inerentes, mas sim uma estratégia imbuída de nuances político-morais. Historicamente, para alguns indivíduos que se encontram dentro dessa orientação, o proibicionismo opera como uma estratégia que tem sido instrumentalizada como ferramenta de imposição de valores dominantes e de controle e marginalização de certos grupos sociais, frequentemente aqueles já vulnerabilizados por outras dinâmicas de poder.

É interessante notar que tal *ethos* antiproibicionista encontra ressonância particularmente entre defensores públicos, que, em sua atuação, frequentemente se deparam com as consequências tangíveis da criminalização. Por outro lado, entre promotores públicos e juízes criminais, observa-se uma heterogeneidade mais acentuada de perspectivas, refletindo a multiplicidade de entendimentos e posicionamentos que o tema suscita no âmbito do sistema judiciário.

A oposição relacional entre os dois *ethos* evidencia as complexas redes de interação, identidades, percepções, posicionamentos e comportamentos que permeiam o sistema de justiça criminal em Goiânia. O *ethos* proibicionista, enraizado em uma visão de uma sociedade purgada do consumo de drogas, contrasta com o *ethos* antiproibicionista, que advoga por uma perspectiva mais humanista, ancorada nos valores democráticos e nos direitos fundamentais do indivíduo. Essa polarização, contudo, não se restringe ao plano teórico: ela se materializa na identidade de cada indivíduo e ressoa nas práticas cotidianas e nas decisões que tomam no âmbito do sistema de justiça. Ou seja, o *habitus* profissional de cada um desses operadores, a depender do *ethos* compartilhado que o forma, tende a se guiar a partir de uma ou outra orientação social, gerando efeitos práticos sobre o mundo social.

Para ilustrar a relação entre os respectivos *ethos* abordados neste estudo e a formação do *habitus* profissional dos atuantes no sistema de justiça criminal, foi explorada, em outro artigo, uma análise quali-quantitativa de decisões judiciais proferidas por quatro magistrados de primeira instância em Goiânia (Borges, 2023). Esses magistrados atuaram em uma vara especificamente designada para julgar casos criminais ligados ao tráfico de drogas na cidade. A investigação qualitativa revelou que as opções jurídicas e narrativas descritas nos documentos judiciais refletem, em sua essência, os sentimentos, valores, as crenças e perspectivas dos juízes acerca do fenômeno das drogas e do papel do direito penal. Essas decisões, frequentemente, oscilavam entre um *habitus* punitivista, evidente quando o magistrado possuía uma inclinação valorativa ao *ethos* proibicionista, e um *habitus* garantista, observado nos que adotavam uma postura argumentativa mais alinhada ao *ethos* antiproibicionista.

Na vertente quantitativa, ao cotejar as sentenças dos referidos magistrados, empregou-se um modelo de regressão logística com o objetivo de discernir as variáveis mais influentes na determinação da condenação

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

à pena de prisão de um indivíduo acusado de tráfico de drogas em Goiânia. Surpreendentemente, a variável “magistrado responsável pela decisão” – em conjunto com outras quatro variáveis que compunham o modelo estatístico – previu o desfecho em 83% dos casos, quanto à penalização com reclusão prisional. Ademais, ao comparar a probabilidade de uma pessoa ser sentenciada à prisão por tráfico de drogas, dependendo do juiz responsável pelo seu caso, constata-se uma disparidade significativa. A possibilidade de condenação à reclusão pode ser ampliada aproximadamente em até 30 vezes, dependendo do magistrado. Tais desproporções não apenas destacam a heterogeneidade dos *habitus* jurídicos entre os juizes, mas também sinalizam os perigos inerentes à jurisdição desse tipo penal.

Concluímos este trabalho destacando que a análise das entrevistas com os integrantes do sistema de justiça criminal de Goiânia desvendou um mosaico intrincado e diversificado de identidades, percepções e posturas em torno do fenômeno das drogas. As narrativas colhidas e os *ethos* subjacentes que elas espelham carregam implicações de grande magnitude para a atuação profissional desses indivíduos, mas também expressam, em sentido mais amplo, os jogos relacionais de poder que configuram esse fenômeno na contemporaneidade, manifestando-se através de disputas simbólicas e políticas em como lidar com substâncias de natureza psicoativa. Além disso, os achados deste estudo lançam luz sobre a necessidade de uma reflexão mais aprofundada acerca dos símbolos e das orientações sociais que se tecem sobre o fenômeno das drogas e acerca de questões a ele relacionadas, não apenas em Goiânia/GO, mas em contextos mais amplos e variados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANA, Xabier. **Drogas, legislaciones y alternativas**. San Sebastián: Tercera Prensa, 2012.

ATANCE, José; BOUSO, José Carlos. Uso terapêutico. *In*: GEPCA. **Cannabis: un nuevo modelo de regulación**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2017, p. 39-41.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de; DE BONI, Raquel Brandini; REIS, Neilane Bertoni dos; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza (Orgs.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICT, 2017.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOITEUX, Luciana. Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 11, n. 94, p.1-29, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2009v11e94-197>.

BOITEUX, Luciana. Drogas e cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. *In*: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Drogas: uma nova perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014, p. 83-103.

BRASIL. Lei Nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 24 de Agosto de 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde/SNVS. Portaria Nº 344 de 12 de maio de 1998. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 de dez. de 1998.

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

BORGES, Guilherme. **A figuração social das drogas e as relações de poder:** ethos, habitus jurídicos e o meio caminho andado da decisão sentencial dos crimes de tráfico de drogas em Goiânia. 2019. 416 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BORGES, Guilherme. Os processos criminais de tráfico de drogas em Goiânia e a gestão diferenciada da punição. **RBSD** – Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 10, n. 3, p.5-37, set./dez.2023. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v10i3.741>.

CARNEIRO, Henrique. A fabricação do vício. **Neip**, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2017.

DELMANTO, Júlio. **Camaradas caretas:** drogas e esquerda no Brasil após 1961. 2013. 332 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DELMANTO, Júlio. **História social do LSD no Brasil:** os primeiros usos medicinais e o começo da repressão. 2018. 295 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica.** Oeiras: Celta, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália. **Sistema de justiça criminal no Brasil:** quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação. Brasília: Ipea, 2008.

FIORE, Mauricio. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Orgs.). **Álcool e Drogas na História do Brasil.** São Paulo: Alameda Editoria/Editora PUCMinas, 2005, p. 257-290.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica** – Curso dado no Collège de France (1978- 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

IGIA. **Repensar las drogas.** Barcelona: Grup Igia, 1989.

IVERSEN, Leslie. **Marihuana:** el conocimiento científico actual. Madrid: Ariel, 2002.

Norbert Elias e as figurações contemporâneas do fenômeno das drogas: um estudo sobre a composição dos *ethos* proibicionista e antiproibicionista entre profissionais do sistema de justiça criminal de Goiânia

Guilherme Borges da Silva e Ricardo Barbosa de Lima

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106.

MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. *In*: SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO JR., Alfredo. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001, p. 25-34.

NUTT, David; KING, Leslie; PHILLIPS, Lawrence. Drug harms in the UK: a multicriteria decision analysis. **Lancet**, Londres, v. 376, n. 9752, p. 1558-1565, 2010. DOI: 10.1016/S0140-6736(10)61462-6.

ORÓ, David Pere Martínez; ARANA, Xabier. ¿Qué es la normalización en el ámbito de los usos de las drogas?. **Revista Española de Drogodependencias**, Valencia, v. 40, n. 3, p. 27-42, 2015.

RODRIGUES, Thiago. Drogas e Proibição: um empreendedorismo moral. *In*: FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (Orgs.). **Drogas & sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde/Governo do Estado de São Paulo, 2017, p. 33-55.

ROSZAK, Theodore. **Para uma contracultura**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

SCHEERER, Sebastian. Prohibición de las drogas en las sociedades abiertas. *In*: ARANA, Xabier; DAVID, Husak; SCHEERER, Sebastian (Orgs.). **Globalización y drogas**: Políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid: Dykinson, 2003, p. 53-65.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Reflexões sobre as políticas de drogas. *In*: SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Drogas: uma nova perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

SZASZ, Thomas. **Nuestro derecho a las drogas**. Barcelona: Anagrama, 1993.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil**: da Colônia à República. 2016. 371 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

USÓ, Juan Carlos. Usos a lo largo de la Historia. Marcos prohibicionistas de ayer y hoy. La salud pública como telón de fondo. *In*: ARANA, Xabier; MARKEZ, Iñaki. **Cannabis**: salud, legislación y políticas de intervención. Madrid: Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati/Dykinson, 2006, p. 12-27.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e outros objetos sociotécnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique Soares. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 41-63.

WENK, Gary. **Your brain on food: how chemicals control your thoughts and feelings**. New York: Oxford University Press, 2015.

WOUTERS, Cas. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 546-570, 2012.

ARTIGO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A CARACTERIZAÇÃO DOS DELITOS NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA¹

ANDREYZA JESUS DIAS TEIXEIRA CHAVES

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA, 2021. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduação de Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Pará (2007). Delegada de Polícia Civil do Estado do Pará.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Ananindeua

Email: andreyzadv@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0483-0322>

FERNANDO AUGUSTO RAMOS PONTES

Graduação em Psicologia (1986), mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento (1990), ambos pela Universidade Federal do Pará; doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1996). Pós-doutorado pela Universidade de Brasília (2002) e pela Technischen Universität Dortmund - Alemanha (2012).

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: fernando@ufpa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>

Contribuições dos autores: Fernando Pontes orientador da dissertação de mestrado que gerou o presente artigo, contribuiu com sugestões, indicação de bibliografia, alterações no texto, revisão. Andreyza Chaves, orientanda de Fernando Pontes, realizou a pesquisa primária, coletou os dados, realizou o estudo da bibliografia, a digitação do texto e as alterações sugeridas.

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e enseja maiores estudos para que se entenda sua múltipla determinação, para uma melhor prevenção e enfrentamento pelos órgãos de segurança e proteção. O objetivo deste estudo é caracterizar o crime de descumprimento de medida protetiva, previsto no art. 24-A, da Lei Nº 11.340/2006, cometidos nos anos de 2019 a 2021, no município de Ananindeua, Pará, e registrados na Delegacia de Atendimento à Mulher. Para tanto, a pesquisa teve caráter documental, e natureza quantitativa e descritiva, sendo analisados dados levantados do Sistema da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Os resultados indicam que há pouca oscilação quantitativa de registros de ocorrências ao longo do período. Os crimes ocorreram com mais frequência no domingo, e no horário da manhã, tendo como autores majoritários ex-parceiros íntimos da vítima. O principal crime praticado em conjunto com o descumprimento foi a ameaça e as maiores violências praticadas foram a psicológica e a moral. O estudo conclui que o descumprimento de medida protetiva é majoritariamente praticado por ex-parceiros íntimos, nos finais de semana, na residência da vítima e tem como principal violência a psicológica. Esses dados são importantes para aprofundar os estudos nesta área e colaborar com a atuação de profissionais que atuam no enfrentamento da violência de gênero.

Palavras-chave: Crimes. Gênero. Proteção.

¹ Nota de agradecimento ao coorientador de Andreyza Jesus Dias Teixeira Chaves, Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos, que contribuiu de forma decisiva para a realização do artigo.

ABSTRACT

VIOLENCE AGAINST WOMEN: CHARACTERIZATION OF CRIMES IN CASES OF NON-COMPLIANCE WITH EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES

Violence against women is a complex phenomenon and requires further studies to understand its multiple determinations, for better prevention and confrontation by security and protection agencies. The objective of this study is to characterize the crime of non-compliance with a protective measure, provided for in art. 24-A, of Law N° 11.340/2006, committed in the years 2019 to 2021, in the municipality of Ananindeua, Pará, and registered at the Women's Service Police Station. To this end, the research had a documentary character, and was quantitative and descriptive in nature, analyzing data collected from the System of the Public Security Secretariat of the State of Pará. The results indicate that there is little quantitative fluctuation in records of occurrences throughout the period. The crimes occurred more frequently on Sundays and in the morning, with the majority of perpetrators being former intimate partners of the victim. The main crime committed in conjunction with non-compliance was threat and the greatest violence committed was psychological and moral. The study concludes that non-compliance with protective measures is mostly committed by former intimate partners, on weekends, at the victim's home and the main violence is psychological. These data are important to deepen studies in this area and collaborate with the work of professionals who work to combat gender-based violence.

Keywords: Crimes. Gender. Protection.

Data de Recebimento: 18/03/2023 – **Data de Aprovação:** 16/06/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1894

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é atualmente um grave problema social e de saúde pública, gerando danos alarmantes na saúde física e mental das vítimas, e muitas vezes ocasionando a sua aniquilação (Wilhelm; Tonet, 2007). A literatura especializada sobre o tema tem tratado essa questão como algo complexo e de múltiplos resultados, com a violação dos direitos humanos das mulheres (Rovinski, 2004; Silva; Oliveira, 2015).

As consequências da violência contra as mulheres, independente do estrato social, deixa marcas profundas não apenas na vítima, mas na sociedade como um todo. Esse tipo de violência envolve todos os personagens que orbitam e se relacionam com a pessoa violentada, e que geralmente internalizam as ações violentas sofridas, afetando não somente a vítima, mas principalmente seus familiares (Magalhães *et al.*, 2021; Rosa *et al.*, 2018).

Uma estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica e familiar, foi a criação no Brasil da Lei N° 11.340/2006 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha – LMP (Gomes; Batista, 2015). Tal dispositivo legal define, esclarece e dispõe sobre as várias formas de violência contra a mulher em seu art. 5º: “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão **baseada no gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (grifo nosso).

A violência de gênero se baseia em uma condição imposta de submissão da mulher na sociedade, tendo como suporte as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres (Kronbauer; Meneghel, 2005). E

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgênciaAndreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

conforme a Lei Maria da Penha, em seu art. 7º, a violência contra a mulher dentro do contexto doméstico e familiar, exterioriza-se de cinco maneiras diferentes: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A violência física, de acordo com a LMP, é entendida como qualquer conduta que utilize da força física com o objetivo de atingir a integridade ou a saúde corporal da mulher. Tem-se como exemplo desse tipo de violência: empurrões, tapas, puxões de cabelo, socos, chutes, queimaduras, estrangulamento, lesões por objetos ou arma branca e/ou de fogo (Brasil, 2006).

Estudos revelam a violência física como a mais recorrente, tendo como base os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (Pestana *et al.*, 2021; Mascarenhas *et al.*, 2020). Por se tratar de notificações de unidades de saúde, torna-se aceitável que as vítimas que procurem tais unidades tenham, em sua grande maioria, sido agredidas fisicamente.

A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause um dano emocional e com isso diminua a autoestima da vítima, podendo inclusive prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento da mulher ou degradar e controlar suas ações. E para atingir esses objetivos, o agressor se utiliza de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006).

A violência psicológica pode ser materializada por meio de uma variedade de ações do agressor, sendo a mais difícil de ser identificada até mesmo pela própria vítima (Dutra *et al.*, 2013). Tal tipo de violência não deixa marcas visíveis, podendo ocasionar danos psicológicos e emocionais de grande magnitude (Coelho, 2010). Esse tipo de violência aparece como a mais frequente (Gadoni-Costa; Zucatti; Dell'Aglio, 2011; Rosa *et al.*, 2018) e geralmente coexiste com outros tipos de violências, como a moral. Esses dados são confirmados em várias pesquisas sobre o tema, pois a violência psicológica, para muitos autores, é mais naturalizada e de complexa identificação (Curia *et al.*, 2020; Guimarães; Pedroza, 2015).

A violência sexual se concretiza em qualquer conduta que constranja a vítima a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, utilizando-se o agressor de intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Também pode ser a conduta que induza a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, limitando ou anulando o livre exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Pode ser enquadrada nesse tipo de violência a conduta que force a mulher ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, com o uso de coação, chantagem, suborno ou manipulação (Brasil, 2006).

A violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que venha a configurar dano intencional ou retenção e/ou subtração de bens, objetos, instrumentos de trabalho, documentos, pertences, valores e direitos econômicos, da vítima (Brasil, 2006). Já a violência moral pode ser considerada como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

A definição clara dos tipos de violência se reveste de importância por destacar as diferentes ações, maneiras e meios que a violência pode se expressar nas relações íntimas e familiares, e que não eram enxergadas nem como um ato violento, como as humilhações, o isolamento e as chantagens. Além de estabelecer o conceito de violência de gênero, a LMP trouxe uma série de compromissos públicos, tais como a instituição de redes de políticas públicas, de atendimento e de enfrentamento a esse tipo

de violência, trazendo medidas não apenas voltadas à responsabilização, mas também à proteção das vítimas e à prevenção da violência doméstica e familiar (Brasil, 2006). Em seu art. 6º, a LMP expressamente assevera: “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha trouxe vários mecanismos de amparo, prevenção e combate à violência contra a mulher, tendo como posição de destaque a possibilidade de pedido de medidas protetivas de urgência formuladas pela vítima contra o agressor, para resguardar a sua integridade física e psicológica. A medida protetiva de urgência tem natureza cautelar, possuindo, portanto, uma eficácia temporal limitada, e objetiva proteger a mulher em situação de risco (Cunha; Pinto, 2019).

A medida protetiva de urgência trata-se de importante inovação trazida pela Lei Maria da Penha, pois garante uma maior segurança e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, permitindo o afastamento do lar do autor da violência, a proibição de qualquer tipo de contato do autor com a vítima, a manutenção da distância e o não frequentar de mesmos lugares em que ela transita (Brasil, 2006), para que as violências possam cessar e as integridades física e psicológica da mulher sejam preservadas (Dias, 2012).

Em 2018, por meio da Lei Nº 13.641/2018 (Brasil, 2018), houve mudança na Lei Maria da Penha, com a inclusão do crime de Descumprimento de Medida Protetiva, com pena de detenção de 03 (três) meses a 02 (dois) anos, e sem possibilidade de fiança na esfera policial, conforme disposto em seu art. 24-A. Tais situações, anteriormente, eram capituladas como crime de desobediência, por falta de dispositivo legal, o que ensejava pena mais branda (Possebon, 2017), ou eram consideradas atípicas. O surgimento da tipificação do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência pôs fim aos debates sobre como penalizar a conduta do agressor que descumprisse essas determinações judiciais de proteção à mulher. Mesmo existindo as medidas protetivas em favor da mulher, muitos autores das agressões não cumprem as determinações judiciais (Silva; Silva, 2020). Então, a tipificação do crime de descumprimento de medidas protetivas é um avanço para uma maior eficácia das medidas concedidas às vítimas.

Silva e Silva (2020), em seu estudo sobre as medidas protetivas, verificaram que as medidas trouxeram um grande aparato de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, mas havia necessidade de uma maior fiscalização por parte do Estado para que essas medidas fossem realmente cumpridas. Um dos pontos levantados por Silva e Silva (2020) diz respeito ao fato de que, para a eficácia dessas medidas, deve existir a notificação do agressor. E se caso o autor da violência esteja se ocultando para não ser intimado da decisão que concedeu as medidas protetivas, os órgãos estatais responsáveis devem tomar providências para o efetivo cumprimento dessas medidas.

Kappaun (2018), em estudo sobre o fortalecimento do poder coercitivo contra a violência de gênero, concluiu que o crime de descumprimento de medida protetiva foi um avanço nos debates sobre a punição do agressor que descumprisse as medidas protetivas impostas, pois existiam decisões de tribunais superiores sobre a impossibilidade de prisão da pessoa que descumprisse tais medidas e não havia nem a tipificação ao crime de desobediência. Segundo Kappaun (2018), a possibilidade de privação de liberdade do agressor produziria uma eficácia das medidas protetivas.

Castro e Ferreira (2021) concluíram que a alteração na Lei Maria da Penha, introduzida pela Lei Nº 13.641/2018, que dispõe sobre o crime de descumprimento de medida protetiva, trouxe efetividade na proteção das vítimas de violência doméstica, pois, além de cessar o debate jurídico sobre a atipicidade do

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgênciaAndreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

descumprimento, a tipificação criminal da conduta de descumprir as medidas protetivas de urgência criou mecanismo para o cumprimento das medidas anteriormente impostas, constringendo o autor do crime e gerando a diminuição da impunidade.

O presente artigo se justifica pela necessidade de compreender as características e a dinâmica do fenômeno da violência doméstica e familiar na cidade de Ananindeua/PA com a ocorrência dos crimes de Descumprimento de Medida Protetiva, e assim colaborar para o enfrentamento da reincidência delitiva do agressor e desse tipo de violência contra a mulher.

Apesar das inovações da Lei Maria da Penha e suas alterações, com o endurecimento da legislação penal, e de outras políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero, o número crescente de casos de violência contra as mulheres reflete os muitos obstáculos e desafios perante a aplicação dessa legislação (Pasinato, 2015).

Os levantamentos expostos nesta pesquisa ajudam a apresentar condições de conhecer as características do fenômeno, para assim, desenvolver e implementar políticas públicas e outras ações mais efetivas que visem coibir e/ou minimizar as ocorrências dos Crimes de Descumprimento de Medidas Protetivas e melhorar o atendimento às mulheres que sofrem esse tipo de violência; auxiliando no enfrentamento do crime e da violência de gênero, produzindo ações preventivas e repressivas, pretendendo tornar mais efetivas as políticas já existentes e fortalecendo as redes de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher.

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar os delitos ocorridos juntamente com o crime de descumprimento de medida protetiva nos anos de 2019, 2020 e 2021, que foram registrados na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua, no Pará, cujo fato criminoso tenha ocorrido em Ananindeua. Os objetivos específicos são identificar: (a) os tipos de violências cometidas, de acordo com a classificação disposta na Lei Maria da Penha, (b) os tipos de delitos que foram praticados conjuntamente com o crime de descumprimento de medida protetiva, (c) os locais de ocorrências, com referência a bairros, horários e dias da semana e; (d) as relações dos autores dos delitos com as vítimas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com levantamento censitário dos registros de ocorrências de crime de descumprimento de medidas protetivas realizados na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua nos anos de 2019, 2020 e 2021, tendo como local do fato o município de Ananindeua-Pará, disponibilizados pelo Sistema Integrado de Segurança Pública – SISPP, utilizados pela Polícia Civil do Pará. A cidade de Ananindeua pertence à Região Metropolitana de Belém, capital do estado do Pará, e possuía no ano de 2021, de acordo com o Anuário Estatístico do Pará 2022, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, um total populacional de 284.629 mulheres (Fapespa, 2022). A Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua foi criada mediante Portaria Nº 130, de 08 de outubro de 2018, tendo sido inaugurada em 26 de outubro de 2018 (Pará, 2018).

Utilizou-se como critério de inclusão inicial o fato de o ato criminoso ter sido cometido na cidade de Ananindeua e obteve-se como resultado um total de 299 boletins de ocorrências denunciando descumprimento de medida protetiva de urgência, registrados na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua. Todos os boletins de ocorrência foram lidos integralmente. Posteriormente, para a seleção por mês desses dados, foi utilizado o critério da data do fato, e não da data do registro

da ocorrência. Os dados foram elaborados a partir de denúncias e informações prestadas pelas próprias vítimas ao registrarem a ocorrência policial.

O estudo foi desenvolvido com uma abordagem quantitativa e qualitativa referente ao tema, com o objeto analítico descritivo do tipo exploratório (Magalhães Júnior; Batista, 2021), com análise documental dos dados e análise integral dos relatos das vítimas. Para este estudo, as variáveis analisadas foram: local do fato; mês do acontecimento do fato, por cada ano; dia da semana e horário do fato; delito acompanhado ao crime de descumprimento; tipo de violência cometida; relação da vítima com o agressor; e fatores relacionados à ocorrência do crime, segundo o relato das vítimas. Posteriormente, foi utilizada técnica estatística de análise descritiva e classificação dos dados numéricos em gráficos e tabelas, para melhorar sua compreensão e visualização (Gil, 2008).

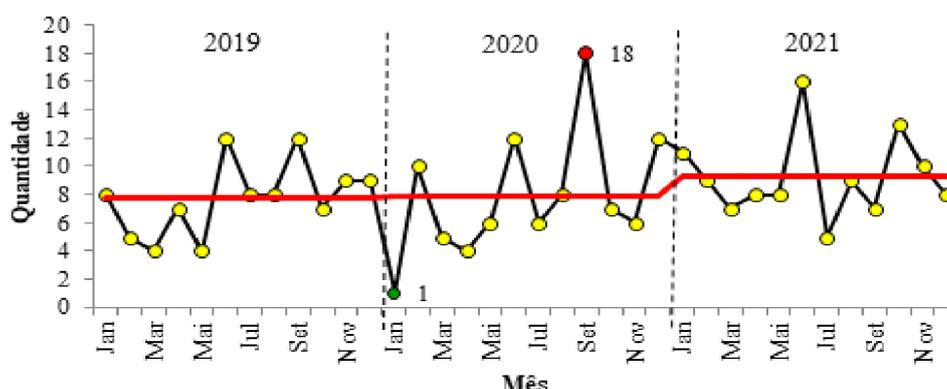
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os anos de 2019 a 2021, foram registrados na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua 299 boletins de ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva, ocorridos naquele município. Em 2019, foram 93 registros; o ano de 2020 registrou o total de 95 ocorrências. No ano de 2021, foram registradas 111 denúncias desse tipo de crime. Na Figura 1, pode-se observar que janeiro ($n = 1$) e setembro ($n = 18$) de 2020 foram os meses com a menor e a maior ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva.

A Figura 1 apresenta a quantidade de registros de ocorrências realizados nos meses dos anos de 2019, 2020 e 2021, denunciando o crime de descumprimento de medida protetiva. Percebe-se que há um quantitativo que, de certa forma, se mantém constante no decorrer dos anos. Observa-se que, apesar da pandemia da covid-19, que teve início no ano de 2020 e que ocasionou uma diminuição das denúncias presenciais nas delegacias, nos meses mais críticos (março, abril e maio), por conta do isolamento social imposto (Norat *et al.*, 2021; Miranda; Preuss, 2020), não houve alteração substancial no número de registros de descumprimento de medida protetiva, em comparação com os anos de 2019 e 2021, no mesmo período. Não ocorreram muitas diferenças nos números analisados de um ano a outro, sendo que o que pode ser constatado é que o crime de descumprimento de medida protetiva mantém um crescimento, mesmo que lento.

FIGURA 1

Quantidade de crime de Descumprimento de Medidas Protetivas, registradas na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher em Ananindeua, no período de 2019 a 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo Sisp 2.0 da Polícia Civil do Pará (2022).

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgência

Andreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

Na Figura 2, nota-se que o dia da semana com mais incidência do crime de descumprimento de medida protetiva é o domingo, seguido da segunda-feira. O dia com menos incidência é a sexta-feira. As maiores ocorrências aconteceram às segundas-feiras, às 19h ($n = 7$), e às quartas-feiras, às 10h ($n = 7$) e às 21h ($n = 6$).

A Figura 2 expõe os dados relativos aos horários e dias da semana. Destaca-se que o período de maior cometimento do crime de descumprimento de medida protetiva ocorre no horário das 09h às 10h, voltando a subir das 19h às 20h.

FIGURA 2

Matriz de Calor com a quantidade de crimes de Descumprimento de Medidas Protetivas, por horário e dia da semana do fato, registrados na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher em Ananindeua, nos anos de 2019 a 2021

Hora	Dia da Semana						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
00:00	1	1	0	3	1	1	3
01:00	0	1	0	0	0	0	2
02:00	4	0	0	3	0	0	3
03:00	0	0	0	0	0	0	1
04:00	0	0	0	0	0	0	2
05:00	0	1	1	0	0	1	0
06:00	2	0	1	0	0	0	0
07:00	1	1	0	0	1	2	1
08:00	2	2	2	1	2	2	4
09:00	3	3	3	3	2	4	5
10:00	3	4	7	5	5	4	1
11:00	2	5	2	4	0	2	2
12:00	3	2	0	5	2	1	2
13:00	4	3	2	3	2	3	1
14:00	3	0	1	0	3	0	1
15:00	2	2	3	0	1	3	4
16:00	4	1	1	2	4	2	2
17:00	2	0	2	2	1	1	2
18:00	2	3	1	2	1	3	4
19:00	7	2	2	2	2	3	2
20:00	1	4	6	2	1	1	5
21:00	0	2	2	5	5	1	2
22:00	1	2	0	2	0	0	4
23:00	1	3	2	2	1	4	0

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo Sisp 2.0 da Polícia Civil do Pará (2022).

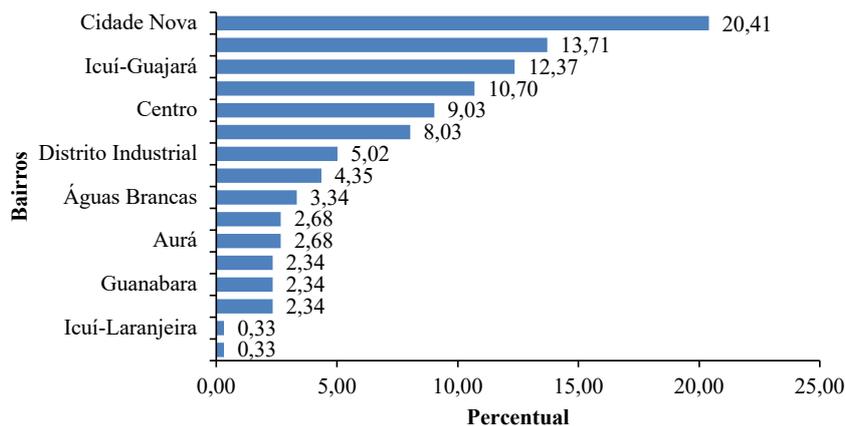
É importante destacar que os dados analisados mostram que os fatos ocorridos durante a madrugada raramente são registrados na Delegacia no mesmo dia. Situações ocorridas entre os horários das 09h às 13h tiveram o maior número de registros de ocorrência poucas horas depois do fato, com 59 registros de ocorrências encontrados. A maioria dos crimes ocorridos das 22h às 05h foi registrada no outro dia ou dias depois do fato. Um dos fatores que pode contribuir para esse registro tardio é o fato de a vítima tentar manter sua rotina de atividades/trabalho e comparecer na Delegacia em um momento mais oportuno para ela.

Como pode ser verificado na Figura 3, de acordo com os boletins de ocorrências analisados, as denúncias se concentraram na área urbana de Ananindeua, tendo como os cinco bairros de maior ocorrência: Cidade Nova, Coqueiro, Icuí-Guajará, 40 Horas e Centro. Em regra, os bairros mais próximos da Divisão Especializada

no Atendimento à Mulher de Ananindeua tiveram o maior quantitativo de denúncias registradas. O mesmo tipo de análise já tinha sido observado nos estudos de Norat *et al.* (2021) e Bernardo *et al.* (2019), em que se verifica que os bairros mais próximos à Delegacia da Mulher de Belém têm o maior percentual de registros de ocorrência policial, pela possibilidade de fácil acesso e locomoção da vítima até a unidade policial.

FIGURA 3

Percentual de ocorrências, por bairro, referente aos anos de 2019 a 2021, registradas na Divisão de Atendimento Especializado no Atendimento à Mulher em Ananindeua

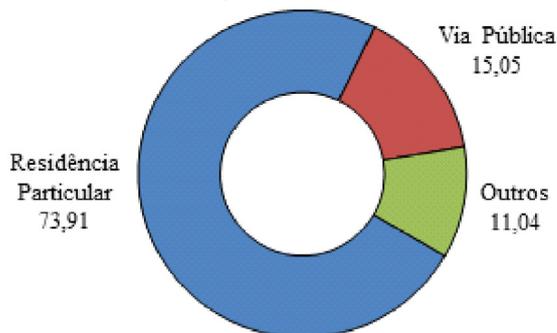


Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo Sisp 2.0 da Polícia Civil do Pará (2022).

A respeito do local de ocorrência, a residência particular teve 221 registros, seguido da via pública, com 45 registros, e outros locais, com 33 (Figura 4). O principal local de ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva foi a residência da vítima. Esse dado é confirmado em várias pesquisas sobre o tema, em que a residência da vítima aparece como o local onde ocorre a maioria das violências praticadas contra a mulher (Costa *et al.*, 2015; Garcia; Silva, 2018).

FIGURA 4

Percentual do local do fato do crime de descumprimento de medidas protetivas, referente aos anos de 2019 a 2021, registradas na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher em Ananindeua



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo Sisp 2.0 da Polícia Civil do Pará (2022).

Para Saffioti (2004), o ambiente doméstico geralmente não apresenta testemunhas e é o local onde os homens pretendem demonstrar a sua autoridade de forma mais violenta. Os dados revelam que aproximadamente 75% dos casos ocorrem na residência da vítima.

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgência

Andreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

O crime de descumprimento como delito autônomo não enseja necessariamente algum tipo de violência contra a mulher, pois pode ser cometido, por exemplo, quando o autor manda uma mensagem para a vítima lhe convidando para sair. A priori não houve qualquer tipo de violência, mas o crime de descumprimento foi cometido, pois o agressor estava proibido de entrar em contato com a vítima.

Na análise dos dados dos anos de 2019, 2020 e 2021, constata-se que o crime de descumprimento vem acompanhado do crime de ameaça, com 131 relatos denunciados pelas vítimas. Sendo que em oito relatos, o agressor utilizou uma arma branca para o cometimento do crime. Em seguida, com 107 ocorrências, aparece o crime de descumprimento de forma autônoma, em que o agressor descumpriu as medidas protetivas dispostas na decisão judicial, como o de não entrar em contato com a vítima, não frequentar a residência da vítima e não se aproximar da mesma. Os crimes contra a honra aparecem em 80 ocorrências, sendo 74 delas referente ao delito de Injúria e 6 delas referente à difamação. O crime de lesão corporal e o delito de vias de fato aparecem 18 e 20 vezes, respectivamente, nos boletins de ocorrências. Os crimes patrimoniais aparecem em oito ocorrências, sendo três delas de furto e cinco de dano. Os crimes contra a dignidade sexual aparecem em 4 relatos (estupro, importunação sexual e divulgação não consentida de conteúdo íntimo).

Como os crimes de ameaça e injúria são os mais recorrentes praticados em conjunto com o crime de descumprimento de medida protetiva, a técnica de análise utilizada nesta pesquisa considera a reiteração de palavras relatadas nos boletins de ocorrências pelas vítimas do descumprimento das medidas protetivas, residentes no município de Ananindeua, Pará, Brasil, no período de 2019 a 2021; que resultou na Figura 5.

A nuvem de palavras é um recurso gráfico que representa as frequências de determinados vocabulários que foram utilizados em um texto. Tal recurso possibilita construir imagens formadas por várias palavras, que a depender de sua frequência e/ou relevância textual, adquirem variadas dimensões (Silva; Jorge, 2019). Na Figura 5, representa-se graficamente a frequência das palavras ditas pela vítima no momento do registro da ocorrência, relativas às ameaças cometidas pelos agressores, quando do cometimento do crime de descumprimento de medida protetiva. Na análise e representação, foram desconsiderados os termos conectores, assim como palavras usualmente utilizadas na escrita de Boletins de Ocorrência Policial, que não possuíam relação direta com o crime pesquisado.

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgência

Andreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

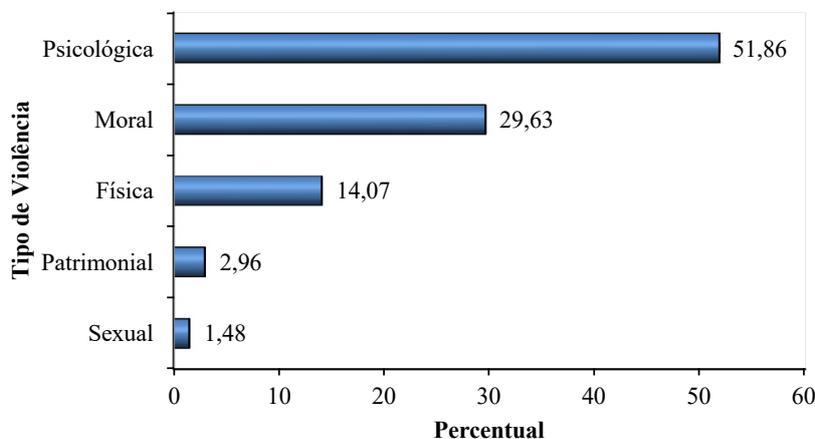
Que compareceu nesta delegacia especializada para comunicar O CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS por parte do nacional, com quem conviveu por 04 anos e possui 01 filho de 01 ano e 04 meses juntos. Que estão separados há 09 meses quando foi ameaçada e solicitou medidas protetivas. QUE o nacional a perturba com ligações diárias, faz ameaças dizendo que “SE TU NÃO FOR MINHA NÃO SERÁ DE MAIS NINGUÉM, PORQUE EU VOU TE MATAR, SE TU ARRUMAR ALGUÉM EU MATO”, inclusive faz ameaças de matar também a família da declarante.

Na Figura 6, tem-se o percentual por tipo de violência relatada pelas vítimas nos boletins de ocorrência que denunciaram o crime de descumprimento de medida protetiva, na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Ananindeua, no período de 2019 a 2021.

Os autores dos crimes são, em sua grande maioria, ex-companheiros, ex-maridos ou ex-namorados, com 270 boletins de ocorrências registrados pelas vítimas. Três boletins de ocorrências tinham como autor da agressão o genitor. Com a filha mulher como autora, houve 4 boletins de ocorrências registrados. O mesmo quantitativo foi encontrado tendo o filho como autor do fato. Companheiro e/ou marido aparecem em cinco boletins de ocorrências. Parentes colaterais e por afinidade aparecem em 8 e 5 boletins, respectivamente. No parentesco colateral, a maioria dos autores encontrados são os irmãos da vítima; com relação ao parentesco por afinidade, são os cunhados os mais recorrentes. Destaca-se que existem relatos com mais de um autor.

FIGURA 4

Percentual por tipo de violência, referente aos anos de 2019 a 2021, registradas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Ananindeua, excluindo-se os registros de delito de descumprimento de forma autônoma



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo Sisp 2.0 da Polícia Civil do Pará (2022).

Em vários estudos, os casos de violência doméstica ocorrem tendo como autores das agressões os parceiros íntimos da vítima. No caso do crime de descumprimento, em que a vítima tenta romper com a violência e solicita o afastamento do agressor, os principais autores são os ex-companheiros, ex-maridos ou ex-namorados (Barral *et al.*, 2019; Mascarenhas *et al.*, 2020). O principal motivo encontrado nos relatos das vítimas, realizados no corpo do boletim de ocorrência, é o fato de o agressor não aceitar o fim do relacionamento e/ou não aceitar que a vítima tenha uma nova relação amorosa.

Magalhães *et al.* (2021), em trabalho empírico em que realizou entrevistas com homens que respondiam processo de violência doméstica, assevera que, desde a infância, os homens entrevistados assimilavam uma

forma de se relacionar com base em uma dominação e com a ideia de que tinham o direito de controlar as mulheres. Trata-se de sentimento de posse, advinda de uma cultura patriarcal, pois em muitos relatos os agressores já estavam em outro relacionamento amoroso. Em muitos relatos, aparece o agressor usando a justificativa dos filhos, dizendo não querer que sua prole conviva com outro homem dentro da casa. A mulher é vista não como uma companheira, mas como um objeto de posse total do homem. O ideal seria que, ao registrar o boletim de ocorrência, existisse explicitamente essa causa presumível, que seria o sentimento de posse, para ser preenchida no sistema de registro, no momento da denúncia.

CONCLUSÃO

A violência contra a mulher é considerada um grave problema social e de saúde pública, necessitando de atenção por parte das políticas públicas e dos órgãos que atuam na prevenção, na proteção e na repressão.

A Lei Nº 11.340/2006 foi criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e, dentre as diversas inovações trazidas por esta lei, tem-se as chamadas medidas protetivas. A vítima pode solicitar medidas protetivas que imponham ao agressor certos limites e proibições, tudo para preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

Por meio deste estudo, é possível conhecer e dimensionar a violência praticada contra a vítima, no município de Ananindeua, Pará, Brasil, no momento em que o agressor descumpra a medida protetiva que lhe foi anteriormente imposta.

Durante o período de 2019 a 2021, foram denunciados 299 casos de crime de descumprimento de medida protetiva na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Ananindeua, Pará, sendo os lugares com maior incidência de denúncias de descumprimento os bairros do entorno da Delegacia Especializada. Portanto, são necessárias políticas públicas que permitam que vítimas de bairros mais afastados tenham acesso ao atendimento especializado e humanizado para denunciar seu agressor.

Algumas questões necessitam ser estudadas em pesquisas futuras, tais como: a resolutividade das denúncias de descumprimento, com o acompanhamento da decisão judicial dos casos; e a relação percentual entre as vítimas que solicitam medidas protetivas e aquelas que denunciam o descumprimento de tais medidas, para avaliação e discussão sobre a eficácia das medidas protetivas de urgência.

Espera-se contribuir com a ampliação dos conhecimentos sobre o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher, intensificando-se pesquisas na área, com disponibilização de dados estatísticos e conteúdo para ser compartilhado com estudantes e com profissionais que atuam diretamente no enfrentamento desse tipo de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAL, Delmira da Silva; SANTOS, Thays Suelen Brito; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; ALMEIDA, Ernestina Cilá Russo de; ALVES, Manuel António. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher em Marituba, Pará, Brasil. *In*: RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; COSTA, Ivone Freire; CHAVES, Sônia Cristina Lima; ZAGAHIB, André Luiz Nunes; GOMES, Maria Regina Lopes; ZANETTE, Edgard Vinicius Cacho; FERNANDES, Fernandina Lopes; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; REIS, Leonardo Naves dos; RIBEIRO JR., Humberto. **Segurança e Defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. 1 ed. Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2019, p. 85-95.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, seção1, p. 1, 8 ago. 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 1, 4 abr. 2018.

CASTRO, Ana Cleiry Silva de; FERREIRA, Natalia Bonora Vidrih. Violência doméstica e as alterações no descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha implementadas pela Lei 13.641/2018 em estudo em um município do interior do Estado de Rondônia. **Revista Farol**, Rolim de Moura, v. 13, n. 13, p. 40-60, jul. 2021.

COELHO, Alexandra Miranda. **Crenças e atitudes dos agentes policiais face à violência contra a mulher**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Forenses) – Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto, 2010.

COSTA, Cibele Tiphane de Sousa; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; COSTA, Silvinha de Sousa; FÉLIX, Tamires Alexandre; ELOIA, Suzana Mara Cordeiro; SANTOS, Francisco Diógenes dos. Violência contra a mulher: fatos e contextos de boletins de ocorrências. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 4, p. 177-188, dez. 2015.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. 8 ed. atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2019.

CURIA, Beatriz Gross; GONÇALVES, Victória Dias; ZAMORA, Júlia Carvalho; RUOSO, Aline; LIGÓRIO, Isadora Silveira; HABIGZANG, Luísa. Produções científicas brasileiras em Psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: A efetividade da lei 11.340/2006 de combate á violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DUTRA, Maria de Lourdes; PRATES, Paula Licursi; NAKAMURA, Eunice; VILELA, Wilza Vieira. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000500014>.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Anuário Estatístico do Pará 2022**. 7 ed. Pará: Fapespa, 2022.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, p. 219-227, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200009>.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. A.; BATISTA, M. F. Femicídio: paradigmas para análise da violência de gênero com apontamentos à Lei Maria da Penha. **Anais do VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**. Unisul, Santa Catarina, 2015.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Recife; Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>.

KAPPAUN, Aneline. O enfrentamento da violência de gênero: análise do poder coercitivo de proteção à mulher que tipificou o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**. v. 1. Criciúma/SC: Unesc, 2018.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>.

MAGALHÃES JR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 1.ed., Maringá: Massoni, 2021.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de; GOMES, Nadirlene Pereira; ESTRELA, Fernanda Matheus; SILVA, Andrey Ferreira da; CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva; PEREIRA, Álvaro; CRUZ, Moniky Araújo da; CARNEIRO, Jordana Brock. Significados da dinâmica familiar por homens que reproduziram a violência doméstica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, p. 1-7, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00803>.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; TOMAZ, Gabriela Rodrigues; MENESES, Gabriel Medina Sobreira de; RODRIGUES, Malvina Thais Pacheco; PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; CORASSA, Rafael Bello. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, supl. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>.

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgênciaAndreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

MIRANDA, Bruna Woinorvski; PREUSS, Lislei Teresinha. As silhuetas da violência contra a mulher em tempos de pandemia. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 26, n. 3, p.74-89, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47208/sd.v26i3.2751>.

NORAT, Adriana Barros; ALMEIDA, Fernanda Marinho Corrêa de; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; BERNARDO, Alethea Maria Carolina Sales. Violência doméstica e familiar contra a mulher, em Belém-Pará, durante o período da pandemia da Covid-19. **Revista SUSP**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-77, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.56081/2763-9940/revsusp.v1n1.a4>.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.

PESTANA, Jesika Thamires da Silva; SANTOS, Emmanuela Kethully Mota dos; SILVA, Aline Maria de Melo; ROCHA, Camila Maria da; NASCIMENTO, Gabriele Amorim do; RODRIGUES, Isabela Silva; SILVA, Maria Camila da; MONTEIRO, Thalice Michielle de Queiroz. Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 64290-64308, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-691>.

PARÁ. Governo do Pará. Delegacia Geral de Polícia do Estado do Pará. **Portaria Nº 130/2018, de 08 de outubro de 2018**. Dispõe sobre a criação da Divisão de atendimento à Mulher vítima de violência doméstica e familiar – DEAM Ananindeua. Pará: Boletim Interno, Nº 045, p. 3, 11 out. 2018. Disponível em: <https://intranet-api.pc.pa.gov.br/api/open-pdf-boletim/5069>. Acesso em: 26 jul. 2024.

POSSEBON, Laís Grás. A atipicidade criminal da desobediência às medidas protetivas da Lei Maria da Penha: proteção sem punição gratuita. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 18, p. 75-101, 2017.

ROSA, Dorian Ozólio Alves; RAMOS, Renata Cristina de Souza; GOMES, Talita Munick Vieira; MELO, Elza Machado de; MELO, Victor Hugo. Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, esp. 4, p. 67-80, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S405>.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano Psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Cláudia Maria da; SILVA, Fagner Goes. Lei Maria da Penha: reflexões sobre as medidas protetivas de urgência. **Revista Ipanec**, v. 1, n. 1, p. 41-51, 2020.

SILVA, Lídia Ester Lopes da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014>.

Violência contra a mulher: a caracterização dos delitos nos casos de descumprimento das medidas protetivas de urgênciaAndreyza Jesus Dias Teixeira Chaves
e Fernando Augusto Ramos Pontes

SILVA, Paulo Vasconcellos; JORGE, Tania Araujo. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. *In*: COSTA, António Pedro; OLIVEIRA, Cleonilde; SYNTHIA, Ellen; RIBEIRO, Jaime; PRESADO, Helena; BAIXINHO, Cristina. **Atas do 8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**: Investigação Qualitativa em Saúde. Aveiro/Portugal: Ludomedia, 2019, p. 41-48.

WILHELM, Fernanda; TONET, Jaqueline. Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 25, n. 51, p. 401-412, 2007.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

A DIVISÃO TERRITORIALIZADA DA ATIVIDADE POLICIAL: UM PERFIL DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM BELÉM¹

ANTONIO JOSÉ MARTINS FERNANDES

Professor universitário (UNIFAMAZ). Advogado. Mestre em Direito (UFPA). Especialista em Ciências Criminais (CESUPA).

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: ajmf06@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5476-9198>

LUANNA TOMAZ DE SOUZA

Pós doutora em Direito (PUC-RIO), Doutora em Direito (Universidade de Coimbra), Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, Coordenadora da Clínica de Atenção à Violência, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal e Democracia, Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: luannatomaz@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8385-8859>

Contribuições dos autores: Antonio Fernandes contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e interpretação dos dados. Luanna Souza contribuiu com a análise e a interpretação dos dados e a revisão crítica do manuscrito.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o perfil da Polícia Militar na cidade de Belém/PA, através das diferenças de atuação dessa agência, conforme a sua divisão de território. Após a exposição dos principais aspectos da atuação policial, primeiramente formais e depois subjetivos, o desenvolvimento culmina com as reflexões acerca dos principais aspectos dessa atuação, que se contradizem entre o discurso declarado da atuação e a prática real. Através do método indutivo para a abordagem e comparativo para os procedimentos, é possível compreender um perfil de atuação territorializado, que é direcionado e se distingue por marcadores sociais da diferença, aplicando-o às polícias de modo geral. As técnicas utilizadas para a execução consistem em levantamento bibliográfico e análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes que atuam nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. Como parte das conclusões alcançadas, pode-se perceber a instituição policial como um instrumento de controle social de grupos marginalizados quanto a raça, classe e território, isolada ou conjuntamente, através da diferenciação da atuação policial conforme o bairro em que esta se localiza.

Palavras-chave: Criminologia. Polícia militar. Território. Racismo. Marcadores sociais.

¹ Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado do autor Antonio José Martins Fernandes, sob orientação da autora Prof.^a Dra. Luanna Tomaz de Souza, intitulada "Em busca da mancha: a atuação policial nos bairros do Jurunas e da Batista Campos".

ABSTRACT

THE TERRITORIALIZED DIVISION OF POLICE ACTIVITY: A PROFILE OF THE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE IN BELÉM

The present work aimed to understand the Military Police's profile in the city of Belém through the differences in this agency's proceed according to its territorial division. After exposing the main aspects, first formal and then subjective, of police proceed, the development culminates with reflections on the main aspects of this action that contradict each other between the declared speech of the action and the actual practice. Through the inductive method for the approach and comparative for the procedures, it was possible to understand a territorialized profile of action that is directed and distinguished by social markers of difference, applying it to the police in general. The techniques used for the execution consisted of a bibliographical survey and content analysis of semi-structured interviews carried out with agents who work in the Jurunas and Batista Campos neighborhoods. As part of the conclusions reached, the police institution can be seen as an instrument of social control of marginalized groups in terms of race, class and territory, alone or together, through the differentiation of police action according to the neighborhood in which it is located.

Keywords: Criminology. Military police. Territory. Racism. Social markers.

Data de Recebimento: 30/03/2023 – **Data de Aprovação:** 20/07/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1904

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário da atuação policial no Brasil contemporâneo tem ganhado bastante espaço em discussões acadêmicas, tendo em vista que os dados referentes a essa agência do sistema penal têm refletido um contexto de violência e preferência por indivíduos vulnerabilizados quanto a classe, raça, gênero, sexualidade e idade.

A presente pesquisa tem a intenção de refletir sobre o perfil da atuação de uma dentre essas polícias, que é a Polícia Militar (PM), escolhida por razões metodológicas, haja vista sua atuação mais ostensiva e o maior contato direto com a população nas ruas. Objetiva entender aspectos formais e materiais dessa atuação para compreender o perfil da instituição da PM no estado do Pará e em Belém. Derivada de pesquisa de mestrado, esta investigação almeja perceber melhor a realidade da capital do estado do Pará, repensando os parâmetros de atuação dessa agência. Pretende-se fomentar uma compreensão da PM na região Norte do Brasil, pouco presente nas produções acadêmicas sobre o fazer policial.

A escolha dos bairros do Jurunas e da Batista Campos não decorreu do fato dos autores residirem no bairro, mas de particularidades dessas áreas na cidade. Em que pese bairros limítrofes, ambos possuem características socioeconômicas bastante díspares, com um perfil populacional bastante diverso e lidos socialmente de maneiras opostas.

Apesar de suas diferenças, por bastante tempo essas áreas compõem a mesma Área Integrada de Segurança Pública (AISP)² do estado do Pará e foram, até 2018, áreas policiadas pelo mesmo Batalhão de Polícia Militar (BPM).

2 Divisão administrativa de atuação no âmbito da segurança pública do Estado. No caso em particular, trata-se da 4ª AISP.

A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

O bairro do Jurunas tem população negra, pobre e é considerado periférico. Nesse cenário, os rótulos mais facilmente atribuídos a esse bairro são: perigoso, criminógeno e alvo de atenção das instituições de segurança pública. O bairro da Batista Campos, por sua vez, é considerado nobre e elitizado, bem urbanizado, seguro, com pouca necessidade de aparato policial, com áreas verdes para uso comum da população e custo elevado para moradia; é um dos bairros mais caros para se residir na cidade, onde o delito é um fato estranho e advindo de regiões externas ao próprio bairro.

A história de formação desses bairros se entrelaça com maior intensidade entre o final do século XIX e o começo do século XX, período de gestão do intendente Antônio Lemos, cujo objetivo era implementar projetos de urbanização para equiparar Belém ao padrão de vida e comportamento de cidades europeias. Na época, o padrão europeu era considerado, pelos grupos dominantes, modelo de civilização e embelezamento urbano.

As obras da urbanização de Lemos se voltaram com frequência para o bairro da Batista Campos, iniciando a elitização daquele espaço, bem como a aproximação do sentimento da elite residente naquele espaço de uma segurança e uma semelhança aos padrões europeus. Esses projetos envolviam iluminação, transporte, saneamento público e espaços de lazer. Esse contexto valorizou financeiramente o bairro e empurrou a população menos privilegiada para áreas sem infraestrutura urbana e pouco interessantes para esses projetos. Essas áreas, inicialmente, eram regiões próximas às áreas nobres, uma vez que “forneciam” mão de obra para a elite. Assim, o bairro do Jurunas serviu como o depósito dessa população, que era economicamente impossibilitada de residir no bairro nobre vizinho, a Batista Campos, e tornou-se uma área desvalorizada, malvista pela sociedade, considerada perigosa e criminógena, influenciando o direcionamento da atuação policial com mais intensidade para essa área.

Essa dualidade facilita a compreensão do perfil da PM na cidade, tendo em vista que, ao comparar realidades opostas, verifica-se a diferenciação entre a atuação policial conforme os marcadores sociais da diferença, em especial os marcadores de raça, classe e território.

A partir do método indutivo com inspiração etnográfica, esta pesquisa reflete acerca de como a atuação evidencia o perfil da Polícia Militar em Belém, na esperança de que estas análises possam ser expandidas para compreensão das polícias de forma geral.

As técnicas utilizadas para a execução do trabalho consistem no levantamento bibliográfico e documental e realização de entrevistas semiestruturadas com agentes policiais militares que trabalham no policiamento dos bairros analisados.

Com os levantamentos bibliográficos, é possível entender aspectos teóricos acerca da polícia, essenciais à compreensão do perfil da sua atuação, bem como dos elementos que marcam essa atuação. Com o intuito de compreender uma instituição interdisciplinar, as leituras envolveram autores da Sociologia, Antropologia e Criminologia crítica.

Para a realização da pesquisa, foram elaborados ofícios para os Comandantes do 20º e do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que realizam o policiamento do Jurunas e da Batista Campos, para autorização das entrevistas. Após autorização, realizou-se comparecimento ao batalhões para agendamento dos encontros.

O critério aplicado para essa seleção de agentes foi apenas o de atuarem em um dos dois bairros. Os entrevistados foram escolhidos pelos próprios comandantes das companhias que realizavam o

policimento. Nessa seleção, foram entrevistados sargentos, cabos, soldados, comandantes e um major, entre homens e mulheres. As entrevistas ocorreram no período de maio a setembro de 2021.

O PODER POLÍTICO NAS RUAS: A COMPLEXA E INCOMPLETA DEFINIÇÃO DE POLÍCIA

Compreender no que consiste e quais são as funções da polícia são tarefas imprescindíveis para localizar e aprofundar as pesquisas acerca do tema. Como parte dos objetivos do presente trabalho, as reflexões acerca de uma definição da polícia e sua ramificação militarizada contribuem para a compreensão de como se pode enxergar um perfil dessa instituição na cidade de Belém.

É a partir do referencial adotado que se poderá pensar em quais características podem se fazer presentes no perfil traçado em um estudo etnográfico, como o que se tenciona realizar aqui.

Segundo Verena Alves (2015, p. 41), definições formais acerca do que seria a polícia não estão uniformizadas entre os estudiosos, de modo que são suficientes apenas de maneira superficial, uma vez que não contemplam diversas nuances acerca da atividade policial.

A atividade policial, sem adentrar em suas especificações como Polícia Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, representaria a garantia do exercício seguro e livre dos direitos sem ameaças e agressões (Afonso, 2018, p. 254). Contudo, esse conceito uniformiza superficialmente as noções acerca de polícia, não contemplando as nuances da atividade policial³.

Outra dificuldade presente nas tentativas de definição são as limitações dos conceitos formais. No bojo da Constituição Federal (CR/88), há distinção entre as diversas ramificações da atividade policial definidas apenas em aspectos formais e pensados conforme um discurso institucional e declarado.

No art. 144 da CR/88 (Brasil, 1988), a definição da PM é de instituição responsável por garantir a segurança pública através do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (*caput* e § 5º), sendo segurança pública a preservação da ordem e da incolumidade (pessoal e patrimonial).

A conceituação exclusivamente formal e institucionalizada impede que, seguindo o objetivo do presente estudo, seja traçado o perfil da PM em Belém. Um conceito generalista e formal não contempla fatores materiais que compõem a polícia como parte de fenômenos sociais

Esse discurso compõe a fachada de uma instituição supostamente responsável pelo bem-estar social através da exigência do cumprimento da lei, mas que na verdade esconde funções mais profundas e que interferem diretamente na vida privada das pessoas (Alves, 2015, p. 60). Portanto, é um disfarce para a manutenção das estruturas da desigualdade de raça, classe e território. “[...] não devemos esquecer que tais entidades foram criadas e estruturadas com finalidade de proteção patrimonial e, conseqüentemente, voltadas para o objeto (in)direto de manutenção de uma ordem econômica governamental muito bem definida” (Alves, 2015, p. 60).

³ De modo algum isso representa um demérito ao conceito cunhado pelo Prof. João José Rodrigues Afonso (2018, p. 254). O conceito generalista tem sua importância para compreensões iniciais acerca do tema, mas não contemplam, necessariamente, vieses, perspectivas e críticas acerca do assunto.

Assim, independentemente das subdivisões entre militar, civil, federal ou rodoviária, a instituição deveria pautar seus modos de atuação para alcançar tal finalidade. Entretanto, uma série de elementos contribuiu para que esse conjunto de instituições não seja realmente estruturada ou direcionada para tanto.

Um dos primeiros elementos que os estudos têm destacado é a ausência de um teor mais democrático, mesmo após o final da ditadura militar brasileira (1964-1985). Em que pese esse tenha sido o modelo de Estado adotado para as transformações de diversos institutos e instituições, a Polícia não foi uma delas. O modelo de organização e estruturação das polícias previsto na CR/88 pouco se diferenciou do modelo que já era adotado anteriormente.

Ao analisar estes últimos, observa-se que no campo da segurança pública há um pêndulo entre medidas de modernização democrática das polícias e do sistema de justiça criminal e a retroalimentação de forças isomórficas que recolocam a violência institucional e a baixa eficiência na prevenção do crime na garantia de direitos como elementos constituintes do padrão de atuação das polícias brasileiras (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 120).

Sinhoretto e Lima (2015, p. 121) igualmente mencionam que esse período de transição culminou com um aumento da percepção do crime e da violência, o que sedimentou uma sensação de medo e insegurança na população, que enxerga a polícia como a via de garantia de segurança.

O trabalho etnográfico de Teresa Caldeira (2011), que, de modo geral, trata das transformações urbanas em São Paulo em razão do aumento da percepção do crime e da violência, dedica diversos momentos para falar do autoritarismo e do papel da polícia como instituição controladora do cidadão e garantidora da segurança. Em uma das entrevistas realizadas pela autora, uma moradora de um bairro de classe média alta da cidade São Paulo relaciona a atuação da polícia com a recente tranquilidade que aparecera no bairro.

– *Mas de onde a senhora acha que é esse pessoal que tanto assalta por aqui?*

– Ah, só pode ser da favela! Não vou dizer que é da favela, porque na favela tem tanta gente boa também. Então. Eu acho que vem de outros lugares; inclusive, esses dois que me assaltou, assaltou duas vezes essa mesma moça, assaltou o irmão dela, assaltou os dois inquilinos que moram no quintal e assaltou esse vizinho que mora do meu lado. Num período de cinco a sete dias foi assaltado todo esse pessoal. Passando uns dias, a mãe de um dos rapazes que foi assaltado me contou que os policiais apagaram uns três fulaninhos lá embaixo. Depois disso, ninguém viu e ninguém foi assaltado [...] Então, eu acredito que esses dois que fizeram comigo, com a turma, a gente não deseja o mal, mas se foi, graças a Deus, não apareceu ninguém mais aqui não (Caldeira, 2011, p. 80, *grifo da autora*).

Essa moradora deixa bastante claro, ainda que inconscientemente, que enxerga na atuação violenta da polícia uma maneira de alcançar a paz social. Para essa entrevistada, após o assassinato de dois homens na região durante a atuação de agentes policiais, não ocorreram mais assaltos, o que ela assimila como segurança.

Portanto, reitera-se que há um nítido conflito entre o discurso declarado e a realidade da prática policial. A compreensão do papel da polícia na sociedade, seguindo o esteio das compreensões de Veena Das (2020, p. 29), decorre não somente de sua perspectiva macro, mas sim da chamada descida ao ordinário, ao cotidiano, para que se compreenda a totalidade da vivência violenta que decorre da atuação da instituição.

Segundo Érica Babini Machado *et al.* (2018, p. 231), a polícia representa uma atualização da figura do capitão do mato, que consistia na figura de um homem negro liberto que capturava negros escravizados que emprendiam fuga. A atualização com a figura do policial, ainda mais o policial negro, representa

a manutenção do privilégio da elite branca em uma instituição de controle da população negra e marginalizada e o seu extermínio.

Com isso, a instituição policial é marcada pela prática de controle social de grupos considerados marginalizados. Segundo Felipe Freitas (2020, p. 105), a polícia é resultado de todas essas construções sociais, bem como das próprias relações que a instituição desenvolve com os grupos e indivíduos.

A polícia é muito mais do que uma mera reiteração de expectativas, previsões e práticas. As polícias são produto das interações, reinvenções profissionais e culturais, “parcerias formais e informais de diversas ordens”, que remontam a processos de construção de vínculos sociais e, por conseguinte, de trocas materiais e simbólicas que se estabelecem no fluxo de construção e legitimação do lugar da autoridade policial. Ou seja, as polícias são resultado de perenes trocas entre instituições, organizações, sujeitos, grupos e sociedade [...] (Freitas, 2020, p. 105).

Portanto, neste estudo, é essencial que seja delimitada uma compreensão acerca da polícia. É dessa noção que se pode traçar o perfil dessa instituição e dos seus agentes em Belém do Pará, bem como da sua atuação nesta cidade.

As polícias derivam das estruturas que compõem o núcleo social em que estão inseridas. São instituições derivadas de relações sociais, uma espécie de poder político com agir concreto (Freitas, 2020, p. 105). No tocante à PM, compreende-se como um poder político de ação nas ruas.

A tentativa de encontrar um conceito comum e encerrado de polícia não é tarefa fácil e nem se encontra finalizada. Ao final desse tópico, pontua-se o conceito que é o ponto de partida para as reflexões tecidas aqui, mas isso não representa um conceito final ou unânime, e sim a escolha metodológica para o estudo.

Sendo assim, retomando as características sobre o fato de as polícias, em especial a PM, que aqui é analisada, serem construções a partir das estruturas sociais, é preciso mencionar as questões de raça e classe que as envolvem. Para isso, compreende-se a atividade policial como determinada pelos elementos das questões de classe social e racismo estrutural.

Em que pese existirem outros marcadores que impactem e direcionem a atividade policial, como gênero, idade e sexualidade, neste trabalho é realizada a escolha de analisar o perfil da polícia militar em Belém com base nos fatores mencionados.

Portanto, as polícias são instituições de controle social, em especial a polícia militar, e que, mormente, são as primeiras etapas do processo de seleção criminalizante secundária (Zaffaroni; Batista, 2011, p. 45). Elas realizam a escolha efetiva do que será ou não será envolvido no sistema penal.

Por sua vez, esse processo de seleção é direcionado a pessoas vulnerabilizadas. O sistema e as polícias, como parte dele, atuam de maneira declarada formal e legalmente, mas na verdade são sim direcionados às camadas mais marginalizadas da sociedade. Assim, é comum que o sistema conte com sua população selecionada de uma maioria jovem, negra, pobre e periférica.

A advogada ativista estadunidense Michelle Alexander (2017, p. 51) esclarece que o sistema penal e sua característica do encarceramento em massa, principalmente relacionado à chamada Guerra às Drogas, é a

forma atualizada de controle, dominação e neutralização da população negra nos Estados Unidos (EUA), como anteriormente ocorrera com o sistema Jim Crow e com a escravidão.

De forma análoga, a sociedade brasileira também é construída a partir de uma cultura de diferenciação de classe, bem como de um racismo estrutural. Conforme Silvio Almeida (2019, p. 46-47), o racismo se perfaz em uma dimensão estrutural, garantindo que pessoas negras sejam segregadas nos mais baixos estratos sociais. Ou seja, o racismo compõe a formação da sociedade brasileira, seja em questões objetivas como subjetivas.

Toma-se racismo como projeto de dominação baseado em uma concepção social do elemento racial; na concepção de Adilson Moreira (2019, p. 41), é evidente que esse é um dos elementos que estruturam a atuação policial, bem como se desenvolve dentro dessa na sua dimensão institucional (Almeida, 2019, p. 37).

Quanto à questão de classe social, primeiramente, é preciso esclarecer que essa é indissociável da questão racial. O papel do racismo na sua dimensão estrutural cuidou de legar aos negros os estratos mais baixos entre as classes, de modo que é possível compreender que a raça induz a classe.

Outra observação que não se pode deixar de mencionar referente às classes sociais é como estas são utilizadas para invisibilizar a questão racial. É comum ouvir que os problemas no Brasil não estão relacionados ao racismo, mas sim à pobreza. Nega-se a ocorrência de racismo, consequência da ideologia de democracia racial, argumentando que a desigualdade deriva do preconceito de classe, quando não o é assim (Guimarães, 2012, p. 47).

Desse modo, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 43) menciona que classe social deve ser compreendida em duas formas. De modo geral, a classe social corresponde a posições objetivas do corpo social e que concentram interesses e orientações de ação similares.

Contudo, ao voltar seu olhar para o Brasil, onde muito se disfarça o racismo como questões de classe, a classe social é compreendida como uma ordem de:

[...] desigualdade de direitos, da distribuição da honra e prestígios sociais, em sociedades capitalistas e modernas, onde permaneceu razoavelmente intacta uma ordem hierárquica de privilégios, e onde as classes médias não foram capazes de desfazer os privilégios sociais, e de estabelecer os ideários da igualdade e da cidadania (Guimarães, 2012, p. 43).

Portanto, a classe social é um dos fatores de vulnerabilização mais comuns, uma vez que parte dessa compreensão de diferenciação com base em determinados privilégios. Para o propósito desta análise, é compreendido como um fator de desigualdade, mormente, de ordem econômico-financeira.

Os estudos sobre seletividade compreendem que o sistema penal, principalmente através das agências policiais, é estruturado para selecionar nesses grupos vulnerabilizados. O sistema não seleciona mais pessoas pobres e negras por meras coincidências ou somente pela facilidade em selecionar pessoas desses grupos, mas sim pelo fato de que o sistema é estruturado para alcançar tais indivíduos (Alexander, 2019, p. 51).

Assim, a compreensão do perfil da Polícia Militar, partindo de análises da sua atuação em Belém, parte dessa noção de seletividade na criminalização secundária realizada pela PM, direcionada para pessoas

vulnerabilizadas, em especial, negras e pobres. É a manutenção da dominação de determinados grupos sobre outros através de agências penais.

Neste estudo, então, pode-se compreender as polícias como instituições voltadas à garantia da segurança pública através da proteção de bens e direitos com a utilização comedida da força, mas que representam, realmente, uma instrumentalização do controle social de pessoas e grupos vulnerabilizados.

É com essa percepção da atividade da polícia que foram analisadas as falas das entrevistas realizadas com os agentes da Polícia Militar no 2º e no 20º BPM da cidade de Belém; melhor detalhado, a seguir.

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM BELÉM NOS BAIROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS

Nesse tópico, é descrita a divisão e a organização formal da atuação da PM na cidade de Belém, especialmente nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. Através dessa descrição, almeja-se destacar quais são os principais elementos que compõem a chamada *atuação*, bem como introduzir quais aspectos dessa atuação evidenciam um perfil da PM no Pará.

As definições acerca da divisão territorial-funcional da PM no estado do Pará se encontram dispostas na Resolução 185/2012 do Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará – Consep (Pará, 2012).

Ao utilizar esse instrumento formal, não significa que as relações e dinâmicas estejam limitadas pelo que é disposto apenas em uma norma administrativa, mas sim que esse é o marco inicial da análise que se aprofunda para além de perspectivas legais.

A capital do estado, a cidade de Belém, bem como seus distritos (Icoaraci e Mosqueiro) e suas ilhas, é delimitada como a 1ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), conforme o art. 3º da Resolução supracitada, sendo o interior do estado delimitado em outras regiões.

A divisão em RISP visa o aprimoramento das políticas de segurança no tocante a “[...] integração do planejamento, coordenação, controle, fiscalização e execução das atividades operacionais dos Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado [...]” (Pará, 2012), objetivando executar mais coordenadamente essas políticas⁴.

Cada Região pode ser dividida em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). O objetivo das RISP’s e AISP’s é melhorar a integração da operacionalização das atividades de segurança pública, por isso, em cada uma delas, é detalhado como cada órgão de segurança pública atuará para que possam trabalhar de maneira mais articulada.

O inc. I, do § 4º, do art. 5º da Resolução Nº 185/2012 detalha as divisões da Polícia Militar na 1ª RISP, quais sejam: todos os Batalhões de Polícia Militar (BPM) que atuam na capital. A alínea *d*, por exemplo, delimita que o 20º BPM tem jurisdição nos bairros: Cremação, Condor, Jurunas, Batista Campos, Guamá e Terra Firme. A mesma delimitação é feita para a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, com divisão administrativa de acordo com as RISP’s (Pará, 2012).

4 Art. 2º da Res. 185/2012 do Consep (Pará, 2012).

A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

Tal Resolução, no art. 5º, também detalha as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) da 1ª RISP. No art. 5º, § 4º, I e II, da supracitada Resolução, é delimitada a 4ª AISP⁵, área na qual estão localizados os bairros Jurunas e Batista Campos.

Outra informação relevante acerca dessa divisão é a que compartilhou um dos policiais entrevistados: ainda que a Resolução Nº 185/2012 não tenha sido formalmente alterada, o policiamento da área da Batista Campos não corresponde mais ao 20º BPM.

Um policial do 2º BPM informou que isso ocorreu por volta do ano de 2018, quando uma portaria interna da PM-PA permutou o bairro da Batista Campos com o bairro de Canudos, jurisdição do 2º BPM⁶, também conhecido como um bairro periférico.

Esse mesmo agente informou que tal permuta ocorreu em razão do perfil dos bairros. Ou seja, o bairro da Batista Campos tinha um perfil mais semelhante aos bairros policiados pelo 2º BPM, enquanto o bairro de Canudos se assemelhava aos demais bairros do 20º BPM.

Essa informação acerca da existência de norma legal que foi adaptada na prática do trabalho policial chama a atenção por destacar como a práxis da instituição vai além dos limites formais, como as disposições da Resolução Nº 185/2012. As observações práticas do trabalho policial motivam modificações na estruturação e divisão das jurisdições, trocando diversos bairros da AISP em que estavam originalmente por questões estratégicas do policiamento.

Esse relato demonstra o que Jaime Souza e João Francisco Reis (2013, p. 68) destaca como parte da subcultura que é desenvolvida dentro da faceta informal da instituição policial. O autor destaca que há uma valorização da experiência e da aprendizagem no trabalho policial, ao invés de se ater em padrões meramente teóricos. Ao consultar a Resolução 185/2012, esta não foi alterada e nem mesmo revogada. Isso é pontapé para outras situações de informalidade ou ausência de regularização, como o fato de algumas polícias não possuírem Procedimento Operacional Padrão – POP⁷ (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 127).

Por outro lado, o objetivo da constituição dessas AISPs, formalmente, é compatibilizar os trabalhos das delegacias de Polícia Civil com as companhias de Polícia Militar, visando uma otimização dos resultados produzidos em políticas de segurança pública (Azevedo; Castro, 2007, p. 17).

5 § 4º. A 4ª AISP englobará os Bairros da Batista Campos e Jurunas.

I – o perímetro da 4ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da Travessa Quintino Bocaiúva com a Avenida Gentil Bittencourt, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Serzedelo Corrêa, flete à direita e segue por esta até a Travessa Gama Abreu, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Almirante Tamandaré, segue por esta até a Avenida Dezesesseis de Novembro, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita contornando a margem direita deste Rio até encontrar a foz do canal da Avenida Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por este até encontrar a Travessa Dr. Moraes, flete à esquerda e segue por esta a Avenida Fernando Guilhon, flete à direita e segue por esta a Travessa Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até o início da poligonal;

II – as Unidades de atuação da 4ª AISP serão as seguintes:

- a) na Polícia Militar, a 2ª Companhia/20º Batalhão de Polícia Militar;
- b) na Polícia Civil, a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA) e a Unidade de Polícia do Jurunas;
- c) no Corpo de Bombeiros Militar, o 1º Grupamento Bombeiro Militar. (Pará, 2012).

6 Isso explicaria o fato de a Resolução 185/2012 do Conselho nunca ter sido alterada e nem haver uma menção a essa portaria interna da PM-PA, que se trata de uma publicação interna da instituição e que não é divulgada.

7 Entende-se por POP (Procedimento Operacional Padrão) o conjunto normativo elaborado para alcançar a padronização das condutas que devem ser adotadas no momento de realização de algum procedimento inerente à atividade funcional, como uma abordagem policial. Muitos desses documentos são elaborados pelas próprias instituições.

Essas áreas funcionam como espaços de monitoramento sistemático, cujo planejamento é realizado a partir dos diagnósticos dos dados obtidos. Portanto, percebe-se que tanto as RISPs quanto as AISP possuem a finalidade de promover uma gestão cooperativa e integrada entre as polícias, buscando uma suposta eficiência na promoção do direito à segurança pública.

Em outros estados, também houve esse tipo de delimitação. No estado da Bahia, houve a divisão da capital em AISP por meio do Decreto Nº 13.561, de 2 de janeiro de 2012; no art. 2º, há uma clara disposição que demonstra a finalidade de implementação desse modelo de policiamento integrado.

Paulo Augusto Souza Teixeira (2009, p. 6) define esse modo de organização territorial como uma compatibilidade das áreas de atuação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Tal política promoveria uma aproximação entre essas polícias e a implementação de melhorias coordenadas para a atuação.

Nesses conceitos, é coerente a explicação fornecida pelo policial do 2º BPM acerca da permuta entre os bairros de Canudos e da Batista Campos. Sendo uma área em que o objetivo é a implementação de um policiamento integrado, é importante que bairros com perfis semelhantes estejam sob a mesma AISP, o que justificaria a separação dos bairros do Jurunas e da Batista Campos, que são de perfis bem diferentes.

Por essas questões de diferenciação da divisão, percebe-se que há diferença no policiamento de uma AISP que contém dois territórios tão diferentes, ainda que limítrofes, como os bairros do Jurunas e da Batista Campos. É a comprovação de que o elemento territorial tem um impacto na atividade policial e altera as dinâmicas de atuação da PM conforme o local em que ela se encontra.

Portanto, o planejamento e as estratégias da atuação policial já permitem que se presuma um perfil de uma polícia que atua a partir de uma divisão ordenada do território, das suas similitudes e diferenciações, o que, em que pese não esteja em resoluções, engloba as pessoas e os grupos que estão presentes nessas áreas que atuam.

Contudo, isso configura, *per se*, um elemento de vulnerabilização, remetendo ao perfil da instituição policial descrito pela criminologia crítica, de uma entidade de controle social, direcionada por marcadores sociais da diferença.

Assim, com a finalidade de se traçar esse perfil, identificam-se alguns elementos dessa atuação policial que se sobressaem na compreensão dessa instituição e do papel que ela exerce na sociedade. Durante a execução desta pesquisa, evidenciaram-se os traços da PM através da própria divisão por bairros, do quantitativo de agentes nas áreas, das estratégias escolhidas para cada região, bem como pelos delitos que mais frequentemente são registrados.

Através dessas informações, aparentemente objetivas, é possível compreender um padrão subjetivo na instituição e que, muitas vezes, é tão bem repassado a seus agentes que estes pouco questionam as incongruências existentes.

Os detalhes dessa atuação prática tão contraditória são o conteúdo do tópico seguinte.

8 Art. 2º. As Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP são agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança pública com qualidade e custos adequados (Bahia, 2012).

A BUSCA DA MANCHA; CONFLITOS ENTRE O DISCURSO E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS BAIRROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS

Nesta seção, o objetivo a ser alcançado é destacar os pontos que mais se sobressaem na análise para construção de um perfil da instituição policial, a partir das entrevistas realizadas com agentes da Polícia Militar.

Através desses tópicos, que surgiram durante as conversas, um perfil da PM se forma e é útil para uma concepção geral acerca do perfil das polícias como instituição. Nesse ponto, o mais evidente é o confronto entre o conteúdo desses tópicos relatados e analisados com o discurso oficial da segurança pública.

A. A DIVISÃO TERRITORIALIZADA DA ATIVIDADE POLICIAL: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE

O primeiro aspecto de grande destaque quando se analisa a atuação da polícia é a divisão territorial que organiza esse trabalho. É esse o fator central para delimitação de aspectos formais, mas que possuem facetas subjetivas – que se ligam com as questões de raça e classe.

O território, da mesma forma que os marcadores raciais e de classe, é uma construção social. Portanto, deriva da estrutura social do local em que se encontra inserido. Na concepção de Milton Santos (2006, p. 39), o território representa uma apropriação do espaço, que é prévio à ocupação e transformação humana, por seres humanos, composto a partir das relações sociais que nele coexistem.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (Santos, 2006, p. 39).

Compreende-se o território como uma realidade transformada e que deriva das relações de poder que existem nele, entre espaços que mandam e espaços que obedecem, em uma geografia da desigualdade (Valente, 2016, p. 111).

Portanto, analisar o território, bem como as dinâmicas que ocorrem interna e externamente a ele, está intrinsecamente vinculado à compreensão das relações sociais de poder que ocorrem naquele ambiente. Dentro desses espaços, a PM representa um desses instrumentos das relações de poder.

A estruturação e organização da PM a partir de uma divisão territorial reflete o impacto desse elemento na atuação policial. Como agência, recebe toda influência e todo direcionamento advindos de marcadores sociais, especialmente os de raça e de classe social. Segundo Aiala Colares Couto (2018, p. 61), a compreensão perpassa sobre as formas como o território foi apropriado e transformado.

É essa rede de relações que permite, que em uma única região, coexistam territórios, ainda que estejam localizados no mesmo espaço geográfico ou até no mesmo bairro. Por isso, o território pode ser compreendido de maneira diferente por pessoas ou grupos diferentes (Couto, 2018, p. 62).

Nesse sentido, o autor destaca alguns exemplos de territorialidades flexíveis existentes nas grandes metrópoles modernas, tais como os territórios da prostituição feminina ou masculina, que se concentram nas áreas de obsolescência ou espaços deteriorados dos grandes centros comerciais. Isso demonstra o caráter cíclico desse tipo de territorialização e cria uma identidade territorial que pode ser considerada apenas relativa, muito mais funcional do que efetiva, pois seus limites territoriais são instáveis devido à mobilidade existente (Couto, 2018, p. 66).

Uma região construída com base nas relações sociais de poder que nela coexistem é terreno fértil para o controle ou não por parte de uma agência policial. Cada território, em uma sociedade, existirá conforme o controle que é exercido sobre si (Couto, 2018, p. 63).

Portanto, o território é elemento essencial para o exercício da dominação de um grupo privilegiado econômica, social e racialmente sobre outros construídos como vulnerabilizados, bem como é construído a partir dessas categorias. Ou seja, é impossível desvincular o território de questões de classe, gênero, sexualidade e raça.

É preciso compreender que essas categoriais são indissociáveis quando se trata de território, ainda mais quando se deseja analisar a atuação policial, tendo em vista que são elementos que estruturam a configuração social que se tem atualmente.

Além do mais, quanto à questão racial, a relação com o fator territorial perpassa por camadas mais profundas, uma vez que as pessoas negras, que ocupam fisicamente os territórios, na verdade passaram por um processo de desterritorialização em duas etapas, uma vez que foram retiradas de seu território geográfico (o continente africano) e retiradas de seus lugares sociopolíticos e culturais de seres humanos (Manzoni, 2020, p. 83).

Portanto, pessoas pobres e negras foram empurradas para ocupar regiões periféricas e desvalorizadas em razão de interesses econômicos da elite branca e rica, o que foi possível somente em razão desse processo de desterritorialização.

A presença negra no Brasil justifica-se, majoritariamente, como resultado do tráfico de pessoas negras sequestradas na África para serem escravizadas, sofrendo desterritorialização no sentido geográfico. Assim, afastadas de todo um ecossistema com o qual estavam habituadas e interagem, levadas para uma realidade completamente diferente, de trabalho forçado.

Em uma segunda camada, mais grave, esse processo ocorreu em um nível sociopolítico e cultural, ou seja, também foram distanciadas de elementos simbólicos e subjetivos, como instituição familiar, padrões linguísticos, elementos políticos e religiosos.

A distribuição demográfica dessa população traficada ocorreu a partir de um padrão de organização branco e eurocentrado, de modo que provocou uma precarização da própria existência dessas pessoas e contribuiu para o processo de racialização delas, tornando-as negras e negros.

Os espaços ocupados, os chamados territórios negros, na verdade, estão fora dos padrões estabelecidos pelo grupo dominante rico e branco. Ou seja, às pessoas negras só foi dada a possibilidade de estarem em algum lugar através de uma organização baseada no racismo, contribuindo para vulnerabilização dessa população e perpetuação das desigualdades.

Além disso, a desterritorialização, embasada no racismo, serve para aproximar a população negra da natureza, distanciando-a da sociedade “civilizada”, estabelecida pelo grupo dominante branco e rico. Essa estrutura abre espaço para que, uma vez aproximados de elementos naturais (e não simbólicos e subjetivos), negros e negras sejam, também, desumanizados, representando negativamente esses territórios e naturalizando as violações contra esse povo (Manzoni, 2020, p. 83-84).

Essa lógica é o que permite no caso das pessoas não brancas a exposição a uma gentrificação, o escoamento de seus corpos para as periferias urbanas, em que, por analogia, a intervenção não se dá por dispositivos médicos, senão policiais. A imposição da polícia no cotidiano da favela se faz como intervenção corporal, não como “segurança pública”, mas como prática de extermínio da guerra ontológica (Manzoni, 2020, p. 89).

A utilização da agência policial, portanto, como meio de garantia de segurança pública, mascara uma muito bem estruturada estratégia de controle social de grupos vulnerabilizados e que estão fora do padrão elitizado do grupo dominante. É esse aspecto que influencia a divisão de bairros policiados.

Por exemplo, a justificativa que um dos agentes entrevistados apresentou para a permuta dos bairros Batista Campos e Canudos no policiamento em Belém. A semelhança do perfil do bairro periférico se aproxima mais do BPM que já policia bairros periféricos (como Jurunas), enquanto o outro bairro se aproxima mais do perfil do policiamento dos bairros elitizados (como Umarizal e Nazaré).

Assim, o primeiro traço evidente do perfil da PM é a sua indissociável relação com o elemento territorial, o que aprofunda as relações de raça e classe que existem na atuação desta instituição.

B. O QUANTITATIVO DE AGENTES E O IMPACTO NO CONTROLE SOCIAL DAS ÁREAS POLICIADAS

Outro elemento-chave para compreensão do perfil de atuação da PM é a distribuição do quantitativo dos agentes conforme a necessidade para cada área, que é determinada de acordo com a quantidade de crimes registrados e pelo tamanho e complexidade daquela região.

Durante as entrevistas, a informação apresentada pelos agentes da PM é de que, no bairro do Jurunas, há um total de quase 50 (cinquenta) agentes atuando no bairro, uma média de 12 policiais por turno. Isso somente para o bairro do Jurunas.

Já quanto ao bairro da Batista Campos, cujo policiamento é dividido com os bairros Umarizal e Nazaré, o total de agentes é aproximadamente 9 (nove) policiais. Nota-se que, mesmo com uma maior quantidade de bairros, a quantidade de agentes que realizam o policiamento no conjunto dos bairros considerados nobres é significativamente menor.

Decerto, as hipóteses sobre as razões dessa diferenciação são diversas. O tamanho dos bairros, a quantidade de habitantes, o perfil dos bairros conforme a concepção da própria PM, bem como a quantidade de delitos registrados nos bairros, a chamada mancha criminal⁹, influenciam nessa análise.

⁹ Essa expressão, conforme se percebe do conjunto das entrevistas, significa a intensidade da ocorrência de crimes em uma determinada região ou área. Quanto maior a mancha, maior a incidência de delitos registrados naquele local. Normalmente, é representada através de mapas de áreas quentes (hotspots), cujas manchas são indicadas pela coloração mais avermelhada, daí a ideia do termo “mancha”.

Um dos exemplos que um agente mencionou acerca da importância da mancha criminal é o fato de que essa mancha possui uma maior intensidade no bairro do Jurunas do que no bairro da Batista Campos, motivando que o efetivo destinado para aquele espaço necessite de uma maior quantidade de agentes e viaturas.

Portanto, essa questão, em que pese tenha diversas razões, possui uma finalidade específica não explícita: controle social especializado. O quantitativo é uma forma de montar e direcionar a instituição para controlar mais facilmente determinados grupos vulnerabilizados.

A maior quantidade no bairro periférico demonstra uma maior intensidade de controle naquela região. Enquanto que nos bairros considerados nobres, o controle objetiva passar segurança à elite, bem como manter sob controle o público não elitizado no bairro. A polícia, dentro do bairro elitizado, serve para manter os *outsiders* sob vigilância. No periférico, mantém os *outsiders* naquele espaço.

O perfil da polícia de planejar seus quantitativos a partir de características objetivas e subjetivas de cada espaço evidencia a influência que essas agências sofrem do paradigma estrutural, responsável pelas construções sociais que estão inseridas nos territórios.

Esse fato desencadeia diversas outras situações que parecem naturalizadas, mas que derivam desse direcionamento das agências para territórios e grupos vulnerabilizados. Por exemplo, se no bairro do Jurunas estão concentrados mais agentes, decerto terão mais facilidade de registrar delitos. Cria-se a ilusão que o bairro periférico é perigoso, precisa de mais agentes, que supostamente garantiriam mais segurança.

Assim, inicia-se e se perpetua um ciclo vicioso entre a utilização da agência policial para garantia da segurança, o aumento dos registros de delitos e o controle social de grupos vulnerabilizados. E quanto mais medo gerado, maior é o quantitativo, evidenciando o direcionamento da atuação policial conforme essas características sociais marginalizadas.

Loïc Wacquant (2005) identifica nesses espaços uma relação de marginalidade avançada pela clausura e exílio socioespacial da classe trabalhadora e as categorias etnoraciais dominadas. A concentração dessas pessoas em um território específico faz parte da execução de uma constante vigilância, que o autor chama de “pan-optismo social” (Wacquant, 2008, p. 100). A periferia, então, torna-se local de realização de controle e contenção dos marginalizados, das populações consideradas inferiores, através do aparato policial e seus processos de criminalização secundária.

Portanto, a definição do quantitativo de agentes faz parte da compreensão do perfil da atuação policial, uma vez que, em que pese os motivos para definição desse aspecto pareçam objetivos, estão ligados a marcadores sociais que determinam a seleção criminalizante.

C. DELITOS REGISTRADOS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: AS RELAÇÕES COM AS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS

Da mesma forma que o quantitativo, tanto os delitos que são registrados bem como as estratégias escolhidas para a repressão a esses fatos são delimitados conforme as dinâmicas sociais e territoriais de cada espaço policiado.

A depender dos delitos que são registrados com maior frequência, são pensadas estratégias específicas para aquela repressão. Até a forma como um delito ocorre impacta na escolha a ser utilizada. A dinâmica do bairro policiado determina essa escolha. Os agentes relataram que o delito patrimonial é o tipo de crime mais percebido nos bairros considerados nobres, especialmente o roubo e o furto. Ainda que esses crimes ocorram em áreas com maior circulação de pessoas e nas proximidades de regiões comerciais, há pouca mudança.

Somente dois dos entrevistados, que trabalhavam com o policiamento dos bairros de elite, mencionaram a ocorrência de outros tipos de delitos, mesmo que de maneira bastante excepcional. Os exemplos foram de perturbação do sossego e raros casos de violência doméstica contra mulheres. Um deles mencionou uma pequena ocorrência de tráfico de drogas na região do Horto Municipal¹⁰, fronteira entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos.

O bairro nobre tem uma grande preocupação com a proteção do patrimônio, móvel ou imóvel. Essa questão já chama a atenção, afinal o crime patrimonial é marcante na região rica, que possui o maior patrimônio.

Segundo Zaffaroni (2011, p. 47), esses são crimes com os quais a elite rica e branca tem maior contato e que ameaça algo que lhe é muito precioso: o bem patrimonial. Isso não significa que não haja receio de outros tipos de crime, mas não da mesma forma que os delitos patrimoniais, principalmente o roubo, que ocorre mediante o uso de violência ou ameaça. A repressão maior a esses crimes também ocorre por ser o crime mais visível na área, mais facilmente apreendido pela PM e mais divulgado na mídia.

Em verdade, a experimentação da violência e da insegurança, principalmente após o processo de redemocratização, por parte da sociedade, mormente da elite, criou uma cultura de medo constante, supervalorizando o direito à segurança (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 120). Isso motivou a presença maciça da PM nos espaços, a ponto de somente ser considerado um lugar seguro quando a elite assim se sentisse.

É certo que isso ocasionou uma transformação da PM, que se apresenta nos bairros nobres para garantir a segurança dos membros da elite rica e branca, bem como para manter afastados e controlados aqueles que representam a população da periferia, cujo deslocamento entre bairros gera medo e desconfiança no grupo dominante.

A PM, como instituição, realiza um controle sociorracial conforme os interesses da elite, de modo que se faz presente para que essas pessoas tenham a sensação de segurança e as demais, receio¹¹. Isso é refletido através dos crimes percebidos pelos policiais no bairro nobre: delitos geralmente apontados como prática comum das pessoas negras, pobres e periféricas. A elite branca e rica ajusta a presença da PM conforme seus interesses para realizar um controle mais direto da população marginalizada que atravessa territórios nobres.

Segundo Judith Butler (2020, p. 6), a paranoia branca formada por esse contexto de constante medo do crime e da violência praticada por aquele que é considerado “o outro” (não-branco) forma uma concepção de que somente se está protegido pela presença da polícia. É a razão de a PM ser o principal veículo de políticas de segurança pública, quando essa noção vai muito além da ideia de policiamento.

¹⁰ Área arborizada que fica localizada nas proximidades da fronteira entre os dois bairros aqui estudados existente desde 1897.

¹¹ Em seu trabalho, Caldeira (2011, p. 181) entrevistou pessoas pertencentes a baixos estratos sociais que mencionaram não se sentirem seguras em razão do abuso e da violência que a PM praticava contra os pobres.

De outro lado, o Jurunas é marcado pela repressão ao tráfico de drogas, mesmo com presença marcante de outras espécies de delitos. No bairro nobre, a incidência do tráfico de drogas sempre chega ao conhecimento dos policiais em razão das denúncias feitas por pessoas da elite por causa do medo sentido do crime e da violência. Já no bairro periférico, a repressão ao tráfico está mais ligada à manutenção da “ordem” pelos próprios agentes.

No caso dos crimes patrimoniais que ocorrem no Jurunas, a polícia destaca diferenças sobre o que ocorre na Batista Campos. Um dos entrevistados explicou uma divisão em subáreas para o bairro do Jurunas, especificamente. Cada uma dessas subáreas é capaz de ter um perfil de crime patrimonial ocorrendo. Um exemplo mencionado é que na área portuária ocorre muito roubo/furto a transeuntes por conta da circulação de pessoas e da quantidade de rotas prováveis de fuga. Já mais próximo a Batista Campos, mas ainda no Jurunas, o perfil do crime patrimonial mudava para o furto a residências ou em estabelecimentos comerciais.

Outros agentes entrevistados destacam a percepção de crimes mais violentos no bairro periférico que no bairro nobre, exemplificando com a diferenciação entre furto e roubo. Portanto, mais próximo ao bairro elitizado, a percepção do crime se tornaria menos violenta. O medo que a elite branca e rica tem da violência é construído por fatores externos à vivência do bairro nobre, bem como é evidente sua influência nas dinâmicas sociais existentes sobre os territórios.

Portanto, consegue-se observar que a seleção criminalizante realizada pelas polícias é guiada e mantém os marcadores sociais de vulnerabilização. As polícias então se compõem como agências com um perfil extremamente desigual nos delitos que selecionam. Mesmo em bairros nobres, a grande maioria dos selecionados assim o são por causa de delitos ligados aos estratos mais baixos da sociedade, como o tráfico, o roubo e o furto. Difícil encontrar registros de selecionados, ainda mais pelo policiamento ostensivo da PM, por crimes de colarinho branco, por exemplo.

Assim, o perfil de seleção das agências policiais, em especial destaque a PM, é de reprodução e manutenção da desigualdade, principalmente de raça, de classe e do próprio território. Da mesma forma, haja vista a relação entre esses campos da atuação, a definição das estratégias para cada tipo de bairro varia conforme as dinâmicas sociais que nele estão contidas. As escolhas são feitas a partir da necessidade a ser suprida e do perfil dos lugares em que esteja ou então de uma finalidade que pretenda alcançar, como é o caso da estratégia comboio¹².

Uma das comprovações de que essas estratégias seguem a lógica das dinâmicas territoriais é que um dos entrevistados mencionou que existe um Ponto Básico Estratégico (PBE)¹³ fixo no bairro de São Brás, nas proximidades do mercado. Mesmo com a mancha criminal sendo atualizada semanalmente, a retirada desse PBE provoca um imediato aumento de registros de delitos. É uma especificidade desse território e que influencia em um controle social constante.

A depender do resultado semanal da mancha criminal, a primeira decisão é optar por um policiamento de rondas ou com um perfil mais estático. O entrevistado do Jurunas mencionou que a estratégia padrão é a ronda pelas ruas do bairro, mas que nos casos de bastante incidência, em horários

12 Essa estratégia surge como um reforço de autoridade para a PM, não estando vinculada à repressão direta. É um exercício de controle social através da imposição de uma força simbólica. Surgiu da percepção de perda do poder ostensivo da viatura, ou seja, uma diminuição da capacidade de passar sensação de segurança ou de inibir o cometimento de delitos. O comboio consiste na passagem de dez ou onze viaturas trafegando em cadeia.

13 Essa estratégia consiste na fixação de uma viatura em local específico do bairro ou território policiado, principalmente onde haja alta incidência de delitos (mancha criminal) e também em determinados horários, nos quais se registrem, com maior frequência, ocorrências criminais.

específicos, pode ser uma opção melhor adotar uma estratégia mais estática, como é o caso do PBE em determinados locais e horários.

Especificamente sobre o bairro do Jurunas, foi realizada a subdivisão do bairro em subsetores, levantada a mancha criminal dentro de cada um desses subsetores e definida uma melhor estratégia conforme aquele dado levantado; por exemplo, onde tem mais roubo a transeunte, é necessária a realização de rondas, ou onde tem bastante tráfego, um policiamento estilo PBE.

Essas informações evidenciam o traço atuarial que a PM adota para pensar a sua atuação. As estratégias são pensadas segundo gestão de riscos e controle de perigos, escolhidas a partir de projeções de risco e estatísticas para determinar e justificar a atuação sobre determinados grupos e espaços (Dieter, 2013, p. 20).

A utilização de motocicletas ou de bicicletas ou mesmo do policiamento ponto a ponto¹⁴ representam também escolhas que são direcionadas conforme a densidade dos bairros. Por exemplo, um dos entrevistados destacou a extinção dessa modalidade e de bicicletas no Jurunas, em razão de uma série de execuções e ataques a bases da PM, evidenciando como a dinâmica alterou a atuação naquele bairro. Também foi mencionada a necessidade de utilização de motocicletas para trafegar durante os horários de pico no trânsito.

Assim, mesmo as estratégias que são determinadas para um ou para outro bairro também são produtos da relação da instituição com os marcadores sociais. Apesar de estarem sob o discurso da eficácia da garantia da segurança pública, acabam servindo para manter a posição de controle e a dominação de grupos sociais vulnerabilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o cenário evidenciado acerca da atuação da PM em Belém/PA, é possível tecer reflexões sobre o perfil de atuação dessa instituição de forma geral, partindo de uma lógica indutiva a partir do trabalho realizado em uma cidade no estado do Pará. Decerto a experiência da PM belenense se diferencia de outras polícias em outros lugares. Todavia, o perfil aqui encontrado é capaz de expandir a compreensão acerca da atuação da PM e até mesmo das polícias de modo geral.

A atuação comparativa da PM entre o bairro do Jurunas e da Batista Campos permite perceber que o perfil da instituição policial precisa ser compreendido em duas dimensões: uma primeira objetiva e que tenta se adequar a um discurso constitucional de segurança pública; outra subjetiva e que compreende a instituição como instrumento de controle, direcionada por marcadores sociais da diferença.

O referencial teórico adotado no presente trabalho compreende a PM, e as polícias de forma geral, como instituição que se declara garantidora da segurança pública através da proteção de bens e direitos, mas que atua como agência de controle social de populações vulnerabilizadas, especialmente quanto aos marcadores de classe, raça e território.

Os diversos aspectos que compõem a atuação policial se combinam para refletir esse perfil enxergado do referencial teórico crítico da polícia, em especial a PM, como um instrumento utilizado pela elite como forma de controle social de pessoas e grupos marginalizados.

¹⁴ Realizado a pé.

Em que pese o perfil ter sido traçado a partir de uma gama mais ampla de aspectos dessa atuação, no presente estudo, são selecionados alguns dos aspectos mais relevantes para se compreender esse perfil de atuação.

Assim, após uma retomada dos conceitos referentes à instituição, seja quanto ao seu discurso declarado bem como o real, o presente trabalho elenca os aspectos formais da atuação policial. Como principal elemento formal da atuação da PM, destaca-se a divisão territorial do policiamento, bem como em regiões e áreas integradas de segurança pública. Delimita-se também a atuação nos batalhões e nas companhias que atuavam nos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

Na última seção do desenvolvimento, destacam-se aspectos que evidenciam o perfil de atuação da PM, como a quantidade de agentes, a divisão dos bairros que são policiados, os delitos registrados e as estratégias utilizadas.

A atuação policial é um fenômeno complexo, mas com a análise das categorias acima mencionadas foi possível realizar a presente pesquisa para compreender este perfil como uma estratégia de controle a partir dos interesses da elite, segundo os marcadores sociais de raça, classe e território, dentre outros não analisados na pesquisa.

O controle social produzido pela PM é guiado por esses elementos, bem como mantém as estruturas da desigualdade que hierarquizam grupos conforme privilégios. A desigualdade se torna um instrumento dos interesses da elite na permanência dos privilégios sociais.

Os aspectos destacados acerca da atuação, então, evidenciam um perfil de atuação policial voltado para um controle social disfarçado e justificado através do discurso de segurança pública que supostamente organiza a atividade policial. A importância do estudo se pautou na percepção constante das imagens de legitimação da violência e da presença maciça da polícia nos espaços considerados periféricos, enquanto não ocorria o mesmo em centros lidos como nobres na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, João José Rodrigues. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 213-260, jan./jun. 2018. DOI: 10.31412/rbcp.v9i1.539.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Verena Holanda de Mendonça. **A Polícia pode ser democrática?**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

AZEVEDO, André Luiz Vieira de; CASTRO, César Rodrigues. **Integração territorial das Polícias Militar e Civil: uma proposta de criação de Áreas Integradas de Segurança Pública na cidade do Natal**. 2007. 111 f. (Monografia para Curso Superior de Polícia) – Centro de Estudos Superiores, Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BAHIA. **Decreto Nº 13.561, de 2 de janeiro de 2012.** Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP no Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador/BA, 2 jan. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 9 de julho de 2024.

BUTLER, Judith. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022020460100302>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: 34; Edusp, 2011.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do poder das redes às redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na metrópole de Belém-PA.** 2018. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.** São Paulo: Unifesp, 2020.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história.** Rio de Janeiro: Revan, 2013.

FREITAS, Felipe da Silva. O que a gente quer que a polícia faça? Ódio e racismo no mandato policial no Brasil. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (Orgs.). **Rebelião.** Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020, p. 83-95.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** 2 ed. São Paulo: 34, 2012.

MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral; NASCIMENTO, Emilly Mylena Vieira do; SILVA, Fabiana Barros e; SANTOS, José Vitor Gomes dos. Policiamento à brasileira: o capitão do mato, o policial militar e carne mais barata do mercado: uma análise histórico-social da autofagia negra. *In*: CELESTE, Renata (Org.) **Caderno de Resumos do II Colóquio de Estudos Contemporâneos de Direito: democracia e direitos humanos.** Recife: Fadic, 2018, p. 229-243.

MANZONI, Alexandre. Raça e território: trincheiras de um conflito ontológico. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, p. 82-94, jul./dez. 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PARÁ. Consep – Conselho Estadual de Segurança Pública. **Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012.** Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, e dá outras providências. Belém/PA, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança e no controle do crime. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 119-141, jan./jun. 2015.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. Cultura policial e Direitos Humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. *In*: BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (Orgs.). **Na periferia do policiamento**: Direitos Humanos, violência e práticas policiais. Belém: Paka-tatu, 2013, p. 63-86.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. **Guia prático para participantes dos conselhos comunitários de segurança**. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2009.

VALENTE, Júlia. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro I**. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ARTIGO

ANÁLISE DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE NEGROS/AS NORDESTINOS/AS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL

FRANCISCO FLAVIO EUFRAZIO

Assistente Social (UFCG). Mestre em Serviço Social (UERN). Doutorando em Serviço Social (UFPE).

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

Email: franciscoflavioeufrazio@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6835-349X>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise que permita atribuir significado e identidade aos dados empíricos de negros/as mortos/as entre 2019 e 2021, a partir da identificação de características socioeconômicas, educacionais e empregatícias dos/as negros/as nordestinos/as, a fim de identificar informações qualitativas para conhecer o perfil de negros/as vítimas da violência policial no Nordeste. O trabalho é de caráter documental, calcado em documentação informativa publicada pelos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Atlas da Violência e pelos relatórios da Rede de Observatórios da Segurança. Mediante análise quanti-qualitativa acerca das Mortes Violentas Intencionais de negros/as, é possível indicar que há no Nordeste uma possível tendência do crescimento do juvenicídio de mulheres negras desempregadas, com baixo rendimento e escolaridade média, que se constitui um problema relacionado a um processo mais amplo, que é o genocídio negro— essa indicação relaciona-se a uma possível tendência de aumento de mulheres negras mortas pela violência policial no Nordeste, em particular na Bahia, Ceará e Pernambuco.

Palavras-chave: Genocídio negro. Mortes Violentas Intencionais de Mulheres Negras Jovens. Violência. Racismo.

ABSTRACT

ANALYSIS OF INTENTIONAL VIOLENT DEATHS OF NORTHEASTERN BLACKS: CHARACTERIZING THE PREDOMINANT PROFILE OF VICTIMS

The objective of this paper is to present an analysis that allows attributing meaning and identity to the empirical data of blacks killed between 2019 and 2021, from the identification of socioeconomic, educational and employment characteristics of black people from the Northeast, in order to identify qualitative information to know the majority profile of black victims of police violence in the Northeast. The work is of a documentary nature, based on informative documentation published by the yearbooks of the Brazilian Forum of Public Security, the Atlas of Violence and the reports of the Network of Security Observatories. Through quantitative-qualitative analysis about the Intentional Violent Deaths of blacks it is possible to indicate that there is in the Northeast the presence of juvenicide of unemployed black women, with low income and average education, which is a problem related to a broader process that is the black genocide - this indication is related to a

possible trend of change in the majority profile of blacks killed by police violence in the Northeast, particularly in Bahia, Ceará and Pernambuco.

Keywords: *Black genocide. Intentional Violent Deaths. Intentional Violent Deaths of Young Black Women. Violence. Racism.*

Data de Recebimento: 31/03/2023 – **Data de Aprovação:** 31/08/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1906

INTRODUÇÃO

O juvenicídio de mulheres negras jovens ou de homens negros jovens otimiza o genocídio negro,¹ que é a condição final de um amplo processo racista. Abdias Nascimento (2016) diz que há inúmeras formas de genocídio negro no Brasil e as descreve como epistemicídio do/a negro/a brasileiro/a.² Através de suas contribuições é possível defender a ideia que o genocídio negro é a mais cruel manifestação do racismo existente no Brasil, por congregar múltiplas expressões racistas.

O genocídio negro é a pura representação das medidas contemporâneas para manter o domínio do poder, através da diminuição quantitativa dos/as negros/as³. Uma forma de violência racista e draconiana, expressa pela sociedade de classe embebida de racismo, que vê nas Mortes Violentas Intencionais (MVIs) de negros/as a viabilidade de manter o prisma dos privilégios, atrelada ao risco potencial das MVIs, majoritariamente ocasionadas pela ocorrência da violência policial justificada pela segurança pública como: “medida de segurança” ou “guerra às drogas”

A política de segurança pública no Brasil é uma das principais ocasionadoras do maior número de MVIs de negros/as, sobretudo a partir das ações de policiamento: 84,1% de negros/as foram mortos/as por intervenções policiais em 2021 (FBSP, 2022). Infelizmente, os quantitativos das MVIs de negros/as vêm crescendo mais drasticamente desde 2019, segundo dados presentes nos anuários dos FBSP (2020;2021;2022), no Atlas da Violência (2021) e nos relatórios da Rede de Observatório da Segurança (2020;2021;2022).

Ao não proteger eficazmente o campo social, tampouco o racial e o sexual, o modelo de segurança pública vigente tem se convertido num cotidiano violento e letal (Brigagão, 1985). E, habitualmente, sua ineficácia é sinônimo de mais MVIs de negros/as, tanto pela ausência de resolutivas do problema das MVIs desses/as sujeitos/as, quanto por sua contribuição a elas.

Para Martins, Oliveira e Souza(2022, p. 250), isso tem ocorrido porque os/as negros/as ainda representam o segmento racial que “[está] sujeitos à necropolítica do Estado⁴ nas suas formas mais perversas ao não

1 *O genocídio negro provocado por Mortes Violentas Intencionais é o objeto do trabalho em tela, neste caso, trabalhamos com o genocídio negro provocado por mortes.*

2 *Epistemicídio é um conceito útil para debater desqualificações e invisibilidades atribuídas aos sujeitos/as afro-brasileiros/as. Ele se constitui uma eficiente qualificação conceitual capaz de caracterizar os agravos enfrentados pelo segmento racial negro ou por outros segmentos raciais marginalizados (Nascimento, 2016).*

3 *Se contabiliza neste trabalho o segmento racial negro a partir da soma de pardos e pretos, conforme metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

4 *Trabalhamos com a ideia de Estado punitivo elaborada por Loic Wacquant (1999). Por esse Estado punitivista, o autor considera haver: um “controle punitivo dos/as negros/as do gueto pelo viés do aparelho policial e penal, que estende e intensifica a tutela paternalista já exercida sobre eles pelos serviços sociais” (p. 62).*

serem contemplados dentro da 'igualdade' subsidiada pela hegemonia [proletária, que pode ser ou não estabelecida consciente, ou condicionalmente]”.

Para Mbembe (2016), isso tem ocorrido porque a morte de um/a negro/a reflete uma sociedade habituada à violência soberana e destrutiva, determinada pela Necropolítica racista, patriarcal e capitalista que tem provocado mortes como forma de manter estável o moderno modelo de Estado penal e punitivista.

Mbembe (2016), a partir de suas análises, avança nos estudos relacionados ao poder destrutivo do Estado sobre seu povo, mesclando ao conceito de Biopoder (Foucault, 1997) criticidade empírica, ao relacionar o Estado político ao controle social via letalidade, superando, dessa forma, compreensões especulativas e subjetivas sobre uma realidade violenta que é concreta. Os Estados modernos adotam em suas estruturas internas o uso da força e da violência policial como uma forma de política de segurança para suas populações. Por vezes, “os discursos utilizados para validar essas políticas de segurança podem acabar reforçando alguns estereótipos, segregações, inimizades e até mesmo extermínio de determinados segmentos raciais” (Ignacio, 2020, s/p).

Neste caso, a necropolítica representa uma espécie de “licença para matar”, em prol de um discurso de “ordem” para avançar no “progresso”, por ser a junção da violência com mecanismos de poder. Para Costa (2021), a necropolítica “trata-se de um processo social com origem no modelo econômico neoliberal, que estruturalmente circunda o contexto específico da morte dos jovens, mas que se expressa em várias camadas de processos geradores interrelacionados” (Costa, 2021, p. 2363). E continua:

A morte pode ser entendida como resultado de “Necropolítica”. *Necroé* o termo grego para “morte” e a política tem sua origem na ideia grega de *polis*, cidade, ou cidadãos da *polis*. Assim, “Necropolítica” é um processo de controle dos corpos dos sujeitos, por parte da *polis*, de quem a governa e de seus cidadãos, com a justificativa de que sua eliminação é necessária para a vida em curso. (Costa, 2021, p. 2363).

A *polis contemporânea* é o Estado. Neste caso, necropolítica representa uma máquina estatal assassina e sanguinária (Wacquant, 1999). Um de seus produtos é o genocídio negro presente no Brasil, que está sendo denunciado pela insurgência negra desde 1930 (Nascimento, 2016).

Assim como o genocídio negro, o juvenicídio negro é produto da necropolítica, pois suas engrenagens são movidas por determinações geracionais, patriarcais, raciais e sociais que se constituem enquanto “pólosnecropolíticos”. Noutras palavras, eles resultam de processos amplos que imbricam opressões e violências. Por serem processos amplos, com imbricações múltiplas, eles podem conter problemas às vezes negligenciados.

O genocídio negro, por exemplo, muitas vezes pode ocultar problemas graves como o juvenicídio negro devido à sua dimensão de características constituintes. Isso porque o genocídio negro é constituído de crimes que muitas vezes não têm a atenção devida como no caso das MVIs de mulheres negras e do juvenicídio dessas, que constituem duas expressões da violência histórica contra mulheres e jovens, tendo como fundamento o sistema racista-patriarcal-capitalista, que traz impactos a mulheres, a jovens e negros, que fazem parte de um repertório de crimes ocasionados por diferentes contextos e por variados agentes, mas que quase sempre resultam em mortes (Pasinato, 2016; Mbembe, 2016; Costa, 2021).

Para Costa (2021), o juvenicídio tem na letalidade de jovens pela intervenção policial validação constitutiva do crime, além de sua tipificação/qualificação. Ele é um crime contra a juventude e se deriva

de combinações da necropolítica, classificando quem morre e quem vive a partir do direcionamento da violência sobre as atuais e futuras gerações.

Sua constituição – pelo que veremos a partir da comparação de dados empíricos – tem sido formada também por mortes de jovens mulheres negras, por haver uma crescente tendência do direcionamento da violência policial sobre o feminino negro, associada ao patriarcado, e que tem se convertido em mais MVIs de negras na região do Nordeste brasileiro, em especial na Bahia, em Pernambuco e no Ceará.

Estruturalmente, o trabalho em tela está dividido em cinco partes: a primeira destaca os procedimentos metodológicos utilizados em sua construção, evidenciando as estratégias metodológicas empregadas para realizar movimentos de comparação de dados quantitativos, a fim de analisar, quantitativa e qualitativamente, o perfil das vítimas negras mortas pela violência policial no Nordeste brasileiro.

Em seguida, traz abordagem analíticas sobre as MVIs de negros/as, destacando-as como conteúdo constitutivo do genocídio negro. No mesmo percurso, trabalha sobre as respectivas mortes, salientando aquelas provocadas pela violência policial em âmbito nacional, para, posteriormente, analisá-las na particularidade do Nordeste; e finaliza, a partir de abordagens analíticas quanti-qualitativas acerca das MVIs de negros/as, com uma indicação de possível mudança no perfil predominante das respectivas vítimas no Nordeste.

METODOLOGIA

O exercício investigativo contou preliminarmente com duas variáveis: sexo e idade, aparentes nos documentos utilizados na pesquisa: anuários do FBSP (2020), (2021), (2022), Atlas da Violência (2021) e relatórios da Rede de Observatórios da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020; Ramos; Nunes; Gonçalves, 2021a; 2021b; 2021c; 2022a; 2022b; 2022c; 2022d);⁵ As primeiras informações colhidas dos documentos foram comparadas com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD contínua (IBGE, 2022), que forneceu informações empíricas acerca do rendimento, da ocupação e do nível educacional de negros/as nordestinos/as. A utilização das respectivas variáveis visou traçar o perfil socioeconômico, educacional e empregatício das vítimas.

Posteriormente, as informações seguintes resultadas da comparação dos dados foram trabalhadas com a metodologia da análise de conteúdo, que “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação [seja documental, bibliográfico ou informativo]” (Bardin, 1977, p. 19).

Sua utilidade possibilitou extrair informações qualitativas a fim de analisar o perfil de negros/as vítimas de MVIs pela violência policial no Nordeste. Isso porque os dados empíricos das MVIs de negros/as não fornecem apenas informações quantitativas, desprendidas de abordagens críticas e interpretativas sobre o problema convertido em numeração.

⁵ *Esses documentos são provenientes de instituições e organizações não estatais e sem fins lucrativos. São documentos produzidos a partir de bases governamentais, como as pesquisas contínuas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), além de dados monitorados a partir de instituições públicas, como delegacias, presídios, hospitais etc. São documentos nacionalmente referenciais acerca da violência e da segurança pública, que além da publicação gratuita do material elaborado, também fornecem criticidade sobre os dados, os relacionando a problemáticas inerentes à questão da segurança pública e da violência. São produzidos por organizações que se dedicam a construir “um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública, que integra pesquisadores da área, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça, além de outras entidades civis” (FBSP, 2022, s/p).*

Neste caso, a comparação analítica de dados

pautase em um processo de comparação constante dos dados, conhecido como análise comparativa constante. Inicialmente, os dados coletados são meticulosamente analisados palavra por palavra, linha por linha ou incidente por incidente, com o objetivo de gerar códigos conceituais. Esses códigos são agrupados em categorias, denotando conceitos de nível superior. Como na etapa de coleta, análise e categorização dos dados são simultâneas, há três níveis de comparações constantes: códigos com códigos, códigos com categorias emergentes e categorias com categorias.

No contexto da análise comparativa constante, a elaboração de memorandos é outra característica que prevalece, independentemente da perspectiva metodológica. À medida que os conceitos começam a surgir por meio do processo de análise e comparação constante, o pesquisador reflete sobre os dados. Tais reflexões são registradas no formato de memorandos, os quais contribuem para ilustrar o desenvolvimento de ideias e códigos que irão auxiliar no desenvolvimento da teoria (Santos *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a análise do perfil majoritário das MVIs de negros/as vítimas da violência policial no Nordeste visa contribuir para a identificação de problemas relacionados ao genocídio negro, que ao serem identificados, expostos e denunciados talvez sejam resolvidos, podendo contribuir para a possível diminuição dos quantitativos de determinantes da violência que não estão apenas relacionados à questão de raça.

Para analisar os dados empíricos de negros/as vítimas de MVIs pela ocorrência da violência policial no Nordeste, foi executada a seguinte estratégia metodológica:

1. Identificação do sexo e da faixa etária predominante de negros/as mortos/as pela ocorrência da violência policial no Nordeste.

Essa identificação foi embasada em dados empíricos relativos⁶, extraídos dos anuários do FBSP, dos Atlas da Violência e dos relatórios da Rede de Observatórios da Segurança. As informações encontradas foram comparadas com outros dados empíricos relativos, extraídos da documentação das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio Contínuas (PNAD-C, IBGE, 2022), relacionadas à ocupação, rendimento e escolaridade, variando entre os anos de 2019, 2020 e 2021, o que constituiu o segundo movimento metodológico:

2. Comparações dos dados do sexo e da faixa etária predominante com dados relacionados à renda, à ocupação e ao nível educacional de negros/as nordestinos/as, a fim de extrair informações representativas do perfil das vítimas negras.

Após a primeira filtragem dos dados pelo indicador sexo e idade, foi filtrado o nível de renda, de escolaridade e o tipo de ocupação da faixa etária e do sexo predominante das vítimas negras pela violência policial no Nordeste.

A identificação do sexo e da faixa etária predominante das vítimas foi o caminho inicial do movimento da análise das MVIs de negros/as nordestinos/as. Contudo, foi a partir da identificação dos perfis

⁶ Ao contrário dos dados absolutos, que são coletados por meio de contagem, podendo essa contagem ser amadora ou profissional, mas objetivando totalizar, quantitativamente, um fenômeno, os dados relativos, obtidos por meio da combinação de dados absolutos ou relativos, no que lhe concernem: objetivam determinar possibilidades, interpretações, análises, diagnósticos, balanços ou verificações a partir de comparações com outros dados do mesmo tipo ou não.

socioeconômico, empregatício e educacional de negros/as, a partir de dados relativos, que tal análise do perfil tomou forma e consistência.

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE NEGROS/AS

No Brasil, as MVIs de negros/as mostram-se como um dos problemas raciais por ser expressão do racismo. Ademais, verifica-se que as MVIs de negros/as indicam ser refrações do conjunto das desigualdades sociais estabelecidas pelo sistema capitalista, que, ao serem adensadas ao racismo, mas também ao patriarcado: determinam a produção de “novas desigualdades no interior das desigualdades já existentes” (Eufrazio, 2022, p. 33).

Igualmente, verifica-se que na efetuação das MVIs contra os/as negros/as estão contidas determinações específicas, sobretudo quando tratamos de “controle populacional” (Davis, 2016), pois as MVIs se tornaram um dos mecanismos mais utilizados pela sociedade brasileira, através das ações da necropolítica, para manter o domínio do poder a partir da diminuição quantitativa de negros/as: em 2019, 74,4% das vítimas de MVIs foram pessoas negras; já em 2020, esse quantitativo aumentou para 76,2%. Em 2021, esse percentual se elevou para 77,9%, segundo dados do FBSP (2022).

Esses percentuais, quase que majoritariamente, foram constituídos por mortes derivadas de intervenção policial. Isso porque “as polícias brasileiras atuam a partir de um padrão de policiamento que comporta um número de mortes em confronto muito superior aos observados em vários países desenvolvidos do mundo” (Lima; Bueno; Mingardi, 2016, p. 52). Em 2021, 84,1% das MVIs de negros/as em território nacional foram decorrentes do trabalho policial (FBSP, 2022).

As principais ocorrências que provocam as MVIs de negros/as no Brasil e suas qualificações/tipificações estão referenciadas a partir do Código Penal em vigor, com exceção das MIPs e do juvenicídio.

O Código Penal, além de determinar tipificações para as ocorrências, dispondo da periodicidade da pena e da classificação em grau, conceito e categoria, também representa o conjunto de normas jurídicas que regulam o poder punitivo do Estado, definindo crimes e a eles vinculando penas ou medidas de segurança.

Percebe-se, pelos quantitativos referentes às MVIs de negros/as e pela temporalidade de suas evoluções acima exposta, que nem as definições, tampouco as disposições contidas no Código Penal parecem penalizar os/as atores/as das MVIs de negros/as, ao “normalizar o fenômeno”, pois se por um lado a violência é proveniente do medo, por outro, ela é normalizada pela ausência dele.

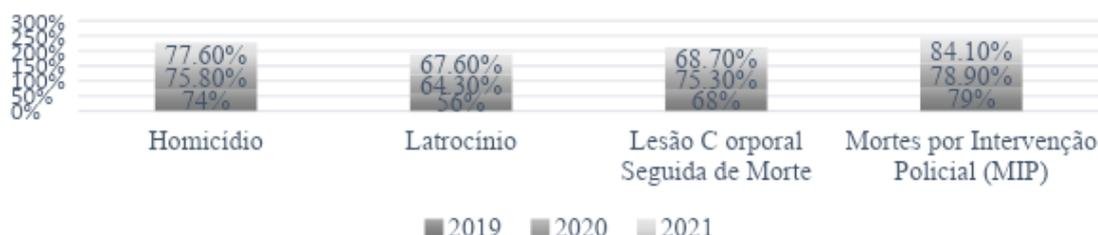
Dito de outra forma: a impunidade do crime é sua principal pólvora.

Mas a injustiça não é a única situação presente na vida de familiares que convivem com a dor e com a mágoa da perda: ela está acompanhada da insegurança, prima da desproteção e irmã siamesa da violência. Esse conjunto de situações indesejáveis é latente na vida de negros/as, fazendo destes/as potenciais vítimas de MVIs, as quais os/as reduzem a cadáveres, a mais um corpo frio ao chão jogado, seja pela via do homicídio, do latrocínio, da MIP, da lesão corporal seguida de mortes etc.

Vejamos os números.

GRÁFICO 1

Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as no Brasil por tipos de ocorrência (2019-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública v.14 (2020), v.15 (2021) e v.16 (2022).

Embora haja ciência de que é preciso haver análises sobre as respectivas ocorrências, visando desconverter o problema quantitativo em informações qualitativas, este estudo indica o seguinte: quatro formas predominantes de violentar letalmente os/as negros/as. Quatro tipos de ocorrências que findam a vida negra e que constantemente estão acima da taxa de 50%. Quatro circunstâncias que constituem o conjunto viabilizador das MVIs de negros/as. Quatro principais meios de manter o controle demográfico do poder a partir da diminuição quantitativa dos/as negros/as. Quatro formas contemporâneas que substituíram os troncos, as correntes, o açoite e os grilhões. Quatro subcategorias para conceituar e analisar as MVIs de negros/as. Dentre elas, destacamos: MIP.

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE NEGROS/AS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL

Conforme o Gráfico 1, percebe-se que o principal meio utilizado para violentar letalmente os/as negros/as é pela força policial. Os/As agentes da segurança pública são aqueles/as que mais matam negros/as. E, embora haja intenções de construir um projeto de política de segurança pública eficaz e eficiente, parelha da democracia e da cidadania tão aspirada pelo Movimento de Policiais Antifascismo⁷, nota-se, que, sob o modelo de segurança pública vigente, a morte de pessoas negras se manifesta de forma muito superior à de pessoas brancas, e que, mesmo havendo debates sobre outros modelos de polícia e política pública que incorporem fundamentalmente a redução da violência policial, o que conseqüentemente se relaciona à ideia da redução de MVI por agentes de Estado e sua perspectiva racializada, é cognoscível que ainda há um ardo caminho a ser trilhado para reduzir o direcionamento da violência policial sobre negros/as.

No Brasil, o trabalho da profissão militar é o que mais mata. Dentre os recursos mais utilizados está a arma de fogo, que provocou em 2022: 92,1% de todas as MVIs por intervenção policial (FBSP, 2021). Dessas, 22,6% estavam em serviço, fato que ilustra uma matança policial assalariada, e 77,4% estavam fora dele (FBSP, 2022). Além disso, é possível indicar uma passividade social diante dessa realidade de extrema violência policial, por serem os/as negros/as as vítimas predominantes desse tipo de ocorrência. Vejamos o Gráfico 2, a seguir.

⁷ Segundo o seu Manifesto, "o Movimento dos Policiais Antifascismo é um campo de atuação política, não institucionalizada e suprapartidária, formado por trabalhadoras e trabalhadores do sistema de segurança pública, representados por policiais civis e militares estaduais e federais, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários e do sistema socioeducativo" (Policiais Antifascismo, 2017, s/p). De acordo com suas pautas, o respectivo Movimento busca construir articulações com a sociedade em geral e com outros movimentos sociais, na perspectiva de retificar o modelo de segurança pública a partir da erradicação do fascismo à brasileira. Mais informações disponíveis em: <https://policiaisantifascismo.blogspot.com/2018/03/manifesto-dos-policiais-antifascismo-o.html?view=magazine>; <https://policiaisantifascismo.blogspot.com/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

GRÁFICO 2

Taxas de Mortes Violentas Intencionais por intervenções policiais entre brancos/as e negros/as. Total 2020-2021 e variação da violência entre negros e brancos



Fonte: Reproduzido pelo autor a partir de dados dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública v. 16 (2022).

Percebe-se que, ao contrário dos/as brancos/as, os/as negros/as não contam com variações negativas, tampouco com baixas na taxa percentual das MVIs por intervenção policial. As instituições policiais dentro todas as esferas da sociedade são aquelas que mais imprimem o racismo draconiano, uma forma de racismo letal.

As MVIs de negros/as por intervenção policial é antes uma MVI provocada pelo Estado, por ele “viabilizá-la”: como o/a policial é um/a trabalhador/a do Estado, um/a agente da segurança pública e executante de suas tarefas, ele/a vai se constituindo enquanto útil para salvaguardar a manutenção do domínio do poder a partir do seu trabalho profissional.

Na análise de Caldeira (2000):

A abordagem e atuação policial diante dos cidadãos, seja diante de uma manifestação popular ou na captura de um suspeito criminoso, são, muitas vezes, marcadas pela violência e humilhação do civil. As raízes históricas são muito profundas. Para o policial, principalmente o militar, ele está a serviço do Estado e não à sociedade; em vez da argumentação e da mediação de conflitos, ele acredita que o exercício da autoridade e da violência é a resposta para lidar com as ditas “desordens”; para ele, os tumultos são uma quebra da disciplina e da hierarquia, características, profundamente infiltradas em suas estruturas, que devem ser resguardadas; e, por fim, para o indivíduo policial – e, também, para muitos cidadãos –, os direitos humanos são considerados “privilégios de bandidos” (Caldeira, 2011, p. 111).

Como o policial está a serviço do Estado, ele, geralmente, materializa o que o Estado é: um Estado punitivo e sanguinário, intolerante e violento, que emprega a violência como resposta para agravos que demanda apenas e exclusivamente assistência e responsabilidade estatal e dos seus dirigentes políticos (Wacquant, 1999).

Ao que parece, o Estado brasileiro não procura manter viva sua diversidade étnica e racial, tampouco garantir possibilidades de sobrevivência paritárias entre todos os segmentos raciais constituintes da classe trabalhadora. Foi e ainda é mais vantajoso para a sociedade brasileira e suas instituições públicas e privadas incentivarem as MVIs de negros/as a ter que incentivarem uma colaboração associativa em termos de confrontação e resolução do problema capitalista-racista-patriarcal.

Nota-se que o estímulo da violência policial no Brasil passa necessariamente por determinações também relacionadas à economia política. As MVIs de negros/as por intervenção policial relacionam-se possível e politicamente com a situação supérflua posta à classe operária, sobretudo em sua parcela negra, ao reduzir seu valor existencial.

Economicamente, é irracional a eliminação da força de trabalho empregada e produtiva, devido à extração da mais-valia, sobretudo quando há relativamente escassa possibilidade de substituição. Porém, no caso dos/as inativos/as e dos/as improdutivos/as, a eliminação, aos olhos da economia, é sempre possível, o que, em geral, está associado ao baixo nível de rendimento e de escolaridade.

Os/As negros/as, no último semestre de 2020, representaram 15,3% de toda massa laboral desocupada formalmente (IBGE, 2020). Eles/as, no mesmo período, tiveram baixas de rendimento em torno de R\$1.570,00 quando comparadas às dos/as brancos/as (IBGE, 2020). Além disso, eles/as representaram, no ano de 2018: 9,1% dos/as brasileiros/as com baixa/inexistente instrução educacional (IBGE, 2020). A isso está somada a latência dos quantitativos de suas MVIs.

Cogitamos, através dos dados, que a MIP pode representar uma limpeza da irresponsabilidade de um Estado racista para com o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, educacional e humano dos/as negros/as.

Ademais, analisamos, em termos qualitativos, que esse tipo de ocorrência indica uma sofisticação das vias de exterminar os/as negros/as, às quais estão sendo reiteradas a partir da fragilidade dos direitos humanos e do compromisso associativo de base racista, que vê na morte do/a negro/a uma via de proteção, defesa e preservação de si e de seus bens (Rousseau, 2006).

E consideramos que as MVIs de negros/as causadas pelas MIPs são meios “utilizados para manter a supremacia da raça branca, [a partir da eliminação dos/as negros/as de] oportunidades de emprego, educacionais e econômicas de ascensão” (Fernandes, 2017, p. 124).

ANÁLISE DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE NEGROS/AS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL NO NORDESTE

Em todo o Brasil, os/as negros/as têm 2,8 mais chances de serem mortos/as por intervenção policial, segundo o Atlas da Violência (2021). A veracidade dessa informação relaciona-se intimamente com justificativas frágeis e inconsistentes da “guerra às drogas”: uma caricatura criada pelo Estado e pela polícia para justificar e validar as MVIs de negros/as e pobres.

Infelizmente, são justificativas que, visando fundamentá-las e autenticá-las, estão produzindo efeitos positivos ao menos para o segmento racial, político e economicamente dominante, condescendente com essa realidade disfarçada sobre o manto da política de proibição de drogas.

No Brasil, a “guerra às drogas” expressa um cotidiano habituado a violentar segmentos raciais historicamente marginalizados. A convivência diante dessa realidade, atrelada ao enfrentamento do mercado de drogas ilícitas, se perpetua na evolução dos quantitativos de MVIs de negros/as decorrentes de intervenções policiais materializadas a partir de ocupações militares, nas rajadas de tiros, nos carros anfíbios, na utilização de metralhadoras, de lançadores de granadas, de jipes, de tanques e de outros instrumentos viabilizadores da militarização das periferias brasileiras e das grandes chacinas, como a que ocorreu em 2014, no complexo de periferias da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, ou das ações militares rotuladas pela mídia como onda de resposta aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), na cidade de São Paulo, em 2006, que provocaram mais de 493 mortes, sendo 400 delas de jovens negros/as, pobres

e periféricos/as. Além disso, é importante lembrarmos da chacina do Curió, que teve 11 pessoas mortas pela violência policial no estado do Ceará⁸.

Segundo Souza Silva e Paes de Barros (2021, s.p.), não é de hoje que há uma constância de contradições em torno das intervenções e operações policiais, porque desde os “anos 1960 e 1970, diversas intervenções e operações policiais foram empreendidas nas favelas e comunidades brasileiras visando fins [sem meios adequados e funcionais]”.

Se por um lado, as ações policiais visam à eliminação do crime organizado para impedir – entre inúmeras coisas – afiliações, sobretudo de jovens, e como resultado inibi-los/as do mundo do crime, por outro, elas não estão acompanhadas de outras ações que eliminem ou se proponham a amenizar o grau de desigualdades sociais e raciais posta sobre eles/as.

Além disso, é notório que tais ações são consubstancialmente irrelevantes também quando amparadas em justificativas do extermínio do mercado de drogas, porque se, por um lado, elas procuram paralisar a perda de jovens para as drogas e assim diminuir o quantitativo de usuários de psicoativos, por outro, e paradoxalmente, essas ações empregam o uso maciço da força policial, não apenas imprimindo o despreparo e o mau planejamento das intervenções, mas evidenciando tentativas de vilipendiar o problema da dependência química mediante perspectivas preconceituosas, discriminatórias e conservadoras, tendo em vista que “os contínuos fracassos das intervenções não resultam em mudanças procedimentais significativas, [pois são construídas a partir de] condições para o emprego maciço da violência” (Alves; Pereira, 2021, p. 467).

E é por esse tipo de violência caricaturada como “medida de segurança” que o fomento das MVIs de negros/as por intervenção policial vem aumentando consideravelmente à medida que diminui a munição do/a agente da segurança pública. De modo geral, são atitudes que visam assegurar a concentração do poder e das vantagens sociais no segmento racial branco a curto, médio e longo prazo, porque são os/as jovens negros/as os/as maiores vítimas das MVIs provocadas pela intervenção policial em contexto nacional; logo, é a atual e futura geração dos/as negros/as que sofrem e morrem por ela.

Não obstante, é necessário destacar que há, mesmo no interior das corporações policiais: mortes de negros/as, porque 67,7% de todo o quantitativo de policiais assassinados foi constituído por negros/as, majoritariamente, entre 30 e 55 anos, executantes de relações de trabalho precarizadas: apenas 6% de policiais militares negros/as são efetivos/as; e esse número cai entre os/as civis para 3,35%, segundo o perfil nacional de instituições de segurança pública (MJSP, 2021).

Essa realidade traduz, concretamente, além da tentativa da concentração de renda: a busca incessante da preservação do domínio do poder a partir da diminuição quantitativa de negros/as, porque o decaimento populacional de um segmento racial é a garantia da permanência do outro no poder, à frente das estruturas regulatórias e de organização social, bem como, na ocupação de posições sociais de prestígio e de vantagem.

É uma situação racial condimentada pelas relações capitalistas e racistas que criaram na sociedade de classes barreiras raciais invisíveis, que segregam e que limitam experiências mútuas de correlação entre diferentes segmentos raciais, devido à conjuntura de clandestinidade, compulsoriamente vivida pelos/as negros/as e mantida pela impetuosidade da violência policial sobre eles/as.

⁸ Mais informação disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/25/quatro-policiais-sao-condenados-por-participacao-na-chacina-do-curio-penas-somam-mais-de-1000-anos-de-prisao.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Para Oliveira:

A cor/raça da vítima é uma das variáveis determinantes da violência policial, e o biótipo “negro” é o alvo predileto e, ao que tudo indica, de fácil identificação pela polícia. Fica evidente que os negros e seus descendentes no Brasil são assassinados pela polícia três vezes mais que os brancos, ou seja, se no plano biológico, o da mistura racial, não é fácil saber quem é negro no Brasil, no plano das relações raciais, ou sociológico, a identificação parece ser simples e, na maioria das vezes, fatal para os negros (Oliveira, 2016, p. 50).

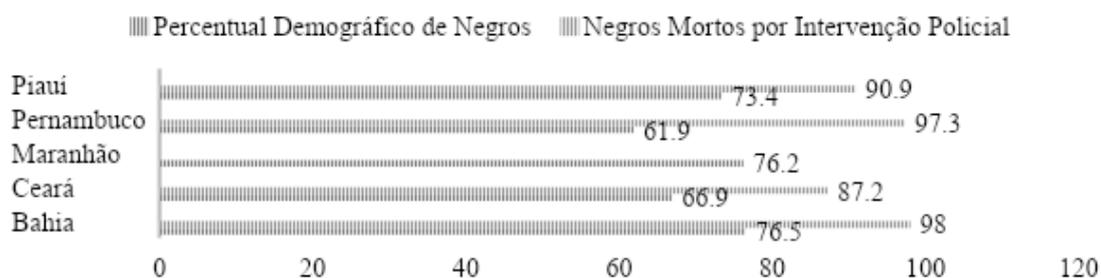
Hoje, “o apartheid moderno, infelizmente, é visto na relação entre a favela e seu entorno, em que tais comunidades [...] são palco de técnicas de policiamento extremistas, herdadas dos períodos ditatoriais nacionais” (Silva, Barros, 2021, s.p.). Nesse complexo panorama entre favela e asfalto, formado por relações desiguais e conflitantes entre moradores e policiais, os tipos experimentais de “segurança pública” ganham forma em uma “segurança” tipicamente letal e genocida, proposta pelo Estado e pelas instituições policiais para proteger as elites brancas e racistas de negros/as e pobres. Dito de outra forma: um modelo de segurança pública voltado a eliminar a pobreza e a raça majoritária a ela associada.

São características latentes do existente racismo à brasileira, que normaliza às MVI de negros/as por intervenção policial para assegurar o controle social a partir das pilhas de corpos negros perfurados à bala, derramando sangue, exalando impunidade e ilustrando o grau de violência em todo país. Dentre todas as grandes regiões brasileiras, uma parece se destacar em relação ao perfil predominante das MVI de negros/as por intervenção policial: o Nordeste.

Das nove Unidades Federativas (UFs) que constituem a região Nordeste, cinco se destacaram no exercício de matar negros/as pela via da intervenção policial em 2020. Foram elas: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí. Essas, ao contrário do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas e de Sergipe, que registram maiores índices de negros/as mortos/as por homicídio não provocados por agentes policiais, estão adaptando sua estrutura de segurança pública ao modelo de policiamento violentamente racista, conforme podemos visualizar no Gráfico 3, a seguir.

GRÁFICO 3

Quantitativo demográfico de negros/as e negros/as mortos/as por intervenção policial em % – 2020



Fonte: Rede de Observatórios da Violência (2021).

A Rede de Observatórios da Segurança⁹, em seu último relatório (2021) acerca da violência policial, constata que a cada quatro horas um negro/a é morto/a por intervenção policial nas UFs monitoradas: Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁹ Instituição não governamental, constituída por pesquisadores e cientistas sociais vinculados ou não a grupos de pesquisas de instituições de ensino superior. Tem suas atividades e documentos elaborados a partir da monitoração de oito estados brasileiros, a saber: Piauí, Maranhão, Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Para mais informações, acesse: <http://observatorioseguranca.com.br/>.

No decorrer de 24 horas, nas respectivas UFs, quatro negros/as são mortos/as por intervenção policial; mensalmente, são 120; anualmente: 43.800. Capitais como Recife, Fortaleza e Salvador tiveram seu percentual de negros/as mortos/as por intervenção policial em 100% em 2020, segundo a Rede de Observatórios da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020). Tal percentual mostra que, mesmo no contexto de crise sanitária mundial, durante o mais alto grau de transmissão da covid-19 e do assombroso número de óbitos causados por ela, o racismo não deu trégua, pelo contrário, matou ainda mais.

De todas as UFs nordestinas que mais matam negros/as pela violência policial, a Bahia se destaca, como é possível inferir do gráfico acima. O estado ocupa a primeira posição entre as UFs nordestinas que possuem o maior número de negros/as mortos/as pela intervenção policial e segue sendo aquele da região Nordeste com maior risco eminente de MVIs de negros/as pelo respectivo tipo de ocorrência, segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança.

O Ceará, no que lhe concerne, se caracteriza por ser o segundo da escala nordestina com maior risco relativo de negros/as serem mortos/as por meio da ocorrência da MIP. Os/As negros/as cearenses têm sete vezes mais chances de morrerem por intervenções policiais do que os/as não negros/as, em 100 mil habitantes.¹⁰

Não obstante, o estado, assim como os demais da região, apresenta uma imensurável discrepância entre o percentual demográfico de negros/as viventes e o percentual dos/as mortos/as pelas ações dos agentes da segurança pública¹¹. Além disso, o estado é um dos que mais acumulam problemas em relação ao acompanhamento e à notificação das vítimas por intervenção policial a partir da variável raça.

Igualmente ao Ceará é o Maranhão. O estado maranhense, em relação a todas as UFs nordestinas, é o único que não acompanha, tampouco delimita, seus inquéritos de crimes a partir da variável raça. Igualmente como acontece nos crimes de homicídio, o quadro de registros de MIPs do estado não tipifica a raça das vítimas, fato que, no fim e ao cabo, aponta uma forma de racismo institucional, que emprega a subnotificação da violência letalmente provocada pela polícia como método de ocultar as MVIs de negros/as causadas pelas ações de segurança pública exercidas no estado.

Em relação a Pernambuco, as MVIs de negros/as por intervenção policial quase que dobraram após 2018, elevando-se de 53% para 97% em 2020. No estado, em 2020, 109 negros/as foram mortos/as pela polícia; o maior quantitativo dessas mortes aconteceu no Recife. Na capital pernambucana, todas as vítimas mortas por intervenção policial, em 2020, foram negras, segundo a Rede de Observatórios da Segurança (2021).

Em relação ao Piauí, 73% da população do estado se declara negros/as, contudo, mais de 90% de toda a população do Piauí reconhece que negros/as têm mais chances de sofrer violência policial, segundo a Rede de Observatórios da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020). Teresina/PI ocupa o quarto lugar das capitais nordestinas que mais matam negros/as através da intervenção policial. Em 2020, 94% das vítimas dessa ocorrência na capital piauiense foram negras, segundo a Rede de Observatório da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020).

Em relação ao quantitativo de negros/as vítimas de MIP na Paraíba, em Alagoas, em Sergipe e no Rio Grande do Norte, os dados são relativamente desatualizados. A ausência de dados relacionados aos índices de

10 CETV 2ª Edição. Negros têm 7 vezes mais chances de morrer em intervenções policiais no Ceará. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10128786/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

11 Segundo a Rede de Observatório da Segurança (2021), o Ceará, em 2021, tinha sua população constituída por 66,9% de negros/as. No mesmo ano, os/as negros/as cearenses formaram o percentual de 92,3% das vítimas mortas pela violência policial. Mais informações disponíveis em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/A-Cor-da-Viole%CC%82ncia-Policial-A-Bala-Na%CC%83o-Erra-o-Alvo.pdf>.

negros/as mortos/as pela intervenção policial nos respectivos estados evidencia uma ausência de dados oficiais produzidos e atualizados pelo Estado. Por exemplo, na Paraíba, só contamos com informações publicadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2016. Isso ocorre porque tanto as secretarias de segurança pública quanto as delegacias não tipificam a morte por intervenção policial como crime. Essa tipificação, em geral, é realizada e fomentada nos espaços acadêmicos, nos grupos de pesquisas e nas organizações sociais que se preocupam com a constância da violência, sobretudo da policial.¹²

Felizmente, é uma tipificação que está se propagando nacionalmente, infelizmente, associada ao quantitativo de mortes decorrentes da violência policial, em maior proporção de negros/as.

Ainda em relação aos dados da Paraíba, o Instituto informa que, entre 2006 e 2016, ocorreu um crescimento médio de 53,3% na taxa percentual de negros/as mortos/as por intervenção policial. Por ano (2006 – 2016), a Paraíba registrou, em média, 53 mortes de negros/as ocasionadas pela violência policial. A cada 100 mil habitantes, 30 negros/as paraibanos/as foram vítimas de MIPs em 2006. Já em 2015, foram registrados/as 52 negros/as paraibanos/as mortos/as a cada 100 mil habitantes, como informa o Instituto.

Não só no Nordeste, mas em todo o Brasil, percebe-se que o racismo dentro das instituições policiais se expressa de modo contínuo no que se refere à violência letal. Esse tipo de violência no Sergipe e nas demais UFs nordestinas destina-se, majoritariamente, a jovens negros/as pobres e desempregados/as, que habitam, em sua grande maioria: periferias dos grandes centros urbanos.

Sergipe, o menor estado do país, registra taxas alarmantes de jovens negros/as mortos/as pela intervenção policial. No estado, morrem 79 jovens negros/as pela intervenção policial por 100 mil habitantes; no Rio Grande do Norte são 70,5.¹³

De modo geral, esses quantitativos indicam uma região habituada com a exterminação do seu segmento racial predominante. Algo que indica que o projeto tácito e violento do pacto da branquitude denunciado por Cida Bento (2022) está em pleno funcionamento no Nordeste, em especial sobre mulheres negras, como veremos mais a seguir.

Segundo Cadu Freitas (2019),¹⁴ mais de 60% das mortes causadas por intervenção policial no Nordeste, correspondem, em geral, ao grupo etário entre 15 e 29 anos, com baixo rendimento, em virtude de situações relacionadas, em sua grande maioria: ao desemprego e ao nível de escolaridade. O Nordeste é a segunda região do Brasil com maior índice de desemprego¹⁵ e de baixa instrução educacional¹⁶.

Qualitativamente, a partir do cruzamento de dados relacionados a sexo, idade, nível de escolaridade, rendimento e ocupação, é possível indicar que o perfil dessas vítimas, no Nordeste, também é constituído de: mulheres jovens desempregadas (52,3), com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolarização

12 Temos no Brasil, para usar de exemplos, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-SP), que se constitui enquanto o primeiro núcleo acadêmico a se dedicar especificamente em estudar crime e polícia no país. Os Anuários do FBSP e os Atlas da Segurança também são importantes iniciativas de divulgação da latência de crimes pela ocorrência da intervenção policial e por outros tipos de ocorrências.

13 HIPÓLITO, Saullo. Movimentos protestam contra mortes de pessoas negras em Aracaju. F5 News, Cotidiano. Disponível em: https://www.f5news.com.br/cotidiano/movimentos-protestam-contra-mortes-de-pessoas-negras-em-aracaju_55015/. Acesso em: 12 jan. 2023.

14 FREITAS, Cadu. Mais de 60% dos mortos por policiais são jovens entre 15 e 29 anos, em 2019. Diário do Nordeste, Segurança, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mais-de-60-dos-mortos-por-policiais-sao-jovens-entre-15-e-29-anos-1.2105609>. Acesso em: 5 jan. 2023.

15 Mais informações disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1616#resultado>.

16 Mais informações disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095#resultado>.

em 31,7% (IBGE, 2022). São indivíduos, sobretudo no Nordeste, com maior risco de vivenciarem formas de violência diversas, como as provocadas pelo policiamento, já que elas também são o principal alvo das formas de violência, segundo índices do FBSP, do Atlas da Violência e da Rede de Observatórios da Violência.

Em 2020, na Bahia, no Ceará e em Pernambuco: 1.369, 1.116 e 1.611 mulheres sofreram violência policial, respectivamente. Contudo, a motivação dessa violência nas respectivas UFs é de 0,4%, segundo a Rede de Observatórios da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020).

Acerca dessa realidade, quando se considera a variável de raça, é possível afunilar ainda mais o perfil das vítimas da intervenção policial, porque a imensa maioria das mortes causadas pela violência policial, nos anos de 2019, 2020 e 2021: foram de pessoas negras, segundo os documentos apresentados no campo da metodologia e utilizados nesta pesquisa. Nesse caso, é possível indicar que há quantitativos consideráveis de mulheres nordestinas negras vítimas de violência policial e, assim como os homens negros, elas também constituem os índices de MVIs de negros que formam o genocídio negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da comparação de dados das MVIs de negros/as pela ocorrência da violência policial e de variáveis socioeconômica, educacional e empregatícia, consideramos que o crime que antecede o genocídio negro no Nordeste seja o juvenecídio, também constituído de mulheres negras. Ao que parece, são as mulheres negras jovens nordestinas que congregam desigualdades sócio-racialmente-sexuais. Elas estão em maior situação de desemprego formal: 92,1% das negras nordestinas trabalham com afazeres domésticos, segundo o IBGE (2019).¹⁷

Além disso, o baixo rendimento também é algo latente em suas vidas: segundo o respectivo Instituto (IBGE, 2022), os/as negros/as nordestinos/as recebem cerca de R\$ 1.397,00 a menos que branco/as nordestinos/as.¹⁸ Quando aplicada a variável sexo, é possível identificar que mulheres nordestinas recebem R\$ 244,00 a menos que os homens,¹⁹ neste caso, se a tendência no Nordeste é uma maior concentração de renda no segmento branco masculino, pode-se cogitar que os seus resultados negativos impactam diretamente e fortemente em mulheres negras, já que essas, em sua maioria, recebem menos que homens negros e estes, menos que homens brancos.

Por não serem brancas, tampouco homens, as mulheres negras convivem com maiores situações de vilipêndio (Kilomba, 2019). Infelizmente, tais situações podem resultar em violência contra sua integridade física – em 2020, na Bahia, no Ceará e em Pernambuco, 1.369, 1.116, 1.611 mulheres sofreram violência policial, respectivamente.

17 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. 2019. Tabela 7004 – Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo e cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7004#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023. O resultado (92,1%) foi a partir do quantitativo de pretas e pardas dividido por 2. Tendo em vista que as variáveis cor ou raça, segundo a descrição da tabela, inclui etnias.

18 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 6405 – Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6405#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023.

19 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 5436 – Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Elas, predominantemente, eram jovens, entre 18 e 24 anos, segundo a Rede de Observatórios da Segurança (Ramos; Nunes; Paiva, 2020). Essa realidade, ao que parece, tem sido negligenciada pelas instituições públicas, em especial por aquelas destinadas à proteção juvenil e feminina. E talvez seja também proveniente da pouca discussão sobre tal problemática, que pode estar ou não associada a uma subnotificação da violência policial sobre o corpo feminino negro e jovem; ou, até mesmo, relacionada à generalidade dos crimes que constituem o genocídio negro.

De modo geral, pelo que tem ocorrido no Brasil nas últimas duas décadas,²⁰ é possível concluir que o emprego de operações policiais nas grandes periferias brasileiras perpassa justificativas da “guerra às drogas”. São operações que visam à eliminação de facções e do mercado de drogas, mas também de negros/as pobres e jovens, porque empregam o uso maciço da força e da violência policial desvinculada da proteção e da garantia aos direitos humanos.

Além disso, a descontinuidade dos serviços, programas e projetos destinados aos jovens e mulheres, somada à frágil colaboração dos serviços de segurança pública entre estados e municípios, pode estar se reverberando negativamente na exequibilidade da defesa e da proteção civil da mulher jovem negra.

Em suma, o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas às mulheres e aos jovens, associado ao melhor funcionamento da política de segurança pública no Nordeste, pode diminuir o contingente de mulheres vítimas de violência policial e da população em geral. Contudo, é necessário reconhecer que essas possíveis estratégias precisam ser procedimentais e interconectadas com outras diferentes frentes de atuação: educação, saúde e mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. V. 14, n. 02, May-Aug, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n2.32201>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ARAÚJO, Thayana; BARRETO, Elis Barreto. Negros são maioria das vítimas de operações policiais em 5 estados, diz estudo. **CNN BRASIL**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-sao-maioria-das-vitimas-de-operacoes-policiais-em-5-estados-diz-estudo/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A militarização da sociedade**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

20 ARAÚJO, Thayana; BARRETO, Elis Barreto. Negros são maioria das vítimas de operações policiais em 5 estados, diz estudo. **CNN BRASIL**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-sao-maioria-das-vitimas-de-operacoes-policiais-em-5-estados-diz-estudo/>. Acesso em: 14/02/2023.

CETV 2ª Edição. Negros têm 7 vezes mais chances de morrer em intervenções policiais no Ceará. **Globo**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10128786/>. Acesso em: 13 fev. 2023

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54377>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Wg85rjtWsXwQkZyS49cXqnL/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EUFRAZIO, Francisco Flavio. Do desemprego negro no Brasil. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 5, n. 2, p. 30-42, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.5.2-4>. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5785>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. V. 14, 2020.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. V. 15, 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. V. 16, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

Foucault, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997.

FREITAS, Cadu. Mais de 60% dos mortos por policiais são jovens entre 15 e 29 anos. **Diário do Nordeste**, Segurança, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mais-de-60-dos-mortos-por-policiais-sao-jovens-entre-15-e-29-anos-1.2105609>. Acesso em: 5 jan. 2023.

HIPÓLITO, Saullo. Movimentos protestam contra mortes de pessoas negras em Aracaju. **F5 News**, Cotidiano. Disponível em: https://www.f5news.com.br/cotidiano/movimentos-protestam-contramortes-de-pessoas-negras-em-aracaju_55015/. Acesso em: 12 jan. 2023.

G1 CE. ROCHA, João Vitor; BRITO, Taís. Quatro policiais são condenados a 275 anos de prisão cada pela chacina de 11 pessoas no Ceará, 2023. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/25/quatro-policiais-sao-condenados-por-participacao-na-chacina-do-curio-penas-somam-mais-de-1000-anos-de-prisao.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2021, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19**. Tabela 6408 – População residente, por sexo e cor ou raça. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 6 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 5436** – Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 6405** – Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6405#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. 2019. Tabela 7004** – Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo e cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7004#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023

IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 1616** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1616#resultad>. Acesso em: 14 fev. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Tabela 4095** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas taxas e níveis, por nível de instrução. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095#resultado>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IGNACIO, Julia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe!. **Politize**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/l>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MARTINS, Stephany Pikhardt; OLIVEIRA, Helvio Frank de; SOUZA, Lorena Francisco de. Discursos étnico-raciais em livro didático de língua portuguesa: problematizando colonialidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 14, n. 42, p. 246-267, nov. 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1338>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>.

Movimento de Policiais Antifascismo. **Manifesto do Movimento de Policiais Antifascismo**. Disponível em: <https://policiaisantifascismo.blogspot.com/2018/03/manifesto-dos-policiais-antifascismo-o.html?view=magazine>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Enio Walcácer de. A criminalização do negro e das periferias na história brasileira. **Vertentes do Direito**, Palmas, v.3, n.1, p. 60-75, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-0106.2016.v3n1.p60-75>.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012>. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; PAIVA, Anabela (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Racismo, motor da violência**: um ano da Rede de Observatórios da Segurança. Fotografias: Igor Pessoa, Fran Silva, Alma Preta e Conectas. Rio de Janeiro: Anabela Paiva, CESeC, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **A dor e a luta das mulheres**: números do feminicídio. Ilustração: Juliana Gama. Rio de Janeiro: Juliana Gonçalves, CESeC, 2021a. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/03/REDE-DE-OBS_ELASVIVEM-1.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **A vida resiste [livro eletrônico]**: além dos dados da violência. Fotografia: Alma Preta, Bruno Itan, Felipe Iruata. Rio de Janeiro: CESeC, 2021b. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/REDE-DE-OBS_2_A-VIDA-RESISTE-_ALEM-DOS-DADOS-DA-VIOLENCIA.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Pele Alvo**: a cor da violência policial. Rio de Janeiro: CESeC, 2021c. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Elas vivem [livro eletrônico]**: dados da violência contra a mulher. Rio de Janeiro: CESeC, 2022a. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Infância interrompida**: números da violência contra crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: CESeC, 2022b. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/Infancia-interrompida_numeros-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-1.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Máquina de moer gente preta**: a responsabilidade da branquitude. Rio de Janeiro: CESeC, 2022c. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/10/RELATORIO_REDE-DE-OBS_MAQUINA-DE-MOER_FINAL.pdf. Acesso em: 6 jan. 2023.

RAMOS, Sílvia; NUNES, Pablo; GONÇALVES, Juliana (Coords.). Rede de Observatórios da Segurança. **Raio X das ações de policiamento**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022d. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/2022_raioxdasoperacoes4.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A COR DA VIOLÊNCIA POLICIAL: A BALA NÃO ERRA O ALVO**, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/A-Cor-da-Viole%CC%82ncia-Policial-A-Bala-Na%CC%83o-Erra-o-Alvo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A vida resiste**: além dos dados da violência, 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/REDE-DE-OBS_2_A-VIDA-RESISTE-_ALEM-DOS-DADOS-DA-VIOLENCIA.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Infâncias interrompidas** - números da violência contra crianças e adolescentes, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/Infancia-interrompida_numeros-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-1.pdf . Acesso em: 27 jun. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**: princípios do direito político. Tradução de Antônio P. Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2006.

SANTOS, José Luis Guedes dos; CUNHA, Kamylla Santos da; ADAMY, Edlamar Kátia; BACKES, Marli Terezinha Stein; LEITE, Joséte Luzia; SOUSA, Francisca Georgina Macedo de. Análise de dados: comparação entre as diferentes perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017021803303>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6kdkNZjdfNF7f5kT5vkmhsj/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, Isabela Inês de Souza; BARROS, Isabela Maria Pereira Paes de. As operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19. **Coletiva**, Recife, n. 30, 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-seguranca-publica-n30-artigo-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 5 jan. 2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Paris: Éditions Raisons d'Agir, 1999.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

EFEITOS DO ENCARCERAMENTO SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

GUILHERME GOMES FERREIRA

Graduado em Ciências Econômicas pela UFV. Atualmente, mestrando em Economia pelo Cedeplar - UFMG.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: gfguilherme443@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0006-5032-8997>

EVANDRO CAMARGOS TEIXEIRA

Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui doutorado em Economia Aplicada pela Esalq/USP, mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Viçosa

Email: evandro.teixeira@ufv.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6470-2103>

Contribuições dos autores: Ambos os autores contribuíram com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados e a redação do manuscrito ou revisão crítica.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre encarceramento e tráfico de drogas, considerando o estado de Minas Gerais, um dos mais importantes do país, no período 2013-2017, por meio da estimação de um modelo econométrico com dados em painel dinâmico desbalanceado. Os resultados apontam que o encarceramento atua como promotor do crime de tráfico de drogas, já que os *aftereffects*, bem como os efeitos de perturbação social que o aprisionamento gera, superam os efeitos *deterrence* e *incapacitation*. Nesse sentido, destaca-se a superlotação de presídios e as condições precárias verificadas no sistema prisional brasileiro como catalisadoras dos *aftereffects*.

Palavras-chave: Encarceramento. Tráfico de drogas. Painel dinâmico.

ABSTRACT

EFFECTS OF INCARCERATION ON DRUG TRAFFICKING IN THE STATE OF MINAS GERAIS

This study aimed to analyze the relationship between incarceration and drug trafficking, considering the state of Minas Gerais, one of the most important in the country, in the period 2013-2017, through the estimation of an econometric model with dynamic unbalanced panel data. The results pointed out that incarceration acts as a promoter of drug trafficking crime, since the aftereffects, as well as the social disruption effects that imprisonment generates, outweigh the deterrence and incapacitation effects. In this sense, the overcrowding of prisons and the precarious conditions verified in the Brazilian prison system stand out as catalysts of the aftereffects.

Keywords: Incarceration. Drug trafficking. Dynamic panel.

Data de Recebimento: 21/04/2023 – **Data de Aprovação:** 15/11/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1913

INTRODUÇÃO

A criminalidade é, inequivocamente, um fator que influencia negativamente a qualidade de vida da população. Nesse sentido, Araújo e Ramos (2009) apontam que o ato criminoso gera custos, os quais refletem na perda de bem-estar individual e coletivo, em virtude da insegurança causada. Destaca-se, nesse aspecto, a influência dos dados relativos a homicídios, haja vista sua maior confiabilidade, devido ao menor nível de subnotificação dos casos. Conforme Santos e Kassouf (2008), existe um subregistro relativamente baixo para essa modalidade criminal, uma vez que implica em perda de vida humana.

No Brasil, a temática de criminalidade é muito discutida, haja vista que o país possui elevados índices de violência e, de acordo com o Índice Global de Crime Organizado, corresponde a 22ª maior pontuação de criminalidade na comparação entre 193 países. Ademais, ao trazer como exemplo os casos de homicídios, citados anteriormente, em 2017, último ano da análise deste trabalho, o Brasil bateu recorde histórico na série contada a partir de 2009, ultrapassando 65 mil mortes violentas (Cerqueira *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, no âmbito penal brasileiro, há uma grande diversidade no que diz respeito à tipificação do crime, bem como à sua penalização, sendo que uma modalidade criminal que vem se destacando, seja pela difusão territorial e/ou pelo número de prisões, é o tráfico de drogas. Conforme o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2021, o número de prisões relacionadas às drogas representava 29,41% do total de prisões. Após o início da pandemia da covid-19, um estudo realizado pelo Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE) revelou que o tráfico de drogas se intensificou no período, evidenciando que a atividade foi resiliente mesmo mediante as adversidades que comprometeram toda a cadeia econômica global.

Nesse sentido, o volumoso mercado de consumo de drogas no Brasil pode ser visto como elemento *sine qua non* para o crescimento desse tipo de delito. De acordo com o III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Pela População Brasileira (Bastos *et al.*, 2017), ao menos 15 milhões de brasileiros entre a população adolescente e adulta já reportaram consumir algum tipo de substância ilícita.

Sob esse aspecto, dando importância para a criminalidade enquanto uma perturbação encarada pela sociedade, várias Ciências buscam compreender e estudar esse fenômeno. Com essa ampla gama de estudos multidisciplinares, o crime tem sua gênese na abordagem econômica ligada ao seminal trabalho de Becker (1968). Neste estudo, o autor afirma que existem razões econômicas para certos tipos de crime e que o indivíduo age de maneira racional ao escolher entre cometer ou não um delito. Dessa forma, segundo Becker, o criminoso potencial analisa o custo-benefício de cometer um crime no momento da decisão entre delinquir ou não. Dentro desse contexto, o tráfico de drogas é tipicamente um crime de natureza econômica.

No âmbito brasileiro, a prisão é prevista para a quase totalidade de crimes e, especificamente, no caso do tráfico de drogas, essa punição se defronta com valores morais, os quais influenciam na aplicação da sanção (Machado *et al.*, 2019). Dessa forma, o encarceramento ligado ao tráfico possui idiosincrasias em comparação com prisões relacionadas a outros crimes, haja vista que existe todo um aparato ético

normativo, o qual defronta o tráfico de drogas diante de um caráter mais punitivo. A maior singularidade dessa infração advém da Lei Nº 11.343/2006, a qual mostrou-se um marco de mudança nas medidas de combate ao tráfico, uma vez que intensifica esforços para a punição, transformando esse delito em crime hediondo, não passível de fiança.

Importante ainda realçar que a população carcerária no Brasil é destaque no cenário internacional, figurando entre as mais elevadas do planeta. Nesse contexto, o tráfico de drogas contribui substancialmente para que o país atinja tal patamar. Tal modalidade criminal foi, ao lado dos crimes contra a propriedade, um dos dois principais motivos de prisão no Brasil em 2021. Nota-se, ainda, que o crescimento do crime de tráfico de drogas é acompanhado do aumento do volume de prisões, muitas das quais evidenciam reincidência do criminoso. Assim, uma espécie de ciclo vicioso é criada. Isso posto, questiona-se: o encarceramento em massa é eficiente em reduzir as taxas de tráfico de drogas?

A literatura que busca responder a essa pergunta é ambígua. Segundo Kuziemko e Levitt (2004), o encarceramento atua influenciando negativamente o crime de tráfico, isto é, reduzindo sua incidência. O argumento dos autores se baseia na ideia de que o aumento do número de prisões interfere nos custos de distribuição das drogas, tornando-o mais elevado. Esse custo é repassado ao consumidor, que, por sua vez, reduz a procura pelo produto, como preconizado na lei da demanda.

Por outro lado, Gelb *et al.* (2018) mostra, para os Estados Unidos, que o aumento do encarceramento tem efeito nulo sobre o crime de tráfico de drogas, visto que é possível substituir facilmente os traficantes de rua, mais suscetíveis a prisões. Diversamente a ambos, Wright (2015) aponta que um aumento das prisões pode causar efeito positivo no tráfico de drogas, ou seja, atuar como um fator criminógeno. A autora sustenta seu argumento afirmando que os efeitos colaterais do encarceramento podem induzir o ex-presidiário a cometer mais crimes após o período de reclusão.

Nessa perspectiva, buscando analisar as consequências do encarceramento sobre a criminalidade, Roodman (2017) enfatiza que o encarceramento promove, de maneira geral, três efeitos sobre o indivíduo. São eles: *deterrence*, *incapacitation* e *aftereffects*. Tais efeitos são observados antes, durante e depois do encarceramento. Os efeitos de *deterrence* são referentes ao período anterior à prisão e estão relacionados à prevenção do crime pela ameaça de sanção. Em outras palavras, são efeitos que tendem a reduzir a criminalidade, visto que o custo de oportunidade do crime se torna mais elevado.

Os efeitos de *incapacitation* ocorrem durante o período de privação de liberdade e referem-se à prevenção do crime fora da prisão, tendo em vista que os criminosos estão impossibilitados de o realizar. Tais como os efeitos de *deterrence*, esses efeitos também tendem a reduzir a criminalidade.

Não obstante, o fator-chave para compreender os efeitos do encarceramento são os *aftereffects*. Isso porque, conforme Roodman (2017), os *aftereffects* não possuem sinal esperado a priori e podem influenciar na criminalidade tanto positiva quanto negativamente. Como estão relacionados ao período posterior à prisão, é incerto o resultado que esses efeitos podem trazer. Conforme salienta o autor, as prisões podem ter efeito positivo na vida do indivíduo, livrando-o do vício, colocando-o em contato com técnicas de trabalho e afins. Entretanto, Nagin, Cullen e Jonson (2009) argumentam que o tempo na prisão pode ser também um agente criminógeno. A privação de liberdade pode causar alienação e transtornos psicológicos, fazendo com que o indivíduo perca interesse nas regras sociais vigentes fora da cadeia. Ademais, por promover maior interação entre vários tipos de criminosos, pode os “educar”

melhor. Isso sem contar o estigma que um ex-presidiário carrega, o que dificulta sua inserção no mercado legal, tornando o crime sua melhor opção para obter renda e reconhecimento. Isso posto, os *aftereffects* também podem estar positivamente relacionados com a criminalidade.

A eficiência do encarceramento sobre a redução da criminalidade depende, portanto, do impacto de cada um dos efeitos supracitados sobre a conduta do criminoso. Considerando os *aftereffects* como indutores do crime, isso significa que sua magnitude deve ser superada pela magnitude dos efeitos de *deterrence* e *incapacitation*.

Como explanado anteriormente, o Brasil é destaque quando se refere ao número de prisões, e um dos estados da Federação que mais contribui para isso é Minas Gerais, figurando como a segunda maior Unidade Federativa com mais encarceramentos no país. De acordo com o Monitor da Violência, a população carcerária mineira em 2021 foi de 62.346 pessoas (G1 Minas, 2021). Considerando a população mineira estimada de 2021, esse número representa uma taxa de 291 presos para cada 100 mil habitantes. Essa taxa é maior que a de países como Argentina, México e Honduras, *e.g.*, segundo o *World Prison Brief*. O tráfico, a outra variável central deste estudo, também impera no estado, visto que Minas Gerais possui a maior taxa de tráfico de entorpecentes do Brasil (Bueno *et al.*, 2021).

Destarte, diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre encarceramento e tráfico de drogas no estado de Minas Gerais, a fim de verificar como a taxa de prisões afeta esse tipo de crime. De modo geral, a literatura apresenta resultados ambíguos, como será relatado na próxima seção, uma vez que se nota, em alguns estudos, relações negativas entre encarceramento e tráfico de drogas, ao passo que outros indicam relação positiva.

No entanto, os estudos encontrados focam predominantemente para o país como um todo, negligenciando aspectos regionais. No Brasil, encontram-se muitos trabalhos que destacam o estigma do tráfico de drogas e o caráter punitivista da justiça penal brasileira, entretanto, é raro encontrar algum estudo que mensure o impacto dessa política enquanto uma medida efetiva para a redução do delito em questão. Dessa forma, o presente trabalho objetiva contribuir com a literatura existente ao analisar o caso de Minas Gerais e observar como se dá a relação entre as variáveis encarceramento e tráfico de drogas. Além disso, por possuir caráter regional, ele se distingue da maioria dos trabalhos encontrados, apresentando-se como potencialmente inovador.

Desse modo, este trabalho pode contribuir para direcionar formulações de políticas públicas que melhorem a eficiência do sistema de segurança pública do estado de Minas Gerais, um dos mais importantes estados da Federação. Para tanto, o trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução, seguida pelas evidências teóricas e empíricas, na segunda seção. A terceira seção é responsável pela apresentação da metodologia utilizada, enquanto a quarta e a quinta trazem os resultados e as considerações finais do estudo, respectivamente.

EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS

A relação entre criminalidade e encarceramento é amplamente discutida no âmbito das Ciências que buscam aprimorar a eficiência da segurança pública. No entanto, quando o crime em questão se refere ao tráfico de drogas, os trabalhos encontrados são mais escassos, como visto adiante.

Existem na literatura alguns trabalhos que analisam os efeitos *deterrence*, *incapacitation* e *aftereffects* sobre a criminalidade. Masiero (2017), evidenciando o efeito *deterrence*, observa que o aumento do contingente policial no período da Copa do Mundo de 2014 reduziu o número de ocorrências criminais por dia no estado de São Paulo. Resultados similares foram encontrados em trabalhos internacionais, como Evans e Owens (2007) e Apel (2013), demonstrando que medidas de dissuasão reduzem a criminalidade.

Por outro lado, Cohen (1983) e Visher (1987) observaram o efeito de *incapacitation* sobre o crime. Não obstante, ressaltam que a redução do índice de crimes alcançada por essa política é relativamente pequena em comparação ao volume total. Os autores enfatizam também as consequências do uso indiscriminado da incapacitação, que promove a superlotação dos presídios, o que implica em efeitos negativos para os detentos no médio e longo prazo. Destaca-se, nesse sentido, o estudo de Liedka, Piehl e Useem (2006), em que os autores observaram que os efeitos negativos do aprisionamento sobre a criminalidade diminuem à medida que a escala aumenta. Em outras palavras, quanto maior o contingente de detentos, menor tende a ser a eficácia do aprisionamento.

Já Stemen (2017) apresenta resultados contrastantes ao demonstrar que o encarceramento pode ser criminógeno quando se observam os *aftereffects*. O argumento baseia-se no custo social e individual que é consequência das elevadas taxas de encarceramento após a prisão. Conforme o autor, os laços sociais e familiares, os quais seriam responsáveis por afastar o indivíduo do crime, são rompidos, causando perturbação do ambiente social. Outrossim, no aspecto individual, o encarceramento pode contribuir para o aumento do crime, à medida que oferece a oportunidade do surgimento de novas redes criminosas e também causa consequências colaterais, como a perda de emprego, moradia e laços familiares. Assim sendo, os efeitos psicológicos do encarceramento afetam o infrator por meio de perdas e estigmas, o que, por sua vez, o estimula a continuar praticando atividades ilícitas. Loeffler (2013), Nagin e Snodgrass (2013) e Mueller-Smith (2015) encontraram resultados análogos.

Restringindo a análise do crime especificamente para o tráfico de drogas, Kuziemko e Levitt (2004) se propuseram a testar empiricamente os efeitos do aprisionamento sobre o referido delito. Ao observarem uma estimação dos preços de cocaína, extraída de Rhodes e Kling (1997), e utilizarem informações extraídas do *System to Retrieve Information from Drug Evidence* (Stride), os autores verificaram que punições mais severas para o tráfico de drogas – lê-se encarceramento – associam-se com maiores preços do produto nas ruas. A ideia central é que o custo de oportunidade do tráfico aumenta, haja vista a maior probabilidade de prisão e, dessa forma, esse custo é repassado ao consumidor. Apesar da significativa variação e incerteza a respeito da elasticidade-preço em relação a drogas ilícitas, os autores estimam que, para o caso da cocaína, a elasticidade varia entre -1,0 e -1,8, indicando elevada sensibilidade do consumidor em relação aos preços. Portanto, preços mais altos devem induzir menores taxas de consumo. Nessa perspectiva, Kuziemko e Levitt (2004) contribuem ao demonstrar que a prisão do traficante gera um custo econômico no mercado de drogas ilegais, o que, por sua vez, encarece o produto, de modo que o consumo se reduz. Logo, pela ótica da teoria econômica, a oferta deve se adequar à nova demanda. A conclusão é que o encarceramento diminui o índice de tráfico de drogas por meio de mecanismos indiretos que refletem a lei da oferta e demanda.

De modo diverso, Gelb *et al.* (2018) analisaram o efeito de *deterrence* para casos nos Estados Unidos. Para tanto, os autores observaram se estados com maiores taxas de aprisionamento possuem menores taxas de consumo de drogas, por meio de uma regressão múltipla. Para isso, foram comparadas taxas estaduais de aprisionamento com três medidas relacionadas a drogas, a saber: uso autorrelatado de drogas, prisão

por drogas e mortes por overdose. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas no estudo, apontando que taxas mais altas de encarceramento não significavam menor volume de tráfico de drogas. Algumas hipóteses foram levantadas pelos autores, como a fácil substituição do traficante de rua, o qual geralmente é mais apreendido por estar mais exposto. Destaca-se, nesse sentido, o argumento de Piquero e Blumstein (2007), de que o efeito *incapacitation* não é muito eficaz nos crimes envolvendo tráfico de drogas, justamente pela fácil substituição dos traficantes.

Seguindo por outra vertente, Wright (2015) traz contribuições para a literatura ao analisar os *aftereffects*, i.e., os efeitos posteriores ao período de encarceramento. A autora utiliza-se de um modelo de regressão Tobit para analisar uma amostra de adolescentes e jovens adultos do sexo masculino, ex-infratores e não-infratores, no período de 1997-2000, nos Estados Unidos. Os resultados revelam que ex-presidiários possuem vantagem, em termos de rendimentos advindos do tráfico, em relação a infratores que nunca foram presos. Ademais, sugerem também que, quanto maior o tempo de encarceramento, mais reduzido se torna o capital social e humano e maiores são os ganhos de oportunidade em atividades ilegais. Observa-se que os efeitos do aprisionamento tendem a provocar mais criminalidade e, nesse caso, aumentar o índice de tráfico de drogas.

Em âmbito nacional, foram encontrados relativamente poucos trabalhos que buscam compreender essa relação de acordo com a literatura exposta. Todavia, Ornell *et al.* (2020) trazem resultados para análise do encarceramento no estado do Rio Grande do Sul. Os autores verificaram vertiginoso aumento do encarceramento no estado no período de 2006 a 2015 e revelaram que esse aumento foi acompanhado de crescimento nos crimes de tráfico de drogas e na formação de quadrilhas criminosas. Com efeito, Ornell *et al.* descreveram a existência de relação endógena entre tráfico de drogas e aprisionamento, creditando isso à estratégia punitiva adotada no Brasil. Entretanto, os autores afirmam que essa estratégia não exerceu impacto significativo na redução do tráfico. Somado a isso, eles alertam sobre a preocupação com a insalubridade física e mental que o aprisionamento pode gerar, o que, conforme discutido anteriormente, pode motivar o infrator a continuar praticando crimes.

Na mesma direção, Araújo Jr. *et al.* (2014) testaram a relação entre encarceramento e criminalidade no território brasileiro. Utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), os autores observaram que não houve relação significativa entre as variáveis. Não obstante, ao utilizarem o Método de Momentos Generalizados (GMM), perceberam que, a despeito de encontrarem relação significativa e negativa, a sensibilidade foi muito baixa, ou seja, o impacto do encarceramento na criminalidade se mostrou relativamente pequeno.

Lourenço (2015), por sua vez, encontrou indícios da existência de relação positiva entre a taxa de presos por tráfico de drogas e a criminalidade. Em um estudo realizado com dados do estado da Bahia, o autor buscou verificar a relação entre essas variáveis por meio de uma matriz de correlação de Pearson. Os resultados apontaram que, mesmo crescente, as prisões relacionadas ao tráfico de drogas apresentaram relação positiva com a taxa de homicídios e homicídios entre jovens. Desse modo, o encarceramento não foi capaz de reduzir os crimes e, com efeito, o método evidenciou que este trouxe uma relação oposta da esperada.

Destarte, foram apresentadas contribuições que apontam o encarceramento como uma medida efetiva no combate ao tráfico de drogas (Kuziemko; Levitt, 2004) e contribuições que apontam esse processo como pouco eficaz e/ou como criminógeno (Gelb *et al.*, 2018; Ornell *et al.*, 2020; Araújo Jr. *et al.*, 2014; Wright, 2015; Lourenço, 2015). No Brasil, observa-se elevada taxa de encarceramento e, concomitantemente,

altos índices de crime organizado, especialmente ligados ao tráfico de drogas. Por conseguinte, *a priori*, é intuitivo imaginar que, no país, o encarceramento é criminógeno, i.e., que os *aftereffects* superam os efeitos de inibição do crime. Sendo assim, neste estudo, ao se realizar um recorte para o estado de Minas Gerais, que se destaca tanto na questão do encarceramento quanto do tráfico de drogas, objetiva-se compreender melhor a relação entre as variáveis à luz das teorias explanadas.

METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentadas a base de dados utilizada no trabalho, bem como a estratégia metodológica utilizada.

FONTE DE DADOS

A fonte dos dados que possibilitou a elaboração das variáveis para o presente estudo é o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), produzido pela Fundação João Pinheiro (FJP). Elaborado desde 2004, o IMRS fornece diversos indicadores, os quais dão informações socioeconômicas tangentes aos municípios mineiros e ao estado de Minas Gerais. Com mais de 700 indicadores para os 853 municípios mineiros, a plataforma possui informações detalhadas sobre as variáveis utilizadas neste trabalho. O período analisado corresponde ao íterim entre 2013 e 2017, haja vista que dados sobre o tráfico de drogas encontram-se disponíveis somente a partir de 2013.

ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Optou-se, como estratégia empírica, utilizar o método de dados em painel dinâmico para examinar a relação entre o encarceramento e o tráfico de drogas no estado de Minas Gerais. O painel levou em consideração dados dos municípios mineiros para o período de 2013 a 2017.

O método de painel dinâmico é vantajoso, haja vista que reúne características de cortes transversais e séries temporais, ou seja, contempla dimensões espacial e temporal. As principais características desse modelo são: i) permite a criação de uma variável pré-determinada, que consiste na utilização da variável dependente como variável explicativa defasada, geralmente em um *lag*, o que, conforme Sonaglio *et al.* (2010), atribui caráter dinâmico ao modelo; e ii) proporciona o controle de possíveis relações simultâneas entre determinadas variáveis (Arellano; Bond, 1991).

O estimador utilizado é o Método de Momentos Generalizados (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991). A expressão geral do modelo dinâmico de dados em painel pode ser dada por:

$$y_{i,t} = \gamma y_{i,t-1} + \beta_{i,t} X_{i,t} + \alpha_i + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

No presente estudo, a forma funcional utilizada foi a linear e o painel é desbalanceado, ou seja, uma unidade de *cross section* não é necessariamente observada em todos os períodos. A escolha das variáveis

dependentes, bem como explicativas, foi realizada com base na literatura existente. Dessa forma, estabelecendo o tráfico de drogas como variável explicada, o modelo a ser estimado é:

$$\begin{aligned}
 txtraf_{i,t} = & \alpha + \beta_1 txtrafdef_{i,t-1} + \beta_2 txemp_{i,t} + \beta_3 txocuppenit_{i,t} \\
 & + \beta_4 rend_med_{i,t} + \beta_5 portarm100_{i,t} + \beta_6 esc_liq_em_{i,t} \\
 & + \beta_7 urban_{i,t} + \beta_8 g_seg_pub_{i,t} + \beta_9 txposse_uso_{i,t} \\
 & + \beta_{10} g_cult_{i,t} + \varepsilon_{i,t}
 \end{aligned}
 \tag{2}$$

Sendo $txtraf_{i,t}$ as taxas de tráfico nos municípios mineiros por 100 mil habitantes, i.e., a variável dependente que serve como *proxy* para mensurar o tráfico de drogas; α é o intercepto, os β 's são os parâmetros e ε é o erro. As variáveis explicativas, bem como seus sinais esperados, estão expostas no Quadro 1, abaixo.

QUADRO 1

Descrição das variáveis a serem utilizadas na estimação do modelo econométrico

Variável	Descrição	Sinal esperado
<i>txtraf</i>	Taxa de tráfico de drogas (número de ocorrência de tráfico de drogas para cada 100 mil habitantes).	Variável dependente
<i>txtrafdef</i>	Taxa de tráfico de drogas por 100 mil habitantes defasada em um período.	Positivo
<i>txemp</i>	Número de empregos formais do município dividido pela população (entre 16 e 64 anos) ativa residente multiplicado por 100 mil habitantes.	Negativo
<i>txocuppenit</i>	Taxa de ocupação penitenciária, que corresponde à razão entre o número de pessoas presas e o número de vagas penitenciárias multiplicada por 100 mil habitantes.	Ambíguo
<i>rend_med</i>	Rendimento médio do setor formal, deflacionado pelo INPC a preços de 2017.	Ambíguo
<i>portarm100</i>	Número absoluto de ocorrências de porte ilegal de arma de fogo (conforme definição constante em Registros de Eventos de Defesa Social – REDS), registradas pelas polícias estaduais (militar e civil), dividido por 100 mil habitantes. Nota: este indicador se refere ao Porte Ilegal de Arma de Fogo, excluídos os registros de Posse Legal.	Positivo
<i>esc_liq_em</i>	Taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio: Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio e a população total nessa faixa multiplicada por 100.	Negativo
<i>urban</i>	Medida da taxa de urbanização da região.	Positivo

Continua

<i>g_seg_pub</i>	Gastos <i>per capita</i> com segurança pública, deflacionados pelo INPC a preços de 2017.	Ambíguo
<i>txposse_uso</i>	Número absoluto de ocorrências de posse e/ou uso de entorpecentes, conforme definição constante em Registros de Eventos de Defesa Social – REDS), registradas pelas polícias estaduais (militar e civil), por 100 mil habitantes.	Ambíguo
<i>g_cult</i>	Gastos <i>per capita</i> com difusão cultural, deflacionados pelo INPC a preços de 2017.	Negativo

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à variável referente à taxa de ocupação penitenciária, *txoccupenit*, considerada endógena no modelo, bem como às variáveis referentes aos gastos *per capita* com segurança pública e posse e uso de entorpecentes, os sinais esperados são ambíguos. A razão disso é que, como demonstrado na literatura exposta na seção anterior, o encarceramento e o esforço orçamentário para combater o crime pode tanto inibir os índices de criminalidade, sobretudo por meio do efeito *deterrence* (Kuziemko; Levitt, 2004), bem como pode vir a ser um vetor criminógeno, influenciado pela magnitude dos *aftereffects* (Wright, 2015). Ademais, no que diz respeito à variável de posse e uso de entorpecentes, ela tanto pode explicar o tráfico de drogas quanto ser explicada por ele, apontando também relação endógena, que pode influenciar o sinal estimado para seu coeficiente.

Deve-se destacar que, em razão da dificuldade de encontrar uma boa *proxy* para o encarceramento, foram utilizados dados das 296 comarcas do estado mineiro. Justifica-se essa utilização por meio da grande similaridade que municípios de uma mesma comarca tendem a possuir e pelo fato de que a grande maioria das cidades mineiras não possuem penitenciárias. Ademais, é fulcral salientar que todos os municípios subordinados a uma mesma comarca possuem o mesmo valor para a taxa de encarceramento.

A taxa de tráfico de drogas defasada em um período, *txtrafdef*, – pressuposto do modelo dinâmico, o qual indica defasagem temporal – constitui-se como uma das variáveis explicativas. Essa variável defasada corresponde ao grau de explicação que taxas de tráfico de drogas de um ano detém sobre o ano seguinte. Kume (2004) comprova que a criminalidade tem efeito inercial, portanto, o sinal esperado é positivo. Isso se deve ao fato de que o aumento do tráfico de drogas em um período pode criar mecanismos que beneficiem a atividade no futuro, como inovações nas formas de produção e distribuição, maior alcance do mercado etc.

A taxa de empregos formais, *txemp_{i,t}*, possui sinal esperado ambíguo, pois, se por um lado, espera-se que quanto maior for o contingente de pessoas ocupadas no setor formal, com remuneração estável, menor a probabilidade de que procurem auferir renda em atividades ilícitas, por outro, regiões com taxas mais elevadas de emprego formal também tendem a apresentar nível de renda mais alto, tornando-se um potencial alvo para crimes econômicos, como o tráfico de drogas. Fajnzylber e Araújo Jr. (2001) destacam que essa ambiguidade advém do custo de oportunidade do crime, o qual possibilita, potencialmente, maior retorno para a atividade criminal.

Outra variável explicativa utilizada no trabalho é o rendimento médio do setor formal, *rend_med*. Seu sinal esperado é ambíguo, haja vista que ao mesmo tempo que localidades com maiores níveis de rendimento médio podem induzir menor número de ingressos ao mercado ilícito, em razão de maiores

oportunidades lícitas, eles também podem evidenciar-se mais atrativos para atividades criminosas que são motivadas economicamente. Ademais, o rendimento médio, *per se*, diz pouco sobre a forma em que ocorre a distribuição da renda na sociedade. Nessa perspectiva, Marques Jr. (2014) observa que, ao passo que a elevação da renda da parcela mais abastada da população tem efeito positivo sobre o crime, o aumento da renda da parcela mais pobre gera efeito oposto. Assim, o sinal esperado dependerá também, em grande medida, da conjuntura distributiva da região. Outros trabalhos como Resende e Andrade (2011) e Theodoro (2011) também contribuem nessa linha, ao demonstrarem que, *e.g.*, a desigualdade atua como fator que aumenta a criminalidade. Destaca-se, por fim, que essa variável, bem como todas as variáveis monetárias, está deflacionada pelo INPC, tendo como base o ano de 2017.

Outrossim, tem-se a variável de porte ilegal de armas, *portarm100*, que possui sinal esperado positivo em relação ao crime de tráfico de drogas, uma vez que o porte de armas aumenta a probabilidade de o indivíduo cometer algum delito. Nessa perspectiva, vários estudos demonstram a correlação do porte de armas com a criminalidade, sobretudo, ao aumentar a possibilidade de violência no ato criminoso (Mendonça, 2002; Cerqueira; Mello, 2012).

Em via oposta, estão os gastos *per capita* com difusão cultural, *g_cult*, que tendem a diminuir a taxa de criminalidade. Nesse sentido, a explicação para o seu efeito negativo sobre o tráfico de drogas está relacionada ao potencial que a cultura possui de gerar desenvolvimento e estimular e fortalecer laços sociais (Ross, 2016; Taylor *et al.*, 2015). Nesse contexto, visto que, como já explanado, a quebra de laços sociais tende a favorecer a criminalidade, o estímulo e o fortalecimento desses laços atuam na contramão, isto é, diminuindo a ocorrência de delitos.

Por sua vez, os gastos *per capita* com segurança pública, *g_seg_pub* estão, em tese, relacionados com melhorias no combate à criminalidade, influenciando o efeito *deterrence*. Entretanto, não há consenso sobre o efeito dos gastos com segurança pública e existem estudos que rejeitam a hipótese de que essa variável tem efeito sobre a redução da criminalidade (Kelly, 2000). Além disso, essa variável também é uma *proxy* para a criminalidade, considerada endógena na estimação. Sob essa perspectiva, municípios com maiores índices de tráfico de drogas gastariam mais com segurança pública, o que implicaria em relação positiva.

As variáveis que correspondem à posse e uso de entorpecentes, *txposse_uso*, e taxa de urbanização, *urban*, possuem sinais esperados ambíguo e positivo, respectivamente. A primeira variável está intrinsecamente ligada com a variável dependente, o que pode causar colinearidade prejudicial, além de simultaneidade e, portanto, seu sinal esperado é imprevisível, apesar da relação positiva que se imagina, *a priori*. No que concerne à taxa de urbanização, Santos e Kassouf (2008) sugerem que quanto mais urbana é uma região, maior a probabilidade de ocorrência de crimes, principalmente, crimes contra a propriedade e crime organizado.

No que tange à variável correspondente à taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio, *esc_liq_em*, o sinal esperado é negativo, uma vez que o perfil de associados ao tráfico tende a ter baixa escolaridade (Silva, 2017). Desse modo, quanto maior a taxa de escolaridade líquida, menor tende a ser o percentual de adolescentes envolvidos no tráfico, *ceteris paribus*.

Por fim, para verificar a eficiência do modelo, foram utilizados os testes de correlação serial, Arellano-Bond, e de validação dos instrumentos, de Sargan. Esses dois testes são comumente utilizados em modelos de dados em painel dinâmico. O primeiro objetiva verificar a correlação serial dos erros, enquanto o segundo possui a intenção de analisar a validade conjunta dos instrumentos utilizados.

RESULTADOS

ANÁLISE DESCRITIVA

Na Tabela 1, a seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis incluídas no modelo estimado, tornando possível observar a média, o desvio padrão e os dados de máximos e mínimos para o período de 2013 a 2017. A amostra foi composta por 2.095 observações. Salienta-se, mais uma vez, que os dados de encarceramento foram extraídos das 296 comarcas mineiras¹.

Observa-se, na referida tabela, que a variável com maior variabilidade é o rendimento médio do setor formal, indicativo de acentuada desigualdade de renda no estado (Araújo; Figueiredo; Salvato, 2009). No que tange à taxa de empregos do setor formal, aos gastos *per capita* com segurança pública e à taxa de porte de armas, suas médias se mostraram relativamente baixas para o período analisado. Por outro lado, a variável relativa ao grau de urbanização, a despeito da discrepância entre os valores de máximo e mínimo, indica que, em média, o estado de Minas Gerais possui elevada taxa de urbanização, o que acompanha a realidade de aumento da urbanização em âmbito nacional. A variável correspondente aos gastos *per capita* com difusão cultural também apresenta amplitude significativa, bem como a variável de posse e uso de entorpecentes, que também se destaca por possuir variância muito alta.

Concernente às principais variáveis do trabalho, é possível notar médias elevadas tanto para as taxas de ocupação penitenciária quanto para as taxas de tráfico de drogas. Ademais, vide desvio padrão, pode-se concluir que tais variáveis possuem grande variabilidade, em especial, a variável *proxy* para o tráfico de drogas. Os valores de mínimo e máximo também corroboram essa hipótese; assim, se tratando do tráfico de drogas, seu valor mínimo é de 0 e máximo é de 4196,75, revelando grande amplitude dessa variável no estado de Minas Gerais. A taxa de ocupação penitenciária não se mostra muito divergente, com valor mínimo de 0 e valor máximo de 1177,78.

¹ As comarcas mineiras estão localizadas nas seguintes cidades: Abaeté, Abre Campo, Açucena, Águas Formosas, Aimorés, Aiuruoca, Além Paraíba, Alfenas, Almenara, Alpinópolis, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Andradas, Andrelândia, Araçuaí, Araguari, Araxá, Arcos, Areado, Arinos, Baependi, Bambuí, Barão de Cocais, Barbacena, Barroso, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bicas, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Borda da Mata, Botelhos, Brasília de Minas, Brazópolis, Brumadinho, Bueno Brandão, Buenópolis, Buritis, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caeté, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campina Verde, Campo Belo, Campos Altos, Campos Gerais, Canápolis, Candeias, Capelinha, Capinópolis, Carandaí, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Carmo da Mata, Carmo de Minas, Carmo do, Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Cássia, Cataguases, Caxambu, Cláudio, Conceição das Alagoas, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Rio Verde, Congonhas, Conquista, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Contagem, Coração de Jesus, Corinto, Coromandel, Coronel Fabriciano, Cristina, Cruzília, Curvelo, Diamantina, Divino, Divinópolis, Dolores do Indaí, Elói Mendes, Entre Rios de Minas, Ervália, Esmeraldas, Espera Feliz, Espinosa, Estrela do Sul, Eugenópolis, Extrema, Ferros, Formiga, Francisco Sá, Frutal, Galiléia, Governador Valadares, Grão Mogol, Guanhães, Guapé, Guaranésia, Guarani, Guaxupé, Ibiá, Ibiraci, Ibirité, Igarapé, Iguatama, Inhapim, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itajubá, Itamarandiba, Itambacuri, Itamogi, Itamonte, Itanhandu, Itanhomi, Itapagipe, Itapeverica, Itaúna, Ituiutaba, Itumirim, Iturama, Jaboticatubas, Jacinto, Jacuí, Jacutinga, Janaúba, Januária, Jequeri, Jequitinhonha, João Monlevade, João Pinheiro, Juiz de Fora, Lagoa da Prata, Lagoa Santa, Lajinha, Lambari, Lavras, Leopoldina, Lima Duarte, Luz, Machado, Malacacheta, Manga, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Mariana, Martinho Campos, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matozinhos, Medina, Mercês, Mesquita, Minas Novas, Miradouro, Mirai, Montalvânia, Monte Alegre de Minas, Monte Azul, Monte Belo, Monte Carmelo, Monte Santo de Minas, Montes Claros, Monte Sião, Morada Nova de Minas, Muriaé, Mutum, Muzambinho, Nanuque, Natércia, Nepomuceno, Nova Era, Nova Lima, Nova Ponte, Nova Resende, Nova Serrana, Novo Cruzeiro, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Palma, Paracatu, Pará de Minas, Paraguaçu, Paraisópolis, Paraopeba, Passa Quatro, Passa Tempo, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Peçanha, Pedra Azul, Pedralva, Pedro Leopoldo, Perdizes, Perdões, Piranga, Pirapetinga, Pirapora, Pitangui, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pompéu, Ponte Nova, Porteirinha, Pouso Alegre, Prados, Prata, Pratápolis, Presidente Olegário, Raul Soares, Resende Costa, Resplendor, Ribeirão das Neves, Rio Casca, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Rio Preto, Rio Vermelho, Sabará, Sabinópolis, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, Santa Vitória, Santo Antônio do Monte, Santos Dumont, São Domingos do Prata, São Francisco, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São João da Ponte, São João del Rei, São João do Paraíso, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São Lourenço, São Romão, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, Senador Firmino, Serrro, Sete Lagoas, Silvianópolis, Taiobeiras, Tarumirim, Teixeiras, Teófilo Otoni, Timóteo, Tiros, Tombos, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tupaciguara, Turmalina, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Várzea da Palma, Vazante, Vespasiano, Viçosa, Virginópolis e Visconde do Rio Branco.

TABELA 1

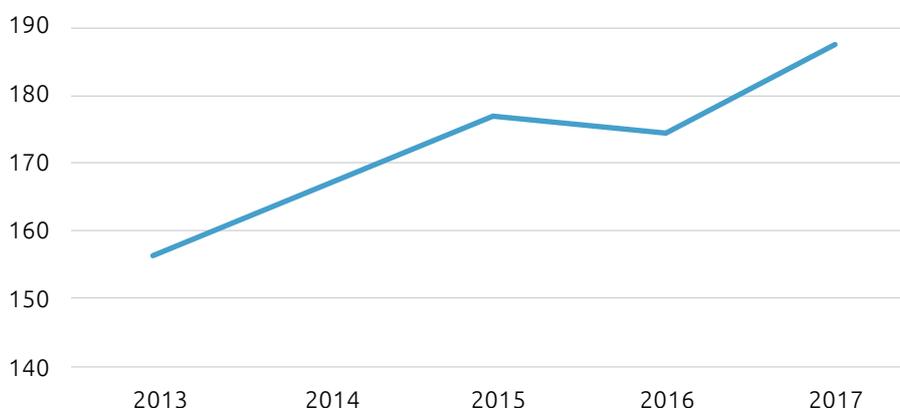
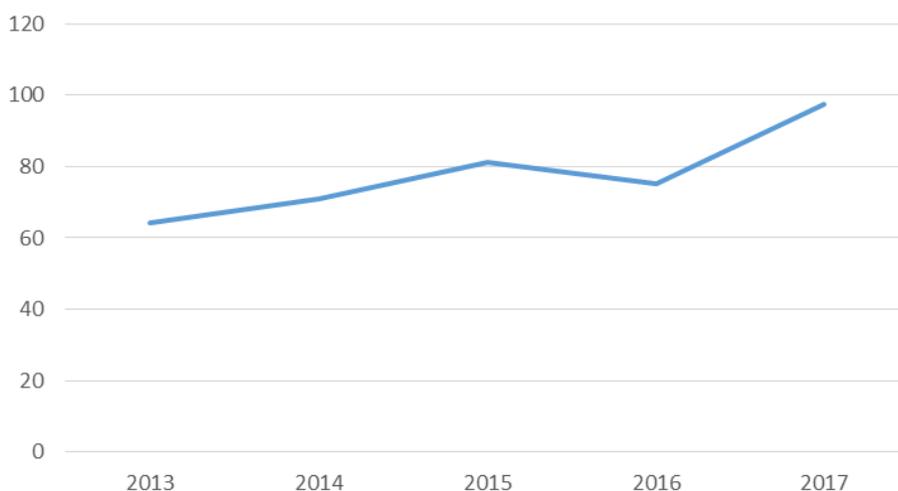
Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<i>txtraf</i>	85,23	116,05	0	4196,75
<i>txocuppenit</i>	173,63	79,06	0	1177,78
<i>txemp</i>	22,54	13,98	2,7	142,6
<i>urban</i>	72,81	18,53	18,42	100
<i>g_seg_pub</i>	5,74	13,75	0	234,37
<i>txposse_uso</i>	75,85	99,95	0	2888,09
<i>portarm100</i>	41,81	48,23	0	445,03
<i>rend_med</i>	1473,52	397,58	232,76	3800,19
<i>g_cult</i>	39,76	13,75	0	570,72
<i>esc_liq_em</i>	60,54	12,22	0	100

Fonte: Elaboração própria.

De modo complementar, os Gráficos 1 e 2 exibem o comportamento médio das variáveis ao longo de cada ano. No que tange à média da taxa de ocupação penitenciária por comarcas, é possível observar crescimento até o ano de 2015, apresentando um “vale” em 2016, mas voltando a crescer em 2017, a patamares superiores aos de 2015. Quanto à taxa de tráfico de drogas, o comportamento médio é bastante similar. Nesse sentido, o ano de 2016 também é o que apresenta o menor valor médio, todavia, em 2017, é possível notar substancial crescimento dessa medida.

Supletivamente, as Figuras de 1 a 4 trazem um panorama espacial da evolução das taxas de encarceramento e de tráfico de drogas do primeiro ano de análise, 2013, e do último, 2017. Tal como destacado anteriormente, a *proxy* para o encarceramento se refere aos dados das 296 comarcas de Minas Gerais e, portanto, as Figuras 1 e 2 também se baseiam nesses respectivos dados.

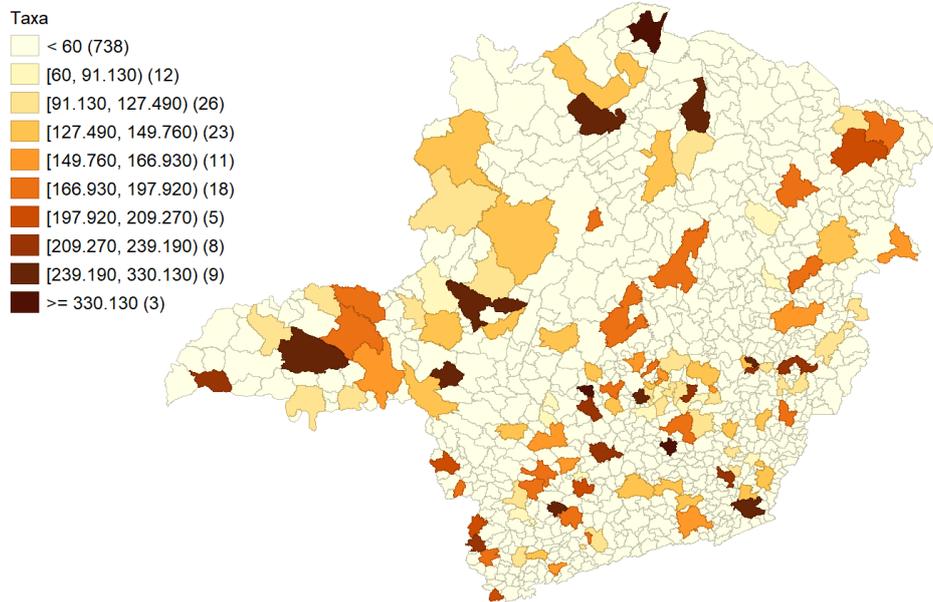
GRÁFICO 1**Médias anuais da taxa de ocupação penitenciária por comarcas (2013 a 2017)***Fonte: Elaboração própria.***GRÁFICO 2****Médias anuais da taxa de tráfico de drogas (2013 a 2017)***Fonte: Elaboração própria.*

É evidente, por meio da análise das figuras supracitadas, que houve não apenas elevação bastante significativa da taxa de detentos em Minas Gerais durante o período, bem como houve ampliação do número de comarcas que se destacaram no quesito de prisões.

De maneira análoga, as Figuras 3 e 4 mostram a evolução das taxas de tráfico de drogas no estado, como pode ser visualizado abaixo. Nota-se que, assim como ocorreu com o encarceramento, as taxas de tráfico do estado se elevaram substancialmente e o crime também parece ter se difundido territorialmente. Dessa forma, com base nessas análises, é possível verificar que ambas as variáveis se elevaram e se difundiram durante o período de análise, levantando mais indícios de que o encarceramento não está sendo eficaz no combate ao tráfico de drogas em Minas Gerais.

FIGURA 1

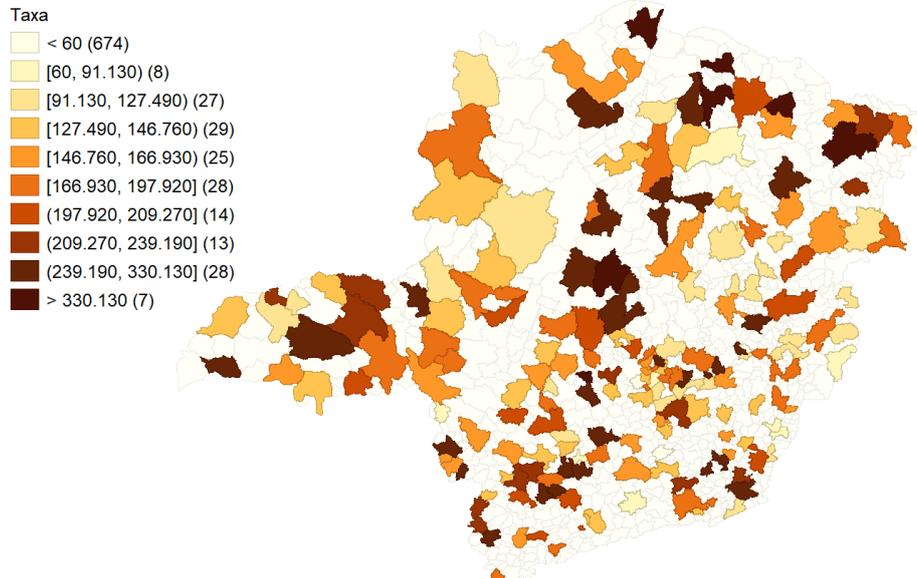
Taxas de encarceramento por comarcas de Minas Gerais no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 2

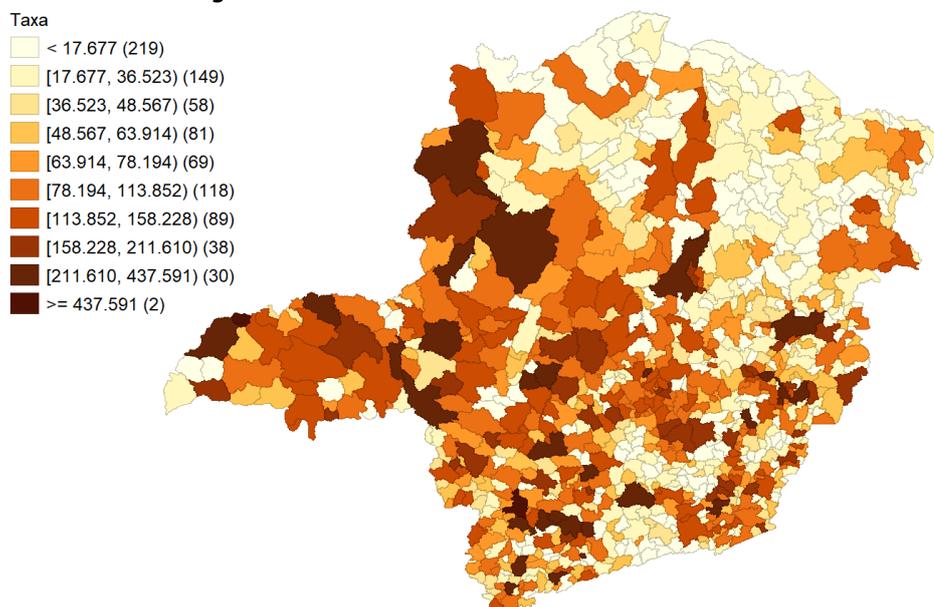
Taxas de encarceramento por comarcas de Minas Gerais no ano de 2017



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 3

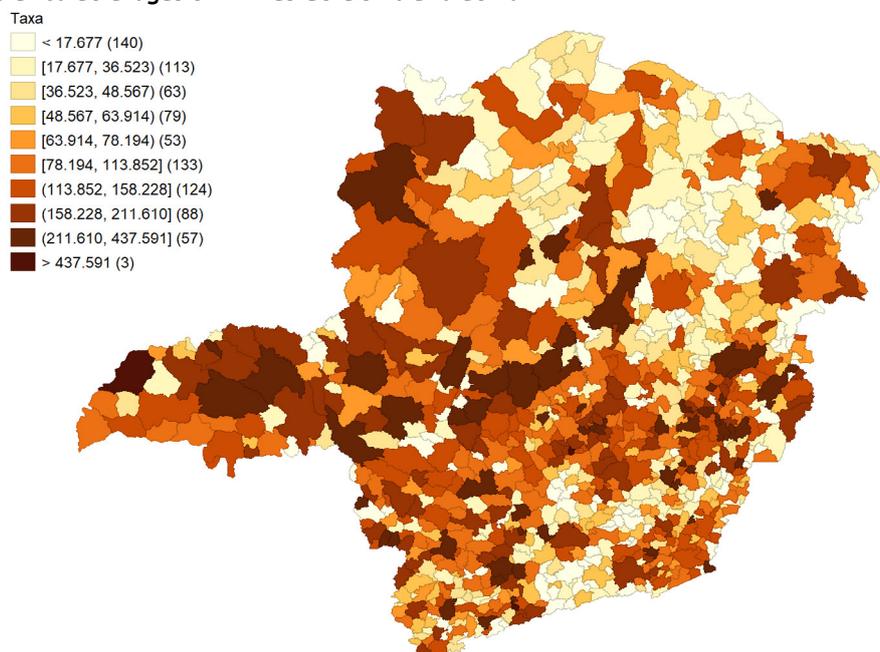
Taxas de tráfico de drogas em Minas Gerais no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 4

Taxas de tráfico de drogas em Minas Gerais no ano de 2017



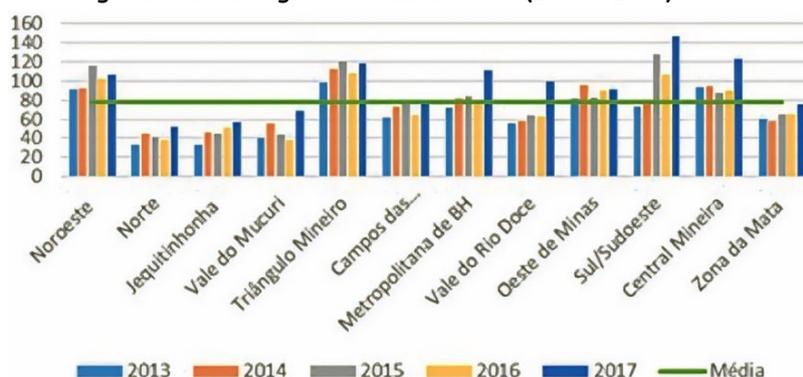
Fonte: Elaboração própria.

Para complementar a análise por meio de um panorama distinto, faz-se importante dividir o estado em mesorregiões, haja vista o tamanho e a heterogeneidade do território mineiro; sob esse viés, observa-se quais se destacam nesse contexto do crime de tráfico, ou seja, as que apresentam maiores taxas desse

crime em comparação com a média do estado. Verifica-se que as mesorregiões do Noroeste de Minas, do Triângulo Mineiro, do Oeste de Minas e da Central Mineira cresceram acima da média do estado em todos os anos analisados. Por outro lado, o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e a Zona da Mata mantiveram-se abaixo da média ao longo do período 2013-2017, conforme pode ser visto no Gráfico 3, abaixo.

GRÁFICO 3

Taxa de tráfico de drogas nas mesorregiões de Minas Gerais (2013 a 2017)

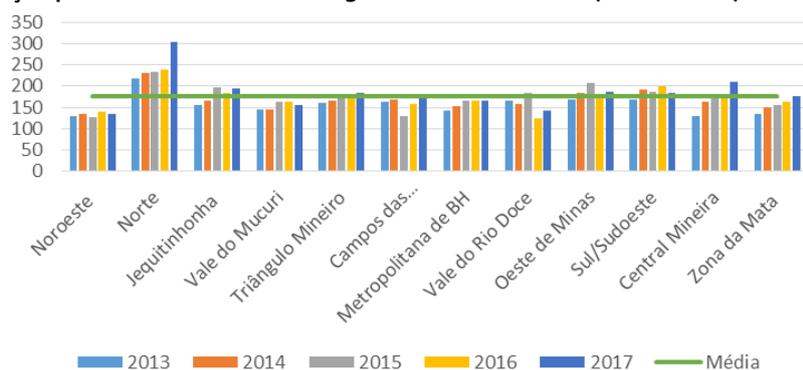


Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, quando se observa a ocupação penitenciária por comarcas nas referidas mesorregiões, o destaque fica com o Norte de Minas, que apresenta taxa superior à média do estado durante todo o período analisado. As demais mesorregiões figuram, no geral, próxima à média, com exceção das regiões Noroeste e Zona da Mata, as quais ficaram um pouco abaixo, conforme evidencia o Gráfico 4, abaixo.

GRÁFICO 4

Taxa de ocupação penitenciária nas mesorregiões de Minas Gerais (2013 a 2017)



Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS ECONOMÉTRICOS

A Tabela 2, abaixo, apresenta os resultados econométricos deste estudo. Com exceção das variáveis gasto *per capita* com segurança pública, taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio e taxa de emprego do

setor formal, todas as demais variáveis do modelo se mostram significativas a um nível de, pelo menos, 10%. Destaca-se que os testes de correlação serial Arellano-Bond e de validação instrumental de Sargan não rejeitaram a hipótese nula. Isso indica que os erros não são autocorrelacionados e que os instrumentos utilizados no modelo são válidos.

TABELA 2

Resultados econométricos

Variável	Coefficiente	p-valor
txtrafdef	0,3575*** (0,065)	0,000
txemp	0,2090 ^{NS} (0,265)	0,430
txocuppenit	0,1429** (0,073)	0,050
rend_med	0,0243* (0,013)	0,067
portarm100	0,0787* (0,043)	0,071
esc_liq_em	0,1619 ^{NS} (0,300)	0,590
urban	0,3678*** (0,119)	0,002
g_seg_pub	0,3218 ^{NS} (0,400)	0,454
txposse_uso	0,2544*** (0,071)	0,001
g_cult	-0,1356** (0,068)	0,047
constante	-65,93*** (25,411)	0,009

Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo.

Fonte: Elaboração própria.

Em conformidade com a tabela apresentada, os resultados mostram a corroboração de uma das possíveis hipóteses levantadas neste trabalho, i.e., de que há relação positiva entre encarceramento e tráfico de drogas. Mais precisamente, as taxas de encarceramento estão elevando em aproximadamente 14,29% as taxas de tráfico de drogas. Em outras palavras, para o período de 2013 a 2017, o encarceramento em Minas Gerais atuou como um fator criminógeno. Decorre-se, deste resultado, que os *aftereffects* mostram-se superiores aos efeitos de *deterrence* e *incapacitation*. Ou seja, os efeitos posteriores superam os efeitos anteriores e correntes do aprisionamento.

Essa constatação está de acordo com o estudo de Roodman (2017), haja vista que o autor observou que, dentre alguns estudos, os quais comparam o efeito criminógeno do encarceramento com os efeitos que tendem a reduzir o crime, em 80% os *aftereffects*, no mínimo, anulam os outros efeitos somados. Ademais, as elevadas taxas de encarceramento observadas no Brasil e no estado de Minas Gerais alertam também para o problema apontado por Levitt (1996), concernente à superlotação de presídios, que pode reduzir a eficácia da prisão sobre a criminalidade. Somado a isso, as condições precárias e muitas vezes desumanas do sistema prisional brasileiro (Muraro, 2016) também servem como catalisadoras dos *aftereffects*. Essa é uma perspectiva sobre os danos do encarceramento a nível individual, todavia, é notório que essa prática também traz prejuízos sociais.

Sob esse viés, conforme Stemen (2017) e Clear (1996), o encarceramento promove ruptura de laços, o que pode causar danos às famílias e às comunidades nas quais estão inseridos os detentos e isso, por sua vez, aumenta a probabilidade de que membros dessas agregações também se insiram em atividades ilícitas. Dessa forma, para além dos *aftereffects*, a nível individual, o encarceramento também traz problemas sociais que podem influenciar no aumento da criminalidade.

Desse modo, à luz da literatura exposta e em posse das observações empíricas, é possível confirmar que o estado de Minas Gerais se encontra em situação na qual o encarceramento tornou-se, no mínimo, ineficaz para controlar o tráfico de drogas. Como apresentado anteriormente, o aprisionamento promove três efeitos aos criminosos, o efeito *deterrence*, o efeito *incapacitation* e os *aftereffects*. Para verificar se o encarceramento é eficaz na redução da criminalidade, os dois primeiros efeitos, que possuem relação negativa com essas graves infrações, devem superar, em magnitude, os *aftereffects*. No caso de Minas Gerais, foi possível observar que a elevação do número de prisões foi acompanhada por aumento nas taxas de tráfico de drogas.

Nessa perspectiva, argumentar-se-á que o encarceramento não apenas é ineficaz, como está se mostrando, com efeito, criminógeno, algo que Stemen (2017) já havia apontado. Isso pode ser compreendido mediante a Roodman (2017), partindo da hipótese que, em Minas Gerais, os *aftereffects* são superiores aos efeitos *deterrence* e *incapacitation*, i.e., os danos posteriores ao aprisionamento são tão mais custosos ao criminoso que, para ele, continuar praticando atividades ilícitas torna-se a escolha mais racional. Ademais, o rompimento de laços sociais e a estigmatização das famílias de presos e de determinadas localidades também contribuem para o aumento do tráfico de drogas, elevando o custo social do crime. Cria-se, portanto, uma espécie de ciclo vicioso, haja vista que mais crimes de tráfico de drogas induzem maior número de prisões, que, por sua vez, induzem mais crimes de tráfico de drogas, e assim por diante.

No que concerne às demais variáveis de controle, a variável da taxa de tráfico de drogas defasada é significativa e corrobora a literatura existente (Kume, 2004; Santos; Kassouf, 2008). Isso significa que o tráfico possui um fator inercial, ou seja, delitos desse tipo que ocorreram no passado possuem influência posteriormente, haja vista que ocorrem especializações na atividade criminosa, implicando em ganhos de escala para o tráfico em questão.

Já a variável correspondente à taxa de emprego do setor formal possui sinal positivo, mas não foi significativa. Quanto à variável que reflete o grau de urbanização, seu sinal é positivo e há significância estatística. Santos e Kassouf (2007) também encontraram esse resultado, observando que quanto mais urbanizada for uma região, maior a probabilidade de crimes. A explicação, conforme destacam os autores, consiste em duas hipóteses: a primeira é de que uma região mais urbanizada favorece a interação entre

grupos de criminosos e criminosos potenciais, de modo que se reduzem os custos de transação do crime; a segunda hipótese está relacionada com o tamanho da região, o qual favorece o anonimato e dificulta a apreensão dos delinquentes, tornando o custo de oportunidade do crime menor. Especialmente neste caso, se tratando de crimes de tráfico de drogas, essa variável exerce grande impacto, visto que mais urbanização tende a estar correlacionada com renda mais elevada; e o tráfico de drogas é um crime tipicamente de natureza econômica (Becker, 1968). Almeida, Haddad e Hewings (2005) também corroboram o efeito da urbanização sobre a criminalidade, observando o estado de Minas Gerais.

Em relação à variável concernente ao rendimento médio, ela se mostrou significativa e seu sinal foi positivo. Isso também era esperado, haja vista que, a despeito da renda *per capita* ter sinal ambíguo, em casos de crime organizado e crimes contra a propriedade, ela tende a estar positivamente relacionada com esses delitos. Além disso, esse sinal varia de acordo com a forma na qual a renda é distribuída. Nessa perspectiva, uma nota técnica do Observatório das Desigualdades², da FJP, indica que o índice de Gini se elevou em Minas Gerais após 2015, evidenciando o aprofundamento da desigualdade. Em outros termos, houve aumento da distância entre os mais ricos e os mais pobres. Como salientado anteriormente, a renda só atua como redutora do crime se ela se elevar para os mais pobres; dado o aumento da desigualdade, pode-se concluir que isso não ocorreu.

As variáveis correspondentes ao porte de armas e à posse e uso de entorpecentes apresentaram sinais positivos. A primeira possui uma forte correlação com o crime de tráfico, uma vez que é de se esperar que traficantes andem armados, dada a violência intrínseca ao mercado de drogas (Goldstein, 1985). Já a segunda está relacionada ao funcionamento do mercado e à adequação entre a oferta e a demanda. Quanto maior o número de ocorrências de posse e uso de entorpecentes, *ceteris paribus*, maior é o mercado, o que implica em oferta mais elevada, tornando o tráfico mais lucrativo.

Outra variável que não se mostrou estatisticamente significativa foi aquela consonante aos gastos *per capita* com segurança pública. Apesar de ser considerada a variável de *deterrence* do modelo, tal resultado não é singular. Oliveira (2005) e Santos e Kassouf (2007), por exemplo, não encontraram efeito significativo da segurança pública sobre a criminalidade no Brasil. Uma possível explicação para esse resultado é que, no país, os gastos com segurança pública estão sendo ineficientes.

Juntamente com as variáveis de gastos com segurança pública e da taxa de empregos formais, a taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio também não foi significativa. Essa variável corresponde ao percentual de adolescentes de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio e um dos motivos que pode ter causado a não significância é a idade ser muito baixa para se envolverem em crimes de tráfico. Nesse sentido, estudos como o de Reuter *et al.* (1990) já constataram que, para o exemplo dos Estados Unidos, o perfil do jovem traficante era maior em jovens acima de 16 anos.

Finalizando, a variável relativa aos gastos *per capita* com difusão cultural é significativa e demonstra sinal negativo. Sob esse viés, há estudos que mostram, *e.g.*, que uma maior participação no esporte diminui o consumo de drogas entre os jovens (Dawkins; Williams; Guilbault, 2006; Nelson; Gordon-Larsen, 2006), de modo que evidenciam a importância da cultura enquanto método preventivo de ingresso às atividades relativas ao tráfico e consumo de drogas.

2 Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Nota-T%C3%A9cnica-n%C2%BA1.pdf>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo busca-se identificar a relação entre o encarceramento e o tráfico de drogas para Minas Gerais durante o período de 2013 a 2017, utilizando como método o modelo de painel dinâmico a partir de dados do IMRS, da Fundação João Pinheiro.

Como principal resultado, verifica-se que o encarceramento atua como promotor do tráfico de drogas, haja vista que os *aftereffects*, bem como os efeitos de perturbação social que o aprisionamento gera, superam os efeitos *deterrence* e *incapacitation*, o que faz com que o custo dessa medida esteja se mostrando maior que os benefícios.

Nesse sentido, algumas singularidades do Código Penal brasileiro explicam o grande volume de prisões relacionadas a esse tipo de delito, haja vista que, após a Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), o punitivismo mostrou-se muito mais forte. Entretanto, as conclusões apresentadas neste trabalho apontam que o encarceramento a qualquer custo não está sendo o melhor mecanismo de combate ao crime e, especificamente, ao tráfico de drogas. Sendo assim, são apresentadas alternativas que podem auxiliar e melhorar os resultados em termos de políticas públicas, *e.g.*, o aumento da difusão de cultura e auxílios que distribuam renda para a população mais carente.

Indo além, dado que os resultados econométricos apontam que o encarceramento está aumentando o crime de tráfico de drogas, este estudo também faz uma reflexão sobre as condições dos detentos nos presídios mineiros. Como exposto, os *aftereffects* estão muito relacionados ao nível individual, ao que o ser humano passa durante o seu período de privação da liberdade. Quanto mais insalubres forem os ambientes prisionais, sejam em seus atributos físicos e/ou mentais, mais danosos tendem a ser os efeitos colaterais no indivíduo preso e, *ceteris paribus*, mais inclinados ao crime eles estarão após serem reintegrados em sociedade.

Outrossim, devido aos efeitos sociais que o aprisionamento promove, é imprescindível que políticas públicas adequadas sejam direcionadas a localidades com elevados índices de criminalidade. Como visto, esses efeitos somam-se aos *aftereffects*, aumentando a perturbação social. Cabe, portanto, ao poder público se mostrar atuante e implementar políticas que venham, ao menos, mitigar esse quadro, de modo que contribua para reduzir o número de criminosos potenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eduardo Simões de; HADDAD, Eduardo Amaral; HEWINGS, Geoffrey. The spatial pattern of crime in Minas Gerais: an exploratory analysis. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 39-55, 2005.

APEL, Robert. Sanctions, Perceptions, and Crime: Implications for Criminal Deterrence. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 29, n. 1, p. 67-101, 2013.

ARAÚJO, Adriano Firmino de; RAMOS, Francisco. Estimação da perda de bem-estar causada pela criminalidade: o caso da cidade de João Pessoa-PB. **Economia**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 577-607, 2009.

ARAÚJO, Taiana Fortunato; FIGUEIRÊDO, Lízia de; SALVATO, Márcio Antônio. As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras: 1970-2000. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 39, n. 1, 2009.

ARAÚJO JR., Ari Francisco de; PEREIRA, Daniel Montresor Pimenta Belo; SHIKIDA, Cláudio; SHIKIDA, Pery. O efeito do encarceramento sobre as taxas de homicídio no Brasil. **RIDB: Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, v. 3, n. 9, p. 6359-6388, 2014.

ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **Review of Economic Studies**, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de; BONI, Raquel Brandini De; REIS, Neilane Bertoni dos; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza. **III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BECKER, Gary Stanley. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.

BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BUENO, Samira *et al.* **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MELLO, João Manoel Pinho de. **Menos armas, menos crime**. Texto para Discussão 1721. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91105/1/719096952.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CLEAR, Todd. Backfire: when incarceration increases crime. **Journal of Oklahoma Criminal Justice Research Consortium**, v. 3, p. 7-18, 1996.

COHEN, Jacqueline. Incapacitation as a strategy for crime control: possibilities and pitfalls. **Crime and Justice**, v. 5, p. 1-84, 1983.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SOUZA, Nícia Raies Moreira de; BRANDÃO, Lucas Augusto de Lima. **Ascensão e queda do bem-estar em Minas Gerais: A Trajetória da renda dos mineiros entre 2012 e 2019, segundo a PNAD Contínua**. Nota Técnica Nº 1. Belo Horizonte: Observatório das Desigualdades. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Nota-Tecnica-n2ba1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DAWKINS, Marvin; WILLIAMS, Mary; GUILBAULT, Michael. Participation in school sports: risk or protective factor for drug use among black and white students?. **The Journal of Negro Education**, v. 75, n. 1, p. 25-33, 2006.

EVANS, William; OWENS, Emily. COPS and Crime. **Journal of Public Economics**, v. 91, n. 1-2, p. 181-201, 2007.

FAIR, Helen; WALMSLEY. **World Prison Population List**. Londres: Institute for Crime & Justice Policy Research. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

FAJNZYLBER, Pablo; ARAUJO JR., Ari Francisco. Violência e criminalidade. In: Lisboa, Marcos de Barros; Menezes-Filho, Naércio Aquino (Orgs.). **Microeconomia e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001, p. 333-394.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

G1 MINAS. Número de presos diminui 10% em MG, mas estado ainda registra superlotação em presídios. **G1 MINAS**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/05/17/numero-de-presos-diminui-10percent-em-mg-mas-estado-ainda-registra-superlotacao-em-presidios.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GELB, Adam *et al.* More imprisonment does not reduce state drug problems. **The Pew Charitable Trusts**, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.pewtrusts.org/en/research-and-analysis/issue-briefs/2018/03/more-imprisonment-does-not-reduce-state-drug-problems>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GOLDSTEIN, Paul. The Drugs/Violence nexus: a tripartite conceptual framework. **Journal of Drug Issues**, v. 15, n. 4, 1985.

KELLY, Morgan. Inequality and crime. **The Review of Economics and Statistics**, v. 82, n. 4, p. 530-539, 2000.

KUME, Leandro. Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC**, João Pessoa/PB, 2004. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/anpen2004/148.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

KUZIEMKO, Ilyana; LEVITT, Steven. An empirical analysis of imprisoning drug offenders. **Journal of Public Economics**, v. 88, p. 2043-2066, 2004.

LEVITT, Steven. The effect of prison population size on crime rates: evidence from prison overcrowding litigation. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 111, n. 2, p. 319-351, 1996.

LIEDKA, Raymond; PIEHL, Anne Morrison; USEEM, Bert. The crime control effect of incarceration: does scale matter?. **Criminology and Public Policy**, v. 5, n. 2, p.245-276, 2006.

LOEFFLER, Charles. Does imprisonment alter the life course? Evidence on crime and employment from a natural experiment. **Criminology**, v. 51, n. 1, p. 137-166, 2013.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Prisão e dinâmicas de criminalidade: notas e possíveis efeitos das estratégias de Segurança Pública na Bahia (2005-2012). **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 13, n. 26, p. 53-67, 2015.

MACHADO, Maíra Rocha; AMARAL, Mariana Celano de Souza; BARROS, Matheus de; MELO, Ana Clara Klink de. Prender a qualquer custo: o tráfico de drogas e a pena de prisão na fundamentação judicial brasileira. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 226-237, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.37>.

MARQUES JR., Karlo. A renda, desigualdade e criminalidade no Brasil: uma análise empírica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 1, p. 34-46, 2014. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.62>.

MASIERO, Ilaria. **Three essays on the economics of crime**. 2017. 121 f. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. Criminalidade e violência no Brasil: uma abordagem teórica e empírica. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 33-49, 2002.

MUELLER-SMITH, Michael. **The criminal and labor market impacts of incarceration**. Work. Pap., University of Michigan, 18 ago. 2015.

MURARO, Mariel. Sistema prisional brasileiro e direitos humanos. **Canal Ciências Criminais**, Artigos, Direitos Humanos, 9 dez. 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/sistema-prisional-2/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NAGIN, Daniel; CULLEN, Francis; JONSON, Cheryl Lero. Imprisonment and reoffending. **Crime and Justice**, v. 38, p. 115-200, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1086/599202>.

NAGIN, Daniel; SNODGRASS, Matthew. The effect of incarceration on re-offending: Evidence from a natural experiment in Pennsylvania. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 29, n. 4, p. 601-642, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10940-012-9191-9>.

NELSON, Melissa; GORDON-LARSEN, Penny. Physical activity and sedentary behavior patterns are associated with selected adolescent health risk behaviors. **Pediatrics**, v. 117, n. 4, p. 1281-1290, 2006. DOI: 10.1542/peds.2005-1692.

OLIVEIRA, Cristiano. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da economia do crime. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC**, Natal/RN, 2005. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/anpen2005/152.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ORNELL, Felipe *et al.* High rates of incarceration due to drug trafficking in the last decade in southern Brazil. **Trends in Psychiatry Psychother**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 153-160, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2019-0061>.

PIQUERO, Alex; BLUMSTEIN, Alfred. Does incapacitation reduce crime?. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 23, p. 267-285, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10940-007-9030-6>.

RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 173-195, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612011000100007>.

REUTER, Peter; MACCOUN, Robert; MURPHY, Patrick; ABRAHAMSE, Allan; SIMON, Barbara. **Money from crime**: a study of the economics of drug dealing in Washington, DC. Santa Monica/CA: Rand Corporation, 1990.

ODDMAN, David. **The impacts of incarceration on crime**. San Francisco/CA: Open Philanthropy Project, 2017. Disponível em: https://www.openphilanthropy.org/wp-content/uploads/The_impacts_of_incarceration_on_crime_10.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

ROSS, Caroline. **Exploring the ways arts and culture intersect with public safety**: identifying current practice and opportunities for further inquiry. [s.l.]: Urban Institute/ ArtPlace America, abr. 2016. Disponível em: <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/79271/2000725-Examining-the-Ways-Arts-and-Culture-Intersect-with-Public-Safety.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 187-210, 2007.

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 343-272, 2008.

SILVA, William Trigilio da. **Tráfico de drogas e o princípio da intervenção mínima**: aspectos sociais e direitos humanos. 2017, 82 f. Dissertação (Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/353/1/William%20Trigilio%20da%20Silva%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SONAGLIO, Cláudia Maria *et al.* Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. **Economia Aplicada**, v. 14, p. 347-372, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502010000400005>.

STEMEN, Don. The prison paradox: more incarceration will not make us safer. **Vera Institute of Justice**, New York, jul. 2017.

TAYLOR, Peter; DAVIES, Larissa; WELLS, Peter; GILBERTSON, Jan; TAYLEUR, William. A review of the Social Impacts of Culture and Sport. **Case**: The Culture and Sport Programme, Department for Culture Media and Sport, mar. 2015. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a74a738ed915d0e8bf1a0d6/A_review_of_the_Social_Impacts_of_Culture_and_Sport.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

THEODORO, Maria Isabel Accoroni. **Um estudo da relação entre polarização de renda e criminalidade para o Brasil**. 77 p. Dissertação (Mestrado em Economia) -, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-26092011-135407/publico/MarialATheodoro.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VISHER, Christy. Incapacitation and crime control: Does a "Lock 'em up" strategy reduce crime?. **Justice Quarterly**, v. 4, n. 4, p. 513-543, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1080/07418828700089511>.

WRIGHT, Valerie. Pushers: the effect of incarceration on earnings from drug trafficking. **Justice Policy Journal**, v. 12, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.cjcrj.org/media/import/documents/jpj_pushers_fall_2015.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

NOTA TÉCNICA

RELAÇÕES DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE NEGOCIADORES POLICIAIS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, INVENTIVIDADE PROFISSIONAL E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA MENTAL

THIAGO DRUMOND MORAES

Professor do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutor pela Aix-Marseille Université.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Vitória

Email: thiago.moraes@ufes.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6250-3533>

MARCOS EDUARDO DA SILVA TEIXEIRA

Capitão da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Mestre em Psicologia (Universidade Federal do Espírito Santo). Especialista em Educação em Direitos Humanos. Bacharel em Direito (UFES). Negociador da PMES. Integrante da Equipe de Negociação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Coordenador de três edições do Curso de Negociação da PMES: 2012, 2017 e 2021.

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Vitória

Email: m.eduardo07@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4500-4713>

JAQUELINE OLIVEIRA BAGALHO

Professora Doutora Titular da Universidade Vila Velha (UVV) na Pós-Graduação em Segurança Pública. Pesquisadora sobre Gênero, Psicanálise, Trabalho e Segurança Pública. Doutora em Psicologia pela UFES com sanduíche/CAPES na Universidade Autónoma do México (UNAM).

País: Brasil **Estado:** Espírito Santo **Cidade:** Vila Velha

Email: jaquelinebagalho@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3544-8492>

Contribuições dos autores: Marcos Teixeira contribuiu substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção de dados ou análise e interpretação dos dados; contribuiu significativamente na elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo e participou da aprovação da versão final do manuscrito. Thiago Moraes contribuiu substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, contribuiu significativamente na revisão crítica do conteúdo e participou da aprovação da versão final do manuscrito. Jaqueline Bagalho contribuiu significativamente na revisão crítica do conteúdo e participou da aprovação da versão final do manuscrito.

RESUMO

O Negociador Policial atua em incidentes críticos buscando solução pacífica por meio da verbalização em cenário imprevisível, o que pode interferir na saúde mental desses profissionais. Diante da escassez de pesquisas sobre esses profissionais, este estudo tem como objetivo investigar as relações entre organização do trabalho, inventividade na atividade e processo de saúde-doença de Negociadores da Polícia Militar. Foram entrevistados oito Negociadores, em entrevistas semiestruturadas, submetidas à análise de conteúdo e interpretadas pela teoria da Ergologia. O trabalho do Negociador pode gerar sofrimento ou prazer: a culpa por erros cometidos nas ocorrências e custos físico-emocionais envolvidos podem gerar desgaste. Porém, a organização do trabalho permite inventividade pessoal, boas relações

sociais e relativa autonomia nas ocorrências, o que gera prazer, produz identidade profissional e reduz riscos de adoecimento. A pesquisa indica caminhos promissores para a promoção da saúde mental em organizações militares.

Palavras-chave: Negociador policial. Saúde mental. Organização do trabalho.

ABSTRACT

RELATIONS BETWEEN THE PROFESSIONAL ACTIVITY OF POLICE NEGOTIATORS AND WORK ORGANIZATION, PROFESSIONAL INVENTIVENESS AND THE MENTAL HEALTH-ILLNESS PROCESS

The Police Negotiator acts in critical incidents, seeking a peaceful solution through verbalization in an unpredictable scenario, which can interfere with mental health. Given the scarcity of research on these professionals, a study was carried out to investigate the relationship between work organization, inventiveness in the activity and the health-disease process of Military Police Negotiators. Eight Negotiators were interviewed, in semi-structured interviews, submitted to content analysis and interpreted by the theory of Ergology. The Negotiator's work can generate suffering or pleasure: guilt for mistakes made in the occurrences and physical-emotional costs involved can generate exhaustion. However, the organization of work allows for personal inventiveness, good social relationships and relative autonomy in occurrences, which generates pleasure, produces professional identity, and reduces the risk of illness. The research indicates promising avenues for promoting mental health in military organizations.

Key words: Police negotiator. Mental health. Work organization.

Data de Recebimento: 02/03/2023 – **Data de Aprovação:** 24/01/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1882

INTRODUÇÃO

O Negociador Policial é um operador de segurança que usa negociação para resolver eventos críticos de forma pacífica por meio da verbalização (Bohl, 1992). Integra um grupo de trabalhadores expostos a situações complexas e que exige recursos especiais da polícia. A intervenção em incidentes críticos requer um efetivo especializado, treinado e equipado adequadamente (Silva; Silva; Roncaglio, 2021).

O Batalhão de Missões Especiais (BME) é a unidade especializada da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) responsável por intervir em incidentes críticos, sendo responsável pelo planejamento e pela execução de ações necessárias para lidar com a situação (Espírito Santo, 2021). O comandante do BME é responsável pela gestão dos recursos disponíveis para responder ao incidente crítico, dentre os quais o uso de recursos humanos e recursos logísticos, denominados alternativas táticas: a negociação, as técnicas não letais, o tiro de comprometimento e a invasão tática. Os Negociadores Policiais compõem o efetivo do BME e se organizam em Equipe de Negociação (EN).

Os incidentes críticos incluem ocorrências com reféns, tentativas de suicídio, atentados terroristas, entre outros, e se caracterizam pela imprevisibilidade, pelo risco à vida de todos os envolvidos e pela compressão de tempo para que medidas necessárias à resolução do evento sejam adotadas com celeridade (Silva, 2016; Silva; Silva; Roncaglio, 2021). Atuar nesse contexto apresenta potenciais riscos e perigos e exige treinamento especializado contínuo para manutenção da atividade e equipamentos (Grubb *et al.*, 2022; Pelegrini *et al.*,

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

2018). Diante da especificidade dessa atividade, e dos riscos envolvidos, pode-se supor que os Negociadores estejam mais propensos ao estresse e seus agravantes e sujeitos a agravos da saúde física e mental ou à queda do bem-estar geral ou profissional, fenômenos que se observa dentre outros grupos de policiais militares (Cotta; Cotta, 2020; Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Dimitrovska, 2017; Grubb; Brown; Hall, 2018; Grubb *et al.*, 2019; Pinheiro; Farikoski, 2016; Santos, 2022; Santos; Hauer; Furtado, 2019).

A partir de estudos com outros policiais, é possível que esse contexto de trabalho, associado a condições de trabalho muitas vezes deletérias, possa gerar nesses trabalhadores Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), ansiedade e depressão (Cunha *et al.*, 2019; Minayo; Assis; Oliveira, 2011; Pelegrini *et al.*, 2018; Pinheiro; Farikoski, 2016; Santos, 2022; Souza *et al.*, 2012). Há estudos que mostram evidências que policiais expostos a grandes desastres e incidentes críticos em serviço, de natureza potencialmente traumática, têm um risco aumentado de TEPT após tais eventos (Sørensen *et al.*, 2022). Soma-se a esse quadro o contexto do militarismo, que muitas vezes submete o Negociador ao silenciamento e à subordinação, por meios formais ou informais e que configuram o viver do policial militar (Magalhães, 2015; 2022).

A despeito desses potenciais riscos, o trabalho dos policiais militares também submete os profissionais a contextos que potencializam o desenvolvimento de saberes, criatividade, identidade, pertença ao grupo e ao prazer (Grubb *et al.*, 2022; Magalhães, 2015; Magalhães, 2021). Na experiência de policiais militares, a natureza da tarefa prescrita ou os valores organizacionais, por exemplo, são elementos que contribuem para a motivação ao trabalho. Nesse sentido, seria incorreto supor existir apenas condições deletérias no trabalho dos Negociadores.

De um lado, pode-se supor que o contexto, a natureza do trabalho e as exigências profissionais possam contribuir para o adoecimento mental de Negociadores (Grubb *et al.*, 2022). Em contrapartida, seria de se esperar que determinados saberes desenvolvidos coletivamente (Johnson *et al.*, 2017), bem como condições da organização do trabalho apropriadas e o suporte coletivo profissional, pudessem minimizar os impactos deletérios no trabalhador e, ao mesmo tempo, produzir prazer em relação à atividade exercida. Ainda que tais hipóteses sejam plausíveis, o fato é que poucas pesquisas foram realizadas no país (Teixeira, 2011), e mesmo no estrangeiro, para explorar a vivência laboral cotidiana dos Negociadores (Grubb; Brown; Hall, 2018; Grubb *et al.*, 2019; 2022), o que inviabiliza atuar de modo preventivo na saúde mental, bem como na formação adequada desses profissionais. Esse aspecto se torna ainda mais importante porque são praticamente desconhecidos para pesquisadores brasileiros os modos como os Negociadores no Brasil apreendem suas atividades, desenvolvem seus saberes e constroem estratégias para lidar com as condições vivenciadas e como percebem sua saúde mental. Esses conhecimentos são fundamentais para qualquer prática gerencial focada na saúde mental e na satisfação no trabalho.

Frente a esse contexto de escassez de produção científica sobre o tema, este estudo busca investigar a relação entre o Negociador Policial e seu trabalho, analisando os modos como lidam com a tarefa e com a organização do trabalho, bem como desenvolvem seus relacionamentos socioprofissionais e como se dão os processos de inventividade e desenvolvimento de saberes no trabalho; finalmente, verifica-se a relação desses aspectos com o processo de saúde-doença mental nesse grupo populacional. Esta pesquisa é realizada a partir da perspectiva teórico-epistemológica da Ergologia (Schwartz; Durrive, 2010). Essa teoria, que se dedica ao estudo do que o trabalhador faz e como ele contribui para a realização das tarefas que lhe são atribuídas, por meio de inventividade, criatividade e desenvolvimento de saberes, se apresenta como pertinente e necessária por se apropriar tanto das condições deletérias do trabalho quanto do trabalho como espaço potencial de desenvolvimento da inventividade dos trabalhadores.

Nesse sentido, é uma das poucas teorias científicas que aborda, concomitantemente, as relações entre as condições do trabalho, as características do coletivo de trabalhadores, as relações da gestão e os efeitos na saúde, na subjetividade e na produção de saberes e identidade. Trata-se de uma teoria que aborda a complexidade do trabalho, estando em linha com pesquisas recentes que lançam mão de outras teorias para analisar fenômenos similares (Grubb *et al.*, 2022). Os resultados da investigação contribuem para melhor compreender o contexto subjetivo de atuação dos Negociadores, aprimorando práticas de promoção de saúde na EN do BME.

MÉTODO

Trata-se de estudo de caso, realizado por meio de delineamento qualitativo. Esta abordagem procura compreender os motivos, as intenções e os projetos dos atores, buscando que as relações, as ações e as estruturas tornem-se significativas (Minayo; Sanches, 1993). Neste estudo, foca-se a compreensão dos sentidos das vivências dos trabalhadores Negociadores da Polícia Militar, sobre sua saúde mental.

Para tanto, investiga-se como os Negociadores avaliam sua preparação para o ofício, o modo de organização do trabalho, as dimensões administrativas e a organização das pessoas no serviço, as relações estabelecidas com a corporação PMES, tais como as dimensões do vínculo profissional e aspectos identitários, entre outros. De igual maneira, orientado pela perspectiva da Ergologia, também busca-se entender como esses trabalhadores dão conta da atividade que desempenham e dos seus imprevistos, se recebem algum suporte institucional, investigando as renormatizações e dramáticas que mobilizam para tanto, além das estratégias que possam vir a utilizar para lidar com esses reflexos oriundos da função desempenhada. A partir desses elementos, buscou-se descrever suas relações com o processo de saúde-doença mental dos trabalhadores.

PROCEDIMENTOS, PARTICIPANTES E QUESTÕES ÉTICAS

A pesquisa foi realizada com todos os Negociadores da PMES, lotados na Equipe de Negociação (EN) do BME, após autorização Institucional e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como pré-requisito para a participação na pesquisa. Participaram deste estudo oito Negociadores, que eram praças (Cabos e Soldados) e integravam a EN da PMES. Foi solicitado ao comando do BME que os Negociadores realizassem as entrevistas durante o horário de suas escalas de serviço, com o objetivo de facilitar a adesão ao estudo. A entrevista foi conduzida individualmente, em local privado, e sem interferência do ambiente externo.

As entrevistas foram aplicadas por colaborador do primeiro autor, contratado exclusivamente para realizar as entrevistas por possuir formação técnica compatível com as necessidades da pesquisa. A necessidade em contratar o referido colaborador deve-se ao esforço em diminuir o viés de deseabilidade social (Bispo Jr., 2022), na medida em que o primeiro autor é vinculado à instituição, bem como a própria entrevista fora realizada em ambiente institucional. Essas condições poderiam interferir no processo de entrevista, sobretudo pelo receio dos entrevistados em manifestar seus pensamentos e sentimentos diante do contexto de entrevista. A formação profissional do entrevistado (formado em Psicologia) não impede o viés de deseabilidade social, mas visa contribuir para criar um ambiente de segurança e confiança, minimizando seus efeitos para a pesquisa. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia a

duas horas, sendo conduzidas de forma aberta e permitindo que os participantes expressassem livremente suas opiniões sobre os temas propostos. Foram realizadas na sede do BME, localizado no bairro Jardim América, Cariacica/ES, em dia e horário escolhidos pelos participantes entre as possibilidades previamente definidas entre o pesquisador e os participantes. O espaço destinado à realização da coleta de dados foi a sala de aula da unidade, visando atender às normas éticas que preveem a preservação da identidade do participante e do conteúdo exposto. Antes de cada entrevista, foi solicitada ao respondente autorização para gravação do áudio, a fim de possibilitar, posteriormente, a transcrição e a análise dos dados.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o Parecer nº 4.454.197, e também pela Diretoria de Educação (DE), órgão responsável pelo ensino na instituição PMES.

INSTRUMENTOS

A coleta de dados foi realizada com o auxílio de entrevista semiestruturada desenvolvida especificamente para esta pesquisa, a partir de revisão da literatura e condizente à perspectiva teórica da Ergologia, abordando aspectos relacionados ao adoecimento e às condições de trabalho que possam indicar o motivo desse adoecimento e as estratégias que a instituição e/ou o trabalhador possui para evitar esse adoecimento. As questões foram abertas a fim de caracterizar de maneira aprofundada as especificidades dos Negociadores no Espírito Santo. A entrevista semiestruturada possibilitou que os entrevistados tivessem maior liberdade de se expressar, e não apenas assinalassem o que realizam e como fazem, mas também que trouxessem os seus valores e as suas visões de mundo que percebem ter frente às questões ligadas às suas atividades.

Os temas abordados na entrevista foram: escolha de carreira e trajetória; o papel do Negociador e operacionalização; inventividade, liberdade e custos pessoais e profissionais envolvidos; coletividade na função do Negociador e do policial; PMES; condições concretas de trabalho e identidade. Essas temáticas buscam investigar quais fatores podem contribuir para a saúde mental e o adoecimento dos participantes e os modos de organização, renormatizações e dramáticas utilizadas por esses trabalhadores para dar conta da atividade e de seus imprevistos.

ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a categorização, utilizou-se, primeiramente, o princípio da adequação, ou seja, mediante a leitura detalhada do corpus de análise, foram elencados os pontos/trechos que melhor pudessem responder ao problema de pesquisa. A posteriori, foram agrupadas as unidades de registro com características simbólicas e semânticas que se assemelhassem. Nota-se uma preocupação nesse ponto: entender as respostas a partir das expressões que tentaram ser dadas pelos seus emissores. Assim, pode-se considerar que tanto o significado quanto o que se quis dizer foram linhas que guiaram a formulação das categorias.

Em seguida, buscou-se realizar inferências a partir do material teórico, concatenando ideias e produzindo lógicas entre o embasamento teórico-epistemológico do autor, a saber, a Ergologia, e sua experiência profissional e o acumulado teórico de outros referenciais científicos da área.

As entrevistas foram tratadas qualitativamente por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2015). As formas de categorização baseiam-se nos critérios de recorrência dos temas, extraídos das verbalizações dos próprios trabalhadores. Os dados foram preparados e organizados, sendo realizada a transcrição literal das entrevistas. Os resultados são descritos e interpretados tendo como guia as questões investigativas iniciais e os objetivos da pesquisa. Foram então delimitadas três categorias: *Aspectos da Organização do Trabalho*; *Identidade Profissional – O Negociador*; e *Prazer e Sofrimento*. Essas categorias são definidas em virtude da ligação com o tema e pela presença recorrente na fala dos entrevistados, analisadas a partir das semelhanças referentes ao seu teor, conforme as premissas da Análise de Conteúdo (Bardin, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na análise das entrevistas individuais caracterizam o contexto da saúde mental dos Negociadores da PMES, por meio das categorias: *Aspectos da Organização do Trabalho*, *Identidade Profissional – O Negociador*, e *Sofrimento e Prazer*. De modo geral, pode-se observar que a organização do trabalho propicia o desenvolvimento de saberes e de novas normas profissionais, ampliando os processos identitários e propiciando vivências de prazer no trabalho. Contudo, com uma equipe reduzida e contexto de trabalho cujo desfecho pode não ser o esperado, as potencialidades do trabalho encontram-se em parte limitadas por essas dimensões mais deletérias, que se apresentam como custos físicos e emocionais. Esses dados sugerem que é parcialmente incorreto o pressuposto de que as características da atividade dos Negociadores e as ações da EN acarretam inevitavelmente efeitos deletérios à saúde mental. Apresenta-se abaixo as categorias, em que se sustenta a presente conclusão.

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Nesta categoria, encontram-se referências discursivas que discorrem sobre o modo como o Negociador visualiza a organização do trabalho na qual está inserido, como se dá a distribuição das tarefas, as relações hierárquicas e profissionais, as condições de trabalho encontradas, e outras características do cotidiano do Negociador. A partir desta categoria, pode-se descrever as percepções dos Negociadores sobre como apreendem diversas dimensões do cotidiano de trabalho, tanto positivas quanto negativas, de modo a evidenciar limites percebidos que essa organização impõe à ação, bem como as grandes potencialidades para o desenvolvimento profissional e subjetivo.

Para compreender algumas relações existentes entre os participantes e o trabalho, é importante conhecer o ambiente laboral desse trabalhador, suas regras, seus valores, modos de se organizar, as defesas psíquicas desenvolvidas e as possíveis implicações sobre as situações de trabalho (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Ferreira, 2016; Machado; Traesel; Merlo, 2015; Martins; Lima, 2018; Oliveira; Faiman, 2019; Souza; Minayo, 2005; Winter; Alf, 2019).

A partir das entrevistas, foi possível identificar o cotidiano, as funções desempenhadas, a hierarquia, a vivência do Negociador e as tarefas previstas no cotidiano desses trabalhadores. São 8 Negociadores divididos em 4 equipes, em que cada dupla cumpre uma escala de 24x72 (a cada escala de 24 horas, folgamos 72 horas), que inicia às 07h00. Nesse regime de escala, 24 horas por dia e 7 dias por semana, sempre está presente uma equipe com 2 Negociadores, para qualquer eventualidade; ao assumirem o serviço, realizam o ajuste de sua viatura, armamento, equipamentos necessários para atuação e uniforme, em caso

de acionamento. Iniciam, então, atividades como educação física, produção de instruções para o efetivo do Batalhão de Missões Especiais e demais unidades da PMES, elaboração de Estudos de Caso, simulações práticas entre os Negociadores, além de apresentações para outras instituições, quando demandados.

Utilizam o uniforme apenas no momento de intervenção nos incidentes críticos, que consiste em uma calça de cor bege/caqui, um cinto de guarnição (acessório em que são acondicionados arma e carregadores) e um coturno da mesma cor, além de uma camisa e capa de colete balístico de cor azul, diferente da farda utilizada pelos demais policiais do mesmo batalhão. Nota-se que o uso de uniformes distintos dos demais envolvidos na situação dos incidentes críticos é comum entre Negociadores de outros países (Johnson *et al.*, 2018). Os entrevistados justificaram essa diferença detalhando que o uniforme dos Negociadores foi idealizado utilizando-se por parâmetro a cromoterapia, em que o significado das cores azul e bege/caqui favorece a transmissão de sensações como tranquilidade, serenidade e neutralidade diante de uma situação de crises.

Dentre as funções previstas na doutrina de Negociação utilizada na PMES, se encontram quatro que devem ser exercidas em uma Equipe de Negociação: Negociador Principal; Negociador Secundário; Anotador; e Líder de Equipe. O Negociador Principal é aquele encarregado de manter o contato verbal direto com o Causador do Evento Crítico (CEC). O Negociador Secundário é o responsável por auxiliar o negociador principal, passar informações para o negociador anotador e estar preparado para a substituição do negociador principal, se necessário. O Anotador é o responsável por confeccionar o quadro de cronograma da negociação, responsável pelo quadro de situação, por entrevistar reféns liberados e CEC's que se entregarem, e ainda por repassar informações ao Negociador Principal. O Líder da Equipe é o responsável pela ligação da equipe com o Gerente da Crise, por verificar as condições de operação da equipe e por buscar e confirmar informações a respeito do ponto crítico e dos envolvidos no incidente crítico (Teixeira, 2011). A equipe de quatro Negociadores envolvidos em negociação é diferente da estrutura encontrada em outros países (Grubb *et al.*, 2022).

Os entrevistados informaram que durante a atuação da Equipe de Negociação em um incidente crítico, a hierarquia militar entre os Negociadores não prevalece para a escolha das funções, ou seja, mesmo que haja um sargento (graduado na escala hierárquica) e um soldado (mais moderno) na equipe, o primeiro pode exercer a função de anotador, enquanto o soldado pode ser o líder da equipe. Esse princípio se fundamenta desde a formação no Curso de Negociação de Negociadores e se mantém durante toda a permanência dos Negociadores na EN. Essa relativa autonomia de funções descoladas da hierarquia militar se apresenta de forma destacada e aparece vinculada ao prazer no trabalho (Gernet; Dejours 2011). Possivelmente, a fala dos Negociadores aponta para um uso mais palpável das próprias experiências do trabalhador, o que possibilita canais de diálogo e aproxima os trabalhadores entre si, convergindo, assim, com o desenvolvimento de saberes partilhados e a elaboração de normas coletivas que ali estão investidas, facilitando a convivência, o desenvolvimento de identidades em comum e a criatividade e sinergia da equipe. Em outras palavras, facilitam a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano, processo que Schwartz denomina de renormatização (Durrive, 2016; Schwartz, 2016; Schwartz; Duc; Durrive, 2010). Estudos internacionais corroboram a importância dessa partilha de experiência na formação dos Negociadores (Grubb *et al.*, 2022). Vale destacar que a necessidade de ressaltar a diferenciação do exercício da hierarquia dentro da EN se deve, possivelmente, porque os Negociadores comparam sua situação com a de outras equipes que se encontram lotadas dentro do mesmo batalhão, onde pesquisa anteriormente realizada identificou efeitos da hierarquia e da disciplina nessas frações de tropa, de modo bastante visível, caracterizadas por um padrão de policiais mais rústico, viril, de pouca fala (Magalhães, 2015).

Ainda ligada a essa forma de como o Negociador enxerga o seu contexto de trabalho diante desse ambiente diferente dos demais setores dentro do mesmo batalhão, um entrevistado assim relatou: “[...] então, é o único lugar na polícia que eu vejo, hoje, que tem essa liberdade, vamos dizer assim” (E2). Destaca-se, nesse sentido, que essa liberdade à qual se refere o Negociador não diz respeito a uma ausência de normas, mas sim a uma possibilidade de os Negociadores usarem os seus saberes de outras formas, para além dos modelos convencionais. Aqui, nesse ponto, cabe uma reflexão mais abrangente, visto que a possibilidade de uso do saber da experiência, do saber acumulado do próprio trabalhador, do coletivo do trabalho, pode possibilitar maior reconhecimento para esses trabalhadores, o que pode minimizar o sofrimento entre os Negociadores (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Ferreira, 2016; Grubb *et al.*, 2022; Marçal; Schlindwein, 2020; Marçal *et al.*, 2020; Winter; Alf, 2019).

Outro ponto positivo identificado relativo à organização do trabalho refere-se à estrutura organizacional. Isso porque, a partir de 2018, designou-se uma equipe exclusiva para as atividades fim referentes a Equipe de Negociação, dando maior especialização e exclusividade às tarefas realizadas pelos policiais, o que é condizente com as exigências operacionais (Dimitrovska, 2017). Além disso, os participantes relataram que executar tarefas específicas da atividade da Negociação promove maior afinidade e confiança entre os membros da equipe, o que aumenta a percepção de suporte diante de situações estressoras (Grubb *et al.*, 2022). Em contrapartida, relataram que, em razão desse fato, a equipe é bem reduzida, o que acaba por gerar uma sobrecarga de trabalho. Vale ressaltar que a sobrecarga foi associada ao cansaço, pelos participantes, em outras pesquisas com impacto na criatividade e vontade de trabalhar, culminando em sofrimento para o trabalhador (Machado; Traesel; Merlo, 2015; Martins; Lima, 2018; Oliveira; Faiman, 2019; Souza; Minayo, 2005). Por essa razão, deve-se ponderar em que medida os benefícios dessa especialização da EN podem estar sendo corroídos pela sobrecarga de trabalho.

Ainda na categoria *Organização do Trabalho*, há grande destaque à imprevisibilidade dos cenários apresentada nos incidentes críticos enfrentados pela EN e os custos físicos, psíquicos e afetivos envolvidos nessa mobilização. Pesquisas indicam que tais custos relacionados à imprevisibilidade são percebidos também por grupos de policiais militares que atuam em patrulhamento ostensivo regular (Winter; Alf, 2019). As diferenças entre o trabalho prescrito (a aprendizagem do treinamento) e o real do trabalho (as situações imprevistas dos incidentes críticos) impõem o imprevisível do trabalho como parte daquilo que não se pode antecipar, mesmo através de treinamentos especializados e estudos de casos reais (Grubb *et al.*, 2022). Para Dejours (2011), o real do trabalho se traduz exatamente por aquela fração do trabalho que não pode ser prevista e que, por isso, não pode ser solucionada unicamente a partir da aplicação dos procedimentos prescritos. Nesse momento, impõe-se a necessidade do trabalhador se mobilizar para conseguir solucionar os impasses encontrados. Nesse procedimento, há esforço pessoal e coletivo de toda ordem: físico, psicológico, emocional, na busca de desfecho com minimização das perdas de vida e na garantia de direitos. Nesse sentido, os constrangimentos presentes na lacuna entre real e prescrito mobilizam os trabalhadores a colocar seus saberes e conhecimentos (Schwartz; Durrive, 2010).

No caso dos Negociadores, a necessidade de se posicionar, quando percebem que nem todos os conhecimentos previstos pela Doutrina de Negociação dão conta do real, impõe a confrontação e a criação das estratégias de acordo com seus próprios valores e experiências. Talvez por essa razão, estudos indiquem que os Negociadores não se baseiam completamente em doutrinas durante seu exercício profissional (Johnson *et al.*, 2018). Como tentativa de dar conta do imprevisível do trabalho, os trabalhadores fazem uso de si, de seus corpos, de seus saberes, para encontrar o melhor modo de realizar suas atividades, mas também recorrendo a saberes partilhados e recursos provenientes do grupo social em que se inserem, fazendo usos

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

de todas as formas possíveis de seus próprios recursos pessoais, o que se denomina na Ergologia de uso-de-si-por-si e uso-de-se-por-outros (Durrive, 2016; Schwartz, 2016; Schwartz; Duc; Durrive, 2010). O contexto de trabalho observado nessa pesquisa, com uma equipe exclusiva, redução dos entraves hierárquicos e disponibilidade para o desenvolvimento e a partilha de saberes e normatizações, amplia os recursos possíveis por parte dos trabalhadores, expandindo as margens de manobra para o enfrentamento dos incidentes críticos e, conseqüentemente, minimizando os custos na atuação profissional. Nesse contexto em que o meio sempre se apresenta sujeito às variabilidades, ocorre a renormatização, ou seja, os Negociadores, com seus saberes e valores, criam e modificam as normas instituídas (Doutrina de Negociação), adaptando-as a situações concretas, tornando-as vivas e renovando, paradoxalmente, sua permanência, na mudança interpretativa que as dão (Schwartz; Durrive, 2010).

Outro ponto destacado na fala dos participantes, dentro da categoria *Organização do Trabalho*, foi o procedimento operacional adotado sempre após o encerramento das ocorrências, chamado por eles de *Feedback*. Nessa ação, independente do horário de término da ocorrência, o efetivo se reúne e aponta, de forma rápida, dentro de suas funções, os pontos positivos e negativos ocorridos durante o atendimento do incidente crítico. Outro procedimento apontado foi o Estudo de Caso, momento em que os policiais envolvidos analisam, de forma detalhada, todas as ações realizadas pelo efetivo policial no incidente crítico, registrando e apresentando aos demais os pontos positivos e negativos, visando minimizar que os erros se repitam.

O *Feedback* e o Estudo de Caso podem funcionar como exercício para incorporar as renormatizações desenvolvidas durante a atividade nas normas operacionais, aprimorar as dinâmicas de formação e fortalecer as contribuições individuais para a sinergia coletiva. Nesse sentido, quanto maior a possibilidade de o Negociador colocar seus saberes e conhecimentos no trabalho, maior a possibilidade de partilhar os saberes e coletivizá-los. Essa dinâmica favorece a coletividade e o processo de identificação entre pares (Dejours, 2011). Estudos internacionais apontam que tais estratégias são fundamentais para o aprimoramento profissional dos Negociadores, ampliando sua capacidade de ação, reduzindo o estresse e garantindo o desenvolvimento de um *ethos* profissional (Grubb *et al.*, 2022; Johnson *et al.*, 2018).

Assim, essa autonomia e autorreflexão elencadas pelos entrevistados destacam estratégias positivas para lidar com as imprevisibilidades e adversidades que sempre se fazem presentes nas ocorrências policiais complexas, pois minimizam as chances de repetição de erros futuros, principalmente aqueles erros já vivenciados em ocorrências anteriores. Nessa possibilidade de troca de experiências e conhecimentos, as aprendizagens e o desenvolvimento de estratégias individuais são partilhados, permitindo, assim, o desenvolvimento de saberes que se coletivizam, e que permitem aprimorar o senso de união e o espírito de corpo da equipe. Mais do que recursos individuais, trata-se de aprimoramento da qualidade de vínculos e de saberes do coletivo, o que promove o desenvolvimento da equipe como um todo e fortalece a proteção ao adoecimento (Grubb *et al.*, 2022; Moraes; Athayde, 2014).

Dessa forma, as experiências vivenciadas, a formação e os treinamentos práticos favorecem uma constante atualização de conhecimentos, pois é nesse trânsito de saberes formais que se obtém o melhor desenvolvimento das competências dos trabalhadores (Durrive, 2021). Nesse seguimento, a inventividade se faz presente, assim como na entrevista, quando o Entrevistado 4, ao ser perguntado sobre como é lidar com os protocolos em um trabalho que é tão imprevisível, assim respondeu: “A doutrina, a gente costuma falar sempre, é a trilha, não o trilho. Não é receita de bolo, como você disse, cada situação ali vai exigir um jogo de cintura. Por isso que o negociador tem que ter outros atributos: trabalho em equipe, autocontrole, otimismo, assertividade, né?” (E4).

Percebe-se, assim, uma autonomia do Negociador diante da imprevisibilidade do incidente crítico que se apresenta. Essa inventividade do Negociador se faz necessária em um contexto em que, por mais que existam normas (Doutrina de Negociação, Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais do ES, Normas Constitucionais, Normativas Sociais, entre outros), as variações e os imprevistos existentes nas ocorrências complexas sempre se farão presentes, apresentando novos contextos e exigindo do trabalhador Negociador novas respostas. Daí, que quanto mais forte for o coletivo, quanto mais frequentes forem as trocas entre os trabalhadores, mais fácil será fazer a passagem da *trilha* para soluções viáveis em momentos sempre inusitados.

Portanto, ao permitir ao trabalhador a expressão da sua individualidade e subjetividade, a organização do trabalho cria condições de refletir sobre a prática, de dar opções de formação e assim pode propiciar a elaboração e ressignificação do sentido do trabalho, por meio da transformação de situações de desgaste e sofrimento em situações de reconhecimento e prazer. A relação entre essas dimensões da organização e seus efeitos identitários e de prazer e sofrimento serão discutidos nas categorias seguintes. Antes, vale ressaltar uma vez mais: a organização do trabalho da equipe de negociação permite condições de sociabilidade, calcadas em saberes coletivos, confiança e respeito, de modo a nutrir, entre os trabalhadores, a possibilidade de desenvolvimento diante de situações sempre inusitadas. As práticas de reflexão sobre as atividades realizadas configuram grande exercício de fortalecimento dessa equipe e tem efeitos positivos no modo como percebem o trabalho e como vivenciam sua experiência profissional.

IDENTIDADE PROFISSIONAL – O NEGOCIADOR

Nesta categoria foram encontradas referências discursivas que discorrem sobre o olhar diferenciado do Negociador, a forma como esse trabalhador se vê diante de outros policiais e como ele avalia a sua saúde. Aqui é referenciada a construção das dimensões identitárias relacionadas ao trabalho de negociação, sobretudo ao se verificar a identidade dos Negociadores como distinta das demais equipes de policiais. Calcados mais no princípio da vida, que nos princípios da ordem e da ostensividade, os Negociadores se identificam como um grupo singular nas forças policiais e percebem sua saúde sendo afetada positivamente por essa identificação (Grubb; Brown; Hall, 2018).

Alguns relatos destacam a forma como o Negociador enxerga o cenário das ocorrências complexas que se apresentam nos incidentes críticos. A intervenção humanizada se coloca em destaque, na medida em que evidencia uma postura distinta desse trabalhador, em comparação com outros policiais (Dimitrovska, 2017; Johnson *et al.*, 2018). Isso se demonstra na necessidade de que o Negociador olhe para as pessoas envolvidas nos incidentes, e não para os crimes que porventura elas tenham cometido, o que parece ser mais comum entre policiais militares que realizam atividade ostensiva usual (Minayo; Souza; Constantino, 2008). Nesse aspecto, ressalta-se uma mudança na percepção do Negociador ao visualizar o cenário, as pessoas, o modo como deve agir e o quanto a formação do Curso de Negociação influencia nesse cenário de forma positiva e proveitosa para o Negociador:

O Curso de Negociação me mudou completamente, completamente. O Curso de Negociação me mudou muito, em vários detalhes, detalhes até bobos. Hoje, me pego vendo algumas pessoas conversando sobre o suicídio, por exemplo, eu tenho uma visão hoje completamente diferente da visão que eu tinha antes do Curso de Negociação. (E1).

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

Igual, a gente passou por uma ocorrência com uma menininha que o pai fez de refém de 2 meses de idade. A ocorrência durou 17 horas seguidas. Então, se você não está preparado para aguentar aquilo, se você não foi forjado, não foi treinado para aquilo, com 5 horas de ocorrência você não está aguentando mais, fica com dor na coluna, dor de cabeça, passando mal, você quer beber água, você não aguenta. (E2).

Percebe-se, nas falas dos entrevistados, um destaque fornecido ao papel da formação do Curso de Negociação para a mudança sobre o sentido da atividade, agora como policial Negociador. Esse sentido do trabalho focado mais na vida, e menor em relação à criminalidade, é comum de ser observada entre bombeiros militares (Breda; Moraes, 2020), e marca uma mudança de posicionamento em relação aos outros trabalhadores policiais militares, que pode ser observado também entre Negociadores de outros países (Grubb *et al.*, 2022). Vale ressaltar que os entrevistados citam como elementos de grande diferenciação no comportamento policial, em comparação aos demais membros do BME, o fato de buscarem a solução de conflitos através do diálogo, das palavras, e de possuírem uma postura que julgam mais calma, mais educada, na forma de intervenção nos incidentes críticos. Ainda que não seja possível averiguar se essa percepção é correspondente a comportamentos apresentados em contextos reais, até porque alguns estudos indicam que a diferença de traços de personalidade e de características pessoais não são tão diferentes entre Policiais Negociadores e Policiais não-Negociadores (Grubb; Brown; Hall, 2015), o fato é que essas mudanças de valores em relação às demais polícias são apreendidas como mudanças que produzem novos sentidos para a identidade do policial e que transborda, em algum nível, para a corporação como um todo: eles se veem diferentes e são assim vistos pelos demais (Grubb *et al.*, 2022).

Contudo, cabe destacar que, embora, aparentemente, se apresente como fator positivo, o requisito do Negociador se portar de modo mais educado pode se constituir como uma nova demanda que exige alguns esforços para ser mantida em meio a ação de outros profissionais. Isso porque, de acordo com os participantes, esse requisito é distinto do perfil dos demais policiais do batalhão, sobre os quais se impõem outras demandas e desenvolvem outras características pessoais. Assim, cabe ao Negociador fazer a gestão de todos os saberes e normatizações que acumulou para compactuar com os saberes de outros policiais que atuam em conjunto com a EN, de modo a alinhar essas novas exigências do lugar do Negociador com a de outros perfis de atuação. Verifica-se, portanto, que essa dinâmica não se dá sem mobilizações, negociações e dramáticas para esse trabalhador (Schwartz; Durrive, 2010). Ainda assim, é em meio a essa negociação e comparação coletiva que se reforça ainda mais os processos identitários dos Negociadores.

Outro aspecto que parece influenciar o sentimento de pertencimento à equipe, tornando possível a partilha do coletivo de trabalho, é a prática das “confidências” pessoais. Dentre os relatos, os participantes narram a importância de poder contar com os colegas de trabalho, quando seu “moral está baixo”, ou seja, quando chegam para o plantão com problemas de casa (discussões com esposas, problemas com filhos, etc.). Muitos ressaltaram que essas práticas de escuta entre os membros da equipe são percebidas como positivas para a sensação de bem-estar. Verifica-se, portanto, que diferentemente do estudo de Winter e Alf (2019), na equipe estudada neste trabalho, há possibilidade de acolhimento e suporte entre os pares, ampliando as possibilidades de produção de saúde entre esses profissionais e, logo, de facilidade para o processo de identificação entre os pares, em linha com o que se observa na literatura internacional (Grubb *et al.*, 2022; Johnson *et al.*, 2018).

Vale ressaltar que alguns trabalhadores relatam que às vezes é importante não levar consigo os problemas oriundos do serviço para casa e vice-versa. Afirmam ser importante “virar a chave”, ou seja, ao término da escala de serviço e com a chegada em casa, buscam se desligar de tudo relacionado ao serviço, deixando no quartel todos os problemas procedentes do trabalho, buscando gozar a sua folga

em tempo de qualidade com amigos e família. Aqui, cabe uma indagação para reflexão a respeito desse importante apontamento: é possível se desvincular totalmente do trabalho, sendo o trabalho uma forma que identifica o sujeito no mundo? Pesquisas reforçam a dificuldade desse “virar a chave”, visto os próprios profissionais reconhecerem que o policial é 24 horas por dia policial (Magalhães, 2015; Minayo; Assis; Oliveira, 2011). É uma profissão que é uma condição de vida e, sendo uma condição de vida, ainda que o profissional se utilize desses subterfúgios para tentar se sentir menos policial, nem sempre será possível que tais estratégias tenham o efeito desejado, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias complementares para reduzir as exigências profissionais do cotidiano laboral.

Ainda sobre o subterfúgio da virada de chave mencionada nas entrevistas, cabe ressaltar que esse tempo de folga deve ser um tempo necessário para que o trabalhador (Negociador) possa se reconectar com esses outros papéis e, por conseguinte, ampliar as possibilidades identitárias para além da identidade policial. Ao mencionar que precisa “virar a chave”, isso deve ser levado a um nível de compreensão e reflexão de que a folga é parte do trabalho; assim como discutir sobre o trabalho no próprio ambiente de trabalho e fazer grupos que pensem o trabalho podem ampliar a inventividade do trabalhador. Isso pode ser reforçado pela Instituição ao valorizar e priorizar os períodos de folga dos trabalhadores como um tempo necessário, que deve ser bem cuidado pelos próprios profissionais, bem como pela Corporação.

Ressalta-se que nem sempre esse mecanismo utilizado pelos Negociadores atinge a completude dos seus objetivos nos dois cenários apresentados, ou seja, tanto ao assumir o serviço e deixar os problemas externos fora do quartel, quanto ao chegar em casa e deixar os problemas da caserna fora de casa. Esses conflitos nas relações entre trabalho e família são comuns entre profissionais das forças de segurança (Bagalho, 2021; Gomez *et al.*, 2021), por conta da escala de trabalho e devido aos altos níveis de tensão, riscos e perigos, cuja armadura mental acaba sendo a identidade profissional. Em outras palavras, a vida dentro e fora do trabalho permeiam os modos e as estratégias para a manutenção da saúde mental. Diante desse cenário, torna-se claro que é impossível tentar dissociar totalmente o trabalho dos problemas existentes fora da organização, pois não é possível dissociar um corpo para o trabalho e um corpo para a vida pessoal, já que ambas as partes se comunicam permanentemente (Cotta; Cotta, 2020; Pinheiro; Farikoski, 2016).

De todo modo, é evidente, a partir dessa categoria e em conjunto com a categoria anterior, que as possibilidades de atuação na EN contribuem para o desenvolvimento de processos de identificação entre os pares e que esse processo garante uma referência de atuação percebida como necessária e importante para a qualidade do serviço prestado. Ainda que esse processo se dê em meio a embates e negociações com outras equipes policiais, a sinergia do grupo é garantida pela singularidade dos modos de atuação e de organização do trabalho dessa equipe, sendo fator protetivo à saúde mental.

PRAZER E SOFRIMENTO

Nesta categoria são demonstrados os processos psicossociais para produção de prazer e de sofrimento relacionado ao trabalho dos Negociadores, de modo a ficar evidente que os sofrimentos do trabalho, sobretudo aqueles produzidos pela própria natureza da tarefa (Dimitrovska, 2017), não sobressaem às potencialidades de produção de prazer. Aliás, as dinâmicas de prazer se valem tanto dos efeitos diretos do trabalho quanto das condições da organização do trabalho, que criam meios de se trilhar um trabalho mais saudável e efetivo (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Ferreira, 2016; Marçal; Schindwein, 2020; Marçal *et al.*, 2020; Oliveira; Faiman, 2019; Winter; Alf, 2019).

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

Esta categoria traz para a pesquisa um retrato de como o labor do Negociador pode proporcionar a esse trabalhador, diante de ações e situações decorrentes do trabalho, sentimentos que podem trazer benefícios ou danos a sua saúde. Os Negociadores destacam a satisfação que sentem quando solucionam, juntamente com os demais policiais envolvidos, o incidente crítico e vidas são salvas, percepção que corrobora a observada em outras pesquisas (Grubb *et al.*, 2022). São essas situações, segundo os entrevistados, que os fazem sentir mais significativamente o prazer de serem Negociadores. O que parece estar colocado é o prazer por verem a ocorrência ser solucionada de forma pacífica, pela persuasão, através do diálogo – por meio de mobilizações pessoais ou, segundo a Ergologia, usos-de-si (Schwartz, 2016; Schwartz; Duc; Durrive, 2010).

Em ocorrência, nem se fala, quando você consegue demover do CEC [Causador do Evento Crítico] a ideia de se matar, você fica feliz para caramba, a verdade é essa. Você chega exausto aqui, você chega com dor de cabeça, parece que você está carregando um mundo nas costas. Mas você fica feliz para caramba com uma contribuição que eu dei ao mundo. Hoje foi válido para caramba. (E3).

Saber que eu fui para uma ocorrência e eu pude, através do convencimento, sem que houvesse nada mais letal ou algo mais, infelizmente, assim... Algo que machuca a pessoa... Ser através da palavra, do convencimento, conseguir convencer a pessoa a desistir daquilo... Tirar a vida, se machucar ou de machucar alguém... É para mim satisfação muito grande. (E2).

Através dos relatos, observa-se que o reconhecimento é parte da vivência de prazer dos Negociadores, reconhecimento que, segundo Clot (2010), refere-se à percepção de fazer um trabalho bem feito, de atuar a partir de referências produzidas e disponibilizadas pelo coletivo, mas de modo singular durante ocorrências sempre imprevisíveis. O esforço, a mobilização pessoal na atividade, é compensado pela produção de pertencer a um determinado grupo profissional, produzindo sentidos para sua atuação que os diferencia de maneira positiva dos demais profissionais. Esse reconhecimento de fazer um bom trabalho não se dá sem o suporte coletivo proporcionado pela organização do trabalho, que autoriza o coletivo a debater, refletir e reinventar cotidianamente suas próprias práticas profissionais, como demonstrado anteriormente.

Além dessa dimensão diretamente relacionada à execução da tarefa, a existência de boas relações entre os Negociadores, como a camaradagem, a confiança e a parceria entre esses trabalhadores, intensifica o processo identitário e produz um terreno de vivências prazerosas durante o trabalho: “Aqui, a gente trabalha muito em espírito de corpo. Tipo, assim: quando um erra, todo mundo apanha. Quando um acerta, todo mundo recebe um troféu, uma medalha” (E3).

A diminuição da hierarquização, aspecto já apontado como positivo, também foi destacado como outro pilar positivo para a produção de relações interprofissionais mais adequadas e mais prazerosas. A relação trabalhista existente no militarismo, historicamente, aponta uma cisão entre a classe de oficiais e praças (Minayo; Assis; Oliveira, 2011; Pelegrini *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2012). Essa aproximação, apesar das ressalvas feitas pelos trabalhadores que apontaram mais horizontalidade entre os comandantes (oficiais) e Negociadores (praças) somente nos momentos das intervenções, merece destaque em virtude de apontar, em algum grau ou medida, a flexibilização das hierarquias, o que amplia a segurança nas tomadas de decisões, renormatizações e criatividade em serviço.

Assim, as relações sociais de trabalho foram percebidas como positivas e calcadas em camaradagem, entre pares, e respeito, em relação à hierarquia, o que parece minimizar o sofrimento vivenciado pelos

Negociadores. Os trabalhos de Antunes (2019) e de Miranda e Guimarães (2016) ilustram os reflexos das relações hierárquicas e disciplinares no contexto do trabalho policial e adoecimento mental. De modo distinto, pode-se observar que, no presente estudo, o ambiente coletivo e relacional é tido como salutar, propiciando aos trabalhadores a percepção de confiança para partilhar e buscar aprendizagem e suporte para o devido enfrentamento das adversidades do contexto apresentado nos incidentes críticos. Essa percepção corrobora a observada entre Negociadores de outros países (Grubb *et al.*, 2022). A recorrer a esses recursos, minimiza-se o desgaste do trabalho, tendo em vista a precariedade do suporte organizacional, sobretudo das equipes diminuídas. Percebe-se, assim, que os Negociadores se veem pertencentes ao coletivo ao mesmo tempo que se identificam como policiais produzindo essa subjetividade em si.

Contudo, não se percebe apenas vivências prazerosas no trabalho. Vários elementos conduzem à percepção de sofrimento no trabalho (Dimitrovska, 2017). Por exemplo: um aspecto importante é como o Negociador lida com os erros nas atuações. Ressalta-se que os incidentes críticos são tipos de ocorrências que oferecem risco à vida de todos os envolvidos e, atuando diretamente visando a solução desse evento, o Negociador se vê, em diversos momentos, em situação em que, uma fala inadequada, uma palavra por ele mal colocada, pode resultar na perda de uma vida. Nesse sentido, essa condição impõe ao Negociador ter que lidar com pressões em três frentes: pessoal (autocobrança), institucional (o receio do erro macular o nome da instituição) e social (mídia, familiares e parentes das pessoas envolvidas na ocorrência). Dessas, a pressão social é a que mais aflige os Negociadores, corroborando estudo de Minayo; Souza e Constantino (2008):

Agora, a pressão social é complicada, porque abala a sua vida. Pensa bem, a gente vai para uma ocorrência e o resultado não é o esperado, a gente fez tudo o que a gente podia, e a gente começa a ser bombardeado como se a gente não tivesse feito a coisa certa. Esse é um medo que a gente tem, é um medo que eu falo com os negociadores: “Olha, pode acontecer, tem que ter cabeça”, porque é imprevisível (E3).

A possibilidade do erro sempre presente é um aspecto que parece causar sofrimento aos Negociadores, pois implica o custo subjetivo de transitar sempre por uma linha tênue entre ser considerado um herói ou ser um vilão, entre salvar uma vida ou deixá-la ser perdida, mesmo que isso não tenha sido causado por um ato do Negociador. Esse sentimento de culpa por não ter contribuído para a solução de um incidente crítico se apresentou diversas vezes nas falas dos entrevistados e pode contribuir de forma a potencializar o sofrimento desse trabalhador. Uma forma de amenizar essa pressão é fazer uma economia do corpo (Serrano, 2019), ou seja, fazer um uso eficiente e mais comedido de si nas mobilizações profissionais. Ocorre que quando a equipe é muito pequena, como já observado nas entrevistas, a sobrecarga impõe menos formas de economia desse corpo, e como consequência se resulta em maior cansaço.

Diante desse cenário em que há a necessidade de se fazer escolhas que podem decidir o desfecho de um incidente, que podem salvar vidas ou fazer com que vidas sejam perdidas, o Negociador vislumbra destinos que podem ser determinados por suas escolhas, ampliando os riscos da sua ação, o que aumenta a dramaticidade dos usos-de-si (Schwartz, 2016; Schwartz; Duc; Durrive, 2010). Vale lembrar, por outro lado, que a organização de trabalho e a boa relação da equipe oportunizam momentos de reflexão sobre as atividades realizadas, inclusive os erros cometidos, de modo a construir caminhos para aprimoramento do desenvolvimento profissional, acolher os efeitos deletérios das escolhas e ressignificar as decisões tomadas (Grubb *et al.*, 2022). Nesse sentido, o sofrimento potencial advindo das incertezas nas tomadas de decisão no cotidiano de trabalho encontra caminhos para se transformar em um sofrimento criativo, tal qual indicado por Dejours (2011). E esse sofrimento criativo, conforme ilustrado anteriormente na

fala de entrevistados, é vivenciado como manifestação de um trabalho benfeito, cujo desdobramento é a solução pacífica e sem mortes durante os incidentes críticos.

Em relação à atividade-fim do Negociador, nota-se, de acordo com os participantes, que todos os tipos de incidentes críticos trazem algum tipo de desgaste físico e/ou mental aos Negociadores; sendo que as ocorrências em atendimento a pessoas que tentam suicídio são as que deixam o sofrimento mais visível e demarcado na fala dos entrevistados: “Até as simulações, se [o] cara for um bom ator, o clima fica pesado, o clima é um clima pesado” (E1). Ou ainda:

Termina [a] ocorrência, eu termino muito mal, dando graças a Deus. Com dor de cabeça. Já conversei com os outros negociadores, a maioria deles também, dependendo da ocorrência, eles também falaram [d]o clima, parece que o clima pesa. Não me pergunte o que é... Energia... Mas o clima numa ocorrência de suicida é um clima pesado. Então, assim, o negócio é pesado, uma ocorrência com suicida é um negócio pesado, é uma ocorrência que dá para sentir o clima pesado. (E1).

Destacam-se, nas narrativas dos entrevistados, que os cenários pelos quais eles atuam, muitas vezes, refletem neles sentimentos como frustração, culpa, medo e ansiedade. Estudos indicam que tais fatores podem implicar em riscos à saúde física e mental de policiais ou, pelo menos, em sofrimento a esses trabalhadores, em suas atividades profissionais (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Ferreira, 2016; Marçal; Schindwein, 2020; Marçal *et al.*, 2020; Minayo; Souza; Constantino, 2008; Oliveira; Faiman, 2019; Winter; Alf, 2019). Percebe-se, então, que o ofício realizado pelos Negociadores pode gerar, potencialmente, sofrimento à saúde desse trabalhador. Quer seja em ocorrências com tentativas de suicídio ou em outros tipos de ocorrência, o Negociador fica sujeito aos reflexos de sua atuação, do seu envolvimento direto naquele meio repleto de riscos, tensão e angústias. Contudo, em face de todas as dificuldades já apresentadas, como as condições de trabalho, as pressões interna e externa e o medo do erro na atuação, observa-se que os Negociadores da PMES estão submetidos a condições profissionais que reduzem tais potenciais danos e aumentam as possibilidades de vivências prazerosas no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetiva avaliar os fatores relacionados ao processo de saúde-doença dos Negociadores da Equipe de Negociação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), os modos de organização, renormatizações e dramáticas utilizadas por esses trabalhadores para darem conta das suas atividades profissionais e seus imprevistos.

O estudo mostra as dramáticas vivenciadas pelos Negociadores para darem conta das atividades que realizam durante as intervenções nos incidentes críticos e das imprevisibilidades presentes nesses cenários. Como as normas – Doutrina de Negociação – não são capazes de antecipar tudo, os Negociadores realizam renormatizações, buscando encontrar soluções para as demandas que surgem no seu cotidiano. Nesse sentido, as relações trabalho-saúde-doença dos Negociadores mediam distintas possibilidades e opções pessoais, nas quais são levados em consideração os diversos usos-de-si, ou seja, as diversas formas de como podem se mobilizar, seja a partir de conhecimentos próprios, seja a partir de negociações com o coletivo profissional.

O trabalho do Negociador Policial apresenta-se como potencial fonte de sofrimento para esses trabalhadores, pois eles sofrem com a pressão existente nos incidentes críticos, que refletem tanto no âmbito laboral

quanto no aspecto pessoal para o Negociador. Entretanto, o trabalho é também pautado no prazer, devido à satisfação evidente demonstrada por todos os Negociadores ao concluírem com êxito a atuação nas ocorrências, pela confiança, parceria e camaradagem existente na Equipe, e pela autonomia e liberdade existentes na organização do trabalho da Equipe, onde é propiciado aos Negociadores desenvolverem os saberes necessários para lidar com os incidentes aos quais se deparam. Desse modo, observa-se que os potenciais danos à saúde identificados em pesquisas com outros grupos policiais não se observam com a mesma força entre esses trabalhadores, indicando que um ambiente de inventividade, redução das pressões hierárquicas, exercício analítico sobre a tarefa e contínua repactuação das normas coletivas atuam de modo poderoso contra uma ação profissional amplamente arriscada e de potencial risco à vida.

Ressalta-se que este estudo é limitado a uma investigação da atividade de uma determinada equipe que realiza atividade muito específica dentro da Segurança Pública. Além disso, como é realizado por pesquisador com vínculo institucional com a PMES e como as entrevistas foram realizadas em ambiente institucional, não deve ser descartado o viés de desajustabilidade social (Júnior, 2022) na realização da pesquisa, ainda que tenha sido logrado esforços para minimizar os possíveis impactos desse viés. Por essas razões, verifica-se a necessidade de replicar a presente pesquisas em outros ambientes, abordando a complexidade de questões da saúde do trabalhador policial militar, em aspecto amplo, já que ele está inserido em um contexto tão complexo e relevante em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Elisa Junger Ferreira. **A hierarquia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde.** 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

BAGALHO, Jaqueline Oliveira. **O trabalho penitenciário e as relações entre conflito trabalho-família, gênero e aspectos da saúde: um estudo no Brasil e México.** 2021. 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2015.

BOHL, Nancy. Hostage Negotiator Stress. **FBI Law Enforcement Bulletin**, v. 61, n. 8, p. 23-26, 1992. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/137880NCJRS.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BREDA, Karine Trarbach de Oliveira; MORAES, Thiago Drumond. A profissão de bombeiro militar: sofrimento e prazer, riscos e proteção. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, v. 10, n. 1, p. 34-46, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2994>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir.** Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

COTTA, Fracis Albert; COTTA, Sandra Margarete de Oliveira. Estresse e fatores de pressão no trabalho. In: LEITE, Isadora Clotilde de Siqueira; BICALHO, Rachel Ferreira Sette; SANCHES, Vender Lúcio (Orgs). **Qualidade de vida significativa.** Belo Horizonte: Gláuks Edições Acadêmicas, 2020, p. 285-297.

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

CUNHA, Pedro Alexander Beron da; DICK, Nídia Rita Michels; PIRES, Charlene Garcia; PINTO, Joséli do Nascimento. Transtorno de estresse pós-traumático em policial militar. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 7, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v7i2.3674>.

DEJOURS, Christophe. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte. (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz / Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 57-123.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1590/1679-395120220095>.

DIMITROVSKA, Aleksandra. Psychological implication in hostage negotiation. **Anais do III International Scientific Conference Safety And Crisis Management – Theory and Practice Safety For The Future**, Belgrado, 2017.

DURRIVE, Louis. Formação, trabalho, juventude: uma abordagem ergológica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 19-30, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643934>. Acesso em: 9 jun. 2024.

DURRIVE, Louis. **Competência e atividade de trabalho**. Belo Horizonte: Fabrefactum 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto Nº 4.970, de 27 de Setembro de 2021**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e dá outras providências. Vitória/ES, 27 set. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4970-2021-espírito-santo-dispoe-sobre-a-organizacao-basica-da-polícia-militar-do-espírito-santo-pmes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 9 jun. 2024.

FERREIRA, Leonardo Borges. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christophe. Avaliação do trabalho e reconhecimento. *In*: BENDASSOLLI, Pedro; SOBOLL, Lis Andrea. (Orgs.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 61-70.

GOMEZ, Victoria Ayelen; MAZZOLENI, Martina; RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes; BENTES, Alice; AQUINO, Mikaelly de Araújo; TORRES, Cláudio Vaz; NASCIMENTO, Thiago; OLIVEIRA, Sérgio Eduardo Silva de; CHAMBEL, Maria José; CRISTIANE, Faiad. Conflito trabalho-família em segurança pública: uma revisão integrativa. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 237-251, 2021. DOI: <https://doi.org/10.56081/2763-9940/REVSUSP.V1N1.A15>.

GRUBB, Amy Rose; BROWN, Sarah; HALL, Peter. Personality traits and coping styles in UK police officers. Do negotiators differ from their non-negotiator colleagues?. **Psychology, Crime & Law**, v. 21, n. 4, p. 347-374, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.989165>.

GRUBB, Amy Rose; BROWN, Sarah; HALL, Peter. The emotionally intelligent officer? Exploring decision-making style and emotional intelligence in hostage and crisis negotiators and non-negotiator-trained police officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 33, p. 123-136, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11896-017-9240-2>.

GRUBB, Amy Rose; BROWN, Sarah; HALL, Peter; BOWEN, Erica. “There’s nothing that compares to it”: a grounded theoretical analysis of the experiences of police hostage and crisis negotiators. **International Journal of Conflict Management**, v. 30, n. 3, p. 369-394, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJCM-01-2019-0003>.

GRUBB, Amy Rose; BROWN, Sarah; HALL, Peter; BOWEN, Erica. “The more you do, the more comfortable you feel”: the Police Hostage and crisis negotiator Journey. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 37, p. 195-211, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11896-021-09486-3>.

JOHNSON, Kirsten; THOMPSON, Jeff; HALL, Judith; MEYER, Cord. Crisis (hostage) negotiators weigh in: the skills, behaviors, and qualities that characterize an expert crisis negotiator. **Police Practice and Research**, v. 19, n. 5, p. 472-489, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/15614263.2017.1419131>.

BISPO JR., José Patrício. Social desirability bias in qualitative health research. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, n. 101, 2022. DOI: [10.11606/s1518-8787.2022056004164](https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004164).

MACHADO, Caroline Eder; TRAESEL, Elisete Soares; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 33, n. 81, p. 238-257, 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.33.081.AO02>.

MAGALHÃES, Janice do Carmo Demuner. **Entre amarras e possíveis**: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MAGALHÃES, Janice do Carmo Demuner. **O trabalho vivo policial**: análises psicodinâmicas sobre hierarquia e disciplina na Polícia Militar do Espírito Santo. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Das Castel. Prazer e sofrimento na Polícia Militar: uma revisão de literatura. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, v. 5, n. 1, p. 111-135, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P111>.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Das Castel; BARBOSA, Edcarlos Alfaia Galeno; SILVA, Mariana Oliveira da. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217>.

MARTINS, Maria Cristina Garcia Costa; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Quando o policial procura ajuda psicológica: interfaces entre sofrimento e organização do trabalho. **Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/search/authors/view?givenName=Maria%20Elizabeth%20Antunes&familyName=Lima&affiliation=&country=&authorName=Lima%2C%20Maria%20Elizabeth%20Antunes>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Relações da atividade profissional de negociadores policiais e organização do trabalho, inventividade profissional e processo saúde-doença mental

Thiago Drumond Moraes, Marcos Eduardo da Silva Teixeira e Jaqueline Oliveira Bagalho

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. (Coords.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos? **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7680>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MORAES, Thiago Drumond; ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira de. Dimensões do coletivo na atividade de trabalho dos motoboys. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 327-348, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/906>.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 607-615, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>.

PELEGRINI, Andreia; CARDOSO, Thiago Elpídio; CLAUMANN, Gaia Salvador; PINTO, André de Araújo; FELDEN, Erico Pereira Gomes. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 423-430, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; FARIKOSKI, Camila. Avaliação do nível de estresse de Policiais Militares. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 14-19, 2016. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1250>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Luiz Ricardo dos. Os desafios da saúde psicológica dos policiais militares. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 9, p. 330-339, 2022. DOI: <http://doi.org/10.51891/rease.v8i9.6856>.

SANTOS, Rosemary de Boffi; HAUER, Roseli; FURTADO, Tânia. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 14-27, 2019. Disponível em: <https://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644041>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. Trabalho e uso de si. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2010, p. 189-204.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, 2010.

SERRANO, Ednéia Vieira. **O trabalho dos policiais militares do Espírito Santo sob o ponto de vista da atividade**: análises ergológicas. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SILVA, Marco Antonio da. **Gerenciamento de crises policiais**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SILVA, Marco Antonio da; SILVA, Luiz Fernando da; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. **Negociação em crises policiais**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

SØRENSEN, Lea Nørgaard; OLESEN, Kristine Hee; MIDTGAARD, Charlotte Dam; WILLERT, Morten Vejs. Risk of post-traumatic stress disorder following major disasters and critical incidents in police officers – a systematic review. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 37, p. 752-768, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11896-022-09547-1>.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000400015>.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza ; SILVA, Juliana Guimarães e; PIRES, Thiago de Oliveira. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008>.

TEIXEIRA, Marcos Eduardo da Silva. **Negociador Policial de Crises**: formação e educação continuada. 2011. Monografia (Curso de Formação de Oficiais) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>.







REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

www.forumseguranca.org.br